

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLA RENATA ANTUNES DE SOUZA GOMES

**Entre Tinteiros e Bagadus:
memórias feitas de sangue e tinta.
A escrita da história em periódicos literários
porto-alegenses do século XIX (1856-1879)**

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
Orientador

Porto Alegre, maio de 2012.

**Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta.
A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses
do século XIX (1856-1879)**

CARLA RENATA ANTUNES DE SOUZA GOMES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração de Teoria da História e Historiografia, sob a orientação do Prof. Dr. Temístocles Américo Correa Cezar.

Profª. Dr^a. Regina Weber
Coordenadora do PPG-História /UFRGS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Lazzari
Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Prof. Dr. José Martinho Remedi
Prof^a Dr^a Regina Zilberman

A Esfinge e o Labirinto

Pode parecer estranha a escolha deste título para nomear a parte na qual nos dedicamos a agradecer aos que percorreram conosco essa jornada. Entretanto, passada a estranheza inicial, podemos perceber que esses dois símbolos da mitologia costumam acompanhar todos os que se aventuram na esfera acadêmica (talvez em qualquer esfera da vida!).

Em vários momentos do meu percurso eles se apresentaram a mim e, se por um lado não precisam ser necessariamente objeto de agradecimento, por outro foram eles que me moveram até o final. O contrário seria sucumbir a ambos. Afinal, para que o desafio inicial possa ser alcançado é imprescindível a execução do segundo. E, para que ambos sejam vencidos, muitos são os colaboradores que nos oferecem armas (livros, artigos, conselhos), apoio (carinho, amizade, encorajamento) e motivos para continuar.

Como historiadora, sempre me agrada encontrar entre as fontes algum autor benevolente ou documento eloquente que me conduza para dentro do modo como as coisas eram pensadas, sofridas e realizadas, algo como acompanhar os bastidores – ou dos bastidores – o modo de proceder dessas pessoas de outrora. Por isso resolvi, nos meus agradecimentos, deixar um testemunho da realização dessa pesquisa, da construção desse trabalho e daqueles que, de algum modo, de perto ou de longe, participaram comigo dessas longas jornadas noites a dentro, como um pequeno tributo à memória. Desde já o meu muito obrigada a todos!

Algumas pessoas (sensatas e inteligentes) tornam a tese um pouco menos ameaçadora do que o modo que acabei de aludir, pois permanecem no objeto de pesquisa encontrado no mestrado e o expandem e aprofundam no doutorado. Esse não foi o meu caso.

Eu mudei tudo!... até de orientador.

Je ne regrette rien, como na linda música de Piaf, não me arrependo mesmo de nada, mas que tudo ficou mais difícil, ficou. Mesmo com meu querido orientador do mestrado, Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, me acompanhando como o grande incentivador desse trabalho e com meu novo orientador, Prof. Dr. Temístocles Américo Correa Cezar, sempre gentil, prestativo e exigente nos momentos certos desse caminho, ainda assim,

parafraseando Apolinário Porto Alegre, precisei refazer estudos dos alicerces à cumeeira. No entanto, meus orientadores são admiráveis pessoas e profissionais a quem agradeço por me oferecerem algumas das ferramentas básicas para vencer os obstáculos e, além disso, por terem aceitado realizar esse percurso comigo.

Entre os professores dos quais tive o privilégio de acompanhar as aulas durante o doutorado e aos quais devo muitos agradecimentos pelas sugestões e reflexões desenvolvidas a partir de suas disciplinas que, certamente, utilizei para formular as questões esfíngicas, estão a Professora Regina Zilberman e os Professores Eduardo Sinkevique e Temístocles Cezar.

Entre os amáveis professores que me receberam em Portugal, na realização da Bolsa Sandwich, estão o Prof. Dr. Fernando Catroga, da Universidade de Coimbra, por sua preciosa orientação sobre as fontes portuguesas e no desenvolvimento do eixo central da discussão desse trabalho; a Prof^a Dr^a Vânia Pinheiro Chaves, que, além de me co-orientar e acompanhar nas pesquisas realizadas no Almanaque Luso-brasileiro no Clepul (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa), apresentou-me a muitos pesquisadores do Centro e vários outros professores, como a Prof^a Dr^a Beatriz Weigert, da Universidade de Évora, que me convidou a palestrar em seu curso de Literatura Brasileira na UE, e o Prof. Dr. Ernesto Rodrigues, da Universidade de Lisboa, que leu e comentou meus artigos discutindo com grande interesse as informações sobre a circulação periodística - ambos eméritos pesquisadores de periódicos. A todos eles devo muitos agradecimentos pelo apoio intelectual, afetivo e solidário com que me receberam e acolheram.

Espero lembrar todos os colegas, doutorandos e pós-doutores, com os quais convivi, aprendi e desfrutei de grandes momentos em Lisboa, durante aqueles quatro meses: Luciana Éboli (Letras/Teatro-PUCRS), Prof^a Dr^a Ana Nemi (História-UNIFESP), Prof^a Dr^a Claudiany da Costa Pereira (Pós-doutorado Letras-PUCRS), Prof. Dr. Roberto Guedes (Pós-doutorado História-UFRJ), Prof. Dr. Mauro Póvoas (Letras-FURG), Marcia Almada (História-UFGM), Claudia Souza (Letras-UFGM), Claudia Cristina Azeredo (História-UFRJ), Susana Abrantes (Antropologia-UFRJ), Prof^a Dr^a Clara Ornellas (Letras-USP/FAPESP), Prof. Dr^a Laura Areias (Letras-Universidade de Timor), Prof^a Dr^a Mariana P. Candido (História-Universidade Princeton), e, principalmente, Maria Manuel Rodrigues, a queridíssima Miúcha para todos

nós, também pesquisadora do Clepul, que compartilhou sua casa e sua vida conosco. Todos foram preciosos companheiros no enfrentamento do labirinto.

Essa estada em Portugal só foi possível pela saudável insistência de meu orientador e pela paciência da Prof^a Dr^a Jacqueline Hermman, que me permitiram o ingresso no Projeto do convênio CAPES-GRICES, intitulado *Memória, Escrita da História e Culturas Políticas no mundo luso-brasileiro*, integrado pelo meu orientador português Prof. Dr. Fernando Catroga. Sobretudo, foi possível pela bolsa-sandwich de doutorado concedida pela CAPES de agosto a dezembro de 2009, que permitiu esse deslocamento para a realização da pesquisa e a participação em congressos e encontros científicos que ampliaram e enriqueceram as reflexões aqui apresentadas.

O doutorado é um período de menor convivência com os colegas. Entretanto, é também o momento de consolidar as amizades e parcerias intelectuais com os colegas de mestrado/doutorado e ter a oportunidade de conhecer novos companheiros de ofício, entre os primeiros estão Álvaro Klafke, Nórís Leal, Gabriel Berute, Fernando Nicolazzi, Arthur Ávila, Luciana Lopes dos Santos, Igor Teixeira, Marisângela Martins e Carol Bauer, mais próximos durante o mestrado, mas não menos solidários no doutorado; entre os novos colegas estão Evandro dos Santos, Marina Araújo, Cassia Silveira, Luciana Boeira e Eliete Tuburski, todos de algum modo contribuíram para que eu conseguisse sair do labirinto. Um agradecimento especial ao Professor Benito Schmidt, que torce muito por todos nós e tem sempre um sorriso acolhedor em qualquer ponto da jornada, e à Professora Sandra Pesavento, para sempre na memória.

Conheci pessoas maravilhosas com as quais compartilhei experiências e dividi expectativas em outro espaço de conhecimento na UFRGS. Refiro-me ao curso de Museologia que faz parte daquelas inúmeras entradas que existem no labirinto e que podem apenas nos atrasar o percurso ou oferecer algum perigo tenebroso. Nesse caso foi exatamente o contrário, foi uma feliz e surpreendente passagem que me ofereceu suportes de muitas ordens, afetivas, intelectuais e instrumentais. Tenho muito a agradecer a Eliane, Ana Celina, Letíssia, Eunice, Cidara, Giovane, Bea, Júlio, Carla, Manolo, Valesca, Tânia, Ida, Márcia, Renata Schoen, Davi, Jeanice, Luciana, Julinha, Michele, amigas e colegas sensacionais, aprendemos e nos divertimos muito juntos. Entre as queridas professoras que conheci nesse

novo campo, e a quem tenho muito a agradecer, estão Ana Dalla Zen, Marlise Giovanaz, Lizete Dias de Oliveira, Zita Possamai e a surpreendente Valéria Abdalla. Assim como às fantásticas amigas do Museu da UFRGS, Claudia Aristimunha, Lígia Fagundes e Maria Cristina Leitzke. Todos vocês foram muito importantes e tornaram meu caminho muito mais significativo.

Ainda no campo museológico preciso agradecer a algumas pessoas que me acompanharam de perto nesse caminho. Do Sistema Estadual de Museus, Simone Flores, e do Museu Julio de Castilhos, Andrea Reis da Silveira e Luiz Armando Capra Filho, sempre dispostos a ajudar e compartilhar conhecimentos e experiências.

Inúmeras pessoas e instituições fazem parte de uma tão longa jornada, destacarei na UCS os professores-doutores-colegas Katani Monteiro, Maria Beatriz Pinheiro Machado, Marília Conforto, Daysi Lange, José Martinho Remedi, Natalia Pietra Mendez, Roberto Radünz, Neiva Panozzo e Idalgo José Sangalli. Todos compartilharam comigo as aflições da docência em simultaneidade à escrita da Tese, ofereceram conselhos preciosos em ambas as atividades, foram solidários e prestativos em muitos momentos. Auxiliaram-me tanto na prática quanto na burocracia da docência ou contribuíram com diálogos, carinho, amizade e generosidade nos tantos percalços e armadilhas encontrados no labirinto da vida e da Tese. De qualquer maneira, todos foram fundamentais nesse meu percurso.

Devo um agradecimento especial a todos os atendentes em arquivos, bibliotecas e institutos nos quais pesquisei, sem esses anônimos nenhuma Esfinge pode ser decifrada e nenhum labirinto pode ser percorrido.

Além dos suportes, armas e munições oferecidos pelos professores, colegas e instituições, há o apoio daqueles que acompanham a dramática existência do ser que é mãe, esposa, dona-de-casa, amiga, estudante, professora e, quando sobra um tempo, historiadora (ou na ordem inversa). Essas múltiplas faces e atividades dão um cansaço danado, mas também compensações imensuráveis, e para que tudo isso possa ser realizado com algum relativo êxito, algumas pessoas contribuem substancial e significativamente.

Preciso nomear e agradecer do fundo da alma às minhas especiais e queridas amigas de Porto Alegre, Krishna Daudt, Camila Kieling, Eliane Muratore e Ana Celina da Silva.

Sem os abraços carinhosos, as conversas infundáveis e a presença física e espiritual de vocês, muita coisa não teria sido possível. Em Caxias do Sul, Fátima, Lenara e Marta, as queridas amigas e escudeiras, quantas vezes vocês atenderam aos meus filhos nas minhas ausências, obrigada! As amigas e amigos distantes, mas que sempre estão na torcida, de Joinville, Edmiria Schmitz Shao, Shao Meng Chung, Elisângela Silva, Helena Richlin; de Curitiba, Clóvis Gruner; de Florianópolis, Ivori Scheffer e Viviane Borges, e de Pelotas, Sônia Schio.

Minha mãe, Guiomar, e minha irmã, Flávia, torceram muito para que eu conseguisse concluir mais essa etapa. Aos demais familiares Fernando, Cátia e Vicente, Roseana e Celso, Clécio e Karen, Marcelo, Mariluce, Marcelinho e Miguel, que mesmo de longe sempre se fazem presentes.

Algumas pessoas são mais do que seres que nos acompanham a existência, são verdadeiros anjos-da-guarda que podemos ver, com quem podemos conversar e por quem somos abraçados. Entre esses seres terrenos e celestiais estão meu ex-marido, mas para sempre amigo, companheiro de ofício e pai dos nossos filhos, Carlos César Gomes. Ele acompanhou como nenhuma outra pessoa o percurso por esse duplo labirinto da vida e da Tese, sendo a Tese uma das muitas entradas possíveis do labirinto da vida, de qualquer modo foi e continua sendo a pessoa com quem mais compartilhei aflições, angústias, alegrias e vitórias durante 20 anos de casamento e esses últimos 4 anos de doutoramento. Devo-lhe um agradecimento que nunca será uma capaz de retribuir da mesma maneira.

Outros seres terrenos-celestiais me povoam a existência, meus filhos Francisco, o Fran, e Carlos Eduardo, o Cadu. Ambos estiveram ao meu lado a cada página produzida, a cada leitura realizada, sentiram a minha ausência durante os meses que passei em Portugal, comemoraram comigo os trabalhos de docência que realizei, ficaram muito orgulhosos pelo livro que publiquei, e agora, no final, perguntavam todos os dias. “E aí, mãe, conseguiu terminar a Tese?” E o Cadu, sempre muito espirituoso, perguntava, “mas esse livro que tu estás escrevendo, quando tu terminares “eles” vão te pagar alguma coisa?!” Essas criaturinhas são os reais motivos para atravessar os perigos do labirinto e não me deixar devorar por nenhuma Esfinge.

Mas eu tenho também alguns “anjos de verdade” que me acompanharam de alguma nuvem confortável: meu pai, Neverci, a profª Sandra, o prof. Manoel Salgado, Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, José Bernardino, Coruja e outros tantos espíritos evocados nessa pesquisa. Mas nenhum outro foi tão importante para mim quanto o minha amada avó, D. Laura, tão entusiasmada para ver a neta mais velha tornar-se doutora, não resistiu a um câncer na laringe e se foi, um mês antes de minha volta de Portugal. Não consegui me despedir dela, mas tenho certeza de que ela está ao meu lado nos bons e nos maus momentos.

Enfim, esse é um resumo imperfeito do percurso realizado para a concretização dessa Tese e dessa etapa da vida. Espero ter conseguido registrar um pouco dessas variadas esferas que durante a feitura de uma Tese ficam tão evidentes. Sobretudo, resta a sensação de dever cumprido e de que agora posso voltar a assistir filmes com meus filhos, ir ao cinema e fazer bolos nos fins-de-semana...

*Resta esse constante esforço para caminhar dentro do labirinto
Esse eterno levantar-se depois de cada queda
Essa busca de equilíbrio no fio da navalha
Essa terrível coragem diante do grande medo, e esse medo
Infantil de ter pequenas coragens.*

Vinicius de Moraes – O Haver

Ana Rech, fevereiro de 2012.

RESUMO

Esta pesquisa buscou acompanhar e estabelecer um percurso possível de construção da escrita da história sul-rio-grandense através de quatro periódicos literários, que circularam em Porto Alegre entre 1856 e 1879, a saber: *O Guayba* (1856-1858), *Revista do IHGPSP* (1860-1863), *Murmúrios do Guahyba* (1870) e *Revista Mensal do Parthenon Litterario* (1869-1879), compreendendo-os como um meio alternativo de apresentação das narrativas sobre a história regional e, a partir dessa avaliação, analisar em que medida é possível atribuir aos periódicos literários um papel realmente relevante na constituição do panorama historiográfico sul-rio-grandense do século XIX.

As revistas literárias são o meio pelo qual se procurou vestígios de uma escrita da história rio-grandense, durante um período de escassa publicação desse gênero. Desse modo, buscou-se demonstrar como os periódicos podem ser compreendidos como constituintes de um espaço, lentamente institucionalizado que, ao congregar os letrados empenhados em produzir um ambiente intelectual propício à emergência de uma cultura histórica na Província, tornaram-se importantes constituintes na formação de um sistema literário - considerando tanto o ambiente de circulação quanto a análise do conteúdo dos periódicos, ou seja, o conjunto das práticas sociais que contextualizam a estrutura externa e interna dos periódicos e que contribuem para a criação de uma cultura histórica.

Assim, ao produzirem narrativas ou transcreverem documentos e iniciarem a sua publicação nos periódicos, aqueles homens de letras deram início à formação de um duplo acervo documental. Um, relativo aos documentos publicados pertencentes a coleções públicas ou particulares, e outro, referente à produção periodística dedicada ao cultivo da memória e da história da Província. Tais publicações, convertidas em fonte histórica, tornam-se testemunhas da escrita pública, das escolhas de registro histórico e da existência de associações literárias sul-rio-grandenses. A sobrevivência desse conjunto documental é, portanto, representativa de um desejo de perpetuar uma memória sobre as práticas letradas da Província, demonstrando que o espaço criado para o exercício e afirmação dos letrados sul-rio-grandenses, nos periódicos literários, pode assinalar um começo institucional de produção tanto literária quanto historiográfica na Província do Rio Grande do São Pedro.

ABSTRACT

This research intended to control and establish a possible route for the construction of history writing in sul-rio-grandense through four literary journals that circulated in Porto Alegre between 1856 and 1879, namely: The Guayba (1856-1858) Journal of IHGPSP (1860-1863), the Guahyba Whispers (1870) and the Parthenon Literary Monthly Magazine (1869-1879). These were taken as an alternative means of presenting the narratives of regional history. From that appreciation, we try to analyse in what extent it is possible to assign a role to literary journals significantly relevant for the constitution of the historiographical sul-rio-grandense panorama in the nineteenth century.

The literary magazines are the means by which they sought traces of written sul-rio-grandense history during a period of scarce publications of this kind. Thus we sought to demonstrate how the journals can be understood as constituting a space, slowly institutionalized, to bring together scholars engaged in producing an intellectual environment leading to the emergence of a historical culture in the Province, and became important constituents in the formation of a literary system - considering both the environmental movement and the content analysis of journals, like the set of social practices that contextualize the external and internal structure of the journals and contribute to the creation of a historical culture.

Thus, by producing narratives or transcribing documents and initiating their publication in journals, those men of letters began to form a double collection of documents, one relating to published documents belonging to public or private collections, and the other on production of periodicals dedicated to the cultivation memory and history of the Province. Such publications, converted into historical source, became witnesses to the written public record, of the selection of historical records and the existence of literary sul-rio-grandenses associations. The survival of this set of documents is therefore representative of a desire to perpetuate a memory about the literate practices in the province, demonstrating that the space created for the exercise and affirmation of literate sul-rio-grandense in literary journals, may point out a beginning of institutional production in both literary and historiographical Province of Rio Grande de São Pedro.

*Chegara o tempo de inclinar-se a espada ante a pena, e
dizer com Cícero: Cedant armae togae.*

Francisco de Sá Brito

Memória da guerra dos farrapos (1870-1875)

SUMÁRIO

I. A Escrita da História na Província: entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar	15
II. Os Periódicos Literários: registro, acervo e memória	19
III. Os Periódicos Literários: um percurso de leitura	19
1. Periódicos, Escolas e Livros: o cenário das letras na Província (1820-1855)	45
1.1. Porto Alegre torna-se uma cidade capaz de produzir impressos	50
1.2. Um público que se familiariza com a leitura, os discursos e os impressos	58
a. Folhetos distribuídos em Porto Alegre – 1828 a 1835	59
b. Periódicos publicados em Porto Alegre – 1827 a 1835	61
c. Circulação semana/ano dos periódicos em Porto Alegre – 1827 a 1835	62
1.3. Farrapos <i>versus</i> Caramurus: combates a ferro, fogo, papel e tinta	80
a. Periódicos publicados em Porto Alegre – 1836 a 1845	82
b. Circulação semana/ano dos periódicos em Porto Alegre – 1836 a 1845	83
c. Folhetos distribuídos em Porto Alegre – 1836 a 1845	83
1.4. Bendito o que semeia Folhas, Folhas de mão em mão...	96
a. Periódicos publicados em Porto Alegre – 1846 a 1855	98
b. Circulação semana/ano dos periódicos em Porto Alegre – 1846 a 1855	99
c. População/Frequência escolar pública em Porto Alegre – 1847-1849	104
2. Periódicos Literários: Registro da História e Arquivo da Memória	111
2.1. Espaço para a literatura e a história na imprensa porto-alegrense	117
a. Periódicos publicados em Porto Alegre – 1856 a 1865	119
b. Principais temas publicados na revista O Guayba 1856 a 1858	123
2.2. Um espaço para a formação dos jovens no exercício das letras e do jornalismo literário	124
2.3. Uma instituição para organizar a memória histórica da Província: IHGPSP	139
a. Circulação ano/semana dos periódicos em Porto Alegre – 1856 a 1865	140
2.4. Entre atos, fatos e relatos: o registro da memória de um lugar	185
a. Periódicos publicados em Porto Alegre - 1866 a 1875	201
b. Periódicos publicados em Porto Alegre - 1876 a 1879	202
c. Circulação ano/semana dos periódicos em Porto Alegre - 1866 a 1879	204
3. Da cultura literária a cultura histórica	206
3.1. De homens de terra e guerra a homens de papel e tinta	211
3.2. Memórias feitas de sangue e tinta: entre o drama e o dever de lembrar	232
3.3. Brasas ardentes sob as cinzas do tempo	254
3.4. O arquivamento da memória nas Revistas Literárias	267

4. Apêndices dos Capítulos	310
4.1. Apêndices do Capítulo 1:	310
a. Quadro 1: Primeiros professores nomeados na Província de São Pedro	310
b. Quadro 2: Periódicos publicados em São Paulo – 1827 a 1835	311
c. Quadro 3: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1827 a 1835	311
d. Quadro 4: Estudantes na Academia de Direito – 1828 a 1835	311
e. Quadro 5: Periódicos, Tipografias e suas localizações em Porto Alegre – 1827 a 1835	312
f. Quadro 6: Periódicos, Tipografias e suas localizações em Porto Alegre – 1836 a 1845	313
g. Quadro 7: Periódicos publicados em São Paulo – 1836 a 1845	314
h. Quadro 8: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1836 a 1845	315
i. Quadro 9: Estudantes na Academia de Direito – 1836 a 1843	315
j. Quadro 10: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1846 a 1855	315
k. Quadro 11: Periódicos publicados em São Paulo – 1846 a 1855	316
l. Quadro 12: Quadro da população livre de Porto Alegre em 1846	317
m. Quadro 13: Quadro da população livre de Porto Alegre em 1847	317
n. Quadro 14: Instrução Primária masculina em Porto Alegre – 1849	318
o. Quadro 15: Instrução Primária feminina em Porto Alegre – 1849	318
p. Quadro 16: Instrução Secundária em Porto Alegre - 1849	318
q. Quadro 17: Instrução/População em Porto Alegre – 1846 a 1855	319
r. Quadro 18: Instrução secundária na Província - 1846	320
s. Quadro 19: Instrução secundária na Província - 1849	320
t. Quadro 20: Alunos matriculados por Ano e por Disciplinas no Lyceu	321
u. Quadro 21: Instrução secundária na Província - 1853	322
v. Quadro 22: Instrução/População na Província – 1846-1855	323
4.2. Apêndices do Capítulo 2:	324
a. Quadro 23: Temas publicados na revista O Guayba em 1856	324
b. Quadro 24: Temas publicados na revista O Guayba em 1857	325
c. Quadro 25: Temas publicados na revista O Guayba em 1858	326
d. Quadro 26: Diretoria do IHGPSP e Membros das Comissões (1860-1861)	327
e. Quadro 27: Diretoria do IHGPSP e Membros das Comissões (1862-1863)	328
4.3. Apêndices do Capítulo 3:	329
a. Quadro 28: Primeira geração de letrados e guerreiros	330
b. Quadro 29: Segunda geração de letrados e guerreiros	332
c. Quadro 30: Terceira geração de letrados	333
Referências Bibliográficas	335
a. Bibliografia geral	335
b. Teses e Dissertações	340
c. Artigos	341
Fontes	344
a. Periódicos: Revistas Literárias, Almanques e Jornais	344
b. Literatura de Ficção: Romances, contos, teatro e poesia	346
c. Memórias. Dicionários. Coletâneas. Correspondências. Catálogos e Estatísticas	347

I. A ESCRITA DA HISTÓRIA NA PROVÍNCIA: ENTRE O DEVER DE ESQUECER E A CORAGEM DE LEMBRAR

Ao anunciar aos Rio-Grandenses o fim da guerra civil, em 1º de março de 1845, o Barão de Caxias, então presidente da Província, sem citar a palavra *anistia*, menciona que Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, pelo Decreto de 18 de dezembro de 1844, *ordenava o esquecimento do passado* referente aos atos e líderes da guerra civil no Rio Grande de São Pedro. Na mesma proclamação reitera: “maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões”.¹

Dez anos depois dessa proclamação, têm início as primeiras articulações dos letrados locais para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico na Província que, no entanto, somente será concretizado em 1860. No editorial do primeiro número da Revista do Instituto encontra-se a preocupação em estabelecer uma relação recíproca entre a história da Província e a nacional, com a seguinte ressalva: “O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente.”² Assim, quando o Instituto completou um ano de atividades, o discurso do Dr. Caldre e Fião, orador oficial, explicitava a intenção e o objetivo da instituição regional em relação ao IHGB, pois “de hoje avante dispensamo-la de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros”.³ Em 1863 cessam as publicações da Revista do IHGSP, sem publicar qualquer artigo sobre os eventos ou pessoas relacionados à guerra civil.

Tais ocorrências assinalam um caminho oficial de produção da história local, que passa por instituições legitimadoras da memória, como o Instituto Histórico, e pelas autoridades políticas que zelam pelo que deve ou não ser lembrado. E que, ao pontuarem alguns momentos do percurso de constituição de uma escrita da história rio-grandense pós-guerra civil, tornam

¹ A *Proclamação de Caxias aos Rio-Grandenses*, conforme foi publicada em 1870, consta nos Apêndices e Anexos do Capítulo 3: Documentos transcritos: *Murmúrios do Guahyba* e em *Biografias, Necrológicos e Homenagens: Revista Mensal do Parthenon Litterario* na biografia do *Tenente-General Bento Manoel Ribeiro*, em Março de 1875, há comentários do biógrafo sobre o decreto em que “este movimento foi posto em perpetuo esquecimento pela alta munificencia do imperante”. Embora tais palavras não sejam encontradas no decreto, elas foram proferidas pelo representante do Imperador.

² “O Instituto Histórico”. In: *Revista do IHGSP*, n. 1, agosto 1860, p.3.

³ *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMESTRAL DO IHGSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.68.

evidentes as dificuldades dos letrados envolvidos nesse processo. Dificuldades de muitas ordens, mas que podemos resumir no seguinte dilema: cumprir o dever de obedecer ao Imperador e corresponder ao seu magnífico perdão, esquecendo o passado da guerra fratricida, ou ter a coragem de realizar o poder e a vontade local de registrar suas memórias e o próprio julgamento desse passado?

Porém, dar cumprimento a essa vontade implicava não apenas na desobediência ao possível decreto de esquecimento do Imperador, mas, sobretudo, em desafiar a ordem estabelecida na Província conforme o posicionamento adotado. Nesse caso, o que estava em jogo não era apenas o esquecimento da guerra, mas a justificação de sua existência, a defesa dos participantes e de seus princípios, ou ainda a lembrança da derrota e da anistia.⁴

Então, como os rio-grandenses procederam? Conseguiram levar a cabo a intenção de escrever sua própria história? Que tentativas existiram? Que tipos de registros foram possíveis? Que eventos e pessoas foram selecionados para serem lembrados? Quem foram os seus narradores: historiadores ou memorialistas?

Guiada por essas e outras questões, propus-me a acompanhar e estabelecer um percurso possível de construção da escrita da história sul-rio-grandense através de quatro periódicos literários, que circularam em Porto Alegre entre 1856 e 1879, a saber: *O Guayba* (1856-1858), *Revista do IHGPSP* (1860-1863), *Murmúrios do Guahyba* (1870) e *Revista Mensal do Parthenon Litterario* (1869-1879), compreendendo-os como um meio alternativo de apresentação das narrativas sobre a história regional e, a partir dessa avaliação, analisar em que medida é possível atribuir aos periódicos literários um papel realmente relevante na constituição do panorama historiográfico sul-rio-grandense do século XIX.

⁴ As *Instruções Reservadas*, de 18/12/1844, que foram publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (n.113 a 116, 1949, p.463-464), conforme cita Wiederspahn (1980, p.11-14), não trazem a expressão esquecimento, elas estabelecem as condições para a concessão da “ampla anistia” aos envolvidos na rebelião. O documento que determinaria o “pleno esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos” é a *Convenção de Paz entre o Brasil e os Republicanos*, publicado na Revista Militar Brasileira (abril-junho, vol. CXIII, ano LXIV, 1978, p.116-117), também citada por Wiederspahn. No entanto, o historiador esclarece que nenhum desses documentos foi encontrado para sua conferência, nem a *Convenção* (que teria sido escrita de próprio punho pelo Barão de Caxias) foi mencionada pelos historiadores que vasculharam os arquivos da Província à procura de documentos sobre a Revolução, existindo, portanto, algum mistério em torno de seus dizeres. Wiederspahn menciona que na *Coleção de Alfredo Varela*, publicada no 3º volume dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontrou o respectivo *decreto de anistia*, numa cópia referida por Domingos José de Almeida. Pode ser consultado em: Anais AHRs, 1979, p.649-650.

A caracterização de meio alternativo de apresentação dos textos históricos atribuída aos periódicos literários dá-se, por um lado, em relação ao meio tradicional de veiculação desse tipo de literatura, ou seja, o livro, e de outro, pela grande incidência de memórias e pequena discussão sobre os documentos históricos publicados. Tais atributos, contudo, não foram entendidos como depreciativos das potencialidades das fontes, senão como distintivos de seu conteúdo, além de indicarem as condições de tratamento e apresentação dos registros históricos.

Cabe destacar também que o literário, aqui, deve ser compreendido como um modo de apresentação narrativa vigente no período, não necessária nem exclusivamente de ficção, mas que buscava diferenciar-se da escrita de cunho político, e também dos periódicos de função comercial.⁵ O próprio Instituto Histórico e Geográfico era considerado uma associação literária, conforme o amplo sentido atribuído à literatura no século XIX, isto é, a soma dos saberes cultivados pelos homens de letras em vários campos do conhecimento. (COUTO, 1842; VIEIRA, 1871).

Conforme explica Bann (1994, p.38-39), referindo-se ao caso europeu, mas que se aplica igualmente ao brasileiro, a atividade intelectual ou literária em geral não constituía uma ocupação profissional; portanto, não visava ao ganho. Ao contrário, era considerada uma missão, quase um sacerdócio, que elevava ainda mais os espíritos daqueles que a ela se dedicavam. Tal entendimento tinha raízes na crença iluminista da importância social da difusão do saber, diretamente associada à ideia de civilização e ao papel desses homens encarregados de fazer progredir a sociedade.⁶

⁵ A definição adotada por Bann (1994, p.38-39) parece bastante apropriada para estabelecer tais diferenciações. Segundo ele: “Ser classificado como ‘literário’ era ser credenciado como membro de um grupo grande e amorfo de ‘homens de letras’, cujas atividades não tinham uma expectativa de lucros tão imediata quanto as das pesquisas legais.” Tal distinção está associada a ganhos pessoais, pois, “enquanto o pesquisador legal buscava provas de registro para a solução de questões de lucro pessoal, os estudiosos literários estavam se entregando a um princípio acadêmico dissociado do ganho material”.

⁶ Entre os europeus ressalta-se René Chateaubriand (1768-1848) e Victor Hugo (1802-1885), ambos pertencentes à aristocracia francesa. O primeiro, precursor entre os românticos com *O gênio do cristianismo* (1802), e o segundo, um missionário das letras, que tornou o prefácio de *Cromwell* (1827) um manifesto do movimento romântico francês. Deve-se ressaltar que Balzac (1799-1850), sem vínculos aristocráticos, ansiava por tal distinção social, e fez da literatura seu meio de ascensão social. Foi um trabalhador das letras e não um militante ao modo de Hugo ou Chateaubriand. Sobre a questão da ausência de profissionalização entre os escritores brasileiros ver: Lajolo e Zilberman, 2002, p.123-138 e 2003, p.64-81.

Outro aspecto a ser ressaltado é o modo de abordagem desse material de pesquisa, o que torna necessário esclarecer que os periódicos, aqui, são tomados como fonte histórica e não como objeto da pesquisa (ELMIR, 1995, p.19-29).⁷ As revistas literárias são o meio pelo qual se pretende encontrar vestígios de uma escrita da história rio-grandense durante um período de escassa publicação desse gênero. Desse modo, buscarei demonstrar como os periódicos podem ser compreendidos como constituintes de um espaço, lentamente institucionalizado, que, ao congrega os letrados empenhados em produzir um ambiente intelectual propício à emergência de uma cultura histórica na Província, tornaram-se importantes constituintes na formação de um sistema literário - considerando tanto o ambiente de circulação, quanto a análise do conteúdo dos periódicos, ou seja, o conjunto das práticas sociais que contextualizam a estrutura externa e interna dos periódicos e que contribuem para a criação de uma cultura histórica.⁸

Os periódicos literários foram escolhidos como fonte, não apenas porque a maioria contém um espaço em suas páginas reservado ao registro da história, mas também porque quase não existiram livros publicados, no Rio Grande do Sul, que abordem a sua história⁹ durante um período de 60 anos – da publicação dos primeiros apontamentos historiográficos sobre a Capitania de São Pedro, em 1819, por José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, sob o título de *Anais da Capitania de São Pedro e as Memórias Econômico-Políticas*, de Antônio José Gonçalves Chaves em 1822, até a *História Popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides Lima e a *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil em 1882.

⁷ Nesse artigo Claudio P. Elmir apresenta uma série de considerações metodológicas acerca da abordagem do periódico como fonte e como objeto de pesquisa histórica.

⁸ Sobre aspectos relativos ao tratamento dos periódicos como fonte histórica, ver: LUCA, 2008, p.111-153; MARTINS, 2001, p.16-31. Sobre a constituição de um sistema literário a partir dos periódicos literários rio-grandenses ver: PÓVOAS: 2005.

⁹ Em 1846, é publicado um opúsculo anônimo, de posicionamento monarquista, sobre o período final da Revolução Farroupilha, intitulado *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*. Relato de cunho historiográfico com análises sobre a condução do exército imperial, a imperícia dos generais enviados da Corte e estratégias militares de imperiais e de farroupilhas, com a publicação de alguns documentos oficiais (Ordens do Dia) para embasamento e comprovação da interpretação apresentada. Em 1863, é publicado o *Compêndio de Geografia do Rio Grande do Sul* de Eudoro Berlink. Embora elaborado para uso das aulas públicas de ensino primário e adote a geografia como tema principal, a história é abordada e, principalmente, é a primeira publicação local que trata, ainda que brevemente, dos eventos relacionados à Revolução na Província sendo, portanto, obra importante a ser analisada.

Além disso, é preciso considerar não só a dificuldade na produção de textos sobre a história da Província após a guerra civil, mas também aquelas derivadas da própria produção livreira, ou seja: dificuldades de impressão, altos preços dos volumes e precária distribuição, de tal modo que a imprensa periódica assume grande importância na divulgação imediata desses temas, seja pela rápida circulação entre os letrados, seja pelos preços geralmente acessíveis aos leitores.

São, portanto, essas informações que constroem a formulação central e o objeto dessa pesquisa. Sem poder contar com um apoio institucional relevante, os periódicos literários tornaram-se “a” instituição capaz de divulgar uma memória e difundir uma cultura histórica na província, promovendo práticas letradas e reunindo o grupo social disposto a participar quer como escritores, leitores, ou como cidadãos preocupados com a constituição de um legado literário e com a perpetuação da memória dessas práticas na Província, através da produção e preservação desse acervo. A produção da cultura histórica, portanto, se faz através do conjunto dessas publicações periódicas que registram e evocam a memória, criando paulatinamente um ambiente intelectual favorável à emergência de uma escrita da história da e na Província.¹⁰

II. OS PERIÓDICOS LITERÁRIOS: REGISTRO, ACERVO E MEMÓRIA

Em 7 de setembro de 1856, na edição de n.6, *O Guayba. Periódico Semanal, Litterario e Recreativo*, fundado há apenas um mês na capital, e “querendo finalmente promover a cultura de um ramo de literatura ainda quase desconhecido em nossa Província”, realiza um concurso de biografias e oferece um prêmio de 50 mil réis “para a melhor biografia de um desses homens que se distinguiram na Província”¹¹. Tal proposição, entretanto, não encontrou acolhida entre os letrados locais. Então, na edição de 28 de junho de 1857, os redatores

¹⁰ Sobre o papel desempenhado pelos periódicos literários na construção de um ambiente intelectual que promovesse e difundisse uma cultura histórica na província, agradeço especialmente ao prof. Fernando Catroga, meu orientador em Coimbra, pela riqueza de suas idéias a respeito desse ponto. Expostas durante o seminário sobre o grupo *Seara Nova*, realizado em Lisboa em outubro de 2009, no qual o prof. Catroga apresentou a conferência *Uma panorâmica sobre o projeto do Grupo Seara Nova* ressaltando também a capacidade desses periódicos para “educar os que educam”.

¹¹ Suplemento ao n. 6 d’*O Guayba*. In: *O Guayba*, 07 de setembro de 1856, ano 1, n.6, p.s/n.

informam que “talvez por causa da dificuldade de escrever sobre a vida de homens distintos, cujas famílias ainda existem”, o concurso de biografias não obteve o sucesso desejado. Não obstante, publicam nessa edição “um documento que foi transmitido pelo Exmo. Sr. General Gabriel d'Araújo e Silva”¹² a fim de “arquivar o mais possível notícias que possam mais tarde servir à pena que quisesse escrever a história de nossa Província”.¹³

Embora a ausência de inscritos não signifique a inexistência de pessoas habilitadas a escreverem “sobre a vida dos homens distintos” da Província, ela indica a efetiva dificuldade de escrita de histórias que podiam exigir posicionamentos e julgamentos políticos. Ainda assim, contrariando as expectativas mais pessimistas, o periódico publica nas edições nº 8 e 9, em setembro, e nº 11, em outubro de 1856, as biografias de José Feliciano Fernandes Pinheiro e Gaspar Francisco Menna Barreto, escritas por colaboradores do periódico.

Deve-se, portanto, destacar o empenho dos redatores em trazer ao público leitor informações que servissem a quem se habilitasse a escrever sobre a história da Província, bem como as ações culturais promovidas no intuito de envolver a sociedade letrada no esforço de produzir matérias de interesse da Província.

O GUAYBA. Periódico Semanal, Litterario e Recreativo, é o primeiro periódico dedicado exclusivamente à vida cultural da cidade de Porto Alegre, e circulou sempre aos domingos, de 03 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858. Publicou 120 exemplares. Durante esse período de tiragem semanal, apenas cinco números não são impressos e cinco exemplares de 1857 não foram encontrados para consulta.

Além de utilizar as *Biographias de Rio-Grandenses illustres pelas Ciências, Letras, Armas e Virtudes*, nossa análise concentra-se ainda nos temas relativos à história do Rio Grande do Sul, com destaque para a guerra civil, presentes no artigo de opinião ou “de fundo”, que aborda temas bastante variados. Entre os mais constantes, estão: Filosóficos (22), Religiosos (18), de História geral e do Brasil (18), Educação (12), Literatura (12), Imprensa (10). Os demais (22) abordam geografia e geologia, crítica social, imigração, artes, mulher,

¹² Anexos do Capítulo 3: Documentos transcritos: *O GUAYBA*.

¹³ *O GUAYBA*, 28 de junho de 1857, ano 2, n.26, p.202.

classe militar e o Futuro.¹⁴ Tal seleção de assuntos estabelece relações necessárias com um público leitor que devia provir, em grande parte, do ensino secundário, formado tanto por alunos quanto por professores. Assim, os temas correspondem de uma parte às matérias lecionadas, e de outra, aos temas de formação do cidadão, ou seja, às críticas ao sistema de ensino, à seleção e má remuneração dos professores, aos costumes da sociedade, ao papel da mulher e, principalmente à importância da imprensa para a sociedade.

Antes da apresentação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província*, o segundo periódico a orientar essa investigação, faz-se necessário um breve comentário sobre as dificuldades enfrentadas, nesse tempo, pelos que se dispunham a publicar matérias relativas à guerra civil rio-grandense.

Entre 1858 e 1865 circulou em Pelotas, de terça-feira a domingo, *O Brado do Sul*, periódico que gerou muitas controvérsias. Primeiro, conforme Guilhermino Cesar (1958, p.175 *apud* SILVA, 1986, p.142), pelo modo franco com que seu diretor Karl Von Koseritz abordava os assuntos políticos e, em seguida, pela disposição de Domingos José de Almeida, que assumiu a direção do jornal, em publicar documentos sobre a República farroupilha e em escrever sobre a história da revolução que, segundo Menegat, “foi adiada por pedidos tanto dos aliados quanto dos adversários” (MENEGAT, 2009, p.167).¹⁵

Tais dificuldades são relatadas por Almeida em correspondências a antigos companheiros da guerra, como o Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula, o General Antonio de Souza Neto e o Coronel Manuel Lucas de Oliveira, durante o ano de 1859. Nessas correspondências, reitera a intenção de “escrever a história da “ ‘epopeia farroupilha’ para as

¹⁴ Para cumprir seus objetivos, *O Guayba* mantém algumas seções permanentes, além do artigo de opinião ou “de fundo”, o Álbum Poético e a Revista. Outras seções, como *Biographias de Rio-Grandenses ilustres pelas Ciências, Letras, Armas e Virtudes, Contos, Variedades, Romance, Anedotas, Romances e Novelas, Cosmorama, Reflexões Cosmographicas* e *Retratos Históricos do Século XIX*, flutuam em suas páginas conforme as contribuições dos colaboradores. São bastante variados os assuntos abordados pelo artigo de opinião. Nos anexos do Capítulo 2 há os Quadros com os temas abordados n’*O Guayba*.

¹⁵ As datas de circulação d’*O Brado do Sul* (09 mar. 1858-1865?) não são exatas porque as coleções não estão completas. O *site* da Universidade de Rio Grande oferece uma listagem da Coleção Hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense dos jornais editados em Pelotas, através do seguinte endereço <http://www.dla.furg.br/ecodosul/brpel.htm>, e informa que a Biblioteca Nacional possui exemplares dos anos de 1859 e 1860. O Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa possui 172 exemplares d’*O Brado do Sul* dos anos de 1859, 1860 e 1861, conforme a listagem publicada em: MIRANDA, 2008.

gerações futuras”, assim como revela as acusações que sofre dos que se opõem a essa ideia (FIGUEIREDO, 2000, p.76-77). As cartas revelam também incentivadores do projeto, como o Coronel José Pinheiro de Ulhoa Cintra, para o qual “o tempo não pode ser mais próprio, quando já decorreram mais de 15 anos depois da pacificação”. Além disso, sobre as resistências e combates ao projeto, indaga: “que mal proveio ao Brasil de terem historiadas as revoluções de Minas e Pernambuco logo depois do drama que ali se representou?”¹⁶ (ALMEIDA *apud* FIGUEIREDO, 2000, p.84).

Sobre as mal cicatrizadas feridas no orgulho dos rio-grandenses farroupilhas de então, cabe destacar um trecho da carta de Domingos José de Almeida a Manuel Antunes da Porciúncula em outubro de 1859, na qual comenta suas dificuldades na escrita da história da revolução e de sua “obrigação”¹⁷ com a memória de Bento Gonçalves. Relembra o clima de insatisfação entre aqueles que participaram da guerra e foram “indultados” pelo Imperador, a fim de conservarem as suas patentes militares, e refere-se ao decreto de 18 de dezembro de 1844:

Lembras-te que por causa da só palavra – anistiar – empregada na Proclamação do Regente foi suficiente para machucar os brios dos homens de então, sendo eu o único que a defendi na Assembleia Provincial, na sustentação do parecer da comissão de que fui membro e relator, sendo, aliás, toda a redação dessa Proclamação reconhecendo, elogiando e agradecendo os relevantes serviços prestados em todas as épocas pelos rio-grandenses? (ANAIS AHRS, 1979, p.152).

Tais correspondências reiteram a vontade de alguns rio-grandenses de preservar a memória daqueles que lutaram pela república, não como rebeldes e sim como revolucionários, discussão constante entre seus defensores e opositores, explicitada na resistência dos primeiros ao termo “anistia”. Em carta a Antonio Netto, Almeida propõe-se a responder às injúrias dos

¹⁶ Em Pernambuco ocorrem revoltas na capital (1831-1832) e a Guerra dos Cabanos (1832-1835) (Abreu e Lima, 1845, p.350-351). No caso de Minas Gerais, em 1842 houve a prisão da maior parte dos cabeças da rebelião (Abreu e Lima, 1845, p.381). Em ambas, os rebeldes foram derrotados, mortos ou presos pelas tropas imperiais.

¹⁷ “Passar-te-ia nunca pela lembrança que os respeitos e amizade que consagrei a Bento Gonçalves enquanto vivo e hoje às suas cinzas e reputação, me obrigam a desistir do histórico da revolução em que de tão boa fé tomamos tão ativa e penosa parte (...). Pois *a tudo me obriga a memória desse homem*, e só estudo o meio de fazê-lo com dignidade, visto a respeito ter havido o que sabes.” (grifos meus). Carta de Domingos José de Almeida ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 17/10/1859 (CV-684). (ANAIS AHRS, 1979: 151-152, grifos meus).

“pasquins infamatórios”, através do seu *Brado do Sul*, e defender a memória “da revolução mais cavalheira do mundo e que tanto honra àqueles que a dirigiram, como aos filhos do Rio Grande do Sul” levando, também, a cabo a escrita de sua história, tão logo “habilitado dos documentos e informações” necessários para tal. (ANAIS AHRS, 1979, p.147).

Existia, portanto, por parte desses homens, não apenas a vontade de que essa história fosse efetivamente escrita, mas também o claro entendimento de que tal narrativa deveria ser respaldada por uma documentação que a legitimasse e se constituísse em espólio e acervo da memória da guerra, dos guerreiros e seus ideais. Nem que isso tivesse de ser feito por meio dos jornais.

Em Porto Alegre, segundo Caldre e Fião, desde 1854 havia a disposição de alguns letrados rio-grandenses em formar uma instituição para organizar a memória histórica da Província.¹⁸ O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro - IHGPSP - torna-se uma realidade em 26 de fevereiro de 1860 na sede do Conselho Diretor da Instrução Pública. Tal iniciativa, portanto, já contava com o apoio das lideranças políticas locais.

Coube ao grupo reunido em torno do IHGPSP suprir a necessidade que já estava presente entre os colaboradores *d'O Guayba*, ou seja, a de despertar os letrados para a importância da organização e publicação dos registros sobre a história e, além disso, recuperar e coligir os dados sobre a história da Província a fim de salvar “do esquecimento os nobres procederes de seus heróis, os atos de seus homens de armas, os sucessos, os fatos políticos, civis, e industriais que sobre o belo solo desta terra se haviam passado”¹⁹, conforme esclarece o texto de abertura da revista, apropriadamente repercutindo os ensinamentos de Heródoto.²⁰

Essa, entretanto, não seria uma tarefa fácil, pois a reunião de forças políticas antagônicas, num espaço de preservação da memória, criaria um campo de tensões e vigília

¹⁸ Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião, na 1ª Sessão solene aniversário de instalação. *REVISTA TRIMESTRAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.67.

¹⁹ *REVISTA TRIMESTRAL DO IHGPSP*, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.171.

²⁰ Heródoto (Livro 1, Clio).

permanentes sobre qual memória seria preservada e qual história deveria ser registrada e de que maneira.

Assim, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* foi selecionada por assinalar a constituição de um *locus* privilegiado de interesse pela história local e de controle na realização de sua escrita. Entre 1860 e 1863 são publicados sete números da revista do Instituto, nos quais o que se acompanha é um grande esforço em organizar os dados relativos aos atos político-administrativos da Província, sem qualquer tipo de interpretação dessas informações, apenas alguns breves comentários. São em grande parte registros, colhidos na documentação pública oficial, referentes à vida burocrática da Província. Mas aquilo sobre o que não se escreve também indica intenções.

Assim, os textos relativos aos atos administrativos de fundação do Instituto, bem como os discursos do presidente militar e dos letrados envolvidos no projeto de constituição de um acervo sobre a história oficial da província, testemunham sobre as pretensões, as tentativas e os atos relativos à escrita da história local, formando um proveitoso conjunto documental.

A história que os integrantes do IHGPSP deveriam narrar precisava contemplar o passado de lutas heróicas na defesa dos interesses do Império do Brasil, ressaltando o propalado patriotismo dos *bravos combatentes* rio-grandenses e, ao mesmo tempo, disciplinar e controlar esse passado a fim de elidir, da memória em construção, os eventos que ameaçassem o projeto político de conciliação, como a guerra civil e seus integrantes, afinal, “só os seus sucessos nos tocam individualmente”.

Na constituição do IHGPSP entrelaçaram-se interesses de várias ordens, entre os quais, certamente um dos mais importantes era reconfigurar a imagem da Província perante o julgamento da Corte, ou seja, os homens de armas e de letras envolvidos no Instituto pretendiam demonstrar a sua capacidade de produzir glórias para o país em campos menos belicosos, embora não menos disputados. Tal disposição está explicitada no texto de apresentação do Instituto:

O instituto, no pé em que se acha, promete muitos serviços ao país, e não será de admirar que as mais notáveis inteligências da Província busquem um lugar entre os seus membros, visto que o patriotismo sempre foi o mais belo apanágio da gente riograndense. (Revista do IHGRGS, n.100, 1945: 181)

Portanto, compreender o Instituto e seus objetivos como um dos meios encontrados pelos letrados locais para matizar a imagem de homens de espada, ao apresentar à Corte outras possibilidades de pensar a existência regional, é, sobretudo, compreender um processo que, ao impossibilitar uma efetiva escrita da história, tornou possível a criação de uma alternativa institucional e oficial de registro histórico e de produção da história regional, antes dependente do IHGB.

Nesse sentido, o discurso de Caldre e Fião torna-se emblemático ao afirmar que a missão de tratar da história local cabe ao Instituto regional. As palavras do orador oficial revelam o desejo de não apenas integrar a história nacional através da coleta dos documentos históricos, mas também de emitir sua própria interpretação sobre os eventos relativos à Província.

No entanto, antes de produzirem tal interpretação da história, seria necessário resolver as tensões e conflitos que se perpetuavam através das divisões políticas internas, como efeito da guerra civil. Afinal, construir uma narrativa histórica que afirmasse o leal pertencimento dos rio-grandenses ao Brasil envolvia uma delicada questão correspondente, que emergia da condição de derrota que pairava sobre aqueles combatentes que, a despeito de manterem suas patentes de oficiais militares, pelo Acordo de Paz assinado em Ponche Verde, foram temporariamente afastados do serviço militar. Embora passados 15 anos desde o término de um conflito, que durara uma longa década, como equacionar debaixo do mesmo discurso os interesses de ex-líderes da república farroupilha com os daqueles que os combateram?

Com tais obstáculos e melindres, lidavam os homens de armas e de letras envolvidos na constituição de um lugar apropriado para preservar a memória das realizações rio-grandenses e para produzir uma escrita adequada sobre feitos permeados de ambigüidades; sem contar nem mesmo com o distanciamento temporal, de fato tão profundamente marcante na vida da Província e de seus habitantes, e que ainda mobilizava tão amargos sentimentos, conforme testemunham as dificuldades enfrentadas por Domingos José de Almeida na realização de sua tentativa de escrita da história.

Assim, o que essa coleção de sete números da *Revista do IHGPSP* nos permite ver são as sucessivas tentativas dos letrados rio-grandenses em produzir um conjunto significativo de

informações sobre a Província que se constituísse em acervo documental para a escrita da história da região e, com isso, apresentar-se como outra possibilidade de produção historiográfica.

Enquanto ideias republicanas e abolicionistas ganhavam cada vez mais adeptos integrando um conjunto maior, denominado por Silvio Romero de um “bando de ideias novas”²¹ que alvorçavam o horizonte da política imperial brasileira e caracterizariam a chamada *geração de 1870*, surge em Porto Alegre, em 1868, a Sociedade do Parthenon Litterario, que se inicia no ano seguinte à edição da *Revista Mensal*, e que existiria por 10 anos.²² Publicou em suas páginas tudo aquilo com que sonhara *O Guayba* - biografias de personagens ilustres da história da Província e do Brasil, poesias, contos e romances baseados em acontecimentos da história sul-rio-grandense - e realizou em parte alguns objetivos do IHGPSP. Enfim, estes se transformaram em registro histórico das memórias que invadiram as páginas dessa persistente revista, como persistentes foram as práticas letradas que possibilitaram essa transformação.

A *Revista Mensal do Parthenon Litterario* destaca-se entre as demais publicações literárias sul-rio-grandenses pela duração, pelo número de colaboradores que publicaram em suas páginas (78 autores, entre os quais 8 mulheres) e pelo conteúdo (em média 32 páginas por exemplar). Apesar das dissidências, mudanças de nome e das interrupções, a *Revista Mensal*

²¹ A maior parte das categorias que compõem a formulação de Romero (*Filosofia no Brasil*, 1878) ainda não eram tão amplamente discutidas pelos letrados rio-grandenses, tais como: darwinismo, positivismo, spencerianismo, liberalismo. Junto a esses “ismos” estavam presentes como problemas políticos-sociais o abolicionismo e o republicanismo, que indicavam questionamentos da ordem sociocultural e, no limite, mudanças de práticas disseminadas e consolidadas, assim como estimulavam a criação de espaços alternativos de discussão, como os periódicos literários, e o estabelecimento de outras redes de relação entre os grupos que constituíam “os letrados” reunidos em torno deles. Sobre as críticas dirigidas à produção de classificações teóricas estabelecidas a partir das ideias como “agentes do processo”, no qual os “intelectuais” são apenas seus meros portadores, ou que estes seriam “ideólogos” das ações dos “políticos” como se tais esferas de inserção social no Brasil fossem autônomas, ver Alonso, 2002. Sobre a escrita historiográfica em Silvio Romero, ver Turin, 2005, e sobre as críticas ao “bando de ideias novas”, ver esp. p.106-109.

²² A Revista da *Sociedade do Parthenon Litterario* sofre algumas alterações durante os dez anos de sua existência. Primeiro, seu nome se inicia como *Revista Mensal do Parthenon Litterario*, e depois passa a denominar-se *Revista do Parthenon Litterario*. A circulação também sofre algumas interrupções: em 1869 (circula de março a dezembro). Fica suspensa em 1870 e 1871. Retorna em 1872 (de julho a dezembro). Em 1873, 1874 e 1875, a circulação mensal é constante. Em 1876 é publicada de janeiro a maio. Em 1877 é publicada quinzenalmente (de agosto até outubro), e em novembro e dezembro volta a ser mensal. Não é editada em 1878, e em 1879 circula mensalmente de abril a setembro.

do Parthenon publicou 71 exemplares durante os anos em que esteve em circulação. Por suas páginas passaram homens, mulheres, jovens em formação e maduros letrados, os quais – alguns mais do que outros – envidaram esforços e contribuíram para o cumprimento do propósito proclamado da primeira à última série: “criar uma tribuna para a pugna oratória”. Combatendo tenazmente na “liça da imprensa” e transpondo, insistentemente, o vocabulário do campo de batalha para a disputada arena literária, lograram substituir “a espada pela pena e o braço pela ideia”.²³ Em 1879, derradeiro ano de aparecimento da Revista agora denominada Contemporânea, apresenta-se novamente aos leitores:

É ainda o mesmo lidador de outrora que batalha pela causa da liberdade, tendo por engenhos de guerra a palavra e a pena, e por castelo roqueiro, a escola. (Revista Contemporânea, n. 1, 1879)

A tríade palavra, pena e escola caracterizam bem as intenções de luta, as armas e a arena em que a *Gendelette* do Parthenon, convertida semanticamente em *Gendarme*, escolheu para combater (GOMES, 2008). Entre os temas mais recorrentes estão: a escravidão tratada em poesias, romances, textos teatrais, contos; o Brasil que recebe homenagens, no *Sete de setembro*, com muitas poesias; também a religião, a mulher, a educação e a sociedade são muito discutidas entre os partenonistas em conferências, discursos e teses.

No que concerne ao campo histórico, a contribuição da *Revista do Parthenon Litterario* é considerável, apresentando em seu conjunto 27 biografias, 10 necrológios ou discursos fúnebres, 3 artigos e 7 poesias em homenagem a personalidades; destes, 22 biografias, 9 necrológios, 1 artigo e as 7 poesias referem-se a rio-grandenses. Fatos históricos variados que servem de tema literário comparecem nas páginas da revista. Destacamos um romance (*O vaqueano*), dois contos (*A faca dum valeiro* e *Um farrapo não se rende*) e um poema (*A evasão*), que se referem a episódios da Revolução Farroupilha (respectivamente, a batalha de Laguna; o cerco de Porto Alegre; a pacificação e a fuga de Bento Gonçalves da prisão na Bahia).

²³ As expressões foram extraídas respectivamente do “Programa”, da Revista Mensal n. 1, de 1869 e da “Introdução”, da Revista Mensal n. 1, de 1872.

Em maior número e substancialmente significativos, são os artigos sobre temas históricos que aparecem sob a rubrica de *Tese* ou *Tese histórica*. Das 5 teses publicadas, 2 tratam da história da Província; e exclusivamente acerca da guerra civil são os *Dados Históricos sobre a Província*, que aparecem 10 vezes (entre correspondências, proclamações e avisos e Atas).

Tal conjunto documental oferece-nos a possibilidade de analisar o procedimento de seleção dos eventos publicados, os posicionamentos sobre a guerra civil, os personagens escolhidos para serem lembrados e ainda o tipo de interlocução existente entre as publicações. Ou seja, a repercussão de ideias, argumentos ou questionamentos acerca da história sul-rio-grandense entre os sucessivos grupos de letrados nos respectivos órgãos de divulgação.

O quarto periódico ou revista literária a juntar-se ao *corpus* selecionado é a *Murmúrios do Guahyba – revista mensal consagrada às letras e à história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, que circulou em Porto Alegre de janeiro a junho de 1870; curta existência, que totalizou seis exemplares com 240 páginas, mas foi suficiente para demonstrar a necessidade desses periódicos naquela sociedade e, sobretudo, por sua preocupação com a história rio-grandense.

José Bernardino dos Santos, também membro do Parthenon Litterario, era o proprietário, editor e principal redator da revista. É de sua autoria a seção dedicada à história, na qual são apresentadas transcrições de documentos sobre a *Revolução da Província (1835 a 1845)* ou *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, títulos desta seção.

Se *O Guayba* foi o primeiro periódico a propor um concurso de biografias, a *Murmúrios do Guahyba* é a primeira, na capital, a apresentar as transcrições de documentos sobre a Revolução de 1835, atitude que é seguida pela *Revista do Parthenon*. Além disso, o conjunto de 5 exemplares encontrados para a pesquisa apresentam 2 artigos sobre a Guerra do Paraguai, um romance que descreve o ambiente da guerra civil e uma biografia, temas que reafirmam o interesse no registro histórico, na discussão dos efeitos da guerra e na preservação da memória dos acontecimentos.

Assim, ao produzirem textos ou transcreverem documentos e iniciarem a sua publicação nos periódicos, aqueles homens de letras deram início à formação de um duplo acervo documental, um relativo aos documentos publicados pertencentes a coleções públicas ou particulares, e outro referente à produção periodística dedicada ao cultivo da memória e da história da Província. Tais publicações, convertidas em fonte histórica, tornam-se testemunhas da escrita pública, das escolhas de registro histórico e da existência de associações literárias sul-rio-grandenses. A sobrevivência desse conjunto documental é, portanto, representativa de um desejo de perpetuar uma memória sobre as práticas letradas da Província, demonstrando que o espaço criado para o exercício e afirmação dos letrados sul-rio-grandenses, nos periódicos literários, pode assinalar um começo institucional de produção tanto literária quanto historiográfica na Província do Rio Grande do São Pedro.²⁴

III. OS PERIÓDICOS LITERÁRIOS: UM PERCURSO DE LEITURA

As pesquisas sobre a historiografia têm-se dedicado, cada vez com mais profundidade, a compreender as escolhas ou abordagens realizadas pelos historiadores no processo de construção narrativa da história. Portanto, nada é mais apropriado do que explicitar tanto os procedimentos adotados na seleção dos textos que conduzem esta análise, como o modo de interpretá-los.

A seleção dos periódicos literários instituídos em fontes históricas foi explicada anteriormente. Assim, para que essas fontes contribuam para responder à formulação central desse estudo, foi necessário um mapeamento dos temas, dos autores/redatores e das rubricas adotadas pelos periódicos para classificar os textos publicados.

Tal levantamento levou ao estabelecimento de dois eixos que estruturaram a pesquisa. O primeiro atém-se ao ambiente ou lugar de constituição da produção literária na Província do

²⁴ Este começo – de constituição de um ambiente favorável ao florescimento de uma cultura histórica – é pensado tal como sugere Flora Süssekind (1990, p.19), a partir do arcabouço teórico de Michel Foucault sobre “origens” e “começos”, visto que, em seu estudo sobre “o processo de constituição do narrador de ficção na prosa romântica brasileira”, ela não pretende tratar “propriamente de “origens”, mas de um “começo histórico”, o do narrador de ficção no Brasil”. Neste sentido, o começo histórico da formação de uma escrita da história sul-rio-grandense tem início num percurso tão descontínuo quanto persistente dos letrados reunidos em torno dos periódicos literários.

Rio Grande de São Pedro do Sul, composto pelos periódicos e seus colaboradores. E o segundo refere-se às práticas letradas que envolvem o tipo de produção textual publicada, considerando que esse é um espaço compartilhado por narrativas de ficção, registros históricos e relatos biográficos que organizam um “imaginário” (Baczko, 1985, p.309) e constroem uma “memória social” (Halbwachs, 2004, p.93) sobre determinados eventos ou personagens em detrimento de outros.

Eixos que não são paralelos, mas entrelaçados, pois resultam daquela configuração formulada por Certeau (2002, p.202), segundo a qual um *espaço* é o resultado de um *lugar praticado*. Assim, o espaço produzido a partir das práticas literárias é, simultaneamente, um “espaço de experiência”, no sentido de vivências compartilhadas por sucessivas gerações de letrados que participam ou recriam “horizontes de expectativa” (Koselleck, 2006, p.309-310), que esboçam possibilidades de escrita da história sul-rio-grandense e constroem outro modo de inserção no “espaço público” (Morel, 2005, p.18). Isto é, outro modo de ação política na capital dos rio-grandenses, já que os impressos periódicos são o meio pelo qual se manifestam os atores sociais que não estão vinculados apenas ao âmbito do governo.

As narrativas de ficção são trazidas para a análise porque nos permitem o acesso ao imaginário social e suas diferentes representações (Lima, 2003). Ou seja, as diferentes interpretações dos códigos culturais presentes na sociedade sul-rio-grandense por meio de uma memória disseminada pela tradição, assim como das rupturas com tal tradição pelas transformações que ocorrem no interior do tecido social - pois, conforme ensina Koselleck (1977, p.91), os textos (de ficção ou não) tomados como fontes, são pontos de partida na análise historiográfica que iluminam o caminho da investigação, permitindo questionamentos sobre uma realidade existente além dos textos.²⁵

Isso significa ver o texto literário como um valioso vestígio remanescente de uma época escoada, na qual a linguagem utilizada na materialização do imaginário pode revelar – através de suas transformações e/ou permanências nos modos de designar, de descrever, de perceber-se a si e aos outros numa sociedade – as escolhas ou seleções que, ao tornarem visíveis as classificações identitárias e socioculturais, conferem à narrativa ficcional uma

²⁵ Sobre os “sistemas de representação” e “representação poética”, ver especialmente o capítulo II: O questionamento das sombras: mimesis e modernidade (LIMA, 2003).

significação “dentro de um contexto mais amplo de convenções e suposições” (Lima, 2003, p.93) que produzem e reproduzem as matérias da memória social.

A relação do texto com o real (que pode, talvez, definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o com um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. O que leva, antes de mais nada, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos, e cujas regras de organização, como a elaboração formal, têm em vista produzir mais do que mera descrição. O que leva, em seguida, a considerar que os “materiais-documentos” obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores, e onde se estabelecem as regras de escrita próprias do gênero de que emana o texto (Chartier, 2002, p. 63).

Nesse sentido, tratar os textos literários com estrito rigor historiográfico – isto é, como registros que representam um modo de percepção datado que, embora vinculados a um autor, agem na sociedade à revelia deste e em conformidade com a recepção dos leitores, que lhes emprestam outras dimensões de significação, assim como concedem ou recusam-lhe o crédito quanto ao modo como são representados – significa dizer que os escritos devem ser tomados à luz de seu próprio tempo e no interior do sistema de representações que rege tal sociedade, não como *relatos verdadeiros*, mas como um *referente* de uma *visão-interpretação* do autor/narrador sobre sua época e sua história (Gomes, 2006, p.16 e Pesavento, 2004, p.83).

Embora a *criação* e a *invenção* sejam parte do aparato intelectual humano que possibilita um modo de intervenção na realidade através da expressão da subjetividade, elas não devem, entretanto, ser confundidas com o que é aqui considerado como um “imaginário social”, entendido como os parâmetros de julgamento e opiniões produzidos no interior de uma sociedade, manifestados de maneira às vezes sutil ou subliminar nas relações cotidianas através de gestos e/ou palavras - que, com efeito, compõem e agregam significados às vivências individuais ou coletivas, permitindo ao mesmo tempo reconhecer que é possível formar uma idéia sobre algo que, necessariamente, ainda não tem forma concreta, não existe materialmente, mas que integra a realidade como pensamento-conceito.

Considerando, portanto, que a materialização do pensamento através da escrita é uma forma de representação que manifesta a ambiguidade da existência humana, ou seja, contém simultânea e necessariamente uma dimensão real e imaginária. Então uma distinção entre real-verdadeiro *versus* imaginário-falso é uma dicotomia ilusória – tanto quanto a clássica oposição razão *versus* paixão –, porquanto ambos, real e imaginário ou razão e paixão, constituem a essência do pensamento – e do ser – humano, seja como motivação, seja como ação. Assim, a maneira como esses escritores pensaram e representaram o seu mundo é tão concreta e real quanto o próprio mundo material, de tal modo que, consideradas nestes termos, as idéias, quando escritas, tornam-se ações semânticas, e quando publicadas, tornam-se ações sociais compartilhadas.

E estas ações ou práticas sociais sofrem modificações que indicam que as representações do mundo social são historicamente construídas pelos indivíduos a partir de necessidades e indagações diante de um presente qualquer. Portanto, as transformações ou atualizações na forma de percepção do mundo podem ser captadas pelo historiador através da escrita, da pintura, da música, ou pelas instituições culturais, políticas e sociais que lhes dão suporte, assim como pela ausência ou desaparecimento de qualquer destes meios de representação e apresentação (Burke, 2005).²⁶

Assim, é tão necessário captar as formas de proceder de uma sociedade, isto é, seu modo de agir, de pensar e de dizer, quanto é igualmente fundamental captar o seu modo de reagir e de modificar seu entendimento sobre as coisas e o mundo através do manejo da linguagem - pelas palavras que escolhem para julgá-las, nomeá-las ou descrevê-las -, dos gestos ou comportamentos que resolvem adotar, modificar ou eliminar, bem como dos temas e fatos escolhidos para lembrar/esquecer (Lima, 2006, p.382 e Burke, 2005, p.95-96). Por esses motivos, as reações de qualquer natureza são um importante testemunho de como o ordenamento social se mantém, e de como se rompe ou se transforma, por quais meios, quais práticas e que discursos os acompanham. De tal modo que conflitos, revoltas, revoluções, embates de qualquer natureza – de corpo ou de alma, de sangue ou de tinta – são considerados como uma forma de vestígio que produz um eco geracional que se prolonga no tempo (ao

²⁶ Sobre a importância dos estudos sobre as variações nas práticas sociais, ver principalmente o capítulo “Um novo paradigma?” (BURKE, 2005).

qual podemos chamar de memória), expondo os modos de pensar e de sobreviver de determinado grupo social, num dado lugar ou período histórico (Gomes, 2006, p.26).

Explicada a importância das narrativas ficcionais, instituídas em fontes históricas, convém explicar o posicionamento dos relatos biográficos diante desses estreitos liames que vinculam as narrativas literárias no século XIX. Os *esboços biográficos*, *notícias biográficas* ou *necrológios* (ou ainda, discursos/elogios fúnebres), publicados nos periódicos, especialmente os literários, cumpriam a dupla função sociocultural da homenagem ou encômio e da pedagogia do exemplo, ou seja, da valorização do comportamento modelar a ser seguido pelos pósteros. Essa premissa aplicada à escrita da história fornece a representação mais apropriada do regime de historicidade ao qual estavam submetidos os letrados brasileiros do oitocentos, ou seja, a *historia magistra vitae*, já que, como mestra da vida, cabia à história perpetuar os bons exemplos das vidas dos grandes homens ou, conforme o título dessa seção na Revista do IHGB, “os homens notáveis por letras, armas e virtudes” (Enders, 2000 e Oliveira, 2007).

De todo modo, os *registros biográficos* dos ilustres rio-grandenses escolhidos para serem lembrados dão acolhida à escrita da história nas páginas desses periódicos e são parte importante do processo de construção dessa escrita. O que, entretanto, devo esclarecer é o meu entendimento sobre esse tipo de *registro histórico*, pois este não deve ser compreendido como a narrativa historiográfica em si. O que denomino por *registro histórico* é todo dado, informação ou documento que é publicado nos periódicos sem a análise, reflexão ou interpretação histórica explícita, embora não desconsidere que ele seja produto de uma prática historiadora: a escolha, tanto do conteúdo quanto da localização no interior do periódico e de suas classificações temáticas.

No entanto, é importante ressaltar que, nesse período inicial da escrita pública da história local, considero que os relatos biográficos são um tipo de *registro histórico* que não configuram, necessariamente, uma narrativa historiográfica. São *registros históricos* efetuados com base na memória ou opinião de um biógrafo-memorialista, a partir de sua experiência direta com o biografado ou da *voz da tradição*. Isto é, de informações consolidadas e compartilhadas na comunidade que serão reproduzidas e publicadas pelo biógrafo-memorialista/cronista, e não pelo historiador submetido às regras de escrita, de

método e, principalmente, de fontes documentais, tal como estabelece o rigor historiográfico do século XIX (e com poucas variáveis) até os dias atuais.

Tais relatos biográficos compõem o conjunto dos “discursos sociais” (Angenot, 1992) sobre certo tempo, lugar e pessoas, conferindo ao seu autor/narrador o papel de transmissor daquelas informações que, a partir de sua publicação, tornam-se uma referência histórica porque saem do domínio da oralidade para tornarem-se *registro histórico*, transferem-se do campo da *história-memória* para ingressar na *memória-histórica* ou historiografia.²⁷ A constituição de uma base documental (configurada em fonte histórica) torna possível a escrita da história de sua produção (tanto das biografias como da prática historiadora em si), conforme a estamos realizando nesse momento, permitindo que os periódicos literários sejam entendidos no duplo estatuto de arquivos e documentos históricos, já que, como instituições, produzem, selecionam, guardam e organizam um conjunto documental dos quais fazem parte, e nesse caso específico arquivam as memórias dos biógrafos sobre os biografados e seu tempo, sendo que, em alguns casos a ênfase no segundo é notória. (Ricoeur, 1997, p.196-209).

Assim, para estabelecer e acompanhar um percurso possível de construção da escrita da história sul-rio-grandense através dos periódicos literários, foi necessário estabelecer três subdivisões temáticas correspondentes às práticas letradas: as biografias e homenagens a personalidades; os artigos sobre temas históricos e documentos relacionados ao Rio Grande do Sul; e o aproveitamento literário de temas históricos.

Tais subdivisões tornam possível analisar e discutir, por meio das biografias, as diferenças entre memorialistas e historiadores. Os artigos e documentos evidenciam as dificuldades e as preocupações com a interpretação e a preservação das fontes históricas, e os gêneros literários demonstram outras opções de abordagem e interpretação da história. Mas, sobretudo o que os textos publicados revelam, através da seleção dos temas e personagens

²⁷ Aqui, vale destacar a definição de Angenot do discurso social como um sistema organizador do trabalho discursivo numa sociedade, visto que na produção de um texto socialmente compartilhado, ou seja, publicado em livro, jornal ou panfleto “os traços específicos de um enunciado são marcas de uma condição de produção, de um efeito e de uma função. O uso em vista do qual um texto é elaborado deve ser reconhecido em sua própria organização e em suas escolhas languageiras” (ANGENOT, 1992, p.11).

exemplares, é o tipo de imagem/memória que os letrados queriam preservar para o futuro, qual a sua expectativa de transmissão em relação a sua experiência.

Apresentadas as fontes, estabelecidos os eixos de abordagem, principais conceitos e divisão temática, convém expor, sumariamente, o conjunto de autores e leituras selecionadas para empreender esse extenso percurso de suportes e aportes teórico-metodológicos que contribuíram na construção de um caminho que é individual, por necessidade, mas nunca solitário, e que expressa o compartilhamento dos saberes, das experiências com fontes periódicas e das expectativas em relação às possibilidades interpretativas que se descortinam por entre afinidades eletivas e exclusões nem sempre voluntárias.

As pesquisas em periódicos têm prestado uma grande contribuição à escrita da história há muito tempo, tanto em termos de novas abordagens como fonte histórica, como na renovação dos objetos de pesquisa, principalmente a partir das interpretações com base na história cultural que compreenderam seu conteúdo não como mero reflexo da realidade social, mas como práticas e representações que constroem historicamente uma realidade sociocultural. No Brasil alguns trabalhos pioneiros foram realizados na década de 1960, por Gilberto Freyre (1963), sobre o perfil ou descrição dos escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Pesquisa que forneceu base para o desenvolvimento de outros autores como Lilia Schwarcz (1987, p.15), que buscou “a recuperação e o entendimento da dinâmica que se estabelece, de construção e manipulação de representações sobre o negro cativo ou liberto no período final do processo abolicionista” nas notícias de vários periódicos paulistas. Ainda no contexto da abolição, há o importante trabalho de recuperação de fontes de Leonardo Dantas da Silva (1988), que publicou edições fac-similares de jornais e revistas abolicionistas de Pernambuco de 1876 a 1891.²⁸

Os anúncios também foram base para a pesquisa de Delso Renault (1969 e 1978), que buscou recolher vestígios da vida urbana nos jornais da Corte de 1808 a 1850 e de 1850 a 1870, produzindo um significativo conjunto de informações dispersas em vários periódicos que contribuem para uma visão inicial sobre a sociedade da Corte. Esta foi discutida e

²⁸ As referências completas estão indicadas nas referências bibliográficas.

aprofundada por Maria Beatriz Nizza da Silva (2007), através da análise da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1808 a 1822, que se deteve sobre as maneiras de existência no cotidiano dessa sociedade. Assim como, sob outra perspectiva de abordagem dos jornais, Isabel Lustosa (2000) se debruçou sobre o aspecto político das discussões e embates travados entre periodistas e periódicos cariocas no período da Independência (1821 a 1823). Na investigação dessa urbanidade carioca, Flora Süssekind (1986) percorreu outros periódicos, as *Revistas de Ano*, que registravam com alguma comicidade ou melancolia as reformas urbanas e a modernização da vida na capital em fins do século XIX, ou em seu estudo sobre “o processo de constituição do narrador de ficção na prosa romântica brasileira” (1990), no qual a autora tratou do “começo histórico” do narrador de ficção no Brasil a partir dos textos literários (folhetins) publicados entre 1830 e 1840 em periódicos cariocas.

Outra pesquisa que se concentrou nos anúncios, produzindo um valioso instrumento de pesquisa com a publicação do material recolhido em fontes primárias, é o trabalho organizado por Marymarcia Guedes e Rosane Andrade Berlink (2000), que compilaram centenas de anúncios do século XIX em jornais de sete estados brasileiros, permitindo em muitos casos a comparação dos modos de apresentação dos produtos e serviços oferecidos, e a problematização tanto dos aspectos formais quanto discursivos referentes às expressões culturais de cada região.

Dos anúncios que abrem possibilidades para a investigação da vida cotidiana em seus múltiplos aspectos, passamos a outra forma de disponibilização das pesquisas em periódicos, ou seja, as grandes e vastas listagens de jornais e revistas existentes em arquivos públicos, bibliotecas e outras instituições de preservação e guarda de hemerotecas. Entre os primeiros trabalhos realizados com essa finalidade está o de Affonso A. de Freitas (1915), que compilou e historiou jornais paulistas desde 1823 até 1914, elaborando um precioso instrumento de pesquisa para acompanhar o desenvolvimento da imprensa em São Paulo. Outra listagem de consulta obrigatória é o *Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (1808-1889)*, organizado pela Biblioteca Nacional na gestão de Plínio Doyle (1965). E também a catalogação realizada por Luiz do Nascimento (1969, 1970, 1972) dos periódicos publicados em Pernambuco de 1821 a 1900, oferecendo um impressionante panorama da produção

periodística naquela capital, bem como o *Catálogo dos jornais publicados nos municípios de Pernambuco* (1984), referente ao acervo do arquivo público do estado.

João Gualberto de Oliveira (1978) também apresenta sua compilação de periódicos em São Paulo de 1823 a 1977, oferecendo classificações temáticas e por instituições. Há o catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistanas (1870 a 1930), organizado por Heloísa Faria Cruz (1997), e o de Ana Luiza Martins (2001), da imprensa em São Paulo em tempos de República (1890-1922); a listagem da Coleção CECULT (2002) do Arquivo Edgard Leuenroth, com periódicos dos séculos XIX e XX de vários estados brasileiros, e a compilação de Almanques europeus e brasileiros (do século XVIII ao XX), realizada por Marlyse Meyer (2001).

Entre as edições fac-similares e as compilações de artigos ou crônicas de autores brasileiros consagrados, destaco as crônicas de José de Alencar (s/d) publicadas no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio* entre 1854 e 1855, e os artigos de Machado de Assis (1942 e 1944) publicados na *Gazeta de Notícias* entre 1892 e 1900, que proporcionam esse delicioso transporte à vida urbana do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pela lente crítica desses escritores. Vale apreciar também a edição fac-símile da revista modernista *Klaxon* (1976), não apenas pelo prazer da boa leitura, mas também para apreciar a diagramação nada ortodoxa dos modernistas paulistanos e suas ideias nada convencionais. Dos periódicos do século XIX, *O Polichinello*, edição fac-similar (1981), é um presente para qualquer pesquisador dedicado ao tema e ao recorte temporal: são 38 fascículos ricamente ilustrados que circularam durante o ano de 1876 em São Paulo.

O século XXI trouxe uma revalorização do acervo brasileiro de periódicos do século XIX. Temos as edições fac-similares comentadas por eméritos historiadores e pesquisadores da imprensa e da literatura no Brasil, como *O Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), edição em 3 volumes, da Biblioteca Nacional, com estudo crítico de Marcello e Cybelle de Ipanema (2005); a *Nitheroy Revista Brasiliense de ciencias, letras, e artes* (1836), edição fac-símile portuguesa em CD-Rom (2006); *O Patriota* (1813-1814) é outro periódico reproduzido por meio digital e disponibilizado aos pesquisadores, juntamente com uma cuidada edição de historiadores dedicados ao tema e ao período, editado pela FIOCRUZ e pela Biblioteca Nacional (2007); *O Espelho: revista semanal de literatura, modas, indústria e*

artes (1859-1860) é outra edição fac-similar da Biblioteca Nacional (2008), que nos permite esse vislumbre da sociedade e da cultura da Corte durante o segundo reinado e o *Ostensor brasileiro: jornal literário e pictorial* (1845-1846) é a mais recente publicação da Biblioteca Nacional (2010) nesse movimento de recuperação e disponibilização de fontes periódicas nacionais. Existem outras edições fac-símiles, inclusive indicadas nos prefácios e apresentações desses que aqui indiquei; entretanto, me detive nas reproduções que possuo e que consultei a fim de explicitar meus caminhos de leitura.

Pesquisar qualquer aspecto da história da imprensa, seja utilizando os periódicos como fonte ou como objeto principal, conduz o historiador a muitas possibilidades de abordagens e problematizações. Mas, sobretudo pensar sobre produção e circulação de jornais e revistas é pensar sobre a vida urbana, sobre práticas de leitura e escrita, sobre a formação de círculos letrados, associações, enfim, sobre a vida letrada na cidade. Nesse sentido muitos são os autores que vêm ampliando as temáticas e aprofundando o conhecimento por meio de métodos de levantamento de dados e cruzamento de informações de fontes variadas. Entre os que contribuem nessa pesquisa estão: Cruz (2000), Lajolo e Zilberman (2001, 2002 e 2003) e Martins e Luca (2006); Abreu (1999 e 2006); Abreu e Schapochnik (2005), Dutra e Mollier (2006) e Neves (2002, 2006 e 2009); Broca (1979 e 2004), Machado (2001) e Garmes (2006).

Cada um desses pesquisadores fornece preciosas indicações teóricas e metodológicas para as inúmeras abordagens temáticas e reflexões sobre as fontes periódicas. Salienta-se, a partir das datas de publicações sobre o tema dos periódicos e das práticas letradas no Brasil, o grande impulso que o tema ganhou do final do século XX para a primeira década do século XXI, demonstrando o quanto as pesquisas se intensificaram e produziram novas problematizações e possibilidades interpretativas a partir das grandes catalogações e listagens efetuadas pelos primeiros pesquisadores. Passou-se da quantificação para a qualificação das discussões em torno da produção periodística em particular, e da cultura letrada em geral.

Cabe ainda uma última lembrança nesse percurso de leituras, afinal, não se faz história com a imprensa sem os respectivos compêndios sobre o tema. Assim, Sodré (1966) continua sendo referência obrigatória dentro da perspectiva das grandes coletas descritivas; e o trabalho coletivo organizado por Martins e Luca (2008) reunindo vários pesquisadores a fim de construir um painel ao mesmo tempo amplo, mas com temáticas específicas sobre a história

da imprensa no Brasil, revelando esse novo modo de leitura das fontes e suas múltiplas problematizações. Nessa mesma linha seguem Neves, Morel e Ferreira (2006). Morel e Barros (2003) apresentam um recorte temporal específico, o século XIX, e nele mantêm suas discussões. E Barbosa (2010), através da abordagem da história cultural e social dos impressos, constrói uma obra abrangente sem reduzir-se a listagens, realizando uma pesquisa de fôlego sobre o jornalismo brasileiro no século XIX e suas nuances.

No Rio Grande do Sul, os periódicos foram inicialmente utilizados para a compilação da produção literária regional. Esgotado o interesse imediato de resgate dos primeiros registros poéticos da Província de São Pedro, conforme o demonstram as obras *História Literária do Rio Grande do Sul* (1930), de João Pinto da Silva, primeiro historiador da literatura regional, e *História da Literatura do Rio Grande do Sul* (1956), de Guilhermino Cesar, os pesquisadores rio-grandenses voltaram-se a outras possibilidades de abordagens dos periódicos.

Athos Damasceno Ferreira destaca-se porque busca, em variados periódicos, a vida urbana da capital e suas manifestações culturais durante o século XIX, produzindo um conjunto considerável e incontornável para os pesquisadores da imprensa sul-rio-grandense de ontem e de hoje. Obras como *Jornais críticos e humorísticos* (1944), *Palco, Salão e Picadeiro* (1956), *Imprensa caricata* (1962), *Gabinetes de Leitura e Bibliotecas do Rio Grande do Sul* (1973) e *Imprensa Literária* (1975) fornecem um precioso manancial de consulta para os pesquisadores da imprensa porto-alegrense do século XIX.

No âmbito das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1985) foram realizados muitos trabalhos no intuito de organizar e tornar disponíveis, por meio de publicações incentivadas pelo governo do Estado, muitas fontes referentes a esse importante acontecimento da história rio-grandense. A maioria das pesquisas sobre o periodismo sul-rio-grandense, no século XIX, concentra-se no período revolucionário e no período que segue a partir da fundação do Parthenon Literário (1868), principalmente a partir da publicação da Revista Mensal da associação (1869), que persistiria até 1879, com algumas interrupções. Tais pesquisas se voltaram para as questões sobre a produção literária regional.

É importante ressaltar que, por meio das pesquisas realizadas sobre o período da guerra civil, possuímos hoje um conjunto bastante abrangente de referência sobre o período revolucionário, mas é necessário que as pesquisas persistam para que se continue a construção desse percurso de preservação da memória histórico-literária de Porto Alegre, através do cotidiano publicado nas páginas dos jornais.

Importa ainda citar alguns trabalhos de referência realizados com os periódicos no âmbito das pesquisas de mestrado e doutorado. Maria Eunice Moreira, no estudo para sua tese de doutorado (1989) intitulada *Nacionalismo Literário e Crítica Romântica* (publicado em 1991), utiliza revistas e jornais literários para perceber como os intelectuais brasileiros apropriam-se do pensamento romântico europeu a fim de construírem as diretrizes que norteiam a concepção de Literatura no Brasil ao longo do século XIX, principalmente através das ideias sobre a nacionalidade presentes nos artigos de crítica literária. Assim como Carlos Alexandre Baumgarten, pesquisador dedicado a estudar no mestrado questões de *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul: 1868 a 1880* (1979), e no doutorado *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo* (1992). Analisando *O Problema da Nacionalidade na Crítica e Historiografia Literária Sul-Rio-Grandense* (2001), o autor aprofunda as reflexões da crítica literária regional em torno do problema da nacionalidade na literatura brasileira que, contidas nos periódicos literários, tratavam de discutir os parâmetros de constituição desta literatura, que devia seguir a emancipação política do Estado e distinguir-se pelos temas, pela maneira mais adequada de aplicação da língua e, finalmente, pela elaboração da representação regional. Ou seja, tais reflexões davam início às primeiras teses regionalistas.

Os questionamentos acerca das primeiras iniciativas de crítica literária na província, concomitantes ao processo de construção de uma literatura nacional e seus vínculos com o estabelecimento de concepções regionalistas, são de suma importância para se acompanhar o processo de utilização dos periódicos literários rio-grandenses no resgate do patrimônio intelectual desta região, que, mesmo envolvida em outras modalidades de inserção na vida nacional, tais como as inúmeras guerras de que participou, ainda assim acompanhou *pari passu* o movimento literário nacional.

Neste sentido, destaca-se a tese de Alexandre Lazzari (2004) *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade* (1860-1910), em que o historiador discute como foi possível a identidade nacional brasileira ter sido imaginada como uma identidade rio-grandense ou “gaúcha”, por meio da análise de grupos literários ou indivíduos que tomaram para si a missão de associar um sentido de nacionalidade às “tradições” (inventadas ou não) culturais e políticas locais. Analisa também a participação dos intelectuais envolvidos com o Parthenon Literário e com o Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), bem como suas relações políticas. O historiador faz um cuidadoso exame sobre as obras, a condição social e as trajetórias de vida de alguns literatos, entre os quais se destaca Apolinário Porto Alegre, figura fundamental deste trabalho.

Na tese de doutorado de Antonio Hohlfeldt, defendida em 1998 e publicada em 2001, o autor realiza um meticuloso levantamento dos jornais porto-alegrenses do século XIX, com maior ênfase nas décadas de 60 a 90, a fim de localizar os romances-folhetins e novelas publicadas nos periódicos. As pesquisas mais recentes com periódicos, principalmente os literários, situam-se no período de existência do Parthenon Literário, como a dissertação (2000) de Mauro Nicola Póvoas, *Literatura e Imprensa em Porto Alegre: a Revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Também está sua tese *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX* (2005), na qual discute as relações entre a preservação da memória e a consolidação do sistema literário no Rio Grande do Sul por meio da análise da produção poética das revistas literárias *O Guaíba* (1856-1858), *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Literário* (1869-1879) e *Corimbo* (1883). Em 2006 defendi minha dissertação de mestrado, publicada em 2009, intitulada *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847 a 1877)*. Nesse trabalho, investiguei o percurso das palavras *rio-grandense* e *gaúcho* na literatura regional e de viagem, a fim de perceber quando o discurso literário converte o sentido sociocultural negativo da designação gaúcho - apelido genérico atribuído aos platinos, inimigos históricos dos rio-grandenses - em gentílico dotado de positividade para uso dos regionais sulinos, tanto na prosa quanto nas poesias publicadas em livros e periódicos, especialmente a *Arcádia* (1867-1869), *Murmúrios do Guaíba* (1870) e a *Revista Mensal do Parthenon Literário*.

Cássia Silveira, na dissertação intitulada *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX* (2008), analisou as relações entre os membros do Parthenon e identificou assimetrias e hierarquias, bem como as relações políticas e de compadrio que articulavam as convivências e conveniências entre os associados. A dissertação de Luciana Boeira *Entre História e Literatura: a formação do Panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX* (2009), também se detém a analisar periódicos de 1860 a 1879 (*Murmúrios do Guahyba*, *Revista do IHGPSP* e *Revista Mensal do Parthenon Literário*), sobretudo os registros biográficos.²⁹

Alguns trabalhos importantíssimos do ponto de vista da utilização e acesso às fontes, foram realizados para os periódicos literários, principalmente da *Revista do Parthenon Literário*, organizado por Lothar Hessel (1976), que ainda não perdeu sua validade como meio eficaz de consulta sobre os temas abordados neste periódico. Também Mauro Nicola Póvoas publica pelo Centro de Pesquisas Literárias (CEPEL), da Pontifícia Universidade Católica, *Murmúrios do Guaíba: índices e antologia* (2001), um excelente trabalho de recuperação de fonte que permite aos pesquisadores um acesso rápido e privilegiado ao conteúdo do periódico. Ainda está a faltar publicação de um trabalho semelhante sobre a *Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico*, que circulou em Rio Grande e Pelotas entre 1867 e 1869. Muitos outros periódicos desse período ainda precisam não apenas de catalogação, mas de investigação cuidadosa para o levantamento de informações sobre as práticas letradas na província do Rio Grande de São Pedro.

Assim, excluídos os trabalhos de organização das fontes, os demais se ativeram a questões relacionadas à construção da identidade regional via Literatura (Lazzari e Gomes), da participação regional na constituição dos critérios definidores de uma Literatura nacional (Moreira) e do papel da crítica literária na elaboração das primeiras teses regionalistas (Baumgarten), utilizando os periódicos literários como registros sobre tais posicionamentos intelectuais. Assim como as demais questões investigadas, mas que situaram suas pesquisas,

²⁹ Boeira também apresenta e discute as principais pesquisas envolvendo periódicos e a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX e XX.

principalmente, a partir do período de circulação da revista do Parthenon Literário, verdadeiro marco referencial para os estudos sobre a literatura sul-rio-grandense.

Existem ainda muitas possibilidades de indagação aos periódicos, a fim de procurar perceber as relações entre literatura, história/historiografia num espaço compartilhado por ambas que constrói sentidos e significados sobre a cultura regional e em que medida seus discursos se entrelaçam, se complementam ou se distanciam na produção de um imaginário social sobre os rio-grandenses. Esse é apenas um veio de uma imensa jazida a ser explorada.

Por fim, a apresentação dos capítulos.

Antes de se passar à situação das práticas letradas na Província de São Pedro entre 1856 e 1879, foi necessário compreender a constituição social dessas práticas entre os brasileiros para contextualizar o início das publicações periódicas locais, situando-as em relação às demais Províncias, a fim de estabelecer parâmetros sobre a formação de um espaço público de manifestação, avaliando a comunidade de potenciais escritores, a emergência de possíveis leitores e as possibilidades de difusão dos textos, tanto na sociedade letrada quanto entre os iletrados, e o tipo de leitura a que tinham acesso. Assim, o primeiro capítulo *Periódicos, escolas e livros: o cenário das letras na Província (1820-1855)* se concentra nesse aspecto.

Para pensar a relação entre a construção de um espaço para as práticas letradas e as condições de possibilidade para o registro historiográfico sul-rio-grandense no século XIX, considerou-se necessário refletir sobre a constituição do lugar social dessa produção, ou seja, as Revistas Literárias nas quais essa prática se efetivava. Assim, o segundo capítulo, *Periódicos literários: registro da história e arquivo da memória* detém-se sobre este aspecto.

O terceiro capítulo, *Da cultura literária à cultura histórica*, analisa a emergência dos primeiros registros históricos (biografias, narrativas memorialísticas, transcrições de documentos originais), assim como os textos literários que apresentam temáticas históricas relacionadas à guerra civil, além das obras (Memórias e Diários) que não foram publicadas contemporaneamente, mas apresentam juízos e reflexões sobre os eventos revolucionários e seus personagens. Busca-se perceber o movimento de institucionalização das práticas letradas como resultado de um encadeamento sucessivo de publicações periódicas que apresentam

preocupações complementares com a preservação da *memória-histórica* da Província, a partir da valorização da coleta de documentos históricos para a futura escrita do passado regional.

Se essa gazeta é verdadeira, é de crer que nem todas as verdades estão nela. Também elas não deveriam estar. (...)

Ainda que elas (as gazetas) sejam com frequência repletas de falsas notícias, elas podem, todavia, fornecer bons materiais para a História.

Voltaire – *Encyclopedie*

1. PERIÓDICOS, ESCOLAS E LIVROS: O CENÁRIO DAS LETRAS NA PROVÍNCIA (1820-1855)

Ao referir-se ao *Correio Braziliense* e à primeira geração da imprensa periódica no Brasil, Marco Morel (2008, p.30) afirma que essas publicações não surgiram em meio a um completo vazio – “numa espécie de geração espontânea”. Ao contrário, aconteceram vinculadas às experiências de atividades impressas herdadas de Portugal. Assim, o meio letrado brasílico, embora limitado pelo imenso analfabetismo de sua população, não estava alheio à circulação de impressos que chegavam da Europa, principalmente de Portugal.³⁰

Morel destaca, entre os aspectos que configuram tais experiências, a convivência e aprendizado dos primeiros redatores brasileiros com a imprensa européia, assim como a importância do trânsito dos jovens estudantes brasileiros de Coimbra em outras cidades da

³⁰ Conforme explica Morel “o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido regularmente no continente do Brasil. Desde 1778, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América Portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. O mesmo ocorria com as demais publicações impressas em Portugal e outras partes da Europa, como os 15 periódicos existentes durante o governo (1750-1777) do Marquês de Pombal, ou os 9 que circulavam em Portugal em 1809: tratando de divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, científicos, literários e históricos – e lidos pelos portugueses da Península e da América. Ou seja, havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII.” MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS e LUCA, 2008.

Europa, que os colocava em contato com as produções literárias e periódicas do Velho Mundo. O autor salienta ainda o não pequeno papel desempenhado pelos comerciantes, traficantes de escravos, navegadores e viajantes nessas trocas e difusões da cultura letrada em geral e da imprensa em particular. Chama atenção também para a importância de considerar todo tipo de escritos, impressos e manuscritos, assim como da oralidade na composição do quadro de experiências da sociedade colonial brasileira. Para Morel (2008, p.27-28), as formas de transmissão escritas ou orais “marcam e relacionam-se à imprensa periódica”, pois a partir delas são adotados os códigos sociais de transmissão das ideias praticados pelos jornais.

Portanto, o variado modo de transmissão dos textos que circulavam na Colônia, seja por meio de correspondências particulares ou dos avisos pregados em paredes ou muros, divulgados pela leitura pública ou pelo correr de mão em mão, impressos ou manuscritos trazidos em navios e oferecidos no comércio local, delineiam o conjunto de experiências nas quais emerge e frutifica o periodismo brasileiro.

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e, principalmente, após a liberação da imprensa com a suspensão da censura prévia pelo movimento constitucional do Porto, essas práticas intensificam-se. Desse momento em diante, a imprensa brasileira iniciava com bastante vigor a ocupação do espaço público através da manifestação de posicionamentos políticos. Os anos de 1820 e 1821 marcam, portanto, a emergência de uma opinião pública no Brasil³¹, caracterizada pela ferocidade dos ataques pessoais, aos quais Lustosa denominou “insultos impressos”, nos quais o tom torna-se cada vez mais agressivo, “até alcançar a linguagem que se poderia chamar de impublicável, se publicada não tivesse sido” (LUSTOSA, 2000, p.26).

Seguiu-se então o jornalismo apaixonado das campanhas liberais, definidor de práticas e posturas que subsidiaram o processo de Independência do Brasil. Por aquelas folhas, gazetas, pasquins e panfletos, de duração efêmera,

³¹ Morel (2008, p.33-35) explica que, embora a expressão opinião pública seja polissêmica e polêmica, ela emerge no Brasil ligada às injunções políticas do momento, configuradas a partir da instabilidade provocada pelas exigências portuguesas e pela recente liberdade de expressão na imprensa, que criou o espaço de manifestação pública das ideias, que iam formando uma espécie de “voz geral”. A expressão “voz geral” como conotação para “opinião pública” é utilizada nos jornais do período, como *O Macaco Brasileiro* em 1822, conforme esclarece Neves: “Os escritos transformavam-se naquela “voz geral”, capaz de formar uma opinião pública, novo “termômetro” da política pública, que passava a ser discutida e influenciada pelos vários representantes das elites e não mais apenas pelo círculo privado da Corte.” NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. In: ABREU e SCHAPOCHNICK, 2005, p.410.

delinearam-se linhas editoriais como expressão de grupos políticos inflamados, registros do jornalismo polêmico e contestador da emergência da nação. (MARTINS e LUCA, 2006, p.20)

A circulação desses impressos inicia uma nova maneira de se conduzirem as questões de ordem política, a partir de então lançadas em novos espaços sociais, os cafés, academias, livrarias e sociedades secretas. Conforme explica Neves (2005, p.410), o Paço imperial perde a exclusividade de espaço de discussão reservado aos círculos privados do poder, e as questões políticas ganham as ruas, tornando-se uma preocupação coletiva, “esboçando-se a formação de uma esfera pública de poder” de tal modo que:

Estas ideias liberais e constitucionais inauguraram, por conseguinte, no mundo luso-brasileiro, um intenso debate de ideias, possibilitando um novo relacionamento do indivíduo e da sociedade com o poder da Coroa, e vislumbrando a constituição de um pacto social. Todas essas novidades foram estimuladas pela circulação cada vez mais intensa de folhetos, panfletos e periódicos, que chegavam de Lisboa ou que se imprimiam no Rio de Janeiro ou em Salvador, e que geravam um clima febril também no Maranhão, em Pernambuco, em São Paulo e em outros locais de menor expressão. (NEVES, *op. cit.* 2005, p.399-401)³².

Morel e Barros (2003, p.25-30) demonstram que os jornais publicados no Rio de Janeiro após o decreto sobre a liberdade de expressão, saltam de “apenas uma publicação periódica em 1820 para onze no ano seguinte”, e que a partir de 1831 há “um nítido crescimento da imprensa periódica no Rio de Janeiro”. Com mais de 40 periódicos em circulação, há “uma verdadeira explosão da palavra pública”.³³

Diante das informações apresentadas, cabe considerar que, se por um lado é notório o crescimento dos impressos em circulação, principalmente no Rio de Janeiro - que acompanha a agitada cena política brasileira entre 1821 e 1831, estimulando a discussão pública das questões políticas e difundindo um comportamento novo no cidadão-leitor, ou seja, a formação de uma opinião - por outro lado trata-se de um grupo restrito de cidadãos, que foi ampliado pelo

³² “Característica das sociedades do Antigo Regime, a política era discutida no Paço, sede do governo e centro da vida pública, enquanto domínio de uma elite socialmente coesa e profundamente segura de seus interesses.” (NEVES, *id. ibidem*, p.399-401).

³³ Para um aprofundamento sobre a difusão dos periódicos no mundo luso-brasileiro a partir de 1820, ver especialmente o capítulo “O elenco e o cenário: ideias e indivíduos na circulação da cultura política da independência”. In: NEVES, 2002.

correspondente alargamento do espaço de discussão, mas, ainda assim, restrito em relação ao todo da população. Tal evidência, contudo, não deve encobrir ou menosprezar a capacidade de mobilização das ideias escritas, mesmo que a maioria da população não estivesse apta a decifrá-las autonomamente. Nesse sentido, é sempre importante ter em mente a larga difusão da leitura compartilhada, em voz alta, e que nessa sociedade tinha um papel fundamental na retransmissão do conteúdo dos impressos, assim como a importância do papel desempenhado pelos novos lugares de sociabilidade em que tais textos eram compartilhados, os quais criavam espaços de discussão e trocas de ideias entre os letrados, os nem tão letrados e outros apenas ouvintes atentos.

Assim, se a constatação do amplo analfabetismo da população serve para qualificar a capacidade ou incapacidade de leitura da sociedade brasileira, ele não é, no entanto, suficiente para inviabilizar o acesso aos textos, tampouco impedir o interesse sobre o que era escrito, nem mesmo a sua compreensão, a formação de uma opinião ou posicionamento. O que se percebe pelo aumento e a persistência dos periódicos em circulação é que, embora o analfabetismo constituísse um sério entrave para o desenvolvimento cultural da população, ele não diminuiu a necessidade da cultura escrita; ao contrário, os periódicos foram um estímulo à circulação de ideias e um apêndice importante para o letramento dos jovens.

Para enfrentar a difícil questão sobre os potenciais leitores brasileiros num período de escassas informações, os pesquisadores têm se valido dos poucos indícios encontrados, meios indiretos e algumas intuições, como o exemplo de Roderick J. Barman, citado por Neves, que apurou o índice de alfabetização da população masculina do Rio de Janeiro por meio dos 8 mil assinantes do *Manifesto do Fico* em 1821. Tomando o total dos habitantes livres do Rio de Janeiro (43.139), deduziu cerca de um terço, relativo aos menores de idade, e dividiu o resultado a fim de obter valores proporcionais entre os sexos. “Chegou, assim, a 14.380 homens adultos e livres, em relação aos quais os oito mil assinantes do *Manifesto* constituem quase 56%.” Segundo Neves (2002, p.90.), apesar das notórias deficiências do método de contagem, a taxa de alfabetização apurada foi equivalente à verificada nas cidades francesas do século XVIII.³⁴

³⁴ Sobre a difusão dos impressos, formação da opinião pública, repercussão do ideário político por meio de impressos (folhas avulsas e periódicos) sob o Antigo Regime na França, ver: CHARTIER, 1998 (esp. cap. VII, VIII e IX); CHARTIER, 2004; DARTON e ROCHE, 1996 (esp. Parte III); DARTON, 1998 (esp. Parte III).

Indagações sobre leitores são importantes na medida em que informam sobre o grupo envolvido na produção, no consumo e difusão dos periódicos. Além disso, esse é um aspecto cada vez mais considerado nos estudos sobre produção e circulação de impressos nas cidades brasileiras. Não obstante sua indiscutível relevância, seu tratamento é problemático pela carência de fontes, já que os periódicos, durante o século XIX, raramente informam a tiragem, ou os assinantes, dados cruciais para a apuração do público leitor, e mesmo as informações oficiais sobre alunos e escolas, são raras e falhas. Entretanto, os historiadores dedicados ao tema têm procurado pensar em alternativas ou nos meios indiretos de captar informações sobre os leitores.

Nesse sentido, Neves dá indicações sobre o melhor manejo das fontes, já que “a simples dimensão demográfica não é suficiente para avaliar o público leitor”; é “necessário avaliar também o grau de alfabetização da população e a distribuição social dessa aptidão”. De outra parte, a historiadora também sugere que se proceda a uma avaliação das atividades relacionadas ao comércio de livros e periódicos, bem como a identificação dos pontos de comércio, a fim de mapear o acesso dos leitores aos impressos.³⁵

Esse rápido esboço do ambiente de constituição das primeiras experiências periodísticas no Brasil tem a intenção de indicar alguns aspectos que serão considerados na análise das condições para o surgimento das primeiras revistas literárias sul-rio-grandenses e seu papel na construção de um espaço para as práticas letradas na Província, pensando-as principalmente como instituições culturais voltadas ao cultivo de uma memória regional. É, portanto, sobre a capacidade de produzir impressos, a habilidade em cultivar leitores e a necessidade em consumir informação e conhecimento que se está a refletir, bem como sobre as condições de exercício dessas práticas na capital da Província de São Pedro do Sul.

³⁵ Sobre o comércio livreiro e os periódicos em circulação no Rio de Janeiro, impressos no Brasil e no estrangeiro, anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822, ver: SILVA, 2007, p.185-200. Neves (2002, p.90-91) expande ainda mais esse número considerando os estabelecimentos que vendiam livros, a despeito de serem boticas, lojas de fazenda ou ferragens, e alcança um total de 23 pontos de venda de livros. Morel e Barros (2003, p.20-21) listam vários periódicos publicados em Lisboa entre 1809 e 1818; jornais portugueses publicados em Londres entre 1809 e 1826 e outros três que surgem em Paris entre 1815 e 1822, que possivelmente eram lidos no Brasil.

1.1. PORTO ALEGRE TORNA-SE UMA CIDADE CAPAZ DE PRODUZIR IMPRESSOS

Enquanto o Rio de Janeiro era invadido por uma horda panfletária, disposta a tudo para conquistar a adesão da opinião pública aos argumentos favoráveis ou contrários a manutenção dos laços com Portugal³⁶, nas demais Províncias lentamente começam a aparecer os primeiros periódicos: em 1821, surgem a *Aurora Pernambucana* e o *Conciliador do Maranhão*; em 1822, *O Paraense*; em 1823, o *Compilador Mineiro*; em 1824, o *Diário do Governo do Ceará*; em 1826, a *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*; em 1827, surgem o *Farol Paulistano* e o *Diário de Porto Alegre*.³⁷

Em comparação com as demais cidades que iniciam as atividades jornalísticas, Porto Alegre surge tardiamente como núcleo urbano no cenário nacional. Tem origem às margens do Guaíba, num pequeno povoado denominado São Francisco dos Casais, em 1772, passando no ano seguinte à freguesia e nova capital da Província de São Pedro, com o nome de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, tornando-se em 1809, a partir de Alvará Régio, a vila de Porto Alegre. Com a independência do Brasil as vilas capitais de Província são elevadas à categoria de cidade. Embora as alterações de categoria administrativa indiquem transformações de ordem burocrática, elas não resultam em modificações imediatas; ao contrário, o desenvolvimento cultural das cidades mais periféricas econômica e politicamente, via de regra, acontece de maneira quase autônoma.³⁸

Assim, durante a segunda década do século XIX – enquanto a cidade do Rio de Janeiro assistia ao duplicamento de sua população e ao aumento considerável da quantidade

³⁶ “Em defesa da situação, favoráveis à manutenção dos laços com Portugal, circularam *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido* (1821). Posicionando-se contra as Cortes na defesa dos interesses do Brasil, vieram *O Revérbero Constitucional Brasileiro*, *O Espelho* e *A Malagueta* (1821); questionador e sagaz sobreveio *O Correio do Rio de Janeiro* (duas fases, 1822 e 1823). Instigantes, ousados e nativistas foram os jornais *O Macaco Brasileiro* e *O Papagaio* (1822)”. MARTINS e LUCA, 2006, p.21. Para um detalhamento sobre o conteúdo desses periódicos e seus posicionamentos, ver: LUSTOSA, 2000; Morel e Barros (2003, p.18) informam ainda que “*O Bem da Ordem*, pretendia ser lido pelo “povo rude e sem aplicação às letras, segundo suas próprias palavras”.

³⁷ Morel (2008, p.40-41) explica que os primeiros periódicos “eram publicações geradas inicialmente em determinados pólos geopolíticos e comerciais mais ativos no período colonial, como o Rio de Janeiro e Bahia (tiveram imprensa durante o governo de D. João VI), Pernambuco, Maranhão e Pará; posteriormente e em menor escala, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo e Rio Grande do Sul; mais tarde ou com menos força, em outras Províncias. Algumas Províncias, como Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, somente teriam imprensa própria no período regencial; outras, como Amazonas e Paraná, na segunda metade do século XIX”.

³⁸ Para outros aspectos do surgimento da capital ver: PESAVENTO, 1999.

de impressos em circulação –, a Província de São Pedro começava a receber os primeiros mestres nomeados. Nesse contexto, são publicadas pela Typographia Nacional no Rio de Janeiro, as *Memórias Economo-políticas sobre a Administração Pública do Brasil* de Antonio José Gonçalves Chaves.³⁹

De especial interesse é a *Quinta Memória*, publicada pela Typografia de Silva Porto e Companhia no Rio de Janeiro em 1823, que apresenta vários aspectos administrativos, econômicos e sociais da Província de São Pedro do Sul entre 1805 e 1822. As informações trazidas pela *Quinta Memória* ajudam a compor o cenário no qual estavam situados os cinco professores régios convocados a atuarem na educação dos jovens da Província, que se somavam aos demais professores do ensino particular já existente.⁴⁰

³⁹ As Memórias formam um conjunto de cinco textos, publicados entre 1822 e 1823. A primeira Memória trata da administração colonial portuguesa, apresentando e discutindo seus principais problemas. Foi escrita em 1821 e oferecida aos deputados brasileiros junto às Cortes de Lisboa. A segunda sugere um plano de organização para os municípios e Províncias brasileiras. A terceira é uma defesa da abolição do tráfico negreiro e da própria escravidão. Foi escrita em 1817 e publicada em 1822, e figura entre os escritos pioneiros sobre o tema da abolição no Brasil. A quarta Memória discute os efeitos negativos da estrutura fundiária da Campanha rio-grandense e propõe uma redistribuição mais equânime das terras. E a quinta, publicada em 1823, apresenta diversas e importantes informações sobre a Província de São Pedro entre 1805 e 1822. (CHAVES, 1978).

⁴⁰ Porto Alegre recebe seu primeiro professor em 1778 e, segundo Coruja Filho, só nessa época teve começo regular a instrução primária na Província. (CORUJA FILHO, 1931, p.391). Embora acanhada e com muitas dificuldades, o início da instrução na Província já contava, de 1778 até 1791, com pelo menos 9 professores nomeados e distribuídos para Porto Alegre, Aldeia dos Anjos, Rio Grande, Povo Novo, Viamão e Mostardas. E outros 19 sem nomeação, que exerciam o magistério particular. “Segundo os apontamentos do arcediogo Vicente Zeferino Dias Lopes: por provisão do Senado da câmara de 5 de agosto de 1782, foi nomeado mestre de escola do Rio Grande, Caetano Ferreira de Araújo; pela provisão de 2 de março de 1784, do Povo Novo, Pedro Francisco da Costa Martins; havendo em todas as referidas provisões a cláusula de – os mestres servirem por um ano, e solicitarem Provisão Régia. (...) seguiram-se em Porto Alegre, Rio Grande, Viamão, Aldeia dos Anjos, e Mostardas, com nomeação do Senado da câmara, Suvando da Motta Maltez, Manoel da Silva Castro, de quem a Provisão Régia de 15 de junho de 1790 nomeou substituto José Antonio da Silva Nunes, e Francisco José de Amorim; e sem nomeação Policarpo José Barbalho, Antonio d’Ávila, vulgo amansa-burros, Antonio Paraíso Mariano, vulgo tico-tico, Thomaz Ignacio da Silveira, vulgo o desejo das ciências, José Ignacio, vulgo o carretão, padre Antonio Coelho, vulgo padre Guerra, Augusto Maria Cezar de Abreu, Antonio Joaquim, Henrique José de Azevedo, Elias José de Freitas, José Maria da Silveira, Manoel Americo, Cypriano Rodrigues Barcellos, Luiz Antonio, padre Manoel José Pimenta, Domingos Antonio de Mesquita, Thomaz Luiz Osorio, Francisco Rodrigues Saraiva, Ignacio Custodio de Souza, e Joaquim Marques de Sant’Anna. Todos estes mestres ensinavam leitura, escrita, as quatro operações aritméticas, e doutrina cristã, mediante uma pequena compensação mensal dos pais, ou encarregados dos meninos, e nenhum exibiu prova de capacidade, e além de Suvando da Motta Maltez, Manoel da Silva Castro, Francisco José de Amorim, nenhum pediu licença para o exercício desta profissão” (SCHNEIDER, 1993, p.14, grifos meus). Sobre o ensino secundário, Arriada registra “o caso de Vitorino Pereira Coelho, nomeado em 1791 para o cargo de substituto da cadeira de Gramática Latina para o Rio Grande, com o ordenado de 240\$000, professor que posteriormente transferiu-se para Porto Alegre. A mesma matéria dispunha, em 1800, de outra aula regida pelo padre Thomé Luiz de Souza”. (ARRIADA, 2007, p.41).

Segundo as estimativas de Gonçalves Chaves (1978, p.109), em 1822, a população total da Província era de 106.196 habitantes, e Porto Alegre contava com 36.050 (total considerado entre as seis freguesias)⁴¹. Ao lamentar a carência de escolas e de letrados, informa:

Não nos consta que haja mais de três homens formados naturais desta Província e quatro meninos em Coimbra. Esta falta de gosto pelas ciências não se pode ter contudo como inaptidão para elas nos naturais, mas antes são dotados de grande engenho. Muitas causas poderemos descobrir a esta falta de homens de letras e as principais nos parecem ser:

1º A falta de escolas até de primeiras letras. Quem diria que em toda esta Província até 1820 havia uma única aula de latim, a de Porto Alegre, e que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a Província! Em 1821 abriu-se uma aula de Filosofia Racional em Porto Alegre, e duas de Latim, no Rio Grande e em Rio Pardo. E as aulas de primeiras letras que se mandavam criar nas freguesias ninguém as têm querido, porque o honorário é só de 100\$000 e com menos de 400\$000 não se pode achar um mestre.

2ª causa nos parece ser a pouca idade da Província. Há hoje muitas casas de capitais, mas todos são adquiridos há pouco tempo e nós mesmos conhecemos pessoas que, quando há poucos tempos se viram com capital suficiente, lamentavam ver seus filhos já homens e sem estarem habilitados a entrar em estudos. (CHAVES, 1978, p.212).⁴²

Não era nada animador o panorama da instrução naquela Província do extremo sul no ano em que o Reino tornava-se Nação independente. Entretanto, esse não era um cenário incomum nas demais Províncias, conforme se acompanha nas informações citadas por Cruz sobre São Paulo de Piratininga, no mesmo ano:

Da descrição de profissões tiradas por Affonso de Freitas do alistamento censitário de 1822, pode-se inferir que o total de almas da elite letrada paulistana não era muito maior que a soma dos 7 médicos e cirurgiões-mores, boticários, 2 advogados, 3 letrados, 3 professores de gramática, 1 de retórica, 1 de filosofia, 1 de teologia dogmática, 3 mestres de primeiras letras, 1 tabelião, 4 requerentes, 1 solicitador e 2 meirinhos. (FREITAS, 1929, *apud* CRUZ, 2000, p.49).

⁴¹ Sobre as dificuldades em apurar a quantidade de habitantes, ver p.132.

⁴² Em janeiro de 1800, cartazes anunciavam em Porto Alegre a abertura da primeira escola particular a funcionar regularmente, “estabelecida na modesta casa do professor, logo contava com 50 alunos”: “Antonio d’Ávila, recém chegado a esse continente, participa ao público que vai abrir, na rua da Ponte, perto da ponte, uma escola para ensinar a ler, escrever e contar e doutrina cristã. As pessoas que quiserem aproveitar seus préstimos podem trazer seus filhos para a dita escola.” AZEVEDO *apud* SCHNEIDER, 1993, p.15.

Embora as Províncias de São Paulo e de São Pedro apresentem semelhanças em relação às poucas condições de instrução oferecidas à população até 1822, e também compartilhem o mesmo ano de criação de seus primeiros jornais *O Farol Paulistano*, em 7 de fevereiro, e o *Diário de Porto Alegre*, em 1º de junho de 1827.⁴³ Elas diferenciam-se, principalmente, em relação ao tempo de existência enquanto núcleos urbanos, já que São Paulo era capital da Província desde 1683, com uma população aproximada de 24.311 almas, no ano da Independência, e tem sua fundação associada ao Colégio dos jesuítas, cuja existência tornou possível a criação da Academia de Direito em 1827. Esta, por sua vez, constitui-se num marco para o desenvolvimento cultural da Província paulista. (MÜLLER, 1978, p.XI).

Todavia, o que se pretende ressaltar é que, apesar das muitas condições adversas, devidas à carência de escolas e professores, constantes guerras, bem como da ausência de incentivo do governo imperial, Porto Alegre torna-se uma cidade capaz de produzir uma grande quantidade de impressos e, em alguns períodos, supera a produção paulistana de periódicos e até situa-se entre as pioneiras na publicação de livros. Contrariando em alguma medida o diagnóstico social de nosso primeiro historiador, o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro que, a respeito do perfil pouco civilizado dos habitantes sul-rio-grandenses, afirmou na primeira edição dos *Anais da Província de São Pedro*, em 1819:

Estimam-se acima de setenta mil os habitantes (...). Em geral são inertes e vários, e de natural ferino; e se excetuando as grandes povoações, onde se tem apurado a civilização, os roubos, mortes e atentados que frequentemente perpetram, são segura medida para calcular os poucos progressos que ainda

⁴³ *O Farol Paulistano*, “impresso em máquina própria instalada no porão da residência do Prof. Antonio Mariano de Azevedo Marques” (o mesmo que produzira o jornal manuscrito *O Paulista* em 1823), circula até meados de 1832. Em São Paulo de Piratininga, Oliveira informa que o primeiro impresso que por lá circulou foi o jornalzinho clandestino *Campião ou Amigo do Rei e do Povo*, considerado “escrito perigoso e perverso” pelos censores do Desembargo do Paço, em 1819 e impresso fora do Brasil. Mas a primeira folha produzida por paulistanos foi *O Paulista*, manuscrito que circulou de junho a setembro de 1823. Em listagem separada o autor indica a existência de dois outros periódicos em 1823: *A Sentinela* e *O Tamoio*, entretanto, não oferece maiores informações sobre eles. (OLIVEIRA, 1978, p.85-86). “*O Diário de Porto Alegre*, jornal de reduzido formato, era vendido a 40 réis o exemplar e impresso na Tipografia Rio-Grandense, sob direção e redação de João Inácio Cunha.” Circulou até 30 de junho de 1828. No Rio Grande do Sul, Ericksen (1977, p.17-18) indica a existência de uma tipografia nas Missões jesuíticas em 1703, confirmada, segundo o pesquisador, pelo Pe. Teschauer. Informa também sobre a existência, no Museu Histórico de Buenos Aires, “de restos de uma tipografia indígena encontrada em Santa Maria Maior em 1784” que, conforme João Pio de Almeida na obra *Gênese da Imprensa Rio-Grandense*, deve ter sido desativada quando as autoridades portuguesas ocuparam o território em 1737.

aqui têm feito a moral, as leis e o espírito de sociedade; o que provém parte do ruim fermento que logo entrou na massa de sua povoação; principiou-se (e o mais é que continua apesar da proibição legal) pela violação dos elementos essenciais da colonização, consistindo o casco desta do enxurro da nação, de degredados, de mulheres imorais e banidas, não podendo por isso deixar de haverem ressaibos dos vícios dos seus habitantes primitivos, como as raças se ressentem dos seus autores; e se em períodos posteriores encheriam alguns casais dos Açores, falhando-se-lhe com o tratamento e avanços prometidos emigraram; e parte procede do sistema de vida: o hábito de laçar a cada passo uma rês e despedaçá-la tem familiarizado o estancieiro e o charqueador com o espetáculo da dor e da morte, perde-se gradualmente o horror e a alma participa da insensibilidade dos órgãos; é questão debatida por hábeis físicos até que ponto o alimento animal ou vegetal pode influir sobre o caráter do indivíduo; a observação de todos os tempos e de todos os lugares apresenta os devoradores de vianda em geral mais cruéis e ferozes que os outros homens; e um sábio moderno refletiu que a fertilidade ou esterilidade do território atuam mais sobre os costumes do que sobre as leis. (CHAVES, 1978, p.216).

Gonçalves Chaves reproduziu esse excerto dos *Anais* na *Quinta Memória* com o propósito de registrar sua indignação diante do posicionamento do desembargador, pois, mesmo lamentando a ausência de instituições de ensino na Província do Rio Grande de São Pedro, afirmava que “a falta de gosto pelas ciências não poderia ser considerada como inaptidão dos naturais, já que esses eram dotados de grande engenho”, e exaspera-se com as alusões de Fernandes Pinheiro sobre a infame índole atribuída aos rio-grandenses, e ainda rebate tais opiniões acusando o desembargador de emitir injuriosas calúnias que ofendem “a honra, dignidade e caráter do povo dessa Província”. (CHAVES, 1978, p.217).⁴⁴

A julgar pela supressão dessas referências nas edições subseqüentes dos *Anais*, tais considerações devem ter sido acolhidas ou, talvez, após governar a Província e em face dos acontecimentos da guerra civil, Fernandes Pinheiro tenha considerado mais prudente omitir tais julgamentos.⁴⁵

Contudo, tal diatribe importa na medida em que dá início a um tipo de classificação social que acompanhará certo julgamento sobre os rio-grandenses e suas circunstâncias sociais,

⁴⁴ Gonçalves Chaves é muito preciso quanto ao registro do que afirma citando o capítulo e as páginas em que se encontram as afirmações. Consultei uma edição de 1946 e outra de 1982, e em nenhuma aparecem tais opiniões, ambas devem ter por referência a 2ª edição, impressa em Paris, revista e ampliada em 1839, na qual figuram comentários sobre a insurreição rio-grandense.

⁴⁵ Fernandes Pinheiro foi presidente da Província do Rio Grande de São Pedro de 1824 a 1826.

que afinal encontrará uma resposta contemporânea no romance de Caldre e Fião, *A Divina Pastora* (1847), no qual o autor se encarregará de defender o modo de vida e a cultura dos rio-grandenses.⁴⁶ Além disso, tanto o quadro desenhado pelo desembargador quanto o desolador ambiente da instrução popular serão responsáveis por consolidar a afirmação sobre o analfabetismo generalizado dos habitantes do extremo sul que, de resto, pode também ser válida para as demais capitais brasileiras, inclusive o Rio de Janeiro.⁴⁷

De todo modo, a Província segue sua lenta marcha na constituição de um ambiente para as práticas letradas, e, aos cinco professores nomeados em 1820, outros quatro são somados e designados para Porto Alegre em 1824, se considerarmos ainda a existência da escola particular de Antonio d'Ávila, desde 1800, e dos demais professores que lecionavam sem licença. Já se vai configurando um rudimentar, mas potencial público leitor ao menos na capital.⁴⁸ Nesse árido cenário das letras e do letramento rio-grandense surge um personagem que acompanha e participa das transformações em curso.

Antonio Álvares Pereira nasceu em Porto Alegre em 1806, foi aluno de *Primeiras Letras* da poetisa Maria Josefa e de Antonio d'Ávila, o Amansa-burros. Coursou *Latim*, em 1816, com o Padre Tomé Luís de Souza, quando ainda não havia aulas públicas, e *Filosofia Moral* com o Padre João de Santa Bárbara. Registrou em suas memórias que, enquanto aprendia *Latim*, além de ser alcunhado Coruja, conseguiu estudar também *Francês* em troca de aulas de *Latim*. Nessas preciosas informações, consta que tinha 48 colegas e cerca de outros 07

⁴⁶ Sobre essa discussão e o posicionamento de Caldre e Fião, ver: GOMES, 2009, p.80-86.

⁴⁷ A consagração dessa afirmação sobre o analfabetismo generalizado dos habitantes do extremo sul deve-se, sobretudo, aos registros de José Feliciano Fernandes Pinheiro, dos viajantes europeus e também de Alcides Lima, que de certa maneira repercutiram em maior ou menor grau na historiografia do Rio Grande do Sul, permitindo que essa ideia permanecesse apoiada, principalmente, nas precárias condições da Província sob o influxo das contínuas guerras. Alcides Lima (1982, p.78-79) lastimou o desolador quadro da instrução popular nesse período, embora salientasse também o esforço do governador Paulo Gama em criar “diversas cadeiras escolares”. Segundo Schneider (1993, p.19): “Esse governador empenhou-se em mostrar ao governo da metrópole a necessidade de desenvolver a instrução das novas gerações na Capitania, e propôs, em 1803, um plano de ensino ao governo português (...) mas, apesar de todo o seu interesse, Paulo Gama não obteve a concretização desse plano”. Sobre a precariedade do ensino público no Rio de Janeiro e as iniciativas do império, ver: MATTOS, 2004, especialmente o tópico *A formação do povo*, p.264-291.

⁴⁸ Arriada considera que a instrução pública na Província tem início somente a partir de 1820, quando acontece essa série de nomeações. “Em 1816 o governo da Capitania havia dirigido um memorial pedindo o estabelecimento de aulas, na Capitania, que não teve despacho algum.” (PORTO, 1935, p.531 *apud* ARRIADA, 2007, p.42). Ver também: SCHNEIDER, 1993, p.21 e ss. (Anexos do Capítulo 1: *Quadro 1: Primeiros professores nomeados na Província de São Pedro*).

alunos na classe adiantada de *Latim* (CORUJA, 1996, p.86-88). Em 1825 foi contratado pelo Conselho da Província para aprender no Rio de Janeiro o *Método Lancastrino* de ensino mútuo, a fim de implantá-lo em Porto Alegre. Em março de 1827 foi nomeado professor, e em agosto abriu a escola pública de ensino mútuo.⁴⁹

No mesmo ano em que Coruja começa a atuar como professor nomeado, alguns habitantes unem-se para adquirir uma tipografia para impressão do *Diário* da cidade. E o periódico sul-rio-grandense, no primeiro número, revela a preocupação da sociedade com a informação, a instrução e a difusão do conhecimento na Província, bem como demonstra o empenho pessoal de membros da comunidade em viabilizar tais empreendimentos, pois, segundo Ericksen, a aquisição da tipografia tornou-se possível através da contribuição dessas pessoas, conforme a seguinte nota:

Fazendo-se dignos de respeito e considerações todos aqueles que procuram promover a instrução pública, como o mais seguro modo de tornar os homens bons, e felizes; e sendo a imprensa o meio mais fácil de comunicação de pensamento, e o mais preferível de todos os métodos para os Povos adquirirem os conhecimentos, que são inerentes à sua prosperidade, por isso, expomos aos Rio-Grandenses os nomes daqueles que, ávidos de prosperidade pública, contribuíram generosamente para a compra da Tipografia, a que ora se deve o presente Diário. (ERICKSEN, 1977, p.17-18).

Infelizmente não podemos nomear, ou sequer saber quantos foram os cidadãos rio-grandenses a tornarem possível a existência do primeiro jornal da Província. Segundo informam os historiadores da imprensa local, a coleção doada por Alfredo Varela ao Museu Julio de Castilhos, composta de 292 exemplares, desapareceu, e o último a consultá-la foi Nestor Ericksen, que publicou os resultados de sua pesquisa em 1941. Atualmente, existe uma publicação em Cd-rom do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, que conseguiu recuperar apenas 75 exemplares do *Diário de Porto Alegre*.⁵⁰

⁴⁹ “Segundo Othelo Rosa, antes dele, o padre Juliano de Faria Lobato inaugurara um curso particular pelo mesmo método, valendo-se para isso da liberdade de ensino”. (apud SCHNEIDER, 1993, p.25-26).

⁵⁰ Alfredo Varela utilizou-se amplamente da coleção do Diário na escrita da *História da Grande Revolução*, na qual faz a seguinte análise do periódico: “Tinha surgido em 1º de junho de 1827, o “Diário de Portoalegre”, nossa 1ª folha-publica, de reduzido formato. Menos era o que hoje qualificamos, à francesa, de jornal, menos era isso do que uma placa ambulante, de pregar cartazes relativos a assumptos da vida corriqueira, entremeados com

Seguimos, portanto, sem essa importante informação. Por outro lado, existem dados relativos à circulação dos periódicos que dão alguma ideia da quantidade de impressos distribuídos na capital. Com base em informações colhidas principalmente nos metódicos levantamentos realizados por vários pesquisadores, foi possível recompor em alguma medida o quadro sociocultural no qual emergiram as primeiras revistas literárias do Rio Grande do Sul.⁵¹

A seguir, para a melhor visualização do contexto de surgimento das práticas letradas na Província, são apresentados três recortes temporais> O primeiro, de 1827 a 1835, acompanha o início das atividades jornalísticas até o ano de deflagração do movimento farroupilha; o segundo, de 1836 a 1845, focaliza o período da guerra civil, e o terceiro, de 1846 a 1855, aborda a fase posterior ao conflito e o ambiente de aparecimento dos periódicos literários. Seguindo as indicações de Neves, sempre que possível serão trazidas ao painel de análise informações sobre a situação da instrução na Província, embora não se pretenda, aqui, realizar nenhuma discussão circunstanciada acerca das condições econômicas ou políticas da Província, mas apenas uma breve exposição do ambiente de formação da cultura letrada cujo pavimento se constitui a partir e por meio dos periódicos.

as publicações oficiais. Excluído o período da guerra dos pátrias, que a tornou mais interessante, a chronica era magríssima e nenhuma a parte de ordinário consagrada á vulgarisação das idéas”. (VARELA, 1933, p.391). Para outras referências ao periódico e ao sumiço da coleção, ver: BARRETO, 1986, p.21-25; ERICKSEN, 1941, n.81, p.15-26; ERICKSEN, 1977, p.11 e VIANNA, 1977, p.17-21. Conforme informação veiculada através do site do IHGRGS: “O jornal Diário de Porto Alegre está quase desaparecido. A coleção do jornal do acervo de Alfredo Varela, com 292 números, está muito reduzida. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul, no seu projeto de resgate dos originais da imprensa, conseguiu, com a apoio da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu Júlio de Castilhos, alguns exemplares publicados no Cd-rom “*Preservação da memória as imprensa de Porto Alegre 1827-1836*”. Posteriormente foram resgatados mais exemplares da coleção de Gabriel Borges Fortes, o que possibilitou a publicação de *Recuperação e Memória da Imprensa no Rio Grande do Sul. Vol. 3. Diário de Porto Alegre (1827-1828)* onde foram resgatados 75 números, no total de 292.” Cf. http://www.ihgrgs.org.br/FatosEntrev/Pag_09.htm acesso em janeiro de 2011.

⁵¹ BARRETO, 1986; CESAR, 1955; ERICKSEN, 1977; FERREIRA, 1944, 1975; MACEDO, 1994; MIRANDA e LEITE, 2008; MOTTIN, BARBOSA E SILVA, 1985; pelos autores do *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense* (SILVA, CLEMENTE, BARBOSA, 1986) e VIANNA, 1977.

1.2. UM PÚBLICO QUE SE FAMILIARIZA COM A LEITURA, OS DISCURSOS E OS IMPRESSOS

Em 1827, alguns habitantes de Porto Alegre demonstravam seu apreço pela palavra escrita, esforçando-se, conforme suas possibilidades, em ampliar através da imprensa a circulação das ideias e dos negócios na pequena vila, a fim de conquistar progressos e difundir valores morais, leis e o espírito de sociedade, conforme reclamara o digno desembargador, Fernandes Pinheiro, em 1819.

Ainda que as condições gerais da instrução pública fossem bastante precárias, principalmente pela falta de professores, e o ensino secundário realizado, em grande parte, por professores particulares em aulas avulsas, esse ato coletivo dá início a uma série de publicações periódicas, que no espaço de 09 anos chega a 36 títulos. Além disso, somam-se ao conjunto de produções do período os panfletos ou folhas avulsas, denominadas *correspondências*. São impressos que expressam opiniões variadas sobre as questões políticas do momento, os também chamados manifestos ou proclamações, distribuídos na maioria das vezes junto com os exemplares de circulação regular.

Na listagem realizada por Barreto, consta que 63 publicações avulsas foram impressas entre 1827 e 1835, desse conjunto, 45 impressos foram publicados em tipografias de Porto Alegre; as demais aparecem pelas tipografias de Rio Grande. Desse grupo de folhetos porto-alegrenses, 13 eram publicações oficiais da Assembléia Legislativa da Província e, possivelmente, não foram distribuídas aos assinantes dos jornais, nem colocadas à venda, pois muitas tratavam de propostas e projetos de lei, e 04 eram folhetos sobre temas variados oferecidos à venda pelas tipografias. Os demais (28) foram distribuídos com os exemplares dos jornais, informando sobre uma capacidade de produção textual e discursiva e indicando como se processa a criação de uma demanda social para esse tipo de publicação, isto é, o cultivo de um público que se familiariza com a leitura, os discursos e os impressos.⁵²

⁵² Segundo indica a pesquisa realizada por Nizza da Silva (2007, p.194), na *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1808 e 1822, o público leitor da Corte preferia os impressos periódicos aos livros.

a. FOLHETOS DISTRIBUÍDOS EM PORTO ALEGRE – 1828 A 1835

Ano	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835
Folhetos	-	01	04	06	01	09	04	-	03

Os impressos assumem nesse contexto a mesma importância já demonstrada por Morel na estruturação do espaço público na capital do Império, ou seja, o lugar das práticas literárias e culturais por meio do qual se manifestam os atores sociais sem que estejam vinculados ao âmbito estrito do Estado.⁵⁴ O relevante papel desempenhado pelos impressos avulsos ou periódicos na expansão da leitura e ampliação do público, principalmente no sentido de familiarizá-lo com um repertório discursivo, é também endossado por Neves, ao analisar seus efeitos na Corte sob o Vintismo, que destaca a importância das folhas como veículos de apresentação das ideias em comparação às obras de cunho teórico, pois:

[...] foram os folhetos políticos, panfletos e periódicos, publicados entre 1821 e 1823, que, sem dúvida, mais contribuíram para veicular e difundir a cultura política, plasmada na tradição de uma Ilustração mitigada, de que se imbuíra o Vintismo. Traçando um caminho entre a história e a política, esta imprensa permitia a circulação das informações em todos os setores sociais, trazendo à tona os acontecimentos diários que passavam do domínio privado ao público, fazendo os fatos políticos adquirirem o status de novidades. (NEVES, 2002, p.39).

É nesse contexto que a palavra impressa no jornal encontra-se com a leitura pública em voz alta, configurando o espaço público que torna possível compartilhar informações e ideias, aquele lugar onde existe alguém que possa ler àqueles que só sabem escutar. Tal é a importância desses impressos que, conforme Mollier (2006, p.263-268), “contribuíram fortemente para fazer a política descer às ruas”.

⁵³ *Relação de alguns livros, folhetos e “Folhas”, impressos no Rio Grande do Sul, de 1827 a 1850.* (BARRETO, 1986, p.165-197)

⁵⁴ Morel (2005, p.18) esclarece que o significado da expressão “espaço público” assume em seu trabalho três possibilidades: “a cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”. Sobre o papel do impresso na constituição de um espaço público unificado na França do Antigo Regime, ver: MOLLIER, 2006, p.259-274.

Portanto, a expressiva quantidade de títulos publicados nas rudimentares tipografias de Porto Alegre – não obstante a escassez de um público leitor devidamente apto ao seu consumo – revela o mesmo ímpeto de ocupação do espaço público e de necessidade de participação na vida política do império, já demonstrado por Morel em relação ao movimento dos periódicos no Rio de Janeiro entre 1821 e 1831. Assim também a distribuição das publicações entre os partidos sinaliza precisamente o início do acirramento político na Província. Afinal, dos 36 títulos citados, 12 não têm existência definida ou confirmada; dos 24 restantes, um começa farrapo e depois adere ao império, 15 são partidários dos ideais farroupilhas e 08 são imperiais. Esse cenário foi descrito por Abeillard Barreto da seguinte maneira:

Quando aparecem os primeiros jornais em Porto Alegre, não poderia a imprensa local deixar de amparar-se num ou noutro partido, quase sempre com compromissos panfletários, facilitados, aliás, pela intolerância política, que culminou na primeira fase até a abdicação de D. Pedro I, que encarnava o sentimento pró-lusitano, e, depois do 7 de abril, já respondendo à crise política que se abateria sobre o Rio Grande do Sul, antecedendo a revolução farroupilha e, logo em seguida, alimentando-se nos desacertos das duas facções que se digladiavam. (^{BARRETO}, 1986, p.12).

A distribuição dos periódicos publicados no período também demonstra a evolução do debate político, pois entre 1827 e 1830 são publicados 05 periódicos (outros dois não tiveram a existência confirmada) que, segundo as classificações definidas pelos autores do *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*, apoiavam o ideário farroupilha ou republicano; e entre 1831 e 1835, aparecem 19 publicações periódicas (de existência confirmada) das quais apenas 8 manifestavam-se a favor do Império. Tal configuração fornece com acuidade o panorama da situação política que se desenvolve na Província.

O quadro a seguir apresenta a listagem dos periódicos, a periodicidade, as tipografias, o posicionamento político e o período de circulação:

b. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE – 1827 A 1835⁵⁵

	Periódico	Circulação	Tipografia	F/I*	27	28	29	30	31	32	33	34	35	
01	Diário de Porto Alegre	2ª a Sab	Tip. Rio-Grandense	F	•	•								
02	O Astro Liberal	?			?									
03	O Constitucional Rio-Grandense	4ª e Sab	Tip. própria (ou Rio-Grandense)	F		•	•	•	•					
04	O Amigo do Homem e da Pátria ⁵⁶	3ª e Sab	Tipografia de Silveira & Dubreuil	F			•	•						
05	Livres	?		F			?							
06	O Vigilante	2ª e 6ª	Tip. própria (ou Rio-Grandense) Tipografia Silveira & Dubreuil	F				•						
07	Sentinela da Liberdade na guarita do Rio Grande de S. Pedro	3ª e 6ª	Tipografia Dubreuil & Cia.	F				•	•	•	•	•	•	
08	O Continentino	indefinido	Tipografia C. Dubreuil & Cia. Tipografia própria Tipografia de Fonseca & Cia.	F/I					•	•	•			
09	O Compilador em Porto Alegre	4ª e Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F					•	•				
10	O Imparcial	?						?						
11	O Cruzeiro	?						?						
12	O Telegrapho	?						?						
13	Correio da Liberdade	4ª e Sab	Tip. própria (ou Rio-Grandense)	I					•					
14	O Anunciante	Dom	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I					•	•	•	•	•	
15	O Recopilador Liberal	4ª e Sab	Tipografia V. F. Andrade	F						•	•	•	•	
16	O Inflexível	4ª e Sab	Tipografia d'O Continentino Tipografia de Fonseca & Cia.	I						•	•	•		
17	Diário Constitucional de Porto Alegre	?								?				
18	O Mercúrio de Porto Alegre	?								?				
19	Idade de Pau	indefinido	Tipografia de V. F. Andrade	I							•	•	•	
20	Idade de Ouro	2ª e 5ª	Tipografia de Fonseca & Cia.	F							•	•		
21	Bellona irada contra os sectários de Momo	indefinido		I							•	•		
22	Themis	?		I							?			
23	O Inexorável	3ª (?)	Tipografia V. F. Andrade	F							?			
24	Correio Oficial da Província de S. Pedro	5ª e Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I								•	•	
25	O Echo Porto-Alegrense	3ª, 5ª e Sab	Tipografia Rio-Grandense	F								•	•	
26	O Federal	2ª e 5ª		F									•	
27	O Pobre	Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I									•	
28	O Republicano	3ª	Tipografia de V. F. Andrade	F									•	
29	Idade de Chumbo	?											?	
30	O Democrata Rio-Grandense	?		F									?	
31	O Sete de Abril	?		F									?	
32	O Quebra Anti-Evaristo	Sab	Tipografia Rio-Grandense	F									•	
33	O Mensageiro	3ª e 6ª	Tipografia de V. F. Andrade	F									•	
34	O Continentista	3ª e 6ª	Tip. Rio-Grand. de V. F. Andrade	F									•	
35	Mestre Barbeiro	1 v. p/s	Tip. C. Dubreuil & Cia.	I									•	
36	O Avisador	3 v. p/s	Tip. Rio-Grand. de V. F. Andrade	F									•	
Totais em circulação						01	02	02	04	06	06	08	12	11

⁵⁵ Esse quando foi criado com dados relativos aos periódicos publicados em Porto Alegre com base nas seguintes obras: BARRETO, 1986; CESAR, 1955; ERICKSEN, 1977; FERREIRA, 1944, 1975; MACEDO, 1994; MIRANDA e LEITE, 2008; MOTTIN, BARBOSA e SILVA.,1985; SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986; VIANNA, 1977. As referências completas são citadas nas referências bibliográficas.

* F (jornal republicano ou farroupilha) I (jornal imperial ou caramuru) conforme a classificação dos autores do *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*.

⁵⁶ Inicialmente era publicado duas vezes por semana, as terças e sextas-feiras. De janeiro até julho de 1830 passou a circular terças, quintas e sábados, e depois voltou a ser bissemanário (terças e sábados) até encerrar as atividades em agosto. (BARRETO, 1986, p.28)

Sobre a capacidade de impressão, é importante destacar que, entre 1827 e 1830, duas tipografias são responsáveis pelos 5 periódicos em circulação: a Tipografia Rio-Grandense e a Tipografia de Silveira & Dubreuil, que depois passa a ser Tipografia C. Dubreuil & Cia. e, entre 1831 e 1835, surgem outras duas, a Tipografia de Fonseca & Cia. e a Tipografia V. F. Andrade. Em nove anos, portanto, já existem pelo menos 04 Tipografias identificadas na capital, responsáveis pela impressão de 24 periódicos, 28 folhetos e alguns livros.⁵⁷

Sabemos que números não dizem tudo sobre a situação da cultura letrada nas Províncias; entretanto, eles contribuem muito na montagem das referências do período, afinal, saber por quanto tempo um jornal circulou e em que dias da semana foi distribuído nos ajuda a pensar na capacidade de consumo de impressos da cidade, além de indicar o tipo de leitura disponível e acessível às pessoas capazes de ler.

O quadro a seguir, construído com base, principalmente, nas informações encontradas em Barreto (1986) e em Silva (*et alii.*, 1986), permite visualizar a quantidade de impressos publicados na capital rio-grandense, além dos 28 folhetos avulsos.

c. CIRCULAÇÃO SEMANA/ANO DOS PERIÓDICOS EM PORTO ALEGRE – 1827 A 1835

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Títulos/ano
1827	01	01	01	01	01	01			01	06 + 01	01
1828	01	01	02	01	01	02				08	02
1829		01	01			02			01	04 + 01	02
1830	01	02	01		02	02				08	04
1831		01	03		01	03	01	01	03	10 + 03	06
1832		01	03		01	03	01	01	02	10 + 02	06
1833	01	01	02	01	01	02	01	03	02	12 + 02	08
1834	02	03	02	04	01	05	01	02	03	20 + 03	12
1835		04	01	02	03	04	01	05		20	11
Circulação	06	15	16	09	11	24	05	12	12	98/110	24/36

Tendo em vista que, dos 36 periódicos listados, 24 foram comprovados e produziram 98 exemplares durante os primeiros 09 anos de exercício tipográfico, esses números são reveladores de uma intensa atividade que envolve material e equipamento de impressão,

⁵⁷ Anexos Capítulo 1: Quadro 5: Periódicos, Tipografias etc.

* Esses números correspondem aos periódicos com Periodicidade Indefinida.

* Esses números correspondem aos periódicos de Existência Indefinida.

produtores de texto e uma razoável demanda de leitores. Enquanto a cidade de São Paulo, mesmo contando com o público acadêmico, estampou 09 periódicos, de existência definida, que produziram 45 exemplares no mesmo período.⁵⁸

Esses números permitem constatar que, em função das agitações políticas que precipitam os acontecimentos revolucionários, a capital dos rio-grandenses é invadida pelos impressos de cunho político que se posicionam contra ou a favor do império, do mesmo modo que ocorrera no Rio de Janeiro a partir de 1821, pois de 1831 em diante há um aumento progressivo tanto da quantidade de títulos publicados, quanto na quantidade de exemplares postos em circulação.

Tais números tornam-se ainda mais significativos se considerarmos as estimativas de Rüdiger (1993, p.14-15) sobre as tiragens dos seguintes jornais: *O Constitucional Rio-Grandense* (1828-1831), o *Sentinela da Liberdade* (1830-1837) e *O Recopilador Liberal* (1832/1836), todos partidários das ideias dos republicanos farroupilhas. Conforme o autor, “estes periódicos tinham pequeno formato (28x18), e suas tiragens giravam em torno de 400 exemplares”.⁵⁹ Se a informação sobre a tiragem pusesse ser comprovada, a situação seria a seguinte: entre 1828 e 1829, quando havia dois periódicos em circulação na capital, apenas um deles seria responsável por imprimir semanalmente em torno de 800 exemplares; e entre 1830 e 1835, época em que eram produzidos cerca de 20 exemplares semanais pelos 11 periódicos de circulação regular, apenas dois jornais seriam responsáveis pela distribuição de 1600 exemplares por semana na capital.

Tal emergência de impressos parece contraditória em relação às precárias condições de exercício do magistério, que geravam inúmeros obstáculos ao desenvolvimento da instrução pública na Província como um todo, e na capital em particular. A pesquisa de Schneider demonstra que, durante a primeira metade da década de 30, os representantes políticos

⁵⁸ Anexos Capítulo 1: Quadros 2 e 3.

⁵⁹ Em contato por meio eletrônico, o professor Rüdiger informou-me que “esse dado foi formulado por ele com base em informações dispersas, já que o registro sistemático de estatísticas de tiragens foi encontrado apenas a partir de 1884 no *Anuário do Rio Grande do Sul*. Explicou ainda que a estimativa, portanto, de 400 exemplares deveria ser vista como teto para a época em questão, considerando o analfabetismo vigente. Mas também não eram muito menores os números do piso, visto que havia o hábito de, quando os jornais eram financiados por facções e mandões, muitas cópias serem distribuídas a título de Cortesia, com o objetivo de fazer proselitismo e confirmar o status dos responsáveis.”

discutem o problema da instrução pública no Conselho-Geral, apresentam propostas para sua melhoria e tomam algumas medidas para seu desenvolvimento. As dificuldades enfrentadas referem-se, principalmente, à falta de pessoas capacitadas para o exercício do magistério, pois os habilitados não se candidatavam devido aos baixos salários; também a falta de engenheiros impedia a construção de prédios escolares. Em fins de 1832, não sendo ainda possível construí-los, são tomadas medidas no sentido de destinar verbas para pagamento de aluguel de casas para o funcionamento das aulas (SCHNEIDER, 1993, p.29)⁶⁰. No entanto, essa é apenas uma face da educação em Porto Alegre, pois existem os professores ou escolas particulares que só passam a figurar nos relatórios dos presidentes da Província a partir de 1866. Antes disso, as atividades de alguns deles só podem ser acompanhadas por meio dos anúncios dos jornais.

Nesse ponto vale restabelecer o diálogo com Neves e Morel, já que ambos defendem a formação de uma esfera pública de poder a partir da instalação de novos espaços sociais de discussão e do papel fundamental desempenhado pelas folhas, panfletos e periódicos nessa constituição.

Assim, tendo em vista que, nas primeiras décadas do século XIX, Porto Alegre ainda não dispunha de cafés, livrarias ou Academias, e os impressos eram oferecidos em variadas casas de comércio, além das Tipografias (local de reunião dos letrados e simpatizantes de tal ou qual facção política), apesar desse acanhado cenário cultural, surge, em 1829, o primeiro *Gabinete de Leitura* que, segundo Athos Damasceno Ferreira (1973, p.10), teve “razoável afluência de leitores”⁶¹, mas que já em fins de 1830 se transforma em *sociedade secreta*.⁶²

⁶⁰ Com a independência, a elite brasileira impunha-se a tarefa de organizar o Estado Nacional. A Constituição de 1824 estabelecia que o controle sobre as Províncias fosse mantido por meio dos presidentes de Províncias, cuja nomeação era prerrogativa do Imperador, e sua destituição só poderia ocorrer por decisão dele. Às Províncias apenas cabia o direito de intervir nos negócios por meio do Conselho Geral da Província. A lei geral de 27 de agosto de 1828, que organizava os trabalhos dos Conselhos Gerais das Províncias Brasileiras, claramente demarcava a sua esfera de poder. “A atuação do Conselho [...] estava minuciosamente determinada e restrita pelo poder legislativo geral. Autonomia provincial não havia e, portanto, a elite regional, disposta a interferir no processo político-administrativo, via suas possibilidades decisórias solapadas”. (PICOLLO, 1979, p.96-97).

⁶¹ O pesquisador não apresenta números relativos aos leitores.

⁶² Segundo Ferreira (1973, p.10), integravam tal sociedade “políticos das mais diversas e conflitantes colorações ideológicas: monarquistas conservadores (chamados retrógrados), liberais progressistas, republicanos ardorosos e até carbonários exaltados”. Para um esclarecimento sobre essas denominações e suas implicações ideológicas nesse contexto, ver especialmente o capítulo II: MOREL, 2005.

Considerando-se o curto período de funcionamento desse *Gabinete de Leitura* em Porto Alegre, tende-se a minorar sua importância enquanto instituição cultural, mas se a análise for ampliada e incluir as demais Províncias do país nesse período verificar-se-á, a partir da pesquisa realizada por Schapochnik (2005, p.231-233), que eram poucas as iniciativas de “difusão filantrópica do saber”, pois “o ritmo de implantação de instituições devotadas à leitura e ao empréstimo de livros era lento e atingiu somente 4 Províncias até os anos de 1840”.⁶³

Todavia, o *Gabinete de Leitura* não desaparece, pois em 1831 essa sociedade dissolve-se e surge em seu lugar a *Filantropia e Liberdade*, a mais antiga Loja maçônica do Rio Grande do Sul, que mantinha um *Gabinete de Leitura*, uma escola de *Primeiras Letras*, na qual era professor Manuel Martins da Silva Lemos; e, além disso, a *Loja* era responsável pela edição d’*O Continentino* (1831/1833), no qual participavam o professor de Aritmética, José de Paiva Magalhaens Calvet e o professor Silva Lemos; e também d’*O Compilador em Porto Alegre* (1831/1832), do qual foi colaborador Antonio Álvares Pereira Coruja ao lado de outro professor, o Padre Juliano de Faria Lobato. O professor Magalhaens Calvet, que foi colega de Coruja nas aulas de *Latim*, participou ainda da edição d’*O Recopilador Liberal* (1832/1836), d’*O Continentista* (1835/1836), do *Themis* (1833?) e d’*O Republicano* (1834).⁶⁴

Aqui vemos, portanto, a constituição daquela esfera pública de poder, nos moldes concebidos por Morel e Neves, a partir do entrecruzamento das atividades exercidas pelos letrados, que possibilitam a instalação de espaços sociais de discussão em torno dos periódicos, das sociedades secretas e da atuação dos professores como produtores e

⁶³ “Após a instalação da Biblioteca Real na cidade do Rio de Janeiro (1810) e da Biblioteca Pública de Salvador (1811), o ritmo de implantação de instituições devotadas à leitura e ao empréstimo de livros era lento e atingiu somente 4 Províncias até os anos de 1840, restringindo-se a um total de 8 bibliotecas, sediadas na Bahia (1), no Rio Grande do Sul (1), em Pernambuco (2) e no Rio de Janeiro (4).” Schapochnik explica ainda que, na composição dos dados, “foram excluídas as bibliotecas eclesiásticas e algumas bibliotecas laicas que também emergiram nesse contexto, como as das instituições de ensino superior (Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia), das bibliotecas-corporativas (Institutos Históricos, Academia Imperial de Medicina, Marinha, Exército e de alguns museus), ou ainda das bibliotecas escolares, notadamente as dos Lyceus. Esta opção deve-se ao aspecto limitado dos seus leitores potenciais e à especialização e exclusivismo do acervo. Por sua vez, foram empregados os dados relativos ao conjunto de instituições que denotavam uma tendência de dessacralização e socialização do conhecimento, fenômeno denominado “difusão filantrópica do saber”.

⁶⁴ Instalado em Porto Alegre, à Rua do Rosário, atual Vigário José Inácio. “De conformidade com o art. 6 dos estatutos do Gabinete de Leitura, em que se disfarçava uma loja maçônica, o *Compilador* incluiria “artigos extraídos das melhores Folhas Nacionais e Estrangeiras, e correspondências de público interesse, com reflexões adequadas”. BARRETO 1986, p.37-38 e 47; SILVA, CLEMENTE e BARBOSA 1986, p.23-25.

divulgadores das ideias, sobretudo as liberais. Os professores do ensino público e particular comparecem, então, de maneira mais explícita na cena literária da Província por meio de sua participação na elaboração dos periódicos e também na confecção de livros.

Tanto assim que já em 1827, na Tipografia do *Diário de Porto Alegre*, o professor de *Primeiras Letras, Francês e Inglês*, Thomaz Ignacio da Silveira, mandou imprimir o *Primeiro compêndio arithmetico, ou taboada curiosa para meninos. Onde se explica em dialogo os principaes fundamentos de arithmetica, e outras cousas necessárias*, folheto de 24 páginas para utilização em sala de aula.⁶⁵ O mesmo professor foi também muito atuante como escritor público, participando de pelo menos três periódicos nesse período: *O Amigo do Homem e da Pátria* (1829/1830), *O Vigilante* (1830) e *Sentinela da Liberdade* (1830/1837), todos simpáticos ao ideal republicano.

Cabe aqui um esclarecimento sobre o exercício da atividade *escritor público*, já que nesse período jornalista não é a denominação mais adequada a esses periodistas, segundo Rüdiger, a figura do jornalista ainda não estava definida no sentido daquele profissional ocupado em transmitir notícias ao público leitor; “os jornais serviam basicamente para a veiculação de literatura política”. Assim, os responsáveis pelas redações ou ocupavam-se da escrita panfletária, entenda-se, engajada nas ideias de um partido ou grupo político, ou das atividades de paginação, notas, preenchendo os espaços com anúncios ou transcrições de outros periódicos. Um editorial do jornal *O Rio-Grandense*, de Rio Grande, em 1846, define bem a função desse personagem:

O escritor público não deve se limitar a ser mero correio de notícias; porque a missão da imprensa é mais nobre e útil do que essa. O escritor público é o canal do povo; e assim como o povo lhe presta auxílio e acolhimento, assim ele se desvela mais em instruí-lo e moralizá-lo. (*apud* RÜDIGER, 1993, p.19).⁶⁶

⁶⁵ “É considerado o primeiro folheto impresso no RS, de que foi autor o próprio Tomás Inácio da Silveira. Um exemplar, talvez único, existia na coleção Agostinho José Lourenço, que foi mostrada na Exposição Farroupilha de 1935, em Porto Alegre, e em catálogo foi reproduzida a respectiva carátula”. (BARRETO, 1986, p.165).

⁶⁶ Tal definição de escritor público aproxima-se do que contemporaneamente denominamos “formador de opinião”, o indivíduo que divulga suas ideias sobre temas em discussão por meio da mídia impressa, eletrônica, televisiva ou radiofônica. Ou seja, é um comentarista de atualidades políticas, sociais e/ou culturais, um tipo de leitor/intérprete do tempo presente que pode ser ou não um jornalista de formação.

Morel (2003, p.15-16) explica que esse escritor público, “o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro”, o homem de letras, enfim, emerge numa época propensa às atuações dramáticas, travavam imensos debates em torno de questões e ideais fundamentais para a sociedade, pugnavam por ideias sobre a República, a Democracia, a Abolição, a Educação e fundamentalmente, sobre a Liberdade, valor universal, que sobrepujava a todos os demais e proporcionava a difusão das ideias através da imprensa. Esse letrado era, portanto, “portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica”, mas acima de tudo patriótica.⁶⁷

Em 1831, mais aulas são criadas em Porto Alegre, segundo Schneider, na escola pública de *Primeiras Letras*, regida pelo professor Antonio Álvares Pereira Coruja. Havia “grande número de alunos”; contudo, em abril ele assume a cadeira de *Gramática Latina*. José de Paiva Magalhaens Calvet assume, em maio, a cadeira de *Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Retilínea*. E o padre João de Santa Bárbara inaugura, em junho, a primeira aula pública para o estudo de *Matemática, Geometria e Rudimentos Gerais de Engenharia*. Em outubro é criada a *Escola para a Instrução de Meninas*. (SCHNEIDER, 1993, p.33-34).

Se de uma parte era lento, escasso e rarefeito o ambiente da instrução pública na capital da Província, de outra parte era grande a quantidade de periódicos e outros textos colocados à disposição dos cidadãos de Porto Alegre, o que evidencia a necessidade de considerar com cuidado tanto as formas de transmissão escritas quanto orais nessa sociedade. Porquanto participam do contexto de formação das práticas letradas e de leitores, não necessariamente em igualdade de condições, os letrados e os ouvintes dispostos a saber do que se tratava nos jornais.

Nesse sentido, cabe salientar que os leitores almejados não são os alunos das aulas de primeiras letras, mas aqueles envolvidos na produção, distribuição e divulgação dos impressos. Portanto, estão incluídos nessa categoria os trabalhadores das tipografias, mesmo os

⁶⁷ De certo modo acompanhamos esses temas patrióticos também em alguns folhetos, por exemplo, em 1828, era possível encontrar na Tipografia do *Constitucional Rio-Grandense* um folheto de 2 páginas, sobre a *Convenção Preliminar de Paz entre o Governo do Brasil, e o da República Argentina, ratificada por ambas as Potências*, anunciado no jornal em outubro. E, em 1829, na Tipografia de Silveira & Dubreuil, achava-se à venda por 80 rs, o *Relatório da Comissão encarregada da visita das Prisões Civil, e Militar da Villa do Rio Grande, que teve lugar em 28 de setembro deste anno*, texto de 2 páginas, anunciado em dezembro no periódico *O Amigo do Homem e da Pátria*. (BARRETO, 1986, p.165-166).

analfabetos, pois formam aquela parcela que ouve, com ou sem interesse, sobre os assuntos que circulam nas ruas; os comerciantes que leem e colocam à disposição dos fregueses periódicos e demais impressos, entre os produtos oferecidos à venda; os professores públicos e particulares que são também colaboradores e disseminadores desses periódicos; funcionários da administração pública, políticos, juízes, médicos, boticários e outros profissionais cuja atividade não possa prescindir de leitura e escrita, e por fim os jovens cujo letramento já está adiantado e, com auxílio dos periódicos, podem exercitar essa competência inclusive como leitores aos familiares não alfabetizados.

Nas Tipografias, por exemplo, foram apuradas 36 pessoas envolvidas com as publicações, desde tipógrafos até colaboradores e proprietários, pois conforme explicam os autores do *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*, nessa época “o jornalismo [era] um trabalho ainda artesanal, dando margem a uma combinação de funções; um mesmo nome é apontado como redator, proprietário ou editor, não sendo improvável que todas as funções fossem exercidas pela mesma pessoa”, assim como a participação de uma pessoa em mais de um periódico. Entre os que participaram mais ativamente do periodismo, estão: Cláudio Dubreuil, 09 publicações; José de Paiva Magalhães Calvet, 05 publicações; Pedro José de Almeida e Vicente Ferreira Gomes, 04 publicações cada um; e Thomaz Ignacio da Silveira e Tito Livio Zambecari, participaram de 03 publicações cada um. (SILVA, *et al.*, 1986, p.12). Segundo Rüdiger, embora as tipografias não fossem um negócio de grande vulto o trabalho exigia “artesãos especializados, que muitas vezes ascendiam à condição de pequenos empresários urbanos”, ele explica ainda que:

Os homens de imprensa da época não são os políticos, mas os donos de tipografias, artesãos urbanos que reúnem em si funções de proprietário e diretor de jornais. A montagem de uma oficina não exigia grande capital, relativamente fácil de levantar entre a classe política. A tecnologia era primitiva, podendo-se editar um jornal com velhos prelos de madeira, movidos manualmente, e material tipográfico de segunda mão, comprado no Rio de Janeiro. (RÜDIGER, 1993, p.16-17).

Embora a cadeira de *Primeiras Letras* de Manoel Martins da Silva Lemos, em 1832, possuísse 140 alunos e Joaquim Barbosa da Silva assumisse a cadeira de *Língua Francesa*, em novembro do mesmo ano, eram constantes as reclamações das autoridades políticas da

Província sobre a carência de professores habilitados ou dispostos a preencher as aulas públicas, tanto na capital como em outras localidades (SCHNEIDER, 1993, p.36-37 e ARRIADA, 2007, p.42-43).

Enquanto isso aqueles “artesãos urbanos”, entre 1832 e 1834, seja por iniciativa própria ou pelo investimento financeiro de algum político, contando com a colaboração de alguns professores, traziam a lume por meio das 04 Tipografias, além de 12 periódicos, que produziam em torno de 20 exemplares semanalmente, outros 13 folhetos e os primeiros livros publicados por mulheres na Província, como *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, escrito pela professora Nísia Floresta Brasileira Augusta, feminista *avant la lettre*, que trabalhava no magistério local em 1832, foi inspirado na obra de Mary Wollstonecraft *A vindication of the rights of woman*, cuja 2ª edição foi publicada, em 1833, pela Tipografia de V. F. de Andrade⁶⁸ e, no ano seguinte, saía *Poesias oferecidas às Senhoras Rio-Grandenses*, da poetisa Delfina Benigna da Cunha, opúsculo de 148 páginas, editado pela Typographia de Fonseca & Cia. Ainda em 1834, pela mesma Tipografia é impresso o livro para uso escolar, *Epítome da Grammatica da Lingua Nacional*, de Manoel dos Passos Figueiroa, que também era editor dos jornais *Correio da Liberdade* (1831) e *Idade de Ouro* (1833/1834).

E já que mencionamos os primeiros livros de autoria de mulheres, cabe lembrar que a primeira professora de Antonio Álvares Coruja, Maria Josefa da Fontoura Barreto, foi também a primeira mulher a exercer sua atividade intelectual na imprensa rio-grandense, colaborando ao lado de Manoel dos Passos Figueiroa na edição do *Idade de Ouro*, e depois passou a redigir o *Bellona irada contra os sectários de Momo* (1833/1834), ambos partidários dos Caramurus. (BARRETO, 1986, p.49-52 e 170-171).

Essas informações nos ajudam a compreender o contexto inicial de construção das práticas letradas na capital da Província, assim como nos permitem uma melhor visualização das possibilidades de acesso às informações, políticas ou não, aos interessados. Essa intensa

⁶⁸ Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 12.10.1810 em Papará, Rio Grande do Norte, e faleceu em 24.04.1885 na França. Escreveu diversas obras, particularmente tratando dos direitos das mulheres à educação e ao trabalho. Em 1832 publica a obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, na qual aponta os principais preconceitos existentes contra a mulher na sociedade brasileira. Em decorrência do movimento farroupilha, abandona cidade em 1837. Barreto refere-se à obra e autora através de Sacramento Blake (BARRETO, 1986, p.169). Para outras informações sobre essa autora, vida e obra, ver: DUARTE, 2008 e também o interessante artigo de PALLARES-BURKE, 1996.

circulação revela que as ruas de Porto Alegre constituem-se em palco privilegiado para o exercício público das ideias, no qual o posicionamento político torna-se um imperativo social e os periódicos são os protagonistas desse movimento.

Entretanto, o entrave educacional persistia e foi registrado por Arsène Isabelle. De passagem pela Província em 1833, o viajante francês relata que “a educação [era] muito descuidada em toda a Província do Rio Grande do Sul”, já que “os rapazes, destinados à advocacia, medicina e sacerdócio, [iam] para a universidade de São Paulo” e, em Porto Alegre, havia apenas escolas primárias. Contudo, anotou a existência de uma escola primária superior recentemente instalada por “um português da Europa (Sr. Gomes) juntamente com um jovem belga (Sr. Giélis)”. Mencionou ainda a existência de “quatro ou cinco jornais periódicos, inteiramente consagrados à política”.

Foram, aliás, bastante acurados seu julgamento e informações a respeito da carência de instituições de ensino, dignas desse nome na capital rio-grandense, assim como sobre o envio dos jovens rio-grandenses a São Paulo. Além disso, merece destaque a menção ao estabelecimento particular de ensino do professor Gomes, já que essas escolas não aparecem nos registros oficiais. Mesmo em relação aos periódicos em circulação na cidade, não há grandes distorções em suas informações, já que nem todos os periódicos tiveram circulação regular ou sequer simultânea.⁶⁹

Não obstante, aos poucos vão se articulando os vários setores letrados da sociedade, que começam a produzir algumas conquistas; por exemplo, tornam-se mais frequentes os anúncios de produtos e serviços ligados às atividades letradas. E no ano que assistiria ao rompimento da Província de São Pedro com a nação brasileira em 20 de setembro de 1835, o cenário em que nascera Antonio Álvares Pereira Coruja já estava bastante modificado, ao

⁶⁹ O viajante não desconhecia, inclusive, as movimentações políticas no Brasil, emitindo a seguinte opinião sobre os rio-grandenses: “os habitantes, da mesma maneira que todos os das outras cidades do Império, estão divididos em dois partidos: os *Caramurus*, compreendendo os simpatizantes do governo monárquico, e *Farroupilhas* ou *sans culottes*, simpatizantes do governo republicano.” (ISABELLE, 1983, p.62). No Brasil “as escolas públicas de instrução primária compreendiam três classes de ensino. A primeira, leitura, escrita, as quatro operações de aritmética, frações ordinárias e decimais, proporções; princípios de moral e doutrina cristã e da religião do Estado; e gramática da língua nacional. A segunda, noções gerais de geometria teórica e prática. E a terceira, elementos de geografia.” Segundo Mattos, “a simples leitura dos conteúdos selecionados para cada uma das classes revela a influência da reforma de Guizot. Desse modo, a primeira classe correspondia ao ensino primário elementar francês, a segunda e a terceira correspondiam, embora de maneira mais simplificada, ao ensino primário superior.” (MATTOS, 2004, p.275).

menos na capital, pois, decorridos 35 anos desde o aparecimento da primeira escola particular de *Primeiras Letras* na capital, surgem pelo menos outros 13 estabelecimentos de ensino (05 aulas públicas de Primeiras Letras, 03 aulas públicas de Filosofia, uma de Francês, de Aritmética e Geometria, Matemática e uma escola para meninas, além da escola particular do professor Gomes e ainda outras não registradas). Além disso, as 04 Tipografias, desde 1827, produziram 24 periódicos que colocaram em circulação cerca de 100 exemplares, 28 folhetos e 04 livros, que impulsionaram ainda mais as atividades letradas.

Durante esse período, crianças tornaram-se homens e mulheres capazes de frequentar o *Gabinete de Leitura*, as sociedades maçônicas da capital, e alguns conseguiram ser, entre outras atividades, professores, autores e colaboradores em periódicos, como Antonio Álvares Pereira Coruja e seus colegas da classe de *Latim*, José de Paiva Magalhães Calvet e Vicente Ferreira Gomes.

Em abril de 1835, na instalação da Assembleia Legislativa Provincial⁷⁰, o presidente da Província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, defendeu a criação da *Escola Normal* para a formação dos professores e apresentou um relatório sobre a situação da instrução pública, segundo o qual:

Em 1835, existiam na Província: 44 aulas de primeiras letras, das quais poucas estavam providas; 1 aula de Retórica; 3 aulas de Gramática Latina; 1 aula de Francês; 1 aula de Geometria, Aritmética e princípios de Álgebra; 1 aula de Filosofia. (SCHNEIDER, 1993, p.43).

Em vista da precariedade absoluta da situação do ensino na Província como um todo, o cenário na capital era muito mais favorável, e a movimentação dos professores continuava intensa, pois, ainda em abril, o professor de *Gramática Latina* Antonio Álvares Pereira Coruja assumiu a cadeira de *Filosofia Moral*; em junho, João Chrysostomo da Rocha e Araújo

⁷⁰ A Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, por alterar a constituição de 1824, entre outras medidas, determinava a supressão do poder moderador, o fim do Conselho de Estado, e a criação das Assembleias Provinciais; mas os presidentes de Província continuariam sendo nomeados pelo centro. O art. 10º determinava a competência das Assembleias, em seu § 2º era autorizado legislar: “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral”. Pelo Ato Adicional, os Conselhos Gerais das Províncias foram substituídos pelas Assembleias Legislativas com amplas competências. (MENDES JR., *et alii.*, 1977, p.219).

assumiu a cadeira de *Gramática Latina*, e Miguelina de Mesquita Ferrugem assume a nova cadeira de primeiras letras para meninas, criada em julho (SCHNEIDER, 1993, p.43-44). Nesse sentido, os anúncios publicados nos periódicos permitem acompanhar como eram oferecidos à população de Porto Alegre os produtos e serviços ligados às atividades letradas, informam sobre outras publicações oferecidas a esse público e em que locais eram comercializadas, assim como dão a conhecer as relações que se estabeleciam entre os letrados.⁷¹

O Recopilador Liberal (1832/1836), que saía quartas e sábados e do qual participava o professor de *Aritmética*, José de Paiva Magalhaens Calvet, era anunciado junto com a venda de dois escravos, o local das aulas públicas e particulares dos colegas José Joaquim Barbosa e Silva e Antonio Álvares Pereira Coruja⁷², assim como a localização da nova escola para meninas⁷³. Na Tipografia de V. F. de Andrade, que também imprimia este jornal, o professor Coruja publicou, em 1835, o *Compendio de grammatica da língua nacional dedicado à mocidade rio-grandense*, 68 páginas, que, por sua vez, foi anunciado nesse periódico com a devida indicação das lojas e botica onde podia ser encontrado. Outros anúncios oferecem várias obras utilizadas na formação dos jovens estudantes e ainda os serviços de um bacharel formado em São Paulo⁷⁴:

No Armazem de Candido Jose Ferreira Alvim, vende-se Folhinhas de porta e algebeira, e também encadernadas, e assim mais os seguintes livros – Selectas e Dicc. Latinos, ditos Franceses de Constancio, Taboas Logarithimas de Galet, Algebra e Geometria de Bezout, Atlas Geograficas, Cathecismos grammaticaes e orthographicos, Rudimentos Arethimeticos, Dicc. Da Fabula, Logica e Metafizica de Genuense, Ethica de Heinecio, Novo Methodo, Instrucções de Latinidade ou costumes dos Romanos, Mestre Francez, Simão de Natua (sic), Gil Braz de Santilhana (sic), Codigo

⁷¹ Um artigo de Neves (2009, p.55-89) acrescenta outras informações sobre a importância da publicidade em periódicos brasileiros para o estudo do comércio livreiro no Rio de Janeiro no início do século XIX.

⁷² “A Aula Publica de Lingua Francesa mudou-se para a Rua da Graça no último Sobrado quase ao sair á Rua da Caridade; para a mesma casa se mudou a Aula Publica de Philosophia Racional e Moral. Também se aceitam discípulos particulares de primeiras Lettras, Grammatica Nacional, Grammatica Latina e Geographia; e se recebem Alumnos internos. Na mesma casa se vendem dous escravos.” (*O Recopilador Liberal*, 19/08/1835). (MOTTIN; BARBOSA E SILVA, 1985, p.70 e 75).

⁷³ “No dia 1º do corrente mez, na Rua da Bragança nº 71, se abriu uma Escola Publica de primeiras Letras para Meninas. As pessoas que tiverem meninas a educar na mencionada Escola podem apresental-as á matricula.” (*O Recopilador Liberal*, 05/09/1835). (*Id. ibidem*, p.75).

⁷⁴ “Francisco Coelho Borges Bacharel Formado em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Academia de S. Paulo, faz sciente ao Respeitavel Publico, que se acha nesta Cidade no emprego de advogacia. Aquelles Senhores, que se quiserem utilizar de seus diminutos préstimos poderão procural-o na Rua da Igreja entre a Rua de Bragança e a do rosário, em casa de Jose Rodrigues d’Oliveira.” (*O Recopilador Liberal*, 19/09/1835) (*Id. ibidem*, p.76).

do Processo Criminal, Grammaticas do Padre Fortes, varias Novellas muito interessantes. No mesmo Armazem acima há para vender, por commodo preço papel de peso de superior qualidade, e Almaço de 2ª sorte, e também uma Labanca e marrão de ferro. (16/09/1835 *apud* MOTTIN, *et al.*, p.72-73).⁷⁵

Nº *O Mensageiro* (1835/1836), publicado às terças e sextas-feiras, partidário das ideias republicanas e impresso na Tipografia de V. F. de Andrade, encontram-se anúncios de professores particulares de *Primeiras Letras* para meninas e meninos, o *Compêndio* do professor Coruja, assim como diversas obras didáticas disponíveis para venda entre os produtos das lojas e armazéns da cidade:⁷⁶

Nas lojas dos Srs. João Baptista da Silva, João Pedro Freire Barém e Candido José Ferreira Alvim, se vendem Os Compêndios da Gramática Nacional de A.A.P. Coruja. (13/11/1835)

No Armazém de Candido José Ferreira Alvim há para vender cordas de Rebecca (sic), e Violão, de superior qualidade, e continua-se a vender os livros seguintes: Para o estudo da Latinidade: ditos para Francez: ditos para Geometria: Grammaticas do P. Fortes: ditas por Pereira Coruja: folhinhas para o anno de 1836, e assim mais outros livros. (17/11/1835)

Na loja que foi de Luiz Pedeville, na Rua da Praia esquina da de Bragança, tem para vender-se o seguinte: Grammatica do Padre Ignacio Felizardo Fortes, ditas Francesas por Lhomond, e folhinhas para o anno de 1836. (24/11/1835) (MOTTIN, *et al.*, p.44-45).⁷⁷

⁷⁵ Acha-se impresso o Compendio da Grammatica de Lingua Nacional por Antonio Alvares Pereira Coruja, contendo muitas regras da Syntaxe modernamente adaptadas, e varias observações úteis aos principiantes: ficará encadernado até o fim do corrente mez. Subscreeve-se a 1:280 rs. cada exemplar na Loja do Sr. João Ferreira de Assis, na do Sr. João Pedro Freire Barem, e na Botica do Sr. Antonio Simões Pereira Junior. (*O Recopilador Liberal*, 26/08/1835). (*Id. ibidem*, p.72-73).

⁷⁶ “Floribella Flores da Conceição faz scientes áquelles Chefes de famílias, que se interessarem pela instrução de suas filhas, que Ella se propõe a ensinar Meninas nesta Cidade, não só todos os ramos da lavoura do sexo, como também Primeiras Letras, Arithmetica, e princípios da Grammatica Nacional; e affiança aos mesmos chefes de família que ella será encansavel no promover o adiantamento das jovens que lhe confiarem, e vellará sobre sua conducta; todas as ditas pessoas que se quizerem utilizar de seu préstimo queirão dirigir-se à casa da annunciante na Rua Formosa n. 51 para tractarem com a mesma.” (*O Mensageiro*, 10/11/1835). “Na Rua da Ponte, Casa do Sr. Major Manoel Godinho Leitão, próximo a praça, se vai estabelecer uma Aula de primeiras Letras em que se ensinará a Grammatica Nacional, por methodo, mui fácil. Na mesma Casa se poderão admitir Pensionistas, que ali terão também Mestres de Latim e Francez quando queirão applicar-se á semelhantes estudos; Como a Moral Christã influe tão essencialmente para a boa educação dos Meninos, serão empregados todos os cuidados para se lhes fazer conhecer a sua importância. Hade abrir-se no princípio de Janeiro próximo futuro. (*O Mensageiro*, 25/12/1835)”. (*Id. ibidem*, p.59).

⁷⁷ A Grammatica do padre Inácio Felizardo Fortes, ou Arte de Gramática Portuguesa, foi publicada em 1816 pela Imprensa Régia, para atendimento das aulas de Latim. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2003, p.126).

Esses anúncios nos permitem conhecer um pouco mais sobre o ambiente da nascente cultura letrada da capital, que literatura estava disponível e onde era comercializada. Além disso, comprovam a preocupação do comércio local em ofertar aos estudantes os livros necessários às aulas existentes. Nesse contexto os livros destinados aos escolares, como o compêndio aritmético elaborado pelo professor Thomaz Ignacio da Silveira, os compêndios de gramática de Manoel dos Passos Figueiroa e do professor Coruja, cumpriam tanto a função de auxiliar as instituições de ensino na construção do aparato cultural nacional, tal como já acontecia na Corte, quanto o papel de formar o leitor.

Mattos explica que o maior propósito dos dirigentes saquaremas era a difusão da instrução entre aqueles que deveriam compor a classe dos cidadãos do império, nesse sentido a edição de gramáticas e compêndios que auxiliassem na divulgação do ensino eram fundamentais, pois:

Tratava-se de difundir o mais amplamente possível a “língua nacional”, sua gramática também, de modo que superasse as limitações de toda natureza impostas pelas falas regionais, e assim reproduzindo em escala mínima e individual o esforço gigantesco que, em escala ampliada, era desenvolvido pelos escritores românticos, Alencar à frente. Tratava-se de difundir ainda informações matemáticas, desde “as quatro operações de aritmética” até as “noções gerais de geometria teórica e prática”, como condição de apreensão das estruturas lógicas elementares presentes no mundo, e que fundamentavam o primado da Razão. Tratava-se também de difundir os conhecimentos geográficos, particularmente os referentes ao território do Império, de modo que um número crescente de cidadãos em formação tomassem pela Nação este território em sua integridade, indivisibilidade e ausência de comoções. (MATTOS, 2004, p.276).

Assim é possível perceber, através dessas publicações, conforme apontaram Lajolo e Zilberman (2003, p.120-128), que os rumos escolhidos pelos governantes para a educação a partir da Corte eram acompanhados pela Província, pois “num primeiro momento, recorreu-se a traduções para abastecer o mercado local; em seguida exigiram-se autores nativos para produzir os textos; mais adiante, assuntos de coloração patriótica”. Mesmo que o livro didático seja considerado um primo-pobre da literatura, porque seu texto torna-se descartável

com o passar do tempo, para as editoras ele é o primo-rico, pois sua venda é certa e, por isso, ele é o ponto de partida na constituição de um mercado livreiro.⁷⁸

Quanto ao mercado livreiro propriamente dito, embora não haja nenhuma referência a estabelecimentos denominados “loja de livros”, as Tipografias eram os locais mais especializados nesse tipo de produto que existiam na capital rio-grandense.⁷⁹ Portanto, além de serem vendidos nas Tipografias, eram comercializados em lojas, armazéns e boticas os compêndios, as gramáticas, os catecismos, dicionários variados, entre outros livros didáticos, mas também as “Folhinhas de porta e algebeira”, o *Gil Blas de Santillane*⁸⁰ e “varias Novellas muito interessantes”. Sem esquecer as *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*, ou a obra ultraliberal da professora Nísia, assim como os folhetos de assuntos diversos e as folhas periódicas.

Portanto, o que nos informam os impressos e seus registros sobre as possibilidades de acesso à cultura letrada em Porto Alegre, desde o surgimento do primeiro jornal em 1827 até o início da insurreição farroupilha, não são apenas números e títulos. Tais publicações dizem muito sobre as condições dessa sociedade para produzir e consumir informações, literatura escolar, escritos políticos, poesias e até textos de mulheres com ideias mais avançadas, além de manifestos de todos os tipos que fizeram parte do cotidiano urbano de uma maneira bem mais intensa do que se poderia supor.

Assim, o que essa breve retomada indicou foi o envolvimento dos letrados porto-alegrenses na construção de espaços para a prática da cultura letrada na cidade. Entretanto, a

⁷⁸ Alguns dos livros e autores anunciados através dos periódicos em 1835 constarão das listagens dos compêndios exigidos pelo Lyceu, dezesseis anos mais tarde (em 1851): *Arithmetica* por Bezout, a *Grammatica Ingleza* por Constancio. (SCHNEIDER, 1993, p.112).

⁷⁹ Neves (2002, p.91) salienta a importância de considerar as lojas que vendiam artigos variados e anunciavam igualmente livros ou periódicos, “pois elas também funcionavam como um novo espaço da esfera pública, ponto de encontro e de conversas de uma elite intelectual”.

⁸⁰ “O romance de costumes produziu uma obra prima no *Gil Blas de Santillane*, de Lesage (1668-1747), inspirado nos romances picarescos espanhóis. As aventuras do herói sucessivamente lacaio, assistente de médico e secretário de um bispo dão ocasião à pintura da sociedade do tempo. Lesage é também autor do romance *Le Diable Boiteux*, cujo assunto foi tomado do espanhol Guevara”. (BANDEIRA, 1969, p.87-88). Burgess (1996, p.188) define o gênero picaresco da seguinte maneira: “picaresco (do espanhol “picaro”, significando “tratante”), um termo originalmente aplicado apenas a romances nos quais o personagem principal é um malandro (como o popular *Gil Blas de Le Sage*, publicado entre 1715 e 1735). É um termo que se aplica à descrição de todos os romances nos quais a maior parte da ação se passa na estrada, durante uma jornada, e nos quais aparecem personagens excêntricos e ligados à vida baixa. *Dom Quixote* é, em certos aspectos, picaresco (...)”.

institucionalização desses espaços não poderia depender apenas das atitudes individuais de alguns professores, mas de ações coletivas e da participação efetiva do Estado, entendida como políticas públicas que incentivassem tais propósitos, tal como aconteceu em São Paulo e também em Olinda/Recife, com a criação das Faculdades de Direito.⁸¹ Nesse sentido, as medidas de caráter político-administrativas elaboradas pelos dirigentes Saquaremas a partir de 1834, tendo como “laboratório” a Província do Rio de Janeiro, e que deveriam ser ampliadas ao conjunto da nação a fim de conferir a unidade e a ordem necessárias à consolidação do império brasileiro, constituem as ações de governo destinadas ao que Mattos (2004, p.264-266) chamou de “formação do povo”.⁸²

Tal formação tinha como base promover a instrução pública, que ficava a cargo das Províncias. No caso do Rio de Janeiro, sob o governo dos saquaremas. Nesse sentido, para melhor compreender o contexto de constituição das práticas letradas no Rio Grande do Sul em comparação com as demais Províncias, recorre-se aos dados apresentados por Mattos, já que eles nos informam sobre a situação da instrução na Província que sediava o governo imperial, e que, portanto, servia de modelo a todas as outras. Segundo Mattos:

A instrução cumpria – ou deveria cumprir – papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a “desordem” das Ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza. (MATTOS, 2004, p.271-272).

É curioso perceber que as dificuldades da Província de São Pedro, tanto para suprir a carência de professores, como a necessidade de criar uma *Escola Normal*, são as mesmas apresentadas pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres,

⁸¹ Apêndices Capítulo 1: Quadro 4: Estudantes na Academia de Direito - 1828 a 1835.

⁸² Mattos define a Província fluminense como um laboratório da administração saquarema, porque foi a que teve menor rotatividade de Presidentes, ou seja, seus Presidentes permaneciam mais tempo no cargo, e isso constitui uma exceção; além disso, a administração não foi entregue a elementos estranhos à Província como era comum acontecer às demais.

em 1835. Este igualmente ressalta, no relatório apresentado àquela Assembléia, “a carência de pessoas suficientemente habilitadas para o magistério”, julgando, portanto, urgente e necessária “a criação temporária de uma escola normal, onde se pudessem habilitar convenientemente não só os candidatos às cadeiras vagas, mas ainda os atuais professores que disso carecessem”. A diferença reside no fato de que nesse mesmo ano foi criada uma *Escola Normal* na capital da Província fluminense que, não obstante a pequena procura, iniciou as atividades em 1836.⁸³

Nesse momento cabe mencionar, para fins de comparação, os dados apurados por Mattos sobre a instrução na Província do Rio de Janeiro, segundo os Relatórios do Presidente Paulino José Soares de Sousa referentes aos anos de 1836 a 1840:

Poucos se apresentaram: em 1836, a escola normal contava dezessete alunos, ao passo que a Província tinha vinte e quatro escolas de primeiras letras; quatro anos mais tarde, ela era frequentada por vinte e dois alunos, dos quais cinco professores. Nesse mesmo intervalo de tempo, ela habilitava apenas catorze alunos, dos quais onze estavam no exercício do magistério. Então, havia na Província vinte escolas de primeiras letras, mas apenas dezessete estavam em funcionamento, e onze delas providas por alunos da Escola Normal; nelas estavam matriculados 967 meninos. (MATTOS, 2004, p.282).⁸⁴

Primeiramente, destaca-se a questão da dificuldade em encontrar pessoas dispostas ao exercício do magistério em geral, e ao magistério público em particular, tanto na Província que sediava a Corte quanto na longínqua Província de São Pedro do Sul. Em segundo, dos 14 alunos habilitados pela Escola Normal entre 1836 e 1840, 11 já trabalhavam como professores, o que indica tanto a necessidade de formação que sentiam os docentes já em atividade, quanto informa sobre o pouco interesse despertado pela profissão. Entretanto, a escola estava criada e em funcionamento.

⁸³ Segundo Mattos: “Poderiam ser admitidos à matrícula os cidadãos brasileiros maiores de dezoito anos, que soubessem ler e escrever, e provassem “boa morigeração”. Previa-se também o caso de não se matricularem alunos suficientes para a abertura da escola; então, o presidente da Província poderia mandar “abonar 20\$000 réis mensais às pessoas que pretenderem habilitar-se para exercer o magistério e não puderem frequentar a escola por falta de meios”. (MOACYR, 1939, 2º volume, p.191 *apud* MATTOS, 2004, p.280-281).

⁸⁴ Conforme os dados contidos nos relatórios referentes aos anos de 1836 e 1840 – Presidências de Paulino José Soares de Sousa.

A Província de São Pedro, que receberia uma *Escola Normal* apenas em 1869, também não dispunha de muitas pessoas habilitadas ao exercício do magistério,. Entretanto, o que mais chama a atenção nesses números é que, em 1835, existiam na Província 44 aulas de *Primeiras Letras* (embora poucas estivessem providas), enquanto na Província do Rio de Janeiro, em 1836, havia 24 escolas de *Primeiras Letras*, e em 1840, apenas 20 escolas de *Primeiras Letras*, com 17 em funcionamento, sendo que o município do Rio de Janeiro contava com 137.078 habitantes em 1838. Na Província de São Paulo, em 1836, constam 42 aulas de *Primeiras Letras*, com 38 em funcionamento (com uma população livre entre 10 e 20 anos de 50.129)⁸⁵. Quanto às estatísticas populacionais relativas à Província de São Pedro, até aqui há somente aquela realizada por Gonçalves Chaves (1978 (1823), p.109), na qual em 1822 eram estimados 106.196 habitantes na Província, e 36.050 em Porto Alegre e distritos.⁸⁶

Porém, a relatividade dos dados populacionais não retira sua importância de contraste. É sabido que a Província do Rio de Janeiro era imensamente mais povoada do que a do Rio Grande do Sul. Devemos destacar é que antes da guerra civil essa Província apresentava, segundo os relatórios dos presidentes, quantidade de escolas de *Primeiras Letras* equivalentes às da Província de São Paulo, e maior número de escolas do que na Província da capital do Império do Brasil. Mesmo que poucas estivessem em funcionamento, pela insuficiência de letrados dispostos a essa atividade, esses números indicam que a administração da Província rio-grandense também demonstrava interesse em instruir sua população. Entretanto, a ausência de dados como os apresentados por São Paulo dá a dimensão da dificuldade de análise.

Além disso, os problemas educacionais da Província sul-rio-grandense foram agravados pelas tensões de ordem política e, de certo modo, também justificaram ressentimentos; ao menos é o que outro colega de *Latim* de Coruja, o magistrado Francisco de Sá Brito, diplomado em São Paulo, registrou em suas memórias da Revolução, sobre “o desprezo da Corte pelos rio-grandenses”:

⁸⁵ Segundo do recenseamento de Müller (1978 (1838), p.263-265), havia 1471 alunos nas aulas públicas e 928 em 44 escolas particulares.

⁸⁶ Hallewell (2005, p.128) considera que existiam cerca de 9 mil habitantes somente na capital rio-grandense em 1830.

Posto que tenhamos conhecido muitos oficiais de outras Províncias, de boas famílias e de maneiras cavalheirosas e apurada polidez, a nossa hipótese não podia deixar de dar-se em larga escala, quando ainda hoje se roubam, se escasseiam, se dificultam os estudos militares aos rio-grandenses, de modo que, quando ele, por altos merecimentos, por bravura, por perícia adquirida em longo tirocínio das armas, chega a ser general em chefe, fica sempre em condição secundária relativamente a outros generais que têm tido a vantagem de cursar aulas e aprender teoricamente a ciência da guerra, com toda a comodidade, que se nega àqueles de quem mais se exige o tributo de sangue.

Tais injustiças, além de outras lembradas até no meio da representação nacional, de que esta Província tem sido e é ainda vítima e que, por muito debatidas, deixamos de mencionar, podiam e podem ainda com o tempo, mais uma vez impressionar e indispor não já a homens ignorantes, mas aos de alguma instrução, até que haja convicção de que não é a injustiça base segura para os edifícios nacionais. (BRITO, 1985 (1870-1875), p.122-123).

Tal sentimento de descaso e desrespeito, que foi observado e comentado por Saint Hilaire em função dos constantes abusos sofridos pelas famílias rio-grandenses obrigadas a fornecer animais e alimentação às tropas imperiais sem qualquer ressarcimento, tornou-se ainda mais intenso com a perda da Cisplatina, largamente debatida e comentada no *Diário de Porto Alegre*, conforme demonstrado por Varela. Esse sentimento foi definitivamente agravado com a lamentável derrota em Ituzaigó pela imperícia do Marquês de Barbacena, que vitimou, entre 242 soldados, o marechal José de Abreu, Barão do Cerro Largo.⁸⁷ De qualquer modo, esse episódio ilustra bastante bem o sentido das palavras de Francisco de Sá Brito e, sob pretexto desse e de outros ressentimentos, alguns líderes militares sul-rio-grandenses mobilizaram suas tropas contra o Império do Brasil durante 10 anos.

⁸⁷ Episódio consagrado na literatura por Simões Lopes Neto (1957 (1912)), no conto *O anjo da vitória*.

1.3. FARRAPOS VERSUS CARAMURUS: COMBATES A FERRO, FOGO, PAPEL E TINTA

Bastante curiosa é a situação de São Paulo a essa altura, pois embora a Academia de Direito já estivesse próxima de completar uma década, e a capital aos poucos fosse urbanizada e ocupada por estudantes de várias partes do país, era ainda muito fraca a publicação de livros, conforme informa Hallewell:

Em 1836, uma gráfica local havia até mesmo impresso um livro, Questões Sobre Presas Marítimas, de José Maria de Avelar Brotero, e dois anos mais tarde imprimiu outro, São Paulo, em 1836: Ensaio dum Quadro Estatístico da Província, de Daniel Pedro Müller. No ano seguinte (1839), a mesma gráfica (de Costa Silveira) produziu um livro didático, o Resumo da História Universal para Uso da Aula de História e Geografia, adaptação, por Júlio Frank, da obra alemã de H. L. Politz. Em 1845, a cidade tinha pelo menos mais um prelo, pois, nesse ano, um drama histórico de 102 páginas, O Tumulto do Povo em Évora, também de Avelar Brotero, foi publicado pela gráfica de Silva Sobral. Depois disso nenhum outro livro foi impresso em São Paulo até 1849. (HALLEWELL, 2005, p.299, grifos meus)⁸⁸.

Enquanto isso, os rio-grandenses guerreavam, seja por meio das folhas impressas ou a cavalo nos descampados. Tempos de grande turbulência política, os periódicos registram a intensa disputa, pelo espaço público e pelo poder de legitimar as ações da guerra e seus motivos. Nesse período há uma retração na quantidade de impressos na capital rio-grandense, tanto nos títulos publicados quanto nos exemplares em circulação. Embora o decréscimo de publicações periódicas, consideradas as de existência comprovada, não tenha sido tão acentuado, já que passam de 24 para 21 títulos, outras quedas são mais significativas e alertam sobre os rumos das ações revolucionárias e das reacionárias correlatas. Assim, se por um lado

⁸⁸ Sem dúvida a Faculdade de Direito foi uma importante catalisadora nos esforços de estruturação da cultura letrada em São Paulo. No entanto, Hallewell lembra que essa articulação não foi automática; ao contrário, segundo esse autor, a instituição só começaria a desempenhar mais ativamente esse papel a partir de 1855, pois quando foi escolhida para recebê-la a capital era povoada “com menos de 10 mil almas”, e seu primeiro jornal impresso, *O Farol Paulistano*, recentemente havia aparecido. Mas aos poucos a cidade começaria a estruturar-se para receber os estudantes vindos de várias partes do Brasil. Primeiro surgiram as tavernas, em seguida um teatro e pouco depois uma livraria (HALLEWELL, 2005, p.299-300). Segundo Machado (2001, p.161), foi São Paulo, entre as cidades brasileiras que receberam as Academias de ensino superior, que apresentou os mais graves problemas de moradia, devido à falta de casas para acomodar os estudantes. Em 1836, segundo o censo de Müller (1978, p.264), existiam na cidade de São Paulo e distritos: uma aula de história eclesiástica com 8 alunos; 2 Seminários, um de meninos com 19 alunos e um de meninas com 33 alunas; 4 escolas Nacionais de Primeiras Letras de meninos com 135 alunos e 01 de meninas com 49 alunas; 3 escolas Particulares de meninos com 132 alunos e 01 de meninas com 14 alunas.

a divisão dos jornais entre os partidos torna-se mais equilibrada com 12 publicações imperiais e 9 farroupilhas, por outro lado, dos 16 títulos novos apenas 4 são republicanos.

A análise da circulação de impressos periódicos na capital paulista e rio-grandense no período, que corresponde ao espaço de tempo em que decorrem os acontecimentos relacionados à guerra civil, que afeta, sobretudo, os rio-grandenses, mas que também compreende as agitações liberais entre os paulistas, mostra uma equiparação nas quantidades de títulos e de exemplares em circulação nas capitais.

São Paulo apresenta 20/26 títulos contra os 21/24 de Porto Alegre. A circulação de exemplares entre os paulistanos cresceu de (45/48) para (69/75); entre os porto-alegrenses houve uma queda acentuada (67/71) em relação ao primeiro período considerado (101/113). Para além da questão da quantidade, chama atenção a observação de Freitas (1915, p.86-89) sobre a publicação de anúncios nos periódicos de São Paulo, já que o pesquisador revela que aparecem apenas em 1842 n' *O Governista*, sendo que os jornais de Porto Alegre apresentam tais seções desde o *Diário de Porto Alegre*, conforme as informações colhidas em Barreto (1986, p.24).⁸⁹

O que não foi encontrado entre os jornais porto-alegrenses, nem neste período nem no anterior, é os periódicos dedicados à literatura, já entre os paulistanos foram encontrados três títulos relacionados ao tema *O Amigo das Letras* (1830), a *Revista da Sociedade Filomática* (1833) e a *Minerva Brasiliense* (1844). Embora a *Minerva Brasiliense* não encontre confirmação de existência, os demais estão ligados à Faculdade de Direito.

⁸⁹ “Jornal fraco, tal como os do Rio de Janeiro, com anúncios de compras, vendas, aluguéis, achados, perdas e fugas – verdade que em pequeno número – ainda com as entradas e saídas de embarcações (...)”. Anexos Capítulo 1: Quadro 7: Periódicos publicados e Quadro 8: Circulação ano/semana em São Paulo - 1836 a 1845.

a. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE – 1836 A 1845

	Título do Periódico	Circulação	Tipografia	F/I*	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
01	Sentinela da Liberdade	3ª e 6ª	Tipografia Dubreuil & Cia. Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F	•	•								
02	O Recopilador Liberal	4ª e Sab	Tipografia V. F. Andrade	F	•									
03	O Quebra Anti-Evaristo	Sab	Tipografia Rio-Grandense	F	•									
04	O Mensageiro	3ª e 6ª	Tipografia de V. F. Andrade	F	•									
05	O Continentista	3ª e 6ª	Tip. Rio-Grandense de V. F. Andrade	F	•									
06	O Colono Alemão	2 v. p/s	Tipografia de V. F. Andrade	F	•									
07	O Legalista Porto-Alegrense	3ª e 6ª	Tipografia de José Girard	I	•									
08	O Justiceiro	4ª e Sab	Tipografia de José Girard	I	•									
09	Gazeta Mercantil	4ª e Sab	Tipografia de José Girard	I	•	•								
10	O Campeão da Legalidade	4ª e Sab	Tipografia de José Girard	I		•	•	•						
11	O Artilheiro	Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I		•	•							
12	O Correio Rio-Grandense	2ª e 5ª	Tipografia Rio-Grandense	I		•								
13	Correio de Porto Alegre	indefinida	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I		•								
14	A Voz da Verdade	Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I		•								
15	O Guayba	5ª	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I			•	•	•					
16	Ora isto	?					?							
17	O Militar	?					?							
18	O Imperialista	4ª e Sab	Tipografia própria	I				•	•					
19	Semanário Oficial	Sab	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I					•	•				
20	O Comércio	3ª e 6ª	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	I					•	•	•	•	•	•
21	O Analista	5ª	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F					•	•	•	•		
22	O Echo Brasileiro	indefinida	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F							•			
23	O Imparcial	4ª e Sab	Tip. do Imparcial de Moreira & Cia Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F									•	•
24	Argos ⁹⁰	?	Tipografia J. C. Barreto											? ?
	Totais em circulação				09	07	03	03	05	03	03	02	02	02

Os títulos publicados por ano diminuem significativamente, passando de 9 em 1836 para 3 a partir de 1838, e 2 títulos a partir de 1843; além disso, de 1837 a 1840 circulam nas ruas da capital 10 periódicos, todos simpáticos aos imperiais. A redução na quantidade de exemplares em circulação na cidade chega a 70% (de 98 para 67), e ao final do período restam um jornal imperial e um republicano, curiosamente intitulado *O Imparcial*.

* F (jornal republicano ou farroupilha) I (jornal imperial ou caramuru) conforme a classificação dos autores do Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense. Os cinco periódicos destacados são os que persistem do período anterior.

⁹⁰ Argos segundo a listagem de Silva, Clemente e Barbosa (1986) esse periódico teria começado a circular em 1844, mas Barreto(1986, p.101) aponta seu início em 1847.

Cabe destacar, também, a movimentação das oficinas tipográficas, já que aparecem a de José Girard e a de J. C. Barreto, deixando de existir a Tipografia de Fonseca & Cia.. Portanto, Porto Alegre passa a contar com pelo menos 5 oficinas tipográficas identificadas. Em contrapartida, verifica-se uma redução na quantidade de pessoas ligadas aos periódicos, que corresponde proporcionalmente à diminuição do número de títulos publicados.⁹¹ Assim, se entre 1827 e 1835 foram impressos 24 títulos válidos que envolviam 36 pessoas, nesse período aproximadamente 20 pessoas estavam diretamente envolvidas com a produção dos 21 periódicos.

b. Circulação semana/ano dos periódicos em Porto Alegre – 1836 a 1845

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1836		04	03		04	04		02		17	09
1837	01	01	02	01	01	04		01		11	07
1838			01	01		02			02	04 + 02	03
1839			02	01		02				05	03
1840		01	01	01	01	02		02		08	05
1841		01			01	01		02		05	03
1842		01			01			03		05	03
1843		01			01			02		04	02
1844		01	01		01	01			01	04 + 01	02
1845		01	01		01	01			01	04 + 01	02
Circulação	01	11	11	04	11	17		12		67/71	21/24

Quanto às publicações avulsas, segundo a listagem de Barreto (1986), houve 71 publicações na Província, sendo que em Porto Alegre foram editados 27 títulos; os demais, principalmente, nas cidades de Piratini, Caçapava, Bagé e Alegrete, que sediaram o comando dos farroupilhas, e também em Rio Grande.

c. FOLHETOS DISTRIBUÍDOS EM PORTO ALEGRE – 1836 A 1845

Ano	1836	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843	1844	1845
Folhetos	01	01	-	-	03	03	-	-	-	01

⁹¹ Conforme os dados encontrados nas listagens de SILVA, CLEMENTE e BARBOSA (1986) e em BARRETO (1986).

* Esses números correspondem aos periódicos com Periodicidade Indefinida.

* Esses números correspondem aos periódicos de Existência Indefinida.

Nesse conjunto de 27 impressos, 4 eram publicações oficiais (3 da Assembleia Legislativa da Província ou representações encaminhadas a ela, e um ofício do Presidente da Província); 9 eram panfletos, constituídos de proclamações, comunicados, correspondências, ou *Ordem do Dia*; 2 referem-se a circulares publicados pelo Presidente da Província e distribuídos pelo jornal *O Comércio*; 8 são livros ou livretos de poesias, coleções de leis e outros temas oferecidos à venda pelas tipografias, e 4 eram folhetos intitulados Boletim. Desse conjunto de impressos, apenas 9 foram distribuídos com os periódicos de circulação efetiva, 65% menos do que no período anterior (28). Portanto, embora a quantidade geral de publicações avulsas na Província tenha aumentado de 63 para 71, há uma grande redução dessas publicações em Porto Alegre, de 45 para 27 títulos; a publicação de livros sofre pequena queda (de 10 para 8), com diferenças nos temas publicados - se no primeiro período predominavam os compêndios escolares, nesse sobressaem as coleções de leis e memórias militares.

A queda na publicação e circulação dos impressos em geral (periódicos, folhetos ou livros) na capital, em relação ao período anterior, foi em média 60%. O período de maior circulação de impressos por semana aconteceu durante o domínio dos republicanos em Porto Alegre, de setembro de 1835 a junho de 1836. Durante esse período circularam por semana cerca de 20 exemplares de periódicos, e 27 impressos avulsos foram publicados (sendo 4 distribuídos nos periódicos) apenas em Tipografias da capital. Se considerarmos para fins de estimativa o parâmetro estabelecido por Rüdiger, de 400 exemplares por edição, chegaremos a quase 10.000 impressos em circulação nas ruas da cidade, isso sem considerar os jornais vindos da Corte ou de outras cidades da Província.

Outros números poderiam ser agregados a essas estimativas, mas continuaríamos no campo das suposições, porque não existem estatísticas ou levantamentos de qualquer espécie nesse período, e do anterior apenas podemos contar com a estimativa de Gonçalves Chaves dos habitantes da capital, em torno de 36.050 em 1822 (considerando as seis freguesias). Após o período revolucionário é realizado, em 1846, pelo conselheiro Antonio Manuel Corrêa da Câmara, o primeiro levantamento estatístico digno desse nome, segundo o qual a população livre de Porto Alegre totalizava 28.330 pessoas, sendo 13.554 do sexo masculino e 14.776 do sexo feminino, distribuídas entre oito distritos e freguesias.

Para que se possa chegar a uma avaliação mais próxima do possível, é necessário fracionar o total de habitantes e deduzir cerca de um terço, relativo aos menores de idade, conforme procedeu Roderick J. Barman, o que resulta em aproximadamente 24.000 pessoas entre homens e mulheres. De tal modo que aqueles 10.000 impressos corresponderiam a cerca de 40% da população da capital em 1822; e, pelo mesmo procedimento, a quase 50% dos habitantes em 1846. Contudo, se essas estimativas não são capazes de fornecer a quantidade de leitores, elas demonstram, todavia, uma capacidade de produção de impressos bastante expressiva, e plenamente capaz de atender tanto aos consumidores aptos à leitura quanto aos que podem apenas ouvir as palavras impressas.

Sobretudo, é importante ponderar que a invasão da cena pública pelos periódicos intensifica o intercâmbio de práticas letradas entre os rio-grandenses, contribuindo para o letramento dos jovens e criando um hábito de leitura/escuta e escrita/conversa; afinal, até mesmo os analfabetos acabavam sabendo das opiniões políticas que povoavam as páginas impressas. E já que é no cerne de uma sociedade que cultiva a oralidade que a escrita vem angariar seu público, faz-se necessário que essa escrita panfletária torne-se acessível para uma maioria de ouvintes, mesmo sendo poucos os que lêem. Mas, além dos insultos impressos dirigidos a tal ou qual facção em disputa, nas páginas acompanha-se também a vida comum da cidade, nas quais produtos eram oferecidos e serviços anunciados.

Durante o período em que a capital ficou sob o governo republicano, segundo a pesquisa realizada por Mottin, Barbosa e Silva (1985), apenas no jornal *O Mensageiro* (1835/1836), cujos responsáveis eram Vicente Xavier de Carvalho e Vicente Ferreira de Andrade (proprietário da tipografia que imprimia outros 5 periódicos), foram encontrados anúncios referentes ao oferecimento de aulas, livros e outros serviços relacionados às práticas letradas. Os anúncios dos primeiros dias de janeiro informam que a capital já dispunha dos préstimos de um oculista capaz de tratar das “vistas débeis”⁹², e o conhecido professor Coruja, nessa época

⁹² E com sua arte [...] fazer, e concertar toda a qualidade de óculos, para qualquer vista, por débil que seja, tanto para ver de perto como de longe, compõe toda classe d’oculos, Telescopio, e Microscopios, e faz vidros de pedra papel ingleza, e de Christal, para conservação das vistas débeis, e tira ferrugem de toda qualidade de vidros lapidados; por isso suplico ao Publico, que lhe honre com sua concorrência, que elle tratará de servir a sua satisfação: as pessoas, que não podem ir a sua casa, poderão mandal-o chamar, que elle promptamente servirá: a sua residência é na Rua Clara n.6. (*O Mensageiro*, 05/01/1836 - terça).

já suplente de deputado, oferecia à venda “uma Escrava crioula ainda moça” e também vários livros (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.45-46).⁹³

Entre esses anúncios, destaca-se o que se refere à obra *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de autoria do Sr. Ignacio Accioli de Cerqueira Silva:

Publicou-se na Província da Bahia, e acha-se nesta casa de Brandão e Marques as Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, digna produção do Sr. Ignacio Ascidi de Cerqueira Silva (sic); O nome do autor por si só agoura a qualidade da obra, pois, que os seus vastos conhecimentos litterarios, sua erudição o tem feito conhecido de todo o Brasil. Não é esta a primeira produção de seu vasto gênio; já deu á luz a Corographia Paraense, ou Discripção Física, Histórica, e Política do Grã Pará, a qual mereceo a aprovação dos eruditos Brasileiros. Todo o Brasileiro deve saber a Historia do Paiz a que pertence, da sua abundância, e fertilidade, e dos meios, pelos quaes a Natureza facilitou o engrandecimento desta abençoada região; e se desejamos saber o que em outros paizes ha de extraordinário, com maior direito devemos procurar no solo, em que habitamos aquillo, que himos perscrutar em paizes estranhos. Na obra citada acharemos o que se ha de mister para o conhecimento da Historia do nosso paiz: admiraremos os rasgos patéticos, com que o seu Illustre Autor nos fez conhecedor dos meios que temos para facilitar o maior desenvolvimento á nossa industria, etc. etc. Quem quizer pois comprar as ditas memórias, dirija-se á casa de Brandão e Marques, que as vende por módico preço; e bem assim recebe assignaturas para a mesma obra. (*O Mensageiro*, 08/01/1836 – sexta-feira). (MOTTIN, *et al*, 1985, p.46).

O longo comentário acerca da obra e do autor merece nossa atenção, já que nenhum outro livro, entre os anunciados, obteve tal distinção. Além dos elogios à competência do autor e da menção às outras obras publicadas, que endossam seu perfil ilustrado, o texto do anúncio não se restringe apenas a informar sobre o livro e oferecê-lo à venda, mas, ao modo da resenha, sugere interpretações que o leitor poderá julgar e ainda formula a hipótese de que tal obra permite melhor conhecer “os meios que temos”, a fim de “facilitarmos o maior desenvolvimento á nossa indústria”.

⁹³ *O Mensageiro*, em 08/01/1836, informa aos porto-alegrenses que se encontra à venda no estabelecimento do Sr. João da Costa Júnior e C., vários produtos, entre eles: papel almaço aparado dito branco superior, “uma Escrava de dez a doze annos de idade, sadia, e sem vícios; Frasqueiras próprias para viagem, óleo de linhaça em botijas, e em barris, Manteiga Ingleza”. Assim como na casa do professor Coruja, na Rua da Graça vende-se “uma Escrava crioula ainda moça que faz todo o serviço de uma casa, e tem muito préstimo para roça” e também se vende os livros seguintes: *Syntaxe de Dantas*, *Diccionarios Francezes da Academia*, *Obras grandes de Virgílio*, *Eutropio*, *Horacio*, e *Phedro*, *Orthographia de Madureira*, *Diccionarios de Moraes 4ª Edição*, *Magnus Lescicon Latino*, *6 volumes da Collecção de Leis do Brasil*, e *Diccionario Geographico de Vosgien*, e *Compêndios da Grammatica Nacional*. (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.46).

Anúncios como este, publicados nos periódicos do Rio de Janeiro entre 1820 e 1830, foram bastante estudados pela historiadora Lúcia B. P. das Neves (2009, p.60), que percebeu uma relação entre a ampliação do público leitor e a modificação na apresentação desses anúncios ou avisos, os quais “ultrapassavam seu caráter meramente noticioso, começando a oferecer explicações e opiniões ligeiras acerca das obras que saíam à luz a fim de cativar potenciais leitores.” Além disso, outros dois pontos devem ser destacados: primeiro, que essa não é uma obra destinada aos escolares, mas a homens maduros e capazes de refletir sobre o desenvolvimento nacional; e segundo, o oferecimento quase imediato do livro publicado em 1835 na Bahia, e anunciado em Porto Alegre em janeiro de 1836. Estes são aspectos que reiteram a análise de Neves sobre ampliação do público leitor.

A obra de autoria do Sr. Ignacio Accioli de Cerqueira Silva foi publicada em 5 volumes, entre 1835 e 1843, e apesar da convulsão política na Província de São Pedro, em outubro de 1844, *O Imparcial*, outro periódico republicano, informa aos leitores e subscritores da obra *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia* que o 5º volume já se encontra disponível. Desse modo é possível deduzir que, havendo subscritores, houve efetiva procura pela obra e que, apesar do ambiente hostil, o intervalo entre a publicação, na Bahia, e o oferecimento da obra, em Porto Alegre, continuava pequeno (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.18).⁹⁴

Nas edições subseqüentes d’*O Mensageiro*, continua o professor Coruja a oferecer a “escrava crioula inda moça, que faz todo o serviço de uma casa” e, quanto aos livros, teria o professor vendido os volumes? Não temos como saber. Apenas constata-se que, das obras oferecidas, a de *Virgílio* desaparece; também some a *Orthographia de Madureira*, e são agora ofertados a *Grammatica Latina*, do P. Antônio Vieira, e o *Theatro Eclesiástico* (MOTTIN, 1985, p.47). Entretanto, o que os anúncios do professor de *Gramática Latina* sinalizam é o agravamento da situação política na capital, às vésperas do que ficou conhecido como “a reação de Porto Alegre”. Ou seja, a volta dos imperiais ao governo da cidade, que resultará na prisão de muitos farroupilhas, entre eles, o professor Coruja, que em 1837 transfere-se para o Rio de

⁹⁴ “Na Rua de Bragança n. 74 acha-se o 5º volume das Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia pelo Tenente Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, os Srs.. subscritores terão a bondade de os mandar procurar, bem como aceitão-se assignaturas para a mencionada obra”. (*O Imparcial*, 30/10/1844 – quarta).

Janeiro em função da perseguição política, situação que o obriga a desfazer-se de seus pertences e interrompe drasticamente a sua promissora atuação em solo rio-grandense.

Aparecem ainda anúncios das *Aulas de Meninos*, *Aula Publica de Grammatica Latina* e a *Aula de Lingoa Franceza*, cujo professor Vicente Xavier de Carvalho, um dos editores d’*O Mensageiro*, informava sobre o funcionamento da *Aula*:

O abaixo assignado declara mui positivamente, que, na qualidade de Professor da Lingua Franceza, e em face da Lei, que lhe serve de Regulamento, não pode deixar de admittir á matricula os que se quizerem applicar ao estudo da mesma: também declara, que os que se tiverem matriculado deverão comparecer ás horas do costume, e permanecer na Aula durante o tempo, que a Lei marca; pois que do contrario observará o que a tal respeito marca a dita Lei, para cujo fim publicará pela Imprensa os nomes dos que matricularão, e bem assim as faltas, que tiverem. Porto Alegre 4 de Fevereiro de 1836. — Vicente Xavier de Carvalho. (*O Mensageiro*, 19/02/1836) (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.60 e ^{SILVA, *et alii*, 1986}, p.25).

Na Typographia d’*O Mensageiro* era oferecido “um *Telemaco* em bom uso, e de boa encadernação”⁹⁵, e na tipografia de José Girard, responsável pela edição dos jornais *O Legalista Porto-Alegrense*, *O Justiceiro*, *O Campeão da Legalidade* e *O Imperialista*, era publicado o folheto de 4 páginas intitulado *Despedida do Coronel Francisco Xavier da Cunha ao 3º Batalhão Provisório. Acompanhada de uma breve exposição dos motivos que o obrigarão a dar a sua demissão do comando d’aquela corpo*, distribuído com o nº 8 da *Gazeta Mercantil* (^BARRETO 1986, p.175).

Embora as Tipografias fossem o local mais apropriado para a divulgação e venda de impressos, os estabelecimentos comerciais em que eram encontrados assemelhavam-se ao Armazém do Sr. Candido Alvim, no qual se podia encontrar desde “prezuntos de Lamego muito frescaes e manteiga Ingleza de Superior qualidade”, assim como “Flautas, Rebeccas (sic), Violões, encordaduras para os mesmos, e alguma Muzica impressa”, e “uma boa Escrava de préstimo com cria”; além disso, havia as “Folhinhas de Porta a 160 rs”, juntamente

⁹⁵ Deve-se destacar que alguns livros oferecidos pelo professor Coruja constarão da relação dos compêndios indicados pelo Lyceu D. Affonso, em 1851, como: a *Grammatica Latina* do P. Antônio Vieira, o *Phedro*, e as obras de *Horacio* e *Virgílio*, além desses, também o “*Telemaco*”, ou *As aventuras de Telemaco*.

com Chá Isson e espadas para Official de Cavalleria da Guarda Nacional. (*O Mensageiro*, 19/01/1836 *apud* MOTTIN, *et alii*, 1985, p.43)

Não obstante a ausência de outros espaços destinados à circulação de produtos impressos, importa destacar que as obras de uso corrente entre os professores da época circulavam e estavam ao alcance do público leitor de Porto Alegre bem antes da existência do Lyceu. O que também já indica as possibilidades, as obrigatoriedades ou, enfim, o repertório de leitura dessa sociedade, estabelecido sobretudo pela demanda das escolas, e não apenas das escolas superiores, que “motivaram a introdução, de maneira sistemática, do livro didático no Brasil”. Embora Lajolo e Zilberman (2003, p.131) afirmem que as escolas superiores são essencialmente as responsáveis por essa demanda, há que se relativizar esse posicionamento ao reunir-se esse conjunto de ofertas de livros numa Província sem Faculdade ou sequer um Lyceu ainda estabelecido.⁹⁶

Ao mapearem a formação da leitura no Brasil, Lajolo e Zilberman (2003, p.131), encontram o livreiro Manuel Antonio da Silva, no Rio de Janeiro, em 1811, a anunciar uma bibliografia que, segundo as autoras, sugere uma expectativa de público que “aponta um horizonte cultural em que a mocidade se alfabetiza, e os meninos aprendem a tabuada e as operações matemáticas”. Tal como vemos aparecer nesses anúncios d’*O Artilheiro*, jornal monarquista, que aparecia aos sábados e circulou de julho/1837 a julho/1838, e oferecia impressos de variados tipos, livros didáticos e serviços tipográficos:

Acha-se no Prelo — O Primeiro Compêndio Arithmetico, ou Taboada curioza para os Meninos, apreenderem, onde se explica em Dialogo os principais fundamentos d'Arithmetica; na mesma se achao á venda.— Taboadas — Cartilhas — Syntaxas da Grammatica — Grammaticas — Manejo de Armas, e exercício de fogos, para os Batalhões de Caçadores — e o Regulamento para os G. Nacionaes, com as Reformas. Também se apra papel, e refazem livros em branco. (21/10/1837).

Ha para vender nesta Typografia as obras seguintes:

O Manejo d'Armas, e exercício de fogo.....Rs.320

O Regulamento para as G.N.....Rs.320

A Tabella dos soldos, e mais vencimentos do Exercito do ImpérioRs.320

⁹⁶ A sinopse dessa relação é apresentada pelas autoras da seguinte maneira: “o entrelaçamento do livro didático com a imprensa, responsável pela produção, a escola, local da formação, e a leitura, ato de consumo. No centro dessa triangulação está o leitor, e com ele, a história das leituras, de que é simultaneamente sujeito e objeto”.

O Regulamento para as Pagadorias das Tropas e etc.....	Rs.260
Taboadas que contêm as principaes regras da Arithmetica etc..	Rs.160
Cartilhas das primeiras Letras.....	Rs.160
Procurações Bastante.....	Rs. 40
Cartas de convites para enterro.....	Rs. 40
Livros em branco.....	Rs. 40
NB. Na mesma casa se apara papel, a 240 rs. cada resma.....	Rs. 40
(21/10/1837 <i>apud</i> MOTTIN, <i>et alii</i> , 1985, p.40-41 e ^{BARRETO} , 1986, p.77-79)	

Cabe destacar que *O Primeiro Compêndio Arithmetico, ou taboada curiosa para meninos*, folheto para utilização em sala de aula, de autoria do professor Thomaz Ignacio da Silveira, era reeditado uma década após ser publicado pela Tipografia do *Diário de Porto Alegre*. No entanto, ainda que exista a oferta de folhetos e livros para escolares, ou mesmo a obra, para leitores experientes, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Cerqueira Silva, esse é um período de pequena produção impressa e, além disso, a situação da instrução está quase paralisada em função da guerra civil.

Em 1837, enquanto na capital do império o Colégio Pedro II é fundado, o governo legalista, instalado novamente na capital rio-grandense, reúne a Assembleia Legislativa e esta determina que “as aulas públicas da capital, excetuadas as das meninas, deveriam ser reunidas em um só edifício”. Segundo Schneider (1993, p.47), “essa é a primeira iniciativa, na Província, de formar uma escola, pois até então as aulas eram avulsas, funcionando separadamente.”⁹⁷ Paralelamente, o governo revolucionário adotava outras medidas que visavam à manutenção das escolas republicanas, isso porque “para os farroupilhas a verdadeira revolução significava mudança da sociedade, que só seria conseguida através do desenvolvimento cultural do povo, por meio de uma autêntica educação republicana” (SCHNEIDER, 1993, p.51-58).⁹⁸

⁹⁷ O missionário americano Daniel P. Kidder (1972, p.251) relata a situação de uma escola de primeiras letras em São Paulo, em 1839, que segundo o viajante: “era a mais florescente que [teve] ocasião de ver no Império. Tinha cento e cinquenta e seis alunos, (...). Os alunos das diversas classes respondiam com vivacidades e inteligências às perguntas que se lhes propunham, demonstrando assim o seu bom adiantamento. Vigorava então o sistema lancasteriano. O que mais nos agradou, entretanto, é que para o ensino de leitura adotavam em aula uns cartões contendo trechos das Escrituras”.

⁹⁸ “O projeto de Constituição da República Rio-Grandense, impresso em Alegrete no ano de 1843, estabelecia em seu artigo 228: A Constituição também assegura e garante: 2. A instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos; 3. Colégios, Academias e Universidades, aonde se ensinem as Ciências, Belas Letras e Artes”.

Entre as ações de ordem cultural dos republicanos, havia a de criar um *Gabinete de Leitura* na sua capital, que há esta altura (1839) era em Piratini. A formação do acervo do *Gabinete*, que poderia ser “precursor da primeira Biblioteca do Estado”, seria constituída do espólio recolhido “dos bens dos inimigos da República” (*O Povo*, 03/07/1839, n.80 *apud* SCHNEIDER, 1993, p.54). E através do jornal *O Povo*, órgão do governo republicano, Domingos José de Almeida, Ministro de Estado, informando que já dispunha de 800 volumes, apelava ainda ao “patriotismo de cada um” a fim de obter doações de mais livros.⁹⁹ Parece que foi atendido, segundo informa *O Povo* de setembro de 1839, pelo Pe. João de Santa Barbara, que efetuou a doação de seus livros ao nascente *Gabinete* (*O Povo*, 02/09/1839, n.100 *apud* SCHNEIDER, 1993, p.54-55). Todavia, a nobre iniciativa parece não ter logrado êxito. (FERREIRA, 1973, p.10)¹⁰⁰

Entre 1838 e 1843 praticamente desaparecem os anúncios de livros ou impressos de escolas ou professores na capital, indícios dos nefastos efeitos da guerra, que destrói e desagrega tudo ao seu redor. Nesse ambiente, Porto Alegre recebeu, em 1841, o título de “*Mui Leal e Valerosa*” do Imperador D. Pedro II, por sua resistência ao cerco dos farrapos, e o alvissareiro anúncio de instalação do *Colégio Rio-Grandense*, no qual o professor de *Gramática Latina* Isidoro José Lopes, “autor de um *Compêndio de Gramática da Língua Nacional* e de três *Compêndios de Aritmética*”, seria regente das cadeiras de *Gramática*

⁹⁹ Sobre a importância do jornal *O Povo* como principal órgão de divulgação das ações das ideias dos farroupilhas, ver a dissertação de mestrado de: KIELING, 2010.

¹⁰⁰ “Apesar de sua criação e do alentado material de que lhe fora dado dispor, o inspirado e oportuno órgão cultural dos Farrapos não chegou a entrar em funcionamento. E concluído o tratado de Paz em 1845, as obras que lhe compunham o precioso acervo se dispersaram, ignorando-se o destino que tiveram.” Nas correspondências de Almeida sobre a coleta de informações e documentos para escrever o histórico da Revolução Farroupilha, há menções sobre o extravio ou suposição de queima de arquivos da extinta República em carta dirigida ao Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão em dezembro de 1859 (p.156) e em outubro de 1860, ao comandante Ismael Soares da Silva, cujo conteúdo é o seguinte: “Meu digno Comandante e Amigo. Recordando-me de que V. S^a com Guedes se desprendera de Santana do Livramento sobre Loureiro que dias antes se havia despreendido de Caxias, rogo-lhe o obséquio de descrever-me essa derrota; não soube se dito Loureiro apanhara e queimara o Arquivo do Governo, livros do *Gabinete de Leitura* e Tipografia, que pouco antes tinha saído de Alegrete na direção de Paipasso ou da estância do Coronel Mingote para ocultar-se, e ninguém sabe do seu fim, supondo alguns que mesmo por gente nossa tudo fora lançado em uma lagoa, e outros que Loureiro mandara queimar em sua passagem. Muito me tem custado obter documentos e informações sobre muitas ocorrências de nossa extinta revolução; o que posto, quase me acho habilitado para escrever seu histórico”. (AHRs, 1979, p.196, grifos meus).

nacional e francesa, aritmética, retórica e filosofia, além da *Aula pública de latim*, cuja reabertura foi anunciada em seu jornal (SCHNEIDER, 1993, p.61 e BARRETO, 1986, p.83).¹⁰¹

Após esse período de escassez, as notícias relacionadas às atividades letradas reaparecem nos dois jornais que restaram na capital, *O Imparcial* (1844-1849), jornal republicano, saía as quartas e sábados, cujos responsáveis eram José Pedro de Carvalho, Joaquim José Quadrado e Claudio Dubreuil, e *O Comércio* (1840-1848), editado e publicado pela tipografia do professor Isidoro José Lopes, folha política e comercial de orientação monarquista, que circulava as terças e sextas-feiras.¹⁰²

Os anúncios d'*O Imparcial* informam sobre a venda de obras relacionadas à popularização da medicina, como o *Dicionário de Medicina Popular e Medicina Popular Americana*, que se propõem a auxiliar no diagnóstico e tratamento das mais variadas moléstias, já que foram escritos em “linguagem acomodada a inteligência das pessoas estranhas a arte de curar”, além das *folhinhas homeopáticas*.¹⁰³ Entre os folhetos impressos na tipografia d'*O Imparcial*, um trata da visita de Sua Majestade D. Pedro II a capital e outro da *Exposição militar feita a Sua Ex. o Senhor Conde de Caxias, Presidente e General Commandante em Chefe do Exército, nesta Província*, ambos de autoria do Capitão João Manoel de Pontes. Em janeiro de 1845, o português António Maria do Amaral Ribeiro¹⁰⁴ anuncia a chegada do “3º

¹⁰¹ “O presidente da Província enviou os referidos compêndios ao Diretor de Aulas para que fossem adotados nas aulas de primeiras letras da Província, enquanto outras obras didáticas não aparecessem, e que superassem em qualidade as desse professor.”

¹⁰² *O Comércio* foi publicado de fevereiro/1840 a dezembro/1848. Em janeiro de 1841 começa publicar o “Bosquejo histórico e documentado das operações militares na Província do Rio Grande do Sul...”. Barreto sugere que em 1844 deve ter havido alguma alteração na periodicidade, por causa das lacunas existentes na coleção pesquisada (BARRETO 1986, p.82-89). *O Imparcial*, impresso na tipografia de C. Dubreuil, seus redatores eram David José de Estrela e o Dr. Israel Rodrigues Barcelos (BARRETO 1986, p.96-101). A respeito da classificação de jornal farroupilha ou republicano, ver: MOTTIN, *et alii*, 1985, p.13.

¹⁰³ “Acaba-se de receber na loja de F. J. Alves Leite, rua da praia nº 148 uma obra intitulada Dicionário de medicina popular, em que se descrevem em linguagem a comodada á inteligência das pessoas estranhas á arte de currár, os signaes, as cauzas, e o tratamento de todas as moléstias tanto das que affectão os brancos como das que só a comettem os pretos; os soccoros que se devem prestar nos accidentes graves, e súbitos como aos afogados, asphyxiados, fluminados de raios, as pessoas mordidas por cobras yenenzas, nas perdas de sangue, nas convulsoens das crianças, os contravenenos de todos os venenos conhecidos, os conselhos p.^a perservar das moléstias e prolongar a vida, as precauções que deve tomar quem muda de clima; os preceitos sobre a educação dos mininos, os cuidados que reclama a prenhez o parto, a escolha de uma boa ama de leite, a dentição, a desmamação & preço encadernado 12\$rs. em bruxura 10\$rs”. (26/10/1844 - sábado). (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.18 e p.32-33).

¹⁰⁴ António Maria do Amaral Ribeiro foi encontrado na relação das prisões efetuadas em 1835, acusado de crime Contra a Legalidade, por permitir o roubo de gado pelos rebeldes em Porto Alegre, cfe. o Proc. Justiça Juizo

volume encadernado d’*O Panorama* do mês de setembro de 1844” e a disponibilidade de exemplares da obra *Ruy, o Escudeiro*. Também estão à venda as “primeiras linhas do processo civil e criminal para uso dos Juizes Paz, Horas Mariannas, relicarios e manoaes de missa” (MOTTIN, 1985, p. 33).

Mas é no jornal do professor Isidoro José Lopes que são encontrados os anúncios de aulas de música¹⁰⁵, de filosofia¹⁰⁶, e para meninas¹⁰⁷, a partir de 1845. Também em sua Tipografia outros livros e folhetos são publicados, entre os quais, o da poetisa Anna Eurydice Eufrosina de Barandas, *O ramalhete de flores escolhidas no jardim da imaginação*; a obra anônima, de 208 páginas, *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias, sobre o seu systema militar e político*¹⁰⁸, *parallelo entre o nobre Conde e os diversos Generaes, seus predecessores*; a *Collecção das Leis Provinciaes de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Sessão de 1835*, com 47 páginas, e ainda o Folheto de 16 páginas das *Memorias históricas em discursos poéticos, dedicados à satisfatória vinda de SS.MM. Imperiaes a esta Provincia do Rio Grande*

Municipal de 05/10/1835 (AHRS *apud* MOTTIN, *et alii*, 1985, p.377 e 421). Aparece no Relatório do Diretor de Instrução pública como responsável por uma escola particular com 23 anos de existência em 1853. Consta como vice-cônsul de Portugal em Porto Alegre em 1853, conforme o Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretario de Estado Paulino José Soares de Souza, e encontrado em:

http://books.google.com.br/books?id=kCZGAQAIAAJ&pg=PR26&lpg=PR26&dq=antonio+maria+do+amaral+ribeiro&source=bl&ots=QicL3JVuEB&sig=O6PRDXbFZRkep2ZTQi3ufGzd2_w&hl=pt-BR&sa=X&ei=cXopT-mmNonrtgeXjNjzBA&ved=0CCsQ6AEwADgK#v=onepage&q=antonio%20maria%20do%20amaral%20ribeiro&f=false. Acesso em 01/02/2012. Em fevereiro de 1854, participa da fundação da Sociedade Beneficente e Hospitalar da colônia portuguesa de Porto Alegre. E publica diversos textos sobre o Rio Grande do Sul, no *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro* entre 1857 e 1863.

¹⁰⁵ “David Saxe, professor de muzica, faz sciente as pessoas que quizerem aprender aquella arte que do primeiro do fucturo mez em diante o acharão pronto a dar lições de rabeca, clarinete e fagote, por preços módicos: encontra-lo-hão na rua da praia na casa de Mr. Jean Bourriere, cabeilereiro, adiante da de mr. Pansa.” (*O Comércio*, 01/01/1845 - quarta), (MOTTIN, *et alii*, 1985, p.37).

¹⁰⁶ “O Professor de Philosophia Racional e moral annuncia, que do próximo mez de Fevereiro, se abrirá o curso deste anno. As pessoas que se quizerem matricular, poderão procurar a casa numero 158 rua da Igreja entre a de Bragança e a do Rosário.” (*O Comércio*, 29/01/1845 - quarta). (*Id. Ibidem*, p.37).

¹⁰⁷ “A Viúva Anna Christina Tybring, partecipa ao respeitável publico que abrirá no 1º de Março seu collegio de meninas no Caminho Novo nº 145, onde ensinará alemão e portuguez, ler, escrever, contar, cozer, bordar de todas qualidades, marcar, e também ensina piano, dança e recebe pensionistas.” (*O Comércio*, 22/02/1845 - sábado). (*Id. Ibidem*, p.37).

¹⁰⁸ Barreto informa que a “autoria foi atribuída a Antônio Manuel Corrêa da Câmara, conforme anotação feita por Domingos José de Almeida no exemplar que possuiu e ora existente na Biblioteca Pública Pelotense. No entanto, o barão do Rio Branco dava-a como da autoria de Patrício Augusto Câmara Lima”. E o autor do prefácio da obra reeditada em 1938 (primeira edição de 1846), o Cel. J. C. Rego Monteiro, atribui a autoria “pelo estudo comparativo do estilo de diversas Ordens do Dia nele publicadas, e do corpo do opúsculo, o nome do Tte. Cel. Casemiro José da Camara e Sá”. (REFLEXÕES, 1938, p.6).

de *São Pedro do Sul*, de João Manoel Pontes, também anunciado n' *O Imparcial* (BARRETO, 1986, p.184-185).¹⁰⁹

O ambiente de hostilidades partidárias, agravado pelo longo período de guerra, favoreceu em alguma medida a proliferação das folhas periódicas na capital rio-grandense, cujos escritos políticos insuflavam os ânimos partidários ou contrários ao império. Entretanto, esse mesmo ambiente não contribuiu de qualquer modo para o fortalecimento dos outros produtos e serviços ligados às atividades letradas, sobretudo à instrução; ao contrário, ocasionou a retração do ambiente letrado com a prisão e expulsão de pessoas, como o professor Coruja e outros, que contribuía para o seu aprimoramento. Em contrapartida, o exercício de escrita e leitura tornou-se constante no cotidiano dos porto-alegrenses, ao ponto de alguns jornais manterem-se por até 8 anos ou quase, como é o caso d' *O Comércio* (1840-1848) e do *Sentinela da Liberdade* (1830/1837) e outros como *O Annunciante* (1831/1835), *O Recopilador Liberal* (1832/1836) e *O Imparcial* (1844-1849), persistirem por 5 anos em circulação.

Portanto, se considerarmos apenas os periódicos de maior permanência, eles serão responsáveis por 20 anos ininterruptos de exercício público da escrita. Tal constatação importa na medida em que qualifica o espaço de atuação desses periodistas e ajuda a reforçar a importância da atuação das folhas periódicas na difusão da cultura letrada na sociedade brasileira em geral, e na rio-grandense em particular. Assim, se por um lado esse é ainda um ambiente de leitura rarefeita devido à carência de um amplo e eficiente aparato educacional, por outro é possível vislumbrar o interesse, a vontade e a necessidade daquelas pessoas de desfrutarem do mundo contido nos impressos, e cujo acesso aos textos poderia dar-se pelo compartilhamento entre os vizinhos, pela leitura em voz alta ou pelo próprio ato individual.¹¹⁰

Assim, em Porto Alegre, aos que conseguiam alfabetizar-se e podiam comprar livros ou folhetos, novelas, folhinhas ou jornais, não havia falta de material de leitura, bem como para aqueles que conseguiam emprestados com os vizinhos abastados tanto as folhas

¹⁰⁹ Ainda em 1844 é publicada pela tipografia d' *O Comércio*, a obra *Auditor brasileiro ou manual geral dos Conselhos, testamentos e inventários militares; com as leis, escriptos, arestos e ordens relativas aos mesmos, ás reformas, ao foro, e delictos militares* de Ladislau dos Santos Titara, 169 páginas.

¹¹⁰ Sobre os vários modos de apropriação dos impressos no interior do Brasil no século XIX, ver o interessante relato de KIDDER, 1972 (1845), p.106 e ss.

periódicas, como o *Gil Blas de Santilhane*, *As aventuras de Telêmaco* ou *O Ramalhete* de Ana Eurídice.

1.4. BENDITO O QUE SEMEIA FOLHAS, FOLHAS DE MÃO EM MÃO...

A pacificação da Província cumpriu um importante papel político no cenário nacional, pois permitiu ao jovem imperador consolidar a imagem da nação unificada e reforçar o alentado projeto de “ordem e civilização”. Verdadeiro dístico imperial, tais princípios constituíram o propósito central desse tempo, denominado por Ilmar Mattos de “tempo saquarema”, no qual o núcleo não está exatamente no espaço temporal decorrido, mas no sentido singular que os dirigentes saquaremas imprimiram na administração do império, tendo como base de ação os princípios de ordem e civilização.¹¹¹ Nesse contexto os periódicos adquirem cada vez mais importância na difusão dos modos de pensar e de agir, assumindo definitivamente a missão de civilizar os costumes.¹¹²

São Paulo, finalmente, vê suas ruas serem invadidas pelo fenômeno do periodismo, assim como o crescimento da clientela estudantil.¹¹³ A Academia de Direito entra na segunda década de existência, e o efeito da reunião desses jovens bacharéis se faz notar pela quantidade de publicações que envolvem seus estudantes. O ambiente acadêmico produziu romancistas, poetas e críticos literários, além de bacharéis, e os periódicos tornaram-se o lugar privilegiado para o exercício de suas ideias. Os paulistanos acompanham não apenas o aumento das publicações, mas também a estabilidade de alguns periódicos que alcançarão até

¹¹¹ Mattos (2004, p.14) explica que o que se denomina “Tempo Saquarema não deve ser tomado como o período de tempo que se estende, em linhas gerais, dos últimos anos do período regencial até o denominado “renascer liberal” dos anos sessenta”, mas como “resultado e condição da ação saquarema”.

¹¹² Vale lembrar que, nesse período, as principais instituições civilizadoras do império alcançavam uma ou duas décadas de existência. As mais antigas eram a Academia Médico-Cirúrgica e a Academia de Belas-Artes, ambas fundadas no Rio de Janeiro, em 1813 e 1816, respectivamente. As Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, fundadas em 1827 completavam duas décadas de existência. Entre as que completam 10 anos está o Colégio Pedro II de 1837, o Arquivo Público do Império e o IHGB, ambos fundados em 1838. O IHGB, principalmente após a inauguração de suas novas instalações no Paço da Cidade, em 1849, aprofunda suas relações com o Estado Imperial. A partir daquela data, a presença do imperador nos trabalhos do IHGB passa a ser “assídua e participante”. (GUIMARÃES, 2003, p.10).

¹¹³ “Em 1850, já estavam instaladas cerca de oitenta repúblicas. Cada casa reunia, em média, quatro ou cinco rapazes. Por essa época, havia cerca de duzentos estudantes cursando a Academia e outro tanto nos preparatórios, constituindo-se na classe mais numerosa da cidade. São Paulo era, então, pessimamente calçada, pior iluminada, sem água canalizada e sem esgoto. Havia entre 12 e 14 mil habitantes e cerca de 2.500 residências”. (MACHADO, 2001, p.161), Segundo Hallewell (2005, p.301), “em 1855 a cidade de São Paulo contava com 15 mil habitantes (em comparação com um quarto de milhão na Corte e mais de 80 mil em Salvador e no Recife), o número de estudantes chegara a 600”.

12 anos em circulação, como a revista mensal *Ensaios Litterarios do Atheneu Paulistano* (1852-1863)¹¹⁴.

Em Porto Alegre os periódicos retornam ao cotidiano da cidade, em menor quantidade que nos períodos anteriores, com 17 títulos confirmados. Essa diminuição poderia indicar um arrefecimento no consumo de impressos em decorrência de um abrandamento temporário das escaramuças partidárias. Entretanto, conforme já foi avaliado, é importante considerar também o tempo de existência dessas publicações, assim como a persistência dos editores em apresentar opções aos leitores.

Mesmo que muitos dos periódicos deste período não possuam pesquisas que determinem sua periodicidade, ainda assim o que se verifica é uma intensa circulação de impressos na cidade; afinal, 17 publicações geraram cerca de 100 exemplares, o que corresponderia à média de 6 edições semanais de cada periódico. O levantamento que realizei sobre a circulação em São Paulo nesse período indicou que 31 títulos produziram 99 exemplares, o que corresponde à metade das edições semanais em Porto Alegre.¹¹⁵ Embora médias ponderadas sejam arriscadas e bastante inexatas, especialmente nesse caso em função da precariedade dos dados - já que muitos periódicos paulistanos e porto-alegrenses não apresentam dados suficientes sobre sua periodicidade - o que se quer aqui ressaltar é que, a despeito do pequeno número de impressos publicados em Porto Alegre, existe uma grande quantidade de exemplares em circulação, reforçada pela estabilidade de alguns periódicos.

¹¹⁴ *Ensaios Litterarios do Atheneu Paulistano*, segundo Freitas (1915, p.111-117), parece ter sido criada para continuar a publicação dos *Ensaios Litterarios*, interrompida em 1851. Sobre esta importante publicação literária, ver a pesquisa realizada por: GARMES, 2006.

¹¹⁵ Anexos Capítulo 1: Quadro 10: Periódicos publicados e Quadro 11: Circulação ano/semana em São Paulo - 1846 a 1855.

a. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE – 1846 A 1855

	TÍTULO DO PERIÓDICO	CIRCULAÇÃO	TIPOGRAFIA	C/L*	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55
01	O Comércio	3ª e 6ª	Tipografia Dubreuil & Cia. Tip. D. Maria Vitória P. Lopes	C	•	•	•							
02	O Imparcial	4ª e Sab	Tip. do Imperial de Moreira & Cia. Tipografia C. Dubreuil & Cia.	F	•									
03	Sentinela da Monarquia ¹¹⁶	?		F	?									
04	Argos	4ª e sáb	Tipografia J. C. Barreto	C		•	•							
05	O Porto-Alegrense	indefinida	Tipografia própria	L			•	•						
06	O Cabeleira	ñ encontrado					•							
07	O Mercantil ¹¹⁷	Diário	Tipografia própria	L				•	•	•	•	•	•	•
08	Correio de Porto Alegre	4ª e sáb	Tip. de L. A. de Medeiros Tip. de F. Pomatelli & Cia.	C				•	•	•	•			
09	O Pharol	3ª e 6ª	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	L					•	•				
10	Der Colonist	indefinida	Tipografia do Mercantil								•	•		
11	Correio do Sul	3ª a dom	Tip. do Correio de PoA (Tip. de F. Pomatelli & Cia.)								•	•	•	•
12	A Voz do Povo	ñ encontrado									•			
13	A União	ñ encontrado		Liga**							•			
14	O Apollo	ñ encontrado										•		
15	A Tribuna Rio-Grandense	ñ encontrado										•		
16	Archivo de Medicina e Pharmacia	ñ encontrado										•		
17	Diário Comercial	ñ encontrado											•	
18	Der Deutsche Einwanderer	ñ encontrado											•	•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO				02	03	05	04	03	03	06	06	04	03

Nesse sentido é possível perceber o estabelecimento de um ambiente favorável ao aparecimento de novos periódicos, e também a consolidação da atividade impressora, pois houve uma ampliação significativa no tempo de permanência das publicações que surgem nesse período, como: *O Mercantil* (1849-1865), que substituiu *O Porto-Alegrense*¹¹⁸, e o

* C (Partido Conservador ou Saquarema) L (Partido Liberal ou Luzia) conforme a classificação de Barreto.

¹¹⁶ **O Sentinela da Monarquia** citado na listagem de SILVA, 1986, p.29 e 69. Não consta na relação de Barreto (1986).

¹¹⁷ **O Mercantil**, órgão do partido Luzia, foi publicado de dez/1849 a 1865, inicialmente duas vezes por semana e após 1851 passou a diário. (BARRETO, 1986, p.103-104)

** **Liga** (A organização da Liga foi uma decisão das lideranças dos dois partidos, sob o domínio conservador) conforme a classificação de Barreto (1986) e definição de Piccolo (1998).

¹¹⁸ Órgão do partido Luzia. (^BARRETO¹⁹⁸⁶, p.102-104).

Correio do Sul (1852-1868); ambos persistem pelo dobro de tempo dos antecessores mais duradouros *O Comércio* (1840-1848) e o *Sentinela da Liberdade* (1830/1837), cuja duração foi alcançada pelo *Der Deutsche Einwanderer* (1854-1861) (SILVA *et alii*, 1986, p.131 e 267-268). Essa permanência dos periódicos em circulação, que contribui para alavancar a quantidade de impressos oferecidos aos leitores porto-alegrenses porque consolida o nome do jornal junto ao público leitor, também informa sobre um conjunto de condições favoráveis à sua existência, ou seja, leitores atentos aos assuntos da Província e habilitados a consumir textos impressos sobre temas variados.

b. CIRCULAÇÃO SEMANA/ANO DOS PERIÓDICOS EM PORTO ALEGRE – 1846 A 1855

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1846		01	01		01	01			01	04 + 01	02
1847		01	02		01	02				06	03
1848		01	02		01	02		02		08	05
1849			02			02		03		07	04
1850		01	01		01	01		02		06	03
1851	01	02	02	01	02	02				09	03
1852	01	02	03	02	02	03	01	03		17	06
1853	01	02	02	02	02	02	01	04		16	06
1854	01	02	02	02	02	02	01	02		14	04
1855	01	02	02	02	02	02	01	01		13	03
Circulação	05	14	19	09	14	19	04	17	01	100/101	17/18

Tal encadeamento permite reavaliar a ideia de que o período pós-revolucionário representa uma “fase de recessão” no periodismo, principalmente em Porto Alegre, em função da diminuição da quantidade de títulos publicados¹¹⁹, tendo em vista que os números apresentados não confirmam uma “estagnação da atividade periodística”, pois a diminuição na quantidade de títulos impressos não significou a correspondente redução dos exemplares em circulação.¹²⁰

* Esses números correspondem aos periódicos com Periodicidade Indefinida.

* Esses números correspondem aos periódicos de Existência Indefinida.

¹¹⁹ A ideia de fase de recessão é sustentada por SILVA *et ali*, 1986, p.94.

¹²⁰ Rüdiger (1993, p.16) sustenta a ideia de “relativa estagnação da atividade periodística, após a Guerra Civil de 1835.”

Outro indício significativo da qualificação do espaço de atuação da imprensa local é a quantidade de pessoas envolvidas na produção dos periódicos porto-alegrenses: em torno de 23 pessoas atuavam nos 17 impressos. No período anterior, aproximadamente 20 pessoas participavam de 21 publicações, ou seja, a comparação indica que existem mais pessoas colaborando em jornais que permanecem mais tempo em circulação e produzem mais edições semanais, o que já começa a indicar uma modificação do fazer jornalístico, em consonância com as necessidades cotidianas da sociedade. Isso pode significar inclusive que alguma especialização das atividades começa a acontecer. Embora as Tipografias demandem uma pesquisa própria, que permita avaliar melhor as alternâncias de propriedade ou a efetiva criação de novos estabelecimentos, ao que parece elas também aumentam, de 5 para 7.

Há uma grande lacuna nos estudos sobre o periodismo no Rio Grande do Sul no período posterior à guerra civil. A listagem de Barreto sobre publicações avulsas fornece dados preciosos até 1850 apenas, e a pesquisa realizada pela equipe coordenada por Eni Barbosa (MOTTIN *et alii*,1985) também fornece dados importantíssimos sobre comércio de livros e existência de escolas e professores particulares, mas somente até 1845. E como a atenção dessa pesquisa recaí, sobretudo, na análise dos periódicos literários a partir de 1856, não foi possível ainda preencher nem essa lacuna, nem a que se refere aos anúncios de livros e professores. A pesquisa de Schneider (1993) sobre a instrução pública também não oferece indicações sobre esse aspecto em suas referências, a não ser as menções na revista literária *O Guayba*, que será a seguir analisada. Portanto, até que sejam produzidas pesquisas nos periódicos porto-alegrenses entre 1846 e 1855, que se detenham sobre informações referentes às práticas letradas na Província, principalmente por meio dos jornais, não há material de consulta que ofereça esses dados.

O que se descobre através da listagem de Barreto é que as publicações episódicas cessam nesse período e, pelo menos em Porto Alegre, também a edição de obras literárias¹²¹. Permanecem os impressos ligados às atividades da Presidência da Província, como relatórios, balanços e outros documentos da administração pública. Também continuam aparecendo as

¹²¹ No levantamento de Barreto (1986, p.187) aparecem publicações de textos literários em Rio Grande, e em Pelotas é publicado o “primeiro livro impresso, quando não havia ainda jornal na cidade”, um livro didático de aritmética para o curso de instrução primária.

publicações de leis. Configura-se, portanto, um período de reestruturação administrativa da Província com ênfase nos procedimentos legislativos e nos atos do governo.

Portanto, de 1846 a 1850 são publicados 27 impressos na Província e destes, 22 foram publicados em Porto Alegre. São: 6 Relatórios do Presidente da Província e 2 Relatórios sobre a instrução pública; 2 balanços financeiros; 6 Coleções de leis e resoluções provinciais; 1 código de posturas policiais; 1 complemento à obra (de 1844) *Auditor brasileiro*; 2 documentos relativos a pontes; 1 consideração sobre o sistema de fornecimento do exército e 1 exposição sobre as obras dos faróis da Lagoa dos Patos e S. Gonçalo. Não é possível realizar uma análise de conjunto sobre as publicações avulsas com base em metade das informações sobre o período considerado; entretanto, pode-se ao menos ponderar a respeito da ausência dos panfletos ou folhetos de conteúdo político distribuídos com os periódicos.

Nesse sentido, se por um lado desaparecem os panfletos, de outro aumenta consideravelmente a circulação de exemplares das folhas periódicas. Além disso, o que passa a acontecer então é a larga utilização dos periódicos pelo governo da Província para a publicação dos atos oficiais; assim, os jornais mantinham-se subordinados à administração provincial em razão dos vínculos econômicos, e com isso conseguiam sobreviver por mais tempo, como é o caso d'*O Comércio*, o *Correio de Porto Alegre*, *O Mercantil*, *A Tribuna Rio-Grandense* e o *Correio do Sul*, que publicaram as atas da Assembleia Legislativa da Província entre 1847 e 1864.¹²²

¹²² Piccolo (1998, p.18) explica que: “A partir de 1835, em decorrência do que dispunha o Ato Adicional, começou a funcionar a Assembleia Legislativa Provincial. De suas sessões nem sempre foram impressos Anais. Aliás, Anais impressos só se tornaram publicações efetivas e contínuas a partir de 1866, embora os primeiros sejam de 1862. Assim, houve sessões só registradas em Atas manuscritas que, via de regra, apenas contêm os assuntos tratados e os projetos de lei discutidos, e outras publicações na imprensa local. E não se deve esquecer que a Guerra dos Farrapos, perturbando a vida da Província, interrompeu por cerca de oito anos os trabalhos legislativos que, suspensos em 1837, foram reiniciados em 1846. O jornal *O Mensageiro*, ligado aos “rebeldes” e que circulou de 03 de novembro de 1835 a 03 de maio de 1836, publicou a sessão legislativa extraordinária realizada nesse período, em que na Assembleia dominavam elementos liberais identificados com o movimento que se alastrava pela Província. Em 1837, já os “rebeldes” expulsos de Porto Alegre, reuniu-se a Assembleia, agora integrada de “legalistas”, de 30 de setembro a 30 de novembro. Em face das contingências da luta, a Assembleia não mais se reuniu até a pacificação. Enquanto isso, os “farrapos”, tendo sido proclamada a República Rio-grandense, e preocupados com a organização do novo Estado, haviam convocado uma Assembleia Constituinte e Legislativa, cujas sessões podem ser acompanhadas pelo jornal *O Americano*, que circulou entre 24 de setembro de 1842 e 1º de março de 1843. O jornal *Estrela do Sul*, que apareceu em 04 de março de 1843, também sumariou sessões dessa Assembleia. Terminada a guerra civil e pacificada a Província, foram retomados os trabalhos da Assembleia Legislativa a partir de 1846. (...) A partir de 1847, as sessões

Essa aliança entre editores/impressores e o governo da Província, na capital, é representativa de um esforço das lideranças locais no sentido da reestruturação e estabilização das ações políticas na sociedade sul-rio-grandense. Afinal, o espaço de manifestação pública das ideias estava consolidado, e o movimento a partir de então seria para a sua manutenção, controle e ampliação. Assim, tomar a movimentação dos periódicos porto-alegrenses como base para a análise dos efeitos da política imperial saquarema – definida a partir do lema “ordem e civilização”, ou seja, a partir do cultivo de uma cultura letrada na Província associada às manifestações políticas e da criação de espaços públicos que favoreciam o exercício de leitura e escrita –, serve como parâmetro desses arranjos na Província como um todo.

Em março de 1845, em Ponche Verde, é assinado o documento que garantia a paz, e a Província retoma suas atividades administrativas. A Assembleia Legislativa se reúne após 8 anos e recomeçam os trabalhos, sob a presidência do Conde de Caxias que, ao apresentar o relatório à Assembleia, já aborda as graves dificuldades enfrentadas pela instrução pública na Província. Os problemas relativos à criação de escolas ou aulas públicas de instrução primária e secundária, como também a dificuldade em conseguir mestres habilitados, continuavam a ser as principais queixas apresentadas pelo Presidente.¹²³

Reconhecendo o quanto era insatisfatória a situação da instrução pública secundária na Província e ciente da necessidade da criação do Lyceu, o Presidente elaborou os estatutos e apresentou-os à Assembleia na sessão de março de 1846. Mesmo que os resultados tardassem a aparecer, Schneider ressalta a importância das iniciativas de Caxias no sentido de organizar a instrução pública na Província, já que a Assembleia tratou de dar continuidade aos seus projetos desde que se ausentou do cargo para assumir como senador pelo Rio Grande do Sul. Assim, em maio de 1846 surgem as leis: autorizando a construção do Lyceu, com capacidade

legislativas realizadas, com exceção das referentes a 1850 e 1856, das quais só existem atas manuscritas, foram publicadas pela imprensa. Os seguintes jornais foram contratados pela própria Assembleia para o serviço: *O Comércio*, sessões de 1847 e 1848; *Correio de Porto Alegre*, sessões de 1849, 1852, 1861, 1863 e 1864; *O Mercantil*, sessões de 1851; *A Tribuna Rio-Grandense*, sessões de 1853, 1854 e 1855; e *Correio do Sul*, sessões de 1857, 1858, 1859 e 1860.

¹²³ A Província contava com 51 escolas de instrução primária, sendo 36 para meninos e 15 para meninas. Dessas 51 escolas, o conde de Caxias havia criado 21, mas reconhecia a necessidade da criação de pelo menos mais dez. (SCHNEIDER, 1993, p.75).

para atender 100 alunos internos; transformando em definitivas as cadeiras provisórias criadas em Rio Grande e Pelotas; regulando as aulas públicas de Francês e Geometria e estabelecendo os vencimentos dos professores e, ainda, a lei que regulava o ensino nas escolas públicas de instrução primária.¹²⁴ Além disso, houve também a preocupação em tornar aprendizes de artes mecânicas os meninos órfãos e desvalidos, que eram encaminhados às oficinas do Arsenal de Guerra. Durante a administração de Caxias o número de meninos aprendizes saltou de 34 para 100 e, em 1847, 12 meninos foram enviados ao Arsenal da Marinha na Corte para aprenderem os ofícios da construção naval. (SCHNEIDER, 1993, p.93-95).

Ainda entre as medidas de organização da Província, estava a realização de um trabalho estatístico para apurar dados relativos à população, realizado pelo conselheiro Antonio Manuel Corrêa da Câmara. Esse trabalho resultou na elaboração do *Quadro da População Nacional Livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* em 1846, organizado segundo as listas paroquiais e de delegados da mesma Província.¹²⁵

Nessa década, portanto, estava em curso a adoção de uma série de iniciativas públicas e privadas no sentido de reorganizar a Província e alinhá-la ao projeto nacional conduzido pelos dirigentes saquaremas. Embora os relatórios da presidência apresentem falhas nas informações, ainda assim podem contribuir para montagem das referências desse período; do mesmo modo os trabalhos estatísticos, realizados com grande esforço e dificuldades, pelas precárias condições da época, auxiliam muito nessa composição. Se no período anterior podíamos contar apenas com informações esparsas, veiculadas nos anúncios dos jornais, nesse recorte temporal é a documentação oficial que fornece a maior parte das indicações. São, portanto fontes históricas que representam esferas diferentes da sociedade.

Os anúncios dos jornais informam sobre o cotidiano de produtos e serviços ligados às práticas letradas, sem qualquer ordem ou sistematização, senão aquelas referentes às

¹²⁴ “A construção do prédio do Lyceu D. Afonso levaria muitos anos, e o início do funcionamento desta primeira escola secundária da Província não foi imediato, dando-se somente ao final da década, em prédio alugado. Entretanto, essa iniciativa do Conde de Caxias foi levada adiante, e a importância por ele dada à instrução pública serviu de incentivo à Assembleia Legislativa, que passou a tomar algumas providências em relação ao ensino.” (SCHNEIDER, 1993, p.77-82).

¹²⁵ Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1981, p.60. Sobre o importante trabalho estatístico realizado por Corrêa da Câmara, ver: SENRA, 2006, especialmente o capítulo 3: *Corrêa da Câmara e as estatísticas gaúchas. A variação fluminense*. (Anexos Capítulo 1: Quadro 13: Quadro da população livre e de Porto Alegre em 1846 e Quadro 14: Quadro da população livre de Porto Alegre em 1847).

aleatórias escolhas dos editores e tipógrafos. Já os relatórios apresentam uma imagem administrativa da Província bastante parcial, seja pela ausência de documentação que comprove os números apresentados, seja pela não obrigatoriedade de registrar informações importantes, como a relação das aulas ou escolas particulares, mencionados apenas fortuitamente.

A primeira questão que chama atenção nos quadros (13 e 14 dos apêndices) é a discrepância em relação ao “total da população livre” de Porto Alegre em 1846 (28.330) e 1847 (18.100). Mas isso se deve principalmente às deficiências no método de apuração, assim como às aludidas dificuldades na obtenção dos dados. Entretanto, as informações censitárias de 1847 são mais detalhadas porque oferecem as quantidades por faixas etárias; assim, pode-se presumir a potencial população escolar de primeiras letras, situada na faixa até 10 anos, assim como dos escolares secundaristas na faixa até 20 anos. Além disso, existem os dados de frequência, que também auxiliam na elaboração das médias aproximadas.

A grande lacuna continua sendo o ensino particular, já que os números relativos a Porto Alegre dão apenas uma pálida ideia dessa atividade, tendo em vista as aulas existentes na cidade segundo os anúncios encontrados nos jornais do período anterior. Assim, reunidos os dados de 1847 e 1849, chegamos aos seguintes resultados percentuais:

c. POPULAÇÃO/FREQUÊNCIA ESCOLAR PÚBLICA EM PORTO ALEGRE – 1847-1849¹²⁶

População total (7 distritos e 5 freguesias)	18.100	%
População masculina	8.665	
População feminina	9.435	
População até 10 anos – masculina	2.726	32%
População até 10 anos – feminina	2.494	26%
Freq. Prim. Letras – masculina	674	24%
Freq. Prim. Letras – feminina	427	17%
População até 20 anos – masculina	1.738	
População até 20 anos – feminina	2.418	
Alunos instrução secundária (masculina)	151	9%

¹²⁶ Este quadro demonstrativo foi construído a partir do Quadro da população livre por districtos, da Província de S. Pedro em 1847, apresentado ao Exm.o Governo da Província pelas autoridades locais (FEE, 1981, p.61) e dos dados colhidos por SCHNEIDER (1993, p.86) nos Relatórios dos Presidentes da Província.

Cabe reiterar que os números absolutos referentes à parcela da população infantil até 10 anos incluem as crianças de 0 a 5 anos que estão fora do grupo em idade escolar. Portanto, existe aí um percentual a ser considerado que, infelizmente, não temos como aferir. As frequências tanto da instrução primária quanto da secundária são referentes às aulas públicas, existindo um contingente de alunos das escolas particulares que também não foram considerados. Entretanto, o que importa para fins de qualificação de um público leitor na capital rio-grandense é que esses números, mesmo deficitários e incompletos, informam sobre uma demanda de potenciais leitores em formação, que aumenta paulatinamente.¹²⁷

Nesse ponto convém recorrer aos dados sobre a instrução pública na Província fluminense. No Relatório do Presidente Luis Pedreira do Couto Ferraz, de 1853, em decorrência da criação dos conselhos municipais de instrução primária e pelas determinações do Regimento de 1849, a situação era a seguinte:

[houve] de um ponto de vista geral, o rápido aumento da população escolar após quatro anos: 6.425 alunos, distribuídos pelas 177 escolas da Província, das quais 134 eram particulares.¹²⁸

Nesse ano, pelo relatório do Presidente da Província rio-grandense, existiam 6.337 alunos matriculados nas 96 escolas de primeiras letras (60 meninos e 36 meninas) espalhadas pelos incultos campos de São Pedro do Sul¹²⁹, quanto aos incompletos dados que indicam a existência de apenas 24 escolas particulares com uma clientela, certamente, superior aos 406 declarados, foram encontrados no relatório do Diretor de Instrução Primária de 1854.¹³⁰ Tais

¹²⁷ O Regulamento de Instrução Primária da Província de 15 de março de 1842 prevê o ingresso na escola a partir dos 5 anos de idade. (SCHNEIDER, 1993, p.61).

¹²⁸ RPP-RJ, 1853 – Presidência de Luis Pedreira do Couto Ferraz, p.49 *apud* MATTOS, 2004, p.291.

¹²⁹ Segundo Moacyr (1940, p.443), com base no Relatório do Presidente da Província, os dados referentes a 1853 são os seguintes: “O número de escolas da província atualmente é de 96, sendo 60 de meninos e 36 de meninas; providas vitaliciamente 44, interinamente 12, das de meninos; das de meninas: 28 vitalícias e 5 interinas. A frequência dessas escolas atingiu a 3812 alunos e 2525 alunas”.

¹³⁰ “Não sendo possível apresentar um quadro que compreenda todas as escolas particulares da Província, mencionarei unicamente as de que tenho conhecimento por informações oficiais: a capital conta com dois estabelecimentos desta classe para o sexo masculino. O da rua Clara, sob a direção do cidadão português Antônio Maria do Amaral Ribeiro, frequentado em 1853 por 70 discípulos, conta 23 anos de existência (...). O da rua da Ponte, de recente data, dirigido por súdito da mesma nação João Francisco Pereira Gomes, contou 114 discípulos. Dentre 5 escolas para meninos, e 9 para meninas, (...) que existem no município de Rio Grande, só o Padre-mestre Thomaz de Aquino de las Casas, remeteu o mapa, pelo qual se conhece que a sua aula, (...) foi frequentada por 41 alunos. (...) Na cidade de Pelotas as 5 escolas particulares, das quais 3 são para meninos e 2

números incompletos e escassos sempre nos indicam a insuficiência do sistema de ensino da Província sulina. No entanto, quando comparamos com os dados oferecidos pela Província que sedia o governo do Império, constata-se que esta apresenta apenas 88 alunos a mais e 51 escolas públicas de ensino primário a menos do que a rio-grandense. Mattos (2004, p.291) analisa que, apesar de “extremamente baixos”, esses totais indicavam que o laboratório saquarema ia cumprindo a sua função, ou seja, “formar o Povo e preservar as diferenças entre os cidadãos”. Tal entendimento não parece destoar do que ocorria na Província de São Pedro, já que, se acompanharmos a reestruturação política após a guerra civil, a partir de 1848 o Partido Conservador ou Saquarema é predominante na Assembleia Legislativa até 1851, e em seguida há a formação da Liga que, segundo Piccolo, foi uma decisão “das lideranças dos dois partidos, sob o domínio conservador” até 1855. (PICCOLO, 1998, p.13).

Há, portanto, um conjunto de princípios saquaremas a permear as ações de Estado no sentido de dotar suas Províncias de meios para formar os cidadãos que deverão integrar os quadros políticos e administrativos da sociedade brasileira, e parte dessa tarefa está reservada a uma educação adequada a esses objetivos, mesmo que ela esteja ainda muito aquém do desejado.¹³¹

Em Porto Alegre o tão aguardado Lyceu D. Afonso, dedicado ao ensino secundário, inicia suas atividades em 1851, com 61 alunos, média imprecisa mas que parece manter-se com o passar dos anos (Anexos: Quadros 20 e 22), e a instituição não alcança a projeção social almejada, já que é pequeno o número de alunos matriculados. Arriada sugere que um dos obstáculos enfrentados seria a acirrada disputa com os colégios particulares, já que estes dispunham de vagas para alunos internos, que vinham do interior para estudar na capital, o

para meninas, (...) 40 alunos e 64 alunas (...). No município de Rio Pardo, segundo as informações, não há escolas propriamente; existem 4 pedagogos em casas de diferentes cidadãos, que mandam instruir as pessoas da família, e de vizinhos próximos. No da Encruzilhada, o professor Aprigio Machado Floribal, que teve 16 alunos, participou a 8 de janeiro último ter fechado a sua escola. No da Cachoeira há duas escolas; uma na vila, dirigida por José Rodrigues Moraes, com 61 alunos, (...) outra na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte. Na vila do Alegrete o professor Libindo Nunes da Silva Coelho dirige sua escola com acerto, e proveito de crescido número de alunos (...). Dos colégios, tanto do sexo masculino, como do feminino, nenhuma informação pude obter” (Relatório do Diretor da Instrução Primária, prof. Leopoldino Joaquim de Freitas, 1º de set. 1854 *apud* SCHNEIDER, 1992, p.122-123).

¹³¹ Segundo Mattos (2004, p.287) essa era uma estratégia de manutenção de classe, ou seja, “a íntima relação entre a política de Instrução Pública e a construção do Estado imperial era uma faceta de constituição da classe senhorial, dos mecanismos que ela procurava forjar e por em movimento de modo que levasse a cabo uma expansão necessária”.

que não havia no Lyceu.¹³² De qualquer modo o Lyceu revela-se uma decepção aos olhos das lideranças locais conforme as duras críticas dirigidas à instituição pelos jornais, e também nas manifestações de descontentamento registradas nas atas das sessões da Assembleia Legislativa.¹³³

De par com as preocupações relativas à instrução, outros atos somam-se às iniciativas de dotar a capital de instituições que aprimorassem o valor às letras. Assim, em 1852, o Dr. Ciro Pedrosa, professor de geometria no Lyceu, propõe a criação de um *Gabinete de Leitura*, iniciativa logo anunciada através do *Correio do Sul*, que informava também sobre a existência de 80 volumes sobre as mais diferentes obras disponíveis na recente sociedade, que seria mantida com o pagamento de mensalidades mínimas dos associados. Mas, segundo Guilhermino Cesar (1973, p.18-20), a sociedade não logrou sequer “a ensaiar seus primeiros passos”.¹³⁴

Apesar dessa tentativa frustrada, no ano seguinte a livraria de Wanzuller & Cia., inicialmente estabelecida à Rua da Praia, decide instalar um *Gabinete de Leitura* na loja, anunciando em julho de 1853 nas páginas d’*O Mercantil* a sua abertura.¹³⁵ Cesar (1973, p.21-

¹³² A pesquisa sobre o ensino secundário, realizada por Arriada (2007, p.68), esclarece que, nos primeiros anos o número de alunos matriculados no Lyceu era “grande”, mas que vai aos poucos decrescendo e, conforme informa o Relatório do Diretor da Instrução Pública, Dr. Ciro José Pedrosa, entre os motivos está “a saída de um grande número de alunos para a Academia Militar, de muitos que, tendo aparecido apenas para se matricularem, foram para o Colégio de Belas Artes”, e outros ainda pelo grande número de faltas.

¹³³ José Candido Gomes reclamava da precariedade do ensino público na Província: “A *primária* sem fiscalização, mal retribuídos os professores, e por isso pouco anhelosos, apenas *compreende um quinto dos meninos que a deveriam aproveitar*. A secundária concentrada num estabelecimento que somente como parodia merece o nome de Lycêo, é inteiramente nominal; pelo menos é tão superficial em quase todos os ramos, que para nenhuma carreira pode aproveitar aos educandos. A instrução particular quer num, quer noutro ramo corre à vontade dos professores, falta de método, de sistema. Acresce ser ela tão dispendiosa que apenas a podem aproveitar os filhos de famílias muito abastadas. (*O Mercantil*, 12.01.1853)”. Assim informa o Deputado João Capistrano de Miranda e Castro: “É uma vergonha para todos nós o estado em que se acha o Lyceu. Falo como cidadão, e sou um cidadão que deve merecer alguma atenção para algumas pessoas; sou pai de família, e não mando meus filhos para esse estabelecimento, estou sujeitando-me ao sacrifício de pagar a mestres que os instruem. Aquilo é uma vergonha para a Província”. (*A Tribuna Rio-Grandense*, 31.10.53 *apud* ARRIADA, 2007, p.70, grifos meus). As Atas referentes a Instrução Pública são das Sessões de 13/11/1847, 10/11/1858, 22/11/1866 e 31/03/1873 (PICCOLO, 1998, vol.1, p.336-353).

¹³⁴ Realizada a 13 de novembro a primeira sessão de Assembleia Geral preparatória, os participantes do encontro dão por criada a entidade, sendo na mesma ocasião eleitas as seguintes pessoas para estruturá-la e dirigi-la em sua fase inicial: “Presidente: Dr. Martiniano M. da S. e Oliveira Fogaça; 1º Secretário: dr. Inácio Manoel Domingues; 2º Secretário: dr. Thomaz Lourenço de Campos; Tesoureiro: Luiz Candido Gomes; e Bibliotecário: dr. Ciro Pedrosa”.

¹³⁵ *GABINETE DE LEITURA PORTO-ALEGRENSE*. Este novo estabelecimento abre-se no domingo, 10 do corrente, às 9 horas da manhã. Franqueia-se igualmente a entrada às pessoas que quiserem visitá-lo e pede-se também

22) explica que não conseguiu localizar nenhuma referência quanto às instalações ou organização do estabelecimento, nem sobre o número de sócios ou leitores, apenas o seguinte anúncio no Correio do Sul:

Gabinete de Leitura Porto-Alegrense.

Acaba de chegar a esta Casa uma grande variedade de romances dos melhores autores, além de outras publicações literárias e interessantes, do que há de melhor e mais moderno. Os empresários, apesar das imensas dificuldades com que hão lutado, não recuarão ante sacrifício algum no empenho da introdução de livros, que se conformem inteiramente com a civilização e gosto do país, e dos amantes das letras, mandando vir continuamente obras, cuja circunspecção em sua escolha será sempre de preferência aquelas que concorrerem para o bom desenvolvimento e ilustração de todas as classes, reunindo assim o útil com o agradável. Esperam, pois os empresários merecer do público aquela benéfica proteção, para uma empresa de tanto alcance. Para melhor facilitar a circulação de livros úteis, aquelas pessoas que não quiserem subscrever, o Gabinete daqui em diante terá à venda livros de todas as qualidades, por preços módicos, sem, contudo se prejudicar os srs. subscritores, pois só se venderão aquelas obras que houverem em duplicata. Além dos jornais publicados no catálogo, chegou mais a MARMOTA FLUMINENSE. (*Correio do Sul*, 21.03.1854).

Conforme Sebastião Leão (CORUJA FILHO, 1962, p.171), durante um ano o *Gabinete de Leitura Porto-Alegrense* colocou à disposição de seus subscritores “17.403 volumes de obras de história, literárias e científicas”, tendo encerrado suas atividades, segundo supõe Cesar “por falta de leitores”, em 11 de julho de 1854. Desde a elaboração dos Estatutos do *Lyceu D. Afonso*, pelo Conde de Caxias, já havia a previsão de uma sala destinada a abrigar uma biblioteca e outra para “Depósito de objetos de História Natural”. Ou seja, do projeto do Presidente da Província até a realização dos *Gabinetes de Leitura* pelos letrados locais decorrem 7 anos, embora o *Lyceu* tenha começado a funcionar apenas em 1851 em prédio alugado, que não oferecia condições para acolher uma biblioteca.

Todavia, são as tentativas permanentes dos letrados locais em dotar a cidade de “meios para recrear o espírito e instruir-se” (CESAR, 1973, p.20) o que se visa aqui destacar, pois essas instituições testemunham sobre o esforço de um grupo interessado em construir espaços

desculpas aos Srs.. subscritores de não se haver aberto no primeiro do mês, como se tinha prometido, por se estar em reparos. (*O Mercantil*, 09.07.1853 *apud* CESAR, 1973, p.21).

dedicados às práticas letradas. Mesmo que algumas não alcancem êxito ou tenham existência efêmera, essas iniciativas informam sobre capacidades, habilidades e necessidades, e indicam a consolidação daquele espaço público que permite o encontro e a reunião dos letrados.

É, portanto, o conjunto dessas práticas e instituições que cria a demanda social que as sustenta: o público leitor efetivo e potencial. Nesse sentido, conforme os dados de 1847 pode-se estimar a quantidade de potenciais leitores (e/ou ouvintes) dos periódicos, situados entre a população dos 11 aos 60 anos de idade, ou seja, 6.830 mulheres e 5.456 homens. Se mantivermos o percentual de 20% de pessoas alfabetizadas, haveria cerca de 2.500 potenciais leitores para os 4 periódicos existentes em 1849, que publicavam 8 exemplares por semana, assim, talvez o *Gabinete de Leitura* de Wanzuller & Cia. não tenha fechado apenas por falta de leitores, conforme supôs Guilhermino Cesar.

De outra parte, entre 1853 e 1854, quando aqueles *Gabinetes de Leitura* foram organizados e colocaram à disposição dos subscritores 80 volumes o primeiro e mais de 17 mil, o segundo que durou um ano. A cidade de Porto Alegre, por meio de suas 7 tipografias, colocava em circulação regular e periódica de 16 a 14 exemplares por semana correspondentes aos 8 periódicos existentes nesse período, sendo que dois eram escritos em alemão, que envolviam cerca de 19 colaboradores. São, portanto, números significativos que indicam um público capaz de leitura e incentivado a essa prática, ainda mais considerando que não havia muitos outros meios disponíveis para buscar informações ou “recrear o espírito” além das missas, retretas, bailes ou, eventualmente, o circo.

Em termos aproximados Pallares-Burke (1995, p.40) contextualiza o papel do periódico *The Spectator* na sociedade inglesa do século XVIII, no sentido de compreender a função da “imprensa como órgão de expressão e ao mesmo tempo formador da opinião pública britânica” em relação a outros espaços formadores dessa opinião, tais como “a pregação do clero, as *newsletters* e os cafés, cada um com seu raio de ação mais ou menos definido.” Nesse sentido, tanto lá como aqui a palavra do clero era um dos principais veículos de informações ou, conforme a historiadora, “o único elo de ligação entre aquele pequeno mundo

e o mundo de fora.”¹³⁶ Em Porto Alegre os cafés ainda não existiam; no entanto, as tipografias, a livraria de Wanzuller & Cia. e o *Gabinete de Leitura* iam cumprindo essa função.

Apesar de insuficientes ou imprecisos, esses dados nos ajudam a compreender o contexto de letramento na capital dos rio-grandenses, para que se possa melhor avaliar as capacidades de fruição dos textos impressos dessa sociedade. Assim, esse retrospecto foi necessário para estabelecer parâmetros de análise. Afinal, para considerar a importância da atuação das primeiras revistas literárias como o lugar de produção de uma cultura histórica, como lugar de exercício dos letrados através da troca de experiências, num espaço compartilhado por narrativas de ficção, registros históricos e relatos biográficos, é de suma importância compreender como se estruturaram esses espaços desde a criação dos primeiros prelos da cidade. Além disso, mesmo que não seja o propósito dessa pesquisa suprir lacunas referentes aos períodos anteriores a 1856, foi muito importante identificá-las para que futuramente possam os historiadores dedicados ao tema das práticas letradas sul-rio-grandenses buscarem o seu preenchimento.

Nesse sentido, a importância da confecção dos quadros sobre a população, da instrução primária e secundária, da circulação dos periódicos e os levantamentos de dados conflitantes revela menos a sua eficiência para a presente pesquisa do que informa sobre a necessidade do aprofundamento de pesquisas que se voltem para as práticas letradas na Província, principalmente entre 1847 e 1879. Esse é um período que revela uma grande lacuna historiográfica, pois a maioria das pesquisas detêm-se sobre o período farroupilha, e depois a partir do aparecimento do Parthenon Litterario.

¹³⁶ A autora explica que “as *newsletters* eram a forma pela qual pessoas importantes de vários condados fora da capital compensavam a distância em que se encontravam do centro decisório do país. Eram elas reportagens encomendadas a missivistas que se dedicavam à tarefa de recolher rumores e notícias na bolsa, nos cafés, nos tribunais londrinos, ou onde quer que as notícias se encontrassem”.

Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragments de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização...
Chico Buarque – *Futuros amantes*

2. PERIÓDICOS LITERÁRIOS: REGISTRO DA HISTÓRIA E ARQUIVO DA MEMÓRIA

A análise do percurso de construção de uma escrita da história sobre o Rio Grande do Sul através de periódicos literários, pode apresentar-se à primeira vista como um sucessivo quadro de insucessos se considerarmos que a história, como um gênero literário¹³⁷ (ensaio, crônica ou notícia), não consegue firmar-se entre os letrados sul-rio-grandenses durante o período em questão (1856-1863). Entretanto, essa é apenas uma possibilidade de percepção. Os periódicos escolhidos para pontuar a construção desse percurso permitem vislumbrar outro panorama.

Em 1856, quando a primeira revista literária sul-rio-grandense começa a circular aos domingos em Porto Alegre, a imprensa local contava com outras três publicações estabelecidas há bastante tempo na cidade, além dos jornais vindos de outras cidades. Já havia, então, um público leitor apto a consumir, ou começando a consumir textos e informações diferentes daqueles de cunho comercial ou político que há bastante tempo povoavam as ruas da capital. É nesse sentido que *O Guayba* assinala não apenas o começo das

¹³⁷ O literário compreendido como um modo de apresentação narrativa que se diferenciava dos escritos de cunho político e comercial. (BANN, 1994, p.38-39).

atividades de um novo tipo de periódico em circulação na cidade, mas ele inaugura também práticas diferenciadas no jornalismo local ao apresentar temas variados e implementar estratégias de captação e manutenção do público leitor. Ele surge, portanto, como veículo de um novo posicionamento social. Diferenciando-se dos antigos “pasquins” políticos, nega-se às antigas querelas partidárias, voltando-se à divulgação do papel pedagógico do jornal e do jornalista, visava de alguma maneira educar os educadores.¹³⁸

De tal maneira que os “gladiadores na liça da publicidade” abrem espaço para a literatura e a história na imprensa porto-alegrense. A metáfora, associando as imagens dos publicistas porto-alegrenses aos lutadores romanos, foi construída pelo redator d’ *O Guayba* no editorial do primeiro número; assim também a associação da imprensa, como a arena desses combates, será recorrente e amplamente utilizada pelos redatores do *Parthenon Litterario*. Tais recursos retóricos fazem parte dos códigos culturais compartilhados entre os letrados, num tempo em que os antigos e a cultura clássica eram os parâmetros de pensamento e comportamento.¹³⁹ A luta na qual se engajavam os letrados da Província sulina visava à conquista das jovens inteligências rio-grandenses para o trabalho literário. Tal ideal seguia a crença, gestada no século XVIII e consolidada no século XIX, no projeto iluminista de educar a sociedade, papel definido e endossado pela *Encyclopédie*, de D’Alembert e Diderot, segundo a qual os jornalistas exercem a arte “não de agradar, mas de analisar e instruir”. (PALLARES-BURKE, 1995, p.14).

Portanto, a orientação editorial da revista, seja no formato ou no conteúdo dos artigos *de opinião*, filia-se a um tipo de jornalismo iniciado pelos periódicos iluministas ingleses do século XVIII. Tais características foram apresentadas e discutidas por Pallares-Burke ao analisar o *The Spectator*, periódico diário inglês editado em Londres entre 1711 e 1712, que, nesse breve período, conseguiu um grande êxito editorial ao vender 3 mil exemplares em

¹³⁸ As estratégias adotadas eram: distribuição de prêmios pela assinatura, brindes junto aos exemplares, realização de concurso para biografias e doações em campanhas de caridade.

¹³⁹ “Se hoje aparecemos, inexpertos gladiadores, na liça da publicidade, é para dar o grito de alerta nos arraiais silenciosos da mocidade, despertando essa plêiade de jovens esperançosos, cujas inteligências desabotoam agora aos raios vivificadores do talento, sacudindo-os da modorra que os entorpece, da descrença que os acabrunha, da ociosidade que os estraga, revelando-lhes o que eles podem, e mostrando-lhes o tempo que passa e o futuro que chega.” *O GUAYBA*, periódico semanal, literário e recreativo. Porto Alegre, 03 de agosto de 1856, ano 1, n.1. Porto Alegre: Typ. brasileira-alemã, p.01.

apenas duas semanas de existência, alcançando um público, segundo os cálculos dos eufóricos editores, de cerca de 60 mil leitores, a partir da estimativa de 20 leitores para cada exemplar vendido.¹⁴⁰

Isabel Lustosa, que pesquisou os jornais editados no Rio de Janeiro entre 1821 e 1823, indica que os periódicos nativos também nasciam impulsionados pelo espírito educacional, no caso brasileiro, com o propósito de “preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava”. Para Lustosa (2000, p.29-30), “os homens que os faziam acreditavam nas virtudes mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade.” O *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, que por aqui circulava antes da possibilidade de existência dos jornais nativos, e o *Revérbero Constitucional Fluminense*¹⁴¹, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, seguiam o formato da numeração contínua das páginas, indicativa, segundo Lustosa, “de que se tratava de uma obra fechada”; além disso, os volumes das coleções eram vendidos nos mesmos lugares em que os livros (LUSTOSA, 2000, p.29). Assim, jornal e livro iam estabelecendo correspondências de formato, conteúdo e respeitabilidade social, portanto,

não é de se estranhar que o jornal tivesse o tamanho e a forma de um livro, nem que fosse composto de longos e densos artigos onde a informação era veiculada de forma circunstanciada e analítica em textos que, às vezes, se prolongavam por vários números seguidos. Era assim o *Correio Braziliense*; cada número tinha cerca de 100 páginas e era dividido em sessões: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência. (LUSTOSA, 2004, p.15).

¹⁴⁰ “Bem cedo a tiragem se aproxima de 4.000, havendo ocasiões especiais em que sobe à casa de mais de uma dezena de milhar. Além da venda diária, duas outras formas de circulação havia: em coleções mensais e em volumes de bolso e in-octavo, vendidos por subscrição a partir de janeiro de 1712. A publicação de não menos de 56 edições em inglês, 10 em francês, 2 em alemão, 1 em holandês e 1 em italiano até o final do século XVIII, atesta um êxito considerado, tanto na época como hoje, inquestionável e sem precedentes”. (PALLARES-BURKE, 1995, p.19-20).

¹⁴¹ “O *Revérbero Constitucional Fluminense* era o primeiro jornal politicamente independente que se publicava no Rio. Independente porque, ao contrário dos jornais surgidos no primeiro semestre daquele ano, os redatores do *Revérbero* não estavam comprometidos de forma alguma com o governo. O *Revérbero* durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, passando de quinzenal a semanal em janeiro de 1822. Circularam do *Revérbero* 48 números ordinários e três extraordinários, impressos, os primeiros na oficina de Moreira e Garcez, e os dez últimos na Tipografia Nacional”. (LUSTOSA, Isabel, 2000, p.122).

Pallares-Burke explicam que a concepção de efemeridade atribuída ao periódico em contraste com a perenidade do livro não existe durante o século XVIII. Essa é uma ideia construída com a modernidade, no século XIX, que estabelece essa clivagem a partir da quantidade de informações descartáveis produzidas diariamente e consumidas com muita rapidez nas páginas soltas que formam o frágil suporte dos periódicos, noção que se opõe completamente à “solidez arquitetural” do livro, “guardião do saber”. (SGARD, 1983-84, p.198-206 *apud* PALLARES-BURKE, 1995, p.14).

Assim, o mesmo contexto, que produz a ideia de utilidade transitória em torno do jornal, torna possível a “transformação das folhas avulsas dos periódicos em livros”, porque responde a um tipo de demanda social que permite a alguns periódicos tornarem seu conteúdo pedagogicamente útil e ainda oferece aos leitores a possibilidade de adquirirem, de maneira mais acessível, resistentes volumes encadernados.¹⁴²

Nossa primeira revista literária também segue esse formato tablóide (tamanho 30 x 20) e numeração consecutiva, embora os primeiros três exemplares tenham sido numerados como se fossem únicos, ou seja, da página um a oito.¹⁴³ Os editores, no entanto, parecem ter percebido o engano, ou mudado de ideia a respeito da numeração. O que acontece é que a partir do quarto exemplar, ainda no mês de agosto, as páginas passam a receber numeração sequencial contada desde o primeiro exemplar. E essa numeração recomeçava a cada ano.¹⁴⁴

O conteúdo d’ *O Guayba* também seguia de perto as discussões e preocupações daqueles jornais e escritores públicos europeus setecentistas, ou seja, do ideal iluminista de instruir a sociedade por meio de escritos morais edificantes e propagadores de conhecimento. Não sendo, portanto, apenas coincidência que três dos quatro integrantes permanentes da

¹⁴² “Vendidos inicialmente em edições avulsas (diárias, semanais, quinzenais ou mensais etc.), diretamente ou por subscrição, os periódicos muitas vezes eram disponibilizados posteriormente em volumes encadernados, o que indubitavelmente conferia maior respeitabilidade e durabilidade ao novo gênero.” (PALLARES-BURKE, 1995, p.14).

¹⁴³ “Tablóide: Periódico de tamanho igual à metade da folha de jornal. Contraponto do jornal “standard”, de 51 cm de altura por 37,5 cm de largura, exclusive as margens. O tablóide tornou-se comum depois da Segunda Guerra Mundial, representando um recurso da imprensa em face do encarecimento do papel e da matéria-prima, além de oferecer comodidade de leitura”. (BAHIA, 1967, p.213).

¹⁴⁴ Em 1856, foram impressos 22 exemplares de agosto a dezembro; em 1857, são publicados de janeiro a dezembro 51 números da revista; e em 1858, a edição é interrompida em abril e em setembro, cinco exemplares deixam de ser impressos, totalizando 47 os números publicados no último ano de existência. (Anexos Capítulo 2: Quadros 23, 24 e 25).

revista exercessem o magistério: Jansen, Abreu e Silva e Miranda. Como os predecessores iluministas, os jovens letrados rio-grandenses aspiravam a representar um papel eminentemente moralizador na sociedade; para tanto se voltavam às questões relativas ao “bem público”, à “observância dos deveres morais” dos cidadãos. Adotando uma postura engajada nas questões sociais do tempo, agiam, segundo Pallares-Burke (1995, p.15-16), “como militantes, que na praça pública, com seus escritos em punho”, bradavam por reformas na educação trazendo para a cena pública a discussão da “cultura como um todo” e a crença no aperfeiçoamento das capacidades humanas através do cultivo das artes.

Ao concitarem os jovens a participar dessa “perigosa cruzada” que enfrentaria a ociosidade, a descrença e a apatia, esses letrados propunham um ambiente que os estimulasse a trabalhar com esforço e dedicação em proveito da literatura, promovendo a união em torno deste interesse ao franquear “suas páginas aos ensaios de todas as inteligências” no intuito de estabelecer “um laço de fraternidade que ligue a mocidade na comunhão do trabalho”. Tal proposição, por não ignorar as consequências políticas dessas práticas, deveria ser resguardada e protegida do tumulto das parcialidades políticas, conforme advertia o redator:

Será uma entidade neutral no campo da política provincial. Não advogará interesses de partido ou de pessoa alguma, não se converterá em eco dos ressentimentos, das paixões e das conveniências desencontradas que dividem a Província em grupos diversos. Mas, o que é bem distinto, falará talvez do povo, revelando-lhe os seus direitos, ensinando-lhe os seus deveres, e instigando-o a tornar-se digno da liberdade, que rasgando um dia o véu de trevas que o circunda, irá dourar o dossel de sua soberania. (*O GUAYBA*, 03/08/1856, p.02).

O propósito de se afastar das contendas políticas partidárias locais não restringe o exercício político do periódico, no sentido amplo da atuação no espaço público - seja através da missão pedagógica de instruir o público leitor em seus direitos e deveres a fim de torná-lo “digno da liberdade” e da soberania, seja no esclarecimento e formação da opinião pública sobre temas que mobilizassem a atenção dos leitores.¹⁴⁵ A necessidade de se afastar das divergências políticas visava também a estabelecer outras formas de expressão junto aos

¹⁴⁵ Cabe reiterar aqui o propósito de “levar as Luzes à população” e a constituição de uma “vida urbana”, conforme descrito por Martins sobre a atuação dos periódicos, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. (MARTINS. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS e LUCA, 2008, p.58).

leitores, a fim de contribuir mais diretamente para o letramento da sociedade rio-grandense da época; por isso o esforço no sentido de constituir um espaço para o cultivo de uma escrita literária que mantivesse distância dos ressentimentos provocados pelas disputas partidárias.¹⁴⁶ Esse, aliás, é um posicionamento que aparece em outros periódicos do período, como o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, conforme destaca Eliana Dutra (2005):

vale lembrar que o *Almanaque* afirmava, desde seu primeiro número, em 1851, sua condição apolítica e se recusava a posicionar-se diante das causas da pátria e de tratar dos eventos da atualidade política.

Tal condição, entretanto, não implicava em despolitização; ao contrário, Dutra explica que os textos relativos à história evidenciavam “a autoridade de antiga potência colonial”, manipulando, portanto, um tipo de capital simbólico que sustentava a ideia de domínio cultural. No caso porto-alegrense a opção pela literatura fez-se no sentido de superar a “pasquinagem”, apresentando propostas essencialmente culturais que objetivavam a discussão de temas variados e de assuntos de interesse direto para a sociedade rio-grandense, tal iniciativa era, segundo Alves, “uma tentativa de criar um jornalismo alternativo à prática intrinsecamente opinativa que marcava a imprensa até aquele momento” (2005, p.35).

Acompanha-se, portanto, a partir d’ *O Guayba*, o surgimento de um grupo diferente de letrados, um grupo que buscava sua inserção no espaço público através da constituição daquilo que viria a ser denominada “República das Letras”, ou seja, o grupo de letrados e escritores interessados em participar da cena pública através de outros meios que não apenas a política partidária. Morel explica ainda que os letrados que se reuniam em torno de uma publicação periódica constituíam um tipo específico de associação entre “grupos com alguma estabilidade e identidade política”, de tal modo que:

Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes de sociabilidade pela imprensa periódica. Essa pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem

¹⁴⁶ Sobre outros aspectos desse processo de afastamento e diferenciação, ver: RÜDIGER, 1993.

como os agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos.¹⁴⁷

O alerta de Morel sobre a importância do estabelecimento das “redes de sociabilidade pela imprensa periódica” torna-se evidente nas páginas de *O Guayba*, que é confirmado, principalmente, pelo período de circulação desta revista literária. O fôlego desta publicação deve-se, entre outros aspectos, à sua aceitação pelo público leitor, por constituir-se em veículo de crítica social, em apêndice pedagógico, pela possibilidade de expressão da sociedade letrada da Província de São Pedro e, ainda, pela persistência de seus criadores.

2.1. ESPAÇO PARA A LITERATURA E A HISTÓRIA NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE

Criar um espaço para a produção literária da Província era o principal propósito dos jovens publicistas que deram início ao semanário *O Guayba* em 1856. Mais tarde, em 1860, após algumas iniciativas frustradas, provetos e respeitáveis senhores da sociedade rio-grandense reunir-se-iam para fundar o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, no intuito de recuperar e coligir dados sobre a história da Província e publicar uma revista com os resultados dos trabalhos de pesquisa. Embora com características diferentes quanto à formação ou o modo de atuação, esses periódicos possuem interesses semelhantes e objetivos complementares quanto à criação de um espaço propício ao cultivo das produções literárias locais, produzidas a partir do convívio com pessoas interessadas nesses ramos do conhecimento.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Referindo-se à formação de tal agrupamento, Morel (2008, p.35-41) destaca: “Das entranhas da República das Letras (isto é, do conjunto de letrados e escritores) emergiu um tipo de ator histórico cujo perfil coletivo tinha traços peculiares. A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena essa figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o redator panfletário. Entre as mutações culturais vindas com a manifestação da modernidade política ocidental surge esse homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações”.

¹⁴⁸ Segundo Certeau (2002, p.202), um “*espaço*” é o resultado de um “*lugar praticado*”, ou seja, o espaço é o produto de um ato social. Desse modo entende-se que a revista literária *O GUAYBA* constitui-se no primeiro espaço criado na Província para o exercício da escrita exclusivamente literária, isto é, sem vínculos políticos ou finalidades comerciais explícitas. Para a construção desse conceito, Certeau estabelece uma relação de uso social (a prática) e associa espaço e lugar à leitura e escrita, segundo ele, “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua

Se por um lado, conforme ficou demonstrado pela circulação dos periódicos em Porto Alegre nos períodos anteriores, já havia um ambiente letrado em constituição que facilitaria a emergência de periódicos voltados aos temas literários, por outro também se pode constatar as resistências encontradas na produção de relatos históricos e das biografias de personagens rio-grandenses. Estas deviam-se, em boa medida, às dissensões políticas remanescentes do período revolucionário. Nesse sentido é importante acompanhar a constituição desse espaço, seu contexto de circulação, os principais atores envolvidos em sua produção e os temas ou propósitos que lhes faziam mover a pena e a prensa.

Quando *O Guayba* vem a lume no primeiro domingo de agosto de 1856¹⁴⁹, a imprensa local contava com *O Mercantil* (1849-1865), que saía diariamente, *O Correio do Sul* (1852-1868)¹⁵⁰, que circulava de terça a domingo (SILVA *et alii*, 1986, p.131 e 267-268), e o *Der Deustche Einwanderer* (*O imigrante alemão*, 1854-1861), do qual não há referências sobre a periodicidade.

geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”.

¹⁴⁹ Alguns autores equivocam-se ao registrar a data de início d’*O GUAYBA* em 13 de agosto de 1856; o correto é 03 de agosto.

¹⁵⁰ Segundo informa Vianna (1977, p.49): “Enquanto alguns autores dão como 1853 e mesmo 1855, Alfredo F. Rodrigues e A. J. Lourenço o indicam como surgido em 1852, sendo que este dá a informação de que era “diário, de propriedade de L. X. Pereira de Brito e redação do cel. Felipe Betzebé de Oliveira Neri, substituído este, depois, por Carlos Jansen.” AFR afirma que apareceu em outubro desse ano”.

a. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE – 1856 A 1865¹⁵¹

	PERIÓDICO	CIRCULAÇÃO	TIPOGRAFIA	C/L	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
01	O Mercantil	Diário	Tipografia própria	L	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
02	Correio do Sul	3ª a Dom	Tipografia do Correio		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
03	Der Deutsche Einwanderer	ñ encontrado			•	•	•	•	•					
04	O Guayba	Dom	Tip. Brasileira-Alemã		•	•	•							
05	Jornal do Comércio	ñ encontrado					•							
06	Conciliador	5ª e Dom	Tipografia própria	C			•	•						
07	O Mosqueteiro	ñ encontrado						•						
08	Revista do IHGPSP	Trimestral	Tip. Do Conciliador						•	•	•	•		
09	Álbum de Domingo	Dom	Tipografia Alemã						•	•				
10	Deutsche Zeitung	? e sábado								•	•	•	•	•
11	A Ordem	ñ encontrado								•	•	•	•	•
12	Estrela do Sul	Dom									•	•	•	•
13	O Trovão	ñ encontrado										•	•	•
14	O Diógenes	Dom	Tip. do Correio do Sul									•	•	
15	O Ypiranga	Dom	Tip. Fontoura e Cia									•	?	?
16	Propaganda	5ª											•	
17	O Jornal	ñ encontrado											•	
18	Jornal do Comércio	3ª a Dom		L									•	•
19	O Futuro	ñ encontrado											?	•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO				04	04	06	05	05	07	06	09	10	08

¹⁵¹ Esse quando foi construído com dados relativos aos periódicos publicados em Porto Alegre com base nas seguintes obras: BARRETO, 1986; ERICSEN, 1977; FERREIRA, 1944 e 1975; MACEDO, 1994; SILVA *et al*, 1986; MOTTIN *et al*, 1985 e VIANNA, 1877.

Portanto, até agosto, os três periódicos existentes produziam aproximadamente 15 exemplares semanais, além dos jornais vindos de outras cidades do interior da Província¹⁵², do Brasil e do exterior¹⁵³, aos quais se agregou a Folha literária domingueira que circulou durante dois anos e seis meses. Carlos Jansen¹⁵⁴, João Vespúcio de Abreu e Silva¹⁵⁵ e, mais tarde, Miguel de Oliveira Meyrelles¹⁵⁶ foram os redatores que acompanharam o periódico durante sua existência; destes, somente Carlos Jansen permaneceu como redator durante todo o período da revista.¹⁵⁷

¹⁵² Em Pelotas havia o *Noticiador* (1854-1866), em Rio Grande circulavam o *Rio-Grandense* (1845-1858) e o *Diário do Rio Grande* (1848-1910). (SILVA *et alii.*, 1986, p. 96, 98 e 131-132).

¹⁵³ Pelos anúncios dos jornais *O Imparcial*, em 1845, e *Correio do Sul*, em 1854, sabe-se que aos porto-alegrenses eram oferecidas edições d'*O Panorama* e da *Marmota Fluminense* (anunciado pelo *Gabinete de Leitura*); além disso, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, de 1856, editado em Lisboa, abrigava entre seus colaboradores Antônio Maria do Amaral Ribeiro, português residente em Porto Alegre que fornecia, periodicamente, pequenos textos que informavam sobre costumes e fatos da história sul-rio-grandense, sendo também responsável pela distribuição d'*O Panorama* na capital. O *Almanach de Lembranças* também é mencionado nas crônicas de Antonio Álvares Coruja, ao comentar uma edição que contém a biografia de Manoel de Araújo Porto Alegre. (CORUJA, 1996, p.67).

¹⁵⁴ *Carlos Jansen* (1829-1889) chegou ao Rio Grande do Sul em 1851, com as tropas alemãs (os *brummers*) recrutadas para combater Rosas. Cessado o serviço militar, passou a residir em Porto Alegre, onde se dedicou ao jornalismo e também ao magistério. As informações sobre Jansen são em geral muito superficiais, e quanto ao exercício do magistério, há a referência de que em 1863 publicou uma gramática de português para o estudante alemão. Nessa obra, conforme Dante de Laytano, o autor “dá seus títulos que são os de professor de alemão, português e francês, geografia e matemática, escrituração mercantil, além de se declarar sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. Consta que foi admitido como sócio correspondente do IHGPSP em 20 de julho de 1862. (SCHNEIDER, 1993, p.274; LAYTANO, 1974, p.27 e *Revista do IHGRGS*, n.123, 1982, p.167).

¹⁵⁵ *João Vespúcio de Abreu e Silva* (1830-1861) lecionou geografia e história e exerceu o cargo de secretário da Inspetoria de Instrução Pública em 1857. Foi admitido como sócio efetivo do IHGPSP em 05/08/1860. Os autores divergem quanto aos locais de exercício do magistério: CESAR (1971) informa Pelotas; PORTO ALEGRE (1985) cita Pelotas e Porto Alegre e MARTINS (1978) acrescenta Bagé. SCHNEIDER, 1993, p.152; *Revista do IHGRGS*, n.101, 1946, p.60; PORTO ALEGRE (1985) e CESAR (1971) informam que Abreu e Silva colaborou no jornal *Correio da Tarde* do Rio de Janeiro, quando lá residiu. Nas edições 7 e 8 de fevereiro de 1857 d'*O GUAYBA* há o artigo *Impressões de Viagem*, no qual João Vespúcio descreve as sensações que teve durante esta viagem ao Rio de Janeiro. Esteve na Corte durante um mês e meio, entre junho e julho de 1855. Abreu e Silva terá sua biografia publicada na *Revista do Parthenon Litterario*, em 1874.

¹⁵⁶ *Miguel de Oliveira Meyrelles* (1828-1872), nesse grupo, representou a classe militar. Estudou na *Academia Militar* da Corte. Participou da Campanha no Uruguai em 1853. Da política, participou pelo *Partido Liberal* como deputado da Assembleia Provincial em 1859. Foi reformado como tenente por motivos de saúde em 1861, mas retornou às tropas na Guerra do Paraguai. Escreveu dramas e comédias para o teatro e publicou a biografia do Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto, em 1856, n'*O GUAYBA*. Também foi admitido como sócio correspondente do IHGPSP em 20 de julho de 1862. (*Revista do IHGRGS*, n.123, 1982, p.167). Miguel Meyrelles terá sua biografia publicada na *Revista do Parthenon Litterario* em 1873.

¹⁵⁷ Os dois primeiros foram responsáveis pelas edições do periódico de 03/08/1856 a 24/05/1857. Jansen assume sozinho a responsabilidade pela redação de 31/05/1857 até 03/10/1858. E Miguel Meyrelles junta-se a Jansen de 10/10/1858 até o último número d'*O GUAYBA*, em 26/12/1858. Ferreira apresenta a data de 31/03/1857 como a última atuação de João Vespúcio Abreu e Silva na redação d'*O GUAYBA*, mas a coleção existente no IHGRS

Além dos redatores que assinavam os editoriais, havia o cronista responsável pela sessão *Revista*, que durante toda a existência do periódico escreveu sob o pseudônimo de *O Freguez*, apresentando ou “revistando” os principais acontecimentos do cotidiano da cidade durante a semana, com observações mordazes e irônicas sobre os divertimentos, os comportamentos e as condições urbanas de Porto Alegre. Segundo Guilhermino Cesar (1971, p.162), seu autor era o professor particular de gramática e aritmética Pedro Antonio de Miranda (1843-1900), que mais tarde na *Revista do Parthenon Litterario* escreveria poesias, sob o pseudônimo *O Roseteiro* (MARTINS, 1978, p.372). Miranda também foi charadista e poeta assíduo do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* (1874, p.44).¹⁵⁸ Se a data de nascimento de Miranda não está errada, é curioso como um menino de 13 anos, que entrou para o Lyceu em 1853, poderia escrever da maneira espirituosa como o fazia e ainda habilitar-se a dar aulas. Acredito que deve haver algum engano nas datas, embora todos os autores consultados consignem a mesma e nenhum questionou a meninice de Miranda.

Apesar de jovens, ou por serem jovens e talentosos, alguns colaboradores da equipe fundadora d’ *O Guayba* já haviam participado de outros periódicos, como é o caso de Félix Xavier da Cunha¹⁵⁹ que, desde os tempos de estudante na *Academia de Direito de São Paulo*, participava de publicações e associações literárias, como a *Revista Mensal do Ensaio*

comprova que prosseguiu até maio de 1857. Cf. FERREIRA, 1975, p.25. Félix da Cunha é indicado como o fundador d’*O GUAYBA* por PORTO ALEGRE (1985) e por MARTINS (1978). E apenas como colaborador por CESAR (1971) e FERREIRA (1975). CESAR e MARTINS informam que ele dirigiu *O Mercantil*, jornal político, e PORTO ALEGRE afirma que comprou *O Mercantil* após fundar *O GUAYBA*. Não existem indicações precisas de que tenha sido também proprietário d’*O GUAYBA*.

¹⁵⁸ Na edição do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1875*, o editor menciona a profícua colaboração do rio-grandense: “P.A.M. (Rio Grande do Sul) – Não fecharemos esta correspondência sem agradecermos ao illustrado cavalheiro, cujas iniciais e residência ficam descriptas, as 24 grandes paginas de variadissima e excellente collaboração que nos enviou em agosto do anno passado. Tudo, tudo, sem escolha é digno da estampa, e se não fora a obrigação em que nos achamos collocados de attender a outros muitos, grande quinhão lhe daríamos”.

¹⁵⁹ *Félix Xavier da Cunha* (1833-1865) estudou no Rio de Janeiro no *Colégio D. Pedro II* e graduou-se na *Faculdade de Direito de São Paulo*. Em Porto Alegre, atuou também no *Álbum de Domingo* (1860-1861) e no *Propaganda* (1864). Na política foi deputado provincial ao lado dos liberais históricos, e em 1855 participou da comissão formada para elaborar o projeto de reforma da Instrução Primária e Secundária da Província. Félix da Cunha não participa da revista como redator, mas são de sua autoria os artigos publicados sobre a história do Brasil. Segundo informa Aquiles Porto Alegre, Félix da Cunha pertenceu ao “Partido Liberal rio-grandense até o dia em que rompeu com Teixeira Lopes e dessa luta saiu o Partido Liberal, dividido em dois: os liberais históricos ao qual pertenciam Félix da Cunha, Osório, Silveira Martins, Luiz Flores Timóteo da Rosa e outros; e os liberais progressistas do qual faziam parte Teixeira Lopes, Conde de Porto Alegre, Dr. Caldre e Fião, Felipe Nery e outros”. (PORTO ALEGRE, 1985, p.154-155). Sobre Félix da Cunha, ver também: CESAR (1971) e MARTINS (1978).

Philosophico Paulistano (1851) ao lado de Álvares de Azevedo, da qual também participou Gaspar da Silveira Martins. Com Quintino Bocaiúva fundou *O Acayaba* (1852)¹⁶⁰, e ainda um pouco antes de retornar ao Rio Grande de São Pedro participou de *O Guayaná* (1856), juntamente com Francisco Ignacio Homem de Mello (FREITAS, 1915, p.103-105, 107 e 134-135). Em Porto Alegre foi redator de *O Mercantil*¹⁶¹.

Quando assumiu a edição e redação de *O Guayba* Carlos Jansen também já possuía experiência periodística como redator do *Correio do Sul* e colaborador do *Der Deutsche Einwanderer*.¹⁶² Os demais integrantes iniciam suas atividades literárias públicas a partir da participação na revista, pois, como era comum nessa época, os jovens letrados que deram origem ao grupo em torno de *O Guayba* exerciam outras atividades além do jornalismo dedicado à literatura. A principal delas era o magistério.

Jansen, Abreu e Silva e Miranda eram professores. Portanto, entre os principais temas discutidos ou apresentados no artigo de opinião estão os filosóficos, religiosos ou de história nacional, que correspondem a 49% do total e respondem ao viés pedagógico proposto pela revista. Tendo em vista a escassez de escolas ou a precariedade das existentes em Porto Alegre nessa época, o periódico atende também a uma demanda alternativa de educação, ou seja, fornece material acessível para ser lido pelos estudantes, assim como por seus mestres. A este público presume-se que fosse destinada a maior parte dos artigos de fundo de *O Guayba*.

¹⁶⁰ Sobre a atuação jornalística de Félix da Cunha, Sodré informa que durante sua estada no Rio de Janeiro “em 1852, começaria a circular *O Acaiaba*, que durou dois anos, redigido por Félix Xavier da Cunha e Quintino Ferreira de Sousa, que adotou o sobrenome Bocaiúva desde a fundação de *A Honra* em 1853 (...).” (SODRÉ, 1966, p.204). Quintino Bocaiúva também colaborou com artigos sobre literatura para *O GUAYBA*.

¹⁶¹ “Em 1860, o jornal passa à propriedade de Francisco Xavier da Cunha, assumindo a redação o Dr. Félix da Cunha, irmão daquele. Teve a colaboração de Florêncio de Abreu, Antonio Eleutério de Camargo, Eudoro Berlink e outros”. (BARRETO, 1986, p.104).

¹⁶² Hohlfeldt (2001, p.69) com base em Klaus Becker, informa que: “Como jornalista, estréia no *Der Deutsche Einwanderer*, no Rio de Janeiro. Este jornal, contudo, transfere-se para Porto Alegre, adquirido em 1853 por Theobaldo Jaeger; a partir de 1854, Carlos Jansen figura como redator, aí permanecendo, contudo, apenas até 1855, embora o jornal continue suas atividades até 8 de julho de 1861. O *Correio do Sul*, dirigido por Felipe de Oliveira, substituiu o *Correio de Porto Alegre*, desaparecido em 12 de outubro de 1852; Jansen aí começa a escrever em português, valendo-se de seus conhecimentos de latim, o que lhe facilitava o uso do idioma de adoção”.

b. Principais temas publicados na revista O Guayba 1856 a 1858

TEMAS/ANO	1856	1857	1858	TOTAIS
Filosofia	04	07	11	22
Religião	03	10	05	18
História	02	08	08	18
Instrução/Educ	04	03	05	12
Literatura	-	07	05	12
Imprensa	02	01	07	10
Imigração	01			01
Artes		02		02
Sociedade			03	03
Mulher		01	01	02
Outros	06	06	02	14
Nrs.ñ.Existentes		05		05
EXEMPLARES	22	46/51	47	120

O que essas seleções de assuntos nos mostram são os interesses sob os quais se moviam os homens das letras rio-grandenses. Por mais tediosos, doutrinários ou moralistas que possam hoje ser considerados, esses artigos trazem à tona as preocupações sociais, culturais e políticas daqueles escritores. Entre os temas tratados, merecem destaque os que se referem à Instrução e à Imigração e colonização, que também são temas debatidos nesse período nas sessões da Assembléia provincial (PICCOLO, 1998, v.1, p.461-591 e 336-343).¹⁶³ Deve-se destacar que existe ainda outro segmento de público leitor que recebe atenção dos redatores da revista: as mulheres. Embora escassas as temáticas destinadas às questões femininas, esse público não passa despercebido; existem menções constantes às leitoras d'*O Guayba*, também no melhor sentido educativo, os temas que lhes são dirigidos na maioria das vezes seguem o viés moralista cristão, visando à boa formação dos papéis sociais consagrados: filha, esposa e mãe.

Os assuntos sobre literatura, educação/instrução e imprensa devem atender aos seus pares, isto é, aos letrados interessados em discutir a situação da cultura letrada da cidade, e

¹⁶³ Sobre a divisão de assuntos entre os jornais e as revistas. Martins (2008, p.51-52) informa que durante o segundo império: “Em todo o país (...) o leque temático amplia-se, sobretudo em face do comércio internacional diversificado, quando se escreveu, e muito, sobre questões públicas, problemas de administração e economia nacional. (...) Entre o modelo inglês (*Correio Braziliense*) e francês (*Jornal do Commercio*) de fazer imprensa, a criação nativista se expressou com largueza, impondo-se na caracterização das mensagens que se adaptavam ao tom e à cor locais. Nesse sentido, a imprensa guardou desses anos uma divisão precisa: aos jornais, o debate político; às revistas, a reflexão cultural”.

assim, também, acompanhar as discussões nacionais sobre esses temas, tão em voga nos jornais desse período. Afinal, conforme demonstra a formação dos integrantes da revista, alguns desses jovens tinham vínculos com círculos letrados de fora da Província que, possivelmente, também tinham acesso a *O Guayba*, inclusive reproduzindo artigos da revista rio-grandense.¹⁶⁴ Por meio desses artigos os redatores revelam suas preocupações e expectativas com a estrutura sociocultural da cidade.¹⁶⁵

2.2. UM ESPAÇO PARA A FORMAÇÃO DOS JOVENS NO EXERCÍCIO DAS LETRAS E DO JORNALISMO LITERÁRIO

Dois propósitos fundamentais são fixados pela equipe de redação d'*O Guayba* no ato de abertura da revista. O primeiro, criar um espaço para o exercício literário da juventude local; e o segundo, ser “uma entidade neutral no campo da política provincial”. Entretanto, ao posicionarem-se criticamente sobre as condições da *Instrução Pública* e do exercício da atividade jornalística na Província, inevitavelmente acabam adentrando a esfera política, não pela via partidária, mas pela via da ação pública, pela denúncia das más condições ou das dificuldades encontradas nos campos em que atuam. (O GUAYBA, 03/08/1856, p.02).

Desde os primeiros números (O GUAYBA, n. 3, 4 e 14 de 1856) os redatores arriscam-se a ferir suscetibilidades ao afirmar que o Estado precisa contar com “cidadãos aptos” para o exercício dos “diferentes encargos de um sistema político”, pois não pode ficar à mercê das vontades que escolhem os ocupantes dos cargos tornando-os idôneos ao exercício de qualquer deles, desde que rezem “o credo dos apóstolos políticos”; ou ainda, quando se queixam da *morte prematura* de possíveis talentos que, pela imposição das “urgências políticas”, acabam desistindo de aprimorar os estudos. Por fim, apelam para que a mocidade seja

¹⁶⁴ Os redatores agradecem “ao ilustre redator da - Pátria - a bondade que nos prodigaliza, reproduzindo grande número dos nossos artigos.” (*O Guayba*, 15 de março de 1857, ano 2, n.11, p.81). O jornal *A Pátria*, de Niterói/RJ, conforme catálogo da Biblioteca Nacional, circulou de 1852 a 1860 com este nome, que sofreu modificações posteriormente. Tinha como redator-proprietário Bernardino de Moura. Tal menção confirma a circulação interprovincial dos artigos entre os periódicos brasileiros do período, pois “as constantes citações recíprocas entre os periódicos de diferentes Províncias. Eram elos de tipo nacional que se constituíam, também, pela palavra impressa” (MOREL, 2008, p.40).

¹⁶⁵ Conforme explica Morel (2008, p.25), desde seus inícios “o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade (...)”.

obrigada a instruir-se e que cada pai, “independente de sugestões legislativas, não se esquecesse do futuro e procurasse assegurar à seu filho os necessários elementos para viver um pouco acima do chão rasteiro da ignorância” (O GUAYBA, 17/08/1856, ano 1, n.3, p.01).

Reclamam também que o Estado não garante nem remuneração adequada ao Professor, tampouco condições razoáveis ao exercício da profissão; que pela ausência de um sistema de instrução pública os professores ficam sujeitos a todo o tipo de solicitação dos pais quanto à educação dos filhos, e alguns são até acusados de “roubar os objetos destinados ao expediente nacional”, dadas as carentes condições de fornecimento do material escolar (O GUAYBA, 17/08/1856, ano 1, n.3, p.02). Além disso, afirmam que “o ensino particular é preferível ao público” em virtude da concorrência com outros estabelecimentos; ao mesmo tempo, expõem as sofríveis condições de ensino do Lyceu, ao afirmar que a mocidade dali sai sem poder usar de seus conhecimentos pela falta das principais aulas, e insistem também na necessidade de “uma escola-normal, que uniformize e facilite esse sistema doutrinário” (O GUAYBA, 02/11/1856, ano 1, n.14, p.102).¹⁶⁶

Nos anos seguintes (O GUAYBA, n.6, 8, 12 e 32 de 1857) a *Instrução Pública* continuará sendo foco de acaloradas discussões e, como os redatores são também professores, este é um tema que os toca pessoalmente, mas suas queixas apontam, além disso, para a impossibilidade de formação de um público leitor para a revista, pois a ausência ou precariedade da educação implicam também no fracasso das iniciativas de cunho cultural perspectivadas por eles (O GUAYBA, 01/08/1858, ano 3, n.27, p.209). Do mesmo modo insistirão no protesto sobre a baixa remuneração dos professores, que os rebaixa “à esfera rasteira em que estão colocados os recadeiros das repartições públicas!” (O GUAYBA, 22/02/1857, ano 2, n.27, p.209), inviabilizando assim o acesso desse público ao consumo dos periódicos.

Nessa sequência temática, chama a atenção um artigo cuja argumentação é sobre a necessidade de edificações próprias para as escolas, que reclama providências da Assembléia

¹⁶⁶ Em 28 de abril de 1856, quando o General Jeronymo Francisco Coelho assume a administração provincial, a situação da Instrução secundária da Província era a seguinte: “Ensino secundário: O único estabelecimento público de ensino secundário continuava sendo o Lyceu de D. Afonso, com cinco cadeiras funcionando” (Filosofia, Latim, Francês, História e Geografia e Aritmética e Geometria). Quanto aos alunos matriculados, eram 27 em Latim, 23 em Francês, 9 em História e Geografia e 10 em Aritmética e Geometria. Em Rio Grande havia três cadeiras (Latim, nenhum aluno, Francês, com 9 alunos, e Inglês, com 2 alunos matriculados) e, em Pelotas, duas funcionando (Latim e Francês, com 3 e 9 alunos matriculados). (SCHNEIDER, 1993, p.134-135).

provincial e traz a assinatura “Do Povo”.¹⁶⁷ O pseudônimo é curioso porque poderia indicar que não se tratava de opinião da redação da revista. Entretanto, como fazem referência aos artigos escritos anteriormente, cabe a possibilidade de terem os próprios redatores da revista se intitulado assim, como uma espécie de *voz do povo*, para apresentar as reclamações que corriam à *boca miúda* sobre as precárias instalações das escolas.¹⁶⁸

Tal postura estaria em absoluta concordância com os princípios enunciados no editorial da revista desde o primeiro número, e reiterados em várias edições, especialmente em um artigo que exaltava a liberdade de imprensa e segundo o qual “a imprensa é a voz do povo, (...) porque essa voz é a verdade, porque essa voz é o progresso” (O GUAYBA, 31/08/1856, ano 1, n.5, p.33).

Os artigos que abordam o exercício jornalístico trazem a oportunidade de refletir sobre as condições de produção da revista, as expectativas dos leitores e as dificuldades enfrentadas pela linha editorial do periódico. De um lado, a escassez de material à disposição para publicação, mas também a preocupação em “ampliar o formato” para aumentar o espaço da revista. De outro, as dificuldades em atender aos diversos interesses e posicionamentos não apenas literários, mas, principalmente, as opiniões políticas emitidas por alguns artigos que lhes poderiam criar embaraços. Por isso a justificativa em deixar “de parte alguns escritos”, em função da reação pouco condescendente da opinião pública. Neste ponto Jansen é enfático a respeito das reclamações sobre a neutralidade do periódico nas “matérias de causa popular”, pois, segundo argumenta, a linha editorial “comedida” é adotada para proteger “os vãos da primeira inspiração” dessa mocidade descuidosa que publica em suas páginas (O GUAYBA, 03/08/1857, ano 2, n.31, p.241-242).

Entre os aspectos que se referem à organização social do trabalho jornalístico na Província, é importante destacar o nascimento da Associação Tipográfica em Rio Grande, anunciada em nota no último mês de circulação da revista, em dezembro de 1858, na qual o

¹⁶⁷ “Assim, pois à Assembleia provincial tocava estudar estas questões e decidir-se, que a época demanda melhoramentos quer morais, quer materiais, sem perda de tempo. Estas são questões importantes e demandam quanto antes uma solução a bem da instrução pública”. (O GUAYBA, 08/08/1857, ano 2, n.32, p.251).

¹⁶⁸ “Parece que, depois dos artigos que precederam, e do último em que falamos dos métodos e sistemas, que bem seria agora cuidarmos de falar dos livros e dos compêndios que se devem usar nas escolas, mas (...)” (O GUAYBA, 08/08/1857, ano 2, n.32, p.250).

redator saudava a iniciativa por sua importância no amparo aos trabalhadores tipográficos. Um registro dessa natureza nos informa não apenas sobre as necessidades dos profissionais envolvidos no ofício jornalístico, mas também indica a existência de um número significativo de pessoas envolvidas nessa atividade demonstrando, portanto, a crescente importância do jornalismo naquela sociedade (O GUAYBA, 05/12/1858, ano 3, n.44, p.348).

Além das questões editoriais, encontramos também aquelas que concernem à gerência da revista como um negócio. A primeira refere-se ao fato de que *O Guayba* era impresso em oficina própria, ou seja, sendo Carlos Jansen o editor e principal redator responsável pelo periódico e também proprietário da Tipografia Brasileira-Alemã, a revista não dependia dos serviços de terceiros para impressão. A segunda corresponde à atenção do editor com os assinantes pelas constantes explicações sobre quaisquer falhas, seja na distribuição dos exemplares ou dos prêmios prometidos, ou ainda de erros tipográficos, que indicam um cuidado com a credibilidade da revista junto aos leitores.¹⁶⁹

Esse relacionamento com os leitores, por meio dos avisos, era bastante comum nos periódicos do século XIX, sendo uma prática que se mantém até os dias atuais através das erratas, cartas dos leitores e comunicados. Mesmo em periódicos que vinham do exterior, como é o caso do *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, essas questões de distribuição e de retificações eram habituais. Entre os problemas mais comuns estava a distribuição dos exemplares, principalmente no interior da Província, o que gerava muitas reclamações dos leitores/assinantes sobre atrasos e extravios, bem como dos editores, sobre os serviços pouco confiáveis dos correios.¹⁷⁰ Justas reclamações, afinal, como garantir aos assinantes que a revista lhes chegaria às mãos sem contar com a confiança da entrega por parte dos correios? Além do extravio das correspondências, o artigo denunciava também a incúria dos

¹⁶⁹ “Aviso: Tendo saído errados alguns números d’O GUAYBA errados na paginação, por descuido do impressor roga-se aos Srs.. assinantes que a receberam assim de mandarem reclamar nesta tipografia, a fim de se substituírem. Estão dadas as providências a fim de se não reproduzam destes casos, esperando merecermos desculpas dos nossos assinantes” (O GUAYBA, 17/05/1857, ano 2, n.20, p.160).

¹⁷⁰ “Correios: A imprensa que, apesar de tudo, paga o maior tributo às rendas do estado, sendo uma das contribuintes, que por mais de uma vez tem sido vítima do abuso e desrespeito dos agentes dessas repartições, e levantado a sua voz em favor dos seus interesses não tem cessado de reclamar contra o transvio das cartas no interior, que se não cavam dificuldades para alguns particulares em negócios de pouca importância, faz que o comércio sofra em grande parte o efeito dessas privações. Aumentar e melhorar esse ramo de serviço que tantas vantagens oferece à civilização é o melhor título que o governo deve procurar adquirir ao reconhecimento dos seus governados.” (O GUAYBA, 21/02/1858, ano 3, n.8, p.59).

responsáveis pelo recebimento e distribuição das cartas no interior da Província que muitas vezes até as violavam.¹⁷¹

Entre as estratégias adotadas pelos editores da revista, com vistas a granjear a simpatia dos assinantes e cativar o público leitor em geral, encontra-se a “a promessa de dar todos os meses, uma das poesias que publicar postas em música, ora um enigma pitoresco, um desenho, ou qualquer outra produção artística”¹⁷². Foram distribuídos ainda a *Folhinha Rio-Grandense* e *O Estafeta*, suplemento de anúncios, pelo qual pediam aos assinantes que ainda não o tinham recebido seus prêmios que viessem “reclamá-los na Tipografia, declarando logo que se mudarem a sua nova morada, afim de não haver falta na entrega”, e advertiam que consideram “todos aqueles Srs., que não tiverem dado aviso contrário antes da entrega do último N.º de cada trimestre, como continuando na assinatura” (*O Estafeta. Suplemento d’ O GUAYBA*, 08/03/1857, ano 2, n.10, p.s/n (verso)).

Nesse folheto de anúncios alguns aspectos devem ser destacados; primeiramente, que dos 15 anúncios publicados, cinco são de professores ou estabelecimentos de ensino; destes,

¹⁷¹ “O segredo das cartas, cuja violação é por assim dizer uma violência à moral e à liberdade constituída, não é simplesmente o ponto de vista que nos acorda a pena. A confiança franca e ilegítima com que as cartas são recebidas para terem o destino que melhor convém à quem por malícia, ou por virtude as vai procurar, para entregá-las, exige uma pronta e eficaz cessação para que não continue à dar-se na campanha essa contínua falta de remessas, que é de supor não serem filhas senão da incúria dos correios” (*O GUAYBA*, 21/02/1858, ano 3, n.8, p.59). Entre as muitas histórias curiosas que os rio-grandenses enviavam sobre a província para o *Almanaque de Lembranças* está a seguinte sobre os correios locais: “*Carta viajante* (Ext.) — Ha muito pouco tempo deu-se aqui um facto que merece ser conhecido pela originalidade. Em 31 de agosto de 1873 dirigio o professor Schoenell, residente no Maratá, uma carta ao padre Haesbaert em Nova Hamburgo (Capella da Piedade) n’esta província. O correio de Porto Alegre enviou a carta para Hamburgo, na Allemanha, d’onde foi expedida com o carimbo de 4 de novembro de 1873 para os Estados Unidos, onde existe uma localidade com o nome de New Hamburgh. De New Hamburgh seguio a carta com o dístico: “not called for” (não foi procurada) para o correio geral de Washington, que tornou a romettel-a para Hamburgo, e o correio d’essa cidade devolveu-a finalmente para o Brazil, chegando ás mãos de seu dono no dia 24 de dezembro de 1874!... Isto é, a carta escripta no Maratá e destinada á Piedade (Nova Hamburgo) gastou na viagem que podia fazer n’um dia, 16 mezes, e em vez de uma distancia de 11 léguas, atravessou o Oceano e percorreu mais ou menos 14:000 milhas inglezas !... O que mais se deve admirar é a escrupulosa consciência com que os correios allemaes e norte americanos procederam no caso em questão. Far-se-ia outro tanto no Brazil ? Duvidamos. C. (Rio Grande do Sul)” (*NOVO ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO* para 1877, p.120).

¹⁷² “Como a composição e litografia das peças musicais que acompanham a 1ª série do “Ramalhete Dramático” destinado para prêmio dos Srs.. assinantes do — Guayba — se tem demorado um pouco, não nos foi possível entregar o dito prêmio junto com o presente número; sairá porém com toda a certeza em um dos dois números seguintes. Esta 1ª série contém: 1) A MULHER DO ARTISTA. Drama em 3 atos, por Miguel Meyrelles; 2) OS DOIS DUQUES. Comédia com cantoria, por Carlos Jansen. Música, por Rodolfo Prayon. Este nítido volume será entregue gratuitamente aos assinantes do — Guayba — para desempenhar a empresa na sua palavra dada.” (*O GUAYBA*, 22/02/1857, ano 2, n.08, p.61). Sobre as dificuldades em conseguir partituras na Província ver: FERREIRA, 1956, p.33.

dois atuam no periódico, Jansen e Miranda. Destaca-se em seguida que os dois anúncios referentes aos produtos comercializados na tipografia indicam os textos literários e informativos que circulavam entre as pessoas nesse período, que, em parte, são os mesmos oferecidos aos assinantes, e ainda há dois avisos que trazem detalhes sobre o relacionamento da revista com seus assinantes. Tais dados contribuem para configurar o perfil de uma parcela do público leitor da revista, ou seja, aqueles letrados que, pelo exercício do magistério, estariam interessados em utilizar-se do periódico tanto como meio de divulgação de seus serviços, como nas discussões sobre as questões referentes à educação na Província, e também de valerem-se dos textos publicados como material pedagógico.¹⁷³

Do comércio em geral há quatro anúncios: uma loja de produtos variados para casa e vestuário, um armazém que vende charutos e um distribuidor de medicamentos, e ainda a modista que anuncia seus serviços e procura uma “negra para os serviços da casa”. Os outros dois anúncios são sobre “prêmios sob garantias” e um comunicado sobre ausência de dívidas. Aqui, além de dar a ver as nuances dos modos de vida na cidade, outro perfil de potenciais leitores é delineado, nesse caso o público feminino que lê e trabalha, pois há mulheres anunciando suas atividades ou procurando por serviços de outras mulheres através do periódico (a professora, a modista e uma negra).¹⁷⁴

Na coleção d’*O Guayba* encontrada no IHGRS só existem duas publicações d’*O Estafeta*, de março e maio de 1857, e não foram encontradas informações sobre outros exemplares da folha de anúncios. No exemplar de maio ocorre uma grande diminuição no número de anúncios; embora um edital do Corpo Policial de Porto Alegre ocupe boa parte da página frontal, no verso há apenas a propaganda da apresentação do Circo Olympico. A folha

¹⁷³ “O preço dos anúncios é 100 Rs. por linha ou seu espaço para os não Assinantes, e para os Assinantes só 50 Rs. Na 1ª publicação havendo repetições pagar-se-á somente a metade por cada uma. Recebe-se anúncios até 6ª feira de tarde.” (*O Estafeta. Suplemento d’ O GUAYBA*, 08/03/1857, ano 2, n.10, p.s/n).

¹⁷⁴ Sobre este aspecto há um artigo muito interessante sobre a vida urbana e a formação do mercado de trabalho feminino, em Pernambuco no século XIX, através da imprensa, segundo o qual: “O trabalho doméstico destacava-se na lista das alternativas de sobrevivência. Na década de 1840, não eram poucas as mulheres livres que colocavam anúncios nos jornais em busca de trabalho doméstico. As possíveis patroas também anunciavam indicando o perfil da empregada que desejavam. Esses anúncios não ficavam numa seção separada nos jornais. Eles compartilhavam o mesmo quadro dos avisos de compra e venda de cativos, o que denota que o trabalho livre ainda não se separara totalmente da matriz escravista. Até as mensagens de professoras em busca de emprego situavam-se em local idêntico àquele em que os cativos eram postos à venda.” (CARVALHO in NEVES, MOREL e FERREIRA, 2006, p.179).

apresenta, além desses, outros quatro reclames: um que pede para alugar uma escrava que saiba cozinhar, e todo o mais serviço interno de uma casa de família; outro pede a quem encontrar dois retalhos de chalim entregá-los na tipografia que será gratificado; o Sr. alfaiate anuncia aos seus fregueses que acaba de receber um riquíssimo sortimento de roupas, e Carlos Jansen anuncia a impressão d'O GLOBO INTEIRO em tabelas estatísticas (*O Estafeta. Suplemento d' O Guayba*, 24/05/1857, ano 2, n.21, p.s/n.).

Duas questões podem ser levantadas: a primeira, quanto à quase ausência de estabelecimentos comerciais (somente a alfaiataria); a segunda, sobre a pouca importância que esse tipo de suplemento teria. Isto é, se seguirmos a lógica apregoada por Jansen de que não era de seu interesse especular com a literatura, senão torná-la acessível ao público, tal premissa pode ser aplicada à preservação das folhas de anúncios, que provavelmente não eram consideradas dignas de serem conservadas para a posteridade, senão como apenas um meio de chegar aos leitores por intermédio das casas anunciantes, que certamente a colocavam à venda em seus estabelecimentos.¹⁷⁵ No entanto, é justamente a diminuição dos anúncios comerciais que chama a atenção, embora um edital público e o anúncio do espetáculo circense que, afinal, movimentavam o cotidiano da cidade, não devam ser negligenciados em termos de alcance de público. O que temos, todavia, não são respostas para explicar a lacuna deixada pelos dois únicos exemplares da folha de anúncios, que segundo Jansen foi solicitada pelos assinantes, mas apenas uma hipótese de possível seleção casual.¹⁷⁶

Além das iniciativas anteriores, houve também um concurso de biografias com prêmio de 50 mil réis, apresentado logo nas primeiras edições de 1856 (*O GUAYBA*, 07/09/1856, ano 1, n.6, p.s/n.), embora o concurso não tenha se concretizado devido à ausência de participantes, tal atividade e o prêmio merecem destaque, assim como o valor de 200\$000 réis doado à caridade pública em setembro de 1857 “pelas economias de uma parte das receitas periódicas”. Considerando que o valor mensal da assinatura, na capital, era de 1:000 réis “paga em trimestres adiantados”, e que fora da capital o semestre adiantado custava

¹⁷⁵ Até hoje as páginas de anúncios, principalmente as avulsas, são quase sempre descartadas quando se procede à seleção e guarda de periódicos, inclusive nos Arquivos Históricos.

¹⁷⁶ “À pedido de muitos dos nossos assinantes daremos do mês p. f. em diante um suplemento destinado à anúncios, pois que o dia da saída da folha assim como o crescido número de seus assinantes a tornam apta para espalhar com eficácia qualquer publicação. O preço dos anúncios será publicado no 1º nº do suplemento” (*O GUAYBA*, 01/03/1857, ano 2, n.9, p.70).

7:000 réis, podemos supor que a revista dispunha de um número razoável de subscritores, pelo menos nesse período inicial de circulação, pois além das despesas correntes da publicação (papel, tinta, trabalhadores, postagem) conseguiu arcar ainda com este valor para doação, situação que encontra correspondência nas palavras de Jansen sobre a aceitação da revista “em todos os pontos da Província”.¹⁷⁷

Todavia, é prudente considerar também que a Tipografia comercializava outros impressos¹⁷⁸ tendo, portanto, outros meios de renda além da revista. Entretanto, na nota publicada na edição comemorativa ao *Sete de Setembro*, a redação justificava a doação, em cumprimento a uma promessa feita, reafirmando o “desinteresse com que nos hemos sujeitado à este braço do desenvolvimento intelectual e que, não especulando com a literatura”, apenas interessavam-se pelo desenvolvimento dos jovens talentos da Província (*O GUAYBA*, 07/09/1857, ano 2, n.36, p.282). No discurso de Jansen a literatura e o periodismo são entendidos como missão social; por mais árdua que seja a tarefa, ela é necessária para o desenvolvimento da sociedade, e por isso sumamente importante. Assim como é desejável, conforme os princípios iluministas, que os envoltimentos dos letrados nas questões de ordem material sejam manifestações de generosidade e nunca de especulação com o trabalho literário.

Tais aspirações são fruto das ideias e das práticas vigentes no romantismo e disseminadas no mundo ocidental, entre outros, nas obras de Victor Hugo¹⁷⁹ e Chateaubriand¹⁸⁰, autores nos quais os redatores de *O Guayba* foram buscar a inspiração para

¹⁷⁷ “A empresa, ufanando-se de poder cumprir com aquilo que prometeu, agradece aos generosos Rio-Grandenses o grande interesse que tem mostrado por esta folha, ainda tão moderna e entretanto já tão intimamente aceita quase em todos os pontos da Província.” (*O GUAYBA*, 01/03/1857, ano 2, n.9, p.70).

¹⁷⁸ Produtos à venda na Tipografia Brasileira-Alemã: *A Noite silenciosa*, Modinha Brasileira (800 rs.), *Retrato do finado Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto* (1#500 rs.), *Ramalhete Dramático*, 1ª Série, contendo: 1) *A mulher do Artista*, Drama em 3 Atos, por Miguel Meyrelles; 2) *Os dois Duques*, Comédia em 1 Ato, por Carlos Jansen; 3) *Peças Musicais* da dita Comédia (3\$000 rs.). Na Typ. Brasileira-Alemã achar-se-ão à venda no 1º de Agosto do corrente ano: FOLHINHAS RIO-GRANDENSES para 1858, FOLHINHA-ALMANACK, contendo, além do almanack da capital, o de Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Rio Pardo, Cachoeira, Alegrete, Uruguayana, S. Gabriel, & &., Folhinha-Romance, contendo um mui lindo e extenso romance moderno; FOLHINHA-LYRA RIO-GRANDENSE, Folhinha Dramática, FOLHINHA-VARIEDADES, Anedotas, sátiras &., Folhinha dos Pobres, Folhinha alemã, “O diabo coxo”, Folhinha d’escritório. (*O Estafeta. Suplemento d’O Guayba*, 08/03/1857, ano 2, n.10, p.s/n).

¹⁷⁹ “Preconiza-se uma literatura em torno de problemas sociais, como “uma missão nacional, uma missão social, uma missão humana”, no dizer de Victor Hugo no prefácio a *Lucrecia Borgia* (1833).” (MOISÉS, 2004, p.326). Sobre o “caráter” do Romantismo, ver: LÖWY, 1993.

¹⁸⁰ Segundo Bandeira (1969, p.91): “Os escritores dos séculos XVII e XVIII consideravam o cristianismo impróprio para inspirar a poesia e a arte. Em *Le Génie du Christianisme*, Chateaubriand propôs-se provar que, ao

a formulação de seus objetivos. Para o editor da revista o maior propósito dessas ações consistia no triunfo da memória de suas realizações, por isso propunha que a mocidade trabalhasse com afincos e dedicação para que restasse “a lembrança deste nosso tentame”, e assim “ficaremos desculpados perante a ironia dos vindouros” (*O GUAYBA*, 03/08/1857, ano 2, n.31, p.241).

Aliás, a consciência da importância de seu papel para a posteridade das letras rio-grandenses era mais que uma aspiração do jovem editor, era um objetivo a ser alcançado por meio da imprensa. Durante o primeiro ano de existência da revista são publicados apenas três artigos de fundo sobre o tema *Imprensa* e, desses, dois são dedicados ao aniversário do periódico. No mesmo intervalo de tempo são publicados sete artigos sobre a *Instrução Pública*, pois, conforme foi ressaltado, a precariedade e desorganização da educação interferiam diretamente na disseminação da cultura letrada ou, conforme Jansen, “do amor às letras”, impedindo o adequado florescimento do público leitor e escritor na Província.

No entanto, no terceiro e último ano da revista, são publicados sete artigos sobre a *Imprensa* ou o *Jornalismo* e cinco sobre a *Instrução Pública*. É interessante perceber que, apesar dos agradecimentos e louvores de Jansen aos assinantes e colaboradores da revista, a crítica ao exercício jornalístico na Província se torna mais acentuada. Percebe-se, portanto, que apesar da intenção em se manter distante dos embates políticos, propriamente ditos, *O Guayba* não consegue fugir à necessidade de manifestar-se sobre as condições do exercício jornalístico na Província, o que acaba resultando em julgamentos sobre os procedimentos de outros periódicos; conseqüentemente, é lançado na arena política por outras vias. Assim, a manutenção da proposta de publicar “matérias amenas e instrutivas” esbarra na necessidade de esclarecer a população sobre as práticas disseminadas entre os letrados, o que pode ter resultado em desafetos ou, no limite, em críticas de todo o tipo (*O GUAYBA*, 02/05/1858, ano 3, n.14, p.105).

O *Jornalismo*, então, volta a ocupar o artigo de opinião da revista em tom de denúncia das más práticas e condutas dos escritores públicos, mas, apesar das críticas severas, Jansen evidencia em seu discurso dois temas principais: a liberdade e a memória.

contrário, “de todas as religiões que já existiram a religião cristã é a mais poética, a mais humana, a mais favorável à liberdade, às artes e às letras”.

Como dignos filhos do século dos escritores públicos, dos homens de letras engajados nas questões sociais e políticas de seu tempo, seja como “apóstolos” a propagar a doutrina das luzes pela imprensa, ou como “gladiadores” a combater pelas letras na Província, Carlos Jansen e seus colaboradores ocupam-se do primeiro ao último número em afirmar a importância desse exercício e desse espaço literário como um legado que constroem para o futuro. A convicção de que suas ações seriam valorizadas no porvir demonstra uma preocupação com a história e a crença, acima de tudo, na preservação da memória de suas iniciativas por intermédio dos periódicos publicados. As palavras escritas e impressas seriam suas testemunhas.

Eis que por isso afirmam que a imprensa “é o grande teatro das lutas” da inteligência, “é o apóstolo da liberdade e do pensamento”, que a sua geração é “herdeira dos progressos acumulados pelas gerações passadas” e que, portanto, tem o “dever de enriquecer com novas aquisições” esta herança (O GUAYBA, 03/08/1856, ano 1, n.1, p.1). Insistem que a ideia de publicação “possui uma afinidade legítima com o pensamento de liberdade”, já que o jornal fala “ao rei e ao vassalo; na praça e no palácio; ao cidadão e ao herói” e, além disso, o jornal é o “trabalhador constante da obra da Imortalidade.” (O GUAYBA, 31/08/1856, ano 1, n.5, p.33-34).

Ainda no campo semântico da memória, algumas edições adiante, ao comemorarem um ano de existência, referem-se ao periódico como um “pequeno monumento” ao estudo, ao trabalho e aos sacrifícios despendidos em sua execução; a modéstia, entretanto, é só aparente, pois que pelo sucesso da publicação “o passado já os teve inveja”, então, se por qualquer motivo a empresa malograr, nada se desperdiçou, já que restarão sobre seus cadáveres “as glórias do futuro” pela “lembrança desse tentame.” (O GUAYBA, 03/08/1857, ano 2, n.31, p.241).

O Guayba e seu solitário redator confiante no futuro reiniciam as atividades do terceiro ano de vida literária da revista, reafirmando sua importante função como testemunha das atividades dos jovens letrados locais a fim de que “um nome qualquer não fique sepultado no olvido”, e, regozijando-se de tê-la iniciado, agradecem o apoio recebido:

E nós que temos a satisfação de ter encetado a publicação deste periódico, mais nos ufanamos com a mocidade rio-grandense, enquanto, que lançando os olhos sobre outras Províncias onde há academias e mais ilustração reunida, vemos, é verdade, tentarem-se empresas literárias, porém, essas empresas pouco duram e quase nunca vingam; por isso o Rio-Grande

gloriando-se de ter apoiado esta nossa tentativa, deve continuar a prestar sua coadjuvação que tanto honra a Província. (O GUAYBA, 03/01/1858, ano 3, n.1, p.01-02).

A pequena duração das publicações literárias, mencionada por Jansen, mesmo em “Províncias onde existem academias e mais ilustração reunida”, durante a década de 1850, pode ser constatada pelas pesquisas realizadas por Garmes (2006) sobre os periódicos literários e imprensa acadêmica em São Paulo e nos levantamentos produzidos por Nascimento (1970) sobre esse segmento em Pernambuco.¹⁸¹ Portanto, não deve ser subestimada a persistência da circulação de nosso primeiro periódico literário, sobretudo considerando-se, como Jansen, os poucos recursos educacionais com os quais contava a capital rio-grandense.

Não obstante o entusiasmo juvenil de Jansen, *O Guayba* cessa suas atividades durante o mês de abril de 1858. Mas ao retornar, em maio, saúda as reclamações dos leitores pela ausência da publicação, reitera o esforço no sentido de multiplicar as matérias amenas e instrutivas e mantém o propósito de excluir do programa da revista toda questão política a fim de seguirem fora “de uma luta desagradável e insípida” que só provoca “o furacão excitado pelas paixões tumultuosas.” (O GUAYBA, 02/05/1858, ano 3, n.14, p.105). No entanto, não é tão simples ao escritor público fugir das contendas que surgem do agir político, decorrentes do seu posicionamento sobre o exercício jornalístico. Embora Jansen volte a ressaltar a importância da palavra impressa que salvou do “olvido as obras dos grandes autores que gemiam ao peso do pó” até serem trazidas novamente à luz pela mão da imprensa; ainda que sustente a aliança entre a imprensa e a liberdade para exercê-la que, em contrapartida, torna-se “a liberdade de dar força as ideias por meio da palavra morta”, seu alvo é mesmo a prática do jornalismo que “em seus fins só é nobre e santo” se quem o exercer “não esconder sob um falso amor aos direitos de cidadão a calúnia e a infâmia”; se ao invés de “esclarecer o povo” servir apenas de instrumento de desonra e desgraça a serviço das paixões políticas que

¹⁸¹ Conforme registra no *Introito* do primeiro número, o *Arena*. Periódico da Faculdade (1858). “Historiou, a seguir, o “mau destino” dos jornais acadêmicos, a que se aventuraram “jovens talentosos e diligentes”. Vedaram-lhe e perseverança “uma série de insuperáveis obstáculos, um encadeamento de circunstâncias altamente desfavoráveis.” (NASCIMENTO, 1970, 96-97).

produzem “a anarquia, a desordem e o atraso da civilização”, conduzidos apenas por “mesquinhos ódios.” (O GUAYBA, 16/05/1858, ano 3, n.16, p.121-122).

Como de praxe, em agosto Jansen comemora a edição de aniversário da revista, embora em tom mais moderado, pois lamenta que ainda “o amor das letras não está tão espalhado como seria para desejar”, e justifica tal estado pelo total abandono da instrução primária e secundária (O GUAYBA, 01/08/1858, ano 3, n.27, p.209). Em setembro retoma a discussão do ofício jornalístico por meio de um extrato do texto teatral *Pedro*, de Mendes Leal, autor português cujo texto critica severamente o modo irresponsável com que o jornalismo tem manejado o poder de destruir reputações por meio da difamação e da calúnia, que são usadas como “armas de partido”, tornando o jornalista um impune “assassino moral”.

A peça que foi representada no teatro São Pedro pela Companhia Ginásio Dramático Rio-Grandense, conforme informa Damasceno Ferreira (1956, p.55), e que aparece n’*O Guayba* sob o título *O jornalismo e a atualidade*, merece um pouco mais de nossa atenção, porque esse texto teatral inaugura uma escola dramática: “o drama de atualidade” no teatro português e europeu, pois, conforme Rebello (1980, p.73), foi a partir de Pedro escrito em 1849, publicado em 1857 e levado aos palcos portugueses em 1863, que esta temática tem início, antecipando-se, portanto, aos franceses, já que a *Dama das Camélias* é de 1852. Além disso, o fato de esse texto ser representado aqui cinco anos antes de estrear em Portugal e um ano depois da publicação, também confirma o pequeno tempo decorrido para que essas obras chegassem ao Brasil.¹⁸²

Historiada a originalidade da obra e do tema, deve-se ressaltar que “o drama de atualidade” obedecia a duas orientações pedagógicas básicas: “a cópia e a lição” (REBELLO, 1980, p.76); isto é, seu objetivo era ir além da simples recreação dos espíritos, visava educá-los. Buscava “instruir as classes mais inferiores da sociedade” pela reprodução dos costumes

¹⁸² “Nos cinco atos de Pedro, propunha-se Mendes Leal ‘mostrar num exemplo a inutilidade dos privilégios’ e ‘a degeneração das castas’: para isso fez contrastar a ascensão social de um homem de origem humilde, que pelos seus méritos próprios e pela força do seu trabalho, alcança posições de destaque na literatura e na política, e a decadência de outro, a quem serviu, e que apesar dos seus títulos nobiliárquicos e meios de fortuna se afunda na mais crapulosa miséria.” (REBELLO, 1980, p.78).

contemporâneos, ou seja, “dar o castigo ao vício e o prêmio à virtude”.¹⁸³ Nesse sentido, portanto, encontra-se a linguagem teatral em convergência com os propósitos do jornalismo educativo. Conforme aspirava Jansen, um bom exemplo dessa atitude discursiva está expresso no seguinte trecho do diálogo de *Pedro*:

Perdão se me exaltei. É que eu olho e não vejo em torno de mim, senão as hostilidades dos interesses a hipocrisia dos sentimentos, a rivalidade das ambições, a luta repugnante das vaidades egoístas: nunca a honrosa comunidade da pátria. (*O GUAYBA*, 19/09/1858, ano 3, n.33, p.257)

Em outubro não é o artigo de fundo que chama a atenção para o exercício jornalístico, mas uma pequena nota intitulada *Cavaquinho* que, justamente por ser breve, vai direto ao ponto sobre a liberdade na imprensa. Assinada por M. M., as iniciais do novo colaborador na redação da revista, Miguel Meyrelles, a nota é encimada pela citação do Capítulo IV dos direitos do cidadão brasileiro, que garante o direito de livre expressão pela Constituição do Império¹⁸⁴. E é como brasileiro e constitucional que o novo redator apresenta-se à arena jornalística explicando aos leitores os motivos que o levaram a assumir tal responsabilidade.¹⁸⁵

Tal justificação pública importa na medida em que dá indicações sobre as dificuldades enfrentadas pelos letrados que se aventuravam na seara jornalística local, pois Meyrelles alega

¹⁸³ Vale lembrar que Rousseau também acreditava na ação pedagógica do teatro, senão como pura fonte de instrução, ao menos como distração das misérias sociais (STAROBINSKI, 2001, p.162-230). Sobre as intenções pedagógicas das várias produções literárias do Brasil na segunda metade do século XIX, ver GOMES, 2009, especialmente o Capítulo I.

¹⁸⁴ “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-las pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder, pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar. (Cap IV dos direitos do cidadão brasileiro: Vid. C. Política do Império).” (*O GUAYBA*, 10/10/1858, ano 3, n.36, p.282).

¹⁸⁵ “Hoje, como sempre, escrevemos por amor das letras e se o véu que tem envolvido nossa pena, não porque ela se molhe no tisne da calúnia, mas sim porque é fraca, se rasga finalmente, é apenas porque convidados pela mais sincera amizade, a assentar nosso nome no — modesto *O GUAYBA*, não quisemos juntar à pouquidade, o charlatanismo de uma deferência estudada, não quisemos desprezar uma glória que nem todos podem compreender porque raramente se dá valor, a aquilo de que não se tira vantagens políticas, ou peculiares. Apreciamos o convite que se nos fez e se antes o havíamos recusado, hoje o aceitamos com satisfação. (...) Opiniões haverão que nos censurem, críticos insólitos que nos mordam, quem sabe se mesmo não teremos bem difíceis momentos, pelo passo que damos? Que importa: aos censores diremos: “vinde ao trabalho, mostrai vossa aptidão, para que vos respeitemos como mestres; do contrário, dai lugar, dai lugar ao que não podeis alcançar” a crítica, esperaremos tranqüilos, temos bastante em que nos ocupe, para estar a repelir a cada momento, o ganir enfadonho de quanto Cérbero por aí apanha migalhas.” (*O GUAYBA*, 10/10/1858, ano 3, n.36, p.282).

que “nem todos podem compreender porque raramente se dá valor, a aquilo de que não se tira vantagens políticas, ou peculiares (sic)”, o novo redator julga que poderá vir a sofrer “difíceis momentos”, pelas censuras que lhe apresentarão os críticos mordazes, que apenas se encarregam de destruir iniciativas sem apresentar trabalhos que substituam a contento a produção criticada.

O que chama a atenção no discurso de Meyrelles é o preconceito vivenciado pelos letrados maduros que não atuavam na esfera da imprensa política e que, ao dedicarem-se a outras áreas da escrita pública, sofriam variadas críticas; afinal, era esperado e até mesmo desejado que os jovens letrados atuassem na área literária a fim adestrarem-se para exibir os dotes estilísticos. Entretanto, aos homens maduros parecia estar reservada uma atuação mais sóbria, exclusivamente política ou profissional conforme a área de sua atuação.¹⁸⁶ Tais justificativas apontam justamente para as dificuldades iniciais da construção desse outro espaço de exercício e manifestação dos letrados. Os artigos sobre a imprensa e o jornalismo constituem depoimentos sobre os esforços empreendidos neste sentido, e informam sobre as resistências encontradas em sua consolidação.¹⁸⁷

Outras duas edições retornarão ao tema exaltando não só a atividade jornalística em geral, como a opção pelo ramo “mais pobre e mais calmo” da imprensa; afinal, “a literatura, não tem essas galas adquiridas na pugna dos combates, não tem esse renome que se adquire nas grandes questões; porém tem essa doce e pura felicidade, que só pode dar a paz e a liberdade” (*O GUAYBA*, 24/10/1858, ano 3, n.38, p.297). Todavia, embora reafirmem sua intenção e vontade em permanecer na seara da imprensa literária, o último artigo publicado em novembro sugere o quão árdua tornava-se tal tarefa numa sociedade que ainda estava bastante

¹⁸⁶ Aqui é importante citar o exemplo de resistência a tais práticas, citado por Martins (2008, p.59-60), sobre a produção literária paulista via imprensa periódica, como extensiva da produção literária nacional, que, embora tenha encontrado “na imprensa periódica o veículo ideal para sua colocação, o suporte preferencial de homens letrados que conjugavam a política e a literatura na atividade jornalística.” A historiadora informa que mesmo em cidades com maior ocorrência da atividade jornalística, registrou “um preconceito constante e efetivo que fatalmente dividia o bacharel já formado: o divórcio que havia entre as letras e a dignidade das funções públicas, mesmo no Brasil imperial, ao tempo dos românticos. Convinha cautela aos escritores que produziam literatura e almejavam ascender na carreira política e obter êxito social. A figura do literato era vista com restrições no crivo político, razão pela qual muitos deles valeram-se do anonimato ou do pseudônimo para colocar-se literariamente na imprensa”.

¹⁸⁷ Sobre os antagonismos e as resistências na criação de espaços para a atuação dos homens de letras e mesmo na constituição do ethos “homens de ciência”, em oposição aos “homens de letras” no final do oitocentos no Brasil, ver: Sá, 2006.

habituada aos embates das parcialidades políticas através dos jornais, e aos posicionamentos radicalmente estabelecidos de um ou de outro lado - queixa, aliás, freqüente também em outras regiões do país, conforme se constata na pesquisa de Nascimento nos periódicos literários de Pernambuco.¹⁸⁸

O artigo é encimado por uma declaração da redação da revista informando que “nenhum original será devolvido, embora não o achar próprio para a publicação”, e que “não aceitará escrito de interesse individual, ou de agressão particular.” (O GUAYBA, 14/11/1858, ano 3, n.41, p.321). Tal nota, além de indicar o costume dos leitores de utilizar os periódicos como veículo para manifestar suas opiniões nas questões do momento, expressa também a convicção dos periodistas de se afastarem das práticas que tanto condenavam. Mantinham-se, assim, fiéis ao estrito objetivo de atenderem apenas aos interesses da literatura na Província, recusando qualquer texto “de agressão particular”.¹⁸⁹

A seguir, reafirmam então sua crença na missão da imprensa como a esclarecedora do povo, louvam a instituição jornalística justificando que sua existência representa “a expressão do progresso” e insistem na importância dos valores de liberdade e justiça “de um país constitucional”, Mas advertem que, quando seu exercício desvirtua desses sagrados preceitos, torna-se “apenas o órgão do mesquinho ressentimento, o algoz da inocência e da honra”. Lamentam, enfim, que “em nosso país” a sua principal finalidade “é desgraçadamente a política!”, mas desejam que, no futuro, o “espírito novel” do país reaja “deixando um lugar à literatura” que por ventura ainda resistir na “Imprensa Brasileira!” (O GUAYBA, 14/11/1858, ano 3, n.41, p.321-322).

A revista literária *O Guayba* estabelece, portanto, não apenas o início das atividades de uma imprensa exclusivamente literária na Província, ou ainda o primeiro espaço para a

¹⁸⁸ Durante o período de circulação d’*O Guayba: O Heliotropio*. Jornal literário (1856). O editorial de apresentação ocupou-se das dificuldades da imprensa literária no Recife, onde “a política, e somente ela, é quem absorve a atenção do nosso jornalismo”. *A Revista Acadêmica*. Ciências e Literatura (1858). “a nossa imprensa periódica, longe de atestar a nossa moralidade e ilustração (...) [tem servido para] os ódios mesquinhos, as intrigas familiares, as ambições ilegítimas verteram nas suas colunas todo o fel que pode conter o coração pervertido.” (NASCIMENTO, 1970, p.67 e 95-96).

¹⁸⁹ Sobre esta prática comum na imprensa da época, explica Martins: “Curiosas e instigantes eram as seções ‘A pedidos’, que mediante pagamento veiculavam reclamações dos leitores, de ordinário voltadas contra o governo. O espaço de livre colocação se tornara chamariz para o jornal, pela atração exercida sobre os consumidores para ali se posicionarem sobre assuntos variados.” (MARTINS, 2008, p.63).

manifestação das inspirações dos jovens letrados; ela assinala, também, um momento de emergência da necessidade de produzir uma memória das práticas letradas. Com ela principia, portanto, a construção de um legado de interesse pelas letras, pela educação e pela história no Rio Grande de São Pedro. Com *O Guayba* surge a consciência da importância da posteridade das letras rio-grandenses, e com ela a valorização da cultura histórica, desde já materializada nesse “pequeno monumento” criado para ser lembrado e preservado.

E Carlos Jansen é a figura que articula a emergência desse espaço, por seu esforço e persistência na publicação da revista, assim como pela absoluta convicção na importância do trabalho que inaugurava e desenvolvia, transmitindo a sua consciência histórica sobre a atividade jornalística e educacional, consciência de continuidade, de responsabilidade pelo que recebeu do passado, mas, principalmente, por seu compromisso e contribuição para com o futuro, situando-se conscientemente, portanto, entre a dívida e a herança (RICOEUR, 2007, p.101).¹⁹⁰

2.3. UMA INSTITUIÇÃO PARA ORGANIZAR A MEMÓRIA HISTÓRICA DA PROVÍNCIA: IHGPSP

Em agosto de 1860 é publicado o primeiro número da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*¹⁹¹, instituição cuja criação vinha sendo pensada e articulada desde 1854, segundo as informações do orador oficial Dr. Caldre e Fião¹⁹². Para avaliar a importância desta instituição e seu periódico no percurso de construção da cultura histórica sul-rio-grandense, é necessário apresentar antes de seu conteúdo, isto é, de sua produção historiográfica, alguns aspectos de sua constituição, seus participantes e seus

¹⁹⁰ A ideia de consciência histórica, com base nos princípios de responsabilidade e comprometimento para com a construção de um legado para posteridade, apoiada nas realizações passadas que estabelecem uma relação necessária de continuidade, está fundamentada em Droysen (2009, p.62), segundo o qual, conforme Arendt (2003, p.110), tornamo-nos uma espécie animal única, porque somos capazes de produzir História, pois inventamos a linguagem, a escrita, a ideia de imortalidade, e conferimos ordem, sentido e significado às nossas ações. Assim também, Ricoeur (2007, p.58) discute esse situar-se conscientemente no tempo pela manifestação da percepção de sucessão, a partir de Husserl, como o reconhecimento de um caráter primordial da consciência histórica.

¹⁹¹ Deste ponto em diante denominada *Revista do IHGPSP*.

¹⁹² *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMESTRAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.67.

principais objetivos, a fim de buscarmos parâmetros para a compreensão de seu significado nesse contexto sociocultural.

Quando o IHGPSP publica o primeiro número de sua Revista, em Porto Alegre circulavam os já mencionados *O Mercantil*, o *Correio do Sul*, o *Der Deutsche* e também a revista *Álbum de Domingo*, sucessora d' *O Guayba* na arena literária, mas que teve uma existência efêmera.¹⁹³ Nesse período, apesar da insuficiência de informações sobre a periodicidade das publicações, deve-se destacar o aumento tanto na quantidade de exemplares em circulação na capital, como da persistência desses periódicos, que nos permitem dimensionar a constância da produção desses impressos. Tal continuidade tende a reforçar a importância desse espaço público de manifestação de ideias, de divulgação das opiniões e trabalhos literários produzidos pelos letrados locais e externos. De todo modo, sua manutenção configura um espaço institucionalizado para as experiências letradas em geral, assim como também estimula a emergência do interesse pela história rio-grandense.

a. **CIRCULAÇÃO ANO/SEMANA DOS PERIÓDICOS EM PORTO ALEGRE – 1856 A 1865**

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1856	01	02	02	02	02	02	03	01		15	04
1857	01	02	02	02	02	02	03	01		15	04
1858	01	02	02	03	02	02	04	02		18	06
1859	01	02	02	03	02	02	03	02		17	05
1860	01	02	02	02	02	02	03	04		18	05
1861	01	02	02	02	02	03	03	05		20	07
1862	01	02	02	02	02	03	03	04		19	06
1863	01	02	02	02	02	03	05	04		21	09
1864	01	03	03	04	03	04	05	04	02	27 + 2	10
1865	01	03	03	03	03	04	04	04	01	25 + 1	08
Circulação	10	22	22	25	22	27	36	31	03	195/198	19

¹⁹³ Segundo Ferreira (1975, p.32), o *Álbum de Domingo* “lançado a 4 de novembro de 1860, suspende a sua publicação a 31 de março de 1861”, informa ainda que “na Biblioteca Pública de Porto Alegre existe coleção de 13 números apenas do semanário”. Dillenburg (1987, p.24) aponta *O Mosqueteiro* (1859), jornal satírico de curta duração, como “o último jornal da década de 50”. *O Mosqueteiro* também aparece na listagem de SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986, p.133. Em Pelotas havia o *Noticiador*, e em Rio Grande o *Diário do Rio Grande e O Comercial*.

* Esses números correspondem aos periódicos com **Periodicidade Indefinida**.

* Esses números correspondem aos periódicos de **Existência Indefinida**.

Ao contrário d' *O Guayba*, a *Revista do IHGPSP* não dependia de um público leitor externo para sua sobrevivência, apenas que os sócios do Instituto mantivessem suas contribuições. Era, portanto, essencialmente um meio de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos associados do IHGPSP.¹⁹⁴ Tais distinções importam porque ambas, apesar de serem periódicos que se constituem em espaços que inauguram práticas culturais letradas, diferenciam-se em parte pela inserção ou circulação diferenciada na sociedade e quanto ao grupo de letrados que se reúne ao seu redor. *O Guayba* era uma revista comercial, acessível ao público que a desejasse adquirir, ao passo que a *Revista do IHGPSP* era um veículo institucional, disponível aos sócios.¹⁹⁵

Primeiramente deve-se ressaltar que a reunião, que assinala a disposição de alguns letrados rio-grandenses em formar uma instituição para organizar a memória histórica da Província, foi realizada na sede do Conselho Diretor da Instrução Pública; portanto, tal iniciativa já contava com algum apoio das lideranças políticas locais ou, ao menos, indica o formalismo institucional envolvido nesse ato.¹⁹⁶

Nessa reunião destaca-se a participação dos segmentos mais representativos daquela sociedade, ou seja, os homens da instrução, os homens da política e os homens das armas. Eram professores do Lyceu D. Afonso: Jeronimo da Cunha Galvão, Francisco de Paula Soares, José Maria d'Andrade, Carlos Hoefler e João Miguel Spencer; eram ligados à política provincial os médicos Dr. Caldre e Fião e Dr. Ubatuba¹⁹⁷ e o Tenente Coronel Teixeira

¹⁹⁴ Conforme o artigo 8º dos estatutos, sobre a admissão e deveres dos membros do Instituto: “Art. 8º. Podem ser admitidos a sócios efetivos, correspondentes e honorários tanto os naturais como estrangeiros, ficando só os honorários de pagarem o diploma; todos os mais pagarão como jóia de entrada 10\$000 rs. quando receberem o diploma. Todos concorrerão com a quantia de 6\$000 rs. em cada semestre, exceto quando estiverem fora do Império e declararem que não querem a REVISTA”. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) Revista do IHGRGS, n.100, IV trimestre, 1945, p.201.

¹⁹⁵ Infelizmente não dispomos de dados relativos às tiragens dos periódicos.

¹⁹⁶ “A primeira reunião teve lugar na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, no dia 19 de fevereiro do corrente ano, e aí compareceram os Srs.. Drs. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, José Martins Pereira de Alencastre, Jeronimo da Cunha Galvão, José Antonio do Valle Caldre e Fião, e Christovão José Vieira, Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, Francisco de Paula Soares, José Maria d'Andrade, Carlos Hoefler e João Miguel Spencer”. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) Revista do IHGRGS, n.100, IV trimestre, 1945, p.173.

¹⁹⁷ MANOEL PEREIRA DA SILVA UBATUBA (1822-1875). Filho de comerciante. Médico pela faculdade do Rio de Janeiro. Foi Inspetor Geral da Saúde Pública em 1867, época em que uma epidemia de cólera assolou várias cidades sulinas. Destacou-se, segundo Piccolo, como uns dos representantes da Província a mostrar maior preocupação com os problemas econômicos da terra, incluindo a escravidão e a colonização. Segundo Xavier, exerceu também o cargo de Capitão Cirurgião-mor do Comando Superior de Porto Alegre da Guarda Nacional.

Junior¹⁹⁸, os demais, Christovão José Vieira¹⁹⁹ e Dr. José Martins Pereira de Alencastre²⁰⁰ estavam ligados a instituições como o exército e o IHGB.

Cabe salientar também que o Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião²⁰¹ (1821-1876), desde 1859, era vice-presidente do Conselho Diretor da Instrução Pública, cargo que dependia de nomeação direta do Presidente da Província. Embora o parágrafo 2º do artigo 82 do *Regulamento de Instrução Provincial* estabelecesse que o vice-presidente fosse escolhido entre os membros do Lyceu D. Afonso, não consta que Caldre e Fião tenha exercido o magistério no Lyceu.²⁰² Fato a demonstrar que, em alguns casos, a lei não era cumprida *ipsis litteris*.

Os professores do Lyceu envolvidos na estruturação do IHGPSP são: Jeronimo da Cunha Galvão (?-1862), professor de francês, que participou da comissão responsável pela

E como deputado liberal progressista, cumpriu quatro mandatos na Assembleia Provincial, entre 1850 e 1858. Para mais informações, ver BOEIRA, 2008, p.211; COSTA, 1982, n.123, p.43; PICCOLO, 1979, p.103 e XAVIER, 1976, p.7-8.

¹⁹⁸ Militar e deputado da Assembleia provincial. Pai do poeta Mucio Teixeira. Foi designado para a Comissão de Trabalhos Históricos, vindo a falecer, foi substituído pelo Sr. Fermino Antonio de Araújo.

¹⁹⁹ A *Gazeta Médica da Bahia* (Ano1, n.6, Bahia, 25 de setembro de 1866, p.2) informa: “Condecorações na classe médica: Por decreto de 3 de setembro foram concedidas aos médicos e alunos de medicina abaixo designados, por serviços prestados na Guerra do Paraguai, as seguintes condecorações: ORDEM DA ROSA – Comendador – o cirurgião mor do 2º Corpo da Exército Dr. Christovão José Vieira.”

²⁰⁰ JOSÉ MARTINS PEREIRA DE ALENCASTRE (1831-1871). Poeta, historiador, promotor público em Oeiras, PI, sócio da IHGB, comendador da Ordem de Cristo. Autor das seguintes obras: *Anais da Província de Goiás*, *Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza (Biografia)*, *Lágrimas e Saudades (Poesia, 1852)*, *Martírio*, *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí* (RIHGB, 1857), *Notas diárias (1854)*, *Os Jesuítas*, *O cavaleiro da cruzada* (Romance em verso. Publicado no Athenêo da Bahia, p.152 a 155 e 170 a 172.) e *Annaes da Provincia de Goyaz*. (RIHB, vol. 27/28, 1864–1865). BLAKE, 1902; COUTINHO; SOUZA, 2001: 2v. Existe ainda um registro de Alencastre como Presidente da Província de Goiás. *Relatório lido na abertura d'Assembléa Legislativa de Goyaz pelo presidente da provincia, o exm.o Sr. José Martins Pereira de Alencastre*, no dia 1.o de julho de 1862. Goyaz, Typ. Provincial, 1862.

²⁰¹ JOSÉ ANTONIO DO VALLE CALDRE E FIÃO (1821-1876). Médico pela faculdade do Rio de Janeiro. Abolicionista e jornalista. Fundou e dirigiu *O Filantropo* (1849-1851) na Corte. Romancista escreveu *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1851). Colaborou n' *O Rio-Grandense* (1852). Deputado da Assembleia Provincial (1854). Membro fundador do IHGPSP (1860-1863). Presidente e colaborador do Parthenon Litterario (1868-1876). Editor do jornal *O Conciliador* (1858-1859). Foi colaborador d' *A Reforma* de Gaspar Silveira Martins (1871). Escreveu e publicou artigos contra a escravidão, biografias de rio-grandenses ilustres e poesias. Para outras informações sobre a vida de Caldre Fião ver: CESAR, 1971; MARTINS, 1978; CESAR. *Cronologia Biobibliográfica*. In: CALDRE E FIÃO, 1979, p.20; PORTO ALEGRE, 1982, p.44-45. O Dr. Caldre e Fião terá sua biografia publicada pela *Revista do Parthenon Litterario* em 1876.

²⁰² Conforme consta no art.82 do Regulamento da Instrução Provincial 44, de 24 de janeiro de 1859. Eram membros do Conselho Diretor de Instrução Pública, juntamente com Caldre e Fião, José Maria de Andrade e Francisco de Paula Soares. O art.84 estabelece que: “As funções do Presidente, Vice-Presidente, e mais membros dos conselho diretor são gratuitas.” (SCHNEIDER, 1993, p.165, 176 e 200).

elaboração do projeto de reforma da Instrução Primária e Secundária da Província (1855)²⁰³; Francisco de Paula Soares (1825-1881), formado pela Faculdade de medicina de Buenos Aires (1852), exerceu o magistério em Rio Grande (1849), era professor de História e Geografia do Lyceu desde 1856 e autor de livros didáticos²⁰⁴; José Maria d'Andrade, professor de latim em Rio Pardo, vindo para o Lyceu em 1852, foi também Diretor Interino de Instrução Pública (1856) e Vice-Diretor do Lyceu (1859)²⁰⁵; Carlos Hoefler (1822-?), professor de alemão do Lyceu desde 1859, formado em Filosofia, Filologia e Teologia pela Universidade Fredericiana de Halle, Alemanha. Veio para o Brasil como capelão (1851), em Porto Alegre fundou e dirigiu uma escola e publicou diversos livros.²⁰⁶ E João Miguel Spencer, professor de inglês no Lyceu desde 1858.

²⁰³ Relatório do Presidente da Província em 11.10.1857 (ARRIADA, 2007, p.154). Juntamente com Drs. Luiz da Silva Flores e Felix Xavier da Cunha (SCHNEIDER, 1993, p.134).

²⁰⁴ Além do Lyceu, foi professor no Atheneu Rio-Grandense (1871) e na Escola Normal. Foi Inspetor geral da Instrução Pública do RS em 1866. Deputado da Assembleia Provincial por duas legislaturas. Membro do Partido Liberal. Membro da Sociedade Parthenon Litterario. Autor com Carlos Hoefler, dos seguintes livros didáticos: *Silabário Brasileiro*. Porto Alegre, 1858. *Crestomatia Brasileira*. Porto Alegre, 1859. *Resumo de Aritmética*. Porto Alegre, 1860. Para outras informações ver HESSEL, 1976, p.154; MARTINS, 1978, p.556; PORTO ALEGRE, 1917, p.140; ARRIADA, 2007 e SCHNEIDER, 1993, p.89.

²⁰⁵ Conforme relatório da Diretoria da Instrução Pública em Porto Alegre, 20 de Agosto de 1850. O Diretor, Dr. Luiz da Silva Flores. In: *Relatório do Presidente da Província, José Antônio Pimenta Bueno*. 01.10.1850. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850 (ARRIADA, 2007, p.138 e SCHNEIDER, 1993, p.93). Arriada tece comentário interessante sobre a participação de Andrade na direção do Lyceu: “Em relação a José Maria de Andrade, que ocupou interinamente a Direção, apesar de não conseguirmos dados pessoais sobre a sua vida, apuramos que teve uma participação ativa na direção do Lyceu, publicando três Relatórios, 1856, 1859, e 1869. Esses dados nos permitem inferir que José Maria de Andrade era homem de confiança das autoridades; existindo crises ou vacâncias, automaticamente era chamado para assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, Vice-Direção do Lyceu, ou interinamente enquanto o Diretor estivesse afastado.” (ARRIADA, 2007, p.138-139). Os relatórios referidos são: *Relatório da Instrução Primária da Província apresentado à Presidência pelo Diretor Interino José Maria de Andrade*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856, 14 pg. *Relatório do Vice-Diretor do Lyceu, José Maria de Andrade*. In: Anexo ao Relatório do Presidente da Província de 1859, 1 pg. *Relatório da Diretoria do Lyceu D. Afonso. Diretor Interino, José Maria de Andrade*. 31.03.1869, 2 pg. Anexo ao Relatório do Presidente da Província de 20.05.1869. (ARRIADA, 2007, p.138).

²⁰⁶ (Frederico Adão) Carlos Hoefler. “Nascido em Erfurt, Alemanha em 14/09/1822. [Não consta data de falecimento.] Estudou na Escola Latina e na Universidade Fredericiana em Halle, Alemanha. Professor na Alemanha. Oficial do Exército (1849-1851) na Alemanha. Veio para o Brasil em 1851, como capelão contratado, mantendo-se neste posto até 1855. Fixou residência em Porto Alegre, onde voltou a dedicar-se ao magistério e abriu e manteve estabelecimento de ensino. Publicou as seguintes obras com Francisco de Paula Soares: *Silabário Brasileiro* (1858); *Crestomatia Brasileira* (1859); *Resumo de Aritmética* (1860). E ainda: *Gramática Elemental da Língua Latina*, Rio de Janeiro (1861); *Sintaxe da Língua Latina*, RJ (1861); *Resumo de Gramática Nacional Adequada ao Ensino Metódico dos Principiantes*, Porto Alegre (1863); *Porque Alterações e Transformações Passaram as Letras da Língua Latina, Quando Dela se Formou a Língua Portuguesa?*, ensaio etimológico, RJ, 1869; *Gramática da Língua Francesa (Arranjada segundo o Método Ollendorf)*, RJ, 1882, 2 v.” (MARTINS, 1978, p.274). No Catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal constam as seguintes obras de Hoefler: [La politique; L'économique; Lettre a Alexandre sur le monde. Paris: Chez Lefèvre, 1843](#), [\(Aristoteles,](#)

Este conjunto demonstra bem as múltiplas atuações desses homens de letras que agora se empenhavam em construir outro espaço de atuação na Província. Eram médicos-jornalistas, médicos-professores, médicos-políticos ou médicos-militares, eram ainda professores-políticos, militares-políticos ou bacharéis-políticos, aglutinavam papéis e funções nessa sociedade e buscavam, através da constituição de um Instituto Histórico regional, a possibilidade de produzir a sua versão sobre a história sul rio-grandense.

Embora seja importante relativizar o real interesse de muitos associados em, efetivamente, participar das atividades propostas pela instituição, cumpre salientar que o seguimento dos trabalhos nesse primeiro ano revelou que os professores do Lyceu, em colaboração com outros homens de letras, foram os que realmente permaneceram nas Comissões do Instituto.²⁰⁷

Assim como importa ressaltar que os homens que levaram a efeito a constituição dessa associação pensaram no equilíbrio das representações, pois entre os membros residentes na capital destacavam-se funcionários públicos, médicos, militares, bacharéis e professores. Havia nesse círculo uma tendência a integrantes que foram contrários aos republicanos-farroupilhas, e uma parcela deles não havia sequer participado diretamente da guerra, enquanto que entre os sócios correspondentes, nomeados na sessão de 13 de maio, residentes em outras comarcas e municípios da Província, alguns têm na sua trajetória política a participação no comando ou nas instâncias políticas deliberativas do governo republicano-farroupilha, como o Coronel Manoel Lucas de Lima e o Comendador Manoel José Gomes de Freitas, de Piratini; General David Canabarro²⁰⁸, de Santana do Livramento; Dr. Francisco de

[384-322 a.C.; Hoefler, Carlos, trad.\). *Grammatica elementar da lingua latina/Carlos Hoefler. Rio de Janeiro: Typ. de Laemmert, 1861; Nouvelle biographie générale. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie., 1862; Nouvelle biographie générale. Copenhague : Rosenkilde et Bagger, 1863.* Há registro de que foi professor também no Lyceu D. Afonso entre 1859 e 1864 conforme o Livro Ponto da instituição. Livro Ponto do Lyceu D. Afonso. José Maria de Andrade: Diretor interino. \(Manuscrito com 100 páginas, Arquivo Histórico do RGS\). \(ARRIADA, 2007, p.154 e 156\). Porto Alegre \(1994, p.137\) informa que Carlos Hoeffler foi professor de alemão no Lyceu.](#)

²⁰⁷ Anexos Capítulo 2: QUADROS 26 E 27: DIRETORIA DO IHGPSP E MEMBROS DAS COMISSÕES

²⁰⁸ DAVI CANABARRO terá biografia escrita por Juvêncio Augusto Meneses Paredes, e publicada pela *Revista do Parthenon Litterario* em 1874.

Sá Brito²⁰⁹, de Alegrete; José Pinheiro de Ulhoa Cintra, de Caçapava e o Comendador Antonio Vicente da Fontoura²¹⁰, de Cachoeira. Todos líderes políticos em suas regiões.

Há, portanto, um esforço a ser reconhecido: o de tentar aglutinar essas forças políticas, apesar de antagônicas, num espaço de preservação da memória. O que, em contrapartida, criaria um campo de tensões e vigília permanentes sobre qual memória, qual história deveria ser registrada e de que maneira. Ainda outro detalhe significativo na composição do quadro dos membros do IHGPSP foi a presença dos homens portadores de patentes militares, dos quais, aparentemente, a instituição valeu-se para conferir legitimidade ao novo empreendimento, conforme revela a pesquisa realizada por Lazzari segundo o qual:

Não por acaso, os portadores de patentes militares, embora não fossem a mais alta proporção entre os membros, tinham uma presença significativa no IHGPSP, chegando próximo de um terço do total de sócios conhecidos. De um total de 111 sócios listados nos números consultados da Revista Trimensal do IHGPSP, pelo menos 30 antepunham ao nome uma patente militar, ou seja, 27%. Para os sócios correspondentes, a proporção sobe para cerca de 30% (20 de um total de 67) e entre os efetivos estava em torno de 23% (10 entre um total de 44). (LAZZARI, 2004, p.51).

Sobre este ponto importa destacar o interesse da *classe militar* em participar de uma instituição dedicada ao estudo da história da Província. Afinal, o ingresso numa Instituição que é a representante legítima da produção do conhecimento sobre “as coisas pátrias”²¹¹, é objeto de distinção pessoal. Portanto, integrar uma instituição nos moldes do IHGB ou, nesse caso, do IHGPSP, corresponde a angariar para si, além do prestígio social, um verniz cultural. Assim como a escolha do General Manoel Marques de Souza²¹² (1804-1875), a eleição do

²⁰⁹ FRANCISCO DE SÁ BRITO (1808-1875) estudou em Coimbra e na Academia de S. Paulo, onde se diplomou. Magistrado, político, administrador, exerceu também o jornalismo na capital. Foi Deputado da Assembleia Provincial e nesse posto foi colhido pela rebelião. Afastou-se da vida pública em 1850; escreveu suas memórias sobre a Guerra dos Farrapos entre 1870 e 1875 (ano de sua morte), mas tais registros ficaram inéditos até 1950 (CESAR, 1971, p.88).

²¹⁰ Antonio Vicente da Fontoura seria assassinado em 7 de setembro de 1860, por ocasião das eleições municipais, conforme registra nota na seção de Necrologia da Revista do Instituto. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, dezembro 1860, ano 1, n.2, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.243.

²¹¹ *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.171.

²¹² MANOEL MARQUES DE SOUZA. Militar, filho e neto de militares. Combateu na Guerra da Cisplatina (1827); na Guerra Farroupilha, lutou ao lado dos imperiais legalistas; comandou as tropas brasileiras na Guerra contra Oribe e Rosas (1852), que derrotaram o ditador argentino. Já aposentado, participou também da Guerra do Paraguai.

Barão de Porto Alegre para o cargo de Presidente da Instituição, conforme sugere Lazzari (2004, p.48), personifica um compromisso de estabilidade das instituições imperiais na Província num período de acomodação dos interesses políticos e econômicos do pós-guerra civil.

Por ser figura política destacada na sociedade, o Barão de Porto Alegre conferia autoridade e credibilidade àquela iniciativa. Além disso, sua presença como presidente do Instituto, um militar entre os letrados, sinalizava a direção que deveria seguir a escrita da história sul-rio-grandense. Nesse sentido, seu discurso de posse realizado na 1ª sessão oficial em outubro e publicado na *Revista do IHGPSP* de dezembro de 1860, aponta o que deve ser a principal missão do IHGPSP, isto é, que a história deve ser escrita a fim de exaltar as glórias militares e transmiti-las devidamente aos jovens rio-grandenses, conforme o que ele próprio viu e viveu naqueles tempos:

Soldado, e educado nos acampamentos dos exércitos da nossa pátria, eu aprendi a ter um entusiasmo pelas glórias dela que tenho exprimido por mais d'uma vez nos combates, e a ter com saudade a narração dos belos dias em que, na minha juventude, eu vi os sábios e os heróis darem-se as mãos para escreverem o nome da nossa terra no grande mapa das nações.

A história de nossa Província diz-me mais de um fato que conheço, que vi passar sob meus olhos apreciando o nobre caráter do soldado rio-grandense, dos homens que nasceram sob o nosso céu – e isto são recordações doces para a minha alma.

Vós que tendes inteligência bem ilustrada escrevei essas coisas e transmiti-as à posteridade, porque elas são um padrão de glória com que nossos filhos poderão orgulhar-se.²¹³

Devemos atentar para o detalhe de que estas palavras são proferidas por um oficial da resistência porto-alegrense à ofensiva dos farroupilhas, que foi o principal auxiliar do então Barão de Caxias nas tratativas de pacificação dos rebeldes, que já lutara nas campanhas da Cisplatina e que também comandou as tropas que derrotaram os argentinos em 1852. Assim, a

Sócio-fundador e único presidente do IHGPSP (1860-1863). Foi eleito deputado à Assembleia Provincial por diversas vezes; foi Ministro e Secretário dos Negócios de Guerra da Província; recebeu o título de *Barão* em 1852; *Visconde*, em 1866 e *Conde*, em 1868. Para outras informações sobre o ilustre militar, ver: BOEIRA, 2008, p.211; PORTO ALEGRE, 1917, p.26. O Conde de Porto Alegre terá sua biografia publicada na *Revista do Parthenon Litterario* em 1875.

²¹³ Instituto Histórico – 1ª sessão em 28 de outubro de 1860. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, dezembro 1860, ano 1, n.2, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.209.

sua visão da história rio-grandense e de quem nela atuou não poderia ser outra senão a de “ênfatisar a missão combatente da Província na construção da pátria” (LAZZARI, 2004, p.49), que, sob esta perspectiva, deve ressaltar o “entusiasmo pelas glórias” conquistadas através do “nobre caráter do soldado rio-grandense”, e que deve ser legitimamente transmitida à posteridade para o orgulho, inspiração e exemplo dos filhos, os principais herdeiros dessas glórias.

Resta indagar, sob este enfoque, qual o lugar da guerra farroupilha na história da Província? E como seria delineado o caráter do bravo soldado rio-grandense e farroupilha? Ou se seria necessário apagá-los da memória da Província, a fim de construir uma história que consolidasse a “plena integração política da Província ao estado monárquico”? (LAZZARI, 2004, p.52).

Assim, esbarravam esses homens num fato concreto, presente na fala do presidente do Instituto: que à história cabe narrar os eventos tal como aconteceram, segundo a *verdade* de seus protagonistas e à luz das fontes documentais. Neste caso, como destituir completamente o ressentimento da derrota de uns, em detrimento do patriotismo de outros sobre um mesmo objeto - o Império do Brasil?²¹⁴

O discurso e a presença do general Marques de Souza nos permitem refletir sobre as dificuldades daqueles letrados em criar um lugar e uma escrita adequada para a história regional, pois parte da premissa de que o que ele viu e viveu é a *verdadeira* e, talvez, a *única* possibilidade narrativa dos fatos passados. Assim, segundo essa visão, é missão dos *sábios* envolvidos nessa *gloriosa tarefa* produzir um relato dos acontecimentos *tal como existiram*, porque podem ser comprovados através dos documentos e dos depoimentos dos que viram e viveram os eventos. É justamente essa crença - possibilidade de se encontrar ou se recolher *naturalmente* os fatos dos quais o registro histórico é o portador a fim de produzir-se uma única e imparcial *verdade* -, que ilustra a concepção historicista da história como disciplina no século XIX.²¹⁵ Segundo esse entendimento é absolutamente necessário não ter dúvidas a

²¹⁴ Estas reflexões foram apresentadas inicialmente em minha dissertação defendida em 2006, e publicada em 2009; ver especialmente o capítulo 3. GOMES, 2009.

²¹⁵ A referência aqui parte das formulações de Herder, mas se estenderá com algumas modificações nos metódicos Ranke e Niebuhr e Langlois e Seignobos, mantendo o principal pensamento sobre a imparcialidade do historiador e a “verdade” das fontes históricas. Sobre esses teóricos, ver: Gardiner, 1984 e Reis, 2006.

respeito dos eventos e seus envolvidos, e é nesse dilema que se veem os homens encarregados de produzir uma escrita adequada para a história regional exercida numa instituição que deve legitimá-la e sancioná-la socialmente.

E já que o “patriotismo dos rio-grandenses” poderia se manifestar também através das “notáveis inteligências da Província”, para dar cumprimento a esta finalidade, conforme o artigo 41 do Estatuto que dispõe sobre a aplicação dos Fundos do Instituto, além da impressão e distribuição da *Revista Trimensal*, os fundos poderiam ser investidos na publicação de “memórias e escritos”, assim como na aquisição de “livros e manuscritos que devem ser depositados na biblioteca e arquivo”, havendo também a previsão de distribuição de “prêmios aos que mais se distinguirem no desempenho dos programas publicados pelo Instituto”, daqueles escritos que “pelo seu transcendente merecimento, reconhecido pela respectiva comissão, forem coroados e publicados por ordem da mesa administrativa.”²¹⁶

Curiosamente entre os sócios efetivos, correspondentes e comissários devidamente listados nas Revistas publicadas pelo Instituto, não parece ter havido contribuição significativa em nenhuma comissão da revista, pois não há registro de que tais prêmios tenham sido distribuídos. Eram cinco as comissões responsáveis pelos assuntos contemplados pelo Instituto: *Revisão de Manuscritos, Trabalhos Históricos, Trabalhos Geográficos, Arqueologia, Etnografia e Língua dos Indígenas e Pesquisas de Manuscritos e Documentos*. As demais comissões tratavam dos aspectos administrativos: *Fundos e Orçamento, Estatutos e Redação da Revista* e de *Admissão de Sócios*.²¹⁷ Tal constatação apresenta-se contraditória em relação ao artigo 5º do estatuto da instituição, que estabelece:

Art.5º. Para ser admitido na qualidade de sócio efetivo deverá o candidato apresentar trabalho próprio acerca da história, geografia ou etnografia do Brasil, com especialidade desta Província; quer este trabalho seja inédito, quer já estampado, uma vez que ele abone a capacidade do autor (...). Para ser sócio correspondente é necessário que, além da suficiência literária do candidato, ele ofereça ao Instituto uma obra de valor sobre esta Província ou

²¹⁶ *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, dezembro 1860, ano 1, n.2, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.208.

²¹⁷ Anexos Capítulo 2: QUADROS 26 E 27: DIRETORIA DO IHGPSP E MEMBROS DAS COMISSÕES.

outra do Império; ou algum presente importante para o museu do mesmo Instituto.²¹⁸

À exigência estatutária de apresentação de trabalho aos postulantes, para reconhecimento de sua suficiência literária, interpunham-se tanto as ligações políticas de seus membros quanto a necessidade de configurar um quadro razoável de associados. Assim, muitos foram dispensados das exigências de praxe, conforme atesta o relato inicial do Instituto segundo o qual o Sr. Manoel José de Campos foi admitido como sócio efetivo, “dispensadas as provas que exigem os Estatutos”²¹⁹; assim como dos demais “sócios correspondentes os Srs. Manoel de Araújo Castro Ramalho²²⁰, de Pelotas; Candido Emilio dos Santos Falcão, de S. Borja; e Antonio Alvares Pereira Coruja²²¹, do Rio de Janeiro”, embora

²¹⁸ REVISTA TRIMENSAL DO IHGSP, dezembro 1860, ano 1, n.2, v.1. In: (reedição) Revista do IHGRGS, n.100, IV trimestre, 1945, p.201-202.

²¹⁹ Id. *ibidem*, p.180.

²²⁰ MANUEL DE ARAÚJO CASTRO RAMALHO. Jaguarão, RS, 31 ago. 1832; Pelotas, RS, 1903. Farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Farmacêutico em Paquetá, RJ e funcionário da Inspetoria Geral de Higiene. Farmacêutico e laboratorista em P. Alegre. Jornalista em P. Alegre, onde fundou e dirigiu a *Gazeta Rio-Grandense* (dez/1872 - mar/1873) e a *Revista Oceano* (1883-1884). Cientista e Historiador. Pertenceu ao Parthenon Litterario. Usou os pseudônimos de Nemo e Philo Technista (sic). Bibl.: *Revista Científica*, série de artigos, *A Reforma*, P. Alegre, a partir de 16 jun. 1859; *Crônica Mensal*, comentários com o pseudônimo de Nemo, *Revista do Parthenon Litterario*, P. Alegre, n.3, 1873 (sic); *Sinopse de Zoologia ou Estudo Geral dos Animais com Aplicação à Medicina, à Farmácia e à Agricultura*, 1ª Parte, P. Alegre, 1882; *Tratado de Agricultura*, de Columela, traduziu, *Rev. Oceano*, P. Alegre, 1883; *Notícia da Revolução de 15 de Novembro de 1889 no Brasil*, P. Alegre, Tip. Da Agência Literária, 1890. Inédita: *Tratado de Farmácia* (MARTINS, 1978, p.467-468). Algumas informações de Martins sobre a participação de Ramalho na *Revista do Partenon* não conferem com as existentes na obra de Hessel; o pseudônimo Nemo corresponde a João de Araújo Castro Ramalho, e o pseudônimo Philo Technista não consta da relação apresentada por Pedro Leite Villas-Boas. Ver HESSEL, 1976, p.100. A obra de Silva confirma a informação sobre a *Gazeta Rio-Grandense* (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986, p.176).

²²¹ ANTONIO ALVARES PEREIRA CORUJA (1806-1889). Em Porto Alegre, foi discípulo do Pe. Tomé de Souza (desde 1816). Em 1827, diploma-se professor régio no Rio de Janeiro. Exerce o magistério em Porto Alegre de 1827 a 1835. Foi redator do jornal *Compilador de Porto Alegre* em 1831 e Deputado da Assembleia Provincial em 1835. Transfere-se para o Rio de Janeiro no período da revolução de 1835, onde funda e dirige o Lyceu Minerva de 1841 a 1846. Historiador, autor didático, filólogo. Membro do IHGB desde 1839. Autor do *Compêndio de Gramática da Língua Nacional* (1835); *Manual dos Estudantes de Latim: dedicado aos estudantes brasileiros* (1838); *Compêndio de Ortografia da Língua Nacional* (1848); *Aritmética para meninos* (1850); *Manual de Ortografia da Língua Nacional* (1852); *Lições de História do Brasil* (1855); *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1856); *Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre* (1881). Para mais informações e obras ver: MARTINS, 1978, p.158-159; CESAR, 1971, p.133-134; PORTO ALEGRE, 1994, p.139-140.

deva-se mencionar que alguns associados contribuíram com doações de livros e documentos para o acervo da instituição.²²²

Assim, é compreensível que, aos primeiros integrantes dessa nova instituição fosse facilitado o ingresso, tendo em vista que formar o grupo que constituiria o Instituto era mais importante do que avaliar os méritos literários ou o fôlego para pesquisa de seus membros. E neste sentido o artigo 4º do Estatuto facultava o ingresso de sócios honorários, “cujo título será conferido a pessoas que, por sua idade provecta, consumado saber e distinta representação, estejam em circunstâncias de justificar a escolha”.²²³

Não obstante, a instituição projetada desde 1854, para produzir e preservar a memória histórica da Província, iniciada e instalada em fevereiro de 1860, cuja Revista é publicada em agosto e dezembro do ano de inauguração, demonstra a disposição dos letrados em prosseguir e levar a bom termo os objetivos traçados. Ao menos em termos administrativos, o Instituto começava bastante bem organizado com a distribuição das comissões entre os sócios e elaboração dos estatutos. Tais informações são prestadas pelo 1º Secretário, Sr. Francisco de Paula Soares e pelo Orador, Sr. José Antonio do Valle Caldre e Fião, no Relatório dos Trabalhos do Instituto publicado o volume II da *Revista do IHGPSP*, em março de 1861. Nesse ano, a revista literária *Álbum de Domingo* (1860-1861) cessa suas atividades, e começam a circular em Porto Alegre os periódicos *A Ordem* (1861-1865)²²⁴ e *Deutsche*

²²² São publicados no Relatório das atividades do Instituto as listas ou mapas de sócios e dos livros e manuscritos, doados durante o ano pelos sócios. Em 1862, o secretário descreve a situação da biblioteca do Instituto: “Predominam ainda as causas que vos foram referidas no relatório passado de não poder enriquecer-se com o recurso dos fundos do Instituto a biblioteca e museu criados pelos seus estatutos. As despesas incessantes e grandes, com a impressão de seus trabalhos e com o serviço do expediente, absorvem-lhe a sua ainda pequena receita: assim, pois, poucas tem sido as aquisições feitas por este meio, e apenas algumas de sua primeira intuição. Em compensação, porém, não tem faltado ao Instituto o generoso auxílio de beneméritos sócios; e ao pensamento de organizar-se uma biblioteca florecida pelas obras mais especiais sobre estatística, indústria, artes e ciências, é lisonjeiro o mapa das obras este ano ofertadas. A este auxílio espontâneo deve o Instituto o progressivo aumento de sua biblioteca, que já anima a quem se devota ao estudo das ciências indispensáveis a seu fim.” *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.3. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.209, 213-215; e também na *REVISTA TRIMENSAL* de 1863, ano IV, v.4, n.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.123, 1982, p.167.

²²³ *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.201.

²²⁴ *A Ordem* foi dirigido pelo Dr. Manoel Paranhos Pederneiras e, conforme informa Dillenburg, definia-se como jornal “Político, Comercial e Literário”. A redação situava-se “junto a tipografia na rua Nova, nº 48”. Cf. DILLEMBURG, 1987, p.24. *A Ordem* também aparece na listagem de SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986, p.134.

Zeitung (1861-1917)²²⁵, que vêm juntar-se ao *Mercantil* (1849-1865) e o *Correio do Sul* (1852-1868).

Sobre o pequeno volume da edição, o Dr. Caldre e Fião, relator da *Comissão de Redação da Revista*, justifica que não pode contar com a contribuição dos demais comissários nomeados tardiamente.²²⁶ Ao *Prefácio* de Caldre e Fião segue o relato da *Primeira Sessão Aniversária de Instalação no dia 24 de fevereiro de 1861*, cuja solenidade contou, conforme a narração, com a presença de todas as autoridades da Província reunidas no paço municipal.²²⁷

A comemoração se iniciou com a execução do Hino Nacional, pela banda de música do 4º Batalhão de Infantaria, e, entre execuções de variadas peças musicais, foram realizados os discursos do presidente do Instituto, do orador, e a leitura do relatório dos trabalhos do ano anterior, pelo Sr. Francisco de Paula Soares. O Barão de Porto Alegre reafirmou as dificuldades em realizar um “trabalho que estava acima de nossas forças”, combater “a má vontade de alguns” e arcar “com o peso ingente” da construção do edifício da história pátria...

os nossos trabalhos (...) se assemelham aos do lavrador em terra nova que, semeando, espera paciente pela germinação, e depois em tempo mais tardio pela colheita que há de recompensar suas longas fadigas. Temos consciência de ter muito trabalhado, preparando o terreno em que hão de florescer as inteligências futuras de nossos compatriotas no estudo das coisas pátrias e da história dos homens que nela mais hão excedido por seu valor, seus talentos e suas virtudes.²²⁸

Utilizando-se das figuras metafóricas do semeador e do construtor, o general Marques de Souza corrobora o sentido de trabalho pesado e demorado, a ser realizado para que as

²²⁵ Carlos Hoefler era um dos gerentes do *Deutsche Zeitung* até 1863, quando se exonerou devido à repercussão de uma matéria sobre o incidente diplomático entre o Brasil e a Inglaterra (SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986, p.146).

²²⁶ Prefácio. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.49.

²²⁷ Compareceram, além dos sócios e do presidente do IHGPSP, o Presidente da Província, o governador do bispado e o vigário geral, o comandante superior da Guarda Nacional da comarca, membros do consulado, membros da diretoria da Sociedade Beneficência Portuguesa e comissão da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. Cf. *Primeira Sessão Aniversária...* *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.49.

²²⁸ *Discurso do Exmo. Sr. Tenente-General Barão de Porto Alegre, Presidente do Instituto.* *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.51.

gerações futuras possam usufruir o que eles estão fazendo. Suas palavras revelam a plena consciência da importância do registro da história para o futuro. Para esse soldado acostumado aos campos de batalha, a história já foi vivida, já foi realizada, resta agora registrá-la, arquivá-la. O esforço de que fala o general é o da reunião dos documentos para o futuro. A sua geração deve construir o edifício, ou seja, erigir o monumento ou templo que abrigará os registros da história que foi vivida por eles, mas que não lhes cabe interpretar. A escrita da história deverá ser pensada e realizada pela geração seguinte.

A referência ao importante papel desempenhado pela instituição e seus membros no presente é reforçada pela projeção de seu trabalho como legado aos pósteros. Tal compreensão é semelhante à de Jansen sobre o mérito d’*O Guayba* na seara literária sul-riograndense. Esse entendimento, compartilhado pelos precursores d’ *O Guayba* e pelos integrantes do *IHGSP*, remete igualmente às experiências compartilhadas por esses indivíduos interessados em construir não só um legado para os vindouros, mas a sua própria imagem enquanto precursores e desbravadores, que, sujeitos a todo o tipo de carências e obstáculos, não sucumbiram às adversidades para produzir um passado e um futuro, no seu laborioso presente para as jovens inteligências do porvir.

Nesse sentido podemos perceber a relação que esses letrados estabelecem com o tempo histórico, partir das categorias universais propostas por Koselleck – “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” –, assim como o compartilhamento das ações nesse espaço em construção, já que os principais integrantes da redação d’ *O Guayba* igualmente ingressaram no *IHGSP*. A ação é aqui entendida como o modo de atuação no espaço público, isto é, o agir político, conforme o entendimento de Arendt.²²⁹ A escolha dessa definição deve-se às constantes tomadas de posição que esses letrados precisaram manifestar ou defender publicamente, seja em relação às escolhas sobre a recuperação das fontes históricas, ou sobre o modo de sua apresentação, se como registro documental (cópia ou

²²⁹ “Se a essência de toda a ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferente das muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que se engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história), no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe.” (ARENDR, 1993, p.52).

guarda), ou como escrita histórica (historiografia, crônica ou resenha), e até mesmo sobre os silêncios a respeito de determinados assuntos, isto é, sobre o que deve ou não ser recordado.

O entendimento do general Marques de Souza encontrará ressonância no discurso proferido pelo orador, Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião, cuja fala se inicia com as condolências, prossegue com elogios aos demais membros, para em seguida referir-se com otimismo sobre o surgimento do Instituto, desde a primeira e malograda iniciativa em 1854 até a nova tentativa que então se firmava. Então, utilizando-se da retórica de aparente humildade, compartilha das ideias do Barão de Porto Alegre, ao aludir às grandes dificuldades dessa empresa, dos sofrimentos e desânimos, mas reitera a importância da escolha dessa “associação literária” para tratar da história da Província, justificando que “a história resume tudo; narrando a vida da humanidade, ela resenha os seus conhecimentos, a sua marcha nas ciências, na indústria e na literatura”. Mesmo se questionando sobre “as habilitações necessárias para tratar deste grande trabalho”, acredita que o tempo dará a resposta sobre o sucesso de suas tentativas.

E reafirma, como o general, a crença de que sua tarefa é “preparar o terreno” para as “inteligências futuras”, consciente, entretanto, da importância de seu papel por estar entre os primeiros que, “afrontando os maus caminhos”, abriram “a senda que há de levar muitos nomes ao templo da gratidão da pátria”.²³⁰ Aqui repercutem também os posicionamentos conscienciosos de Jansen quanto ao compromisso e contribuição para com o futuro. Tais discursos demonstram, portanto, um desejo de continuidade, ao lado de uma confissão de insuficiência (ou de aparente modéstia), mas, sobretudo, a projeção de um futuro a partir de suas iniciativas, ou seja, um “horizonte de expectativa”, que parte de um passado de precariedades, ancora-se num presente de trabalho árduo e visa a um futuro prenunciador de glórias a serem colhidas por uma geração mais bem preparada.

Caldre e Fião prossegue celebrando o mérito de completar o primeiro ano de existência do IHGPSP e, embora saliente que a instituição rio-grandense ainda não possui a anuência oficial do IHGB, confia numa decisão favorável que coloque o Instituto regional

²³⁰ *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.67.

como membro necessário da instituição nacional, pois assim poderão ter acesso “a documentos que de outra forma não poderíamos ter”, já que, na sua opinião, aquela entidade “os tem em seus arquivos sem grande proveito”, expondo então claramente o objetivo da associação de dispensar o IHGB de hoje em diante “de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros”²³¹. Tal afirmação, se por um lado, pode soar como temerária independência regional, por outro, evidencia o desejo de integrar a história nacional não apenas através da coleta dos documentos históricos, mas também exprimindo a sua compreensão acerca dos eventos relativos à Província. Nesse sentido, Caldre e Fião insiste na importância de estabelecer com o IHGB uma interlocução necessária e valiosa, sobretudo para a troca de ideias entre os homens de letras por meio dessas instituições, e que tal procedimento não implica em “centralizar as forças intelectuais” no sentido de restringi-las ao grupo local, mas

Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar – um ponto luminoso que esclareça tudo na razão da sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o *Instituto Histórico Brasileiro* alguma ideia perniciosa de centralização, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular coisa alguma. (*Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.68).

O tom do discurso de Caldre e Fião carrega uma série de alertas interessantes sobre o que aqui importa refletir, ou seja, as condições de possibilidade para a escrita da história regional nesse período. Primeiro, cabe ressaltar a reiterada ideia de reunião de material de trabalho para as gerações futuras. Deve-se notar, aqui, o esforço daqueles letrados em coligir uma documentação dispersa e escassa sobre os eventos da história regional, por isso uma instituição nos moldes do IHGPSP era tão necessária para recolher e abrigar tal acervo. Em segundo lugar, o cuidado desses letrados em contemplar presenças de distintas posições políticas entre seus membros, bem como a importância da busca pelo reconhecimento do

²³¹ “A união dos homens de letras de uma mesma pátria, e seu concurso, a sua comunicação direta, podem trazer a uniformidade nelas – o que se chama o tipo nacional que ainda não temos. Entre nós há ainda outra vantagem, e que documentos que de outra forma não poderíamos ter podem fornecer-nos essa ilustrada associação, que os tem em seus arquivos sem grande proveito, visto que de hoje avante dispensamo-la de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros.” *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.68.

IHGB como instituição *mater* de tal associação, demonstrando a disposição em não colocar os interesses individuais ou de grupos acima do intuito maior, que era construir para o Rio Grande um espaço para a preservação de sua história, irmanado com os interesses do império. Em terceiro, as ameaças que rondavam tal projeto, explicitadas no discurso de Caldre e Fião que fala de “perigos na acumulação das forças intelectuais”²³² como se isso representasse um perigo político (contra o império), no sentido da formação de um grupo com autoridade para produzir uma história local, ou em “ideia perniciososa de centralização” como uma ideia de união perigosa (com o império), logo, contrária aos interesses regionais.

Entendida desse modo, a reunião das inteligências rio-grandenses sempre poderia representar uma dupla ameaça. Todavia, Caldre e Fião e seus companheiros de associação pretendiam estabelecer a partir do Instituto um meio de comunicação com o restante do Brasil e, sobretudo, com a Corte, que adotasse outros critérios de classificação social. Cabe, portanto, uma discussão mais circunstanciada sobre o propósito da expressão “perigos na acumulação das forças intelectuais”, pois o esforço desses letrados estava concentrado também em construir um espaço apropriado para a escrita e interpretação da história regional, ou seja, um espaço de práticas letradas, uma instituição de produção de saber, enfim, o “espaço de experiência”, conforme a formulação de Koselleck. Vale lembrar que o império brasileiro não tinha muitas instituições letradas espalhadas pelo território para a formação ou o exercício de uma elite letrada no império, além da grande defasagem das demais Províncias brasileiras em relação ao aparato institucional criado na Corte.²³³ O que revela a ausência de interesse do poder imperial em criar nas Províncias instituições capazes de alavancar a educação nas regiões, ou “fortalecer as inteligências locais”.

²³² “Não há perigos na acumulação das forças intelectuais de um povo como há na das administrativas de uma grande e vasta nação: aquelas como as da matéria imponderável tendem a expandir-se enquanto que estas como as da ponderável tendem para um centro de gravitação que único recebe o influxo delas.” *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.68.

²³³ O que havia, então, era a Academia Médico-Cirúrgica, fundada em 1813, e a Academia de Belas Artes, fundada em 1826, ambas no Rio de Janeiro, e as Faculdades de Direito, de São Paulo e Olinda, fundadas em 1827. Em 1834 surge o Atheneu norte-riograndense, em Natal, e em 1837 é fundado o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Em 1838 são fundados o Instituto Histórico e Geográfico e o Arquivo Público do Império. Em Porto Alegre, o Lyceu D. Afonso, inicia seu funcionamento em 1851. Em 1854, surge o Lyceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Em 1860 é fundado o Instituto Histórico da Província de São Pedro, e em 1862, uma congênere no Recife, que desde 1854 já sediava a Faculdade de Direito.

Assim, a formação do IHGPSP a partir do Lyceu D. Afonso denuncia também as precárias condições institucionais em que aquele se estabelece, a despeito da louvável iniciativa dos letrados locais, sobretudo se compararmos a sua criação com a do IHGPe, que se deu a partir dos letrados formados na Faculdade de Direito do Recife. É preciso considerar, portanto, a necessidade que sentiam aqueles letrados de estabelecer outras bases de relacionamento com a Corte, outro modo de se fazer respeitar, de provar suas qualidades em outros campos que não somente os de batalha, enfim, de criar outras possibilidades de compreensão, expressão e de ação, outros “espaços de experiência”, portanto. Nesse sentido, o IHGPSP vinha suprir essa lacuna e talvez funcionar como um lugar a partir do qual pudessem construir, em solo sul-rio-grandense, uma Academia nos moldes das de São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife.

Na mesma ocasião, o discurso proferido pelo Major Paulo José Pereira também confirma o argumento sobre a carência de outras instituições de cunho cultural na Província apoiadas pelo império, pois o recente membro do Instituto lastima que...

esta Província, que tem a fortuna de contar em seus filhos um grande número de inteligências cultivadas, goze há, apenas, um ano, das vantagens que produzem estas associações!

Louvemos, pois, aos ilustres e incansáveis indagadores das causas pátrias, que por suas diligências formaram esta associação; a aqueles que tem enriquecido os arquivos do Instituto com documentos da maior importância e finalmente a todos aqueles que – de um ou de outro modo – compensam o prejuízo causado pela negligência dos nossos maiores.²³⁴

Há, portanto, a reiterada necessidade de criar em solo rio-grandense uma instituição que fomentasse a produção letrada. Mas se considerarmos o alerta lançado no discurso de Caldre e Fião, podemos perceber também a importância política do registro histórico e mais ainda do monopólio de sua interpretação, que até esse momento estava reservado ao IHGB. Deter, então, a posse sobre a escrita da história regional, num momento de afirmação das estratégias de consolidação do estado nacional brasileiro, poderia representar, sim, uma ameaça, principalmente numa Província que produzia tantas lideranças militares para o

²³⁴ *Discurso do Sr. Major Paulo José Pereira, Proferido na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.72.

Império.²³⁵ Embora o discurso de Caldre e Fião esforce-se no sentido conciliador, há uma permanente tensão entre integrar convenientemente a história do Brasil e as resistências internas a esse projeto.

Das questões mais amplas, de ordem política e institucional, passa o orador às de ordem mais particular, louvando as ações administrativas das diversas comissões, como a de *Admissão de Sócios*, que tem facilitado o ingresso daqueles que “nos nossos trabalhos não vem prevenidos”, mas que são presenças importantes “para os serviços da pátria, e não para inglórias e mesquinhas paixões que aqui não cabem.” Ou seja, a seleção de sócios é importante, mas os critérios podem ser relativizados, para que se oportunize uma ampla participação a fim de dar cumprimento aos serviços da pátria.

Declara ainda o seu desacordo com as ideias do Sr. José Marcelino Pereira de Vasconcelos, quanto ao julgamento relativo aos indígenas brasileiros, autor das *Memórias históricas da Província do Espírito Santo*, obra enviada ao Instituto na qual “o autor parece ter seguido o Sr. Vernaghem (sic), que levou o excesso deste pensamento até o aconselhar as bandeiras para a extinção dos selvagens”²³⁶:

O Instituto, eu acredito piamente, pensa como eu, e envidará seus esforços para salvar das ruínas em que jazem os restos dessas nações guerreiras, que lutaram debalde pela liberdade e que hoje, irmãos nos estendem os braços para salvar-nos nas ocasiões difíceis. Digam os que são soldados e que acham presentes, se não é verdade que as lanças indígenas tem vindo em nosso auxilio mais de uma vez; se não é verdade que ao mando de Raphael Pinto Bandeira, Maneco e Loureiro os bravos da raça aborigene não se

²³⁵ Vale lembrar que o pedido de filiação do IHGPSP ao IHGB foi encaminhado em março de 1860. Como não houve manifestação oficial do IHGB, em setembro do mesmo ano, Pereira Coruja solicita um posicionamento, sem, no entanto, obter resposta. Em maio de 1861 é apresentado novo requerimento, e em junho de 1861 o IHGB reformula seus estatutos no tocante às sociedades filiais e, finalmente, concede a filiação ao IHGPSP. LAZZARI, 2004, p.32-33 e BOEIRA, 2009, p.44-45.

²³⁶ “Relevai-me, porém, que eu não deixe sem reparo uma ideia que nela vem exarada e que pode ser aceita na Província em que foi escrita, mas que é uma ofensa à humanidade – e é ela a que equipara o indígena brasileiro à condição e instintos do bruto feroz das selvas. Sois brasileiros, e como eu sentis a injustiça que há neste pensamento, e que só podia ter sido concebida pelo covarde e sanguinário conquistador para desculpar-se ante a maldição dos povos quando a consciência racional o oprimia. Com razão e justiça faz o autor a apologia da Companhia de Jesus, narrando os serviços dela naquela Província, pois como é corrente, nela floresceram os Nóbregas e Anchietas; se, porém, tivesse o ilustrado autor consultado a opinião desses santos varões veria que, como o Padre Vieira, testemunhavam eles o contrário dessa triste ideia e protestavam ante a humanidade inteira contra a ambição e sórdida crueldade dos conquistadores”. *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMESTRAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.69.

tornaram dignos da gratidão do país!?” (*Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.69).

O posicionamento crítico de Caldre e Fião em relação ao modo de apresentação dos indígenas nos escritos historiográficos de Varnhagen e Vasconcelos demonstra uma autonomia interpretativa que poderia, no limite, causar inconvenientes ao IHGB, ou ao menos suscitar contrariedades e disputas. Novamente, portanto, a tensão entre compor e divergir. Tais ambiguidades serão ainda encontradas nas ações que projetam ou propõem os membros ativos do Instituto e as efetivas realizações, como se acompanha ainda na fala do orador ao relembrar os sócios falecidos, tanto o Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, quanto o Comendador Antonio Vicente da Foutoura, sobre os quais informa que o Instituto determinou a escrita de suas biografias. Sobre o último, refere:

Cidadão prestante, bom pai de família, homem que podia prestar-nos muitos bons serviços pelos conhecimentos que tinha dos fatos que presenciou da guerra civil, em que representou um papel importante, tudo concorria a tornar-nos sensível a sua falta, e nós realmente a sentimos. (*Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.70).

Apesar da suposta determinação de escrita dessas biografias, elas não foram realizadas; no âmbito do Instituto, apenas um breve necrológio foi elaborado.²³⁷ O caso de

²³⁷ “NECROLOGIA. Durante o 1º anno social teve o Instituto de lastimar a perda de um membro effectivo o Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Júnior, e de dous commissarios — o de Pelotas, Antônio José Domingues e o da Cachoeira o commendador Antônio Vicente da Fontoura. O Tenente-Coronel Teixeira Júnior fora um dos fundadores do Instituto e dos mais prestantes e assíduos dos seus membros effectivos. Era intelligente e muito versado na historia do payz. Deputado á assembléa provincial, fazia parte do partido liberal, e nelle era muito considerado. O poeta Antônio José Domingues, antigo professor de latim, era um verdadeiro litterato e poeta. Seus escriptos são dignos de ler-se — e sobre tudo suas poesias tem tanta harmonia e doçura que encantam e arrebata. No ultimo quartel da vida nada perdera dos perfumes de sua imaginação brilhante, e foi, póde-se assim dizer no meio de seus cânticos que deu a alma ao Creador. O commendador Antônio Vicente da Fontoura era um nome histórico. Fora elle o commissario enviado ao Rio de Janeiro pelos dessidentes desta província em 1845 para negociar a paz que deu fim á guerra civil que talara nossos campos durante a época que decorreu de 20 de Setembro de 1835 e aquelle anno. Recolhido ao município da Cachoeira, onde na cidade deste nome se entregava ao comercio e á gerencia de seus negócios, era tão respitado e amado do povo, que podia dizer-se que os negócios polítics dessa parte da província dependiam do seu arbítrio, sempre justo e benefico. O partido que guerreava as suas idéas temia-o como a homem prestigioso que era — e foi na occasião que se procedia a eleição municipal, em 7 de Setembro de 1860, que a mão armada do sicário e dentro do templo do SENHOR, ousou total-o dando-lhe a morte que poucos dias depois verificou-se. O INSTITUTO manda as suas

Vicente da Fontoura é exemplar no sentido das dificuldades contemporâneas de proceder à análise dos documentos, pois o Comendador deixou um diário (ou diários) sob a forma de cartas à esposa, relativas ao período de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Estas foram parcialmente publicadas, entre 1910 e 1912, no *Almanaque Literário Estatístico do Rio Grande do Sul*, de Alfredo Ferreira Rodrigues, editado em Rio Grande (FONTOURA, 1984). Portanto, além de testemunha dos eventos da guerra civil e das negociações de paz, ainda deixou escritos desses acontecimentos. Nesse sentido, esse não aproveitamento revela sobre as impossibilidades de escrita de tais episódios. Ainda que existisse uma verdadeira preocupação com a reunião, guarda e conservação de documentos referentes à história da Província, já que Caldre e Fião também se refere à condição de “pobreza do Arquivo” da Instituição e sobre o pedido de auxílio feito à Assembleia provincial no sentido de melhorar seu acervo, o trabalho de escrita da história com base nos documentos não foi realizado.

Após a fala do orador, seguiu-se a execução de outra peça musical, e passou o 1º secretário, Sr. Francisco de Paula Soares, a apresentar um relatório dos trabalhos do Instituto durante o primeiro ano social de 1860-1861. Fez uma breve retomada sobre os principais eventos da organização do Instituto e salientou os motivos que mobilizaram “alguns cidadãos” ao ato de sua criação, por desejarem ser “úteis a nossos concidadãos, compilando os fastos gloriosos de nossa história pátria, investigando e estudando as particularidades geográficas de nossa Província, ainda ignoradas”²³⁸. Além disso, louvou cada um dos integrantes da primeira mesa diretora da instituição, assim como “a dedicação e boa vontade” daqueles que elaboraram seus estatutos e as pequenas alterações realizadas na redação original, lembrou os associados falecidos, saudou os substitutos e informou sobre a escolha dos sócios honorários e correspondentes. Relatou ainda sobre a realização das reuniões sendo “dezoito seções ordinárias e três reuniões de assembleia geral” e sobre o encaminhamento da solicitação de filiação do IHGPSP ao IHGB.²³⁹

lagrimas orvalhar os sepulchros ainda recentes dos membros que perdeu”. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.242-243.

²³⁸ *Relatório dos Trabalhos do Instituto durante o Primeiro Ano Social de 1860-1861, feito pelo 1º Secretário do mesmo – Sr. Francisco de Paula Soraes. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.52.

²³⁹ *Id. ibidem*, p.54.

Sobre a *Revista Trimensal* informou que o contrato de impressão foi firmado com a gerência do periódico *Conciliador* (do qual Caldre e Fião era redator e proprietário), pela quantia de 62\$000 (sessenta e dois mil réis) por um folheto contendo 48 páginas de impressão, para o qual o Instituto forneceria o papel para folhas e capa. Infelizmente, não há menção sobre a quantidade de exemplares que deveriam ser impressos. Informou também sobre a aquisição de manuscritos, citando os associados doadores, e declarou “que esses manuscritos não são quase todos publicados na *Revista Trimensal*”.²⁴⁰

Em relação aos *Trabalhos Históricos*, Paula Soares é muito preciso quanto a sua necessidade e importância, revelando as principais preocupações desses letrados com o modo de proceder à coleta, o registro e o exame das fontes históricas, neste sentido ele assevera:

Narrar os fatos passados, investigar as causas que os motivaram, esmerilhar todas as suas consequências são trabalhos que requerem um prolongado estudo e conhecimentos mui variados, não só das ciências fundamentais, auxiliares e acessórias, inseparáveis da história, como também das fontes verídicas d'onde esses fatos devem ser tirados. *De todos estes estudos, aquele a que em primeiro lugar o historiador deve prestar a maior atenção é indubitavelmente ao do exame das fontes históricas, para nelas procurar o que há de verdadeiro, compilando os documentos, e cotejando-os; sem este estudo a narração histórica peca por sua base, ou mais propriamente falando não a tem.* Cômicos desta verdade os membros do Instituto se têm esmerado em coligir os documentos que jazem esparsos pelas diferentes localidades desta Província, e tem resolvido compulsar os arquivos das diversas repartições públicas, certos de que não poderão deixar de obter a necessária coadjuvação da parte das autoridades. (*Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.56, grifos meus).

Através desta circunstanciada explicação sobre os procedimentos e cuidados para realizar a escrita da história, percebe-se que aos letrados rio-grandenses não faltava a preocupação com o rigor metodológico envolvido no ofício historiográfico. Tinham plena consciência e convicção da necessidade de reunir a documentação oficial sobre os eventos, conforme o entendimento vigente no século XIX. Tal entendimento, de certo modo, justifica a ausência de uma escrita efetiva da história regional, pois esta só seria possível após a adequada reunião das fontes documentais; também por isso os reiterados discursos sobre a

²⁴⁰ *Id. ibidem*, p.55.

preparação de um terreno que deveria gerar frutos para a geração vindoura, esta sim, estaria encarregada de “narrar os fatos passados, investigar as causas que os motivaram, esmerilhar todas as suas consequências” produzindo, então, para a Província uma memória legitimada pela historiografia. Portanto, não houve nem desconhecimento quanto aos procedimentos que envolviam a escrita da história, inclusive em relação às ciências auxiliares da história. Tampouco faltava aos letrados, principalmente os professores do Lyceu, experiência na escrita ou edição de obras, já que muitos foram autores de obras didáticas, assim como não faltavam as condições materiais de produção desses escritos históricos, pois tipografias e leitores existiam com suficiência nesse período.

Por outro lado, o secretário reitera as palavras de Caldre e Fião, ao confirmar a determinação do Instituto em publicar as “biografias dos varões que por seus feitos gloriosos se hão tornado ilustres” a fim de “fornecer preciosos esclarecimentos sobre os fatos duvidosos de nossos anais, e descobrir outros ainda totalmente ignorados”. E ao louvar a dedicação do “infatigável consócio” Dr. Ubatuba, encarregado da transcrição das atas de instalação das cidades e vilas da Província, trabalho que consiste “em uma exposição de todas as resoluções tomadas pela Câmara Municipal da Capital, desde sua translação da Vila de S. Pedro (hoje Cidade do Rio Grande) para o arraial de Viamão (hoje Capela) até nossos dias”²⁴¹, Paula Soares sugere ainda que os comissários da Cidade do Rio Grande sejam encarregados de uma igual compilação do arquivo daquela Câmara, pois

além de obtermos esclarecimentos mui importantes sobre as resoluções dessa corporação *durante a guerra civil*, conseguiremos saber as dos anos anteriores a 1768, época em que principia o trabalho do Dr. Ubatuba, e quiçá possamos obter alguns dados desde 1737, ano em que o estabelecimento dos primeiros habitantes daquele ponto, visto a precipitação com que se retiraram as autoridades da dita Vila de S. Pedro para o arraial de Viamão, na ocasião da invasão de um numeroso exército espanhol comandado pelo General D. Pedro Cevallos, não permitiu que consigo trouxessem os arquivos. Esta medida é tanto mais conveniente quanto desses dados poderemos também colher mais alguns esclarecimentos sobre as primitivas povoações do Estreito e das margens da Lagoa dos Patos *sobre as quais tanto a história como as memórias não nos satisfazem como se deseja* e desse modo poderíamos com vantagem empreender o trabalho que havíamos premeditado acerca dos primitivos habitantes europeus nesta Província. (*Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.57, grifos meus).

²⁴¹ *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.56.

Neste trecho podemos observar os principais temas sobre a história da Província, que mobilizavam a atenção dos membros do Instituto. Paula Soares menciona a importância de esclarecimentos sobre os atos administrativos ocorridos durante a guerra civil na Câmara de Rio Grande, que resistiu às ofensivas dos farroupilhas e permaneceu sob o governo legalista. Há também a reiterada necessidade de apurarem os registros mais antigos sobre a povoação do Rio Grande de São Pedro, recuando a datas anteriores às pesquisas do Dr. Ubatuba, que revelam a preocupação em recolher informações sobre as primitivas povoações instaladas às margens da Lagoa dos Patos e arredores.

Seu relato evidencia ainda os elementos balizadores dos interesses desses letrados que estão pautados, principalmente, na investigação acerca das origens do povoamento da Província e sobre o período da guerra civil. Além disso, com relação ao entendimento contemporâneo sobre modo de registro historiográfico, cabe ressaltar a diferença que Paula Soares estabelece entre “as memórias” e “a história”, que no caso específico dos primitivos habitantes, nem uma nem outra os satisfazem. E já que a clivagem estabelecida indica uma distinção metodológica, isto é, que as memórias permanecem nos remanescentes vivos dos tempos passados e a história é o que resta nos vestígios, principalmente nos documentos relativos aos eventos, então com respeito à publicação das biografias dos homens ilustres; e considerando-se a importância que a fonte documental já havia adquirido neste momento, mas, ao mesmo tempo, a carência dessas fontes, tais narrativas seriam perfeitamente possíveis através da recuperação dos relatos, ou seja, “das memórias” dos envolvidos com os biografados.

Entretanto, convém questionarmo-nos sobre as dificuldades de aproveitamento desses relatos, já que o trauma da guerra pairava sobre aqueles homens e sobre a sua responsabilidade em manter uma ordem tão duramente conquistada. Nesse sentido a queixa de Caldre e Fião sobre a perda do testemunho de Vicente da Fontoura por seu falecimento teve um significado apenas simbólico, pois outros, como ele membros do Instituto, estariam em iguais condições, habilitados a prestar os esclarecimentos necessários sobre os acontecimentos da guerra. Resta indagar como e sob quais circunstâncias esses relatos seriam realmente

aproveitados.²⁴²

As guerras demarcam períodos históricos, as guerras têm tingido com cores diversas as paisagens e os povos através do tempo, e as guerras assinalam marcas profundas na vida dos que as sofrem. Walter Benjamin lembrava o silêncio dos contemporâneos que voltavam do front na Primeira Grande Guerra. Para Benjamin, a guerra não aniquila apenas as vidas, ela destrói a capacidade narrativa porque anula “a faculdade de intercambiar experiências”, pelas cruzeiras que evocam. Uma guerra civil que divide famílias, amigos e vizinhos, é ainda mais cruel porque permanece destruindo laços afetivos enquanto permanecem as lembranças de sua destruição. Nesse sentido, o que a guerra teria a ensinar, qual o seu sentido pedagógico senão o de trabalhar arduamente para evitá-la? Aos homens envolvidos com a preservação da memória histórica da Província restava o dilema de, por um lado, exercer o direito de escrita dessa história e, por outro, as dificuldades que implicavam em sua rememoração.²⁴³

Em abril de 1862 é publicado o quinto exemplar da *Revista do IHGPSP*, registrando então os principais acontecimentos da *2ª Sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862*, que ocorreu no salão da Câmara Municipal de Porto Alegre.²⁴⁴ Conforme a praxe o Barão de Porto Alegre, reeleito Presidente do Instituto Histórico Geográfico rio-grandense, fez o discurso de abertura ressaltando o esforço dos que participavam dessa empreitada, pois lutava a associação “contra o frio da descrença, as preocupações da quadra; as recordações de uma tentativa abortada; e as desconfianças que acompanhavam sempre toda empresa nova.” À

²⁴² A dificuldade na escrita da história de acontecimentos traumáticos recentes não é exclusividade de nenhuma época em particular. É um embate constante dos historiadores, que atualmente é-nos bastante próxima pela celeuma em torno da abertura dos arquivos do Regime Militar no Brasil, mesmo com a grande mobilização de instituições de todas as esferas de atuação da sociedade. Isso demonstra o quão melindrosas são as questões referentes aos atos de violência perpetrados pelo Estado, ou em nome do Estado, contra seus próprios cidadãos em qualquer tempo histórico.

²⁴³ Cabe destacar o esforço de Domingos José de Almeida e Karl Von Koseritz na publicação da História da Revolução Farroupilha no jornal *O Brado do Sul*, das constantes menções de Almeida a memória de Bento Gonçalves e o empenho em recolher material documental para realizar sua escrita. A posição de Domingos José de Almeida em relação ao IHGPSP ainda merece uma pesquisa específica que avalie suas interlocuções e disputas.

²⁴⁴ “Data em que reuniram-se no salão da Câmara Municipal de Porto Alegre, o Presidente e demais membros do Instituto, o Presidente da Província, da Câmara Municipal, cônsules de França e Portugal, o comandante da Escola Auxiliar, chefe de Tesouraria da Fazenda e demais cidadãos, para a cerimônia de celebração do segundo aniversário da instituição”. Cfe. *2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.205.

extensa lista de dificuldades acrescentou ainda que estiveram, durante todo o trabalho desenvolvido até aquele momento, “sós e desajudados de todo o favor e influência pública” e, no entanto, os modestos esforços realizados deverão contribuir para “conservar às gerações futuras os grandes feitos de nossos bons maiores”.

É interessante notar que o Barão afirma que os membros do Instituto estão “sós e desajudados de todo o favor e influência pública”, seja por não usufruírem da proteção governamental, seja pelo fato de ainda não serem reconhecidos pelo IHGB. Entretanto, apesar de se constituir em instituição associativa de cunho privado, o IHGPSP conta com a presença de muitos homens públicos, não apenas servidores públicos, como no caso dos professores, mas também militares, políticos e jornalistas; enfim, letrados influentes na sociedade sul-rio-grandense que poderiam empenhar mais seu prestígio para a consolidação e aprimoramento do Instituto. Além disso, espaços institucionais públicos foram utilizados para as reuniões da associação desde a sede do Conselho Diretor de Instrução Pública até a Câmara Municipal, na qual se reuniam para comemorar o segundo aniversário do Instituto. Isso indica, de algum modo, o quanto esses homens, por um lado, queriam fazer parte de uma instituição desse tipo, e por outro, não estavam envolvidos ao ponto de superarem antigas divergências, sobretudo, políticas.²⁴⁵ Assim, o que se percebe é que os professores do Lyceu continuam integrando maciçamente as comissões. E ao que parece, nenhum outro membro supera os trabalhos do incansável Dr. Ubatuba, relator da *Comissão de Pesquisas de Manuscritos e Documentos*, que transcreve uma série de documentos oficiais do século XVIII referentes aos atos administrativos da Província (certidões, ofícios, ordens, reclamações dos habitantes de Rio Grande sobre impostos exorbitantes etc.).²⁴⁶

A fala do Presidente, entretanto, reitera que a nobre missão dos homens envolvidos nessa associação de letrados deve ser a de escrever

²⁴⁵ Deve-se considerar, todavia, a possibilidade de que muitos de seus integrantes participavam da instituição apenas pelo prestígio que lhe emprestava o nome do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Isto significa, segundo Lazzari (2004,p.61., “que para a maioria a vaidade e conveniências políticas se sobrepuseram à efetiva disposição em dedicar seu tempo à pesquisa e escrivinção de uma história oficial rio-grandense e brasileira”.

²⁴⁶ *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, outubro 1861, ano 2, n.2, v.2. In: (reedição). *Revista do IHGRGS*, n.101, I trimestre, 1946, p.93-100. Nesta edição são publicadas notas sobre matéria administrativa do Rio Grande do Sul referentes aos anos de 1723, 1738, 1739, 1751, 1760, 1764, 1769, 1773, 1777, 1780, 1801, 1803, 1808, 1809, 1811, 1812, 1813, 1816, 1818 e 1821.

as biografias dos mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense; e essa obra, quando a terminardes, quando reunida numa só grinalda tiver tecido a mais bela coroa da nossa terra, terá, só ela ilustrado também o vosso nome entre os mais beneméritos da Província.²⁴⁷

Permanece, portanto, a ideia de *historia magistra vitae*, ou seja, é pelo registro das vidas dos *grandes homens*, dos *heróis*, “dos mais ilustres varões” que deve ser construído o modelo de conduta a ser seguido, tendo como base os feitos militares. Afinal, como as letras ainda não tinham consolidado o seu valor na Província, é razoável supor que os “ilustres varões” a serem biografados são aqueles devotados às armas, que participaram do “heróico exército”, de “impertérrita coragem”, de “ânimo inapeável”, que, repleto de virtudes, “soube vencer os quase invencíveis lusitanos”. Nesse breve arrolamento de atributos, vê-se a necessidade que esses “obscuros soldados” sentiam de verem-se representados no panteão das glórias nacionais. Perpetuar, portanto, a memória desses bravos era a missão dos sábios letrados do Instituto histórico regional, segundo a crença e o desejo do Presidente militar da instituição, que parece indicar também os anseios dos demais “obscuros homens de espada” integrantes do IHGPSP.²⁴⁸

O problema, no entanto, continua a ser sempre o mesmo afinal quais os soldados, quais os heróis, quais homens de espada serão selecionados para serem inscritos na memória

²⁴⁷ Cfe. 2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.205-206. Há, entretanto, uma ressalva no capítulo IV, dos Estatutos do Instituto a respeito da produção dessas biografias, no Art. 29: “SE existirem sócios que desejem ler algumas memórias interessantes, participa-lo-hão ao 1º secretário para este prevenir o Presidente, que dará a palavra aos autores das memórias cada uma das quaes não poderá estender-se além de meia hora. Porém nenhum trabalho, ou memória poderá ser apresentado e lido em sessão pública, sem que antes seja submetido a uma comissão de exame para isso nomeada, e que terá voto decisivo sobre a conveniência ou inconveniência da leitura”. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, agosto 1860, ano 1, n.1, v.1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.100, IV trimestre, 1945, p.206.

²⁴⁸ “Como me ufana esta ideia, senhores, e quanto me honro de haver partilhado dela! *Homem de espada*, gasto no rude, em que glorioso, mister da guerra o tempo que houvera devido dar a mais amplo cultivo da minha acanhada inteligência, eu não vos pude trazer mais que as animações de uma alma afeita a entusiasmar-se com a ideia da pátria, e a firmeza de quem aprendeu nas duras provações dos campos a não sucumbir às dificuldades. A vossa bondade disse-me que era muito, e quis honrar nas câs do mais *obscuro soldado* da Independência as tradições daquele - *heróico exército*, de que eu vos poderia contar a *impertérrita coragem*, o *ânimo inapeável*, e as virtudes com que *soube vencer os quase invencíveis lusitanos*.” Cfe. 2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.205-206. (grifos meus)

histórica sul-rio-grandense? E é ainda o discurso do general Marques de Souza que aponta para essa demarcação, ao afirmar os diferentes compromissos de cada geração com seu tempo:

Coube-nos a nós, homens da geração passada, uma bem formosa missão; a vós, senhores, que florões do presente vedes luzir o futuro, a vós pertence-vos continuar nossa obra, e conservar na sua memória as formosas lições que ela vos lega. (*Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.206)

No discurso o general refere-se às lutas pela independência e pela manutenção das fronteiras, citando “Monte Caseros” como o desfecho de um ciclo. Todavia, sua fala aponta também uma curiosa advertência acerca das realizações de cada geração, conforme já se havia apontado anteriormente; ou seja, que à sua geração coube realizar os feitos que se tornaram fatos históricos, e que à geração presente cabe registrá-los e sancioná-los, a fim de conservar a memória dos *grandes homens* do passado e suas “formosas lições” de vida.²⁴⁹ Portanto, a tarefa reservada aos letrados do presente é, através da escrita da história, integrar as experiências dos homens de armas do passado produzindo significados que permanecerão para as próximas gerações, como perspectivas futuras de honra a essa memória. Segundo a concepção do general Marques de Souza, a possibilidade de escrita da história no presente está relacionada aos atos de bravura dos homens do passado, e que estes devem ser reconhecidos pelos pósteros por sua gloriosa e exemplar participação na construção da história de todos os rio-grandenses.

Assim, a história que os integrantes do IHGPSP deveriam narrar precisava contemplar esse passado de lutas heroicas na defesa dos interesses do Império do Brasil, ressaltando o papel dos bravos combatentes rio-grandenses e, ao mesmo tempo, disciplinar e controlar esse passado a fim de elidir da memória em construção os eventos que ameaçassem o projeto político de conciliação, como a guerra civil farroupilha e seus integrantes.

Ao finalizar o discurso, o presidente do Instituto roga ao presidente da Província que não negue à “nascente associação a proteção pública de que careça”; e que quando

²⁴⁹ "Vede: abre-se no campo glorioso do Ipiranga, com o grito marcial do Rei-libertador, para fechar-se nas sangrentas quebradas de Monte Caseros, aos vitoriosos da ordem e da liberdade sobre a anarquia e o despotismo." *Id. ibidem*, p.206.

oportunamente relatasse a S. M. o imperador essa reunião, dissesse que “esteve no meio de uma reunião de Rio-Grandenses que, desvividos pela história pátria, achavam em cada página desta um novo título de gratidão e amor para com a excelsa Dinastia do Imortal Fundador do Império.” (*Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.206).

Entretanto, o tom conciliador, humilde e tributário da proteção real no encerramento do discurso do Presidente, que buscava justamente elidir divisões ou contradições, manifestasse de maneira diversa na fala do 1º secretário Sr. Dr. João Luiz d’Andrade e Vasconcellos. Este, embora louve “o exemplo de dedicação e amor” do presidente-fundador, ao expor sobre a *Organização do Instituto*, seu discurso revela ainda outros obstáculos além da descrença e desconfianças em torno da associação, pois declara:

Não era fácil a empresa. A prevenção que facilmente encara com desfavor as obras da dedicação patriótica, buscava a esta outra fonte menos airosa e pura explicando-a por conveniências de ocasião, e como parte de combinações políticas. Não negamos até certo ponto. O Instituto não era um meio para chegar a um fim político qualquer: mas não se lhe pode negar uma influência necessária, que precisamente há de ter não só na política como em todo movimento social tendente ao engrandecimento da Província. (*Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.207).

O discurso do secretário, portanto, não menospreza os interesses políticos que cercavam a instituição e, embora saliente que não fosse este o seu fim último, “não se lhe pode negar uma influência necessária”, tampouco ignora a participação de alguns por “conveniências de ocasião”. O que nos importa aqui é pensar sobre os imbricamentos entre política e história. Retomo aqui a reflexão sobre o ato de criação do Instituto, que se deu na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, marcando assim uma vinculação institucional entre lugares de produção de saber por homens ligados tanto à política provincial quanto às instituições de ensino; além disso, uma parcela significativa dos sócios exercia cargos ou mandatos políticos.

Nos diversos discursos e relatos até aqui apresentados, há muitas evidências de que o Instituto e seus membros não se colocaram à margem do poder público. Ao contrário, buscaram em vários momentos essa aproximação. De certa maneira, uma atitude correlata à da instituição *mater*, o IHGB, que tinha a proteção do Imperador em pessoa. Também já se

destacou as questões relativas às disputas internas em face da divisão não resolvida desde a guerra civil, assim como às externas, relativas ao monopólio do IHGB em produzir “a” escrita da história.²⁵⁰

O que se acompanha nesse desenvolvimento é que a escrita da história está não apenas sujeita aos efeitos dessas fissuras políticas, que implicam em disputas pela memória a ser registrada, mas também a necessidade de vinculação ao poder político. Pois constituir um espaço para a prática historiadora sob o olhar atento do poder legalmente instituído confere à instituição a credibilidade necessária para a sua legitimação social, assim como aos seus membros, ao mesmo tempo em que suas produções tornam-se oficiais, tal como indica Guimarães:

A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural. (GUIMARÃES, 2003, p.23).

O que o discurso do secretário Dr. João Luiz Andrade de Vasconcellos nos apresenta é, novamente, a possibilidade de vislumbrar as dificuldades de constituição desse espaço de prática letrada na Província do Rio Grande de São Pedro, tão carente de instituições que dessem condições para isso. Entre os muitos problemas enfrentados por esses homens de letras, de armas e da política está, justamente, o de constituir esse espaço a partir de si mesmo, ou seja, como não havia uma Academia ou Faculdade que proporcionasse o surgimento desse tipo de associação, ela contou apenas com a boa vontade dos homens envolvidos nas demais esferas letradas da sociedade. Em função disso, sua proximidade com o poder como estratégia

²⁵⁰ A pesquisa de Boeira (2009, p.45) revelou que “na *Revista do IHGB* há um grande número de páginas dedicadas ao Rio Grande do Sul, sendo a segunda Província com mais artigos a seu respeito publicados (51 referências sobre o Rio Grande divulgadas no periódico nacional, atrás somente do Rio de Janeiro, que registra 68 estudos publicados nos 52 tomos editados entre 1839 e 1889).”

de sobrevivência institucional acabou minando as possibilidades de uma efetiva escrita da história em uma Província dividida internamente, devido às cicatrizes da guerra civil.

Nesse sentido, estabelecer uma instituição que deveria produzir a memória regional, à sombra do poder monárquico, criava embaraços de toda ordem no momento de apresentar argumentos de patriotismo, seja elidindo dessa narrativa a facção que “*perdera*” a guerra ou alegando a ausência de documentos em função do conflito interno. Outros embaraços podem ser percebidos nos discursos do presidente e do secretário, pois se o primeiro lamenta que os sócios “sós e desajudados de todo o favor e influência pública” deram prosseguimento aos trabalhos do Instituto, o segundo agradece a presença do presidente da Província, e reafirma o interesse do governo em acompanhar “o adiantamento dos estabelecimentos científicos”. Sinaliza, portanto, o desejo de ambos no acompanhamento da produção dessa memória a fim de angariar, além da simpatia, a contribuição e o favorecimento públicos.

Além disso, as prevenções de Caldre e Fião quanto às ameaças que pairavam sobre o projeto do Instituto, no sentido dos “perigos na acumulação das forças intelectuais” na Província por um lado, ou da “ideia perniciosa de centralização” como aliança com o império, por outro - que correspondem ao dilema de integrar convenientemente a história nacional, conservando as características particulares da história regional -, repercutem novamente na fala de Andrade de Vasconcellos, quando este alude aos possíveis boatos desairosos que rondavam a associação, “explicando-a por conveniências de ocasião, e como parte de combinações políticas”. Há, portanto, reiteradas declarações sobre as desconfianças em torno do Instituto, de seus membros e, sobretudo, de seu projeto de produzir “*uma*” história para a Província.

Justamente aqui nos deparamos com o entendimento de história desse período, ou seja, não há espaço para produções de versões, interpretações divergentes ou complementares sobre a história. O que existe é a busca pela “*verdadeira história*”, “*a única*” capaz de revelar “*o modelo da gente rio-grandense*”, tudo sempre no singular. Isto implica na construção de um discurso unívoco, de um discurso vitorioso que se impõe e acaba encobrindo o percurso

que o levou à vitória e silenciando as lutas travadas em torno dessas memórias²⁵¹, tal como explica Guimarães; ou, como no caso de nosso Instituto Histórico regional na interdição, na impossibilidade de produzir uma escrita adequada da história, e assim construir outra identidade e outra memória sul-rio-grandense, conforme era a expectativa e, talvez, o propósito desse grupo de letrados. Estes, conforme as palavras do secretário, para cumpri-lo precisavam recolher “esses mil nada, que passam despercebidos dos contemporâneos; porém, sobre os quais a história formula às vezes todo o caráter e a vida de uma época”.²⁵²

Nesse sentido, referindo-se ao trabalho de pesquisa realizado então, o secretário registra que as comissões incumbidas “de coligir e metodizar os fatos que possam iluminar-nos sobre a história da Província” têm encontrado muitas dificuldades, dado o “pauperismo dos arquivos das repartições”, e salienta que a falta de informações só não é absoluta por causa dos registros realizados pelo conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Câmara e pelo Visconde de São Leopoldo.²⁵³ Além disso, apresenta sumariamente uma classificação sobre “as três grandes divisões da história da Província”, as quais se dedicam os membros da comissão de *Trabalhos Históricos e Geográficos*, “a comentar os fatos desordenados, tais quais se pode conhecer de um ou outro documento, historiando a série desde suas primeiras povoações até à época do seu primeiro governador, desta à da organização da sede presidencial, e a última até nossos tempos”. Desse vasto leque, o secretário informa que foram publicados na Revista do Instituto os documentos referentes à primeira parte dessa classificação.²⁵⁴

Finalizando o relatório das iniciativas referentes aos trabalhos históricos, o secretário faz ainda uma breve homenagem ao Visconde de São Leopoldo por sua contribuição à

²⁵¹ Novamente cabe a lembrança do esforço de Domingos José de Almeida em recolher documentos, escrever e publicar a história da revolução rio-grandense no *Brado do Sul*, contrariando muitos interesses, que culminaram em agressões a Koseritz e em disputas públicas com *O Conciliador* de Caldre e Fião.

²⁵² 2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.207.

²⁵³ A publicação dos *Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Antonio Manoel Correa da Camara*, que foi oferecido ao Instituto pelo Sr. Capitão José Antonio Correa da Camara, se inicia no primeiro exemplar da *Revista do IHGPSP* em 1860, e continua até 1863, sem, entretanto, haver finalização. *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.210. Sobre a importância dos trabalhos estatísticos realizados por Correa da Camara, ver: SENRA, 2006, p.103-117.

²⁵⁴ *REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.210.

história da Província, e anuncia a aprovação da proposta de um dos sócios de que seja o seu retrato colocado na sala das sessões do Instituto, a fim de que, por essa “homenagem tão justa, quanto merecida e bem cabida”, a sua efígie possa “assistir ao progresso da obra para que lançou a pedra fundamental”. Também anuncia “para muito breve a aparição de uma obra de grande alento na História da República Jesuítica do Paraguai”, escrita pelo ilustrado membro do Instituto o Sr. cônego João Pedro Gay, que pretende publicar também uma gramática da língua guarani, “obra e estudo de muitos anos, e do feliz achado de intérpretes e memórias que o habilitaram para levar a efeito não só esta como a antecedente”.²⁵⁵

Cabe ainda um último registro acerca das produções dos sócios e dos projetos a que se propunham. Após a fala do 1º Secretário, tomou a palavra o Sr. Tenente Coronel Felipe Bethbezé d’Oliveira Neri, que assumiu a tribuna na falta do orador oficial Dr. Caldre e Fião. Seu discurso, embora pareça bastante circunstanciado a respeito de uma série de fatos relativos à Província, não foi publicado na íntegra; todavia, o que nos interessa particularmente são suas referências sobre as obras publicadas por sócios do Instituto, referindo-se à “história da república do Paraguai pelo padre Gay; os quadros históricos do Sr. Raposo de Almeida; a nova gramática latina do Sr. Carlos Hoefler; e por último, a refutação da pouco fiel e apaixonada relação da desastrosa jornada do Rosario pelo Sr. brigadeiro Machado d’Oliveira entre mãos do Sr. Miguel Meyrelles”. Por fim, recordou o falecimento do sócio João Vespúcio de Abreu e Silva.

O breve registro acerca das produções bibliográficas dos sócios nomeados por Oliveira Neri chama a atenção, porque reitera a existência de condições materiais e de pessoas habilitadas a tais produções. Portanto, é importante insistir nessa situação a fim de melhor avaliar a questão do desejo de escrita da história sobre os eventos da guerra civil. Afinal, o tema da guerra causava tantos embaraços que impossibilitou, senão a escrita, a sua publicação no âmbito da instituição criada para tal fim. Nesse sentido, convém mencionar que não há qualquer nota ou menção ao livro *Synopsis ou Dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, publicado, em 1845, pelo general José Ignácio de Abreu e Lima em Pernambuco, no qual constavam muitas notas sobre os eventos da guerra civil.

²⁵⁵ *Id. Ibidem*, p.210-211.

Tal omissão, de certo modo, reitera as já aludidas dificuldades contemporâneas ao tratamento do tema da guerra. Além disso, deve-se ressaltar que o principal embaraço era ainda a resolução do conflito, ou seja, a guerra foi finalizada sem que se houvesse declarado nem rendição, nem derrota militar; portanto, não havia o reconhecimento de um vencedor, já que os termos do acordo assinado pelos chefes militares foram adaptados a fim de conciliar os interesses envolvidos.²⁵⁶

Caso houvessem publicado os excertos da *Synopsis* de Abreu e Lima sobre a Revolução, os membros do Instituto seriam colocados em situação extremamente delicada, senão trágica, pela precária estabilidade na qual ainda movimentavam-se esses homens, seja no Instituto ou fora dele, diante dos acontecimentos da guerra e de seus participantes. Afinal, como se manifestaria o *grupo republicano* ao serem designados como “caudilhos rebeldes” ou “chefe rebelde”, tal como se referiu Abreu e Lima a Bento Manoel Ribeiro, ao narrar os eventos de 1835, e David Canabarro, em 1839, ou sobre a menção de “anistia geral para todos os crimes políticos” na primeira proclamação do Imperador-menino, dirigida “aqueles súditos descarreados” que cometiam “iniquidades e desatinos” (LIMA, 1983, p.358,366, 370-371). Entretanto, ao referir-se outra vez a Bento Manoel, no combate de Ponche Verde em 1843, verifica-se a utilização de sua patente militar. Abreu e Lima chama-o “brigadeiro”, já que luta ao lado das tropas imperiais nesse momento, e vence “os chefes rebeldes”, que, além do maior número de combatentes, ainda contavam com “alguns orientais comandados pelo caudilho Santander”.²⁵⁷

Nesse sentido, cabe mencionar uma discussão que já desenvolvi sobre o tratamento de “rebeldes” dispensado aos farroupilhas pelos imperiais, e cuja designação recusavam veementemente, conforme se acompanha em artigo publicado na revista literária *Arcádia*, periódico publicado em Rio Grande e em Pelotas que circulou entre 1867 e 1869, que registra

²⁵⁶ A questão sobre a derrota ou a vitória, no sentido de definir a quem cabe o monopólio da produção da história, é um dos tantos aspectos controversos da guerra civil dos rio-grandenses, já que, com a ampla anistia concedida pelo Imperador no Acordo de Paz, não existem culpados nem inocentes. O que sobra é uma imensa lacuna jurídica que será apontada e discutida por Araripe, quando este escreve o seu histórico da *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, mas isso só acontecerá em 1881. (ARARIPE, 1986 (1881), p.221-226). Sobre vários aspectos dos termos do acordo de Ponche Verde, ver: WIEDERSPHAN, 1980.

²⁵⁷ “Nesta ação, reunidos quase todos os chefes rebeldes, lutamos e vencemos com notável desproporção do número, porque Bento Manoel apenas contava 1.400 homens em suas fileiras, enquanto o inimigo apresentou 2.500 combatentes, entre eles alguns orientais comandados pelo caudilho Santander.” (LIMA, 1983, p.390).

desde o primeiro número a grande preocupação dos rio-grandenses em definir sua situação política diante do Império e da Corte do Brasil. Em artigo intitulado *Apontamentos para a historia da Revolução da Província do Rio Grande do Sul 1835-1845*, o autor, sob o pseudônimo de “Spartacus”, inicia afirmando: “A Revolução é um direito do povo”²⁵⁸ e, segue o texto enumerando os diversos eventos desta natureza registrados na história da humanidade²⁵⁹. Ao concluir sua análise, justifica por que os rio-grandenses são, portanto, *revolucionários e não rebeldes*:

A rebelião indica a resistência a um poder que oprime; a Revolução o rompimento desse poder, despedaçando-o. O rebelde resiste unicamente; o revolucionário não só resiste como leva a efeito seus intentos. Aquele levanta-se contra a autoridade que o governa; este revolta-se até contra a sociedade a que está ligado, desde que esta lhe é hostil. No Rio Grande não houve, pois rebelião; houve sim, Revolução. (ARCÁDIA, 1867, p.12)

Há, portanto, uma preocupação em esclarecer o posicionamento político adotado em relação ao governo imperial, e a justificativa é encontrada, segundo apontou Piccolo em Emmerich von Vattel (1714-1767), que escreveu sobre o *Direito das Gentes ou princípios da Lei Natural aplicados à condução e aos negócios das nações e dos soberanos* (1758). Fortemente influenciado pelas formulações de Christian Wolff (1679-1754)²⁶⁰, Vattel é citado textualmente por Bento Gonçalves em correspondência de 1840 com Gaspar Francisco Menna Barreto (PICCOLO, 1997, p.57-58). Aqui importa destacar que, em 1842, segundo os

²⁵⁸Esta assertiva segue o ideário propagado através das próprias palavras de Bento Gonçalves, conforme indica Piccolo (1997, p.57-58): “Bento Gonçalves, (...) justificou com o “direito das gentes” não só a guerra, mas também a *não-aceitação das propostas de anistia*. Buscou em Vattel o respaldo para a sua atitude de “comandar o Rio Grande do Sul” no que chamou de guerra civil e não rebeldia, quando se exerceu um “direito à resistência legítima” (grifos meus). Sobre este aspecto ver GOMES, 2009, p.67-86, capítulo 1.

²⁵⁹Entre os eventos citados, estão a Revolução Francesa e a atuação de Lutero e Calvino na Alemanha. Menciona ainda fatos de 1830, na França, que continuavam o movimento de 1789. Cita como exemplo do revolucionário “*Cristo (o filho de um carpinteiro)*”; fala sobre a retirada de D. João VI para o Brasil e a consequente independência em 1822. Continua com fatos sobre a independência americana em 1777 e a Revolução inglesa de 1640, chegando até os conflitos entre Venâncio Flores e os Blancos no Uruguai e a Batalha de Quinteros.

²⁶⁰A obra [de von Vattel] “*Direito das Gentes*” teve 22 edições em francês, e é abertamente inspirada no alemão Christian Wolff (1679-1754). “Até o início do século XIX, era realmente o sistema wolffiano que se ensinava em quase todas as universidades alemãs a gerações de juristas, ao ponto de existir até mesmo uma imprensa wolffiana, e Herder, Goethe, Lessing, Humboldt, Kant e mesmo Hegel conheceram dessa forma, em suas formações, uma importante contribuição wolffiana (Kant cita cento e vinte vezes Wolff!).” (RENAUT, 1993, p.1292-1296). Sobre as influências das ideias e da obra *O Direito das Gentes* de Von Vattel entre os rio-grandenses, ver: PADOIN, 1999.

apontamentos históricos de Abreu e Lima, a Academia Militar no Rio de Janeiro aprova novos estatutos pelos quais cria “uma Faculdade de Matemáticas e de Filosofia, e uma cadeira de direito militar das gentes e civil” (LIMA, 1983, p.376). Isso indica a preocupação do governo imperial em controlar a divulgação dessa teoria política entre a elite do comando militar.²⁶¹

Tais questões demonstram quão complexas eram as condições de possibilidade da escrita da história sul-rio-grandense, não apenas porque se tratava de fatos recentes, mas, sobretudo, porque o tema da guerra ainda continha profundos dilemas políticos e jurídicos não resolvidos. Isso, somado ao modo como foi composto o espaço de produção dessa escrita, ou seja, o IHGSP, o lugar que deveria produzir a versão mais adequada, ou ainda mais, “a verdadeira história” em torno dos acontecimentos da guerra, abrigava não apenas simpatizantes de tal ou qual facção, mas os próprios participantes dos eventos. Tanto alguns dos “chefes rebeldes”, quanto os “legalistas”, como o presidente do Instituto, que foram presos ou derrotados em combate pelos farroupilhas; ou ainda os que se manifestaram contrários ao conflito por princípio moral ou posicionamento político, como Sá Brito e Caldre e Fião - cujo romance *A Divina Pastora*, publicado na Corte em 1847, registra impressões sobre a Revolução Farroupilha -, denotam grande reprovação quanto ao fato e suas

²⁶¹ “Eu gostaria de lembrar essa troca de correspondências com o Governo Central em que a palavra mais frequentemente usada pelo próprio presidente da Província era conciliação. Para Gaspar Menna Barreto, conciliação significava perdão e esquecimento dos crimes cometidos pelos farrapos. Para Bento Gonçalves, conciliação, nesse sentido, não servia. Na verdade, conforme o presidente da Província, o que Bento Gonçalves queria era uma meia separação do Brasil, algo inadmissível para a dignidade da Nação e do trono. Em uma linguagem que mostrava a influência maçônica, Bento Gonçalves começa por acentuar a influência nefasta da intriga dos lusitanos em nossos destinos. Ele não aceita que os farroupilhas fossem chamados de rebeldes. Diz: “O que fizemos não foi uma rebelião, e sim estamos fazendo uma resistência legítima”. E, por isso mesmo, enfatiza Bento Gonçalves, o que há é uma guerra civil, e a ele foi conferida a alta missão de libertar os sul-rio-grandenses. O Rio Grande do Sul farrapo, ou melhor, a República Rio-grandense, tinha um governo independente, um povo independente. Diz ele: “Não tem juiz nem superior sobre a terra”. E é isso que Menna Barreto questiona ao se dirigir a Bento Gonçalves. (...) Respondendo a Menna Barreto, diz Bento Gonçalves: “Vós me argüis de querer que nos tratem como um governo, como um povo independente que não tem juiz nem Superior sobre a terra. E, com ufania, o senhor me pergunta: de onde veio este Direito das Gentes? Responderei: é de Vattel. É ele quem nos diz que o uso dá o nome de guerra civil a toda guerra que se faz entre os membros de uma mesma Sociedade Política. Se estão de um lado os cidadãos e, de outro, o soberano com aqueles que lhe obedecem, basta que os descontentes tenham alguma razão de tomar as armas para que se chame a esta desordem guerra civil e não rebelião. O príncipe não deixa de chamar rebeldes todos os súditos que lhe resistem abertamente. Mas quando estes são assaz fortes para resistir-lhe, para obrigá-lo a fazer a guerra regularmente, é indispensável que ele a considere como guerra civil. A guerra civil rompe os laços da sociedade e do governo, ou pelo menos suspende a sua força e efeito. Ela dá nascimento, em uma nação, a dois partidos independentes que se olham como inimigos e que não reconhecem algum juiz comum.” PICCOLO, texto acessado em 12 de outubro de 2011, disponível em http://www.viapolitica.com.br/sonhos/07_revolucao_farroupilha.php

circunstâncias. As expressões “alguns abusos”, “fanatismo político”, “explosão espantosa” e, principalmente, “suposto tirano que lhe assinalavam”, manifestam um posicionamento político, que, ao ser expresso num texto literário, indicava uma atitude social do autor diante de um acontecimento controverso, melindroso, senão embaraçoso para um *rio-grandense* na Corte.²⁶²

Em 1863 são publicados os dois últimos volumes da *Revista Trimensal*, um em março referente ao 3º ano social do Instituto (1862), publicado com atraso, pela Tipografia do *Correio do Sul*, e o volume IV, sem referência de mês. Nesse ano há um crescimento significativo dos periódicos editados na cidade, pois junto com o segundo número da *Revista Trimensal*, ainda referente ao ano de 1862, surgem *O Trovão* (1863-1866)²⁶³, *O Diógenes* (1863-1864)²⁶⁴ e *O Ypiranga* (1863)²⁶⁵, que disputam a atenção dos leitores com o *Mercantil*

²⁶² Cabe mencionar que Caldre Fião, ao denunciar o recrutamento de escravos para a guerra, utiliza a palavra “rebeldes” para se referir aos farroupilhas, como indica um artigo publicado em 5 de outubro 1849, no jornal *O Filantropo*: “A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha, nos apresenta outro fato mui saliente: Os rebeldes chamaram ao seu exército os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças de seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos.” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 21-22). N’A *Divina Pastora* o autor refere-se assim aos eventos: “Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das ideias liberais, suscitadas, naturalmente, na alma do homem, pelo ódio que haviam atraído sobre si os séculos bárbaros da prepotência da Idade Média. O Brasil, por ele, tinha quebrado os ferros de um poder estranho e realizara estas tendências maravilhosas dos gênios patriarcais dos Brasileiros. Alguns abusos, porém, deveriam aparecer por entre as mais judiciosas reformas; e foi o que vimos realizar-se em diferentes pontos do Império, levando os homens ao fanatismo político. Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos, na Província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da Província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Ao primeiro grito – Liberdade – a esta palavra mágica, o Rio-Grandense desembainhou a espada, enferrujada pelo oxigênio da paz, mas que outrora luzente refletira ao sol do Uruguai; buscou os louros emurchecidos e cobertos da poeira que tinham levantado da terra a relha do arado ou o tropel dos ginetes nas lidas pacíficas dos campos; e correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p.27). O romance e seu autor são discutidos por GOMES, 2009, p.56-115.

²⁶³ *O Trovão* foi criado por Valério da Costa Ferreira e impresso em oficina própria no Alto da Bronze. Segundo Aquiles Porto Alegre, o jornal tinha “maus bofes” como o dono, que “lembrou-se de publicar um jornal para dar bordoadas de cego nos mandões, que abusavam do poder para humilhar e perseguir os pequenos”. “*O Trovão* tornou-se, em pouco tempo, uma folha popular, sendo sempre esperado com certa ansiedade.” Quando Ferreira saía de sua oficina a fim de recolher informações para as matérias, “ia armado dos pés à cabeça”, receoso de agressões. À rua saudavam-no com respeito e temor. Certa vez, numa noite de grande tempestade, um bando tentou invadir a tipografia quebrando a pedradas os vidros das janelas, sem, entretanto, obter sucesso. (PORTO ALEGRE, 1994, p.125-126).

²⁶⁴ Assim como a *Revista do IHGSP*, *O Diógenes* também era impresso na tipografia do *Correio do Sul*, conforme informa Ferreira. Foi fundado por Luís Francisco Cavalcanti de Albuquerque, começou a circular em julho de 1863, aos domingos. Era chefe da Redação o poeta Inácio de Vasconcelos Ferreira. “O preço da

(1849-1865), o *Correio do Sul* (1852-1868), *A Ordem* (1861-1865), o *Deutsche Zeitung* (1861-1917) e *A Estrella do Sul* (1862-1869).

No primeiro exemplar é publicada a *Felicitação dirigida pelo Instituto Histórico a S. M. o Imperador*, na qual demonstram todo o apoio e admiração ante a atitude tomada pelo Imperador em face do ultraje do militar britânico. Há ainda um necrológio dedicado ao capitão Antonio Dias da Costa.²⁶⁶ Continua a publicação do *Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, pelo conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Câmara. Também continuam os registros das *Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre* referentes aos anos de 1824 a 1831, realizados pelo Dr. Ubatuba. E é publicado um *Mapa dos casamentos, óbitos e batizados realizados na freguezia de São Borja, nas Missões, no período de 1790 a 1860*, documento oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente Cônego João Pedro Gay.²⁶⁷ Em nota ao final do volume a *Redação*, informa sobre aquisição de exemplares e normas de publicação, conforme segue:

AVISO

Os Srs. sócios e assinantes que não tiverem recebido os números publicados, podem avisar à secretaria para lhes serem remetidos.
A Revista publicará todas as notícias, memórias e descrições concernentes à historia, geografia e estatística desta Província.
Sua publicação fica confiada à comissão de redação, a quem serão dirigidos os documentos e papéis por intermédio da secretaria.

assinatura mensal era de \$880 (880 réis) e a trimestral de 2\$640. *O Diógenes* gozou de bastante popularidade e teve regular duração, alcançando o 50º e último número a 19 de julho de 1864.” Ferreira comenta ainda que *O Diógenes* era “de feição menos conservadora do que o *Álbum de Domingo* e não tão ambicioso em seu programa quanto *O Guayba*” (FERREIRA, 1975, p.32-35). Sobre *O Diógenes*, Porto Alegre declara que era um jornal “esperado com certa ansiedade nas boas rodas e mesmo entre a arraia miúda. Era uma publicação leve, bem escrita e com bastante verve. Mexia com um ou outro em tom brejeiro, sem molestar os mais. O que queria era mostrar que tinha espírito e o fazia quase sempre com muita felicidade. E quanto mais picante o que ele dizia, mais saída tinha *O Diógenes*, que entrava em toda a parte, como a luz do sol ou do luar. O aparecimento deste semanário não foi mais que um balão de ensaio para Cavalcanti fundar, mais tarde, o *Jornal do Comércio*.” (PORTO ALEGRE, 1994, p.127).

²⁶⁵ *O Ypiranga, periódico literário recreativo e noticioso*, desde 06 de setembro de 1863, saía aos domingos e era impresso em oficina própria na Rua da Ponte. De propriedade da empresa Fontoura & Cia., cujo redator principal denominava-se Loskar. Na última página publicava o tradicional *Álbum Poético*, as crônicas semanais apareciam na seção denominada *Revista: Porto Alegre, ao Correr da Pena*. (FERREIRA, 1975, p.35-36).

²⁶⁶ Anexos Capítulo 3: BIOGRAFIAS, NECROLÓGIOS E HOMENAGENS: *IHGSP*.

²⁶⁷ *Administração do 3º ano social do Instituto, eleita em sessão de 25 de março de 1862. REVISTA TRIMENSAL DO IHGSP*, 1863, ano III, v.III, nº 2. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.109 a 112, I a IV trimestres, 1948, p.267-306.

No segundo exemplar, referente ao quarto ano de circulação da *Revista Trimensal*, o Barão de Porto Alegre é reeleito presidente da instituição, e seu discurso de posse é registrado. Nele, o Barão destaca “dois grandes acontecimentos” na vida política do Império. O primeiro é “o movimento da ideia liberal, chegando ao poder pelo poder da opinião”; e o segundo diz respeito à reação brasileira em face da “insólita agressão de uma potência estrangeira”, referindo-se ao incidente entre Inglaterra e Brasil.²⁶⁸ Nesse discurso, pleno de manifestações nacionalistas e de grande crença no futuro, o general exalta ainda “a grande época” que ele e seus contemporâneos atravessam por considerar que são portadores de uma “missão magnífica” não só aqui, mas “em todo o mundo, em toda a parte onde passa o sopro vivificador do século 19”; e, por fim exorta seus companheiros de Instituto “a não ser menos que o nosso país e a nossa época”.²⁶⁹

Pelo menos duas questões saltam das palavras proferidas pelo general: o “poder da opinião” e o “sopro vivificador do século 19”. A primeira remete-nos ao reconhecimento e consolidação de um espaço público de manifestação das ideias políticas por meio dos periódicos, cada vez mais integrados ao cotidiano dos cidadãos letrados, assim como a grande influência das ideias impressas na vida política do Brasil, conforme já foi apontado anteriormente. A segunda questão é o ambiente romântico produzido pelo século XIX, o herdeiro da revolução dos franceses, traduzido nos grandes ideais de fraternidade, igualdade e, principalmente, liberdade, os quais desencadearam na Europa manifestações políticas e expressões literárias apaixonadas que, nas Américas, embasaram os ideais de independência e república.

Além disso, esse “sopro vivificador” trazia consigo a confiança na Ciência e a crença no Progresso e que, sob a égide do Liberalismo, chegava ao século XIX coroado de

²⁶⁸ Tal incidente foi denominado *Questão Christie*, e resultou no rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra entre 1863 e 1865. Dois eventos sucessivos desencadearam a discórdia entre as nações. Um foi o furto da carga do navio inglês Príncipe de Gales, que havia naufragado na costa do Rio Grande de São Pedro em 1861. O outro foi a prisão de três oficiais de uma fragata inglesa que andavam embriagados e em trajes civis, fazendo arruaças pelas ruas do Rio de Janeiro, em 1862. O ministro plenipotenciário inglês William Christie exigiu retratação do governo brasileiro sobre a prisão dos ingleses, mas não foi atendido, o que causou irritação no governo inglês, que acabou rompendo relações com o Brasil.

²⁶⁹ *Discurso pronunciado em sessão de 26 de abril de 1863 pelo presidente reeleito o Exmo. Sr. Barão de Porto Alegre. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, 1863, ano IV, v.IV, nº 1. In: (reedição). Revista do IHGRGS, n.123, 1982, p.161. p.162.*

expectativas pela vitória da razão, guiada pela lógica da transformação evolutiva que redireciona o olhar reflexivo dos pensadores para a sociedade e a pátria, sob outra dimensão de riqueza – a cultural, ou dito de outro modo, sobre o grau de “civilização” de uma sociedade.²⁷⁰ Nessa conjuntura, Estado e território aliam-se a outros elementos igualmente importantes, isto é, o povo e sua história, consubstanciados na História da Nação, e esta, chancelada pela língua nacional. Desse modo, o discurso do Presidente militar do Instituto Histórico regional sinalizava a importância do trabalho a ser desenvolvido a fim de colocar o Rio Grande de São Pedro entre os produtores de cultura letrada e, portanto, domesticada, domada, pacificada, enfim, civilizada.²⁷¹

Ainda entre as ações de preservação da memória que visavam a recolher “esses mil nadas, que passam despercebidos dos contemporâneos”²⁷², o Dr. Ubatuba, responsável pela comissão de *Redação da Revista*, propõe que seja nomeado “mensalmente um dos sócios para resenhar os fatos mais notáveis ocorridos durante cada mês”, devendo ser apresentada “por escrito na primeira sessão do mês seguinte, para ser arquivada e impressa na revista”. A justificativa para tal iniciativa é a seguinte:

Esta ideia de importância, sobretudo para as épocas futuras, tem sido executada pelos diversos sócios nomeados, e já o arquivo possui diversos trabalhos desta natureza, os quais seriam agora impressos integralmente se a Revista pudesse desde já tomar maior formato; porém, enquanto o espaço de que dispõe não permitir a publicação completa, serão esses trabalhos dados em resumo, como neste número se procede a respeito da Resenha do mês de Maio apresentada ao Instituto pelo sócio o Sr. Dr. Jacintho da Silva Lima, suficientemente desenvolvida e comentada.²⁷³

Tal resenha é rica em informações sobre o cotidiano político, social e cultural da Província, assim como nos fornece um amplo panorama sobre os meios de informação disponíveis aos letrados rio-grandenses em torno do IHGPSP. Na resenha publicada são

²⁷⁰ Sobre a construção do sentido moderno de *civilização* e as discussões em torno dos distintos entendimentos sobre o termo e sobre a *cultura* nas diferentes sociedades européias, ver: STAROBINSKI, 2001.

²⁷¹ O desenvolvimento da caracterização desse período no Brasil e no RS pode ser encontrado em GOMES, 2009, p.23-67.

²⁷² *2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, II trimestre, 1946, p.207.

²⁷³ *Resenha dos Factos mais notáveis ocorridos na Província durante o mês de Maio de 1863. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP*, 1863, ano IV, v.IV, nº 1. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.123, 1982, p.162.

citados os jornais consultados para extração dos principais acontecimentos, como o *Mercantil* e *A Ordem*, são anunciados os novos, o *Cruzeiro do Sul* e a *Esperança*, “um periódico romântico, poético e recreativo redigido por alguns jovens estudantes”.

O Dr. Jacintho Lima informa que o jornal *Cruzeiro do Sul* é publicado em Rio Grande, dado que confere com as relações compulsadas, mas o *Esperança* não consta em nenhuma obra de referência sobre os periódicos rio-grandenses do século XIX. A possibilidade que resta sobre esta lacuna é a de que não foi encontrado, pelos pesquisadores, nenhum exemplar dessa publicação. De todo o modo, é mais um periódico literário a surgir em Porto Alegre, demonstrando o empenho dos letrados em consolidar um espaço de divulgação dos trabalhos produzidos aqui. A resenha finaliza com a transcrição de um ofício do Sr. Diogo José de Oliveira, dirigido à “câmara municipal de Passo Fundo, sobre a exploração que fez com o intuito de reconhecer se era possível dotar o município de vias de comunicação em direção ao rio das Antas”, que, pela importância do assunto, mereceu publicação integral.

Não tenho informações de que essas resenhas tenham sido conservadas. Entretanto, elas devem ter sido produzidas, já que o Dr. Ubatuba noticia através da Revista a existência desses trabalhos. Lamentavelmente, sua publicação foi interrompida, não permitindo que esse material viesse à tona. Todavia, importa destacar que esse gesto de coleta e seleção do que deveria ser lembrado, ao modo da crônica mensal que surgirá nas páginas do Parthenon Litterario, sinalizava um princípio de escrita da história do cotidiano daqueles homens, preocupados com a preservação da memória de seu tempo para as gerações futuras. Esse gesto, no entanto, não era igual ao que praticava o Dr. Ubatuba, que transcreveu muitos documentos oficiais relativos à vida burocrática e administrativa da Província e que foram publicados, sem quaisquer comentários, na *Revista Trimensal*, pois o procedimento de “resenhar os fatos mais notáveis ocorridos durante cada mês” impõe posicionamentos que, além de estabelecerem o que é mais relevante segundo o julgamento de quem escolhe, são acrescidos de impressões, opiniões, interpretações sobre o que foi selecionado, e esse é o gesto historiador, aquele que conduz as ideias aos lugares, conforme definiu Certeau (1979, p.17-34).

O gesto historiador organiza, por meio do relato, as ações e as ideias dispersas em fontes diversas. Assim, o percurso narrativo produzido pelas escolhas e pelo posicionamento

do historiador configura um espaço de sentidos e significados encadeados, que, no caso específico das resenhas, tem o propósito de servir de guia da memória desse tempo para as épocas futuras, transformando, portanto, aqueles “mil nadas” num itinerário de lembranças desse presente para aquele futuro (CERTEAU,1994, p.199-217).

Fora do Instituto aparece a primeira obra escrita e publicada em solo rio-grandense, que apresenta os principais eventos históricos ocorridos na Província, inclusive a guerra civil. Trata-se do *Compêndio de Geografia do Rio Grande do Sul*, de autoria de Eudoro Brasileiro Berlink. O *Compêndio* foi impresso pela Tipografia do jornal *Deutsche Zeitung*, e segundo consta na abertura, foi “mandado adotar para o uso das aulas públicas da Província, sob parecer do Conselho de Instrução Pública” pelo presidente da Província Espiridião Eloy de Barros Pimentel.²⁷⁴

O opúsculo original, conforme descreve Laytano na abertura da reedição, tinha “pouco mais de 50 páginas em formato pequeno; está dividido em 21 lições distribuídas em três partes distintas”, a primeira parte trata da geografia física (situação, relevo e clima); a segunda trata da geografia administrativa (divisão das comarcas e municípios e população); e a terceira parte, que Laytano denominou de geografia humana, trata dos aspectos históricos do surgimento das cidades. Nesta, havia algumas informações sobre suas produções econômicas e, do que aqui nos importa especificamente, os *Traços Históricos da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, desde as primeiras explorações em 1715 até os eventos mais recentes da participação dos rio-grandenses na guerra que ficou conhecida como *Guerra Grande* (1843 a 1851). Deste evento, pelas conflituosas relações entre os rio-grandenses e o exército *blanco* de Oribe “que ocupava a campanha oriental e mantinha Montevideo sob cerco”, resulta a entrada do Império brasileiro na guerra do Estado Oriental, onde “os rio-grandenses compuseram um terço dos efetivos brasileiros, formando praticamente toda a cavalaria”²⁷⁵. Após vencer Oribe,

²⁷⁴ Utiliza-se aqui a reedição da obra de Berlink (1962), com prefácio de Dante de Laytano e esboço genealógico de Jorge G. Felizardo.

²⁷⁵ GUAZZELLI, 2001, p.322-323.

em 1851, inicia a luta contra a Argentina de Rosas, onde ele é derrotado na batalha de Monte Caseros em 1852.²⁷⁶

O que os *Traços Históricos...* de Berlink nos revelam, em primeiro lugar: a exclusão da palavra História do título do *Compêndio*, por um lado isso pode apenas sinalizar que o autor não desejava apresentar sua obra como fruto de trabalho historiográfico, já que justifica em nota *Ao Leitor* que o “compêndio é destinado ao ensino primário”, além disso “é a primeira obra neste gênero que se publica”, e que “as informações que tive, os documentos que consultei não são nem uniformes, nem elaborados em resultado de um plano metódico”. Portanto, sua justificativa às possíveis falhas ou incorreções é atribuída à ausência de fontes de consulta, precariedade nos dados oficiais e a ausência de um método adequado. Segundo: Berlink não fazia parte do IHGPSP e talvez não quisesse apresentar sua obra como um trabalho histórico, porque isso deveria ser realizado a partir daquela instituição, e possivelmente tal situação pudesse provocar embaraços para o autor. Terceiro: o esforço do autor para produzir um relato dos acontecimentos relativos a guerra civil que não despertasse controvérsias graves em torno dos fatos, assim o autor foi muito cuidadoso e artificioso ao construir essa narrativa.

Podemos notar a sua habilidade diplomática quando simplesmente omite detalhes ou um evento inteiro que pode causar alguma perturbação. É o que acontece quando narra o período de lutas para anexação da Província Cisplatina ao Império brasileiro, cita os locais e as batalhas vencidas pelos comandantes rio-grandenses e detalha, por exemplo, a atuação do tenente-coronel José de Abreu que...

destroçou os chefes Sotelo e André Artigas, o brigadeiro João de Deus Mena Barreto bateu em Ibirocaí a Verdum, depois derrotado e aprisionado pelo coronel Bento Manuel Ribeiro, D. José Artigas, e o mesmo D. José Artigas depois de derrotado em Carumbé pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Alves, o foi de novo na célebre batalha de Catalã pelo marquês de Alegrete. Nas sucessivas operações a mesma felicidade acompanhou nossas operações até que terminou a guerra com a memorável batalha de Tacuarembó em que o conde da Figueira derrotou e dispersou as forças de D. José Artigas. (BERLINK, 1962, p.54-55).

²⁷⁶ Esse conflito e suas implicações no contexto político e cultural rio-grandense são discutidos em GOMES, 2009, p.179-189.

No parágrafo seguinte, trata da partida de D. João VI para Portugal e de como a Província do Rio Grande foi “uma das que mais espontaneamente aderiram à revolução conservando a ordem, e nomeando um governo provisório à semelhança das de S. Paulo e Minas, apressando-se a jurar a Constituição e reconhecer a dinastia de Bragança na pessoa do Senhor D. Pedro I”. Em contrapartida, Berlink simplesmente ignora a perda da Cisplatina e a lamentável derrota em Ituzaigó pela imperícia do Marquês de Barbacena, que vitimou, entre 242 soldados, o marechal José de Abreu, Barão do Cerro Largo, alcunhado pelos companheiros de armas de *Anjo da Vitória*. Na sequência refere-se, superficialmente, aos motivos que levam à revolução na Província:

Depois da abdicação, quando a classe militar parecia ter perdido sua força moral, rebentou por causas, que não é dado ainda arrazoar, a revolução na Província no dia 20 de setembro de 1835, tendo a sua frente o coronel Bento Gonçalves da Silva.

As discussões da Assembléia Provincial, os erros do governo talvez confiado a exaltados que desconheciam os elementos da combustão tornaram improfícua a vitória do coronel Bento Manoel Ribeiro sobre as forças de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, considerando-se toda a revolução aniquilada, se o espírito de conciliação não desse passo a uma reação. Desastrosamente correu para a legalidade a sorte das armas, e a revolução tomando alento chegara a invadir a Província de Santa Catarina, formando uma pequena esquadilha de que era chefe o herói italiano José Garibaldi. O sanguinolento ataque do Rio Pardo, as escaramuças destruidoras, os choques parciais, revezes e vitórias, depois que com a maioria de S.M. o Senhor D. Pedro II e sua exaltação ao trono, cessaram as circunstâncias anormais das regências, que parecia abrir vasto campo a profundas comoções políticas, as esperanças de paz animavam ambos os partidos, minados por uma longa guerra de extermínio, em que o valor e a bravura se tornavam de irmãos a irmãos com o encarniçamento próprio a todas as revoluções, em que o espírito domina mais poderosamente, do que sentimentos e razões. (BERLINK, 1962, p.55).

Berlink abre o parágrafo com todo o cuidado, já que os motivos da revolução “não é dado ainda arrazoar”. O advérbio dá o tom da narrativa, ou seja, “ainda” não chegou o tempo de apresentar ou discutir publicamente tais causas. Em seguida caminha a passos largos sobre os eventos. No combate na ilha do Fanfa, não menciona a prisão de Bento Gonçalves, nem a proclamação da república rio-grandense; tampouco os demais combates vencidos por uns ou outros. Cita rapidamente a chegada da guerra a Santa Catarina pelas mãos do “herói italiano” Garibaldi; não descreve a jornada dos pranchões pelas coxilhas; na sequência, traça com

breves adjetivos as circunstâncias “sanguinolentas, destruidoras, os choques parciais, revezes e vitórias” dos combates travados, e não faz a defesa de imperiais ou republicanos. Se alguma interpretação sobressai, é a que atribui à instabilidade do período regencial, ao vazio de poder legítimo, toda a anormalidade do período, que volta a acalmar-se após a maioria de D. Pedro II.

É interessante destacar como Berlink parece justificar as circunstâncias da guerra como algo quase externo às ações humanas, como se essas fossem apenas efeito de períodos anormais que desencadeiam tais comoções políticas, nas quais “o espírito domina mais poderosamente do que sentimentos e razões”. Aqui, o posicionamento manifestado é o que condena os efeitos nefastos da guerra, em parte devidos a “erros do governo”, cujo comando estava nas mãos de “exaltados” que desconheciam a realidade política da Província, e que acabou levando “desastrosamente” ao recurso das armas. Se Berlink assume alguma defesa, é a dos rio-grandenses, em geral independente da adesão política. Afinal, já havia enaltecido o espírito cívico sulino durante o turbulento período da independência. Além disso, seu esforço retórico parece concentrar-se no sentido de perpetuar a lembrança não da guerra ou dos atos heroicos, já que “o valor e a bravura” apresentaram-se em ambos os lados, mas do empenho pela conciliação, conforme descreve as tratativas finais de pacificação:

Com a vinda do marquês de Caxias, com sua política de conciliação, ajudados de alguns triunfos da causa da legalidade, entre os quais a vitória do Ponche Verde, ganha pelos generais Bento Manuel Ribeiro e Luís Manuel de Lima e Silva, firmou-se a paz, que foi proclamada pelos chefes revolucionários nesse mesmo Ponche Verde, em que tiveram a derrota e a vitória sob o comando do mesmo chefe, enquanto que o marquês de Caxias a proclamava também nas margens do rio Santa Maria. (BERLINK, 1962, p.56).

Duas questões surgem, aqui, em relação ao hábil manejo das palavras por Berlink a fim de exercer a virtude que exalta, ou seja, a conciliação; a primeira é a utilização da denominação “chefes revolucionários”. Ele trata, desde o início da narrativa, do episódio como “a revolução na Província”, fixando assim o sentido político preferido pelos farroupilhas; a segunda questão diz respeito aos personagens nomeados. Com exceção de Bento Gonçalves, o chefe da revolução, todos os demais citados pertencem aos legalistas ou imperiais, mesmo que Bento Manoel Ribeiro tenha lutado dos dois lados; no início, nas

principais vitórias e no final esteve ao lado do Império. Assim, o autor nomeia o marquês de Caxias, o responsável pela pacificação, mas não menciona David Canabarro, apenas indiretamente alude ao chefe militar farroupilha quando narra que “firmou-se a paz que foi proclamada pelos chefes revolucionários nesse mesmo Ponche Verde, em que tiveram a derrota e a vitória sob o comando do mesmo chefe”.

Berlink, ao finalizar a exposição sobre a guerra civil, volta a associar as turbulências provocadas pelos eventos revolucionários com as agitações atmosféricas violentas que ocorrem na natureza e, assim como nestas, a calma sucede a tormenta. Todavia, salienta que tal resultado não provém “dos túmulos, mas da reflexão”; nesse sentido, ele reforça a ideia do empenho de todos para o reordenamento social, pois “o sossego público firmado pelo arraigamento progressivo das instituições constitucionais não tem sido perturbado”, de tal modo que...

a atividade varonil da Província converge para os melhoramentos materiais e morais do país. A ausência de profundas divisões políticas concorrendo a deixar o espírito livre, este se tem lançado pela vereda do progresso, senão com a marcha desejável, ao menos com esperanças lisonjeiras para um futuro de prosperidade. (BERLINK, 1962, p.56).

Portanto, sem responsabilizar diretamente a tal ou qual partido sobre os acontecimentos, sem glorificar a guerra ou seus participantes, nomeando apenas os indispensáveis e, de certo modo, atribuindo todo o desatino a um espírito maligno que resolveu divertir-se com títeres humanos e jogá-los equivocadamente uns contra os outros, Eudoro Berlink constrói a primeira narrativa rio-grandense dos eventos da guerra civil e contribui de modo bastante significativo para a construção de um discurso de conciliação, conseguindo materializar no texto o mesmo esforço que o Instituto fizera na composição dos seus associados.

Os Traços Históricos... são finalizados com um discurso de valorização do tradicional papel da Província “como guarda avançada do Império em suas fronteiras”, cujo dever impõe envolver-se continuamente em “guerras estrangeiras” a fim de defender a “honra brasileira” com alto custo de “tributo de sangue” pago pela mocidade rio-grandense, na qual “a índole militar desenvolveu-se extraordinariamente” em virtude de tais circunstâncias.

Pelo levíssimo traço aqui esboçado se vê qual tem sido a vida de uma Província colocada, como guarda avançada do Império em suas fronteiras, e que tem nas guerras estrangeiras carregado com o peso de tributo de sangue, enviando a sua própria guarda nacional a países estranhos, quando a defesa e a honra brasileira o têm exigido.

Continuamente agitada pelo estrondo da guerra, a índole militar desenvolveu-se extraordinariamente, sendo precisos dezoito anos de profunda paz, apenas passageiramente interrompida em 1852, para desviar em parte a mocidade da carreira das armas. (BERLINK, 1962, p.56-57).

Diplomaticamente, portanto, Berlink posiciona-se em defesa do papel político e militar da Província, procurando por meio da argumentação ponderada atribuir o mais judiciosamente possível as responsabilidades pelos eventos bélicos também às circunstâncias em que os rio-grandenses se veem envolvidos, em função de sua posição geográfica.

2.4. ENTRE ATOS, FATOS E RELATOS: O REGISTRO DA MEMÓRIA DE UM LUGAR

Entre o encerramento da publicação da *Revista do IHGPSP*, em 1863, e o início da circulação da *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, em 1869, surgem 30 publicações na cena periodística de Porto Alegre. Destas, quatro são os impressos literários *O Diógenes* (1863), *O Ypiranga* (1863), *Actualidade* (1867) e *O Relâmpago* (1869), e em Rio Grande aparece a *Arcádia* (1867), que contribuem para a pavimentação do percurso de formação de escritores e leitores rio-grandenses, demonstrando o interesse dos letrados locais em não esmorecer na constituição de um espaço voltado ao exercício literário.

Tal projeto pode ser percebido no texto de abertura do primeiro número da *Revista Mensal*, publicado em março de 1869. O redator do mês era Apolinário Porto Alegre, renomado professor do Colégio Porto Alegre e colaborador nos jornais literários *Actualidade* e *Arcádia*. O tom do discurso é grandiloquente na exaltação da criação da sociedade literária, que assinala o surgimento de “uma grande época” e materializa-se como “um monumento” às letras da Província, assim:

O dia 18 de Junho abriu o ciclo literário na Província, que até então, não pudera reunir um núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certamens científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bem e o belo. (...)

No perímetro da imprensa quaisquer pensamentos podem ser exibidos; porém, ainda perguntamos: Nossa imprensa satisfaz essas condições? Não. (...) O Parthenon criou uma tribuna, para a pugna oratória; uma biblioteca, onde reunirá as obras mais importantes relativas à grandiosa trindade de seus estudos: filosofia, história e literatura; aulas noturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades ao granjeio da ciência; e afinal uma revista tão necessária, como as outras criações.²⁷⁷

Os letrados reunidos no Parthenon Litterario, na pessoa de seu redator de mês, anunciam a um só tempo a grandeza de seu trabalho e as agruras a que foram submetidos, arrogam o pioneirismo e a magnitude do empreendimento, e circunscrevem seu discurso no campo semântico da “gente de armas”, ou conforme ironicamente definiria Balzac: *Gendarme ou Gendeleltre*?²⁷⁸ Afinal, os “certamens” ou combates, lutas, disputas, embora, “científicos” são configurados pela “pugna oratória” de tal modo que tanto a pena quanto a espada simbolizam uma disposição guerreira. Assim, não há dúvidas de que a *Gendeleltre* do Parthenon veio disposta a combater pelo campo intelectual sul-rio-grandense, e a conclusão do artigo reitera tais propósitos:

Se algum espírito cético então surgir, como Hamlet, lançando-lhe um riso de sarcasmo, um olhar de dúvida, temos por única resposta ao arúspice de infortúnio, só duas palavras de S. Agostinho: “Tole, lege.”

Erga-se e leia.

São as primícias da mocidade rio-grandense, que, arcando em extrema luta contra a indiferença geral, tem ódio para o passado, coragem para o presente e esperança para o futuro. (REVISTA MENSAL..., março de 1869, *id. ibidem*, p.08).

A *Revista Mensal* circula durante todo o ano de 1869, registra as comemorações de

²⁷⁷ REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, março de 1869, ano 1, n.1, Typ. do Jornal do Comércio. In: (reedição da 1ª série) *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.113 a 116, 1949, p.07-08.

²⁷⁸ Em 1843, Balzac insurge-se contra o jornalismo e os jornalistas da França, e publica “*Monografia da imprensa parisiense*”. Cita Victor Hugo, que associa o perfil da sociedade militarizada da França aos “militantes” das letras, representados pelos jornalistas. A pluma e a espada são, portanto os símbolos das melhores capacidades da França. Mas Balzac ironiza tal comparação e propõe a criação da Ordem *Gendeleltre*, assim como existe a *Gendarme* (BALZAC, 2004, p.23-24). Brito Broca (2004, p.91-95) também menciona a *Société des Gens de Lettres*, fundada em Paris nos meados do século XIX, com o propósito de defender os direitos autorais dos escritores cujo modelo inspirou a criação da *Sociedade Brasileira dos Homens de Letras*, em 1914, no Rio de Janeiro.

aniversário da Associação²⁷⁹, saúda a 4ª série da *Arcádia*, como “um triunfo a mais para a república das letras”²⁸⁰, e confirma o compromisso dos parthenonistas com as causas políticas e sociais em evidência²⁸¹, principalmente, com a causa da abolição, promovendo recitais durante o período de comemoração da Independência do Brasil a fim de angariar recursos para a liberação do maior número possível de crianças cativas.²⁸² Essas são, portanto, manifestações do envolvimento institucional da sociedade literária na esfera política, no sentido de atuação concreta no espaço público, por meio das ideias, das letras e das atividades desenvolvidas, conforme Caldre e Fião descreve no artigo

A Libertação das Crianças

Não devia passar despercebido para a capital do Rio Grande o dia da pátria, o aniversário da nossa emancipação política.

A cidade festejou-o dignamente, e à sua frente o *Parthenon Litterario* tornou-se o arauto da ideia liberal que devia remir o cativo inocente em comemoração da liberdade política que havíamos conquistado no dia 7 de Setembro.

A situação é gélida, fria como os páramos do norte da montanhosa Dalecarlia, escura como os seus breves dias de inverno; passaria na monótona expressão do *Cortejo*, de algum *viva* mal correspondido, e na palidez de descordadas *luminárias* postas como em sarcasmo nas janelas de edifícios fechados onde funcionam as repartições públicas. Passaria taciturna, como vão passando os ecos dos gemidos de outrora do servo da gleba ante os férreos portões do castelo russo.

Não o consentiram, porém, os sentimentos patrióticos que nos animam. Lembram-nos ainda as fervorosas ovações, os hinos ardentes que levantavam no dia da independência à pátria que quebrara os ferros; e o ódio que votávamos ao despotismo que víamos medonho descer aniquilado para os antros escuros de onde não devia ter saído.

E estas reminiscências patrióticas, estas tradições do entusiasmo popular, disseram-nos, que tomássemos a iniciativa na festa da liberdade; não hesitamos, quando nos lembramos que o *Parthenon*, esse ninho da mocidade porto-alegrense, digna sempre no prelo das ideias, já nos havia considerado, e que nos podia entender no caminho em que queríamos ir.

Formulamos a ideia, esboçamos o programa. O *Parthenon* aceitou-os fez mais do que tínhamos imaginado.

²⁷⁹ REVISTA MENSAL..., junho de 1869, ano 1, n.4, *id. ibidem*, p.112-113 e 129-130.

²⁸⁰ REVISTA MENSAL..., julho de 1869, ano 1, n.5, *id. ibidem*, p.166.

²⁸¹ “À Gloriosa Trindade de Seus Estudos – Literatura, História e Filosofia – associaria as mais avançadas reivindicações de então: as urgências do ensino primário e secundário, a abolição do cativo, a forma republicana de governo, a emancipação gradativa da mulher, o estímulo aos sentimentos patrióticos, o progresso material mediante a difusão dos conhecimentos e conquistas da ciência e ainda o aprimoramento pela educação e o convívio, dos hábitos gentis de sociabilidade” (FERREIRA, 1975, p.59).

²⁸² REVISTA MENSAL..., julho de 1869, ano 1, n.5, *id. ibidem*, p.163.

A festa, a comemoração do dia nacional devia ser feita, dando-se a liberdade aos inocentes, às crianças que pudésemos haver do *berço escravo*.

O Partenon fez correr uma subscrição entre a população, e tudo dispôs para exhibir um espetáculo de gala em honra do 7 de Setembro, cujo produto integral seria destinado à manumissão.

Era fervido o entusiasmo da mocidade, os liberais concorreram, um *apoiado* bem pronunciado partiu do seio do diretório liberal, o nobre e elevado coração do Exm. Sr. conselheiro conde de Porto Alegre não ficou estranho à ideia, adiantou-se na arena e traçou um pensamento digno do generoso povo rio-grandense, criando a *Sociedade libertadora dos escravos*, cujos estatutos acabam de ser aprovados.²⁸³ (os grifos são do texto original).

A descrição de Caldre e Fião sobre as comemorações da Independência não deixam de soar estranhas, já que os discursos dos letrados em geral quase sempre indicam um grande fervor patriótico entre os rio-grandenses. Portanto, ao apresentar o período das festividades como uma “situação gélida”, “taciturna”, ou como a “monótona expressão do *Cortejo*, de algum *viva* mal correspondido”, ou ainda “na palidez de descoradas *luminárias* postas como em sarcasmo nas janelas de edifícios fechados onde funcionam as repartições públicas”, ele contrasta tal situação de apatia e indiferença ao entusiasmo juvenil dos membros do Partenon que, apoiados pelos Liberais, “formularam a ideia, esboçaram o programa e o *Parthenon* aceitou-os fazendo mais do que tinham imaginado”.

Essas e outras ações como as aulas noturnas, as discussões sobre as teses filosóficas e históricas, a montagem de uma biblioteca, e mesmo a quantidade de letrados agregados à associação demonstram, enfim, um momento de consolidação desse espaço compartilhado para a produção literária e para a troca de ideias.²⁸⁴ Por tudo isso, o Partenon Litterario é um marco no cenário das letras rio-grandenses. Entretanto, ele é um marco inserido num contexto de aperfeiçoamento das práticas culturais letradas e das instituições que lhes dão condições de existência, iniciado com *O Guayba*, continuado por outros periódicos literários, estimulado pelo IHGPSP e mantido, sobretudo, pela persistência dos letrados manifestada na preocupação constante com a constituição de um legado literário e pela vontade em perpetuar

²⁸³ REVISTA MENSAL..., setembro de 1869, ano 1, n.7, *id. ibidem*, p.227-228. (os grifos estão conforme o original da reedição da revista). Sobre a atuação de Caldre e Fião como político e abolicionista, ver: GOMES, 2009, p.56-60.

²⁸⁴ Todos os colaboradores da *Revista Mensal* são citados por: FERREIRA, 1975, p.58.

uma memória das práticas letradas da Província, através da produção e preservação desse acervo.

A *Revista Mensal* sofre a sua primeira interrupção, deixando de circular em 1870 e 1871, os motivos da suspensão da publicação não são claros. Alguns autores atribuem a possíveis dissensões entre os partenonistas²⁸⁵. Ocorre que, durante este intervalo, aparece, em janeiro de 1870, a *Murmúrios do Guahyba Revista Mensal consagrada às Letras e à História da Província de São Pedro do Rio Grande*, impressa na tipografia d'O Rio-Grandense, cujo editor e principal redator é José Bernardino dos Santos, também sócio do Parthenon e membro da *Comissão de Redação da Revista Mensal*.

A *Murmúrios do Guahyba* apresentou-se aos leitores com o espírito semelhante ao da *Revista Mensal do Parthenon Litterario*, ou seja, disposta a combater pelas letras rio-grandenses, tornando-se “a sala de armas onde venha esgrimir-se a mocidade rio-grandense, adestrando-se para as lides do progresso e do futuro”. Para, tanto dispõe-se a proporcionar aos

seus favorecedores copiosa, amena e instrutiva leitura, tal como a de bons romances e dramas originais, poesias inéditas, descrições e viagens, artigos filosóficos e históricos, de crítica literárias e de costumes, revistas de teatro & a crônica do mês correspondente a cada número que se publicar. (*MURMÚRIOS DO GUAHYBA...*, janeiro de 1870, n.1, p.03-04.)

Se por um lado há muitas semelhanças em relação aos propósitos e conteúdos de ambas as revistas, por outro elas se distinguem pela distribuição, já que a *Revista do Parthenon Litterario* era gratuita não apenas entre os sócios, mas também entre pessoas interessadas na publicação. Sua finalidade era, portanto, estritamente cultural, não estampava anúncios comerciais, e suas despesas eram financiadas pela Associação (FERREIRA, 1975, p.54). Já a *Murmúrios do Guahyba* era uma revista comercial, como fora *O Guayba*, recebendo

²⁸⁵ Indicam uma possível dissidência interna: ZILBERMAN, SILVEIRA e BAUMGARTEN (1980, p.14); FERREIRA (1975, p.64-65) não atribui a origem da *Murmúrios* a desentendimentos internos do Parthenon; CESAR (1871, p.181) se refere a “uma ala do Parthenon que se desgarrava para fundar a *Murmúrios do Guaiiba*” e aponta como dissidentes aos que fundaram a “Sociedade Ensaio Literários”, que haviam sido expulsos do Parthenon (p.182) e PÓVOAS (2001, p.15-16) entende que a questão da *Murmúrios* ser fruto de divergências internas do Parthenon não é clara, segundo este autor “a interrupção da *Revista Mensal* pode estar calcada não em uma crise interna entre os associados, mas sim em dificuldades financeiras”. (grifos meus).

anúncios e disponível para compra avulsa ou assinatura por série ou por trimestre; essa é uma das poucas publicações que informam sobre a quantidade de exemplares por edição: 500 números, distribuídos na capital, cidades e interior da Província e ainda outras Províncias do Império (*MURMÚRIOS DO GUAHYBA...*, janeiro de 1870, n.1, 1ª série, p.01 (anúncios)).

Entre as interessantes informações constantes da página de anúncios, há o oferecimento do *Y Juca-Pyrama*, poemeto de Antonio Gonçalves Dias, vertido em drama lírico em dois atos por José Bernardino dos Santos, à venda no escritório da Revista, na Typographia d'O *Rio-Grandense* e na Lytographia Imperial de Wiedmann & Sequeira. Há também o anúncio do Bazar Universal da Viúva Marcus e Livraria Franceza, à rua dos Andradas em frente a Alfândega, divulgada desse modo:

Bem assim sua esplendida LIVRARIA acaba de completar-se com as obras dos mais afamados autores, tanto nacionaes como estrangeiros, entre os quaes notão-se os seguintes: Macedo: — Victimias algozes, A luneta mágica, Mazellas da actualidade. Thompsom — A guerra do Paraguay. Mafra — Jurisprudencia. Orlando — Código commercial anotado. Lafayette — Direito da familia. Lacerda — Geographia physica, política, histórica e commercial. Junqueira — Rethorica nacional. Almanak de Castilho, allemão, brasileiro e do Jardim do Povo — Higiene, por Matard e por Deguin. Liais: — Astronomia, O globo celeste. Savigni — Direito romano, Agassiz — viagem ao Brazil. Guedes — Historia natural, &, &. Na mesma casa assigna-se o Jornal das Famílias, Os Murmúrios do Guahyba, e todos os outros Jornaes e Revistas illustradas, litterarias e scientificas do Imperio e da Europa. (*MURMURIOS DO GUAHYBA...*, janeiro de 1870, n.1, 1ª série, p.04 (anúncios)).

Nas páginas de anúncios da *Murmúrios do Guahyba*, acompanhamos vários estabelecimentos que tornam possíveis a circulação e a produção letrada da cidade, os periódicos e a respectiva divulgação comercial. A Litografia responsável pelas estampas desde *O Guayba*, a Tipografia encarregada da impressão e comercialização de impressos em geral, e a Livraria na qual se encontram obras de autores nacionais e estrangeiros, periódicos como *Almanak de Castilho*, que é o *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro*, em que são

publicadas notas sobre o Rio Grande, sua história, costumes e cultura²⁸⁶; e os demais “Jornaes e Revistas illustradas, litterarias e scientificas do Império e da Europa”.

Embora tenha sido uma publicação de ótima qualidade, bem cuidada e que tenha tentado apresentar, por meio de seletos grupo de colaboradores, assuntos variados, conforme ressaltou Damasceno Ferreira (1975, p.69), infelizmente o periódico não logrou alcançar vida longa, extinguindo-se após o sexto número publicado. No entanto, em sua breve existência a revista trouxe ao cenário literário da capital a novidade de publicar documentos históricos sob o título *Revolução da Província (1835 a 1845)*, ou *Colecção de Documentos Officiaes, Peças Authenticas e Notas Importantes Relativas a História da Revolução da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Tal iniciativa confere a este efêmero periódico uma posição destacada no que se refere à produção de uma cultura histórica, principalmente, sob dois importantes aspectos: a publicação dessas “peças authenticas” e sua utilização na construção do argumento narrativo do romance *A Douça*, cujo autor era José Bernardino dos Santos, publicado em capítulos na revista.

Durante o ano de 1871 não houve circulação de nenhum periódico literário porto-alegrense. As atividades públicas conjuntas dos escritores da capital serão retomadas em julho de 1872, quando a *Revista Mensal do Parthenon Litterario* torna a aparecer e, novamente, José Bernardino dos Santos participa da *Comissão de Redação* da revista. Isso, de certo modo, demonstra que sua iniciativa em fundar um periódico sob sua coordenação não foi uma atitude de oposição ao Parthenon Litterario, mas talvez tenha sido movida pelo desejo de manter alguma publicação literária em circulação durante a interrupção da *Revista Mensal*.²⁸⁷

O historiador trabalha, via de regra, sobre vestígios sempre incompletos de outros tempos. Nosso ofício se desenvolve na incompletude, procuramos reunir a maior quantidade de referências de um período, de um acontecimento ou muitos a fim de recompor, em alguma medida, um panorama que nos aproxime do problema investigado. Sabemos que o resultado

²⁸⁶ Entre os autores mais assíduos nas páginas do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, estão Antônio Maria do Amaral Ribeiro (de 1857 a 1881), Pedro Antonio de Miranda (de 1875 a 1894) e Damasceno Vieira (de 1873 a 1910).

²⁸⁷ José Bernardino já tinha alguma experiência em publicações literárias. Segundo MARTINS, 1978, p.527, participou como colaborador na *Actualidade*, 1867, n’*O Rio-Grandense*, 1868 e do *Álbum Semanal*, 1872; porém, os autores consultados não são unânimes na indicação de sua participação em todos os periódicos listados: SILVA, 1986, p.137 e FERREIRA, 1975, p.36, indicam sua colaboração apenas na *Actualidade*.

desse esforço será sempre uma versão fragmentada de um olhar que se volta para trás, em busca de conexões, explicações e sentidos. Portanto, para acompanhar esse percurso de constituição de uma escrita da história, por meio da consolidação de um espaço institucional legitimado socialmente pela existência e manutenção dos periódicos literários, e também pela persistência das práticas compartilhadas entre os letrados envolvidos e preocupados com o exemplo a ser deixado para as gerações futuras, foi necessário encontrar outras fontes, outras referências que nos indiquem o que aconteceu durante esses dois anos de ausência de publicações exclusivamente literárias na cidade.

Alguns vestígios dessas práticas, dos problemas e do funcionamento da associação, são encontrados nas 42 Atas das Assembleias Gerais, Sessões Ordinárias e Extraordinárias do ano de 1872, que, realizadas pelos parthenonistas, são registros que informam sobre as dificuldades enfrentadas na rearticulação da sociedade, seja na reformulação dos estatutos da associação ou nas querelas entre os associados²⁸⁸, seja pela pouca participação de alguns membros nas sessões ou na organização dos eventos. Mas, principalmente, essas atas informam sobre as discussões propostas nos temas apresentados ao debate, ou nas sugestões de eventos e iniciativas de cunho cultural a serem promovidas pela sociedade literária; além disso, nos permitem ver tanto a quantidade de encontros oficiais quanto a duração e o período dessas reuniões.²⁸⁹

Impedidos que somos de entrar na área restrita aos sócios do Parthenon, as Atas nos permitem um olhar privilegiado para o interior da associação, quase como se pudéssemos ver pelo buraco da fechadura do tempo. Podemos, então, vislumbrá-los e quase escutá-los através dos relatos dos secretários que registraram o cotidiano dessas reuniões. Entre as informações relativas ao encaminhamento das sessões, chama a atenção a curta duração em que se

²⁸⁸ A principal é entre Apolinário Porto Alegre e Aurélio Viríssimo de Bittencourt, registrada nas Atas das Sessões de 25/11, 01/12 e 09/12. ATAS da Sociedade Parthenon Litterario (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1924, p.244-251.

²⁸⁹ As Atas de 1872 e 1873 foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. ATAS da Sociedade Parthenon Litterario (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924, pp.197-252 e ATAS da Sociedade Parthenon Litterario (1873). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924, pp.251-262. Outros pesquisadores apontam dificuldades e dinâmicas idênticas em sociedades literárias contemporâneas ao Parthenon. Sobre o cotidiano letrado no Brasil oitocentista, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro, ver: GARMES, 2006; SÁ, 2006; MACHADO, 2001 e BROCA, 1979 e 2004.

realizavam a maioria: em torno de uma hora. Geralmente se iniciavam às 20 horas; apenas três reuniões duraram três horas, sendo duas Assembleias Gerais e uma Sessão Ordinária. A primeira tratava da leitura e aprovação dos estatutos da associação, e a segunda, da eleição da Diretoria e das comissões. E a Sessão Ordinária, que se estendeu em função da quantidade de assuntos em pauta e também porque, além das questões administrativas, houve recital de poesias e a continuação da discussão de uma tese sobre “a imortalidade da alma”.²⁹⁰ Nem mesmo a Sessão Aniversária, que teve várias declamações de poesias, estendeu-se além das 21 horas.

A segunda-feira foi o dia da semana mais utilizado para as reuniões. Apenas quatro Assembleias ocorreram no domingo pela manhã, em torno das 10 horas. Tais detalhes podem parecer irrelevantes ao primeiro olhar; entretanto, eles indicam não apenas a pouca disponibilidade dos sócios para acompanhar os trabalhos desenvolvidos, já que poucos participavam ativamente (dos 119 sócios, apenas 39 comparecem com frequência nas atas)²⁹¹, mas também sinalizam uma carência de tempo disponível em função das várias outras atividades que esses letrados desempenhavam. Afinal, se pensarmos que nessas reuniões eram discutidos vários tipos de assuntos, desde os administrativos (admissão de sócios, reprimendas por ausências injustificadas, punições, avisos), passando pelas atividades culturais propostas (publicação da revista, teatro, sarau, biblioteca, aulas noturnas, recitais, comemorações), até as discussões literárias e filosóficas, principais finalidades da associação, percebemos o quão exíguo era o tempo dedicado ao exercício do objeto central, ou seja, a troca de ideias e experiências no campo literário. Além disso, a segunda-feira permitia aos letrados que preparassem seus escritos ou discursos durante o fim-de-semana, o que muitas vezes não era suficiente, como demonstram as Atas.

Em contrapartida à pequena duração dos encontros, destaca-se a quantidade de sessões realizadas. As reuniões iniciam, em 18 de fevereiro, com uma tímida Assembleia Geral, numa

²⁹⁰ Atas da quinta e da décima sessão da Assembleia Geral realizadas, respectivamente, em 09 (quinta-feira das 20 às 23 horas) e 14 de abril (domingo das 10 às 13 horas), e a Sessão Ordinária de 28 de outubro (segunda-feira das 20 às 23 horas). *ATAS da Sociedade Parthenon Litterario* (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1924, p.209, 212 e 242.

²⁹¹ A pesquisa realizada por Cássia Daiane Macedo da Silveira (2008) apresenta vários anexos sobre os membros mais ativos da Sociedade do Parthenon Litterario e uma tabela com os sócios que mais participaram das sessões realizadas entre 1872 e 1873.

manhã de domingo, talvez após a missa, de meia hora (das 10:30 às 11 horas), que reabre os trabalhos da Sociedade; duas Assembleias em março, com intervalo de 15 dias e duração de uma hora; e os encontros intensificam-se durante a elaboração dos estatutos no mês de abril, ocorrendo nove reuniões entre Assembleias e Sessões Ordinárias em todos dos dias da semana. Com exceção do sábado, é nesse período que acontecem as duas Assembleias mais longas (três horas). A partir de maio as reuniões tornam-se semanais, geralmente na segunda-feira.

Temos, portanto, já mais delineado o quadro das práticas institucionais dos letrados. Para além da sua produção letrada, nesse pálido esboço é possível perceber o empenho e o esforço em dotar a Sociedade de regras e normas que a tornem confiável, legítima e respeitável aos olhos da sociedade rio-grandense. E, ao mesmo tempo, cria entre os membros um compromisso de preservação da associação, já que o regulamento ao estabelecer modos de agir coletivos que devem permanecer como orientação para os pósteros constrói também os parâmetros de convivência entre os sócios, tornando-a menos amadora sob alguns aspectos.

Esse aspecto menos amador, porém, deve ser relativizado, já que as discussões de cunho filosófico ou histórico, por exemplo, nem sempre tinham continuidade, ou as exposições baseavam-se apenas em impressões e opiniões pessoais. Poucos debatedores cercavam-se de autores para justificar seus posicionamentos; de outra parte, entretanto, tais debates repercutiam entre os associados, pois há comentários registrados nas atas de que as conversas colaterais e ao longo da semana prometiam grandes embates de ideias que, muitas vezes, não se concretizavam. Mas ficamos informados das mobilizações em torno das discussões e, nesse sentido, esse espaço, mesmo restrito quanto ao tempo, ainda pode ser considerado privilegiado em função de suscitar temas e debates, afinal, muitas discussões surgidas no âmbito das reuniões do Parthenon podem ter sido levadas a outros lugares também compartilhados por esses letrados.²⁹² Nesse sentido, cumpria a associação sua função

²⁹² Algumas teses nem chegavam a ser discutidas como a tese “*Qual é o meio a empregar-se, a fim de impedir e derrocar a influência exercida pela Companhia de Jesus sobre o ensino? E qual a monita a favor do christianismo e a razão philosophica?*”, apresentada por Caldre e Fião, Ulrich e Achylles em 02 de abril, e para a qual é nomeado Caldre e Fião como parecerista e que não consta que o tenha realizado. Em 22 de abril é apresentada por Apolinario Porto Alegre e Victorino a seguinte tese: “*O casamento nas condições do catholicismo funda-se na lei natural? A indissolubilidade dos laços é útil ou prejudicial aos interesses sociaes?*”, para a qual foi designado parecerista o Sr. Vasco de Araújo, sendo retomada na sessão de 29 de abril, com

disseminadora, fomentadora da produção letrada e do cultivo do espírito. E esse papel social não era pequeno diante do vazio de instituições oficiais voltadas para esse fim na capital da Província de São Pedro do Sul.

É importante considerar que esse espaço de escrita e de oratória, de debate e exposições de ideias, tinha uma dupla função pedagógica: a primeira, estimular o surgimento dos futuros escritores e formá-los no ambiente propício à produção letrada; a segunda visava que seus escritos, ao serem publicados nos periódicos, repercutissem na sociedade contribuindo para educar outros jovens espíritos na seara literária.²⁹³ É a educação pelo exemplo. E esse era um modelo de difusão de saber que encontra suas origens na ideia de “República das Letras” ou comunidade de letrados na qual todos “os escolhidos” teriam acesso à participação em igualdade de condições. Essa é, no entanto, uma ideia equivocada em alguma medida, conforme explica Peter Burke:

Do ponto de vista social, a comunidade permaneceu restrita, praticamente confinada a homens das classes alta e média. Em teoria, a comunidade era igualitária, baseada no intercâmbio entre pares. Na prática, porém, alguns estudiosos eram mais iguais que outros. Havia mestres e discípulos, professores e aprendizes, patronos e clientes. A comunidade não era isolada do resto da sociedade – a sociedade hierárquica do Antigo Regime –, ainda que sob alguns aspectos representasse uma crítica a ela (à sua hierarquia e à rivalidade entre as nações). (BURKE, 2011, p.277-278)²⁹⁴

argumentação de Affonso Marques contra o parecer, evocando “grandes legisladores do catholicismo” para justificar a indissolubilidade dos laços matrimoniais. Pede a palavra Apolinário Porto Alegre, que diz “não ter vindo prevenido para a discussão; pois que tinha visto um movimento animoso a dar esperanças de que haveria uma luta brilhante nessa sessão”, e argumentou contra as ideias defendidas por Marques; a discussão da tese é retomada, após duas reuniões, em 13 de maio, quando Caldre e Fião toma a palavra para refutar Apolinário “apoiado em diversos socialistas e médicos profundos que combatem o casamento dissolúvel”; na sessão de 27 de maio é apresentada nova tese: “*A pena de morte é fundada no direito natural? A sociedade pode tirar aquilo que não pode dar?*”, para a qual o Sr. Vasco de Araújo é nomeado parecerista; entretanto, continuam os debates em torno da indissolubilidade do casamento. No intervalo de quatro sessões Marques é solicitado, em 27 de junho, a apresentar o parecer sobre a tese da pena de morte, mas alega “incômodos phisicos e Moraes” que o impossibilitaram de realizá-lo, fazendo-o na sessão seguinte, em 1 de julho. A discussão dessa tese estendeu-se por mais cinco sessões (08/07, 15/07, 29/07, 05/08 e 19/08). *ATAS da Sociedade Parthenon Litterario* (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1924, p.206, 214, 216, 219, 220, 225-230 e 232.

²⁹³ Sobre esse aspecto da formação cívica e civilizatória dos jovens aprendizes do poder, ver: ADORNO, 1988, p.181; GARMES, 2006, pp.66-90 e Sá, 2006, pp.33-60.

²⁹⁴ Burke apresenta uma análise com base no modelo europeu, dos séculos XVII e XVIII; entretanto, ela é pertinente ao caso do Brasil monárquico e suas relações sociais extremamente hierarquizadas, segundo o historiador: “Essa comunidade moderna incipiente foi essencialmente uma comunidade imaginada, no sentido dado por Benedict Anderson (1983), às vezes descrita por meio de uma metáfora política ampliada em que a

Cássia Silveira (2008, p.65-94) analisou as relações entre os membros do Parthenon e identificou tais assimetrias e hierarquias, bem como as relações políticas e de compadrio que articulavam as convivências e conveniências entre os associados, as “trocas de favores”²⁹⁵, assim como os códigos culturais compartilhados pelo grupo de letrados, ou seja, o conjunto de atributos necessários ao ingresso nessa “comunidade do saber”, como Burke prefere denominar.²⁹⁶ Se por um lado é importante destacar esse caráter elitista e restritivo dos participantes dessas agremiações, por outro cabe também apontar que, no caso dos rio-grandenses, a necessidade de distinguirem-se pelas virtudes no campo literário era em parte reforçada pelo desejo de combater a predominante imagem de homens de terra e guerra.

A intenção de substituição ou de reelaboração da autoimagem regional já havia sido manifestada entre os membros do IHGSP e na apresentação da *Revista Mensal* de 1872. Ela é reiterada e de maneira ainda mais contundente nas palavras de Apolinário Porto Alegre, certamente um dos mais dedicados letrados rio-grandenses a tal projeto. Percebe-se um desassossego manifestado no modo como descreve o ambiente inóspito à produção literária devido à condição guerreira da Província.

Se não aparecemos singularmente até hoje nos domínios das letras, artes e ciências, é que não tivemos tempo de repousar. Sempre sob as armas, a cavalo, a lança em riste, a espada na destra, a carabina em mira!

República conta com um senado, leis e outros implementos. Teria sido um estado igualitário imaginado, visto que houve tentativas de abolir ou, pelo menos, suspender distinções sociais entre os estudiosos, proibindo-se demonstrações de deferência nos seus encontros. A imagem de uma república não era pura ficção, pois havia costumes e instituições que facilitavam a colaboração ou, pelo menos, a cooperação a distância; por exemplo, escrever cartas em latim, rompendo a barreira das línguas vernáculas europeias; fazer doações de publicações e informações; visitar outros estudiosos quando se viajava. As bibliotecas europeias costumavam ser abertas a visitantes estrangeiros. (...) Um dos meios mais importantes para manter unida a Comunidade – como os jornais, no relato das nações feito por Anderson – foram os periódicos eruditos, como o famoso *Nouvelles de la République des Lettres*, editado por Pierre Bayle, que trazia notícias sobre o mundo culto – resenhas de livros novos, obituários de intelectuais e outras novidades do gênero”. Ainda outros aspectos da formação do mundo letrado europeu podem ser encontrados em: BURKE, 2003.

²⁹⁵ Cássia destaca que é possível observar uma constante “troca de favores” entre os produtores/difusores de bens culturais do período, como elogios e oferecimentos de gentilezas, e indica como exemplo dessas práticas: SANTOS, José Bernardino dos. *Ementário Mensal*. In: *Revista do Parthenon Litterario*. Porto Alegre, n.3, p.32, mai. 1869 e *Ementário Mensal*. In: *Revista do Parthenon Litterario*. Porto Alegre, n.9, p.31, nov. 1869. Ver esp. Capítulo 2: *O festim da civilização: a Revista do Parthenon Litterario e a educação do público leitor rio-grandense*.

²⁹⁶ O estudo da *Respublica litterarum* do início da era moderna – a República das Letras, ou como prefiro chamá-la, a Comunidade do Saber [*Commonwealth of Learning*] –, de Erasmo a Diderot, tornou-se um tema bastante popular entre os historiadores nos últimos 30 anos. BURKE, 2011, p.277.

E, contudo é necessário um resfôlego para mostrarmos ao mundo que pelejamos tão esforçadamente nos diversos e mais elevados ramos da atividade humana, como nos campos de batalha. (PORTO ALEGRE, 1981, p. 32)

O discurso de Apolinário revela certa angústia contemporânea com as circunstâncias da vida na Província durante o século XIX, desde as guerras de fronteiras até a guerra civil e a Guerra do Paraguai, demonstrando a inquietação daqueles homens de letras em relação à incipiente produção cultural da região, sem deixar, todavia, de demonstrar também um certo *destino heróico* em face das circunstâncias adversas a que estiveram submetidos.

É também Apolinário Porto Alegre, sob o pseudônimo de Iriêma, que redige a *Introdução da Revista do Parthenon Litterario* na retomada da publicação, mas ao contrário do texto de abertura de 1869, a retórica da humildade se apresenta no discurso e apenas roga aos leitores que...

Deixem-no passar.

É um pobre órfão com um destino de bronze. Não vem disputar nem palmas, nem coroas na liça da imprensa e muito menos ambiciona o plinto da glória e as ovações dos triunfos.

Quer viver apenas, se é possível a vida numa época enferma, quando o coração chora a cada sentimento que se esfolha, e o espírito esteriliza-se a cada ideia que morre.

A pátria necessita de todos na marcha progressiva de sua existência. Não há para ela um homem inútil, como não há uma página escrita que não traga um pensamento aproveitável.

Deixem-no passar.²⁹⁷

A modificação que se nota neste texto diz respeito, principalmente, à maneira de reinserção do periódico no cenário dos impressos da capital; afinal, a ênfase não recai tanto sobre a luta e os triunfos na arena da escrita pública, como em 1869. Ainda que a justificativa de que este “pobre órfão” não pretende disputar pedestais e troféus na “liça da imprensa” revele o quão disputado e cobiçado é o campo do jornalismo na Província, é importante ter em mente que a humildade é recurso retórico que realça as qualidades do emissor, mas o tom discursivo se modifica, sobretudo, pelo destaque dado à existência, pois “quer viver apenas”,

²⁹⁷ REVISTA MENSAL..., março de 1872, 2ª série, n.1.

e à utilidade, já que “o espírito esteriliza-se a cada ideia que morre”; há também certa nuance conciliatória, já que “*a pátria necessita de todos*”, e por isso mesmo quer apenas viver, ou seja, tornar públicos os pensamentos de seus colaboradores, se possível sem contendas desnecessárias.²⁹⁸

Os partenonistas tinham, portanto, a intenção de construir um perfil de rio-grandenses que se aproximasse o mais possível da ideia de civilidade. Nesse sentido, pode-se considerar que, na composição dessa nova imagem, a noção de estabilidade fosse igualmente essencial e, talvez por isso, eram tão importantes os cuidados na elaboração das regras constituintes da sociedade literária, atividade que ocupa a quase totalidade das 35 sessões realizadas em 1873.

Outros vestígios sobre a presença desse perfil guerreiro contraposto ao letrado aparecem em uma carta de Araújo Porto Alegre, publicada pela *Revista do Parthenon Litterario*, em 1874, na qual, ao referir-se à “nossa Província”, dizia acreditar que “aquela ainda viria a ser nas letras e nas ciências o que já fora nas armas pela hombridade de seus filhos”²⁹⁹. Tais palavras vão encontrar repercussão na elogiosa biografia que lhe oferece Caldre e Fião em outubro do mesmo ano, e contribuem na construção de um perfil identitário regional que visa a conjugar atuações em princípio equidistantes, conforme assevera Lazzari (2004, p.72):

O desenho de um retrato que conciliava o poeta com o guerreiro era uma forma de contestar tradicionais opiniões, principalmente na Corte letrada, que não reconheciam a possibilidade do desenvolvimento intelectual de sua Província, justamente por ser tão envolvida na tradição militar.

O duelo entre a pena e a espada expresso nas palavras desses letrados, certamente, os maiores da Província neste tempo, repercutem o estigma a que estavam submetidos os homens da Província, considerados eminentemente guerreiros, quando não bárbaros, incapazes de empunhar a pena e dedicarem-se ao cultivo de outras artes, que não as da guerra. Não obstante a luta entre “tinteiros e bagadus”, a suprema ironia a acompanhar esses bravos

²⁹⁸ Tais desavenças podem ter sido um dos motivos da suspensão da revista, conforme o que se pode deduzir do relato na Ata de posse da nova diretoria em 18/02/1872. No documento, Apolinário Porto Alegre “expôs a casa o motivo porque deixou de apresentar o relatório do tempo de sua presidência e também *por ter sido esse tempo um dos mais desanimados pelo qual passou o Parthenon Litterario*” (grifos meus). *ATAS da Sociedade Parthenon Litterario* (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1924, p.203.

²⁹⁹ “Uma Carta”. In: *Revista do Parthenon Litterario*, 4, abril de 1874, p.715.

combatentes das letras será a predominante temática das batalhas que marcaram a cultura e a história da sociedade rio-grandense, o que, de certo modo, contribuiu para a vitória dos “bagadus” sobre os “tinteiros” aqui e acolá.³⁰⁰

De outra parte, ainda no texto de abertura de 1872, talvez a melhor surpresa reservada pela comissão de redação nesse retorno seja a elaboração de um discurso voltado a um leitor específico: o público feminino, pois se lê:

Se a *Revista do Parthenon* puder inspirar sentimentos generosos e doutrina profícua às filhas do Rio Grande, seus votos serão satisfeitos, sua missão preenchida.

Protegei-a, pois, acalentai-a ao regaço.

Outrora os paladinos arrojavam-se à justa por uma dama de seus pensamentos. Venciam, se elas no anfiteatro lhes robusteciam o braço e a crença com um sorriso e um olhar de animação.

Os tempos mudaram. A espada foi substituída pela pena, o braço pela ideia, todavia ficastes as mesmas. A literatura aqui é também uma peregrinação por uma causa sublime, como a dos antigos cavaleiros andantes.

Sede como elas.

Acenai aos romeiros, e não titubiaremos ante os óbices do caminho. (...)

Alentai-nos e seremos dignos uns de outros. O esforço complexo será útil à pátria.³⁰¹

Um discurso dirigido, assim, ao público feminino denota ao menos a atenção dos editores quanto ao potencial deste. Se numérico ou qualitativo, não poderíamos afirmar; o que desde já sabemos é que são constantes nas páginas dos periódicos literários, desde *O Guayba*, artigos sobre a instrução pública em geral e sobre a importância da participação da mulher na

³⁰⁰ *Tinteiros e Bagadus* aparecem no conto *Pilungo*, publicado no livro *Paisagens* em 1875. Segundo a descrição do autor: “As duas denominações exprimiam caracteristicamente os indivíduos de bairros tão diferentes pelos costumes e civilização de seus habitantes. *Tinteiro* significava o que sabia ler e escrever, a miuçalha que, favorecida pela fortuna, podia ter a *tintura literária*, segundo seus gostos; *bagadu*, o *desvalido da sorte*, cujo destino se assemelhava ao peixe, donde lhe proviera o nome, e que não é menos favorecido da natureza. Um era rico, o letrado, o que tinha as comodidades da vida e as condições que de per si o elevavam; o outro o pobre, o *ignorante*, tomando um lugar no banquete da vida por seus esforços próprios na luta contra a natureza bravia e indômita e contra o parasitismo dos grandes e poderosos que tendem sempre a absorver os modestos, obscuros, e, no entanto incansáveis obreiros, imenso corpo de colaboradores anônimos, em cujos braços repousa a humanidade. (...) o tinteiro tem sempre conquistado terreno a seu adversário, o tem lentamente repellido, reduzindo-o (...)”. (PORTO ALEGRE, 1987, grifos meus). Sobre o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense, ver: SANTOS, 1996; MOREIRA, 2000, p.145-174 e BAUMGARTEN, 2000, p.175-190.

³⁰¹ REVISTA MENSAL..., março de 1872, 2ª série, n.1.

sociedade em particular.³⁰² Mesmo que o apelo “às filhas do Rio Grande” ainda seja mais de apoio aos jovens (homens) poetas do que necessariamente convidando-as a participarem da seara literária, afinal, o tempo passou, mas elas ficaram as mesmas, ou seja, a protegê-los e acalentá-los ao regaço. Esse é ainda o papel atribuído à mulher no Parthenon Litterario.

³⁰² Quanto aos temas especificamente femininos, destaco: Parecer sobre a tese: A influência da mulher sobre a civilização. (Revista do Parthenon Litterario, n.5, julho de 1869, p.23); a biografia da poetisa Delfina Benigna da Cunha (Revista do Parthenon Litterario, n.5, novembro de 1872, p.3); a biografia da poetisa Rita Barén de Melo (Revista do Parthenon Litterario, n.2, agosto de 1873, p.49); o romance Lulucha de Apolinário Porto Alegre (Revista do Parthenon Litterario, n.1-8 de 1877); a biografia da poetisa Amália Figueroa (Revista do Parthenon Litterario, n.6, setembro de 1879, p.261). Sobre o papel dos saras promovidos pela sociedade para a educação das mulheres, ver: Chronica (Revista do Parthenon Litterario, n.4, abril de 1873, p.185 e n.2, fevereiro de 1874, p.646); ABREU, Luciana de. Preleção. (Revista do Parthenon Litterario, n.12, dezembro de 1873, p.535) e CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Luciana de Abreu (Revista do Parthenon Litterario, n.5, maio de 1874, p.794). Para uma análise sobre a questão feminina no Parthenon Litterario, ver SILVEIRA, 2008, p.65-94, esp. capítulo 2: *O festim da civilização: a Revista do Parthenon Litterario e a educação do público leitor rio-grandense*.

a. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE - 1866 A 1875³⁰³

	PERIÓDICO	CIRCULAÇÃO	TIPOGRAFIA	C/L	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
01	Correio do Sul	3ª a Dom	Tip. do Correio		•	•	•							
02	Deutsche Zeitung	? e sábado			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
03	Estrela do Sul	Dom			•	•	•	•						
04	O Trovão				•									
05	Jornal do Comércio	3ª a Dom	Tip. Jomal do Comércio		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
06	A Opinião	?			?									
07	Rio-Grandense	3ª a Dom	Tip. Diário Rio-Grandense	C	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
08	Actualidade	Dom	Tip. Diário Rio-Grandense			•								
09	Sentinela do Sul	Dom				•	•	•						
10	O Conservador						•							
11	A Justiça						•	?	?	?	•			
12	O Inflexível						•							
13	A Reforma	3ª a Dom		L				•	•	•	•	•	•	•
14	Parthenon Litterario	mensal	Tip. Jomal do Comércio					•			•	•	•	•
15	O Falador	Dom						•	•					
16	O Relâmpago	2ª feira	Tip. Diário Rio-Grandense					•						
17	O Lidador								•					
18	O Industrial	?							?					
19	América	2ª feira							•					
20	Murmúrios do Guaíba	mensal	Tip. Diário Rio-Grandense						•					
21	A Democracia	3ª a Dom		Rep					•					
22	A Democracia 2ª época	2ª feira		Rep										•
23	O Constitucional									•	•	•		
24	O Comunista	?									?			
25	Jomal das segundas-feiras	2ª feira									•			
26	Gazeta Rio-Grandense	mensal									•			
27	Democracia	3ª a Dom		Rep							•			
28	Álbum Semanal	Dom.	Tip. Diário Rio-Grandense								•	?		
29	O Caixeiro	Dom.	Tip. do Mercantil									•	•	•
30	Mercantil	2ª a sábado	Tip. do Mercantil										•	•
31	O Guarani	Dom											•	•
32	O Mosquito	Dom	Tip. Imprensa Literária										•	
33	O Diogenes 2ª época	2ª feira											•	
34	A Esmeralda	?											?	
35	O Imparcial	sábado											•	
36	Democrata	2ª feira											•	
37	Social	?											?	
38	O Maçon	5ª feira											•	
39	Ensaio Literários	mensal												•
40	Recreio Juvenil	?												?
41	Aurora Literária	mensal	Tip. do Mercantil											•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO				07	07	09	09	10	05	12	08	16	11

³⁰³ Esse quando foi construído com dados relativos aos periódicos publicados em Porto Alegre com base nas seguintes obras: BARRETO, 1986; ERICSEN, 1977; FERREIRA, 1944 e 1975; MACEDO, 1994; SILVA, CLEMENTE, BARBOSA, 1986; MOTTIN, BARBOSA E SILVA, 1985 e VIANNA, 1877.

b. PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PORTO ALEGRE - 1876 A 1879³⁰⁴

	PERIÓDICO	CIRCULAÇÃO	TIPOGRAFIA	C/L	76	77	78	79
01	Deutsche Zeitung	? e sábado			•	•	•	•
02	Jornal do Comércio	3ª a Dom	Tip. Jomal do Comércio		•	•	•	•
03	Rio-Grandense	3ª a Dom	Tip. Diário Rio-Grandense	C	•	•	•	•
04	A Reforma	3ª a Dom		L	•	•	•	•
05	Jornal do Comércio	3ª a Dom	Tip. Jomal do Comércio		•	•	•	•
06	Parthenon Litterario	mensal	Imprensa Literária		•	•	•	•
07	Ensaio Literários	mensal			•	•		
08	Álbum Literário	?			?			
09	O Ferrão	Dom			•			
10	A Matraca	Dom			•			
11	O Rervébero	Dom			•			
12	A Acácia	5ª feira			•			
13	Eco de Ultramar	semanal	Tip. do Mercantil		•			
14	A Ideia	Dom.			•			
15	A verdade	semanal			•			
16	A Escola	semestral			•			
17	Diário de Notícias	3ª a Dom				•	?	•
18	O Colibri	Dom.	Tip. Imprensa Literária			•	•	
19	O Charivari	?				•	•	
20	Correio da Tarde					?		
21	A Lanterna	Dom				•		
22	O Pampa	?				?		
23	O Fígaro	Dom					•	•
24	A Reação	Dom					•	
25	O Pirata	?					?	
26	O Portuguez	?					?	
27	Álbum de Domingo	Dom	Tipografia própria				•	•
28	O Futuro	quinzenal					•	
29	O Conservador	2ª a sábado		C				•
30	O Patriota	2ª a sábado						•
31	O Telefone	Dom.						•
32	Gazeta de Porto Alegre	3ª a Dom						•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO				16	13	14	13

³⁰⁴ Esse quando foi construído com dados relativos aos periódicos publicados em Porto Alegre com base nas seguintes obras: BARRETO, 1986; ERICSEN, 1977; FERREIRA, 1944 e 1975; MACEDO, 1994; SILVA, CLEMENTE, BARBOSA, 1986; MOTTIN, BARBOSA E SILVA, 1985 e VIANNA, 1877.

Quando a *Revista Mensal do Parthenon Litterario* volta a circular, em julho de 1872, Porto Alegre tem em circulação 12 periódicos, sendo dois literários. A tabela acima apresenta os periódicos que circularam na cidade durante o período pesquisado. Ela se distingue das demais, que abarcavam 10 anos de publicações periódicas na cidade, pela necessidade de incluir a data limite de circulação da *Revista do Parthenon*. Assim como a primeira tabela de 1827 a 1835, que também não pode considerar 10 anos, para que se pudesse avaliar o impacto do período de guerra civil na Província na produção e circulação dos jornais na cidade.

Todavia, mesmo se considerarmos apenas o período convencional de 10 anos, como nas demais tabelas elaboradas, ainda assim teremos um crescimento espantoso na quantidade de periódicos em circulação. De 1866 a 1875 são 41 títulos, sendo seis de existência indefinida, que colocavam em circulação semanal de 22 a 31 exemplares de variados jornais e revistas. É o dobro de títulos do período anterior; de 1856 a 1865 são 19 títulos, que chegaram a produzir aproximadamente 27 exemplares semanais. Do período anterior permanecem cinco jornais, com destaque para o *Deutsche Zeitung* e o *Jornal do Comércio*, que permanecem todo o período, assim como o *Rio-Grandense*, *A Reforma*, o *Caixeiro* e o *Mercantil* são os mais duradouros, juntamente com a *Revista do Parthenon*. É, portanto, um período de consolidação da cena periodística na capital.

c. Circulação ano/semana dos periódicos em Porto Alegre - 1866 a 1879

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1866		03	03	03	03	04	04	02	01	22 + 1	07
1867		03	03	03	03	04	06	01		23	07
1868		03	03	03	03	04	05	04		25	09
1869	01	03	03	03	03	04	06	02	01	25 + 1	09
1870	01	04	04	04	04	05	05	03	02	30 + 2	10
1871		03	03	03	03	04	03	03	01	22 + 1	05
1872	01	04	04	04	04	05	05	04	01	31 + 1	12
1873		03	03	03	03	04	04	03		23	07
1874	04	04	04	05	04	06	05	02	02	27 + 2	16
1875	01	04	04	04	04	05	04	03		29	11
1876	01	04	04	04	04	05	05	07	01	34 + 1	16
1877	01	05	05	06	05	06	10	04	03	42 + 3	13
1878	01	04	04	04	04	05	08	03	03	33 + 3	14
1879	03	07	07	07	07	08	08	02		49	13
Circulação	18	54	54	56	54	69	69	43	15	415/430	66

Cada periódico até aqui apresentado contribuiu à sua maneira na construção do percurso da cultura letrada na Província e, concomitantemente, na produção de uma cultura histórica, ao trazerem para suas páginas temas que evocam e invocam a memória, criando, portanto, o ambiente intelectual propício para a reflexão sobre os registros e o consequente exercício de interpretação e escrita da história.

Há semelhanças entre *O Guayba* e a *Murmúrios do Guahyba*, já que ambos eram periódicos comerciais; entretanto, apesar do segundo encontrar um ambiente letrado mais consolidado, permaneceu em atividade por um curto período, e o primeiro, embora tenha sido precursor encontrando todas as dificuldades de um campo em construção, esteve em atividade durante dois anos e cinco meses, produzindo 946 páginas³⁰⁵. A *Revista do IHGPSP* e a *Revista do Parthenon Litterario* assemelham-se por pertencerem a associações que lhes garantiam a existência; porém, o fôlego do Parthenon superou largamente ao IHGPSP. Entre os possíveis motivos estão, justamente, o vínculo do Instituto ao poder político e a situação de tensão criada pelo precário equilíbrio de forças no interior do Instituto, que impossibilitou a

* Esses números correspondem aos periódicos com **Periodicidade Indefinida**.

* Esses números correspondem aos periódicos de **Existência Indefinida**.

³⁰⁵ A *Arcádia*, publicada em Rio Grande e em Pelotas entre 1867 e 1870, que teve um total de quatro séries, produziu 300 páginas, conforme nota do Redator do periódico Antonio Joaquim Dias. (ARCÁDIA, 1870, p.297).

efetiva escrita da história, principalmente em torno dos eventos da guerra civil, limitando a atuação e a autonomia dos homens de letra integrantes do Instituto. A *Revista do Parthenon*, por outro lado, não tinha compromissos explícitos com a escrita ou publicação de registros ou documentos históricos; propunha-se a ser uma arena para discussões e exercício dos jovens literatos.

No entanto, todas as revistas em algum momento trataram do registro histórico, seja por meio da produção de biografias, ou na transcrição e publicação de documentos oficiais, ou ainda pela utilização de eventos ou personagens históricos como tema literário em romances, contos ou poemas.

Tudo saber não era nada, era preciso executar. Pensar não era nada, era preciso incessantemente produzir. Tudo produzir não era nada, era preciso constantemente agradar. Para fazer com que nossa época aceitasse sua figura num vasto espelho era preciso dar-lhe esperanças. O escritor devia, portanto, mostrar-se consolador quando o mundo era cruel, não misturar vergonha aos nossos risos e aplicar bálsamo no nosso coração depois de ter excitado nossas lágrimas.

Davin e Balzac – *Estudos de costumes no século XIX*

3. DA CULTURA LITERÁRIA A CULTURA HISTÓRICA

Memória, literatura/ficção, história, registro e memória-histórica, são esferas de atuação e expressão humana que se entrelaçam para organizar e conferir sentido ao mundo do indivíduo e da sociedade.³⁰⁶

Se pensarmos em termos pessoais de transmissão das informações e conhecimentos herdados em família, constataremos, sem grande esforço, que os primeiros informes que recebemos são relatos sobre quem são e o que fizeram ou fazem nossos parentes mais próximos, e que cabem aos mais velhos as narrativas sobre os que não mais existem e dos tempos que já se foram. Tais narrativas, muitas vezes adornadas por detalhes que ganham materialidade em nossa imaginação infantil ou juvenil, nos acompanharão como uma bagagem íntima que se constitui em herança, uma herança transmitida por memórias

³⁰⁶ Sobre a ficção, a literatura e o imaginário como estruturas antropológicas fundamentais, ver: ISER, 1996. Sobre os entrelaçamentos e as diferenças fundamentais entre História, Ficção e Literatura, ver: LIMA, 2006. Reflexões sobre os modos narrativos e suas especificidades em relação a memória, ver: RICOEUR, 1997 e 2007. Sobre as discussões que já realizei sobre essas categorias, ver: GOMES, 2009.

compartilhadas, mas que carregamos como se nós as tivéssemos vivido e que acabarão compondo nosso imaginário pessoal sobre a constituição de um caminho que nos liga a pessoas, lugares e eventos com que jamais teremos contato, senão pelos relatos orais que nos chegaram como ecos do passado, ou como lembra Ricoeur a partir de Eugen Fink, muitas vezes “o aspecto literário dessas heranças equivale ao corte de uma janela aberta para a vasta paisagem da passividade enquanto tal”.³⁰⁷

Mais adiante, um pouco mais maduros e talvez estimulados por uma curiosidade sobre tais acontecimentos, lugares ou pessoas, poderemos procurar os vestígios materiais daquelas existências, e então é possível que encontremos documentos que as comprovem, fotografias que as atestem, depoimentos que confirmem lembranças ou agreguem outros elementos, enfim, rastros, registros instituídos em fontes históricas, que nos permitam corroborar um mundo transmitido pela oralidade. Entretanto, a reconfiguração da memória pela materialidade documental não conterà os adornos da imaginação; ao contrário, revelará contradições e lacunas que muito provavelmente não serão preenchidas ou esclarecidas...

Se, apesar disso, houver dentro de nós um inquieto historiador, recolheremos os vestígios, cruzaremos com os relatos, selecionaremos os registros que conferem alguma veracidade ou, ao menos, verossimilhança às transmissões orais de nossos queridos idosos, e reorganizaremos de maneira inteligível e provável aquelas lembranças fragmentadas e desordenadas, porém adornadas por elementos subjetivos que serão descartados nessa operação (historiadora), e substituídos por outros não menos subjetivos; no entanto, considerados como interpretações ou versões por possuírem o embasamento da autoridade documental. Quando, por fim, efetuarmos a escrita dessa reunião de registros, esses já não serão as memórias que nos foram transmitidas, mas a conversão de lembranças compartilhadas em memória-histórica, ou como prefere Ricoeur (2007, p.154), em “memória instruída”.³⁰⁸ Porque selecionada, avaliada e, principalmente, ordenada para cumprir a função

³⁰⁷ Sobre a perspectiva dessas transmissões pelas gerações, ver: HALBWACHS, 2004, esp. p.69-75 e RICOEUR, 1997, p.193, 380 e ss.

³⁰⁸ Ou ainda, conforme indica Le Goff (1984, p.13): “No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, e às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Goody chama “a domesticação do pensamento selvagem”.

de perpetuar aos que vierem depois de nós as informações que julgamos serem as mais corretas e verossímeis sobre lugares, acontecimentos e pessoas de nossa história.

Tal exposição não pretende atribuir um sentido unívoco, evolutivo ou progressivo ao registro histórico ou uniformidade ao método historiográfico. Tem apenas a intenção de demonstrar que tanto no nível individual como no nível social, para que seja perpetuada alguma memória, ela sempre será submetida ao julgamento e à seleção para que possa ser objetivada, institucionalizada e transmitida às gerações seguintes, devidamente legitimada e sancionada sobre o que e quem deve ser lembrado.³⁰⁹ Até que haja novo questionamento, reinterpretação e, com a reescrita da história, a elaboração de outra memória-histórica, mas que será sempre instruída pelos registros ou fontes materiais, escritas, orais ou pictóricas.

Considerar que os periódicos literários, tomados no conjunto selecionado, constituíram e consolidaram um espaço de compartilhamento de práticas e ideias entre os letrados porto-alegrenses, assinalando, por sua persistência e aperfeiçoamento, um começo institucional de produção literária e historiográfica na Província do Rio Grande de São Pedro, permitiu vislumbrar também uma disputa de configurações institucionais e de papéis sociais.

Por trazer à cena outros atores, ou seja, os letrados e a fermentação das ideias escritas e publicadas, a importância dos periódicos na configuração de um novo conjunto de práticas sociais já havia sido indicada por Guilhermino Cesar (1971, p.68) quando publicou, em 1956, a *História da Literatura do Rio Grande do Sul* e questionou-se sobre o surgimento, durante a Revolução Farroupilha, de uma “forte agitação intelectual” por meio dos “jornais da República Rio-Grandense, seus poetas, sua constituição e leis complementares, o jornalismo político, a atividade das câmaras”, além da publicidade sobre “avançados princípios liberais”.

Sua interrogação foi: “Como se processou, em tão pouco tempo, a evolução de que nos dá notícia a história literária?” considerando que, em 1823, Gonçalves Chaves relatava não

³⁰⁹ Aqui a “transmissão” é tratada como um tempo atravessado pela experiência interna (ou intratemporalidade) do indivíduo que age e sofre o “trabalho da história” num determinado espaço e que permite a constituição da “tradicionalidade”, ou seja, “a distância temporal que nos separa do passado não é um intervalo morto, mas sim uma *transmissão geradora de sentido*” ou ainda a “tradição transmitida” pela “cadeia das interpretações e das reinterpretações das heranças do passado” por meio da “sequência das gerações que fornece à, cadeia das interpretações e das reinterpretações o esteio da vida e da continuidade dos vivos”, conforme explica Ricoeur, 1997, p.377-391.

existirem na Província senão três rio-grandenses formados e quatro em estudos em Coimbra, e que o primeiro prelo viria a aparecer apenas em 1827 (CESAR, 1971, p.69).

Atribuiu então à eclosão da Revolução o aparecimento dessa “agitação intelectual” premida pela necessidade de divulgação das ideias dos revolucionários, que culminaria no aparecimento, em 1868, da Sociedade do Parthenon Litterario. Para Cesar:

Os gaúchos (sic) deram nesse período excelente testemunho de si mesmos. Fizeram a vigília das armas, mas não olvidaram o cultivo do espírito. Literariamente produziram pouco, que foi muito, dada a limitação dos recursos a seu dispor. Escreveram versos, fizeram jornalismo, cultivaram a história episódica e narrativa. (CESAR, 1971, p.70).

Tal interpretação sobre os homens e suas circunstâncias parece repercutir o desabafo de quem viu e viveu aqueles tempos. O literato Apolinário Porto Alegre (1844-1904), ao findar do século XIX quando já a República estava proclamada e a Revolução de 1893 havia encharcado com mais sangue o solo dos rio-grandenses, escreveu:

E nem se diga que somos só homens de guerra. Onde circula nas artérias sangue em que superabundam os glóbulos rubros, há nervos e músculos em serviço de inteligência punjante (sic). (...) Se não aparecemos singularmente até hoje nos domínios das letras, artes e ciências, é que não tivemos tempo de repousar. Sempre sob as armas, a cavalo, a lança em riste, a espada na destra, a carabina em mira! (PORTO ALEGRE, 1981, p. 31-32).

Entretanto, a despeito dessa vigorosa inteligência proclamada por Apolinário, a mais reiterada formulação sobre a exteriorização do ser e do fazer dos rio-grandenses é a que os representa como um ser bifronte: o campeiro-militar, forjado nas lides campeiras e na defesa das fronteiras. As instituições sociais que lhes regiam a conduta eram a estância e o exército; os códigos culturais e as hierarquias que prevaleciam seguiam a orientação militar configurando padrões de conduta e comportamentos de tal modo internalizados, reproduzidos e transmitidos que as famílias podiam organizar suas memórias pelas guerras, pelas patentes militares de seus membros, pelos regimentos em que serviram, pelo recuo ou expansão dos limites das propriedades, pela perda de vidas, gado ou campo nas invasões que sofreram e estabelecer autênticas linhagens militares. Linhagens de terra e guerra.

A estabilidade dessa formação social sofre um abalo estrutural e mental profundo quando as linhagens militares precisam reordenar-se internamente, e não em face de um inimigo externo, mas pela divisão de uma cruel guerra civil que não rompe com o *imaginário social* dos homens de terra e guerra, mas altera comportamentos e percepções apreendidos culturalmente. Sobretudo, porque exige uma reconfiguração do mundo social para o estabelecimento de novos paradigmas de autoridade.³¹⁰

Tais alterações podem ser captadas nas narrativas publicadas nos periódicos daquele tempo.³¹¹ E, com efeito, nos permitem compreender melhor as repercussões apontadas por Guilhermino Cesar, quando se refere a uma “forte agitação intelectual” por meio dos “jornais”, pois, além dos embates das ideias políticas, o mundo no qual estavam acostumados a viver havia mudado drasticamente com os posicionamentos adotados na guerra civil; para que esse mundo voltasse a ter e fazer sentido, era necessário produzir sentidos. Os letrados cumprem o seu papel social emergindo das sombras das lutas em campo aberto para as *lutas de classificação social*³¹², por meio das narrativas que produzem significados e ordenam o

³¹⁰ A utilização do conceito “imaginário social” segue a formulação teórica de Baczko (1985, p.309), segundo a qual: “É através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distinção dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser”.

³¹¹ As narrativas ficcionais ou não constituem um *lócus* privilegiado de produções de sentido por sua importância como prática social dos sujeitos históricos (autores e leitores), como representação simbólica da realidade na qual está inserida, que dá a ler modos socioculturais de expressão através da materialização no texto de possíveis modos de “fala” regional e, também, como constituintes do discurso social produzido pelas diversas modalidades discursivas existentes numa sociedade. Desde os mais tradicionais códigos sociais instituídos pelo costume até as formulações legais reguladoras da sociedade, dos artigos jornalísticos às narrativas literárias de ficção ou de cunho historiográfico, que são compartilhadas – pelos leitores – num determinado meio social e que estão impregnadas de significados historicamente construídos. Pois como assevera Pesavento (2004, p.82-83): “A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? (...) é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma”. Para uma discussão sobre o “discurso social” entendido como um sistema organizador do trabalho discursivo numa sociedade, ver: ANGENOT, 1992. Para um aprofundamento sobre o papel das narrativas na materialização do imaginário social sobre os rio-grandenses durante o século XIX, ver GOMES, 2009.

³¹² As “lutas de classificação” como prática social são definidas por Pierre Bourdieu como as “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o

mundo. Os homens de terra e guerra, finalmente, precisaram ceder espaço para os homens de papel e tinta para que suas escolhas fossem justificadas e seus feitos, lutas e ideais não fossem esquecidos, para que o sangue derramado não pareça ter sido em vão.

Tem início a luta entre “tinteiros” e “bagadus” nas páginas dos periódicos literários, mas também naqueles escritos que não foram publicados e que continham impressões significativas sobre os homens, suas batalhas e seus dramas.

3.1. DE HOMENS DE TERRA E GUERRA A HOMENS DE PAPEL E TINTA

Em 1856, *O Guayba* propõe aos leitores rio-grandenses um concurso de biografias a fim de estimular “um ramo da literatura” ainda pouco praticado na Província. Sabemos que não houve participação e que o concurso não obteve êxito; entretanto, o periódico, com o auxílio de seus colaboradores, publicou duas *Biographias de Rio-Grandenses illustres pelas ciências, letras, armas e virtudes*. Destacaremos apenas os trechos que mencionam eventos relativos à guerra civil ou caracterizações sobre o homem rio-grandense, para que possamos analisar as percepções e os registros sobre os efeitos da guerra num período ainda tão próximo dos acontecimentos.

A primeira biografia ou *Apontamentos Biographicos* publicados é de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), o Visconde de São Leopoldo. Foi escrita pelo cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, indicado como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e sobrinho do biografado, que assim descreveu o Visconde e sua participação nos eventos revolucionários:

Os sucessos políticos, que originaram a abdicação do primeiro Imperador, desgostaram profundamente ao visconde de S. Leopoldo, que se tornara notável pela sua sincera adesão ao princípio monárquico, e o obrigaram a retirar-se da cena política. (...)

Gozava das doçuras do lar doméstico, inteiramente retirado dos negócios; quando a revolução de vinte de Setembro de 1835, cimentada por antigos ódios e profundas rivalidades, o veio tirar do seu ócio honroso e lembrar-lhe o dever de todo o bom cidadão, que como pensava o sábio Lycurgo, não

poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 1998, p.113).

deve ficar indiferente no meio das dissensões civis. Era mui conhecido por seus sentimentos monárquicos, para não ter de sofrer da parte dos homens, que arvoraram a esfarrapada bandeira da república de Piratinim. Ele traçava-me, anos depois, com verdadeira eloquência o quadro desses dias lutosos, em que viu a sua bela chácara talada pelos rebeldes, que ali assentaram o seu quartel general durante todo o tempo, que durou o cerco de Porto-Alegre; seus escravos fugidos para irem assentar praça no exército liberal, e acordando-se de noite sobressaltado ao pavoroso ruído das bombas e granadas, que rebentavam sobre a cidade. Contava também a parte que tivera no bom êxito da reação, que o partido da legalidade operou na capital que havia por deplorável descuido caído em poder dos sediciosos: a combinação dos seus planos com os do marechal Chagas, a cuja prudência e dedicação folgava de render sincera homenagem e dissimulação, que lhe era mister guardar para não tornar-se cada vez mais suspeito ao partido revolucionário, — que todavia soube respeitar a sua pessoa e toda a sua família. (*O GUAYBA*, 28/09/1856, p.67).

Em outubro é a vez da *Notícia Biographica* do Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto (1790-1856), escrita por Miguel Meyrelles (1828-1872), militar e colaborador do periódico, que exalta a conduta do veterano e seu desempenho durante a Revolução:

Na malograda reação de 21 de janeiro de 1836 em São Leopoldo, dirigia o Grupo Legalista, que o havia entusiasticamente elegido seu chefe. Obrigado a passar ao Rio Grande após esta nobre tentativa, foi ali pelo distinto Rio Grandense o Exm. Sn. Araújo Ribeiro encarregado do comando da heróica vila de São José do Norte. No mesmo ano marchou com o Exm. Sn. General Elesiario, Comandante das Forças Imperiais, para o combate dado em 7 de Abril de 1836, na cidade de Pelotas.

Ameaçava a cidade do Rio Grande, após este choque, um assalto dos revoltosos que, forçando os Passos de São Gonçalo a marchas forçadas, montavam as areias do Rio Grande; o velho soldado voltando sobre seus passos tomou o comando da ala esquerda do entrenchamento do Rio Grande, a mais fácil de escalar, a não ser o brioso Batalhão Provisório e seu chefe, que compensavam com seus peitos, as pobres e indevidamente apelidadas Trincheiras: o Marechal Menna aí, como em sua juventude, ensinava a esses cidadãos armados, que o verdadeiro soldado, vê em cada dia de combate, um dia de glória: contando-lhes suas lidas de campanha, dormia como eles ao coberto do céu, sobre um canhão, ou junto aos sarrilhos: de suas rações tomava uma para si, e com verdadeira ênfase dizia-lhes: não sou eu vosso camarada? Não sou eu como vós um homem. Porque distinguir-me entre vós nestes comezinhos gozos? Não; na lide somos todos iguais, porque o perigo não escolhe a vítima, e se alguém quer o primeiro posto, deve buscá-lo com galhardia, no foco dos perigos, no centro do fogo. “Este homem prestigioso que unia qualidades especiais, que arrastava em tudo quantos o ouviam” (...)

Chegado à Porto-Alegre na mais cruel situação, em que o terror, e a desconfiança se pintavam desde as praças até o seio das famílias; em que o amigo desconfiava do amigo, o irmão do irmão, o pai do filho, e mesmo bastantes da esposa; em que as opiniões divididas se chocavam a cada momento, ensanguentando fratercidas (sic) nosso belo Porto Alegre e suas avenidas, o Marechal Menna apontado, apenas chegou, para comandante da linha fortificada que fechava esta praça, só teve o Comando como no Rio Grande da ala esquerda, aonde assistiu ao ataque de 20 de Fevereiro. Seu velho Pai, o Marechal João de Deus Menna Barreto, quis ainda uma vez ser colega e sócio de perigos do digno herdeiro de seu nome, e dividiu entre si, e seu filho a linha defensora. Meses depois a Presidência confiou a este gênio incansável, que em toda parte em que estalava o perigo se apresentava, diputando sempre punho a punho o lugar de honra, o comando da Guarnição da Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre por ofício de 17 de dezembro de 1836. (...)

Restituído de direito novamente ao quadro do exército, o Exm. Sr. Dr. Saturnino, e depois o hoje Exm. Barão de Caçapava o escolheram para tratar com os sediciosos um convênio de pacificação de nossa Província: foi quiçá o espírito persuasivo do sagaz emissário, que plantou entre os Rio-Grandenses, essa flor, que o predestinado do Céu soube escolher e espalhar pelo Rio Grande que a frui e que beija a mão, que lhe a ministrou! Nele estadistas como o Sn. Saturnino não viram um simples soldado. (...)

Desde 1805 até 1845 o Veterano foi sócio de todas campanhas em que se empenharam as armas imperiais. (*O GUAYBA*, 12/10/1856, p.83-84)

Primeiramente cabe destacar que as duas figuras biografadas representam esferas de poder e atuação diferenciados, pois o Visconde de São Leopoldo é um homem urbano, bacharel coimbrão, político e nosso primeiro historiador; já o Marechal Menna Barreto é o militar proprietário de terras, descendente e genitor de uma linhagem guerreira. Ambos são servidores fiéis do Império e consagraram suas vidas à defesa dos interesses da monarquia, participaram e sofreram as consequências do movimento revolucionário sem desviar do cumprimento desse dever. Esse é o propósito do exemplo, do modelo capaz de tornar ilustre um Rio-Grandense *pelas ciências, letras, armas e virtudes*.

Temos nessas páginas as primeiras crônicas ou memórias-literárias impressas, não com o intuito deliberado de defender tal ou qual facção ou ideário político (pelo menos não ao modo dos periódicos panfletários dos partidos), mas a exposição das lembranças de exemplos a serem seguidos, tanto na conduta, quanto na linguagem transmissora de sentidos e significados. E quais sentidos podem ser apreendidos nessas narrativas?

Para o biógrafo do Visconde de São Leopoldo, “a revolução de vinte de Setembro de 1835” (grafada em letra minúscula) foi alimentada “por antigos ódios e profundas rivalidades”, e conduzida por “homens que arvoraram a esfarrapada bandeira da república de Piratinim”, atingindo-o devido aos seus sinceros “sentimentos monárquicos”, porque é “dever de todo o bom cidadão” não ficar indiferente às dissensões civis. E desse modo viu sua chácara ser invadida e incendiada pelos “rebeldes” durante o cerco de Porto Alegre; seus escravos fugirem para servir ao exército liberal; e acordou-se durante a noite “sobressaltado ao pavoroso ruído das bombas e granadas, que rebentavam sobre a cidade”. Tomou parte da reação que retomou o governo “da capital que havia por deplorável descuido caído em poder dos sediciosos”, cujo partido, entretanto, “soube respeitar a sua pessoa e toda a sua família”.

O discurso do biógrafo, como se deve esperar, segue o tom do encômio ao biografado quanto ao posicionamento moral e político adotado durante os eventos revolucionários. Seu relato evidencia adesão e apoio ao ordenamento imperial pela desqualificação do conflito e de seus participantes, reduzidos a rebeldes contrariados em interesses pessoais que tomaram em armas para defender esfarrapadas ideias de república, afrontando os bons cidadãos, invadindo propriedades e causando destruições na cidade, embora tenham sabido respeitar ao visconde e sua família. O tom e o som da guerra podem ser captados na representação da angústia ou desespero de quem é acordado no meio da noite pelo terrível ruído das bombas e granadas que rebentavam sobre a cidade e seus habitantes. Esse é o significado da revolução: desordem, medo e destruição.³¹³

Miguel Meyrelles, militar como seu biografado, ressaltará, tal *como deve ser*, as virtudes do soldado exemplar, isto é, o Veterano (grafado em maiúscula) que jamais esquece os juramentos pátrios e que, mesmo desligado do exército, tem a espada sempre pronta a servi-lo. Um militar plenamente consciente e convicto de sua função e comportamento,

³¹³ Em ambos os relatos destacam-se as perdas ocorridas com a guerra civil, no caso do Visconde de São Leopoldo. Registra o sobrinho: poucos meses antes de morrer, em Abril de 1847, escrevia ele estas palavras, que foram para mim o seu canto do cisne: “(...) Não tenho o remorso de dissipar o patrimônio de meus filhos; *uma rebelião, na qual eu mais padeci pelo meu aferro e devoção à monarquia, desolou, e incendiou a minha chácara*. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão: nada tenho pedido, senão a indenização do meu ofício da alfândega do Rio Grande, o que não é uma graça, é uma justiça; porque é uma propriedade, que eu criei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém me o negará.” (*O GUAYBA*, 28/09/1856, p.67, grifos meus).

inclusive diante de comandados despreparados para enfrentar os “revoltosos”, já que, segundo Meyrelles, o Marechal ensinava aos “cidadãos armados” *como deve ser* o “verdadeiro soldado”. O relato nos conduz de tal modo ao campo de batalha, ou ao entrincheiramento das tropas, como se fosse possível escutar o Veterano a proferir a homilia militar antes do embate, “este homem prestigioso que unia qualidades especiais, que arrastava em tudo quantos o ouviam”, e ainda conhecer *como deve ser* o comportamento de um líder militar nato que, a despeito da hierarquia de comando, compartilha com os homens às suas ordens as duras condições que os igualam para enfrentar os mesmos perigos nas batalhas. Perigos encarados por Menna Barreto durante 40 anos em todas as campanhas que envolveram as tropas imperiais e que, apesar de tudo, morreu pobre, tendo as terras arrasadas durante a guerra civil.³¹⁴ Esse é o perfil do militar rio-grandense: austero, bravo e dedicado, narrado segundo os preceitos militares de ordem hierárquica, ressaltando a disciplina e o fiel cumprimento do dever na defesa dos interesses do Império, tal *como deve ser*.

Além do depoimento admirado pela conduta do Marechal, Meyrelles lega-nos uma descrição do ambiente hostil e profundamente dividido que pairava sobre a capital e seus habitantes, afinal Porto Alegre estava

na mais cruel situação, em que o terror, e a desconfiança se pintavam desde as praças até o seio das famílias; em que o amigo desconfiava do amigo, o irmão do irmão, o pai do filho, e mesmo bastantes da esposa; em que as opiniões divididas se chocavam a cada momento, ensanguentando fratercidas (sic) nosso belo Porto Alegre e suas avenidas” (O GUAYBA, 12/10/1856, p.84).

Contudo, é importante ressaltar que Meyrelles tinha apenas oito anos quando do cerco a Porto Alegre; portanto, sua narrativa é construída a partir de impressões e lembranças compartilhadas com indivíduos que, efetivamente, presenciaram ou souberam de tais situações (seus pais, avós, professores, criados etc.). Logo, mesmo que o narrador tenha crescido (ao final da guerra civil ele estava com 17 anos) sob a influência desses acontecimentos, não podemos conferir-lhe a classificação de memorialista senão

³¹⁴ Sobre as perdas de Menna Barreto, escreve Meyrelles: “Casado duas vezes em as principais famílias do Rio Grande o Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto, abastado proprietário, morreu pobre; *a guerra civil que assolou nossa terra destruiu como outros, a fortuna que ele havia herdado* de seu pai e esposas, e que habilmente havia aumentado”. (O GUAYBA, 12/10/1856, p.84, grifos meus)

indiretamente, porque soube por ouvir de *vozes que chegam do passado*.³¹⁵ O que não destitui completamente a validade de sua narrativa, apenas circunscreve e delimita o perfil do narrador (sobre acontecimentos que se passaram próximos a ele há 20 anos), pois tal relato está alicerçado naquela *voz geral* e homogênea que atende pelo nome de *opinião pública*, assentada no consenso produzido pela comunidade que compartilha tais informações e a que Halbwachs denominaria *quadros sociais da memória*.³¹⁶

Outras informações sobre Porto Alegre durante a ocupação dos republicanos aparecem, em 1857, no artigo de fundo, *Fundação e principais estabelecimentos de Porto Alegre*:

A população de Porto Alegre quotidianamente aumentada, sofreu alguma paralisação em consequência do movimento republicano que rebentou em 1835 nesta Província, vendo-se os habitantes desta cidade à braços com a falta de mantimentos, o que por algum tempo se experimentou. Por decreto imperial de 19 de Outubro de 1841 foram conferidos à esta cidade os títulos de *leal e valorosa* em recompensa da adesão que mostraram seus habitantes a prol da causa da monarquia, operando a reação de 15 de Junho de 1836, que deu em resultado o baque do governo estabelecido pelos republicanos, quando se apoderaram da cidade sem defesa alguma. Bem que a cidade não sofresse os danos que eram de esperar se houvesse mais perícia e destreza da parte republicana, que cercava a cidade, contudo houveram alguns danos ocasionados pelas balas que choviam sobre a cidade. (*O GUAYBA*, 16/08/1857, p.257)

Não há nessas breves notícias ou crônicas sobre o cerco de Porto Alegre, nenhuma alusão positiva dos resultados da guerra; ao contrário, todos são condenatórios aos atos e efeitos da Revolução e de seus propugnadores. Os elogios cabem aos homens que a ela resistiram com perícia militar ou com argúcia política.

³¹⁵ Ricoeur (1997, p.381-382) explica que o terceiro sentido do termo “tradição” se constitui a partir da crença que considera verdadeiras as informações recebidas do passado e, desse modo, constroem a autoridade do que é transmitido. A “voz da tradição” é composta de crenças, persuasões e convicções que pretendem à verdade; é, portanto, “essa pretensão à verdade, que não procede de nós, mas nos alcança como uma voz vinda do passado, enuncia-se como auto-apresentação das “coisas mesmas”.

³¹⁶ Tais conceitos foram apresentados na nota 23 com base em Morel (2008, p.33-35) e Neves (2005, p.410). Segundo Halbwachs (2004, p.93), a memória coletiva, aquela construída socialmente em interação com os membros do grupo, “apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece dentro dessas imagens sucessivas”, mesmo que não as tenha vivido pessoalmente.

Ainda em 1857, *O Guayba* publica uma série de artigos sobre a *História Pátria* que devem ter sido escritos pelos redatores principais, Carlos Jansen e Abreu e Silva. Os artigos traçam um apanhado dos principais acontecimentos na história do Brasil desde a chegada dos portugueses até o turbulento período das regências ao qual se referem da seguinte maneira:

Tristes cenas se deram no Brasil por todo o tempo das regências. Foi uma época tempestuosa em que as revoluções produzidas por interesses de indivíduos ou de partidos assolaram mais de uma Província.

Um dos Regentes, que poderia talvez melhor que os outros aplicar alguns meios enérgicos para salva-lo desse estado, resignou o poder, e só com a coroação de D. Pedro II começou o gênio da discórdia à abandonar o Brasil. *Chegados à esta época, não julgamos prudente continuar expondo livremente nossas opiniões: o terreno ainda está muito quente*, como disse um escritor moderno, para que se deva revolvê-lo. (*O GUAYBA*, 29/03/1857, p.98, grifos meus).

Em princípio pode parecer “magro aparte, em rodeio tão grande”, como escreveu Augusto Meyer, ao se referir às poucas quadras com alguma originalidade do cancionero popular rio-grandense. Todavia, essa é a primeira tentativa de escrita pública sem conteúdo meramente faccioso ou panfletário na primeira revista literária da Província, e que se propôs a franquear suas páginas aos letrados que quisessem se dispor a preenchê-las. Além disso, a originalidade da contribuição dessas narrativas reside no tom memorialista da apresentação, carregando ainda características da transmissão oral. Não há apoio em registros outros que não as memórias particulares ou coletivas sobre os homens e os eventos como foram recontados, sobre como teriam acontecido, sobre como teriam sido vividos e, no caso da narrativa de Meyrelles sobre Menna Barreto, *como deveria ter sido* a conduta de um militar exemplar.

Cabe-nos indagar: será que poderiam ser publicadas biografias de rio-grandenses que contrariaram tais exemplos? Poderiam ser exaltadas as virtudes dos que combateram contra o Império? Sobre esse aspecto, vale recuperar a narrativa do redator d’*O Guayba* sobre a história pátria que, ao mencionar *en passant* os tempos turbulentos das Regências, adverte a si mesmo que não julga “prudente continuar expondo livremente nossas opiniões: o terreno ainda está muito quente, como disse um escritor moderno, para que se deva revolvê-lo”.

As brasas que permanecem sob as cinzas do tempo é metáfora recorrente utilizada para aludir às dificuldades no tratamento do tempo e do tema, e foi recuperada por Oliveira Bello (1851-1919) vinte anos depois no romance *Os Farrapos*, publicado em 1877. A ideia ilustra adequadamente a atmosfera de interdição acerca da guerra civil e seus participantes:

Será cedo para escrever-se a história desse movimento insurrecionista? Talvez; no convolver as cinzas desse brasido, pode ser que disperte (sic) ainda uma fagulha, insuflada pelo açoute da severidade, vibrado em punição de alguma demasia, senão de algum crime. (...)

A história é de si póstuma; vivem ainda atores da tragédia, inflexos pela velhice, mas com o rescaldo dos antigos entusiasmos não de todo o ponto apagado talvez.

Dez anos de luta porfiada não se diluem em trinta de paz ainda fraterna; a onda de anistia, que lava as nódoas de sangue salpicadas nas tábuas da lei criminal, nem sempre pode sumir tão depressa as cicatrizes que, se já não são chagas, pois sararam, são todavia pontos melindrosos que se doem da mais tênue pressão.

A história pode contudo já ir instruindo com documentos o processo que tem de instaurar; o tempo urge, os testemunhos visuais vão desaparecendo, a tradição começa já a bordar as ramarias fantásticas da lenda na tela das narrativas revolucionárias; a fidelidade austera da crônica rende-se às seduções das musas, que inspiram os cânticos populares.

Mais tarde, quando se for rastrear os depoimentos severos para o plenário da posteridade, pode ser que se encontre um ciclo de episódios romanescos e maravilhosos para um cancionero e não fundamentos seguros para sentenças convictas. (LIVEIRA BELLO, 1985, p.26-27)

As dificuldades existiram e foram, plenamente, vividas e reconhecidas pelos contemporâneos, o que não os demoveu, entretanto, da ideia de produzir a sua própria versão dos acontecimentos, conforme evidencia o discurso do orador oficial do IHGPSP, Dr. Caldre e Fião, em 1861. Nele, enuncia o papel da Instituição regional diante do IHGB, pois “*de hoje avante dispensamo-la de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre os nossos ombros*”³¹⁷.

O problema, no entanto, residia em posicionarem-se politicamente apoiados em documentação apropriada, a fim de produzirem tal versão, ou mais especificamente, na seleção documental capaz de instruir ou subsidiar o processo que a história teria de instaurar, conforme

³¹⁷ *Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião na 1ª Sessão solene aniversária de instalação. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, março 1861, ano 2, n.1, v.2. In: (reedição) Revista do IHGRGS, n.101, 1946, p.68.*

a judiciosa formulação do bacharel Oliveira Bello. Mas como a história (ente abstrato) não instaura processos (ela os produz como ação e como narrativa), caberia aos homens (entes concretos), ao manusearem tais informações e documentos, instruí-la a partir de suas escolhas e interpretações. Entretanto, militares e letrados não estavam subordinados à mesma ordem hierárquica, não obedeciam aos mesmos códigos culturais de conduta e, embora muitos tivessem visões convergentes sobre os eventos históricos, as dificuldades tornavam-se explícitas nas divergências sobre as abordagens.

Nesse sentido é importante recuperar a perspectiva do presidente de honra do Instituto, segundo a qual cabia aos homens de letras, envolvidos nessa associação, escrever “as biografias dos mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense”, já que o general delimita bem o campo de atuação de cada membro.³¹⁸

O entendimento do presidente-militar do Instituto Histórico regional não deixa margem para muitas dúvidas sobre o papel social de cada membro. Enquanto os militares lutaram e conquistaram as glórias nacionais no passado remoto e recente, realizando efetivamente a história, sua “bem formosa missão”, caberia aos letrados do presente que veem “luzir o futuro” a conservação dessa memória, a preservação desse legado de lutas e guerras e de suas “formosas lições”. Há uma relação hierárquica estabelecida a partir da ótica de quem viu, viveu e lutou, ou seja, os militares, a qual regula o que deve ser feito a partir daí - a narração de seus feitos a ser realizada pelos letrados do presente para a geração do porvir. Diferentes esferas de atuação, diferentes experiências e expectativas a pretenderem ingressar uns pelas mãos de outros, num panteão comum sob a proteção de uma *deusa* chamada história, que *abençoa* com a lembrança e *protege* do esquecimento, preservando a *honra*.

Ironicamente, essa mesma lógica parece guiar a inversão sobre os atributos dos homens ilustres que, tanto n’*O Guayba* quanto do IHGB são os que se distinguem “pelas ciências, letras, armas e virtudes”, mas que para o presidente-militar do IHGPSP são “os mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense”. Ou seja, no

³¹⁸ “Coube-nos a nós, homens da geração passada, uma bem formosa missão; a vós, senhores, que florões do presente vedes luzir o futuro, a vós pertence-vos continuar nossa obra, e conservar na sua memória as formosas lições que ela vos lega”. *2ª Sessão Aniversária em 23 de fevereiro de 1862*. REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, 1862, ano III, v.III. In: (reedição) *Revista do IHGRGS*, n.102, 1946, p.205-206.

Instituto Histórico rio-grandense as letras cedem à preferência às armas. Não é meu propósito aqui manipular entendimentos, é evidente que no discurso de um militar sobressaia o louvor às armas; no entanto, não devemos deixar de registrar a inversão.

A despeito da frágil aliança entre diferentes interesses e posições partidárias dentro da instituição, ou da real intenção em coligir informações sobre a história rio-grandense, Lazzari destaca o importante papel desempenhado pelos homens de terra, guerra e letras na tentativa de reconstruir uma identidade cultural para a Província, afinal:

Colocava-se em questão, pois, a possibilidade de um consenso entre os senhores da política, da guerra e das letras na ex-república rio-grandense, pelo menos no plano simbólico, a respeito do seu papel como construtores da estabilidade das fronteiras e da glória militar do Império brasileiro. Se não chegava a tanto o sentido da reunião daqueles nomes na lista dos sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense, era inegável a conveniência política daquela forma de representar uma identidade unívoca para a Província. Segundo os discursos de fundação da associação, aquele era o momento de enfrentar a incompreensão histórica do império para com o Rio Grande de São Pedro. (LAZZARI, 2004, p.55.).

O que se acompanha, portanto, é a emergência de um novo teatro de lutas. As fronteiras a serem defendidas a partir de agora, no Rio Grande, não serão mais as territoriais que os separavam dos inimigos platinos, o reverso identitário e político tantas vezes combatido em campo aberto. Tem início uma nova batalha: o combate para a construção de outra imagem social no campo da escrita e do discurso, a conversão de homens de terra e guerra em homens de papel e tinta, o duelo entre a destreza física e a palavra, entre a força e a inteligência, entre a obediência hierárquica e a formulação de princípios cívicos de comportamento.

No bojo dessas disputas e alianças entre papéis sociais, imaginários políticos e instituições culturais, a identidade regional será configurada por meio da literatura apoiada nos eventos históricos, transmitida pelos periódicos e refigurada na medida em que os letrados reiteram e consolidam sua escrita, convertendo as lembranças dos tempos idos dos “bagadus” em memórias-históricas, devidamente instruídas pelos “tinteiros”.

Se Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) foi o personagem que acompanhou o desenvolvimento do ambiente letrado na capital, desde as primeiras escolas, dos primeiros padres professores, da emergência do periodismo, participando pessoalmente como professor, redator e político no conturbado cenário da guerra civil até sua expulsão para o exílio no Rio de Janeiro em 1837; então, José Antonio do Valle Caldre e Fião (1821-1876) é certamente o personagem que se destaca entre os letrados que viveram os dramáticos tempos revolucionários, secundado e sucedido por Apolinário Porto Alegre (1844-1904), no período que se segue do final da guerra dos *farrapos* à consolidação das práticas letradas na Província, marcada pela constituição do Parthenon Litterario.

Pereira Coruja, Caldre e Fião e Porto Alegre estabelecem a primeira linhagem de homens de papel e tinta, combatentes na liça da imprensa, adestrados no manejo da pena e da prensa, tendo por munições a palavra e a inteligência.

E tendo Caldre e Fião tomado parte ativa nesse movimento sociocultural, cabe evocar o seu registro literário sobre os eventos revolucionários, já que foi testemunha da guerra civil na Província de seu nascimento, representando no primeiro romance regional, *A Divina Pastora* (1847), o homem da terra ao ser chamado à guerra:

Ao primeiro grito – Liberdade – a esta palavra mágica, o Rio-Grandense desembainhou a espada, enferrujada pelo oxigênio da paz, mas que outrora luzente refletira ao sol do Uruguai; buscou os louros emurhecidos e cobertos da poeira que tinham levantado da terra a relha do arado ou o tropel dos ginetes nas lidas pacíficas dos campos; e correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam. (CALDRE E FIÃO, 1992, p.27).

Seja como autor, narrador ou médico-escritor-jornalista e rio-grandense, Caldre e Fião deixou nesses vestígios narrativos literários suas impressões sobre a Revolução, que indicam um posicionamento político e denotam sua desaprovação quanto ao fato e suas circunstâncias, condenando peremptoriamente os envolvidos.

Quereis que eu vos diga quais minhas ideias a respeito da revolução que teve princípio, na Província de meu nascimento, em 20 de setembro de 1835 e que devastou seus campos por nove anos, cinco meses e oito dias? Não farei dela história; direi em definitivo: a razão condena os partidos que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços de fraternidade, mas olhemos para as circunstâncias morais de nossa associação nesses tempos e facilmente adivinharemos o motivo da guerra. (CALDRE E FIÃO, 1992, p.45).

Assim também n’*O Corsário* (1851) uma personagem descreve os horrores da guerra para alertar os filhos sobre os perigos que representam as “boas palavras” de um revolucionário:

Meu Deos! Como é horrível uma revolução! Exclamou Felipe estremecendo todo. Eu fui um dos ferozes agentes dela que dilaceraram as entranhas da minha pátria... horrível pensamento! Eu, que a amava como a minha própria mãe, deixar-me assim levar, cegar-me desse modo!... ah! maldita ilusão! (...) Fui eu o culpado, o único culpado; porque era incauto, e não sabia então que os rebeldes e os revolucionários são, a mor parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis, a quem nada importam as desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; e enfim, a miséria de todos. Um desses desvairados deveria ser considerado como o maior inimigo da humanidade e do seu próprio país por todos aqueles que os olhassem antes de se cegarem. Meus filhos, (...) fugi do revolucionário como de um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes; resignará seu peito na malvadez que nutre, sem poder derramá-la na cabeça dos outros. (CALDRE E FIÃO, 1979, p.222).

A percepção política, fixada nos romances do liberal Caldre e Fião, é em tudo semelhante à do relato biográfico do Visconde de São Leopoldo, publicado uma década depois; sobretudo, a manutenção dos sentidos que reiteram a subversão da ordem, a insubordinação, a ausência de comando e autoridade, enfim, o caos.³¹⁹

No âmbito do Instituto, entretanto, não houve por parte de Caldre e Fião qualquer registro escrito sobre tais eventos. O orador oficial do IHGPSP limitou-se a lastimar no falecimento do Comendador Antonio Vicente da Fontoura (1807-1860) a importante perda que este significava como testemunha dos “fatos que presenciou da guerra civil”. Tão breve alusão remete-nos novamente às dificuldades na *instrução* e manejo dessas memórias no nível oficial de sua produção. Afinal, Vicente da Fontoura havia registrado em diário pessoal, sob a forma de cartas para a esposa Clarinda, o último ano da guerra civil. Eram apontamentos

³¹⁹ Caldre e Fião (1979, p. 21-22) também denuncia o recrutamento de escravos para a guerra, em artigo publicado em 5 de outubro 1849, no jornal *O Filantropo*, e se refere aos farroupilhas como *rebeldes*: “A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha, nos apresenta outro fato mui saliente: *Os rebeldes chamaram ao seu exército* os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças de seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos”.

preciosos sobre o dia-a-dia das tropas republicanas, as privações da campanha, sobressaltos, saudades da família, embrutecimento das relações, sofrimentos de todo tipo, cansaço, frio, vento, chuva, tédio, fome, e também suas opiniões sobre os principais comandantes farroupilhas. Observações e julgamentos bastante desairosos em alguns casos, principalmente sobre Bento Gonçalves e José Mariano de Mattos, aos quais imputava todos os males da má condução dos negócios da guerra, bem como por seu prolongamento e indefinição.

Mesmo não sendo trazido à publicidade no tempo de sua escrita, o *Diário* do republicano Vicente da Fontoura revela descrições muito semelhantes à narrativa literária do monarquista Caldre e Fião, na referência que ambos fazem ao modo como as revoluções afetam aos homens. Em 05 de abril de 1844, escreve com tintas melancólicas seu parecer sobre os rumos tomados e desenganos percebidos na condução dos anseios políticos de 20 de setembro:

Estas imagens tristes me pareceram as da pátria, e baixando à terra o pensamento que pouco antes contemplava o céu, principiei recordando essas cento e duas luas que, desde 20 de setembro de 1835, tem decorrido, apadrinhando crimes e desgraças; nesse longo período em que as poucas sublimes almas, eminentemente amadoras da sacrossanta liberdade dos povos, se hão sacrificado em tudo e por tudo, em pós (sic) desse fantasma que sempre nos foge, vigorosamente tocado pelo turbilhão de egoístas e malvados que, com a máscara de patriotas, roubam nosso ouro, jogam nosso sangue e arrebatam o precioso repouso das inocentes famílias. (FONTOURA, 1984, p.68).

Em 29 de julho de 1844, descreve e lamenta-se à esposa como foi pessoalmente afetado pelo fanatismo das ideias patrióticas:

Os revezes, minha Clarinda, as duras provas, por que a fortuna me tem feito passar, são a única e primordial causa de todas as angústias, dores e aflições por que tens passado. Eu tenho sido enfim quem tem envenenado teus dias e amargurado os dos nossos filhinhos. Verdade é que não por crimes vergonhosos, mas sim por um pátrio fanatismo, por uma ilusão inocente, que tem podido fascinar até as grandes almas! (FONTOURA, 1984, p.111-112)

E em 20 de setembro de 1844, reflete sobre a revolução e seus resultados:

Quão mudada e quão diferente reaparece a aurora de Vinte, no céu do Continente! No ano de 35 quão fulgurante e esperançosa impulsou ela todo o coração americano! Quão lutuosa e triste hoje, desanima a todo o brasileiro que, atento no prisma da Justiça e da Liberdade, vê apenas o longínquo lampejo de uma esperança que a razão não pode tolerar sequer, com a rapidez do relâmpago. Sim, que a maldade dos homens, que o mau fado da América e a estivada expectativa de nove anos, não são autoridades que destruir possam as belas teorias do sublime, por mais que o primor da arte, eminentemente desenvolvido pelo ardimento de corações, fantásticos pela sacrossanta Liberdade, nos assegurem que a derradeira hora dos tiranos está chegada. Oh! Almas sublimes, quanto invejo eu vossa perseverança advogando a causa da América! Porém, devo eu seguir-vos? Não vos terá fascinado a bondade do vosso coração, vossa inata singeleza? Sim, tem. Oh! Liberdade, nome vão! Será isto uma blasfêmia? Ah! Que o diga o Brasil, que (ai de mim) o declare o Continente!

Ali o hediondo monstro do despotismo, nove anos antes, a medo, uma vez ou outra fazia nadar seu carro ensanguentado. Aqui, ó doce pátria minha, soava apenas o pavoroso estrépito dessa carroça infernal, e logo o geral e o público anátema dava mortal sacudimento ao tiranete que ousava insultar-nos. E hoje todo o Brasil é escravo, e o Rio Grande, além de escravo, envilecido! (FONTOURA, 1984, p.127)

Diferentes perspectivas políticas, semelhantes julgamentos sobre os destinos dos homens envolvidos pelos ventos revolucionários. A principal divergência entre Caldre e Fião e Fontoura é sobre a monarquia, enquanto para o primeiro, o Rio-Grandense desembainhou a espada e levantou o arado das lidas pacíficas do campo para combater o “suposto tirano” que lhe apontavam; para o segundo, havia no Brasil um hediondo monstro do despotismo que vez ou outra banhava de sangue o solo da pátria, ao qual reagiram os Rio-Grandenses ao “tiranete” que ousava insultá-los.

Suposto tirano ou pequeno tirano, a chave da resposta era a Liberdade, “esta palavra mágica”, “esse fantasma que sempre nos foge”, em reação à monarquia, ao despotismo e a escravidão. Entretanto, ambos concordam que “a razão condena” e não pode tolerar a devastação dos campos, a desordem, a desconfiança, a guerra fratricida que apadrinha crimes e desgraças, sacrificando vidas e famílias inocentes. Razão turvada por ilusões disseminadas com “boas palavras” que arrastam ao “abismo insondável dos perigos”, ao “pátrio fanatismo” que ilude e “fascina até as grandes almas”. Os significados da revolução permanecem: irracionalidade, desordem, medo e destruição.

No relato de Fontoura há, inclusive, a descrição da dissolução do comportamento exemplar do comandante militar, contraponto antitético à representação realizada por Meyrelles, justificada pela exaustão do tempo em campanha numa guerra que se arrastava indefinidamente, sem vislumbrar solução. Tal é a percepção do rio-grandense em marcha pelo sonho de República, em 27 de maio de 1844:

(...) o meu amigo Canabarro, que no ano passado trilhava estes mesmos campos, comandando o seu 2º corpo de exército, laborioso, ativo e enérgico, prevendo as marchas e os planos do inimigo, suprimindo a nudez e privações do soldado; em marcha, já em outro flanco, já na retaguarda e logo na frente de seu corpo de exército, fazendo conservar a ordem dos esquadrões e a regularidade das colunas; infundindo ao soldado enregelado, um novo brio, uma audácia mesmo contra o rigor da estação; quão mudado está, quão diferente!

Marcha seguidamente na frente, jamais volve aos flancos ou retaguarda, e todo o exército toma na marcha um prodigioso terreno, por efeito do seu nenhum alinhamento! (...)

Acampa-se, e esse homem vigilante, que não deixava a eminência das colinas, dando hoje algumas horas aos assuntos públicos, vai qual um adamado maricas para a barraca da safadíssima *Papagaia*, roubando à pátria em pueris conversas, horas que só à pátria deve, pela posição em que está colocado. (FONTOURA, 1984, p.86).

Homens, simplesmente. Não heróis forjados e retemperados nas cruentas guerras. Apenas “indivíduos que agem e padecem, no tempo do mundo desenhado sobre o céu visível” como, poeticamente, formulou Ricoeur.³²⁰ Homens exaustos após nove anos sobrevivendo a batalhas contra o frio, a fome, a saudade, o sofrimento e o exército imperial. O *Diário* de Vicente da Fontoura não pinta heróis bravos e fortes; ao contrário, expõe a frágil e fraca face humana da guerra, dos sonhos frustrados, das indecisões, das escolhas equivocadas, do medo, do fracasso, da desonra, do desrespeito, da falta de rumo, de objetivo e de esperança. Tais são os significados da guerra civil no tempo da narrativa desse letrado, convertido em soldado farrapo.

Outra narrativa que contribui para a composição do quadro narrativo desse período são as *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*, escritas por autor anônimo, contudo

³²⁰ Referindo-se à apropriação reflexiva que desenvolve sobre o tempo mítico e os ritos dos quais retém apenas “a função especulativa, que trata da ordem do mundo”, que se refere a sua dimensão profana da vida e da ação imediata dos homens no mundo. RICOEUR, 1997, p.180-182.

autodeclarado *Um Riograndense*. Esse relato oferece-nos a perspectiva a partir da organização do exército imperial, assim como Vicente da Fontoura forneceu das tropas republicanas às vésperas da pacificação as *Reflexões*, que abordam o último período da revolução, conduzido pelo então Conde de Caxias, de 1843 a 1845, e foram publicadas já em 1846. Cabe, portanto, ao menos citar a *Dedicatória aos Concidadãos* para dimensionar a intenção da obra e mencionar algumas curiosas comparações realizadas pelo autor entre os generais designados para conduzir as forças militares imperiais na Província, avaliados por inaudita imperícia e temerária incapacidade para o comando de tal campanha.

Este foi, portanto, o primeiro texto sobre a guerra civil e o contexto de sua pacificação, produzido numa clara intenção de escrita historiográfica, no qual o autor rio-grandense fornece muitos dados sobre a composição das tropas, as táticas militares, tecendo comparações com históricos povos guerreiros (espartanos e romanos) e com outros conflitos bélicos, principalmente a Venda francesa.

DEDICATÓRIA

Concidadãos

Aqui tendes n'este opúsculo: O Histórico dos grandes movimentos estratégicos, que tiveram lugar neste paiz, nos últimos annos de sua guerra intestina!

Nós vol-o offerecemos, guerreiros, que tanto nelles vos distinguistes; cidadãos de todas as classes, que secundastes os combatentes ao preço dos mais pesados e dolorosos sacrificios. Matronas Rio-Grandenses, que não cessastes de soffrer, e de partilhar com vossos paes, irmãos, filhos e esposos os tormentos insupportaveis de um tão longo padecer; acceitai a nossa offerenda! Ella é digna do povo generoso, e bravo, a quem a dirigimos!

Oh! e como fostes grandes ao correr d'esses dias asiagos, d'essa década flagiciosa de luta desesperada e terrível!!

Talados vossos campos; vossas povoações desertas e volvendo-se em ruinas; vossas famílias desimadas pela morte, a que as mais cruéis privações as reduzião, ou victimas do ferro assolador da cruel guerra civil, que nem uma existência respeitava, nem uma condição exceptuava, ou de seus furores excluia; em meio dessas scenas de horrores que, em torno de vós a toda hora, a cada momento se reproduzião; ameaçada de total subversão a sociedade; ia-se ella, gradualmente escuando aos vossos olhos; tudo parecia ao vosso lado, e só permanecia intacta, e sobranceira a tanto soffrer, e estrago, vossa inimitável constância, vossa assombrosa coragem, vossa invencível firmesa; virtudes dignas de Sparta ou de Athenas, e que vos são características!!

Testemunhas dos desatinados planos das concepções desvairadas, que desenvolveram quasi todas as pequenas capacidades militares, para aqui mandadas, com o fim de restabelecer os negócios e ás quaes se commettia a direcção da guerra; vós esgotastes, até a ultima gotta, o cálix amargoso do

mais longo e intolerável padecer. Mas!... Deos, alfim, condoendo-se de tão aturados soffrimentos, vos deparou um Anjo Salvador, no Immortal Caxias! Rio-Grandenses! Caxias! Eis dous nomes, para sempre associados nas Paginas indeléveis da Historia incorruptível!

Ella dirá que, se destes o exemplo das mais sublimes virtudes, da mais heróica constância, o deo, elle, de acrisolado amor á vossa causa, de zelo e rara dedicação ao vosso Paiz! dirá, que, si fostes desgraçados, com os que o precederam, com elle fostes felises, e que só elle (máo grado aos pigmeos que lhe ladraram invejas) podia salvar-vos do profundo abismo em que outros vos submergiram; dirá (essa Historia, que tanta incapacidade perniciosa tem de expor um dia á publica vergonha) que á um só aceno do Heroe que vos conduzia, todas as paixões emmudeceram; todas as animosidades se calaram, que á sua voz poderosa, dous partidos, que pareciam irreconciliáveis e promptos a despedaçarem-se, se lançaram nos braços, um do outro, como irmãos, e como amigos, sem que se possa dar a preferencia n'esse assombroso triumpho de moralidade e de esclarecido patriotismo a qualquer d'elles. Dirá ainda (por mais que pese este testemunho de verdade ao invejoso *homunculo* que pensa deprimir-vos, lançando-vos o ridiculo, que sobre elle só reverte), que o character do Povo Rio-Grandense, nobre, sisudo, desinteressado e cavalheiro não tem superior, ou quem o exceda, nas vastas frações do Império Brasileiro; dirá, em fim, que pede um impossivel o que procura, ainda, mesmo, entre as classes mais rudes e grosseiras da numerosa Família Rio-Grandense, um ente tão immoral, tão despresivel, tão corrupto que se abaixe a esposar as doutrinas, com que se arreia e se ufana um infame Guaycurú, que, pregando o assassínio e o veneno, finge, talvez para acreditar-se, communhão de interesses, communhão de princípios, relações intimas com os que se disseram, outrora repúblicos, no Rio Grande do Sul !

Concidadãos: offerecendo-vos o nosso opúsculo, temos prehenchido um dever. Cumpri o vosso; dando a importância que deve merecer-vos este Monumento de Gloria, que justamente partilhaes com o vosso Immortal e Digno Pacificador.

POR UM RIOGRANDENSE.
(REFLEXÕES, 1938 (1846), p.7-9)

Assim apresenta-se aos leitores rio-grandenses esse Rio-Grandense anônimo e seu bosquejo histórico de parte da guerra civil. Nessa *Dedicatória* é interessante destacar primeiramente a noção de dever com a memória do acontecimento e daquele que foi o baluarte da pacificação: Luiz Alves de Lima e Silva, ou Conde de Caxias; em segundo lugar, a transferência aos contemporâneos do dever de manter viva a memória desse “Monumento de Glória”, tornado tanto mais monumental pela execução exemplar da missão de pacificação da Província rio-grandense. Esse duplo dever de memória é curioso por partir de um contemporâneo para os contemporâneos. Não há evocação de um passado que mereça o

direito de ser lembrado; ao contrário, a evocação é pela memória do e no presente, para os que vivem no rescaldo de 10 anos de guerra.

Esse texto é notável por vários aspectos mas, sobretudo, por atribuir a extensão e permanência da guerra à imperícia dos generais do Império, à sua precária diplomacia militar e, principalmente, à falta de competência dos comandantes enviados pela Corte, cujos “desatinados planos” e “concepções desvairadas” contribuíram para acentuar os rumos da guerra e não para fazê-la recuar. Assim, assistiram atônitos os rio-grandenses a “quasi todas as pequenas capacidades militares, para aqui mandadas”.

Apesar de ser um texto dirigido pelo intuito da exaltação às virtudes militares de Caxias, para realizar o objetivo principal a partir da comparação com os generais que o antecederam, o autor traça um perfil bastante inconveniente para a classe militar brasileira em geral, e em contrapartida reforça a habilidade militar dos rio-grandenses. E, por fim, atribui mais a falta de experiência do comando militar para a finalização da guerra do que o embate das ideias políticas entre monarquistas e republicanos. É ainda bastante enfático quanto à existência de legalistas exaltados, aos quais não interessava o fim do conflito.

O texto também é rico em informações sobre o cotidiano das tropas imperiais, suas precárias condições e táticas de formação. Nesse sentido, é bastante complementar ao relato de Vicente da Fontoura. Além disso, a fim de fornecer um retrato modelar da conduta do Conde de Caxias, o autor realiza um verdadeiro tratado sobre *como deve ser* o comandante exemplar, ao modo da descrição feita por Meyrelles sobre Menna Barreto, há uma pormenorizada prescrição dos modos de ação militar e de conduta entre as tropas que é quase um manual sobre a excelência do comportamento militar. As *Reflexões* são, portanto, parte do monumento à memória das virtudes e sacrifícios de Caxias e dos rio-grandenses, que poderiam ter sido discutidas, comentadas ou resenhadas pelos letrados que herdaram a memória desses acontecimentos. O único a mencioná-la, entretanto, é Domingos José de Almeida; os demais silenciaram sobre sua existência e conteúdo.

Não era ainda chegado o tempo dessa geração de letrados efetuar a narrativa desse passado, como queria o presidente-militar do IHGPSP. O passado não estava suficientemente

morto para ser revolido. E as memórias estavam muito presentes para serem devidamente selecionadas, pois viviam ainda os “atores da tragédia” que, embora “inflexos pela velhice”, conservavam “o rescaldo dos antigos entusiasmos”. Permaneciam as brasas ardentes sob as cinzas do tempo.³²¹

A produção de uma narrativa sobre esse passado, ou seja, de um relato ordenado sobre essa história, está relacionada ao surgimento de um conjunto de práticas que resultam de um lugar socialmente construído (CERTEAU, 2002, p.65 e ss.). De tal modo que a constituição desse lugar exige, além da habilitação (e disposição) do letrado para enfrentar o método no manejo da documentação - também numa escolha do modo de apresentação do conteúdo que implica adotar uma posição pública frente aos acontecimentos -, algo que era bastante delicado dentro da Província, como o comprova o anonimato do autor das *Reflexões* e a não publicação do *Diário* de Fontoura. Portanto, as condições de possibilidade dessa escrita serão estabelecidas conforme as relações de dependência ou autonomia do lugar de produção desse discurso “cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração.” (CERTEAU, 2002, p.56).

É, portanto, no sentido de construção de um lugar que permitisse a produção dessa escrita que se entende o conjunto de periódicos literários como o meio institucional que tornou possível a reunião de um grupo de letrados, os quais, ao compartilhar ideias e anseios, deram continuidade a práticas de escrita, leitura e oratória, e, finalmente, formularam regras que definiam como deveriam proceder e qual o padrão de conduta deveria ser adotado para pertencer ao grupo e à instituição.³²² Considerar o conjunto de periódicos literários como uma

³²¹ Sobre a dificuldade no procedimento de seleção das memórias, cabe o relato de Wiederspahn no texto de apresentação do *Diário* de Antônio Vicente da Fontoura, sobre a publicação parcial realizada por Alfredo Ferreira Rodrigues no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, entre 1910 e 1912: “A respeito dessa divulgação por iniciativa de Alfredo Ferreira Rodrigues, relatou-nos Abeillard Barreto que nos seus contatos pessoais com aquele seu velho amigo, “este sempre fazia referências à publicação parcial do documento, alegando que o fizera assim, porque sendo um admirador de Bento Gonçalves, cuja estátua promovera na cidade do Rio Grande, não achara razoável dar a público suas últimas páginas, em que Antônio Vicente da Fontoura dizia mal de seu companheiro de Revolução (sic)”.” FONTOURA, 1984, p.6-7.

³²² A base teórica dessa formulação foi encontrada em Berger e Luckmann (2005, p.79-80), que caracterizam a origem das instituições a partir de alguns elementos básicos, segundo os autores: “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. (...) As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social (...) e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. (...) As instituições implicam a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso

instituição sociocultural por meio da qual os letrados rio-grandenses pudessem exercer, de maneira eficaz e adequada, o seu papel social de construtores de outra ordem de sentidos, de outra esfera de atuação para os homens da Província - nem estritamente vinculada à política dos partidos, nem ao tradicional modelo agrário-militar -, visa tornar visível o esforço e a persistência dos indivíduos envolvidos nesse processo de buscar outro modo de organização e de expressão social. Por isso cada periódico de pequena ou extensa duração não foi tomado isoladamente, mas fazendo parte de uma cadeia de ações públicas e políticas que gerações de letrados, e suas práticas literárias e periodísticas foram construindo e consolidando.³²³

Enquanto as gerações de letrados iam se constituindo e se sucedendo no compartilhamento e no aprimoramento das práticas literárias na capital da Província, em Pelotas, durante o ano de 1859, Domingos José de Almeida causava alvoroço pela insistência em escrever e publicar n' *O Brado do Sul* “o histórico de nossa revolução, ou coisa que a isso pareça”, conforme relata em carta, de 29 de junho, a Manuel Antunes da Porciúncula. Através da missiva, pretendia responder ao “atrevimento com que nos caluniou no Libelo Infamatório que o “Conciliador” solida e se declara solidário” (ANAIS AHRs, 1978, p.139). É bom lembrar que o *Conciliador* era dirigido por Caldre e Fião.

Almeida tenta reunir o máximo de informações e documentos sobre eventos da guerra a fim de, segundo a carta de 09 de outubro enviada ao general Netto, responder aos pasquins infamatórios escrevendo “a história da revolução mais cavalheira do mundo e que tanto honra àqueles que a dirigiram como aos filhos do Rio Grande do Sul.” (ANAIS AHRs, 1978, p.147). Diante de tão afanosa tarefa, solicita a ajuda de José Pinheiro Ulhoa Cintra, em carta de 13 de outubro, a fim de auxiliá-lo “a coordenar a papelada e despertar minha memória enfraquecida para, de fato em fato, cronologicamente organizarmos alguma coisa que pinte os portentosos feitos dos republicanos do Rio Grande do Sul.” (ANAIS AHRs, 1978, p.150).

de uma história compartilhada. (...) As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições (...) controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”.

³²³ Retomando aqui o conceito de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Koselleck (2006, p.309-310), que garante a consistência teórica desse compartilhamento de ações que garantiram a manutenção do espaço de produção letrada; assim como o conceito de “agir político” de Arendt (1993, p.52), aquele que permite aos homens a sequencialidade das ações ao recuperarem ações anteriores e “fazer um novo começo”, lidando com o que passou e reconciliando-se com o que existe.

Em 22 de dezembro de 1859, em carta ao brigadeiro José Gomes Portinho, relata a metodologia de seu trabalho de pesquisa, além da historiografia, os relatórios e os inúmeros apontamentos que precisa ler a fim de dar prosseguimento à sua história:

Rever a grande soma de papéis que possuo do ano de 1827 a 1845; aqueles dessa mesma época, que me tem enviado em abundância tendentes à revolução da Província; ler as “Memórias Econômico-políticas de um português” por cuja perda e saudade ainda hoje confrange-se meu coração e minhas pálpebras se umedecem por deparar nesse apreciável escrito apontadas muitas das causas que ajudaram a produzir essa revolução; ler as historietas de Coruja, Abreu e Lima, São Leopoldo, Generalato do Conde de Caxias, Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e Titara; ler e confrontar o que se disse acerca de tal assunto nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nos Relatórios dos Ministros do Império, e o que mais se escreveu a respeito em Montevideú, Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco, tomar notas e coordená-las cronologicamente para depois escrever com fidelidade o histórico de dita revolução, a que me comprometi; bem vêes meu estimado Comandante e amigo, que isso é trabalho que não se pode fazer a correr (...).(ANAIAS AHRS, 1978, p.157).

Infelizmente, não é possível nesse momento prosseguir elencando as inúmeras correspondências de Domingos José de Almeida aos muitos companheiros de Revolução, e os diversos requerimentos às instituições oficiais solicitando cópias de documentos, além de jornais do período, que também reuniu como material de consulta. Para o nosso propósito de reflexão, bastam essas menções porque nos remetem às tentativas desses letrados contrários ou favoráveis aos motivos ou resultados da guerra civil em persistirem na lembrança, em negarem-se a esquecer ou desistirem de escrevê-la apesar de todas as dificuldades encontradas. Afinal, se não foi possível escrevê-la ao tempo, ao menos o material reunido por Almeida serviu para que Alfredo Varela o fizesse, mais de meio século depois. Além disso, o incômodo causado por Almeida pela insistência em produzir um relato circunstanciado e documentado sobre a “revolução mais cavalheira do mundo” pode, de algum modo, ter estimulado a criação do IHGPSP, pois os dois mais destacados integrantes do Instituto, Caldre e Fião e Marques de Souza eram adversários políticos de Almeida, os quais se confrontavam por meio do *Conciliador* e do *Brado do Sul*. Tal inferência é permitida, inclusive, porque

alguns companheiros republicanos de Almeida foram admitidos como sócios, e seu nome nunca foi sequer mencionado.³²⁴

É, portanto, no bojo da persistência desse exercício que reside a institucionalização das práticas de leitura e escrita que permitirão a emergência de um espaço e a consolidação de novos papéis sociais que surgem no suceder do tempo e das gerações. Durante a década de 1870 uma geração de letrados começará a preencher os lugares deixados pela geração de guerreiros, compartilhando memórias comuns, mas experiências diferenciadas sobre a guerra e seus efeitos. No suceder dessas gerações algumas transmissões serão preservadas, e outras, esquecidas ou reinterpretadas.

3.2. MEMÓRIAS FEITAS DE SANGUE E TINTA: ENTRE O DRAMA E O DEVER DE LEMBRAR

A partir da reunião de alguns jovens letrados em torno d'*O Guayba*, dispostos a produzir uma memória de práticas literárias na Província e conscientes da importância de seu papel precursor, tem início um novo modo de articulação social, não mais em torno das escaramuças da política partidária, tampouco da mera apologia aos feitos guerreiros. Seu propósito consistia em estimular o exercício literário no espírito dos jovens rio-grandenses oferecendo-lhes outra possibilidade de expressão no mundo, outra arena de combate, outro teatro de operações.

Nesse sentido, o conceito de *sequência das gerações* permite-nos articular a sobreposição de discursos sociais por meio de narrativas literárias que tornaram possível justificar, louvar e consolidar memórias positivas que foram substituindo as memórias negativas, sobretudo da guerra civil e de seus adeptos.

Ricoeur explica que “a noção de sequência das gerações” torna possível replicar a existência dos indivíduos no tempo, alicerçada numa “relação anônima” que estabelece uma espécie de vínculo entre vivências não contemporâneas que atua “designando a cadeia dos agentes históricos como *viventes* que vêm ocupar o lugar dos *mortos*. É essa substituição que

³²⁴ Entretanto, na Coleção Varela dos documentos de Domingos José de Almeida existem correspondências deste dirigidas ao Barão de Porto Alegre em 1860, ao qual Almeida refere-se como “Meu Exmo. e estimado Comandante”, e despede-se como “seu velho camarada e fiel amigo”; e outra de 1861, nos mesmos termos de tratamento do “amigo dedicado e camarada” (ANAIAS AHRS, 1979, p.171-172 e 224).

constitui o terceiro-tempo característico da noção de sequência das gerações”. A reflexão sobre tal conceito foi empreendida por Dilthey e Mannheim, que aprofundaram os “aspectos *qualitativos* do tempo social” distinguindo “a pertença à ‘mesma’ geração e a ‘sequência’ das gerações” que correspondem, respectivamente, ao “tempo ‘exterior’ do calendário e ao tempo ‘interior’ da vida psíquica”. (RICOEUR, 1997, p.187-189).

Segundo Dilthey:

Pertencem à “mesma geração” contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças. (...) Essa pertença compõe um “todo” em que se combinam uma *bagagem* e uma *orientação* comum. Recolocada no tempo, essa combinação entre influências recebidas e influências exercidas explica o que faz a especificidade do conceito “sequência” de gerações. É um “encadeamento” oriundo do cruzamento entre a transmissão da *bagagem* e a abertura de *novas* possibilidades. (RICOEUR, 1997, p.189).

Karl Mannheim agrega outros elementos à noção de pertencimento geracional, aprofundando a distinção ao propor a “pertença por localização” no espaço social da “pertença a um ‘grupo’ social” que designa uma proximidade das afinidades padecidas ou recebidas, daquelas intencionalmente procuradas ou ativamente buscadas que caracterizam “o ‘vínculo de geração’”, tanto pela participação pré-reflexiva num destino comum quanto pela participação real em intenções diretoras e em tendências formadoras reconhecidas” (RICOEUR, 1997, p.189-190).

Os letrados rio-grandenses que estabelecem a primeira linhagem de homens de papel e tinta: Coruja, Caldre e Fião e Porto Alegre compartilham um modo de expressão comum, nenhum deles esteve no campo de batalha, nenhum deles utilizou outra arma que não fosse a pena ou a prensa, nenhum deles empregou outra munição que não as ideias escritas e publicadas. Quando Coruja nasceu, em 1806, Porto Alegre era uma pequena freguesia que seria elevada à vila três anos depois, o menino educado pelos padres acompanha o Brasil tornar-se nação independente e Porto Alegre virar cidade. Aos 19 anos é enviado ao Rio de Janeiro para aprender um novo método de ensino, e aos 21 anos é nomeado professor de primeiras letras. Em 1827, Coruja inicia suas atividades no magistério local e assiste ao aparecimento do primeiro jornal da capital, *O Diário de Porto Alegre*. Nos dez anos

seguintes, o professor presenciará a circulação de aproximadamente 36 títulos de jornais ou folhas nas ruas da cidade, participará de vários periódicos, publicará livros didáticos e acompanhará a emergência dos eventos revolucionários que o levarão a deixar o Rio Grande em 1837.

Caldre e Fião nasce em 1821 e, aos 16 anos, enquanto o professor Coruja deixava a cidade, o menino José Antonio trabalhava com auxiliar da botica da Santa Casa de Misericórdia. Com a instrução que recebia pode acompanhar as discussões entre legalistas e republicanos em algum dos 24 títulos impressos na capital, até sua viagem para estudar medicina na Corte, em 1843. No Rio de Janeiro publica dois romances, colabora em periódicos, leciona e obtém o diploma de médico. Ao retornar, dez anos depois, encontra a Província pacificada e 18 títulos de periódicos em circulação na capital. Nos anos seguintes participará ativamente do cenário sociocultural de Porto Alegre.

Quando Vicente da Fontoura, como emissário dos republicanos, passa por Rio Grande em missão ao Rio de Janeiro pela pacificação da Província, em dezembro de 1844, o primogênito da família Porto Alegre acabava de completar três meses de vida. Um ano antes passava pelo mesmo porto o jovem José Antonio do Vale, então com 22 anos, para tornar-se médico, jornalista e escritor na Corte. Em 1859, enquanto Domingos José de Almeida, em Pelotas, andava às voltas com a reunião de material para escrever a história da Revolução e enfrentava o *Conciliador* de Caldre e Fião e outros nas páginas d'*O Brado do Sul*, Apolinário, com 15 anos, chegava com a família para morar na capital, na qual *O Guayba*, recentemente, deixava de circular, mas que, no ano seguinte, contaria com a publicação da *Revista do IHGPSP*, uma nova Instituição encarregada de promover a escrita da história sul-riograndense, tendo entre seus membros fundadores o Dr. José Antonio do Vale Caldre e Fião e entre os sócios correspondentes o professor Antonio Alvares Pereira Coruja. Até chegar aos 21 anos, o jovem Apolinário verá aparecerem e desaparecerem três jornais literários de um conjunto de 19 publicações que circularam na cidade até 1865. Em 1867, aparece em Rio Grande o jornal literário *Arcádia*, e em Porto Alegre, o *Actualidade*, nos quais Apolinário torna-se colaborador, e em 1869 surge a *Revista Mensal do Parthenon Litterario*, o periódico da sociedade de mesmo nome cujo presidente é o jovem professor Apolinário Porto Alegre, então com 24 anos.

Essa arbitrária linha de sucessão tem o propósito de estabelecer os parâmetros e perímetros de ação desses homens de papel e tinta, e demonstrar o encadeamento de sucessivas práticas socioculturais que tornaram possível a emergência de um espaço de atuação diferente do que foi legado pela memória dos homens de terra e guerra. A linhagem dos letrados, iniciada por Antônio Alvares Pereira Coruja, corresponde à “Primeira Geração”, aquela que participa ou presencia os acontecimentos das guerras de fronteira que transcorrem entre 1801 e 1828; a mesma geração que viverá sob os escombros de dez anos de guerra civil e à qual ainda caberá defender o Império do Brasil na *Guerra Grande* de 1843 a 1851. São os homens dessa geração que darão início ao IHGPSP.

Lazzari (2004, p.51) apurou a composição do quadro de sócios do Instituto, revelando que dos 111 sócios listados nas revistas do IHGPSP, pelo menos 30 eram portadores de patentes militares, o que correspondia a 27% dos integrantes, entre os quais, certamente, a maioria havia estado em um ou mais daqueles combates citados acima. Dos 41 nomes selecionados para compor a listagem que elaborei da “Primeira Geração” (entre aqueles que compuseram comissões e diretoria do IHGPSP e dos sócios correspondentes: Canabarro, Coruja, Fontoura, Sá Brito, Ulhoa Cintra e Menna Barreto), oito apresentam patentes militares, correspondendo a 20% dos sócios, percentual que acompanha a estimativa de Lazzari de 23% de militares entre os sócios efetivos (10 entre um total de 44).³²⁵

Nessa “Primeira Geração” há uma tímida participação dos membros do Instituto em periódicos, sobretudo literários, dos 41 listados apenas Ulhoa Cintra foi colaborador d’*O Guayba*, Sá Brito e Araújo constam como sócios do Parthenon Litterario e, embora Vicente da Fontoura tenha escrito o *Diário* e Sá Brito suas *Memórias da Guerra dos Farrapos*, nenhum teve esses escritos publicados em vida, somente Coruja teve suas obras didáticas impressas.

Panorama bem diferente é configurado pela “Segunda Geração”, liderada por Caldre e Fião; entre os 23 nomes selecionados para sua composição, sete foram sócios do IHGPSP e tiveram algum tipo de obra publicada, nove foram colaboradores d’*O Guayba*, três da *Murmúrios do Guahyba*, 16 pertenceram ao Parthenon Litterario, 15 colaboraram em outros

³²⁵ Anexos Capítulo 3: QUADROS 1, 2 e 3: GERAÇÕES DE LETRADOS E GUERREIROS.

periódicos e 21 autores tiveram obras publicadas. O que demonstra a ocupação do espaço público pelos letrados por meio dos periódicos, e aquela “forte agitação intelectual” referida por Guilhermino Cesar, pois pelo menos a metade desses jovens letrados conviveu intimamente com as ideias legalistas ou republicanas, assim como vivenciaram o clima hostil da capital e presenciaram as violências e perseguições políticas perpetradas por ambos os partidos.

A “Terceira Geração” herda dos predecessores imediatos (a “Segunda Geração”) um espaço e um modo de atuação, isto é, os periódicos literários e a intensificação das práticas letradas; e dos predecessores mais afastados (a “Primeira Geração”), um modo de ser e de pensarem-se, ou seja, como guerreiros sempre prontos para o combate. Pensando nos termos da formulação da *sequência das gerações* formulado por Dilthey, a “Terceira Geração” recebe da “Primeira” a *bagagem* (experiências) e da “Segunda” *uma nova orientação* de compartilhamento das experiências (memórias) comuns. Nesse sentido, a história construída pelas guerras passará aos temas literários/ficcionais e biográficos, as batalhas em campo aberto migrarão para as páginas impressas de livros ou periódicos, o caos das intermináveis campanhas militares será transferido ao controle institucional de sociedades que discutirão seus efeitos na formação da sociedade rio-grandense. Apolinário Porto Alegre e seus companheiros de geração e do Parthenon Litterario serão os realizadores de boa parte do que desejaram Coruja, Jansen, Caldre e Fião, Almeida, Sá Brito, Marques de Souza e tantos outros. Assim, dos 34 nomes selecionados para a composição dessa geração, todos pertenceram ao Parthenon Litterario, um foi redator d’*O Guayba*, cinco participaram da *Murmúrios do Guahyba*, 25 tiveram obras publicadas e 27 colaboraram em outros periódicos, o que demonstra a efervescência da circulação de ideias e de iniciativas culturais a partir de então.

Em janeiro de 1870 aparece no cenário periodístico da capital a *Murmúrios do Guahyba* – revista mensal consagrada às letras e à história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigida por José Bernardino dos Santos (1848-1892), também membro do Parthenon Litterario e da comissão de redação da *Revista Mensal*. A novidade que surge em suas páginas, a partir do segundo mês de circulação, é a publicação de transcrições de

documentos sobre a *Revolução da Província (1835 a 1845)* ou *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, títulos da seção dedicada à história e redigida por José Bernardino.

Sob o título *Revolução da Província (1835 a 1845)*, José Bernardino publica as proclamações de David Canabarro de 28 de fevereiro de 1845, e a do Barão de Caxias de 1º de maio (sic, o correto é março) de 1845. Ele inicia suas considerações sobre as dificuldades de proceder na escrita da história inspirado em Affonso de Lamartine (1790-1869), o poeta e historiador francês que escreveu entre outras a *História dos Girondinos* (1847):

A imparcialidade da história, não é a do espelho que reflete unicamente os objetos; é a do juiz que vê, que escuta e que sentencia. Os annaes não são a história, pois que para merecer este nome precisão de uma consciência; visto que ella mais tarde se torna a do gênero humano. A recita vivificada pela imaginação, reflectida e julgada pela pendência, eis a historia qual os antigos a entendião, e tal como tambem eu desejara, dignando-se Deos guiar a minha penna, deixar um fragmento ao meu paiz. (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, fevereiro, p.78).

O jovem José Bernardino parecia conhecer algumas obras de Lamartine, pois havia citado um trecho do *Cours familier de littérature* (1856) no texto de abertura do primeiro número da revista e, ao evocar as palavras do historiador dos girondinos (1847) e da Revolução dos franceses (1849), referiu-se a ele como o poeta das “divinas harmonias” ou *Harmonies poétiques et religieuses* (1830). Era, certamente, um atento admirador, já que escrevera um necrológio em homenagem ao poeta falecido em fevereiro do mesmo ano que veio a lume o primeiro número da *Revista do Parthenon* (março de 1869). Tal conhecimento, no entanto, ao invés de incentivá-lo a produzir sua própria versão dos acontecimentos da história local, parece tê-lo intimidado, pois:

Estas palavras do immortal Affonso de Lamartine pesarão em nosso animo, e esmorecerão-nos; amesquinharão-nos ante a consciência de nossa fraqueza, fazendo-nos desistir de uma das mais arrojadas empezas que poderemos tentar — qual era a de escrever um resumo histórico da revolução da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. (*idem ibidem* p.78)

O papel de “juiz que vê, escuta e sentencia” pareceu pesado demais aos ombros do jovem de 22 anos que se iniciara há pouco na seara das letras, e que registra o depoimento pessoal sobre as dificuldades enfrentadas ao percorrer descrições de acontecimentos tão gloriosos quanto cruéis, e que exigem daqueles que os perscrutam a serenidade necessária para o cumprimento da jornada, justificando desse modo a frustração de seu intento:

N'esse intuito muitas noites furtadas ao repouso haviam produzido alguns cadernos de reflexões e notas sobre esses acontecimentos memoráveis, a cujo estudo nos prendíamos arrebatados ora pelo entusiasmo seguindo a descriptiva desses feitos de heroísmo e de glória, ora por um sentimento de respeito e admiração por esses actos sublimes em que se precipitam as causas mais nobres e as mais puras intenções, ora mergulhados em funda mágoa e indignação ante a recordação de actos, que só o mais requintado e feroz canibalismo sabem produzir para deslustrar o brilho e a nobreza da mais santa causa: e estes derão-se em ambos os partidos, e tingirão-nos de horror e barbarismo. (*idem ibidem* p.78)

O coração juvenil de José Bernardino era invadido por uma gama de sentimentos contraditórios e complementares; ora sentia entusiasmo, respeito e admiração pelos feitos memoráveis de heroísmo e glória, ora experimentava mágoa e indignação diante de actos cruéis e bárbaros perpetrados por ambos os partidos. De fato, José Bernardino vivenciava por meio das fontes históricas aquele turbilhão provocado pelas paixões políticas que turvam a mente e corrompem a razão, conforme descreveram Vicente da Fontoura e Caldre e Fião.

O esforçado jovem também faz observações sobre o árduo trabalho do historiador, que se debruça sobre as caudalosas fontes que dizem muito sem falarem nada, e desafiam seus intérpretes a formularem adequadamente seu propósito, sob pena de verem-se soterrados pela miríade de informações que dimanam delas, o que de certo modo também contribuiu para a sua desistência:

Estes grandes espetáculos nos arrebatavam e o entusiasmo nos movia a penna: e assim, se por insuficiência desistimos de uma empreza grandiosa, o egoísmo nem o despeito de nossa própria deffecção intima pelas palavras do historiador que citamos, nada influem em nosso espirito, pois que gostosamente contribuiremos para que outros levem a effeito (o que é já tempo) essa missão, de que nos julgamos incapazes; e a esses com prazer offerecemos tudo quanto podemos reunir em longas e enfadonhas investigações, em trabalho assíduo e por sua natureza difficil, no empenho de colleccionar documentos officiaes e authenticos que possam servir de

prova quando forem levados ao tribunal da historia essa epocha e os seus pró-homens, os personagens que figurarão n'esse grande drama de sangue de que foi teatro a Província do Rio Grande do Sul desde 20 de Setembro de 1835 até o 1º de Maio (sic) de 1845.

Á quasi trescentos ascendem os documentos que hemos colhido, respingando-os aqui e ali, do pó, do olvido e da treva em que jazião, ou salvados da destruição.

Este trabalho foi árduo, mas confessamos, que elle nos desvanece, porque se não saciamos a nobre ambição que nos impellia a enthesoural-os, compensamos a convicção de termos n'isso prestado um serviço real a terra em que nascemos, e a gloria de que seremos um dia consultados por aquelles que tiverem de escrever a historia d'esse decênio tão fecundo em feitos de glorioso heroísmo, quanto maculado por actos de barbara carnagem e requintada perversão.

É pois já tempo de se desentranhar do cáhos as peças sobre as quaes se há de formular o processo d'essa geração, já quasi toda extincta; e nós gostosamente offerecemos as que forão o fruto de nossas noutes de insomnia, de estudo e de locubrações penosas: este prazer é-nos immenso; e é a grata e bastante recompensa de nossos esforços.

José Bernardino dos Santos.

Porto Alegre, 20 do Fevereiro de 1870. (*idem ibidem* p.82)

Encontrar a mão e a pena capazes de descrever o “drama de sangue de que foi teatro a Província de São Pedro” - tal era o desafio e a proposta de José Bernardino para aquele que se habilitasse a tal execução. Para tanto, oferecia nas páginas de sua revista os documentos oficiais e autênticos que serviriam de prova no “tribunal da história”. Propósito semelhante já havia sido apresentado, 13 anos antes, aos leitores rio-grandenses nas páginas d'*O Guayba*, e aguardava ainda a sua realização.³²⁶ Todavia, José Bernardino avança no cumprimento desse objetivo comum ao dar início à publicação da transcrição de documentos originais garantindo em nota sua fidelidade:

Nos documentos e notas que publicar esta «Revista» se guardará toda a sua fidelidade, e em ordem chronologica daremos os mais importantes que possuímos, conservando esta redacção perfeita imparcialidade sobre elles. (*idem ibidem* p.83)

³²⁶ A sobrevivência desse conjunto documental é, portanto, representativa de um desejo de perpetuar uma memória sobre as práticas letradas da Província, demonstrando o interesse daqueles letrados pelo registro histórico na preocupação em publicar documentos e “arquivar o mais possível notícias que pudessem mais tarde servir à pena que quisesse escrever a história de nossa Província”. (*O GUAYBA*, 28 de junho de 1857, ano 2, n.26, p.202).

No exemplar de fevereiro, além das duas proclamações, há outras cinco correspondências de Sebastião Barreto Pereira Pinto³²⁷ para Bento Gonçalves (30/12/1834); de Antonio Rodrigues Fernandes Braga³²⁸ para o Juiz da Comarca de Piratiny (24/12/1834); do mesmo Braga para o promotor público de Porto Alegre (19/01/1835); do mesmo Braga para Sebastião Rodrigues Dias, comandante da fronteira do Rio Grande (22/01/1835); e ainda outra correspondência a ser concluída do número seguinte da revista.

Dentre as correspondências citadas, destaco a que Fernandes Braga dirige ao promotor público da capital Sr. Lourenço Júnior de Castro, a fim de solicitar o enquadramento legal previsto pelo código criminal aos autores de periódicos que contêm “proclamações incendiárias”...

Tendo apparecido em alguns periódicos d'essa cidade proclamações incendiarias, concitando o povo a insurgir-se contra as autoridades legitimas, e procurando por todos os meios enthronisar a anarchia, e não convindo que continue por mais tempo o escandaloso abuso, que se tem feito na capital da Província da salutar instituição da imprensa livre, que em vez de servir de morigerar o povo, não tem contribuído senão para a desmoralisação geral: cumpre por tanto que Vmc. sempre attento ás obrigações que a lei lhe incumbe, e ao disposto no art. 119 do código criminal, promova sem perda de tempo a accusação contra os autores de taes periódicos, a fim de que sendo punidos com todo o rigor das leis, se ponha termo á licença, que infelizmente tem apparecido nos impressos da capital.

Deos guarde a Vmc. — Porto Alegre, 19 de Janeiro de 1835. — Antonio Rodrigues Fernandes Braga. — Sr. Lourenço Júnior de Castro, promotor publico d'esta cidade. (*idem ibidem* p.83)

Ao publicar as correspondências, proclamações e discursos, José Bernardino tece algumas considerações sobre os eventos que contribuem para nossas reflexões sobre os sentidos e significados da guerra civil, tanto para os contemporâneos quanto para os seus sucessores:

³²⁷ *Sebastião Barreto Pereira Pinto* (1780-1841). “Foi comandante de armas da Província desde 1829 até 1835, quando o governo dos farroupilhas o destituiu. Por sua conduta e vinculações políticas, teve papel relevante na eclosão do movimento de 20 de setembro; era das personagens mais visadas pelos farrapos. Tinha aproximação com o presidente uruguaio Frutuoso Rivera e hostilizava Lavalleja, que, por sua vez, era apoiado e estimulado por Bento Gonçalves da Silva.” (Franco, 2010, p.162).

³²⁸ *Antonio Rodrigues Fernandes Braga* (1805-1875). “Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de maio/1834 a set/1835, quando foi deposto pelos farroupilhas em Porto Alegre; obrigado a fugir para Rio Grande. Nesta cidade exerceu a presidência até jan/1836, quando foi substituído pelo Dr. José de Araújo Ribeiro.” (Franco, 2010, p.43).

Os ânimos cada dia mais se excitavão, azedados no ódio das paixões partidárias que os repassava, desde a extincção da Sociedade Militar tão mal vista pelos liberaes, que se orgulhavão de appellidarem-se Farroupilhas em quanto que aos contrários, como um epitheto infamante, chamavão Caramurus, independente de outros pseudos acintosos, taes como restauradores, escravos do Duque de Bragança, Gallegos e outros, como se vê das próprias correspondências e papeis officiaes trocados entre as primeiras autoridades da Província e os juizes de paz, entre os quaes se destacava o redactor do celebrado periódico Idade de Pau, juiz de paz do districto central Pedro José de Almeida, vulgarmente conhecido por Pedro Boticário, patriota sincero, mas cujas ideas politicas a força de serem exaltadas tornavão-se apaixonadas até a vingança, o insulto e o ódio aos contrarios, idéas porém de que foi martyr, que nunca renegou, e de que póde dar prova a seguinte transcripção: (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, março, p.122)

No exemplar de março são publicados: o discurso do cidadão Pedro José de Almeida (o Pedro Boticário), realizado em sete de setembro; ofício da câmara municipal de Jaguarão ao Presidente da Província (16/08/1834); de Bento Gonçalves, sem identificação de destinatário (09/08/1834); e para Fernandes Braga, de José Fernandes dos Passos, juiz de paz da Vila de Jaguarão (31/08/1834); todos em referência às ofensivas do general Fructuoso Rivera. Todos os documentos são bastante significativos dos movimentos e das tensões desencadeadas pelas ações de Fernandes Braga. No entanto, as notas interpretativas de José Bernardino revelam outros aspectos que nos convidam ao destaque:

A hostilidade que dos liberaes e patriotas da revolução de sete de Abril, soffrião os adoptivos portuguezes, e vice-versa; o ódio que aquelles votavão a todos quantos tinham feito parte da Sociedade Militar, produção incessantes provocações de parte a parte, e copiosos desacatos se davão, dos quaes muitas vezes o sangue e o assassinato attestavão-lhes os funestos resultados.

No Rio Pardo, Cachoeira e Capella, como na capital, elles se reproduzião constantes e de gravíssimas consequências. O próprio quartel do batalhão de guardas nacionaes foi theatro onde se representou uma d'essas scenas de sangue e de insólita insubordinação. No dia 1º de Outubro de 1834, por occasião de levantarem-se os guardas nacionaes contra seu commandante o tenente-coronel Silvano José Monteiro de Araujo e Paula, que querendo fazer executar uma ordem de prisão, exasperou-se com a resistêcia, que se lhe oppunha ao cumprimento d'ella, e, menos reflectido, esbofeteou a um d'esses guardas, affronta que, repellida pelo offendido e seus camaradas, ia custando a vida áquelle commandante, como em apoio aos contrários os grupos crescião e era imminente maior conflicto se não fosse a prompta chegada dos municipaes permanentes, que o terminarão.

Este distúrbio foi atribuído pelos adversários políticos, não sabemos se com algum fundamento, ao Sr. Visconde de Camamú, que então se achava preso n'esse quartel, cumprindo a sentença a que foi condenado pelo juiz de paz do centro, pelo crime de injúrias ao major João Manoel de Lima e Silva. (*idem ibidem* p.123-124)

As perseguições promovidas de parte a parte por liberais e portugueses, porque esses defendiam o retorno de D. Pedro I e sua reintegração ao trono do Brasil, reunidos na Sociedade Militar composta por oficiais militares nascidos em Portugal, despertava naqueles os ódios políticos, que resultavam “muitas vezes o sangue e o assassinato”. Nesse clima persecutório de ódios e vinganças, José Bernardino narra a “insólita insubordinação” ocorrida no “quartel do batalhão de guardas nacionais”, quando os guardas resistiram em dar cumprimento a uma ordem de prisão determinada pelo comandante que, reagindo com violência contra um dos guardas, foi atacado pelos demais, o que quase provocou a sua morte. Tal ocorrência teria sido provocada pela prisão do Visconde de Camamú, provavelmente, simpático a tal Sociedade Militar, pois nascido em Portugal, e acusado por injúrias ao major João Manoel de Lima e Silva, liberal e opositor à criação daquela Sociedade no Rio Grande do Sul.

O esforço narrativo de José Bernardino busca os fundamentos, as hostilidades e ressentimentos desencadeados pela Revolução nessas iniciais animosidades entre liberais e portugueses, e as funestas repercussões do ativismo político no seio da força militar imperial que provocou atos tão extraordinários quanto à insubordinação e agressão dos guardas nacionais ao seu comandante. Sobre tais acontecimentos, o aturdido narrador confessa não saber se encontra a *correta realidade* por trás do ocorrido, já que o motivo foi atribuído por adversários políticos. O jovem aprendiz de historiador depara-se com o drama de quem busca a *verdade* nas fontes à sua disposição, e a nós não cabe submetê-lo a um julgamento descabido, porquanto completamente estranho ao seu tempo. Pois ele teria que aprender ainda que, para ser um historiador *imparcial*, seria necessário tomar partido, ou seja, agir como o anônimo rio-grandense das “Reflexões” sobre o comando das forças imperiais sob Caxias, a fim de homenagear a atuação desse “Monumento de Glória”, ou como tentou Domingos José de Almeida ao se propor a narrar a “revolução mais cavalheira do mundo”. Partindo dessa premissa, se a seleção não se tornava mais fácil, pelo menos tinha uma direção certa, ou, como desejava Marques de Souza que os letrados do Instituto, em sua “formosa missão”,

narrassem as “formosas lições” legadas pelos homens de terra e guerra, tal como fez Meyrelles sobre Menna Barreto, aliás, ambos homens de espada.³²⁹ Entretanto, para executar essa narrativa sob qualquer posicionamento, era necessário não ter medo do que revelavam os documentos sobre os envolvidos nesse “drama de sangue”.

A via encontrada pelo cuidadoso jovem, que tentou seguir os conselhos de Lamartine, foi a mesma seguida por tantos outros, ou seja, sumarizou os eventos e seus personagens principais e eximiu-se de emitir o próprio entendimento, deixando que as fontes *falassem* por si mesmas:

Além d’esses males, um outro e maior se fazia sentir nas altas regiões da administração da provincia.

A presidência soffria uma opposição violenta e sem trégoas da imprensa liberal, cujos órgãos, entre os quaes o Echo Porto-Alegrense se destacava, o censuravão amargamente.

Como o presidente o commandante das armas, marechal Sebastião Barreto, não gosava maiores sympathias ou adhesões. Entre S. Ex. e as autoridades do Rio Grande, Jaguarão e fronteiras, quer civis como militares, reinava mais que discórdia e desaffecto, havia prevenção, e quiçá animosidades, como dão cabal testemunho os officios abaixo transcriptos, da câmara municipal de Jaguarão, do coronel Bento Gonçalves, e do juiz de paz daquela villa.

Independente d’essas autoridades, o juiz de direito, Dr. Joaquim Vieira da Cunha, não julgava melhor o commandante das armas, e assim também o coronel Bento Manoel Ribeiro, destituído do commando da fronteira do Alegrete por aquelle marechal.

Cada um d’esses nomes que acima deixamos escriptos significavão uma potência contraria a da presidência e do commando das armas da Província: erão todos legítimas influencias.

Veamos porém os officios a que alludimos, e que provão as assersoes que aventuramos: (*idem ibidem* p.124-125)

De outra parte, no mesmo exemplar de março, algumas páginas adiante após a lenda da *Uyara* e um conto de amor juvenil, intitulado *Morena*, José Bernardino, o jovem tímido e hesitante historiador dos eventos revolucionários de sua Província, narra vigorosamente o *Combate de Aquidabam*, ou seja, a “scena final da pavorosa e sanguinolenta tragédia que se representou na America meridional e que se intitula — *Guerra do Paraguay*”. Evento trágico,

³²⁹ Nesse parágrafo utilizei o destaque em itálico para as palavras que se referem a conceitos já exaustivamente discutidos pela teoria da história, e que já não necessitam de esclarecimentos, para diferenciar dos destaques entre aspas das citações diretas dos textos e autores utilizados.

pavoroso e sanguinolento que, no entanto, encontrou na pena de José Bernardino os elogios que cabem às grandes glórias militares, por mais terríveis, sangrentas e funestas que tenham sido. Aliás, tal era o tom esperado das glórias militares que fossem mesmo terríveis, sangrentas e funestas, pois esse trágico arcabouço era o responsável pela produção dos heróis. Além disso, aqui havia um “déspota tirano e bárbaro”, além de estrangeiro, a ser combatido e eliminado, Francisco Solano Lopez, e o Brasil havia recebido “na face a luva do desafio, na sua bandeira uma nódoa e uma affronta à sua dignidade”, de outra parte:

o Brazil era a pátria dos vencedores de Paysandú e Montevideo! era o berço de Câmara, de Ozorio, Caxias, Andrade Neves, Menna Barreto, Porto Alegre, e tantos outros heróis, cujos nomes significão a gloria, a abnegação, a bravura e o patriotismo: e pois, esses seus filhos illustres saberião desforçal-o da affronta que lhe foi irrogada pelo pretencioso e audaz dictador do Paraguay.

Então ouviu-se um longo e angustioso brado de guerra; as cidades transformarão-se em quartéis e os brasileiros em soldados; as officinas industriaes e a lavoura suspenderão seus pacíficos labores.

E esta levava áquellas o ferro de seus instrumentos de trabalho para serem fundidos em instrumentos de guerra; as legiões do Império partião entusiasmadas para a santa cruzada, e não tardavam os monitores a abordar com ellas as margens do Paraná e Paraguay: a seu embate nada resistia as formidáveis fortalezas do tyranno cahião esbroadas e vencidas: assim Itapirú, Tuyuty, Curuzú, Curupayty, Humaytá, Estabelecimento, Pilar, Villeta, Lomas, e toda essa infinidade de trincheiras e abatizes ouriçados de canhões, por traz dos quaes os exércitos de Lopez oppunhão heróica e obstinada resistência, tudo cahio abatido fragmento por fragmento, como cahirão por milhares as palmeiras do Chaco, para dar passagem aos soldados da alliança, como cahirão um por um nos campos de batalha todos os fanáticos defensores de Lopez, como cahio também este tyranno!

E a bandeira insultada ergueo-se sempre victoriosa sobre, as alturas de cada planície, sobre as ruinas de cada fortaleza do Paraguay. (*idem ibidem* p.142-143)

Parece que não faltava talento narrativo ao jovem José Bernardino, pois ele soube como transformar a carnificina paraguaia em uma “santa cruzada” para lavar com sangue a nódoa que atingira a bandeira e a honra nacional. Não houve dilema moral, nem problema algum para efetuar o discurso encomiástico às atrocidades inscritas num “vasto cemitério que attesta ao mundo o extermínio de um povo, que quasi desapareceu lutando heroicamente pela causa do fanatismo e da tyrannia!” (p.144). Tais questionamentos só parecem sobrevir se

os atrozes atos forem perpetrados, entre compatriotas, por mãos e braços que por ventura tenham embalado o pequeno José Bernardino.

No mês seguinte, a revista traz ainda a publicação da *Coleção de documentos oficiais*, com vários ofícios de 1834 e 1835. O procedimento adotado foi o mesmo, a sumarização dos eventos e seus principais protagonistas e, na sequência, os documentos que “nos dão notícia de ajuntamentos sediciosos, e das providências tomadas a fim de os dispersar ou resistir-lhes.” (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p.160).

A novidade desse número é que os documentos são precedidos pelo romance de José Bernardino *A Douda, romance original rio-grandense*. A história é sobre o amor dos jovens Elisa e Artur, que não pode realizar-se por uma série de desventuras, e a heroína do título, a que enlouquece pela tragicidade do destino, é a jovem Elisa. O romance fica inacabado porque não conseguimos encontrar o exemplar do mês de junho, o último de circulação da revista.³³⁰ No entanto, a abertura do romance, a parte I, denominada *Período de Sangue*, contribui para a análise empreendida porque apresenta o contexto no qual agem os personagens, durante o ano de 1840. Não faremos aqui um cruzamento entre os documentos publicados por José Bernardino e suas apropriações no desenvolvimento do romance; basta para o momento apontar que ele as faz, principalmente, para a caracterização de alguns personagens.

Nesse momento nos interessa destacar que o jovem historiador, receoso do julgamento sobre os eventos do passado, com a seriedade que o apoio documental exige para comparecer como depoentes diante do “tribunal da história”, cede a vez e a voz narrativa ao jovem poeta cujos escritos são severamente apreciados por Apolinário Porto Alegre, em texto de crítica literária corajosamente publicado na revista, em março e abril, e que serviu de introdução ao romance. Apreciemos, portanto, o cenário descrito como *O Período de Sangue*.³³¹

³³⁰ Mauro Póvoas (2001), que pesquisou esse periódico, conseguiu acesso a um exemplar incompleto do mês de junho, no qual também não constava a continuação do romance. Não sabemos se não foi publicado ou apenas se está entre as partes faltantes do exemplar.

³³¹ Esse capítulo foi reproduzido em: ZILBERMAN, 1985, p.49-52.

Em metade de sua lugubre carreira deslisava, com a serena impassibilidade do destino, o anno de 1840 conduzindo a barca do tempo ao porto da eternidade.

Com elle attingia também á meio do estádio que tinha a percorrer o decennio revolucionário que conflagrou a família rio-grandense.

O planeta fatal, que então parecia presidir os destinos d'esta nobre Província do Rio Grande do Sul, obumbrava o brilho nas nódoas de sangue que lhe salpicavão a face luminosa, e como que suspendia sua rotação sobre a ecliptica que lhe havia traçado o anjo da assolação, ao illuminar as pavorosas scenas que se desencadeavão e succedião tão rápidas como horríveis; o fulgor do seus raios se embotava sobre os excídios da primitiva grandeza desta terra em que teve berço e herões a cavallaria americana, tão brilhante e tão nobre como essa em que se inspirara a epopéia na média-idade; o clarão que irradiava d'esse planeta fatal era pallido, e o seu reverbero triste e lúgubre como a chamma tremula que, coando a opacidade do globo da lâmpada, frouxamente allumia um leito de muribundo.

E o anjo do extermínio recuava, como o seu planeta, das scenas de sangue e de horror que promovera, e como que succumbindo ao sopezar dos remorsos, tropeçando em cadáveres, cahia sobre as ruínas que amontoara a sua retaguarda.

Como á tempestade antes de rolar dos céos precede a calma asphyxiante, para depois rugir e esmagar em sua passagem tudo o que encontra, assim reinava nos dous campos inimigos um silencio tenebroso, um repousar cheio de susto e de afflicção.

Não era pois, sob a fé cavalheiresca de um armistício que se suspendião as operações d'essa cruenta campanha; era o modorrar da extenuação, a afflictiva intermittencia do desespero!

Cinco annos de guerra sem treguas, guerra encarniçada e odienta, como são sempre, em toda a parte, as lutas fratricidas, que convulsionão as nações, fechavão o primeiro dos anneis de ferro da grande cadeia dos acontecimentos, depois de uma serie não interrompida de combates successivos, tão heróicos como sanguinolentos, tão sanguinolentos como inglórios; combates, onde o vencedor não se illustra, e sim rasteja ao nivel do assassino ante os supremos tribunais da consciência e da civilisação.

(SANTOS, 1870, *Murmúrios do Guahyba*, abril, p. 151-152)

O título do romance *A Douda* poderia também referir-se à louca revolução “que conflagrou a família rio-grandense”, provocando “as pavorosas scenas que se desencadeavão e succedião tão rápidas como horríveis”, cujo cenário estarrecedor até o sol hesitava em revelar e o próprio “anjo do extermínio” recuava comovido diante “das scenas de sangue e de horror que promovera”. No tempo da narrativa, o “silêncio tenebroso” que reinava nos

campos inimigos não era o de um armistício, mas sim uma trégua pela extenuação, uma “afflictiva intermittencia do desespero” que ainda se prolongaria por mais cinco anos.³³²

José Bernardino nasceu em Porto Alegre, três anos após o término da guerra civil. Portanto, tais imagens de desolação e ruínas foram construídas a partir das leituras dos documentos que reuniu sobre a Revolução. Mas, sobretudo, sua narração é herdeira de um conjunto de sentidos compartilhados e transmitidos pela memória das gerações que o precederam ou, no dizer de Ricoeur (1997, p.193), “das narrativas recolhidas da boca dos *antepassados*”, e não o resultado de experiência pessoal direta, como foi o caso de Vicente da Fontoura e em menor grau de Caldre e Fião. Entretanto, os sentidos, embora permaneçam os mesmos, são amplificados pelo horror a tanta destruição ante os “olhos da imaginação” do jovem poeta, “muito mais vivos e penetrantes” que os “da cara”, como bem definiu Machado de Assis.³³³ Ele segue a narrativa sobre a “encarniçada e odienta” guerra fratricida que não produz heróis, mas assassinos “ante os supremos tribunais da consciência e da civilização”:

Horrorosamente bárbaro, miseravelmente execrando é, por sem duvida esse batalhar insensato em que se exterminão os cidadãos do um mesmo paiz, filhos de uma mesma raça e família, que fallão uma só lingoa, regidos pelas mesmas leis, nascidos sob céu igual e adorando n'elle um único Deos; batalhar, onde cada golpe despedido não fere um inimigo, porém victima um irmão; não oppõe resistência ao conquistador estrangeiro, mas corta iniquamente os laços sagrados do sangue, da afinidade e do amor! N'elle, á cada detonação do fuzil homecida responde o écho um gemido de angustia que resóa dorido no fundo d'alma; cada ferida que se rasga mareja sangue igual ao que referve nas fibras d'aquelle que a fizera; cada victima que tomba estende o crépe sobre a fronte do que a derribára. O heróe d'essas lutas, medido na craveira da justiça divina, não pode ser nunca outro senão o bandido que ataca a mão armada á beira dos caminhos o viajor que passa incuidoso.

³³² Segundo os apontamentos de Araripe (1986 (1881), p.227), com base nos registros oficiais sobre os conflitos da guerra civil, “o ano de 1840, bem como os de 1843 e 1844, nos exibem maior número de conflitos entre as forças legais e rebeldes do que nos demais anos da luta. Indicam-nos, assim, os dois períodos em que ambas as partes mais esforçadamente se empenharam pela terminação da guerra por via das armas. No primeiro período agrediam os rebeldes, no segundo, os legalistas. O ano de 1842 apresenta quase um armistício: a luta pareceu amortecida”. Nesse caso, ou José Bernardino não dispunha de informações suficientes sobre os conflitos, ou preferiu situar a narrativa a meio termo da guerra, apenas para sinalizar o quanto ainda tardaria seu final.

³³³ Esse conjunto de saberes compartilhados construídos com os “olhos da imaginação” e não com os “olhos da cara”, faz referência ao conto de Machado de Assis *Uma excursão milagrosa*, de 1866. As expressões foram retiradas da seguinte passagem: “Julgue-o quem não pode experimentá-lo, disse o épico português. Quem não há de ir ver as cousas com os próprios olhos da cara, diverte-se ao menos em vê-las com os da imaginação, muito mais vivos e penetrantes”. (*apud* SUSSEKIND, 1990, p.76).

E senão, vêde-o na embriaguez dos triumphos: ao erguer o brado da victoria desvia os olhos dos cadáveres que juncão o campo da acção. Elle, n'esses corpos inertes e sangrentos reconhece: n'este o amigo dedicado da infância a quem ligavão-no a amisade e as reminiscencias d'essa bella quadra da existência; n'aquelle vê exani-me o parente ou o affin; e n'est'outro, horror ! um pae de família, que no fervor da pugna immolou ás aras de um altar sem ídolo!

Fatal cegueira é essa das paixões políticas quando se arraigão no espirito do povo, e o extrema em facções; que abafando-lhe n'alma todos os nobres sentimentos, o juizo da consciência e o pronunciamento da razão o arrasta em grupos armados á fimbria do abysmo, e os transmuta em machinas de destruição, que marchão automaticamente ao estrupido cavo do tambor, obedecendo as notas do clarim que significa a voz do chefe; que, na poética phrase de Aimé Martin — alinhão-se, batem-se sem cólera, e matão sem ódio nem remorsos!

Tal era o estado de cousas d'esta varonil Província no anno em que começa a nossa narrativa.

A revolução fazia experimentar os seus terríveis effeitos: a industria estava morta e o commercio exausto: a navegação, embargada, apenas deixava cruzar nas agoas das lagoas e rios immensos da Província os lanchões e hiates de guerra: a instrucção, esse precioso alimento dos povos, desaparecera totalmente: todas as fontes da riqueza publica havião seccado: o fértil seio da terra se tornara esteril e avaro: tudo enlanguecia, definhava tudo!

A Anarchia única e pujante alçava o collo, e ateava o incêndio aproveitando o soprar tempestuoso das paixões. (*idem ibidem* p.152)

Se não há grande mérito na narrativa literária do poeta José Bernardino, se alguns personagens foram mal concebidos ou a linguagem estropiada, conforme o julgamento de Apolinário, o que ele legou, com a mesma intrepidez juvenil que o levou aos equívocos literários, ao tempo em que ainda latejavam as mal cicatrizadas feridas abertas pela guerra civil, sejam elas físicas, políticas ou sociais que impediam a escrita de sua história conforme aludiu Oliveira Bello, foi a explicitação literária do drama da guerra de maneira pungente e muito mais taxativa do que as narrativas precedentes de Caldre e Fião. Sem citar nomes, mas colocando todos os participantes segundo o mesmo juízo moral, José Bernardino apresenta a crucial questão: como fomos capazes de fazer isso?

Como os rio-grandenses puderam ser tão bárbaros, cometer tão execráveis atos? Tais homens, sob a perspectiva de Bernardino, não são heróis, mas bandidos sanguinários cegos pelas paixões políticas. Tal é a sentença proferida, não pelo confuso historiador, mas pelo destemido jovem poeta. Se para Caldre e Fião, Vicente da Fontoura, o autor das *Reflexões*,

Fernandes Pinheiro e Meyrelles a Revolução deixava um rastro de medo, desordem, destruição e irracionalidade, na prosa de José Bernardino restam apenas ruínas humanas e materiais produzidas pelo horror, a anarquia, o crime e a loucura.

O crime tem mágico atractivo; e sua impunidade acoçoça e cria adeptos. A desordem, o latrocínio e o assassinato se agitam n'esse barathro tremendo em que sossobram incessantemente as grandes sociedades, affogando-se em seu próprio sangue.

O Rio Grande do Sul, lembrava a lugubre França do infortunado Luiz XVI; não lhe faltavam os clubs, e sobravão-lhe os Jacobinos: semelhava essa época de dolorosa transição, porque como a França era victima da irresolução e da fraqueza misturando-se a tyrannica energia; porque, como aquella era esmagada simultaneamente pela oclhocracia e olygarchia !

Desenfreada era a imprensa dos partidos em sua linguagem: fermento de intrigas, repetidora de prédicas subversivas e das calumnias, écho das paixões partidárias, aconselhava a resistência armada, e assim ruía pelos fundamentos a felicidade e riqueza tradicionaes do Rio Grande do Sul.

Espíritos obcecados pela avidez do poder ou pelo ódio aos adversários perambulavam o povo, favoreando-lhe sua ignorância e apadrinhando seus desatinos; em nome da liberdade concitavam-no as armas para que se destruísse em homericas pelepas, incitando-o á continuar essa guerra fatal, a que tanto favorecia o valor dos combatentes, a ambição de diversos chefes dissidentes, e os erros e tropellias da regência e dos seus delegados.

Caudas de sangue e lagrimas já haviam torrencias irrigado o solo que o incêndio esterilizará, mas ainda não bastavam para saciar os ódios; era preciso mais, e muitas desgraçadamente correrão. — Não, não é uma verdade, que, na historia do gênero humano, o sangue e o crime sejam degraus para a sua felicidade. A revolução é sempre um mal, um desencadeamento de paixões exaltadas, que têm por Cortejo necessário a destruição e a morte, disse um eminente escriptor e respeitável philosopho.

Podessem todos compenetrar-se d'esta grande verdade, porque então a paz e a felicidade seriam a vida das nações.

O anno de 1840 era pois o obelisco negro que se erguia, marco divisório, entre os dous lustros d'esse decennio nefasto, que atravessou a Província, de 1835 a 1845, e a que chamamos o *período de sangue*.

No tumultuar rabido d'esta dolorosa guerra foi que nossa imaginação phantasiou a these para a historieta que vamos descrever, a qual sendo simplesmente um d'esses dramas íntimos passados no lar da família, faremos entretanto, estender-se e congraçar-se as vezes aos acontecimentos políticos e militares de sua época.

Não pense, porém, alguém, que julgamos estar escrevendo um romance histórico, não! Temos consciência da insufficiencia de nossos recursos para tentar tão grandiosa e arrojada empreza. Este capitulo é apenas um ligeiro traço que marca o perimetro a que nos circumscrevemos, e se tivéssemos de dar-lhe um nome, chamaríamos a esta successão de períodos — prolegomenos. (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p.153).

É interessante destacar que a associação que José Bernardino faz entre a Revolução Farroupilha e a Revolução Francesa não inclui os significados do dístico romântico “liberdade, igualdade e fraternidade”. Ao contrário, reserva as semelhanças apenas ao clima lúgubre do terror e extremismo jacobinista. Assim como a menção às temerárias reuniões dos clubes facciosos de onde emergiram as insurgências, igualmente referidos por Caldre e Fião.³³⁴ Também repercutem no texto os ecos de alguns documentos por ele transcritos, como a correspondência do Presidente Braga ao promotor público de Porto Alegre para reprimir, com a lei, os insultos e acusações públicas promovidas pelos jornais da capital, utilizados como instrumentos das insanas “paixões partidárias”.

Quanto aos atributos reservados aos discretos personagens destacados pelo narrador como os principais responsáveis pelos terríveis acontecimentos, há a idêntica menção do autor das *Reflexões* aos ineptos delegados da Regência e os ambiciosos chefes dissidentes, que disputavam entre si “a supremacia do governo ainda em embryão.” (SANTOS, 1870, Murmúrios do Guahyba, fevereiro, p.80).

Ainda no exemplar de abril, aparece publicado o conto de Apolinário Porto Alegre *O monarca das coxilhas*, no qual podemos perceber outro enquadramento possível para as disposições políticas dos regionais, cujo perfil já havia sido delineado no texto de crítica literária para o romance de José Bernardino, publicado em março, segundo o qual:

Aí há aprazíveis painéis, onde a paisagem tem um lugar distinto; e vê-se reproduzida fielmente a *côr local*, scenas de nossa Província com toques apurados e até o colorido de fino pincel nos costumes e usanças do campeiro rio-grandense, d’esse homem estranho que, sobre um corcel, resistiria ao mundo inteiro, se lhe negassem a liberdade. (PORTO ALEGRE, 1870, Murmúrios do Guahyba, março, p.121)

³³⁴ “Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das ideias liberais, suscitadas, naturalmente, na alma do homem, pelo ódio que haviam atraído sobre si os séculos bárbaros da prepotência da Idade Média. O Brasil, por ele, tinha quebrado os ferros de um poder estranho e realizara estas tendências maravilhosas dos gênios patriarcais dos Brasileiros. Alguns abusos, porém, deveriam aparecer por entre as mais judiciosas reformas; e foi o que vimos realizar-se em diferentes pontos do Império, levando os homens ao fanatismo político. Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos na Província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da Província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p.27).

Aqui, apenas esboçado, já percebemos um revestimento diferente daquele realizado por José Bernardino (abril, p.153), para o qual “espíritos obcecados pela avidez do poder” apadrinhavam desatinos do povo “em nome da liberdade”, concitando-os às armas; ao passo que na interpretação de Apolinário, há outra apropriação de sentido e manejo da ideia de “liberdade” entre os rio-grandenses, qual seja, a de que o campeiro rio-grandense era um “homem estranho que, sobre um corcel, resistiria ao mundo inteiro, se lhe negassem a liberdade”, ou seja, um ser insubmisso, não exatamente um rebelde.

Esse é o momento em que se enfrentam cara a cara tinteiros e bagadus.

Duelo que prosessege na antológica descrição dos monarcas das coxilhas, realizada com maestria por Apolinário:

Os rio-grandenses têm em nenhuma monta os tronos e cetros. Para eles uma boa equitação vale uma monarquia; um bom cavaleiro é um grande monarca. Parece uma irrizão, quer fosse fortuitamente dada esta acepção à palavra, quer de firme propósito.

Quem não conhecer os costumes de nossas vastíssimas campanhas, há de estranhar que uma só família às vezes seja o tronco duma série de monarquias. E por Deus! Valem mais que os testas coroadas os valentes campeiros do Rio Grande. Ao menos sob cada poncho palpita um coração onde a liberdade entronizou-se; em cada pulso lampeia uma espada ou uma lança que fará tremer a tirania.

Se quiserem prova, abram seus anais, e aí encontrarão uma década gloriosa, dez anos que procuram fazer esquecer, que tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam... Inútil e frustrânea tentativa! Tradições tão brilhantes, grandiosas e sublimes não se extirpam, morrem com o povo em que nasceram, são a arca santa, o tabernáculo de miríadas de gerações. (PORTO ALEGRE, 1870, Murmúrios do Guahyba, abril, p.175)

A riqueza deste texto de Apolinário pode ser avaliada sob vários aspectos. O primeiro, já apontado, é a inversão do significado da ideia de liberdade, até então entendida como deturpadora dos corretos ideais de manutenção da ordem e da justiça, para, como na Revolução Francesa, significar o objetivo de luta e o sentido da resistência à tirania, à opressão da monarquia. O segundo, a justificação do uso da espada para defender o belo ideal de liberdade. E o terceiro, a conversão dos dez anos de luta “encarniçada e odienta”, segundo Bernardino, em uma “década gloriosa” de “tradições brilhantes, grandiosas e sublimes” que,

segundo o protesto de Apolinário, “procuram fazer esquecer” e “tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam”.

Cabe então recuperar a Proclamação do Barão de Caxias, publicada na edição de fevereiro, na qual se lê que “S. M. o Imperador ordenou, por decreto de 18 de dezembro de 1844, o esquecimento do passado” e cuja conclusão estabelece: “Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas”!

Além dos discursos sobre a guerra civil, seus efeitos, personagens e as dificuldades de escrita dessa história em José Bernardino, Porto Alegre e na Proclamação do Barão de Caxias, podemos juntar ainda outro, de outro tipo, mas que contendo as mesmas indicações de interdição, não se furta a discorrer sobre o tema e seus participantes, também no mesmo exemplar de abril.³³⁵

A poesia *Rio Grande do Sul*, de autoria de Serafim dos Santos Sousa, rio-grandense de Bagé, farmacêutico e capitão da Guarda Nacional que lutou na Guerra do Paraguai, exalta o “povo guerreiro” do sul, louva a coragem, o orgulho e a luta pela “liberdade” dos bravos “soldados rio-grandenses”, enumera os nomes dos “heróis”, que com seu “sangue” escreveram a história e morreram pela glória do “seu Brasil”. O autor nativo estabelece um vínculo necessário entre as históricas guerras de conquista e manutenção do território brasileiro travadas com “inimigos sanguinários”, com a atitude aguerrida destes homens em defesa de sua nacionalidade. Entretanto, mesmo integrando as lutas dos valorosos rio-grandenses que morrem “por seu Brasil”, os versos não deixam de insinuar certos encobrimentos, esquecimentos ou mesmo supressões, já que “No livro do teu passado/Quantas vitórias não lê?”, ou “Embora queiram roubar-te/A glória de teu soldado”, “que perguntem às caveiras que alvejam nas trincheiras quem mais heróis tem mandado às guerras esse Brasil?” “E inda a glória que pertence/ Ao soldado rio-grandense/ Roubá-la querem talvez!” De todo modo, as vitórias que não podem ser lidas são aquelas que registram lutas que não devem ser lembradas, já que podem mobilizar sentimentos indesejados, pois:

³³⁵ ANEXOS Capítulo 3: TEMAS HISTÓRICOS E SEU APROVEITAMENTO LITERÁRIO.

E o teu pendão estrelado
Das balas mais duma vez,
Orgulhoso bem indica
Que um povo não abdica
A sua soberania;
Quer antes cair exangue
Envolto no próprio sangue
Que sofrer a tirania!

Então, o poeta encontra um modo de referir-se a um decênio de luta fratricida de um povo, que prefere cair exausto e “envolto no próprio sangue” do que abdicar da soberania e sofrer com a tirania. De qualquer maneira, o poema de Santos Sousa segue no mesmo timbre da exaltação das *tradições* guerreiras “brilhantes, grandiosas e sublimes” já definidas por Apolinário, assim como a grande exaltação é a resistência e a insubmissão à tirania.

Temos, portanto, um conjunto de discursos que se entrecruzam não apenas nas páginas da *Murmúrios do Guahyba*. Eles são resultantes das vozes circulantes na sociedade, já que havia esse esforço e empenho para produzir uma escrita sobre a história desse conturbado e delicado período. Assim como havia a interdição não apenas pelo decreto do Imperador, mas também devida à instabilidade política interna, ainda permeada por ressentimentos, e mesmo pela indefinição gerada pelo modo como foi selada a pacificação, pois se não houve vencedores nem punição aos culpados, a quem caberiam as glórias?

Mas o encontro desses discursos é ainda mais significativo por assinalar, num mesmo espaço, o surgimento da dissonância ou o começo da fratura de um discurso que vinha se mantendo desde os romances de Caldre e Fião, passando pelos registros de Vicente da Fontoura, pelas *Reflexões do generalato de Caxias*, pelas biografias d’*O Guayba*, manifestando-se no propósito do IHGPSP e até nas narrativas de José Bernardino - que estabeleciam um *continuum* interpretativo de Vicente da Fontoura e Marques de Souza até José Bernardino, como se fizessem parte da *mesma geração*, isto é, daqueles que possuem uma *bagagem* e uma *orientação comum*, conforme a definição de Dilthey. Com a narrativa de Apolinário e o poema de Santos Sousa, passa a existir outra possibilidade interpretativa, ou seja, entra em cena a *sequência das gerações* na qual a *bagagem* é comum, mas a *orientação*

pode abrir-se a *novas possibilidades* (RICOEUR, 1997, p.189). Por esse motivo Apolinário Porto Alegre foi escolhido para caracterizar a “terceira geração” dos letrados rio-grandenses.

Em maio, no penúltimo número da revista, continua a publicação do romance *A Douça* e da *Coleção de documentos oficiais*, com a proclamação de Bento Gonçalves (20/09/1836); Atas das Câmaras Municipais de Jaguarão (20/09/1836) e Piratiny (05/11/1836), reconhecendo o governo republicano; Ata das eleições para o governo da República Rio-Grandense (06/11/1836), da Proclamação de Gomes Jardim (06/11/1836), e um Decreto do novo governo (11/11/1836), pelo ministro e secretário dos negócios da justiça, José Pinheiro Ulhoa Cintra. Encerra-se, então, o acervo produzido pela *Murmúrios do Guahyba*.

3.3. BRASAS ARDENTES SOB AS CINZAS DO TEMPO

Na *Revista Mensal do Parthenon Litterario* encontraremos durante o primeiro ano de circulação, 1869, entre as iniciativas relativas às discussões em torno de matérias históricas, a publicação de quatro *Pareceres de Teses Históricas*, como aquelas mencionadas nas Atas da sociedade de 1872 e 1873, e que eram temas propostos pelos sócios para serem trazidos ao debate. Para tal, era nomeado um parecerista, e os demais membros pronunciavam-se espontaneamente. Entre os pareceres publicados estão: *A vinda dos jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciosa?*, por Achyles Porto Alegre (REVISTA MENSAL, 1869, abril, p.64-65); *Jovita é, ou não uma heroína?*, por Francisco Antunes Ferreira da Luz (*idem ibidem*, junho, p.116-119); *A influência da mulher sobre a civilização, desde os primeiros séculos até nossos dias, tem sido benéfica ou perniciosa?*, por Nicolau Vicente (*idem ibidem*, julho, p.164-166) e *Combate de Ponche Verde*, por Francisco Antunes Ferreira da Luz (*idem ibidem*, setembro, p.210-212).³³⁶

Infelizmente, temos poucos registros das Atas do ano de 1869³³⁷; portanto, não há como saber da receptividade sobre os temas propostos. Selecionou-se para a análise a tese

³³⁶ Anexos Capítulo 3: ARTIGOS SOBRE TEMAS HISTÓRICOS E DOCUMENTOS TRANSCRITOS: REVISTA MENSAL.

³³⁷ Do ano de 1869 existem apenas três Atas publicadas nas Revistas de julho e setembro, referentes a Sessões Ordinárias realizadas em fevereiro. A do dia 07/02/1869 registra que o Sr. Arthur de Lara Ulrich leu seu parecer

sobre o *Combate de Ponche Verde*, comentada pelo jovem de 18 anos Francisco Antunes Ferreira da Luz, apropriadamente publicada em setembro, o mês de revolver as lembranças ardentes da Revolução. O texto de Ferreira da Luz é breve, com seis parágrafos, e cuja metade final é reservada ao relato do combate. É interessante destacar que, junto ao texto, é publicada a transcrição da *Ordem do Dia Adicional n. 51, do Quartel-general do comando em chefe do exército junto ao Passo de D. Pedrito de 03 de junho de 1843, assinada pelo Barão de Caxias, General em chefe*, ou seja, o relato oficial do referido combate.

O jovem parecerista inicia o texto elencando entre os motivos que desencadearam a explosão revolucionária uma anarquia generalizada em “todos os ângulos da Província”, as “dissensões e tumultos entre as autoridades da capital e o desprestígio da classe militar”. Mas além desses, revela que:

somos tentados a considerar como sua principal e verdadeira causa a política astuciosa e traiçoeira do governo que, cioso do aumento progressivo da Província, e temendo o ardor belicoso de seus filhos, procura sempre infiltrar-lhes nas veias o veneno corrosivo da discórdia, para, aniquilando-os e roubando-lhes a seiva de sua vitalidade, afastar dos altos poderes do Estado a influência a que tem direito como guarda avançada em todos os transe difíceis em que até hoje se tem achado o país. (*idem ibidem*, setembro, p.210).

Por mais conspiratória que possa parecer a hipótese do jovem Ferreira da Luz, no entanto ela repercute as maduras e acuradas impressões de letrados como Francisco de Sá Brito e do orador do IHGPSP, Dr. Caldre e Fião. Na *Memória da Guerra dos Farrapos* escreve Sá Brito:

sobre a tese filosófica *A guerra tem sido ou não útil à humanidade?*, sendo discutida pelos Srs. Apolinário e Achyles Porto Alegre. Na Sessão de 14/02/1869, continuou a discussão da tese sobre a guerra, com a palavra do Sr. Afonso Marques e, após, foi nomeado o Sr. Achyles Porto Alegre para parecerista da tese histórica *Como deve ser considerado Juarez perante a história?*, a ser apresentada na próxima Sessão. Na Sessão de 21/02/1869 o Sr. Achyles Porto Alegre leu o parecer sobre a tese histórica e discutirão os Srs. Menezes Paredes, Bernardino e Achyles. “Todos davam a Juarez as proporções de um herói, libertador da pátria do jugo que a quisera escravizar; havendo, no entanto, discordância no modo de considerar a cena de Queretaro. De um lado sustentava-se que Juarez ainda se tornara maior, mandando executar a sentença do conselho de guerra que considerara Maximiliano à morte, porque assim vingava ele o assassino de tanto pai de família, a desonra de tanta donzela, a ruína comercial do México, autorizados pelo príncipe que Napoleão fizera sentar no trono; d’outro lado, porém, opinava-se que o audaz guerreiro, que não trepidara ante as privações e as inclemências de uma campanha para destronar um rei ilegítimo, mancharia os seus lauréis fazendo derramar o sangue de um irmão, que apenas fora o instrumento do insaciável desejo de conquista de um monarca ambicioso.” (REVISTA MENSAL, set., 1869, p.234).

Posto que tenhamos conhecido muitos oficiais de outras Províncias, de boas famílias e de maneiras cavalheirosas e apurada polidez a nossa hipótese não podia deixar de dar-se em larga escala, quando ainda hoje se roubam, se escasseiam, se dificultam os estudos militares aos rio-grandenses, de modo que, quando ele, por altos merecimentos, por bravura, por perícia adquirida em longo tirocínio das armas, chega a ser general em chefe, fica sempre em condição secundária relativamente a outros generais que tem tido a vantagem de cursar aulas e aprender teoricamente a ciência da guerra, com toda a comodidade, que se nega aqueles de quem mais se exige o tributo de sangue. (BRITO, 1986 (1870-1875), p.122-123).

Entre Sá Brito e Caldre e Fião, ou antes dos dois, podemos citar também o rio-grandense anônimo das *Reflexões*, já que ele também alude à sujeição dos militares rio-grandenses, à inépcia dos generais enviados pela Corte, começando pela descrição do crasso erro militar do Marquês de Barbacena ao enfrentar temerariamente o general Alvear em Ituzaiçó, que vitimou quase todo o esquadrão do general Abreu, nas guerras pela Cisplatina - grande nódoa das campanhas militares rio-grandenses e geradora de igual ressentimento entre os soldados de todas as hierarquias do exército do sul, conforme deixa evidente a descrição pormenorizada do incidente, que “estabeleceu por isso mesmo hum terrível precedente, e delle talvez dimanassem todos os infortúnios”:

O caso he, que Barbacena, não tendo commandado nunca, principiou o seu tirocínio bellico ás apalpadellas; e combinou de seu motu próprio, um tal plano de operações que posto por elle mesmo em execução deu em resultado a nossa ruina.

Barbacena não era militar, por que não se he militar pelo simples facto de ter farda e dragonas: era muito presumpçoso, e não queria ouvir o parecer de muitos dos nossos práticos, que estavam na posição e circunstancias de o aconselharem. Por consequência, vindo da Corte com plena authorização de fazer o que entendesse, resolveo começar a campanha, tomando logo a offensiva; e essa contra um general (Alvear), que, alem de todas as noçoens, gênio, e experiência da guerra, era dotado de muita coragem e energia. Os resultados não tardaram muito em apparecer!

O marquez marchou para os campos do Rosario com um exercito inferior em numero ao do seu contrario.

Alvear, não querendo abandonar a sua linha militar do Sancta Maria, sem primeiro tentar a sorte das armas, fez uma retirada apparente, e logo que chegou ao Ituizango, reconheceo o terreno, collocou nelle as suas forças, e preparou-se para receber convenientemente o nosso exercito, que, mal dirigido, deveria necessariamente comprometter-se. Barbacena, sem mais combinaçoens, e com maior temeridade, teve a imprudência de atacar o inimigo em um campo, por elle de ante-mão escolhido, e foi batido; não

devido por a sua salvação, na retirada, que teve de fazer, se não ao denodo e constância da sua infantaria.

A batalha do Rosario ou Ituizango foi um encontro desesperado. A sorte da campanha dependia desse encontro, mas foi arriscada pelo general brasileiro, sem nem uma combinação, e com a violação a mais completa das regras da guerra. O inimigo foi mais feliz do que nós, não o devendo ser; por que se o nosso exercito lhe era inferior em numero, não o eram a qualidade das tropas. O que digo, dos simples factos se evidencia; porque, não obstante a má direcção dadas ás nossas columnas, não obstante as péssimas disposições dos chefes, que as dirigião, e por fim, uma retirada intempestiva, e desordenada, que tudo comprometteo: o inimigo não nos seguiu senão vagarosamente, e com a maior cautella; o que prova, não só a sua fraquesa como desalento. Pergunta-se — o que lhe teria succedido, se tivessem havido boas disposições? (...)

Salta pois aos olhos, que, não tendo o Brasil nessa época senão um exercito (que tanto custou a organizar, e disciplinar) não deveria o seu general empenha-lo em uma luta decisiva, sem tal ou qual probabilidade de triumpho. Consequentemente, se o governo merece desculpa, por não ter dado ao seu general instrucções detalhadas — sobre os movimentos militares que elle houvesse de praticar na Província, durante a guerra; — nenhuma merecerá, por lhe não ter ao menos mui positivamente recommendado de não arriscar as suas tropas em uma batalha decisiva; salvo, quando visse que os resultados lhe podião ser favoráveis...

Portanto, todo o sangue que a jorros correo no Rosario, sem nenhuma utilidade para a nação, não deve só recahir sobre o marquez de Barbacena, mas, também, sobre o ministério que o nomeou e authorisou...

Como tratamos, ainda que mui succintamente, e sem mais detalhes, da batalha do Rosario e dos erros militares do marquez de Barbacena, talvez não seja fora de propósito apresentar alguns d'elles, quando nada, os mais palpáveis, para que o leitor se convença, que não é o espirito de vingança ou de parcialidade, quem nos dirige; mas, sim, o desejo de apresentar, com as suas verdadeiras cores, as faltas do general imperial, nessa batalha memorável, a maior, sem duvida, que se tem dado no território brasileiro: — faltas que passamos a descrever e analisar! (...)

Barbacena aproximou-se, em meados de fevereiro, de S. Gabriel. Alvear, prevenido da aproximação de nossas forças, que não chegavão a prefazer o numero de 7,000 homens, retirou-se, fazendo acreditar ao seo contrario que o seu movimento não era filho, se não do receio que tinha de um encontro com elle. Barbacena imbuio-se tanto desta falsa idea, que não duvidou um só momento vencer ao seo antagonista, na primeira occasião, que a fortuna lhe deparasse! He indisculpavel, neste ponto, a cegueira do marquez! Acaso não sabia elle que o exercito argentino, em numero de 10,000 homens, se tinha menos infantaria que a nossa, lhe era mui superior em cavallaria e artilheria? Como foi, pois, acreditar que uma tal força se retirava com receio de um encontro? Não era mais rasoavel suppor, que o general contrario, tendo de tentar a sorte das armas, se retirava, até achar terreno próprio, para o desenvolvimento de sua numerosa cavallaria? E então, para que não manobrou, em consequência?

Nada receiando do exercito inimigo, por suppol-o em plena fuga, teve para coroar a obra, a infeliz lembrança de destacar do exercito, quando tencionava

dar uma batalha decisiva, ao coronel Bento Manoel com 1,300 homens (a flor da nossa cavallaria), sem nenhum motivo plausível ou razoável! Ainda até hoje se não sabe, para que fim foi feito semelhante destacamento. (...)

Barbacena, apenas vio o inimigo, sem tomar na devida consideração as vantajosas posições que elle occupava, mandou-o immediatamente atacar. Devendo manobrar, para o obrigar a abandonar o terreno, ou mesmo, para evitar o combate, manobrou como poderia desejar-lo o seo contrario, e, desordenadamente, engajou a acção.(...)

Desde ás 6 horas da manhã até ás 4 e meia da tarde luctaram os nossos bravos contra a impericia do general brasileiro, e as numerosas massas inimigas, sem que estas os podessem intimidar por um só instante! Luta porfiada, e mais honrosa para os vencidos, do que para os vencedores.

O marquez de Barbacena, para não deixar de violar todas as regras da guerra, havia formado a sua linha por tal modo, que não tinha nem centro, nem reservas. Alvear, conhecendo o vicio e perigo de semelhante formatura, tratou de se aproveitar de mais essa falta de seu contrario, e destacou de sua direita, ao general Lavalleja, com alguns esquadrões escolhidos de cavallaria, para dar um golpe de mão em nossas bagagens e aprisionara os homens isolados, que não fisessem parte da linha. (...)

De tudo isso o mais notável he, que ganhando Alvear a batalha do Rosario, teve de responder em Buenos Ayres a hum conselho de guerra por não estar o seu governo satisfeito com os serviços que elle havia prestado; e perdendo a Barbacena, foi injustamente galardoado pelo nosso ministerio.

Oh! fragilidades humanas! As suas próprias faltas forão a cauza da sua recompensa. O que deveria motivar sua perda, contribuiu para os seus successos. Que mais lhe faria o governo, se elle tivesse triumphado???

De tudo quanto dissemos sobre o marquez de Barbacena, não se deve inferir, que elle era um néscio, e que não tinha principios militares; sendo talvez um homem precioso, empregado em um gabinete topographico, ou em outro emprego semelhante; mas o que se pode sem receio affirmar he que elle não era homem de execução; não possuia o que, militarmente fallando, se chama —o fogo sagrado — ou genio para a guerra.

Os generaes em chefe são guiados pela sua própria experiencia, ou pela sua habilidade.

A táctica, as evoluções, a sciencia do engenheiro e a do artilheiro podem aprender-se em tratados, pouco mais ou menos, como se aprende a geometria; mas o conhecimento das altas partes da guerra não se adquire senão pela experiencia e pelo estudo da historia das guerras e batalhas dos grandes Capitães. Acazo se não houver genio, poder-se-ha aprender na gramática a compor hum canto da Iliada? A fazer huma tragedia de Corneille, de Racine, ou de Voltaire? (...)

No entanto, em outro qualquer paiz, que não fosse o Brasil, he muito de presumir, que a campanha do marquez teria de ser submettida a hum Conselho militar, composto de generaes entendidos na arte da guerra, e esse, se lhe fizesse justiça, não havia, por certo, de concorrer para elle ser recompensado. Mas como o nosso governo, sem avaliar as faltas do seu general, e os seus perniciosos resultados, o premiou com a maior sem razão, estabeleceu por isso mesmo hum terrível precedente, e d'elle talvez dimanassem todos os infortúnios. (REFLEXÕES, 1938 (1846), p.15-21).

A longa transcrição da narrativa dessa campanha militar deve-se à riqueza de detalhes das manobras, pela crítica aos erráticos procedimentos do Marquês de Barbacena de tão infausta memória aos militares rio-grandenses, pela perda do general Abreu e sua cavalaria, e por exemplificar tanto a imperícia dos generais enviados pela Corte e suas condecorações injustificadas, quanto alimentar os ressentimentos aludidos por Sá Brito.

Além disso, no discurso de Caldre e Fião, no primeiro aniversário do IHGPSP:

Não há perigos na acumulação das forças intelectuais de um povo como há na das administrativas de uma grande e vasta nação: aquelas como as da matéria imponderável tendem a expandir-se enquanto que estas como as da ponderável tendem para um centro de gravitação que único recebe o influxo delas. Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar – um ponto luminoso que esclareça tudo na razão da sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o *Instituto Histórico Brasileiro* alguma ideia perniciosa de centralização, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular coisa alguma. (REVISTA TRIMENSAL DO IHGPSP, março, 1861).

Portanto, há uma percepção que percorre esses discursos, de certo receio, de parte do governo imperial, em promover o adiantamento intelectual dos jovens rio-grandenses (Gonçalves Chaves, em 1822, já se queixava dessa lacuna, e Saint Hilaire, em 1820, observava o quão explorados e mal tratados pelas campanhas militares eram os rio-grandenses)³³⁸, seja proporcionando-lhes o ingresso nas Academias militares da Corte, seja no incentivo à constituição de Instituições que promovessem a “acumulação das forças intelectuais” na própria Província. Sá Brito é também bastante enfático quanto à condição militar secundária a que ficavam relegados os rio-grandenses, pela ausência dos estudos apropriados, dado confirmado pela exemplificação do autor das *Reflexões*.

Aqui temos, então, outros sentidos para a “explosão espantosa” que teve lugar na Província de Caldre e Fião, a qual o jovem Ferreira da Luz qualifica como um “espetáculo

³³⁸ “Todos os habitantes desta Província, entre outras, participaram da guerra durante muitos anos e quase nunca receberam soldo. Enquanto pagavam do próprio bolso, levavam deles cavalos, bois, carroças; as famílias ficavam expostas a vexames e à rapinagem dos soldados subalternos e dos chefes; apesar disso, a maioria desses homens não se queixa. Pode-se dizer com certeza, que os franceses não suportariam sem revolta a centésima parte do que sofreram, com tanta paciência, os habitantes da capitania de Rio Grande.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.425).

heróico e medonho”. Quanto à narração do combate que se deu a 26 de maio de 1843, onde confrontaram-se em “campo raso e a tiro de fuzil as forças de um e de outro lado” e na qual a cavalaria republicana, “tomando a ofensiva, precipitou-se com indomável fúria sobre os esquadrões imperiais”, parece-nos conveniente intercalar a enunciação de Ferreira da Luz com os apontamentos do relatório da batalha feitos pelo Barão de Caxias.

Assim, segundo o jovem partenonista, as forças do exército imperial eram compostas por 765 infantes e 859 cavaleiros e chefiadas pelo brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, que deveria perseguir as tropas do “chefe revolucionário” David Canabarro, as quais se uniram nas imediações de Ponche Verde às dos “generais republicanos” Bento Gonçalves, João Antonio e Neto, ficando compostas por 1800 homens, na maior parte de cavalaria.

No relatório do Barão lê-se que as tropas do “caudilho” David Canabarro já haviam sido perseguidas pela 2ª divisão do exército, comandada pelo brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, “que tendo-lhe derrotado e tomado grande porção de cavalos, artilharia e bagagem”, obrigou-o a “chamar em seu socorro os chefes rebeldes Bento Gonçalves, Neto, João Antonio, e todas as mais forças da intitulada república” que se encontravam em Bagé por estarem “fugindo ao encontro do grosso do nosso exército”. Segundo Caxias, a divisão imperial que contava com 759 cavaleiros e 665 infantes (desfalcada de 700 combatentes que haviam sido destacados para o Alegrete) enfrentou uma tropa de 2500 rebeldes e alguns orientais, capitaneados pelo caudilho Santander.³³⁹

Quanto ao enfrentamento, Ferreira da Luz relata que, embora a cavalaria republicana arremettesse com “indomável fúria” sobre os esquadrões imperiais, estes, em “formação de quadrados de infantaria”, reorganizavam-se a cada carga, “formando uma massa sólida e compacta” que via quebrar-se sobre si as “temíveis lanças de seus assaltantes”.

Para o General em chefe das forças imperiais:

Vendo o inimigo o garbo de nossas forças, apesar da desproporção do número, hesitou por algum tempo, até que podendo contorná-las, carregou por todos os lados; a peleja se tornou geral, nossa cavalaria com aquela bravura que tanto a distingue, e da qual tem dado tão sobejas provas, repeliu

³³⁹ Nas tabelas dos conflitos marciais da revolução rio-grandense, confeccionados por Araripe, colhidas nos documentos oficiais do império, constam os seguintes dados relativos ao Combate de Ponche Verde: Forças Legais: 1600 e Forças Rebeldes: 2500; legais mortos: 30 e rebeldes mortos: 100. (ARARIPE, 1986 (1881), p.230).

com galhardia as cargas, e a seu turno carregou sobre ele, vindo por diversas vezes reformar-se ao abrigo dos quadrados, quando por forças duplas foi atacada, abrindo sempre brecha nos esquadrões inimigos que ousaram resistir-lhe. (Revista Mensal do Parthenon Litterario, setembro, 1869, p.211).

Após horas de duro combate, segundo Ferreira da Luz, “sem que a sorte da vitória parecesse inclinar-se para algum dos combatentes”, os chefes republicanos, “vendo a impossibilidade de romper os quadrados”, recolheram os cavaleiros que ainda combatiam nos flancos e, aproveitando-se “(dizem) de um espesso nevoeiro que se elevava do sul – (causado por uma tropa de cavalos que vinha do Estado Oriental) – por um auxílio que chegava aos imperiais”, decidiram bater em retirada “proclamando-se vencedores”, e levando “consigo toda a cavalhada e bagagem dos imperiais” que, por manterem sua posição, julgaram-se “com direito ao mesmo título”.

No entendimento do Barão, sucedeu que:

O inimigo depois de mais de duas horas de combate, vendo que nenhum resultado tirava, além de alguns cavalos da reserva da divisão, que a ele mesmo tinham sido tomados, e que já alguns de seus corpos estavam reduzidos à metade da força com que haviam entrado em combate, que seus soldados recusavam encarar de perto os nossos, e que o campo de batalha achava-se juncado de seus cadáveres, retirou-se confuso e abatido, e de certo seria perseguido se o estado de nossos cavalos o permitisse. (*idem ibidem*, setembro, p.212).

Dessa sangrenta e “porfiada luta” da qual, conforme Ferreira da Luz, desistiram os republicanos por entenderem que a persistência dos ataques “tornaria inútil e desastrado o próprio triunfo”, resultou “a perda de mil vidas numa batalha duvidosa” entre “combatentes irmãos iguais em ódio e valor”. Resultado um tanto diferente na ótica do General, segundo o qual:

O inimigo deixou no campo cerca de cem mortos, entre eles cinco inculcados oficiais, teve perto de 150 feridos e para mais de 300 extraviados; no entanto que de nossa parte apenas tivemos 1 tenente, 2 oficiais inferiores e 31 soldados mortos; 4 oficiais, 5 inferiores e 28 soldados gravemente feridos; 3 oficiais, sendo um deles o Sr. brigadeiro comandante da dita divisão, 6 inferiores e 18 soldados que receberam feridas leves, além de um tenente que sendo ferido, ficou prisioneiro. (*idem ibidem*, setembro, p.212).

A intenção ao cruzar essas narrativas foi demonstrar as diferentes construções de sentidos que podem ser produzidos conforme o manejo dos letrados, seja na linguagem, na apresentação documental ou na edição dos textos, a partir de um mesmo evento ou informação. Embora tal procedimento já tenha sido discutido, o texto ou o “parecer” sobre o *Combate de Ponche Verde*, apresentado por Francisco Antunes Ferreira da Luz, merece nossa atenção não necessariamente pelo conteúdo que apresenta - a percepção de um jovem iniciante nas letras sobre um evento militar controverso -, mas por sua publicação acompanhada da transcrição do documento oficial produzido sobre o acontecimento.

Antes de questionarmos o propósito desse procedimento, pela Redação da revista, cabem algumas observações sobre a narrativa de Ferreira da Luz, pois o jovem apresenta a sua versão sobre o evento sem nenhum apoio em registros históricos. Além disso, em breve passagem e entre parênteses, alude à insegurança sobre a informação emitida acerca do momento do abandono do campo de batalha pelos republicanos, pois segundo sua narração, “(dizem) de um espesso nevoeiro” provocado pelo pó do tropel que vinha do Estado Oriental em auxílio dos imperiais. Quem teria dito sobre a nuvem de poeira ou sob que comando estariam tais tropas orientais, o jovem parecerista não informa, além de este carecer de apoio para as opiniões que emite também não pode ser classificado entre os memorialistas, posto que não havia ainda nascido quando sucederam esses eventos. Portanto, há um imenso desnível entre o *Parecer* e o documento oficial transcrito, que acaba contribuindo para, de uma parte, retirar completamente a autoridade enunciativa do parecerista, e de outra, transformá-lo numa peça de ficção.

Afinal, qual o propósito da *Comissão de Redação da Revista Mensal* ao apresentar um documento oficial que contraria as informações do parecerista, sem que exista qualquer discussão sobre as controvérsias nas informações (já que os números divergem absurdamente), ou na apresentação do enfrentamento entre os combatentes que apontam envolvimento de diferentes ordens com o Estado Oriental seja, explicitamente, pela referência ao apoio dos orientais às tropas republicanas ou do fornecimento de cavalos para atendimento às tropas imperiais?

Como só resta um eco silencioso à nossa pergunta, cabe-nos apenas aventar algumas possibilidades interpretativas. Se tomarmos como apoio o procedimento que adotará José

Bernardino na edição da *Murmúrios do Guahyba* (realizada no ano seguinte), ou seja, apresentar aos leitores a opinião pessoal de um membro do Parthenon, o que por si já constituía alguma autoridade, não obstante a pouca idade do relator, junto ao registro histórico da interpretação oficial sobre o acontecimento, então o julgamento sobre que ponto de vista adotar seria deixado aos leitores. De outra parte, a publicação deliberada de posicionamentos divergentes sobre o evento militar, mesmo sem um posicionamento explícito dos redatores, teria como objetivo evidenciar possíveis questionamentos acerca das diferentes informações existentes. De todo modo, não há explicação sobre o procedimento ou propósito dos editores que poderia ser inclusive não perfilhar nem a opinião do parecerista, nem do documento oficial, ou seja, adotar a neutralidade dando oportunidade ao dissenso.

Em contrapartida, há também o relato do autor das *Reflexões* sobre as ofensivas militares em Ponche Verde, em cujo conteúdo também consta a reprodução da *Ordem do Dia Adicional* n.51. Mas, além dela, há comentários ou “observações geraes” sobre as táticas entre os combatentes; a primeira e mais curiosa é a que define conceitualmente o enfrentamento entre as tropas legalistas, comandadas por Bento Manoel, e as republicanas, comandadas por Canabarro, como um “combate” e não como uma “batalha”, “porque se o inimigo tinha nelle a totalidade de sua força, a Legalidade só pelejou ali com uma ala de seu exercito” (p.75). Além disso, não houve alternativas de marchas, ou seja, “as forças leaes limitaram-se a uma absoluta defensiva desde o princípio até o fim da acção; a agressão foi só sustentada pelo inimigo”, portanto, “não tendo havido no Ponxe Verde certos movimentos relativos, não consideraremos aquella acção, senão como um combate ordinário, e jamais como uma batalha” (p.76). A segunda observação refere-se ao resultado incompreensível da acção sob o comando de Canabarro, “porque tendo nella o inimigo todas as vantagens por si, não as soube aproveitar” (p.70). Para o autor:

A acção de 26 de maio deveria ter sido o mais brilhante feito de armas de David Canabarro, se elle tivesse sabido aproveitar das circunstâncias dos dons da fortuna tão raros na guerra: elle tinha por si três grandes vantagens: 1ª superioridade do número, 2500 homens sobre o campo da batalha contra 1400; dois mil homens de cavalaria contra 700, e hum terreno mais próprio para o desenvolvimento de sua arma principal, o que tornava inútil a superioridade da Legalidade em infantaria; 2ª senão tinha artilharia também Bento Manoel a não tinha, e considerando as vantagens por este mesmo lado, ellas eram mais em favor seo do que dos imperiais, porque ninguém duvidará que se Bento Manoel tivesse alguma artilharia no dia 26, nem um

damno lhe teria podido fazer David, antes pelo contrario, as forças rebeldes teriam de soffrer mais estragos do que soffreram; 3ª dispunha de huma numerosa cavallada, e a pouca que a Legalidade tinha não só era péssima, como perdendo-a no principio da acção só ficou a que estava montada. Apesar destas grandes vantagens, David nada tentou de importante. Os seus ataques foram executados sem nem um vigor, nem combinação. (REFLEXÕES, 1938 (1846), p.76).

Talvez esse modo de confrontação entre discursos e entendimentos, que informam sobre uma disputa de primazia de interpretação a despeito da desigualdade entre os emissores, torne visível a angústia contemporânea daqueles letrados diante do desejo e da necessidade de exprimir sua própria versão da guerra civil, e a interdição social e política ao tema, não apenas decretada pelo Imperador como sancionada pelo temor dos conterrâneos. No entanto, Apolinário estava certo ao afirmar que é infrutífera, senão inviável, a tentativa de impor o esquecimento, impedindo a escrita a fim de eliminar uma parte da história dos rio-grandenses. Nesse sentido, Ricoeur ensina que “as coisas passadas” desaparecem, “mas ninguém pode fazer com que não tenham existido”.³⁴⁰

E um modo de provocar esse reaparecimento do passado é tornando acessíveis aos leitores das revistas literárias os documentos capazes de instruir as memórias sobre esses acontecimentos, a fim de que destemidas mãos e penas habilitem-se para a produção dessa escrita. Aqui, também, podemos evocar a autoridade de Paul Ricoeur (2007, p.347), segundo o qual:

A disputa dos historiadores, levada à praça pública, já era uma fase do *dissensus* gerador de democracia. A ideia de singularidade exemplar só pode ser formada por uma opinião pública esclarecida que transforma o julgamento retrospectivo sobre o crime em juramento de evitar seu retorno.

Embora nesse caso específico o filósofo esteja se referindo às disputas de interpretação historiográfica (dos revisionistas alemães) sobre os crimes cometidos pelos regimes totalitários durante a Segunda Guerra mundial, sobretudo em relação à Shoah, ainda assim a

³⁴⁰ Cujá citação completa é: “A representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desapareção e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham existido. Esse é o duplo estatuto do passado...” (RICOEUR, 2007, p.294).

perspectiva teórica não perde a possibilidade de ser aqui utilizada, pois aqui também falamos sobre crimes de guerra, os quais devem ser trazidos ao julgamento público para, eventualmente, responder àquela questão suscitada por José Bernardino: como fomos capazes de fazer isso?

Durante a década de 1870 os letrados rio-grandenses responderiam à sua maneira a esse desafio esfíngico.

O ofício de exumação do passado encontraria nas páginas da *Revista Mensal do Parthenon Litterario* o abrigo seguro para algumas memórias. O gesto dos letrados de dar um lugar aos seus mortos para serem lembrados equivale ao trabalho de sepultamento honroso do passado pela escrita de sua história; compreendida desse modo, a não escrita da história equivaleria a deixar os antepassados insepultos e, portanto, entregues ao esquecimento.³⁴¹

Nesse sentido, a memória arquivada nesses periódicos e, principalmente, na *Revista do Parthenon Litterario* é, em primeiro lugar, a memória das práticas letradas em torno da escrita pública, da formação de associações literárias, do exercício do debate e da crítica, da troca de experiências, do estímulo à leitura e à troca de ideias. Enfim, de um espaço construído e mantido pela persistência dos jovens e dos maduros letrados rio-grandenses que, lentamente, pela reiteração dessas práticas e ao abrigo das páginas impressas, transformaram desgarrados periodistas, tímidos professores, militares reformados ou na reserva e obscuros funcionários públicos em um grupo socialmente reconhecido como homens de letras, escritores e poetas que tornaram visíveis as suas ações e instituíram outro modo de manifestação cultural pelo qual os rio-grandenses poderiam ser, a partir de então, reconhecidos.

Em segundo lugar, a memória da emergência da cultura histórica, sobretudo da interdição aos eventos em torno da guerra civil e alguns de seus personagens, nesse particular o acervo produzido pelos periódicos, permitiu acompanhar o esforço empreendido para a

³⁴¹ “A escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função *simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narrativa, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos.” (CERTEAU, 2002, p.106). Sobre a discussão que faz Ricoeur sobre o papel da morte na história e das formulações de Certeau, ver: RICOEUR, 1997, p.194-195 e 2007, p.373-380.

realização de narrativas sobre a Revolução e a superação dos obstáculos para empreendê-las. Assim, surgem as primeiras publicações de transcrições de documentos originais relativos a acontecimentos da guerra civil; discussões sobre teses publicadas ou não sobre os eventos revolucionários; adoção ou rejeição de terminologias designativas aos combatentes farroupilhas, ora tratados como rebeldes ou revoltosos, ora como revolucionários ou republicanos, ou ainda como dissidentes; e as biografias, que constroem modelos e padrões de comportamento evocando o testemunho dos mortos por meio da constituição de condutas pelos memorialistas encarregados de erigi-las.

Ao efetuar a conversão dos periódicos literários em fontes históricas e considerá-los constituintes de uma instituição sociocultural, capaz de formar e conferir um perfil de atuação específico aos seus integrantes, nosso gesto historiador ressignifica o que foi um meio de expressão e divulgação das ideias literárias, e torna-o agora um lugar de práticas letradas num sentido bem mais amplo de atuação política, e redimensiona ações, aparentemente isoladas, ao incluí-las numa cadeia de práticas sociais tornando-as partes escandidas do mesmo encadeamento histórico, qual seja, aquele que produz outro espaço e modo de atuação política e social para os homens da Província.

Esse é, portanto, o duplo acervo contido na memória arquivada pelos periódicos literários, cuja conservação tornou possível remontar esse quadro de práticas historiadoras entre os letrados da Província, e cuja preservação também torna perceptível a intenção do monumento por trás do documento, já que o documento é parte de um monumento na medida em que ele contribui para edificar uma ideia, e a ideia edificada pelo documento é o monumento que ele contém, tal como ensinam Le Goff (1996, p.548) e Ricoeur (1997, p.199).

Acompanhemos, então, a construção desse duplo monumento, um *panteão* que se constitui pelo conjunto dos periódicos no *legado literário*, que reitera um *destino heroico* também no campo das letras, e o outro que é esse “padrão de glórias rio-grandenses” por meio das narrativas literárias, biográficas e memorialistas contidas nas páginas da *Revista Mensal*.

3.4. O ARQUIVAMENTO DA MEMÓRIA NAS REVISTAS LITERÁRIAS

Houve um interregno durante o ano de 1871, no qual não circulou em Porto Alegre nenhum periódico literário local. A *Revista Mensal* reaparece em julho de 1872. Durante esse semestre foram publicadas, entre homenagens e biografias, o *Elogio Fúnebre a Felipe Nery*, por Apolinário Porto Alegre; um poema ao *Marquês do Herval* (General Osório), de Manoel Gonçalves Junior; um *Necrológio a Affonso Luiz Marques*, por Hilário Ribeiro; o *Esboço biográfico do Cônego Thomé Luiz de Souza*, por Caldre e Fião; um *Resumo histórico sobre a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*, por Aurélio Veríssimo de Bittencourt; o *Esboço biográfico de Delfina Benigna da Cunha*, por Vasco de Araújo e Silva, e de *João Jacintho de Mendonça*, por Hilário Ribeiro.³⁴²

Nesse primeiro conjunto de pessoas selecionadas para serem lembradas, destacam-se os membros recentemente falecidos do Parthenon Delfina da Cunha, Affonso Marques e Felipe Nery, este último também militar e jornalista. Todos, como se deve esperar, são louvados pelos colegas, e destacamos um trecho do *Elogio* a Nery feito por Apolinário, quando aquele militar tornar-se jornalista, porque contém elementos semânticos recorrentes:

Não é mais a espada que o veremos brandir. É a penna, a arma sublime do pensamento, o instrumento que monda os terrenos do presente e roteia os campos do futuro, a irmã da espada, porque esta rompe os obstáculos que se apresentam áquella em sua missão de progresso, emfim o estylete que grava a palavra, como o cinzel desbasta o mármore, e tantas vezes tem alcançado mais victorias do que as catapultas, os canhões e os exércitos formidáveis. Foi-lhe justa o *Correio de Porto-Alegre*, publicado por Pomatelli, onde elle escreveu até que em 1854 fundou o *Correio do Sul* typographia que o Dr. Caldre Fião lhe cedera. (REVISTA MENSAL, julho, 1872, p.10).

O poema em homenagem ao Marquês do Herval é exatamente o que deve ser. Destacaremos apenas algumas estrofes (o poema completo encontra-se nos anexos):³⁴³

³⁴² Anexos Capítulo 3: BIOGRAFIAS, NECROLÓGIOS E HOMENAGENS: REVISTA MENSAL DO PARTHENON LITTERARIO.

³⁴³ Anexos Capítulo 3: *idem ibidem*.

Era sublime aquelle horror! De um lado,
Espessa nuvem para os céos se erguia,
Aqui, além, o bojo se lhe abria,
De si jorrando rápidos clarões.
Depois... ouvia-se um bramir medonho;
E a terra, a mesma terra, se abalava,
Era a morte sinistra que passava,
Cuspida por innumerados canhões!

E Osório cavalgando o seu ginete,
Frente a frente entestando co'a metralha,
Olhava attento as phases da batalha
Como se a morte não pairasse ali!
Se o vísseis tão sereno, julgaríeis
Que fitava o brincar de mil creanças.
Quando o porvir talvez, as esperanças
Tinha da pátria a depender de si!

Era sublime aquelle horror! As filas
Pelo férreo granizo fustigadas,
Já rotas, vacillantes, rareadas,
Iam de mortos alastrando o chão!
Membros dispersos gotejando sangue!

Era assim que na pátria, a voz da fama,
Pela tuba que algema o esquecimento,
Te erguia pouco a pouco o monumento.
Que teu nome ao futuro vae unir.
Como Bayard, como os heróes de Homero,
Ha de teu nome, na brasileira historia.
Passar aureolado pela gloria,
A's gerações por vir!

(GONÇALVES JÚNIOR, *idem ibidem*, julho, p.37-38)

Não questionaremos ao poeta como pode ser “sublime aquele horror” de mortos alastrados pelo chão e “membros dispersos gotejando sangue”. As musas, certamente, lhe embalavam o estro; Calíope emprestou-lhe a bela voz para eventos tão cruentos, e Clio anunciou com o clarim da fama o nome de Osório entre as glórias da história brasileira. Estas eram, certamente, as “formosas lições” a serem transmitidas pelos letrados de “formosa missão”, às gerações do porvir. De qualquer modo, o mesmo tratamento ainda não era concedido aos personagens e acontecimentos da guerra civil.

No mês de setembro a *Revista Mensal* publica o *Esboço biográfico do Cônego Thomé Luiz de Souza*, segundo o biógrafo, estimado padre e prestigiado professor de latim, desde

1807. Não são, entretanto, as altas qualidades do venerável religioso que nos despertam o interesse no texto de Caldre e Fião, mas porque assinala a primeira manifestação dos partenonistas sobre o papel educativo das biografias:

Estamos incumbidos de stereotypar nas paginas da Revista, os caracteres elevados que tem existido entre nós e que podem servir de modelo á mocidade, afim de que reproduzindo as acções nobres seja ella digna da estima publica e útil á sociedade nos diversos empregos de sua actividade.

A historia, a lição do passado, a tradição dos erros, ou virtudes da humanidade, de muito servem ao presente, ás sociedades de novo constituídas, porque dão a medida da fraqueza e das forças de que são dotadas, dos recursos de que podem dispor, e dos melhoramentos de que são susceptíveis.

Da mesma forma o registro das acções dos homens elevados, serve de correctivo aos que percorrem ora a estrada da vida precavendo-os contra os erros de que aquelles já foram victimas e animando-os pelos resultados obtidos no trabalho, abnegação, coragem, estudo.

Nas obras de Homero inspirava-se Alexandre, o macedonio, (...).

Napoleão I curvava-se ante o sepulchro de Frederico, o grande (...).

Virgilio modela-se nos cantos do poeta grego (...).

A humanidade sempre a mesma em todos os tempos, reproduz os typos mais importantes, e dadas circumstancias iguaes vemol-os representar papeis iguaes na sua existência activa.

(...)

Os homens copiam-se uns aos outros, o que quer dizer que os caracteres reproduzem-se, milagre que operam a historia, o registro, as acções humanas, e os livros das sciencias.

É por isto que a Revista dando a sua frente o retrato de homens notáveis, e offerecendo suas acções como modelos que podem ser seguidos, julga fazer um serviço real á esta Província, por cujo progresso trabalha, promovendo os bons costumes e a illustração de sua esperançosa mocidade.

Não são só os, guerreiros, no campo mortífero da batalha, sob o peso de uma enorme responsabilidade, e de privações sem conta, que conseguem o titulo honroso de heroes.

Não são só os reis, os chefes e legisladores das nações, que conseguem a benemerência, a gratidão e respeito dos homens sobre quem tem exercido o seu poder e autoridade.

Também os sacerdotes, os ministros dos altares, os médicos, e os industriaes têm direito ao respeito dos povos, a quem dão os conselhos e a sciencia, a saúde e a riqueza. (REVISTA MENSAL, setembro, 1872, p.83-84)

Existências modelares para a inspiração da mocidade é o que a Revista se propõe a apresentar, prestando assim um “serviço real à Província” ao promover os “bons costumes” e a illustração dos jovens. Mas não só dos “guerreiros, no campo mortífero da batalha”, nem só

“os reis, os chefes e legisladores”, mas também “os sacerdotes, os ministro dos altares, os médicos, e os industriaes”. Parece que o Parthenon quer abrir suas páginas para outros heróis, ou, o que é mais provável, escolher e erigir seus próprios heróis.

Ainda em 1872 será publicado em capítulos o romance *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, no qual sobressaem sentidos diferentes sobre a Revolução e seus principais líderes, conforme já foi mencionado, daqueles atribuídos por José Bernardino em *A Doua*. Nessa narrativa é possível perceber que o escritor rio-grandense é um admirador do período da guerra farroupilha, associa a luta daqueles rio-grandenses aos altos ideais republicanos, e trata com reverência os líderes da Revolução, cujas figuras já havia realçado no conto *A faca dum valeiro*, publicado na *Revista Mensal*, em 1869. Num trecho que alude aos três generais, durante o cerco de Porto Alegre:

Quase dez mil guerreiros ali se achavam, e três nomes legendários, três nomes duma epopéia de glórias: Bento Gonçalves, Neto e Canabarro, passavam pelo lábio de tantas coortes como hinos de liberdade. (PORTO ALEGRE, *idem ibidem*, junho, 1869, p.23)

A trama d’*O Vaqueano* inicia no período revolucionário, com José de Avençal, o vaqueano do título, a conduzir uma tropa farroupilha que tem no comando um que “era como a personificação, a apoteose viva do gênio da liberdade”, nada menos do que Garibaldi; o outro, “de contornos amplos e estatura regular, tinha a fisionomia franca, jovial e insinuativa do campeiro rio-grandense”, é Canabarro. Embora haja certa economia nas adjetivações, isso não deve soar como restrição à figura do militar rio-grandense. A narrativa revela o contexto e o destino da tropa:

Os republicanos com as grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do Rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Neto, Canabarro, João Antonio da Silveira e Bento Manuel, fizeram retirar o exército imperial comandado pelo General Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina. Aí vão eles, agora que os encontramos executar o plano concebido. (PORTO ALEGRE, *idem ibidem*, julho, 1872, p.29)

Durante a narrativa o autor vai deixando respingar alguns adjetivos ou termos, que vão revelando a simpatia do narrador pelos eventos ou personagens da Revolução rio-grandense. Assim, em certo momento, refere-se à popularidade que tinha o vaqueano, comparando-o com “Bento Gonçalves, a glória tradicional do Rio Grande”; ou menciona pejorativamente as tropas imperais como “a bagualada do rei”, ou então coloca entre os personagens “um capitão da República, testemunha ocular do combate entre Bento Gonçalves e Onofre e muitos outros” - ainda que o personagem principal guarde reservas quanto a demonstrações efusivas de admiração, num momento em que todos entoam o hino a Bento Gonçalves, exceto Avençal, cuja primeira estrofe é:

Bento Gonçalves da Silva
Da liberdade é o guia,
É herói porque detesta
A infame tirania

Na sequência, a tomada de Laguna é assim apresentada:

No dia 23 de julho, o estandarte de cores amarela, encarnada e verde da República de Piratinim flutuava sobre a vila, desfraldada aos ventos da vitória.

Fácil vitória sem derramamento de uma lágrima sequer, sem a troca de um tiro.

Canabarro tratou logo de se precaver contra qualquer eventualidade. Levantou na barra uma forte bateria em defesa do porto e fez armar quatro embarcações para o curso.

Garibaldi, não só bom soldado, mas excelente marinheiro, pois na marinha piemontesa galgara até o grau de segundo-tenente por mérito, foi nomeado chefe da esquadilha.

Também em pouco infestou a costa, e raro era o dia em que não fazia presas consideráveis de navios mercantes do império, requintando de audácia até o ponto de aparecer em frente à cidade do Desterro e de ameaçá-la com um canhoneio. Canabarro, no continente não descansava, os planos de hostilidades abrangiam a Província inteira. Esperava em breve ocupar toda a ilha, de posições tão importantes, que o tornariam formidável por terra.

(PORTO ALEGRE, *idem ibidem*, novembro, 1872, p.205)

Segundo o narrador de Apolinário, não houve um tiro sequer na tomada da vila. Entretanto, os apontamentos de Araripe indicam que houve 15 mortos entre os legalistas e um entre os rebeldes. De todo o modo, o autor d’*O vaqueano* não conhecia os registros de Araripe

(1881, p.229), que só apareceriam 10 anos depois. Se por um lado essa foi uma ocupação sem grande custo de vidas, o combate que se dará a 15 de novembro de 1839 terá outro custo e tom narrativo:

O governo central assustou-se com a tomada da Laguna, viu a Ilha de Santa Catarina ameaçada de próxima invasão, como os navios mercantes apresados por um inimigo cuja audácia e valor não tinham limites e chegavam até as fortificações de Tamarin e Ratonés.

Resolveu pois acabar com tão precária situação.

Nomeou no intuito ao Marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa, comandante das armas da Província invadida, e chefe de uma força naval ao capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath.

No dia 15 de novembro de 1839 entre imperiais e republicanos ia renhir-se porfiada luta, em que ambas as facções tinham de cobrir-se de memoranda glória.

Canabarro campava na bateria que defendia o porto. Garibaldi com a esquadilha em ordem de batalha.

Rompeu o fogo...

Quantas façanhas, quantos atos de bravura e heroísmo não ficaram sepultos nesse dia em nuvens de fumo, no fundo das águas e no estrupido da peleja?

Como Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralha e fogo! Leões da guerra, colunas avançadas da liberdade, cederam; mas, quando o exército dizimado por forças superiores constituiu um pugilo de bravos, quando da flotilha se viam apenas fragmentos boiantes sobre as ondas, cederam, é certo, ao número e recursos poderosos, não ao esforço e bizzarria. Grandes na vitória e no infortúnio. Grandes na derrota, porque tinham no coração as lágrimas do desespero!

Derrota?! Não... Retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimiram o selo de sua pujança onde bateram, fracassando.

(...) O rio-grandense confia mais em seus braços de Briareu e em seus ombros de Atlante do que nos recursos oferecidos pela engenharia militar.

Retirando-se, poucos na verdade, ainda infundiam terror nas hostes contrárias, imobilizavam-nas. (...)

A bandeira tricolor flutuava na hástea, crivada de balas, porém, como sempre, medindo altiva a bandeira do Império. (...)

Avençal bradou:

Viva a República! (...)

Quando o ar desanuviou, viu-se que o pavilhão da República não costumava render-se: ardia com seus inimigos.

(PORTO ALEGRE, *idem ibidem*, novembro, 1872, p.215).

Eis os novos sentidos, construídos por Apolinário, aos enfrentamentos revolucionários, aos quais, em princípio, o autor atribui certa equanimidade, já que “ambas as facções tinham de cobrir-se de memoranda glória”; afinal, “quantas façanhas, quantos atos de bravura e

heroísmo não ficaram sepultos nesse dia”, batalha na qual, segundo o narrador, “Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralha e fogo”. Mas que, apesar de lutarem como leões, foram obrigados a ceder “quando o exército dizimado por forças superiores” foi reduzido a um punhado de bravos. Então, o vigor narrativo de Apolinário revela seu intento; afinal, os comandantes republicanos retiram-se, mas não saem derrotados, pois cederam a “recursos poderosos” e não em “esforço e bizzaria”, e os poucos que ainda restaram “infundiam terror nas hostes contrárias, imobilizavam-nas”. Além disso, tremulava a bandeira tricolor “crivada de balas, porém, como sempre, medindo altiva a bandeira do Império”, já que “o pavilhão da República não costumava render-se: ardia com seus inimigos”.³⁴⁴

Se a memória desses mortos precisava de uma sepultura adequada, honrosa e gloriosa, ela acabava de encontrá-la na escrita de Apolinário, pois conforme ensina Ricoeur (2007, p.380), a partir das formulações de Rancière na esteira de Michelet, “é função do discurso, como lugar da palavra, oferecer aos mortos do passado uma terra e um túmulo”, ainda que não seja, nesse caso, um discurso produzido pela historiografia. Entretanto, tal operação, mesmo na seara literária, não seria tarefa de fácil execução, conforme se pode acompanhar pela crítica ao romance *O vaqueano* que aparece nas páginas do jornal *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal:

O vaqueano. (...) É um trabalho descritivo, de cor local e se bem que não seja feito com uma linguagem chã, desentrevada de termos pouco comuns e impróprios do campeiro, pode-se dizer todavia que é um trabalho rio-grandense.(...)

É pena que Iriema se deixe tanto seduzir pelo falso prisma, através do qual olha para as cenas do passado. Haverá tanta sinceridade e patriotismo nos homens da revolta, como lhe diz seu coração bom e dominado pela elevação e nobreza de seu caráter? Bem vemos que Iriema não é aqui o severo químico da História, armado do escalpelo afiado da crítica, mas o romancista – em todo caso é bom não iludir o futuro, inoculando-lhe as ideias brilhantes e generosas que lhe vão pela mente. Os revoltosos tiveram muitos erros de que ainda não estão quites com a história da Pátria. Garibaldi era entre nós um feliz e ousado aventureiro. Na luta entre irmãos, que todos queriam a liberdade, que amavam estremecidamente o seu torrão, que vinha fazer o estrangeiro, vibrando o punhal em que ia a morte? Era mais um instrumento de extermínio, quando devia ser o da paz e da união, num momento lutuoso de desvairamento, por tanto tempo depois pesarosamente lembrado. O Sr.

³⁴⁴ Nos dados relativos ao Combate de Laguna, colhidos por Araripe, não constam o número das Forças, apenas os legais mortos: 80; e rebeldes mortos: 120. (ARARIPE, 1986 (1881), p.229).

Apolinário é um escritor de merecimento e já vigorado pelo estudo e pelo trabalho. Ele pode dar muito desenvolvimento à literatura da Província. (*apud* FERREIRA, 1975, p.48-49).

Percebe-se, portanto, a partir da opinião do crítico do jornal do Partido Liberal, a fissura que a narrativa de Apolinário provoca no discurso até então predominante, ou seja, ao apresentar uma visão heróica e gloriosa sobre os homens que lutaram pela bandeira republicana. Apolinário, com a autoridade já constituída de “escritor de merecimento” amadurecido pelo estudo e pelo trabalho literário, dá início a novas possibilidades de interpretação sobre a guerra civil e seus personagens. O argumento utilizado pelo crítico d’*A Reforma*, para minimizar os efeitos que podem ser produzidos pela representação de Apolinário, é a desqualificação da avaliação do romancista em comparação ao julgamento do “severo químico da História”. Chama a atenção essa associação entre o cientista químico e o historiador. Ela revela uma concepção sobre o trabalho historiográfico como se este pudesse ser realizado com a exatidão com que se separam os elementos químicos que compõem os organismos e os fenômenos naturais. Além disso, o instrumento ou a “arma” utilizada por esse cientista que *recolhe os fatos na natureza* é o “escalpelo afiado da crítica” usado para dissecar os fatos recolhidos.

Tal análise expõe o quão ameaçadora pode ser considerada uma interpretação desse tipo; Então, o crítico, mesmo desqualificando o ponto de vista do autor, que se deixou “seduzir pelo falso prisma” pelo qual observou as cenas do passado, mas não desmerecendo a sua autoridade social, assevera como medida de precaução que “é bom não iludir o futuro, inoculando-lhe as ideias brilhantes e generosas que lhe vão pela mente”; afinal, haveria “tanta sinceridade e patriotismo nos homens da revolta, como lhe diz seu coração bom e dominado pela elevação e nobreza de seu caráter?” De todo modo, o que temos aqui é o dissenso trazido à discussão pública e a produção, pela narrativa de Apolinário, de sentidos e significados positivos, principalmente sobre os republicanos e para ações e posicionamentos desencadeados pelos motivos da guerra.

Esse dissenso apresentado na narrativa de Apolinário, que revela a fissura no discurso social até então dominante no meio letrado, e ao qual já referi como um *continuum*

interpretativo desde Caldre e Fião até José Bernardino, sendo que alguns sentidos negativos foram ainda amplificados pelo último, traz à tona, por meio da crítica d'*A Reforma*, um tipo de “veto ao ficcional” denominado por Luiz Costa Lima de “controle do imaginário”. Ou seja, haveria uma forma adequada e uma forma inadequada de representar os personagens e os eventos da Revolução que foi estabelecida por certa tradição interpretativa, a qual selecionou uma maneira referencial que contemplava a memória, que deveria ser conservada e transmitida ao futuro, qual seja, a da conduta correta a ser adotada diante de um acontecimento como esse, desde Almênio, o tenente republicano d'*A Divina Pastora*, que revê sua opção e retorna às tropas imperiais; do arrependido Felipe, d'*O Corsário*, que alerta os filhos para os perigos das ideias revolucionárias; dos biografados d'*O Guayba*, o desembargador Fernandes Pinheiro, que atuou nas articulações políticas para a retomada da capital, aos legalistas, mas, sobretudo do veterano Menna Barreto, de irrepreensível conduta militar. E ainda pelo quadro dramático e desolador, descrito por José Bernardino, das crueldades cometidas durante a guerra. Tal era o conjunto sancionado para ser lembrado e cultuado.

Costa Lima (1984) explica que haveria, a partir de um determinado momento, por parte da produção ficcional, a necessidade de preencher uma lacuna no modo de acesso ao conhecimento mundano, através de uma escrita para um sujeito ao qual “passa a caber a apreensão do adequado”(p.12); momento em que se opera uma modificação na expressão da subjetividade, em que “a referencialização do eu individual e a exigência de uma forma de fixação determinada, a forma escrita, se dão simultaneamente” (p.18). O adequado, no caso dos rio-grandenses, é uma narrativa que agregue significados positivos não ao evento histórico em si, ou seja, à guerra civil, mas aos personagens que adotam a posição da ordem, da legalidade e do Império, a fim de tornarem-se referenciais exemplares de patriotismo a serem imitados pelas gerações futuras. Por isso mesmo há a necessidade de um “controle sobre o imaginário” que privilegie outros comportamentos possíveis, aqueles até então marginalizados ou, simplesmente, apagados porque efetivamente em oposição ao *modelo correto*, mas em convergência com inquietações culturais de alguns letrados que sentiam a necessidade de formular outras razões para esse comportamento desviante. Ou seja, a narrativa de Apolinário se propõe a reparar uma lacuna no entendimento da ação daqueles

homens considerados rebeldes, mas que, segundo o autor, por buscarem ideais de liberdade e de república foram mal compreendidos, assim a guerra justificava-se pelos princípios que propugnava e que revestiam de heroísmo e glória um decêncio de combates.

Essa narrativa ficcional reparadora dos significados desse passado e dessas memórias é questionada por Ricoeur (1997, p.332), a partir da liberdade da escrita ficcional em face do controle ou coerção que a prova documentária impõe à narrativa historiográfica. Em contrapartida, ela sofre a coerção do verossímil, pois:

Não exerce o quase-passado da voz narrativa sobre a criação romanesca uma coerção interior tanto mais imperiosa quanto mais esta não se confunde com a coerção exterior do fato documentário? E a dura lei da criação, que consiste em “restituir” da maneira mais perfeita a visão do mundo que anima a voz narrativa, não simula, até a indistinção, a dívida da história para com os homens de antigamente, para com os mortos? Dívida por dívida, qual delas, a do historiador ou a do romancista, é a mais insolúvel?

Se, conforme afirma Ricoeur, estamos diante de uma dívida insolúvel, seja como historiadores, seja como romancistas, todavia sempre como produtores de sentidos para as ações dos homens no mundo, mas principalmente dos homens do passado, da memória dos mortos, ora subordinados pela coerção da prova documental, ora sob o controle do imaginário ou da coerção do verossímil, o que nos resta ainda é a escolha da tradição³⁴⁵. Se herdamos das vozes do passado a transmissão de certos sentidos sobre eventos ou pessoas, parte de nossa dívida consiste em reavaliar o que recebemos, reinterpretar discursos tradicionais e optar por participar de uma sequência geracional interpretativa, ou a partir de uma *mesma bagagem* encontrar *novas possibilidades de orientação*, encontrar ou instaurar outra pertença na ordem estabelecida, tal como procedeu, contra vento e maré, Apolinário Porto Alegre a partir de sua

³⁴⁵ Num artigo intitulado “Tradição e tradicionalismo”, publicado no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro em 1942, Otto Maria Carpeaux sentencia “tradição é escolha” e explica: “Primitivamente, a tradição era “o que não está escrito”, o que se transmite oralmente; os “grandes tradicionalistas” do romantismo não procuram a tradição nos livros, mas a tradição não escrita do povo, a tradição subconsciente das lembranças populares. Por isso tradições encerram um elemento perigoso de incerteza, de autenticidade duvidosa. Elas precisam ser garantidas por uma autoridade. O complemento indispensável do princípio de tradição na Igreja Romana é a autoridade do papa, a autoridade de distinguir o que é a verdadeira tradição e o que não é. Tradição é escolha. Não há uma tradição em nenhum lugar. Em toda parte há muitas tradições, entre as quais é preciso escolher. A escolha de uma tradição é a reprovação das outras, é uma decisão suprema. Nisso consiste a grande política. Porque a escolha das tradições do passado determina o futuro”. CARPEAUX, 1999, p.199-204. Sobre a discussão que realizei sobre a escolha de uma tradição interpretativa da identidade regional, ver: GOMES, 2005.

condição de ser-afetado-pelo-passado e sua expectativa de reparação para o futuro. (RICOEUR, 1997, p.387-391).

Durante o ano de 1873 a *Revista Mensal* é publicada todos os meses. Nesse período, entre obras sobre homenageados através de biografias ou necrológios, escritos por letrados, encontramos *Esboço biográfico de Rita Barem de Mello*, por Caldre e Fião; *Miguel Pereira de Oliveira Meyrelles*, por F. de A. Valle Machado; *Manoel José da Silva Bastos* e *José de Alencar*, por Apolinário Porto Alegre; e um comentário em homenagem a *Felix da Cunha* e um *Necrológio a Antonio Ferreira das Neves*, por Hilário Ribeiro. Entre homenagens a religiosos, encontramos *Esboço biográfico do Padre Feliciano José Rodrigues Prates (primeiro bispo desta diocese)*, por Caldre e Fião; e *Padre Luiz M. Gonçalves de Brito*, por Menezes Paredes. Na galeria dos homenageados militares, há a biografia de *J. J. Andrade Neves (Barão do Triumpho)*, por Francisco I. M. Homem de Mello. E entre os políticos, *Esboço biográfico do Dr. Luiz Alves de Oliveira Mello*, por Achilles Porto Alegre; e *Dr. Luiz de Freitas e Castro*, por Araújo e Silva.³⁴⁶

Se pela biografia do Padre Thomé Luiz de Souza acompanhou-se o propósito do Parthenon de erigir modelos inspiradores para a mocidade rio-grandense, o mesmo biógrafo do Padre Thomé elabora a biografia de Rita Barem, e reitera a intenção de “esteriotipar caracteres elevados e íntegros, para modelos da vida social e doméstica de nossa mocidade”. Entretanto, Caldre e Fião oferece-nos ainda outras reflexões acerca de quem e como biografar; primeiro, lembra outras poetisas que devem merecer a mesma distinção, são Maria José e Eurídice Barandas, já que

numa sociedade nascente, ou entregue aos labores da guerra, estas rio-grandenses cantavam a natureza; e enquanto a primeira descrevia o que a maternidade tem de mais sublime e santo, a segunda segregava o íntimo de sua alma, os seus amores íntimos à geração de então (...). (REVISTA MENSAL, fevereiro, 1873, p.50).

³⁴⁶ Anexos Capítulo 3: BIOGRAFIAS, NECROLÓGIOS E HOMENAGENS: REVISTA MENSAL DO PARTHENON LITTERARIO.

Caldre e Fião pondera, então, sobre a carência de educação e instrução para a mocidade feminina da Província, e indaga “porque não terá na galeria do Parthenon, também modelos de virtudes domésticas, de virtudes cívicas e de encendrado amor pelas ciências?” Em seguida cita o exemplo de uma “matrona, nos tempos em que viviam nossos avós, que deixou de si memória de muitas virtudes domésticas”, e diante de tal modelo de comportamento rapidamente apresentado, indaga-se novamente: “Porque o retrato da matrona Escolástica não deve estar aí entre os ilustres?”. Menciona ainda outro exemplo de uma mulher que, com seu trabalho, perseverança e economia conseguiu pagar as dívidas contraídas pela falência do negócio do marido e ainda construir “uma fortuna que deu abastança à seus filhos”, que igualmente deram “exemplos de economia doméstica próprios para serem imitados”; entretanto, a mesma mulher “varonil para os casos difíceis da vida, honesta e honrada até o escrúpulo, tinha um coração feroz”, pois maltratava com crueldade os seus escravos.

Caldre e Fião apresenta esses dois exemplos de conduta feminina de que fala “a voz da tradição”, para demonstrar as dificuldades dos biógrafos tanto no procedimento de escolha sobre quem deve ou merece ser biografado, quanto sobre quais condutas são as mais exemplares; e ainda o dilema de traçar um perfil que contenha as contradições da dimensão humana. Afinal, ele pondera que “o retrato de um tal caráter, digno de respeito até certo ponto, devia ser coberto pelo crepe manchado do sangue do infeliz, que muitas foram as vítimas que pereceram sob o seu azorrague maldito”.

Alude ainda às matronas, que “durante os lutuosos dias da guerra civil por que passamos”, devem figurar entre os “muitos bustos honrados e varonis” que se levantaram na memória da pátria. No entanto, “ainda é fresca, porém, e muito contemporânea a história dos fatos, para que a narremos”, cabendo “a pena da nova geração”, guiada pela “tradição que deixarmos”, a missão de fazer-lhes justiça “como faz o meu coração ao recordar as cenas de humanidade, de abnegação e de heroísmo pelas ideias que elas então nutriam na alma”.

Caldre e Fião conclui sua reflexão pelos atributos que devem primeiramente justificar a escolha do biografado, isto é, a necessidade e a utilidade, posto que:

É mais útil, torno a dizê-lo, gravar-mos a virtude, a glória, o heroísmo sobre o bronze ou mármore ou nestas páginas que vão escritas, para lição da mocidade, para modelos das gerações porvindas, do que narrar triunfos fáceis de inteligências felizes que nos sabem dizer nas horas do desfastio, com beleza e graça, o quanto é bela e graciosa a natureza dos nossos pagos, o nosso sol, a nossa lua e as águas doces que nos saciam e as florestas que nos sombreiam e geram cismas melancólicas mas inebriantes em nossa alma. O agradável deve vir depois do útil e este depois do necessário. É uma lição que a pode entender bem o biógrafo que me suceder, e que pode por outra obra, se não for levado como eu por condescendência, a um trabalho que podia ficar para mais tarde. (*idem ibidem*, fevereiro, 1873, p.51).

Quanto à jovem poetisa que morreu pouco antes de completar 28 anos, o projecto partenonista, após narrar sua desventurada e breve existência, faz a seguinte apreciação sobre o seu lugar nas letras rio-grandenses:

Rita Barem, que examinada à luz da imparcialidade, revela um talento precoce, habilitações que fora para aproveitarem-se num país mais cultivado que o nosso, numa sociedade mais vasta e aplicada que a em que vivemos, não chegou a atingir o marco da distinção a que teria direito com mais cultura. (...)

A crítica ainda não deu o devido lugar aos escritos de Rita Barem; ainda ninguém sabe em que ordem ela deve ficar na galeria dos prosadores e poetas rio-grandenses; apenas há uma sucessão cronológica, que no momento foi preterida, pois como se vê a sua biografia antecedeu a das recomendáveis poetisas Maria José e Eurídice Barandas.

E assim como não houve crítica, também não houve cuidado na revisão do livro que tem seu nome, e que foi impresso À expensas da sociedade portugueza de Beneficência da cidade do Rio Grande.

Os literatos que isto conhecem não deixaram de fazer esse trabalho, esse serviço importante às letras pátrias e à memória dos que à ela hão dado os seus mais belos dias. (*idem ibidem*, fevereiro, 1873, p.52-53)

Caldre e Fião expõe em poucas linhas as condições de produção dos colaboradores da *Revista Mensal*, assim como os questionáveis critérios editoriais que presidiam a escolha dos personagens a pertencerem à “galeria dos ilustres” composta pelo Parthenon Litterario. Além disso, reitera as dificuldades da escrita sobre as pessoas em geral, e as mulheres em particular, que participaram de eventos ainda muito recentes, como a guerra civil e que, embora mereçam a narração dos exemplos “de humanidade, de abnegação e de heroísmo pelas ideias que elas então nutriam na alma”, não podem, entretanto, ser ainda lembrados. Cabe à

geração vindoura, guiada pela “tradição” deixada pelos contemporâneos dos acontecimentos, a sua narração. Nesse sentido, expressa Caldre e Fião seu entendimento sobre os vínculos entre a memória dos antepassados representada pela “voz da tradição”, e a possibilidade de escrita desse passado, do qual devem sobreviver apenas os fatos ou pessoas dignos de serem lembrados, já que passaram pela peneira do tempo e, devidamente selecionados, permaneceram sob a chancela da “tradição oral”.

A narrativa escrita, segundo Caldre e Fião, não pertence aos contemporâneos. Ela será transmitida à geração seguinte como responsabilidade e como legado (ou *bagagem*) nas narrativas orais, ou nas memórias daqueles que viveram antes, qualificadas como “a voz da tradição”, nas quais os herdeiros devem apoiar-se para cumprir a missão que lhes compete, isto é, converter “a voz da tradição” em comportamento exemplar. Assim, o respeitado médico-escritor-jornalista parte do mesmo princípio do crítico d’*A Reforma*, ou seja, que o historiador pode produzir a *verdadeira história* sobre o que se passou a partir das fontes que recebe do passado; e embora Caldre e Fião se distinga daquele crítico por apontar o processo de seleção que se opera com o passar do tempo, isto é, o esquecimento ou apagamento, ele, no entanto, ainda não percebe convenientemente que a geração encarregada da narrativa escrita também selecionará as vozes que deseja ouvir. Assim como procederam José Bernardino e Apolinário ao julgar eventos e personagens da guerra civil, o primeiro adotando a concepção do desvairio e da violência inútil, e o segundo perfilhando a visão do combate glorioso por ideais republicanos; ou como procederam os editores da *Revista Mensal* ao preferir certa poetisa em detrimento de outras, ou ainda como ele mesmo agiu ao posicionar-se diante de “um trabalho que podia ficar para mais tarde”, se dependesse da sua *escolha*.

De Caldre e Fião passamos a Apolinário, que realiza o esboço biográfico do autor e produtor teatral rio-grandino Manoel José da Silva Bastos. Se o primeiro reflete sobre o modo de escrita e as escolhas que presidem as biografias, o segundo utiliza-se da oportunidade de destacar um precursor da dramaturgia na Província para refletir sobre as precárias condições locais para a formação de letrados, assim como sobre os juízos nacionais, que atribuem aos rio-grandenses tão somente talentos militares.

Uma Província, como a nossa, onde tem-se representado as grandes tragédias do paiz, onde a charrua da guerra e da revolução não esqueceu talvez de rotear nem o exiguo capão perdido na savana; onde portanto o

remanso da vida social é apenas ephemero, não podia também o theatro deixar de produzir fructos, embora extemporâneos.

O Rio Grande do Sul considerado geographica e politicamente constitue um amplo scenario aberto a grandes commettimentos, quer nacionaes, quer estrangeiros. No passado enche com seus memoráveis dipticos a historia brasileira, desde o momento que os primeiros bandeirantes vierão exploral-o; no presente, longanimo e generoso despreza os insultos que *áulicos e escribas do rei* atirão á sua abnegação, bravura e virtudes patrióticas; no futuro, quando a cochilha tornar-se um pharo de progresso, e o vargado inflorescer de tendas da civilisação, ninguém lembrar-se-há d'um celebre discurso do Sr. Dr. Macedo, nem das calumnias do jornal palaciano *A Nação*. (REVISTA MENSAL, abril, 1873, p.143).

Eis que nosso mais respeitado romancista inicia sua narrativa esgrimindo contra um grande romancista da Corte, Dr. Joaquim Manuel de Macedo, que publica textos políticos no jornal *A Nação*, órgão do Partido Liberal, aos quais imputa “os insultos que *áulicos e escribas do rei*” dirigem ao Rio Grande do Sul, a despeito das demonstrações de “abnegação, bravura e virtudes patrióticas” de que tem dado tantas provas no decorrer da história brasileira. Adiante, reitera a noção preconcebida que vigora em outras Províncias sobre os rio-grandenses, e em alguma medida também entre os nativos, pois:

O Rio Grande ao meio dia — é uma iluminação que incomoda e fatiga; ao luar, quando o oceano muge ao longe e as medas do areial branquejão, é um ermo em que habita a saudade; sob as azas do pampeiro — é uma scena do Sáhara.

Ao primeiro lance d'olhos sua perspectiva aflije. Talvez d'ahi venhão as prevenções que temos ouvido contra elle, chegando á amplitude d'um prejuízo de maneira alguma justificável, desde que vai até negar certo gráo de intelligencia em seus filhos.

Nas Províncias do norte, não admitem no Rio Grande do Sul senão talentos militares, desconhecendo que toda a vitalidade e vigor de pensamento, que devião ser empregados em outros ramos da sciencia humana, são absorvidos na vida dos acampamentos, no estudo da tactica e estratégia, nas lides marciaes. Entre nós mesmos a respeito da cidade do Rio Grande, corre a opinião que aquella natureza só é capaz de produzir e alentar homens de trato.

É uma iniquidade e um absurdo. Ainda não forão traçados os limites que circunscrevem a pátria do gênio; nem sel-o-hão jamais.

Idêntico preconceito infelizmente tem lugar em paizes que accupão os pontos culminantes do mundo civilisado.

Limoges em França é a pobre victima. (...)

Todavia verificou-se e ser limosino é ainda hoje bem triste recommendação em França.

É o que também já vai acontecendo entre nós.

(*idem ibidem*, abril, 1873, p.144-145).

A fim de contestar tais preconceitos desde fora da Província para com os rio-grandenses em geral, e desde dentro com relação aos rio-grandinos, Apolinário faz da trajetória de vida de Bastos a exceção que confirma a regra, já que parte justamente da precária educação oferecida, pois:

Quem lançar uma vista retrospectiva para o estado da instrucção d'aquelles tempos, quem dêr-se ao trabalho de comparal-o com o ainda tão imperfeito e mal dirigido em nossos dias, quer pela incapacidade do pessoal empregado, quer pela crassa e supina ignorância dos administradores de Província, poderá facilmente conceber que estudos fez Bastos e como sahio do collegio. Nem se lhe podia talvez chamar uma tintura da lingua portugueza. E mais nada; porque se o curso elementar actualmente é pobre, estreito, de resultados negativos, o que não era então, quando a celebrada santa ferula era o principal artigo do programma.

Bastos sahio da aula pouco mais ou menos como o homem primitivo. (*idem ibidem*, abril, 1873, p.145).

Além da ausência de instrução adequada, o seu personagem exemplar ainda enfrentou o cruel teatro de operações — a guerra civil:

O Rio Grande do Sul desde 1835 representava nos campos natalícios a tragédia gloriosa de nossas décadas e imprimia na fronte de cada soldado rio-grandense o cunho varonil, altivo e nobre que ainda agora distingue os últimos e esparsos restos da geração passada. Bastos, posto que fadado para o clima bonançoso das letras, amava entre outros assumptos de suas leituras o drama, portanto a Revolução, — o drama em acção, o drama de indigetes, devia absorvel-o, agital-o de phrenetico entusiasmo. Também, já aos 15 annos vamos encontral-o de arma em punho, a 16 de Julho de 1840, na tomada de S. José do Norte. (*idem ibidem*, abril, 1873, p.146).

Novamente Apolinário demonstra por que, apesar de ser um contemporâneo de Caldre e Fião, pertence à geração seguinte, aquela encarregada de produzir a narrativa escrita dos personagens e acontecimentos da guerra civil; aquela capaz de revestir a tragédia das glórias que infundem no perfil do “soldado rio-grandense o cunho varonil, altivo e nobre” que distingue “os últimos e esparsos restos da geração passada”. Ou seja, a geração que transformaria os “lutuosos dias da guerra civil” em decênio heróico. Já que o menino Bastos, ainda que pouco letrado, amava o drama, e sendo “a Revolução o drama em acção” dos destemidos heróis, esta “devia absorvel-o, agital-o de phrenetico entusiasmo”, de tal modo

que aos 15 anos o jovem já empunhava uma arma e lutava “na tomada de S. José do Norte” ao lado das tropas comandadas por Bento Gonçalves. Segundo os registros de Araripe (1881, p.103-104), o combate durou nove horas. Embora os farroupilhas tenham inicialmente tomado a posição, não conseguiram, entretanto, mantê-la, e horas depois a vila foi retomada pelos imperiais, “sendo esta uma das mais sanguinolentas pelepas de toda esta guerra fratrecida”.

Assim como Caldre e Fião percebia apenas uma parte do processo de seleção das memórias e pessoas a serem recuperadas para a história, também Apolinário combatia um estereótipo que ele mesmo fabricava em suas narrativas. E do mesmo modo percebia apenas em parte que a visão preconcebida - que instituía a emergência de talentos militares como a possibilidade de existência mais comum no Rio Grande de São Pedro - não era somente externa ou reservada aos rio-grandinos. Ele despercebia-se que era o imaginário social compartilhado entre os comprovincianos, pela grande *bagagem* herdada dos “bagadus” ou homens de terra e guerra, e que os jovens “tinteiros” do Parthenon Litterario estavam se esforçando para transformar em uma terra de homens de papel e tinta igualmente valorosos, destemidos, plenos de virtudes patrióticas e dotados do mesmo destino heróico.

Além do dramaturgo autodidata e da jovem sofrida poetisa, constituem a galeria dos ilustres letrados Félix da Cunha, Antônio Ferreira Neves e Miguel Meyrelles, este último também militar, a entrelaçá-los o dedicado pertencimento à República das Letras. O primeiro jovem talento promissor, cuja vida foi ceifada antes que pudesse amadurecer, embora, segundo a homenagem prestada por Hilário Ribeiro, sua contribuição, ainda que breve, foi marcante, pois:

Com as armas da pena e da palavra lutou, mas venceu; lutou contra a ignorância e o emperramento das velhas sociedades; venceu, porque a doutrina que lhe manava dos lábios na imprensa e na tribuna é o código das sociedades livres e conscientes de si: — a democracia conquista o futuro, porque é a aspiração do presente.

Comtudo, a liberdade perdeu em Felix da Cunha um extremado sacerdote, um apóstolo proeminente.

O seu talento notável — exercia-o ele em beneficio de uma causa sacrosanta; o seu patriotismo — legitimara-o a autenticidade de suas crenças arraigadas. (REVISTA MENSAL, julho, 1873, p.280).

Também conforme Ribeiro, Antonio Ferreira Neves, era igualmente um jovem e promissor talento, que esteve entre os “poucos moços que em 1868 fundarão o Parthenon Litterario”, e tomava parte ativa nos debates em torno de “quasi todas as theses que então se discutirão”. Mas teve que partir para concluir os preparatórios na Corte, e depois foi para São Paulo a fim de dedicar-se aos estudos para a carreira da magistratura; nesse ínterim foi ainda colaborador da *Prensa*, “onde deixou páginas brilhantes de sua inteligência”. Assim, ao louvar a memória e a participação do jovem letrado entre os membros do Parthenon, Ribeiro rende homenagens a si mesmo e aos demais integrantes dessa provinciana República das letras, já que enfrentaram juntos as agruras da jornada:

Animado por nobres impulsos não vascillou ante os mil obices que se nos antolhavão; nem as syrtes da jornada, nem a indiferença e o escarneo poderão sopear-lhe o animo e o coração.

Companheiro resoluto e temerário, entregou-se com afanoso empenho na luta que iamos ferir; cada pulsação de sua alma era um alvoroço, uma aurora de esperanças, um estremecimento pela causa santa que havíamos abraçado, tímidos e modestos operários da grande officina das idéas.

(REVISTA MENSAL, dezembro, 1873, p.509).

E, por fim, há o soldado Miguel Meyrelles, que empunhou com igual competência a espada e a pena, tal como Felipe Nery, e que segundo o biógrafo não recebeu como militar o devido reconhecimento pelos 16 anos de serviços prestados à pátria, já que só trazia “em seu peito as três medalhas das três campanhas dos últimos 20 anos”. Falta deveras censurável, pois conforme uma anedota corrente ao tempo, “os distintos nem sempre são os distinguidos”:

Não é que lhes faltassem títulos para merecel-as. Fora assim melhor.

Quando os governos desconhecendo o mérito real, o verdadeiro e decidido patriotismo, têm condecorações para remunerar os serviços dos espoletas eleitoraes e premiar os sustentadores de todas as tropelias ministeriaes, não é de estranhar que lhes escasseie as condecorações para recompensar os servidores do paiz; aos homens de talento e dedicação provada aos interesses da pátria. (REVISTA MENSAL, março, 1873, p.98).

Meyrelles foi também político “liberal de crenças” e de “voz eloquente” que não perdeu, ao “entrar no terreno agitado e ardente da política” a moderação e a bondade de

caráter; poeta, publicou nas páginas d'*O Guayba* e no *Mercantil*; dramaturgo, compôs obras elogiadas por Félix da Cunha e Karl Von Koseritz, o qual emitiu o seguinte parecer sobre *O homem do século*:

Li o vosso drama e senti-me remoçar. Agradeço-vos este momento de luz e vivificante calor, que no inverno da estéril lida da imprensa política, proporcionastes ao homem que já descrê da epocha, mas que ainda tem fé no futuro, se a actual geração tiver muitos filhos como vós!
Concluindo, ainda vos brado como Byron: — Away, Away.
(*idem ibidem*, março, 1873, p.102).

O outro militar a figurar nessa galeria é José Joaquim de Andrade Neves. Nascido em 1807, é da mesma geração de Marques de Souza, de Pereira Coruja, Vicente da Fontoura, Sá Brito e Menna Barreto - a geração dos homens de terra e guerra. Sua biografia é realizada com traços firmes pelas mãos do jovem e talentoso bacharel, então com 22 anos, Francisco Inácio M. Homem de Mello, pertencente, portanto à mesma geração de Apolinário e José Bernardino. Uma anotação no final do texto indica que este foi escrito em Assunção, em março de 1869, dois meses após a morte do Barão do Triunpho na Guerra contra o Paraguai. A apresentação do ilustre guerreiro se inicia por sua participação na Revolução rio-grandense:

Em 1835, apparecendo em sua Província a revolução de 20 de Setembro, dirigida pelo coronel Bento Gonçalves da Silva. Andrade Neves apresentou-se immediatamente e tomou armas ao serviço da causa legal.
Em o ano immediato, de 1836, romperão as hostilidades entre dissidentes e legalistas.
Nas differentes pelejas, que se ferirão n'essa luta de irmãos, Andrade Neves, em menos de um ano, deixou firmada a sua reputação militar, demonstrando sua indole guerreira e indomita bravura nos combates.
(REVISTA MENSAL, junho, 1873, p.233-234).

Tal como Meyrelles descrevera Menna Barreto, companheiro de armas de Andrade Neves ao lado dos imperiais, esse brioso soldado aparece nas páginas da *Revista Mensal* como exemplo de conduta militar. Participou de 22 combates no comando das tropas legalistas (dos 95 elencados por Araripe (1881, p.228-231)), entre os quais “o sanguinolento combate de 4 de Outubro na ilha do *Fanfa*, em que o coronel Bento Manoel Ribeiro derrotou completamente as forças dissidentes ao mando do general Bento Gonçalves da Silva”, em que este caiu prisioneiro e Andrade Neves foi promovido ao posto de major da Guarda Nacional.

Cabe destacar que Homem de Mello não trata os farroupilhas nem de rebeldes, nem de republicanos. Trata-os, em geral, como “forças dissidentes” ou “chefes dissidentes”, não esposando a noção de revolta do militar Meyrelles, tampouco a de republicanos do letrado Apolinário. Adota uma posição diplomática para referir-se aos rio-grandenses que lutavam contra o Império.

Largo tempo tinha ainda de durar essa luta.

A revolução do Rio Grande, sustentada por uma população educada no meio do embate das armas, afeita á todas as fadigas da guerra, não podia ser vencida pelos escassos recursos, que o governo de então pôz em acção.

E, caminhando-se de erro em erro, só veio ela a desaparecer ante a força de cohesão da nacionalidade brasileira e o sentimento enérgico de confraternidade, que caracteriza os rio-grandenses.

Foi assim, que essa luta ostentou, no largo espaço de dez anos, uma serie quasi ininterrompida de sangrentos feitos de armas, combatendo em fileiras contrarias pessoas que se respeitavão, que se estimavão, e que fora d'esses encontros fataes cultivavão entre si relações, de parentesco e de amizade.

É notavel o character cavalheiresco d'essa revolução, em que uma vez tomadas as armas, baterão-se tantos bravos, sem ódio, sem aversão pessoal, como cedendo á honra e ao pundonor militar, e á lealdade de suas idéas.

Cita-se o caso de haverem chefes militares n'essa luta mandado aviso aos chefes de forças contrarias, para que não se achassem em tal ou tal ponto, pois por ali tinham de passar; e, dado o encontro, a peleja era fatal, derramando-se sangue de irmãos.

D'este modo, a revolução tendeu á desaparecer por um trabalho espontâneo dos espirítos, e pela expansão do sentimento de confraternidade: como no corpo humano a saúde reage natural e suavemente contra a enfermidade, e a expelle da economia.

No dia em que, resguardado o pundonor de cada um, a pacificação tornou-se, não um factio humilhante, mas o symbolo honroso da união nacional, todos a aceitarão com fervor, e no seio dessa sociedade de irmãos, não ficou um ódio, nem ainda a sombra de uma inimisade, proveniente de uma luta, que derramára tanto sangue. (*idem ibidem*, junho, 1873, p.234-235).

A partir da perspectiva de um dos herdeiros possíveis da pesada e pesarosa *bagagem* transmitida pelos homens de terra e guerra à geração dos homens de papel e tinta, eis uma narrativa escrita sobre a guerra fratricida e dos homens que nela atuaram. Ou seja, os guerreiros, os combates sangrentos, os mortos de ambos os lados, as medalhas, as cicatrizes das batalhas, as promoções de posto, as mutilações, a dor e o sentimento de pesar por confrontar amigos, parentes, vizinhos, conhecidos de todas as esferas sociais, em nome da

honra, da dignidade militar e da lealdade a ideais e convicções políticas. Talvez seja essa a escrita desejada por Caldre e Fião, a escrita que, ao conferir um lugar para cada memória, um ordenamento e uma sepultura adequada para os mortos que possuem um nome para entrar na história; consiga, enfim, configurar a memória-histórica desse acontecimento, dessa revolução “cavalheiresca”, notável por tantos atos de bravura em campo aberto, mas também pelos relatos sobre os alertas enviados às tropas adversárias pelos chefes militares, a fim de evitar possíveis enfrentamentos nefastos.

Nesse sentido, a despeito das muitas campanhas militares realizadas por Andrade Neves, ele é o personagem escolhido por Homem de Mello para expor o seu julgamento sobre a guerra civil no Rio Grande do Sul, pois das seis páginas dedicadas à biografia, quatro tratam da Revolução.

Homem de Mello constrói sua narrativa pelo prisma das circunstâncias dos homens. Embora privilegie uma figura entre muitas que possuem nome, esse personagem fardado e galardoado habita, convive e se movimenta conforme o seu papel social, um militar filho de militar, criado para cumprir os deveres impostos pelo ofício, assim como todos os outros que lutam com ele ou contra ele, que escolheram o lado da luta e também o modificaram segundo seu julgamento e sua consciência. Produtos humanos de uma sociedade “educada no meio do embate das armas”, adaptada à existência precária e provisória das guerras e forjada por esse capital cultural para resistir, para sobreviver e, se possível, vencer.³⁴⁷ Já que, conforme o biógrafo admite, tal guerra “não podia ser vencida pelos escassos recursos, que o governo de então pôz em acção”, e só atingiu seu termo quando “a pacificação tornou-se, não um facto humilhante, mas o symbolo honroso da união nacional”.

O coronel Andrade Neves lutou ainda contra Rosas em 1851, assim como Marques de Souza. E tendo organizado um corpo de voluntários e engajados, talvez tenham lutado ao seu lado Carlos Jansen e Koseritz, que chegaram com a legião alemã dos Brummers para

³⁴⁷ O capital cultural é aqui utilizado para fundamentar as formas de apropriação da representação cultural da sociedade rio-grandense, em associação com as categorias “*ethos*” e “*habitus*”, utilizadas por Bourdieu (1992, p.297) para desenvolver a ideia de que as práticas culturais de uma sociedade reproduzem o seu *ethos* específico, e se constituem num tipo de capital simbólico que é transmitido às gerações seguintes como “um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da ‘sociedade’.”

engrossar as fileiras brasileiras. Mais tarde empunharia ainda sua espada derradeiramente no Paraguai como “um martyr d’esta cruzada” (*idem ibidem*, p.238).

Quanto aos demais biografados dessa galeria de (muitos) homens e (poucas) mulheres ilustres da Província e de fora dela, entre os nativos estão os políticos Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello e Dr. Luiz de Freitas e Castro. Ambos estudaram na Academia de Direito de São Paulo no mesmo período, foram igualmente representantes políticos do Partido Conservador e, o que se destaca nessas biografias, é menos a trajetória pessoal e política de cada um; mais relevante nesse caso é o posicionamento editorial da *Revista Mensal* ao apresentá-los à mocidade rio-grandense como exemplos de bons cidadãos. Mesmo que não compartilhem do mesmo ideário político, pois tanto Achilles Porto Alegre quanto Araújo e Silva justificam o mérito das escolhas pela dívida com a verdade e com a memória, o primeiro esclarece que: “É-nos grato dar essas notas tanto mais quanto é sabido que nós não partilhamos as ideias que ele teve na administração e sustentou no parlamento. O nosso preito é, pois uma homenagem quase santa prestada a verdade” e para o segundo “ainda que professemos idéas adversas, cumprimos um dever sagrado, rendendo, quanto em nossas forças cabe, merecido culto á sua memória”.

Essa atitude de “homenagem quase santa prestada a verdade”, ou o cumprimento de um “dever sagrado” de “culto à memória” desses homens que, apesar de não compartilharem os ideais políticos, ainda assim inspiram comportamentos exemplares, deve-se em parte à “noção de dívida”, no sentido de que tais autores consideram-se devedores de parte do que são, dos que os precederam e que, ao cumprirem com esse “dever de memória”, consolidam o espaço da Revista como aquele reservado a diferentes experiências que, “por direito”, devem ser tornadas comuns a todos, senão pelo ideário, pela conduta de bons cidadãos. A Revista e seus autores, como “seres-afetados-pela-história”, abrem um espaço para a troca de ideias divergentes, que não precisam ser excluídas para que se afirme uma única “tradição com autoridade enunciativa da verdade”. Permitem a si mesmos, e ao espaço compartilhado, a possibilidade de agir com “justiça” pela lembrança dos que não são iguais. É outra vez o comparecimento do dissenso, porém, sem uma carga negativa; os autores colocam-se como herdeiros de uma necessidade de lembrança que não precisa lamentada (RICOEUR, 1997, p.384-390 e 2007, p.101).

A Revista Mensal de 1874 mantém a circulação durante todo o período. Entre os escritos sobre os biografados e homenageados, encontramos o *Esboço biográfico* de *João Vespúcio de Abreu e Silva*, por Hilário Ribeiro, e a continuação da biografia de *José de Alencar*, por Apolinário Porto Alegre; entre os militares, *David Canabarro*, por Juvêncio Augusto Menezes Paredes, *Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto*, por Miguel Pereira de Oliveira Meyrelles (a mesma biografia publicada n’*O Guayba*), uma notícia biográfica do *Barão de São Gabriel (General João Propício Menna Barreto)*, por autor referido por A., e do *General Antonio de Souza Netto*, por Achilles Porto Alegre; há ainda a biografia de *José F. dos Santos Pereira*, por Augusto Fausto de Souza; o poema em homenagem *À memória do Coronel Genuíno O. de Sampaio*, por João Damasceno Vieira, e um *Parecer sobre a These Histórica “A invasão paraguaya na Província – é justificável?”*, por Apeles Porto Alegre.³⁴⁸

No terceiro ano consecutivo de circulação da Revista Mensal, chama a atenção a diminuição dos letrados nativos biografados e a presença dos generais republicanos Canabarro e Netto na “galeria dos ilustres” do Parthenon. Além disso, há o retorno da publicação dos pareceres sobre as teses históricas.

O *Esboço biográfico* de *David Canabarro* (1793-1867), elaborado por Juvêncio Augusto Menezes Paredes (1848-1882), assinala a entrada do tema e dos personagens da Revolução pela porta da frente do periódico dos partenonistas, devidamente conduzidos pela mão da história, embora ainda de cunho eminentemente memorialista. Não porque seja seu biógrafo contemporâneo dos acontecimentos, mas pelo modo de transmissão dessa memória, ou seja, sem qualquer apoio documental senão das “vozes do passado”, da oralidade remanescente e ainda viva no seio da sociedade, conforme estabelecera Caldre e Fião. Segundo Paredes, é “a historia, essa arca santa, que salva dos naufrágios do tempo, a memória e tradições dos séculos que tem passado”, ou ainda é “a historia, Pantheon vivo e interminável dos fastos da humanidade”. O biógrafo, portanto, tem certeza sobre o poder da narrativa que está prestes a produzir e assume a responsabilidade de salvar esse nome da morte eterna pelo

³⁴⁸ Anexos Capítulo 3: BIOGRAFIAS, NECROLÓGIOS E HOMENAGENS: REVISTA MENSAL DO PARTHENON LITTERARIO.

esquecimento. A consciência da importância desse registro fica cada vez mais evidente no modo como Paredes compreende o trabalho da história sobre os indivíduos, pois:

Collocada entre o berço conhecido, e a campa ainda ignorada da sociedade humana; a historia, soberana e dogmática em seus juizos, liga os elos eternos da cadeia que prende o creado ao increado, o passado ao porvir.

Conselheira intima e fiel, ella, autorizada pela verdade de sua doutrina sem atavios, diz ás gerações presentes o que as passadas fizerão. Analysa-as, comenta-as, phase por phase, de feito á feito; e d'esse exame analytico, desses comentarios reflectidos, tira a luz com que, nova sybilla, prophetisa o porvir, sondando os arcanos do desconhecido.

Ante o seu juízo severo, porém desapaixonado, somem-se as lutas pequeninas, que muitas vezes se levantão contra o verdadeiro mérito. Diante d'ella calão-se as vozes do amor e do ódio das affeições e do despeito.

Verdadeiro crysol em que se apurão e depurão as reputações, separando a matéria prima da escoria e das fezes, ella nos mostra o bem e o mal em sua nudez nativa, para que de um tomemos o exemplo benéfico, e evitemos do outro a influencia funesta.

É em homenagem á história, e muito particularmente, á de nossa Província, que, embora deficientes de noticias sobre a vida do grande cidadão David Canabarro, escrevemos boje este artigo dedicado á sua saudosa memória.

(REVISTA MENSAL, março, 1874, p.647-648).

Todos os conceitos apresentados até aqui, para auxiliar na compreensão desse percurso de construção da escrita da história sul-rio-grandense nos periódicos literários, encontram-se outra vez perfilados nessa breve introdução de Menezes Paredes, tal como já os enunciara Caldre e Fião. Assim, encontramos a construção do vínculo entre o tempo vivido (o presente passado), o tempo da morte (o presente futuro) e o tempo dos herdeiros (o tempo da experiência atravessado pela recepção do passado), que se estabelece no suceder das gerações e pela transmissão da memória-bagagem. Afinal, a história é a “conselheira intima e fiel, ella, autorizada pela verdade de sua doutrina sem atavios, diz às gerações presentes o que as passadas fizeram”. (RICOEUR, 2007, p.364-390).

Assim, a construção do vínculo entre os tempos (do berço à campa, do criado ao incriado) pela transmissão constitui a tradicionalidade. Isto é, o encadeamento da sucessão histórica que torna os herdeiros devedores desse passado transmitido (como parte do que são), que assumem por dever de justiça com a memória daqueles que agiram antes, na expectativa de um sentido para o seu próprio horizonte histórico. Então, a narração desse presente passado

em relação a uma expectativa futura torna-se o resgate possível dessa dívida, que os insere, por meio do compartilhamento dessas experiências, em horizontes de expectativa comuns.³⁴⁹

Outro ponto que merece destaque é que o texto de Menezes Paredes é atravessado de ponta a ponta por analogias, tanto de Canabarro quanto do passado rio-grandense com os romanos, pois pelo tipo especial e privilegiado dos filhos do Rio Grande, “sabem conservar ilesas as tradições gloriosas de seus progenitores”; e embora seu passado seja ainda diminuto, “o pouco tempo que tem decorrido desde a fundação dos primeiros povoados da capitania, é, contudo, grandioso e soberbo pela riqueza de factos historicos, que nada tem a invejar aos da antiga Roma”. Quando Canabarro retirava-se à vida privada, dedicava-se, “como alguns de seus modelos romanos, aos labores da vida pastoril”; e, depois da pacificação da Província, em 1845, voltou o grande cidadão, “á ocupar-se de seus trabalhos pastoris. Assim fazia o grande Cincinnato nos dias gloriosos da antiga Roma! Assim o fez o dictador Camillo, quando expulsos os gaulezes, voltou aos seus trabalhos agrícolas! Assim o fazem todos os grandes homens, que se devotão á divina causa da liberdade humana!...”. Ato contínuo, Paredes estabelece um modelo de guerreiros, perfeitamente adequado, no caso dos romanos. Todavia, cabe a pergunta: a que causa da liberdade esses mesmos romanos se dedicavam?

Segue, entretanto, Menezes Paredes na linha da “orientação interpretativa” iniciada por Apolinário, segundo a qual “as vozes do passado” atualizam os atributos relacionados à guerra civil, que passa a ser efetivamente uma revolução patriótica, que segue legítimos princípios cívicos, de tal modo que:

Mais tarde, e já no segundo quartel do século, quando após as lutas da independência, os áulicos da Corte tripudiavam sobre as ruínas da pátria, que estragavam, como os urubus famintos sobre as carnes ainda palpitantes da victima; a Província do Rio Grande, êmula de Roma e Grecia, pelo civismo e abnegação patriótica de seus filhos, colocou-se na vanguarda dos revolucionários, proclamando-se livre e republicana.
E, n’esse decênio, decorrido de 1835 á 1845, quantos episodios sublimes não aparecerão para compor a epopéa homérica deste brioso povo?!...

³⁴⁹ Aqui recorremos à explicação de Ricoeur (1997, p.388), para o qual: “o ricochete de nossas expectativas relativas ao futuro sobre a reinterpretação do passado pode ter como efeito maior abrir no passado, considerado findo, possibilidades esquecidas, potencialidades abortadas, tentativas reprimidas (nesse aspecto, uma das funções da história é reconduzir a esses momentos do passado em que o futuro ainda não estava decidido, em que o próprio passado era um espaço de experiência aberto para um horizonte de expectativa).

Os nomes venerandos de Canabarro, João Antônio, Netto, Bento Gonçalves, e tantos outros, ahí estão na memória de todos, como dignos competidores dos de Catão e Brutus.

Fizerão todos eles o que lhes era humanamente possível em prol da causa santa e justa da liberdade pátria.

Se de seus arrojados cometimentos e valorosos feitos não veio, como prompta seqüência, a segregação da Província do resto do império, não se lhes deve inculpar esse desenlace, que eles, certamente não almejavão.

(*idem ibidem*, março, 1874, p.648-649).

Eis, portanto, os novos sentidos instaurados por essa *tradição interpretativa* que amplifica o conjunto de valores estabelecidos por Apolinário, agregando a analogia com os romanos para realçar o perfil guerreiro, e com os gregos, para afirmar os valores cívicos e patrióticos de uma “causa santa e justa da liberdade pátria”. O decênio de guerra civil torna-se “a epopéia homérica deste brioso povo” de “episódios sublimes”, e seus principais líderes ombreiam com os generais romanos. Menezes Paredes, entretanto, deixa transparecer o quanto continua problemática a disputa pelos sentidos dessas memórias, e como ainda algumas coisas não podem ser ditas/escritas, pois:

Ha ainda feridas que sangrão; ódios pequeninos que se debatem; e que só o historiador de uma nova geração poderá, sem peias, dizer a verdade.

Quem actualmente o fizesse, sujeitar-se hia á má vontade e á duvida pyrrhonica de muitos.

Quanto á nós, gritem embora os áulicos, embocando a tuba da difamação posthuma contra o illustre general, é nossa opinião, humillima, porém desapaixonada, que ele n'esta ultima phase de sua vida militar, como nas anteriores, foi sempre um vulto homerico, d'esses que honrão a terra de seu nascimento.

Como rio-grandense, como cidadão amigo das glorias da pátria, eu devia este tributo ao meu finado comprovinciano. Venho pagar-lh'o, como posso: sem galas, sem atavios; porém sincero, porém espontâneo.

(*idem ibidem*, março, 1874, p.652).

A biografia de Canabarro é complementada com informações fornecidas por um parente, que são publicadas na edição de junho (*idem ibidem*, 1874, p.816-818). Menezes Paredes agradece publicamente o envio dos dados e solicita que outros sigam o mesmo exemplo, a fim de que a Revista possa continuar cumprindo o seu “dever de registrar em suas paginas a vida dos nossos vultos eminentes, aos parentes e amigos d'estes, cabe tambem o

imperioso dever de auxiliarem a redacção da *Revista*, concorrendo com o que estiver a seu alcance para a elaboração das biographias”.

Achylles Porto Alegre (1848-1926) inicia o esboço do General Netto (1801-1866) caracterizando a Província do Rio Grande do Sul como “a Província mais guerreira do Brazil”, quer por sua “posição topographica”, quer pelo “ardor de seus filhos”, já que, “rodeada das repúblicas platinas”, a Província tem visto serem invadidas as suas fronteiras e “o fogo e o ferro levarem a destruição e a morte por toda a parte por onde passão”. E se na biografia de Canabarro as associações eram entre Grécia e Roma, aqui torna-se a Esparta brasileira:

O Rio Grande, pois, pela situação especial em que está collocado, tem sido o berço, a escola, o acampamento e a arena de combates dos mais gloriosos soldados da pátria.

E póde-se sem exagero chamal-a a Sparta brasileira, sem que nenhuma outra Província se abalance a reclamar semelhante titulo conquistado pela bravura, pelo heroísmo e o mais acrysolado civismo de seus filhos.

O Rio Grande desde epochas bem remotas, tem sido sempre a guarda avançada do nosso exercito, e quando a honra da patria periga e exige em sacrificio o sangue de seus filhos para desafrontal-a, os rio-grandenses correm pressurosos mal repercute o marcial clarim na vastidão enorme das savanas natalícias.

E a pátria não os chama em vão!

Na liça dos combates temos visto ahi os mais edificantes exemplos de abnegação e patriotismo, episódios homericos, tragedias sublimes, que a bravura e o heroísmo escrevem em letras de fogo em cada canto d'esta terra abençoada. (REVISTA MENSAL, agosto, 1874, p.47).

Todavia, apesar das tantas e tão elevadas qualidades dos rio-grandenses, Achylles revela-se bastante ressentido com o tratamento dispensado pelo governo à Província, tão sollicitamente engajada nas forças recrutadas para a Guerra do Paraguay, pois segundo narra:

Ao simples aceno do laureado Herval surgem contingentes de todos os ângulos da Província; formão-se esquadrões, organização-se regimentos e um exercito marcha alegre e cheio de entusiasmo, guiado pela hastea de prata da lança gloriosa do heróe de 24 de maio.

Era um exercito de bravos, que abandonavão o descanso, o lar, a família e a fortuna para serem sacrificados nos altares da pátria.

Mas o Rio Grande que tem colocado a pátria comum acima de tudo, que tem lavado com seu sangue, com o suor e lagrimas as nodoas do auri-verde pavilhão, que não conhece impossíveis, nem teme a morte quando obedece

aos santos impulsos dos seus nobres sentimentos, nada ou quasi nada tem merecido dos nossos governos.
É uma filha bastarda, só lembrada como a pobre Iphygenia para derramar o seu sangue nas horas de agonias e do desespero da pátria.
(*idem ibidem*, agosto, 1874, p.48).

Não me deterei na apresentação da narrativa de Achylles sobre o General Netto, porque se repetirão os encômios aos atos de bravura e hombridade já dirigidos a Canabarro. É mais proveitoso, aqui, analisar essa apresentação inicial em confrontação com a descrição dos soldados durante a guerra civil realizada por José Bernardino, a fim de comparar as produções de sentido:

Fatal cegueira é essa das paixões políticas quando se arraigão no espirito do povo, e o extrema em facções; que abafando-lhe n'alma todos os nobres sentimentos, o juizo da consciência e o pronunciamento da razão o arrasta em grupos armados á fimbria do abysmo, e os transmuta em machinas de destruição, que marchão automaticamente ao estrupido cavo do tambor, obedecendo as notas do clarim que significa a voz do chefe; que, na poética phrase de Aimé Martin — alinhão-se, batem-se sem cólera, e matão sem ódio nem remorsos!

Tal era o estado de cousas d'esta varonil Província no ano em que começa a nossa narrativa. (SANTOS, Murmúrios do Guahyba, abril, 1870, p.152).

É curioso perceber como, sob um mesmo tema “a guerra”, com os mesmos personagens “os rio-grandenses”, escritores nascidos no mesmo ano das jornadas revolucionárias de Paris, 1848, produzem interpretações tão divergentes sobre uma mesma ação: “matar”. Já se havia destacado essa distorção na própria narrativa de Bernardino, quando este se referia à Guerra do Paraguai e qualificava todo o morticínio como um glorioso cumprimento do dever; assim como para Achylles, pois formam os rio-grandenses um “exército de bravos” que atendem “pressurosos mal repercute o marcial clarim”. Em contrapartida, tais homens nascidos e educados nos acampamentos militares da “Sparta brasileira” tornam-se, segundo Bernardino, “machinas de destruição, que marchão automaticamente ao estrupido cavo do tambor, obedecendo as notas do clarim que significa a voz do chefe”, como se as notas a que atendem num e noutra caso não os conduzisse ao mesmo fim,

ou seja, lavar com seu sangue, suor e lágrimas as bandeiras que seguiam, seja por cumprimento do dever, honra militar ou credo político.

Há para Bernardino um problema moral que não existe para Achylles, nem para Apolinário, já que o primeiro entende que as paixões políticas obliteram “o juízo da consciência”, causando a cegueira fatal que conduz ao combate entre membros da mesma comunidade. O mesmo entendimento manifestado por Caldre e Fião nos romances; entretanto, este é ainda mais radical quanto à condenação aos efeitos da guerra em si mesma, de qualquer guerra. Caldre e Fião era, antes de tudo, um humanista e um homem de ciência.³⁵⁰ Para os últimos, entretanto, a guerra, qualquer guerra, justificava-se pelas ideias que representava, sobretudo, a liberdade e o patriotismo, ideais pelos quais acreditavam que valia a pena matar e morrer, pensamento consoante ao revolucionário e sangrento século XIX³⁵¹, de tal modo que:

Em 1835 quando o pavilhão tricolor da republica rio-grandense desfraldou-se ás auras da liberdade, á sua sombra vio-se o vulto sympathico de Souza Netto.

Foi n'esse drama augusto de liberdade e heroísmo, de abnegação e de generosidade que se destacou em relevo o character do illustre rio-grandense. Não foi o interesse, as ambições da gloria e de fortuna que o collocarão a frente da nobre reacção de Setembro.

Foi o patriotismo, as suas convicções e a justa indignação de que se possuira ao ver os desmandos a que estava condemnada a terra que lhe servira de berço.

Que mais glorias poderia almejar Souza Netto?!

Honrado, na primavera da vida, cheio de prestigio, e senhor de uma immensa fortuna que outras ambições poderia ter o illustre rio-grandense.

O amor ao torrão em que nascera, foi o único movel que o levou a abraçar com todo o devotamento de sua alma nobre e intransigivel a causa da revolução de 35.

Triste e cheio de indignação ele assistia os desatinos administrativos d'esea epocha; via toda a sorte de erros e violências postos em pratica, quanta iniquidade pode imaginar um governo que não se apoia na opinião e quer a todo o transe impor-se ao respeito publico.

De todos os lados ouvia-se a queixa dos opprimidos o grito de desespero dos que soffrião as violências dos agentes do poder.

Contristado, pois, elle contemplava no seu retiro as desgraça que affligião o seu berço; porem quando o clarim revolucionário despertou os rio-

³⁵⁰ Concepções sobre a conduta moral e política de Caldre e Fião já foram discutidas e apresentadas em: Gomes 2009, p.56-60 e 289-290.

³⁵¹ Apelles Porto Algere cita “a grande verdade proferida” por Proudhon: “Que as grandes ideias necessitam de um grande baptismo – o do sangue”. (REVISTA MENSAL DO PARTHENON LITTERARIO, maio, 1874, p.755).

grandenses, entre os mais nobres adeptos da reação, distinguia-se o vulto do grande cidadão Antônio de Souza Netto.

A sua adesão pois, importou n'um brilhante triumpho para os rebeldes; era um grande apoio moral que vinha coroar a obra do 21 de Setembro.

A causa da revolução não recebeu unicamente a sua dedicação, o seu braço e a fulgente espada; ganhou um cem numero de sympathias, e muitos braços nobres e resolutos arrastados ahi unicamente pelo prestigio de seu nome.

A attitude enérgica que alcançou a revolução e que atemorizou o governo deve-se em grande parte ao benemérito rio-grandense.

(REVISTA MENSAL, agosto, 1874, p.49-50).

O sentimento de injustiça, ou o ressentimento em relação ao tratamento dispensado aos rio-grandenses e ao Rio Grande do Sul pelo governo imperial, reaparece no *Parecer* de Apelles Porto Alegre (1850-1917) sobre a justificação da invasão paraguaia na Província, à qual faz a seguinte observação: “digamos com pesar aquilo que a verdade não pode ocultar: a invasão do território rio-grandense não foi mais do que filha da proverbial incúria do nosso governo de então”. Assim, utilizando o artifício retórico de deixar “que por nós falem os factos”, Apelles vai apontando as falhas na defesa da fronteira, pois “quando apareceu a invasão não tínhamos sequer no Uruguay um lanchão armado que ao menos hostiliasse o inimigo em sua passagem”, ou ainda na “villa de S. Borja, local considerado como porta do império, estava aberta ao inimigo, pois não tinha sequer um soldado de linha, e as forças que devião guarnecer a fronteira de Missões em sua máxima totalidade achavão-se cincoenta leguas distante do ponto do defesa”.

Assim, pois quando a vanguarda do exercito invasor trocou seus primeiros tiros com os soldados da briosa guarda nacional missioneira, nós só tínhamos dois mil homens, mal fardados e sem munições, porque a tal estado tinha chegado a incúria, e tudo isto dava-se vergonhosamente em frente de um exercito superior a dez mil combatentes, senhor das tres armas emquanto nós possuíamos apenas a de cavallaria, sem termos uma peça de artilheria, arma imprescindível em semelhantes combates defensivos.

A 10 de Junho realizou-se a passagem e começou a invasão.

N'esse dia luctuoso o numero e mil recursos favoráveis ao invasor tornou inútil o invencível denodo de nossas legiões, sem poder comtudo apagar com seu triumpho as epopéias de heroísmo que nas margens do Uruguay criou a lança da tradicional cavallaria rio-grandense. (REVISTA MENSAL, maio, 1874, p.759).

“Proverbial incúria do nosso governo de então”, escreve o prudente memorialista do Parthenon uma década após esse acontecimento, e apenas quatro anos depois do final da guerra que ele iniciou. Mas é ainda no rescaldar das lembranças de ressentimentos mais antigos que se acompanha a novela de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939), ou Vitor Valpírio, *Um farrapo não se rende*, que pelo título já se pode intuir o conteúdo da narrativa. Publicada em capítulos entre 1874 e 1875, aqui destacaremos alguns fragmentos que ilustram a sobrevivência ou fabricação de certas “vozes do passado” sobre os homens de terra e guerra.

O personagem do título apenas recebe como nomeada “B.”, o “bravo capitão B.”, o “guapo Coronel B.!” ou na referência emitida por Bento Gonçalves, “leal e dedicado como B.!”. O narrador diz que “seus haveres não eram pequenos e foram quase todos sacrificados nessa luta renhida da Província contra o Império”. B. era, então, um exemplo de denodo no comando das tropas, pois:

Mais do que as forças de seu comando ostentavam, não havia outras que ostentassem; energia, bravura e decisão nas lutas; e os caramurus temiam-lhes o choque.

Quando nas peleias ao sinal de carregar com a espada luzindo que parecia desferir chispas de ouro ao sol da vitória, ele à frente da coluna se atirava gineteando o seu abagualado redomão escuro, as fileiras caramurus se bipartiam para dar passagem ao gênio da bravura.

Estimulados os demais chefes, atiravam-se cegos sobre as pontas das baionetas inimigas, e embriagados de heroísmo cometiam loucuras de denodo e sublimidades de pasmar.

Geral fazia-se a embriaguez: bebiam todos um trago de demência.

Legião de endemoniados, xucra ponta de touros natalícios, caía a tropa farroupilha sobre a força caramuru: e aos vivas à liberdade, a legalidade vencida recuava, humilhando o pendão do Império ante a bandeira da república! (REVISTA MENSAL, outubro, 1874, p.157-167).

Percebe-se que o jovem Alberto da Cunha segue de perto as lições do mestre de sua geração, Apolinário Porto Alegre. Aliás, todos os Porto Alegre demonstram semelhante vigor narrativo. De todo modo, acompanhemos ainda mais um trecho das reações desse soldado farrapo diante das comemorações, após a pacificação da Província que Canabarro, “por parte da república agonizante de cansaço”, negociou com o representante da Corte:

— Degradação! Tanto entusiasmo e servilismo para aclamarem senhor! Regozijam-se e não cabem em si de contentes pela ventura de já serem escravos!... (...)

Mas nosso veterano não quis ouvir mais: estava indignado. (...)

No homem que mostrou-se no adro da Matriz, apenas seus companheiros reconheceriam o coronel. Seus olhos chamejavam com o ardor das pelepas, seus lábios contraídos esfrolavam-se com o sorriso doloroso de desdém, e em toda a sua fisionomia retratava-se um pungitivo sentimento de pesar a que o desdém se coadunava.

Estava terrível de ver-se o veterano. Tinha visível, tinha patente no semblante, no todo, a violência da comoção em que sua alma se debatia; em que sentimentos de ira e de desprezo se agitavam, erguiam-se impetuosos, chocavam-se, repeliam-se, uniam-se em consórcio e afastavam-se em divórcio.

A lâmina brilhante luziu-lhe na mão, e depois ouviu-se um estalo...

Ele a tinha partido de encontro aos joelhos.

Em face do servilismo, quebrava-se para sempre a espada desembainhada em prol da liberdade.

Era a última prova de fidelidade que do bravo recebia a república em seu sarcófago. (*idem ibidem*, outubro, 1874, p.167).

Na edição de julho de 1874, a *Revista Mensal* publicou a mesma notícia biográfica do Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto, escrita por Miguel Meyrelles para *O Guayba* em 1856, o que nos poupa nova análise. Entretanto, não devemos deixar de destacar as semelhanças entre esses dois soldados, o Marechal Barreto e o Coronel B., ambos representados pelas narrativas dos autores e acolhidos nas páginas dos periódicos como ícones do perfil do militar rio-grandense: austero, bravo e dedicado. O primeiro teve existência concreta e um nome a ser perpetuado pela história, o segundo também teve existência concreta, tanto nas fileiras das tropas farroupilhas, quando no imaginário social, que tornou possível a sua representação na escrita ficcional de Alberto Coelho da Cunha, ou Vitor Valpírio. Embora Menna Barreto tenha efetivamente existido, a sua representação narrativa por Meyrelles não é por isso menos ficcional do que a do coronel B.

Ambos são resultados de memórias compartilhadas ou coletivas, como definiu Halbwachs; ambos repercutem nas “vozes do passado”, na transmissão e na tradição de experiências comuns, ou seja, a experiência do cumprimento do dever, dos costumes militares, da vívida presença da morte, das constantes perdas de toda ordem (tanto o Marechal quanto o personagem de Cunha perderam quase todos os bens que possuíam durante a

guerra). Mas, principalmente, experimentaram ambos o doce sabor da vitória e o amargo gosto da derrota, que fez com que o coronel B. quebrasse sua espada em face do servilismo, e a outra, que fez com que o brigadeiro Barreto recebesse a distinção de marechal - para este, as medalhas e para aquele, somente as cicatrizes das batalhas.

O que essas narrativas constituem, seja para os que têm nome, seja para os anônimos, é a construção dos registros que tornam essas existências ainda mais concretas, pela escrita que se torna rastro, pelo rastro que se torna documento, e, no caso dos personagens fictícios, por evocarem lembranças daqueles que não podem ser nomeados ainda ou daqueles que nunca serão, mas que permanecem sendo lembrados, tal como devem ser (austeros, bravos e dedicados) no imaginário que se consolidou em torno dos homens de terra e guerra por meio da narrativa escrita dos homens de papel e tinta.

Se por um lado não é possível apagar o sentimento de derrota dos princípios da revolução, muito bem delineados por Alberto da Cunha, pode-se, por outro lado, tornar visíveis e até amplificar os elementos gloriosos que permitem a morte em combate, inclusive a morte das ideias. Desse modo a literatura contribuiu, no caso rio-grandense, para dar vida e não, necessariamente, uma sepultura aos mortos da revolução farroupilha, sejam esses mortos pessoas, ideais ou memórias.

Com a narrativa de Alberto da Cunha a revolução dos rio-grandenses ganha um personagem que não morre como o Avençal de Apolinário, mas que viverá amargurado com as lembranças dos sonhos não realizados, das batalhas perdidas e das medalhas não recebidas. Muita tinta ainda teria que ser gasta para tornar os amargos sentimentos em grandiosas lembranças, e algumas gerações teriam de suceder-se para assimilar, talvez, esse sentimento de *derrota*.

Decorreram 30 anos desde o final da guerra civil, ou 40 anos de seu início. Entra a *Revista Mensal* em seu 4º ano de publicação, as edições de 1875 adotam o projeto de José Bernardino e passam a publicar, a partir de agosto, sob o título de *Dados históricos sobre a Província*, a transcrição de documentos relativos à Revolução Farroupilha. Além dos *Dados históricos*, as biografias e homenagens encontradas são: a continuação de *José F. dos Santos Pereira*, por Augusto Fausto de Souza; a do *Tenente-General Bento Manoel Ribeiro*, por J. J.

Machado de Oliveira; de *Antonio Gonçalves Dias*, por Hilário Ribeiro; a de *Laurindo Rabelo*, por Aristides, e a do *Conde de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza)*, por Caldre e Fião. Em 1876, ocorre o falecimento do Dr. Caldre e Fião. Os parthenonistas honram sua memória publicando uma biografia e dois discursos fúnebres; continuam a publicar as transcrições de documentos sobre a história da Província e, em 1877, Apolinário publica a poesia *A evasão*, episódio da Revolução Farroupilha na qual homenageia explicitamente o general Bento Gonçalves e os ideais de liberdade e república. A *Revista Mensal* sofre a última interrupção em 1878, antes de sua extinção, e reaparece em 1879, circulando de abril até setembro.³⁵²

As três últimas biografias publicadas na “galeria dos ilustres” do Parthenon não poderiam ser mais representativas de um ciclo, de uma geração e de uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar, dos erros e dos acertos, das glórias e dos fracassos, dos homens e dos heróis, do patriotismo e do ressentimento, da cultura da guerra e da cultura letrada. Assim, igualmente importantes são as *Memórias da Guerra dos Farrapos*, de Francisco de Sá Brito que, tal como os *Diários* de Antonio Vicente da Fontoura, não foram publicadas ao tempo de sua produção (1870-1875); entretanto, elas nos servirão aqui como outros fios da trama que se entrelaçam à urdidura do tempo, do espaço, da memória das experiências compartilhadas e transmitidas, contribuindo na tessitura desse percurso sobre as práticas historiadoras entre os letrados rio-grandenses.

O Tenente-General Bento Manoel Ribeiro (1783-1855) é um dos personagens mais controvertidos da história da guerra civil rio-grandense. Tendo lutado de ambos os lados e ao final optado pelo exército imperial, seu posicionamento dividido não deve, contudo, indicar indecisão por parte deste, que entre todos os que figuraram nessas páginas é o mais velho, portanto, digno do apelido militar de Veterano. Suas decisões foram tomadas de acordo com determinadas circunstâncias adversas resultantes dos encaminhamentos tortuosos da própria revolução. Bento Manoel não apregoou ideais republicanos; era, antes de tudo, um militar do império e, portanto, um monarquista-constitucional. Nesse sentido, Francisco de Sá Brito, em suas *Memórias*, faz questão de apresentar a sua versão da atuação de Bento Manoel nos rumos da revolução perante seu filho o Dr. Sebastião Ribeiro, diplomata do império:

³⁵² Anexos Capítulo 3: ARTIGOS SOBRE TEMAS HISTÓRICOS E DOCUMENTOS TRANSCRITOS: REVISTA MENSAL e TEMAS HISTÓRICOS E SEU APROVEITAMENTO LITERÁRIO.

Não será o meu amigo nem mesmo a geração presente, quem há de julgar imparcialmente o procedimento de seu pai, e sim a história abrilhantada pelos futuros progressos da moral e da sociabilidade, quando valerem menos os nomes das cousas que a sua realidade. Se é possível conjecturar sobre os juízos dos vindouros, que poderá fazer um dia a história desapaixonada e imparcial sobre esse procedimento senão que seu pai, como homem superior, posto que não literato, o que mais abona seu natural talento, sua sã moral e sãos princípios, combateu desinteressadamente os excessos danosos à sociedade, ou se manifestasse ele entre os revolucionários exaltados, ou entre os anarchistas ferozes, que por ludíbrio se denominavam legalistas. Meu amigo julga o general Bento Manoel como legalista ferrenho, como outrora o julgava eu, saído das escolas; mas para julgar os homens é preciso elevar nosso espírito acima das opiniões vulgares. (BRITO, 1986 (1870-1875), p.164).

O segundo busto dessa galeria é o *Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza* (1805-1875), biografado por ninguém menos do que o terceiro a compor essa derradeira coleção de rio-grandenses ilustres, Dr. Caldre e Fião. Sempre tão cioso de suas produções literárias, não procederia diferentemente com seu companheiro de lutas políticas e confrade no tão almejado Instituto Histórico da Província; entretanto, por ironia da longevidade de ambos, o projecto partenonista já sentia faltarem-lhe as forças, e a biografia do amigo ficou inconclusa, naquela torturante indicação final de “continua”...

Contudo, nenhum escrito de Caldre e Fião é vão, sempre há uma preciosa reflexão oferecida pela aguda percepção que dedicava a tudo que merecia sua análise, fruto talvez do exercício da clínica, que estimula e desenvolve a observação dos detalhes que são tão fundamentais para formular um diagnóstico. Assim, ele principia a narração de uma vida atravessada de ponta a ponta por todos os principais conflitos vividos pela Província durante o século XIX, indicando que o jovem Manoel, filho e neto de militares, foi, muito possivelmente, embalado na cadência de hinos de guerra ou sob o estrépito das armas, e desde muito cedo familiarizado com a vida rude dos soldados, à qual foi apresentado formalmente aos 10 anos, em 1815, como cadete de artilharia em Montevidéu, no período das ofensivas de anexação da Banda Oriental (entre 1809 e 1820).

Narrar a vida de um homem de guerra, exaltando seus feitos e sua bravura sem recorrer à glorificação da guerra *tout court*, o que contrariava princípios fundamentais do biógrafo, não era tarefa simples, e seu juízo consciencioso não permitia sequer o fácil elogio à

grande Guerra do Paraguai, a qual

é no presente justificada pelas justas represálias que esses povos tomarão dos cometimentos insólitos feitos á sua integridade e honra nacional; o futuro, porem, reunindo todos os episódios e peripécias que n'ella se derão a julgará com o juizo severo que só dá a sua imparcialidade. (REVISTA MENSAL, julho, 1875, p.03).

Embora ele siga fielmente a cartilha do discurso epidídico, isto é, do encômio ao biografado desfiando todo o rosário de adjetivações cabíveis - valentia, pertinácia, sacrifícios despendidos, gerais distintos de bravura inexcédível, arrojo, atos de abnegação e ousadia -, sua pena não resiste ao apelo do juízo rigoroso. E, ao referir-se ao combate naval de Riachuelo como um feito de grande alcance, brilho da glória da marinha nacional, que aniquilou a esquadra paraguaia, mas que, no entanto, “a abordagem dos encouraçados pela infantaria, em canoas, é uma cousa insólita e que parece ser mais um acto de desespero do que de estratégia”. Mas ele segue impávido, entre trincheiras rompidas pela aterradora cavalaria, cometimentos atrevidos, combates renhidos, ressaltando, porém, o quanto “é terrível de contemplar-se o quadro d'essas lutas”, embora seja possível que se destaquem “n'elle figuras tão imponentes e attractivas que dentre as dobras afflictivas do coração humano mais de uma doce impressão nos vem arrebatrar a mente e dar-nos momentos de agradável contemplação”.

E o biógrafo que deveria, a partir de então, escrever sobre o biografado, pela primeira vez desde que publicara seus romances contextualizados no período revolucionário, Caldre e Fião suspende o dever de render homenagens ao militar e cede à sua consciência, ao apresentar *o seu relato pessoal* sobre os acontecimentos em Porto Alegre. Por ocasião da reação ao cerco da capital, e pela importância da narração dado o conteúdo efetivamente memorialista de quem viu e viveu aqueles dias, mas negava-se a registrar um testemunho, transcreveremos a quase totalidade de um texto que representa o seu rastro, que permaneceu instituído em prova documental e, a partir de agora, em fonte histórica.

Escurecido o céu da pátria, debaixo do denso véu da revolta que arrancou dos braços da paz o povo pastor e industrioso d'esta Província, corria a revolução no seu primeiro período, ainda de efervescencia, de surpresa para os observadores e homens públicos, quando repentinamente viu-se aparecer os primeiros signaes da reacção.
O povo da capital tinha demais soffrido dos revoltosos.

A canalha desenfreada alardeando o procedimento dos farropilhas da revolução franceza acometia o lar da família, violava o direito de propriedade e insultava os cidadãos pacíficos que alheios as dissensões políticas viviam no remanso dos seus solares; uma horda de homens pervertidos, da mais baixa ralé fazia parar os cidadãos ou entravam em suas casas e lhes davão bolos, fazendo passar recibo em face de suas famílias, de suas próprias mulheres e filhas.

Reinava a anarchia em toda a sua hediondez, a cidade era presa da desordem, e não havia ordem nem governo possível; o próprio José Gomes Jardim, Calvate, Marciano e outros dos mais influentes, desesperavam com a situação. Tudo parecia determinar a reacção que teve lugar no dia 14 para o dia 15 de Julho de 1836.

Não é difficil indagar quem forão os promotores que sustentarão a causa do império n'esta emergência difficil.

Todos os que não podião suportar o desenfreamento dos farropilhas, todos os homens serios e honestos, todos os que tinham a perder, se congregarão para conjurar uma tal situação. A cidade estava desolada, despovoada pela emigração havida por occasião da entrada de Bento Gonçalves, á 20 de Setembro de 1835, e depois pelas levas feitas pelos sediciosos; mas não faltarão homens de boa vontade que á um signal convencionado se reunissem para se apoderarem da cidade, sem lembrarem-se que podião fracassar ante as forças sediciosas que bem perto existião.

(...)

Este incidente, porem, não desanimou os reaccionarios que no dia 15, contando então com suas únicas forças e em numero de 240 homens mal armados se acharão senhores da cidade, guarnecendo os pontos e tendo no quartel do 8º mais de 300 presos dos sediciosos.

Os reaccionarios forão buscar o velho João de Deus, visconde de S. Gabriel, para seu chefe e não esquecerão o sympathico major Marques* que incontinenti forão tirar da infecta prisiganga que estacionava em frente da Marinha**.

O que se succedeu a reacção, aquella luta, quasi homérica, que sobrepujava o animo mais esforçado, os trabalhos materiaes que se tiverão de executar para circumdar a cidade de um entrincheiramento de madeira, o susto, a anciedade porque passavão as famílias vendo a cada momento aproximarem-se as forças sediciosas, visto que bem longe estava o commandante das armas, Bento Manoel Ribeiro e não havia probabilidades de soccorros do Rio Grande, porque a Itapuan estava guarnecida pelos revoltosos, tudo isto é bem difficil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espírito; o que sobressahia no entanto era a actividade de todas as horas, de todos os instantes, era a presença de um homem que estava em toda a parte, risonho, animador e confiado em suas próprias forças e nos exíguos recursos da cidade. Este homem era o major Marques, que se podia dizer a alma da reacção.(...)

A cidade achava-se sitiada no dia 20 por forças de mar e terra. Era Bento Gonçalves em pessoa que commandava as forças de terra, computadas em 1,500 praças. As forças de mar sob a chefatura de José Pereira da Silva compunhão-se do brigade *Bento Gonçalves*, comandante o chefe, patacho *Herval* de propriedade de Modesto Franco, comandante Miguel Pratico,

escuna *Farropilha*, comandante Juca Mulatinho, e palhabote, comandante Joaquim Gonçalves de Saibro.
(*) Conde do Porto Alegre.
(**) Arsenal de Marinha
Continua. (REVISTA MENSAL, setembro, 1875, p.128-130).

Cumpriu sua parte da dívida com a história legando-nos esse depoimento. À guisa de homenagear um amigo, Caldre e Fião prestou sua homenagem pessoal à memória, à sua memória e daqueles que compartilharam com ele a aflição desses dias, angústia que deixa transparecer e reconhece, ao perceber como “tudo isto é bem difícil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espírito”. O jovem José Antonio presenciou tais cenas, não esteve num campo de batalha, mas esteve nas ruas de uma Porto Alegre ocupada por facções exaltadas, quer legalistas, quer republicanas; ambas estavam fora de controle, e aqui recorremos à memória de outro que presenciou esse quadro caótico, Francisco de Sá Brito:

Nas imediações daquela vila [Caçapava] recebeu notícia da reação da capital e, como Bento Gonçalves passasse a sitir Porto Alegre, o seguiu e da margem direita do Guahyba fez signal combinado com uma bandeira branca com uma lista encarnada no centro e três tiros, que, como devia ser ignorado do povo ocasionou por 10 minutos profundo silêncio, que foi seguido de imenso alarido, fogos de ar, salvas de artilharia e repiques de sinos das igrejas.

Fez logo passar 200 homens e gado do município para a cidade, que estava na penúria e não poderia por mais tempo resistir ao sitio apertado em que os revolucionários a tinham posto, impedindo assim de sucumbir a heroica reação. Depois passou ele brigadeiro com 800 homens e cavalos competentes.

Achando-se já na capital, obrigou a levantar o sítio, retirando-se os revolucionários para Viamão, onde Gonçalves estabeleceu o seu quartel general (...).(BRITO, 1986 (1870-1875), p.151-152).

Quanto à biografia dedicada a Caldre e Fião realizada por Achilles Porto Alegre, sempre tão eloquente como os demais irmãos, foi, senão breve, ao menos econômico quanto ao perfil do confrade partenonista; traçou em largas linhas a face do médico, do abolicionista, do periodista e algumas informações sobre o político. Ficou a dever comentários sobre sua produção literária, sua participação no IHGSP. Enfim, para um tão produtivo espírito, mesmo valendo-se da retórica da humildade, o biógrafo demonstrou insuficiência de forças. A

fim de fazer justiça ao velho lidador, menos não mereceria que sua biografia fosse traçada por Apolinário Porto Alegre. Talvez por suas divergências políticas ou de interpretação sobre os eventos revolucionários, Apolinário não soube ou não quis honrar-lhe a memória, preferiu dedicar seu talento a outra homenagem. Ironicamente deixou de fazer a devida apreciação à vida de um rio-grandense que tão bem representou a classe letrada da Província tão menosprezada, segundo o próprio Apolinário, que tanto reclamava da ideia predominante sobre a exclusiva vocação dos continentinos para as armas. Apolinário cedeu sua potente voz narrativa e a vivacidade de sua pena a um “bagadu” e não a um “tinteiro”, rendeu homenagem às armas e não às letras rio-grandenses.

As biografias de Bento Manoel, Marques de Souza e Caldre e Fião são, portanto, representativas de um ciclo, uma geração e uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar. O ciclo que se cumpre com o término da *Revista Mensal* é aquele iniciado com *O Guayba*, a partir da reunião de jovens dispostos a experimentar outros modos de inserção e expressão social. A primeira revista exclusivamente literária da Província apareceu no cenário periodístico da capital disposta a evidenciar as competências intelectuais dos tímidos letrados locais. E os 120 exemplares com 946 páginas publicadas durante dois anos e cinco meses, demonstraram a necessidade de um meio de veiculação de ideias variadas, sem vinculação estrita com a política partidária, porém, participando ativamente na discussão das questões fundamentais para a sociedade sul-rio-grandense e brasileira.

Num tempo em que “bagadus” como Bento Manoel e Marques de Souza representavam o papel social dominante na sociedade, os homens de terra e guerra, os jovens d’*O Guayba* iniciavam outro percurso de existência, a dos “tinteiros” ou homens de papel e tinta. Essa existência será definitivamente delineada após 20 anos de exercício público na seara literária, que consolidou práticas e espaços, criou condições para outras iniciativas, institucionalizou e valorizou comportamentos estabelecendo pertencimentos e a respeitabilidade necessária para o novo papel social a ser doravante desempenhado.

São também representativos de uma geração de guerreiros, responsável pela construção do mais evidente modo de ser rio-grandense, não necessariamente por opção, mas certamente por sobrevivência e competência na arte que lhes foi dada a conhecer e

aperfeiçoar. Fundadores, seja como membros ou como presença mental, do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, especialmente Marques de Souza e Caldre e Fião foram mais vigilantes da memória regional do que produtores. No entanto, demarcaram com esta iniciativa a necessidade e a importância de efetuar a sua escrita, e tornaram evidente a dificuldade desse procedimento não por carência de letrados habilitados a realizá-lo, mas principalmente pela proximidade do acontecimento mais marcante entre todos — a guerra civil.

E, finalmente, esses jovens são representativos de uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar; neste caso, especialmente Bento Manoel e Caldre e Fião, o primeiro diretamente envolvido desde o início das movimentações políticas até os combates propriamente ditos e o comportamento oscilante durante o conflito; o segundo, pelo contato traumático dos eventos desencadeados durante o cerco da capital pelas tropas insurgentes, sob o comando de Bento Gonçalves, e o horror que demonstrava a todo e qualquer conflito armado. O biógrafo de Bento Manoel relembra que “este movimento foi posto em perpétuo esquecimento pela alta munificência do imperante”, e Caldre e Fião revela profundo pesar ao evocar a memória sobre tais acontecimentos, pois “tudo isto é bem difícil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espírito”. Todavia, ambos cumpriram com seu dever para com o futuro: Bento Manoel, ao responder à sua consciência responsabilizando-se pelas escolhas que fez e reavaliando sua posição quando julgou necessário fazê-lo, assim como todos os envolvidos nesse grande drama; e Caldre e Fião, enfim cumpriu seu dever de legar aos pósteros algum vestígio de suas lembranças sobre aqueles “lutosos dias”, como o menino que trabalhava na Santa Casa de Misericórdia, tendo presenciado o atendimento a muitos feridos nesse conflito. Não é possível esquecer por decreto, tampouco é simples romper com o silêncio sobre fatos e pessoas tão controversos. É preciso agir com coragem e responsabilidade; tanto Bento Manoel quanto Caldre e Fião agiram de acordo com seu próprio código moral.

Cada qual cumpriu o papel que lhe foi dado representar nessa existência. Dois militares e um letrado são representativos ainda das modificações que se foram operando no seio da sociedade rio-grandense ao longo desse recorte temporal, na criação e consolidação de novos papéis sociais, pois Bento Manoel, pela antiguidade, só pode pertencer à classe dos

homens de terra e guerra; Marques de Souza, apesar de não ser um letrado, acompanhou pessoalmente a constituição do IHGPSP e viu o florescimento do Parthenon Litterario, participou e privou da companhia dos letrados, sendo um respeitado homem de terra e guerra entre eles. E o Dr. Caldre e Fião, homem de ciência e letras, do início ao fim, que contribuiu esforçadamente para a construção desse espaço público de produção de ideias, debates e escrita, acompanhou pessoalmente a transformação da cultura literária na difícil e tortuosa cultura histórica da Província de São Pedro do Sul.

Na disputa pela memória da guerra civil contávamos com dois “tinteiros” e dois “bagadus” de vulto. Representam os primeiros Dr. Caldre e Apolinário; quantos aos segundos temos outras similitudes, são os dois Bentos, Bento Manoel e Bento Gonçalves.

Se Bento Manoel foi submetido ao julgamento dos historiadores de seu tempo e do futuro (bem mais severos) sem que, no entanto, uma classificação adequada lhe pudesse ser atribuída, pelo menos sua memória colheu, ainda no tempo dos acontecimentos, certas glórias. Afinal, numa guerra em que não houve formalmente declaração de derrota ou vitória, ele ficou do lado que recebeu as condecorações pelos serviços prestados ao Império, teve a devida promoção hierárquica e ainda conseguiu ocupar um lugar na galeria dos bustos ilustres do Parthenon. Não é pouco para um “obscuro soldado”, um homem de terra e guerra que seguiu apenas a sua consciência nas opções que fez durante o transcurso da guerra.

Já o outro Bento teve que conviver apenas com as dolorosas cicatrizes das batalhas e amargo ostracismo da Província natal, e, proscrito do arquivamento de sua memória, não mereceu como seus companheiros de luta Canabarro e Netto a distinção de pertencer aos ilustres do Parthenon. No entanto, teve um “tinteiro” disposto a utilizá-lo como um símbolo da resistência sul-rio-grandense aos arcaicos valores da monarquia. Bento Gonçalves foi ao seu tempo tão ou mais controverso que Bento Manoel, mas coube aos historiadores republicanos do futuro acolher o herói que Apolinário corajosamente esboçou, ainda em tempos monárquicos, e o transformarem no grande nome da Revolução, da Liberdade e da República. Embora todos esses princípios soem por demais superlativos para as intenções, forças e capacidades do próprio Bento, de qualquer maneira, assim como Bento Manoel,

Bento Gonçalves seguiu as suas inclinações pessoais (com muita “valentia moral”), fez escolhas e agiu conforme o homem de terra e guerra que era.

A trama da história é tecida por muitos enredos que se tornam literários ou históricos na medida em que encontram os “tinteiros” competentes para realizar tal ou qual narrativa. O Dr. Caldre e Fião era um excelente “tinteiro”, poderia ter-nos legado páginas admiráveis sobre os homens e os eventos que os convulsionaram. Entretanto, se de um lado não lhe faltavam nem habilidade, nem competência para realizar esse trabalho, por outro, dois empecilhos o impediram. O primeiro, a sua aversão à guerra e seus efeitos - todas as vezes que foi instado a manifestar-se sobre o tema, ele o rechaçou ou tratou com reservas, não fez apologia ou defesa de qualquer participante ou evento da revolução; seus dois romances o comprovam e as poucas menções aos acontecimentos durante o cerco da capital demonstram suficientemente tal afirmação. O segundo, a própria interdição da evocação pessoal da lembrança desses acontecimentos. Se o Imperador havia ordenado o esquecimento do passado de dissensões entre os filhos da Província, Caldre e Fião só queria não ter que lembrar para que não voltasse a acontecer, ou seja, ele queria exercer o direito de esquecer.

Apolinário, por sua vez, era um rapaz impetuoso, estudioso, esforçado e talentoso com a pena e a tinta. Suas crenças nos valores e ideais da Revolução Francesa o conduziram a interpretar a guerra dos rio-grandenses em consonância com o ideário dos franceses e que encontrou um momento histórico apropriado para frutificar. Havia um “bando de ideias novas” brotando na imprensa, nas ruas e nas associações literárias; a Guerra do Paraguai fortaleceu a classe militar e todos os valores que lhe circunscrevem o caráter; a monarquia já dava sinais de exaustão, havia um prenúncio de República no horizonte nacional. Além disso, uma geração de homens que haviam participado pessoalmente da guerra civil já estava desaparecendo. Então, o habilidoso “tinteiro” encontrou o momento apropriado para reabilitar a memória de um “bagadu” “dotado de muita valentia moral”, segundo Sá Brito, e um líder tão corajoso e carismático a ponto de tornar-se um símbolo de resistência à opressão, à tirania e à monarquia *tal como deve ser*.

Enfim, os “bagadus”, encontram a mão e a pena do “tinteiro” capaz de lhes delinear o perfil e descrever o espírito que iria compor num breve futuro as decantadas qualidades de todos os rio-grandenses, tornando os “lutuosos” dias vividos por Caldre e Fião em epopéia de

heróis brandindo suas espadas pela liberdade, pela honra e pela república. Apolinário dá início a essa viragem na interpretação dos fatos e personagens da guerra, e Alfredo Varela, com a autoridade do historiador, realizará a fusão dessas expectativas, ambos reciprocamente como herdeiros e transmissores de uma interpretação histórica comum.

4. APÊNDICES DOS CAPÍTULOS

4.1. Apêndices do Capítulo 1:

Os quadros e tabelas construídos ou reproduzidos têm a finalidade de demonstrar mais claramente os dados obtidos nas pesquisas, visando-se com isso auxiliar futuros pesquisadores do tema, já que para a melhor análise das práticas letradas muitas variantes precisam ser consideradas, nesse sentido essa pesquisa cumpre o papel de indicar as lacunas que foram localizadas, assim como indicar uma metodologia de coleta e sistematização de dados encontrados em fontes primárias e em pesquisadores/autores variados. Acredito com isso contribuir tanto para a prática da pesquisa, quanto para estimular mais pesquisas nos periódicos.

a. Quadro 1: Primeiros professores nomeados na Província de São Pedro³⁵³

LOCALIDADE	PROFESSOR	CADEIRA	NOMEAÇÃO
Porto Alegre	Francisco Pedro de Miranda e Castro	Primeiras Letras	27.07.1820
Rio Pardo	Joaquim Thomaz de Bem Salinas	Primeiras Letras	23.10.1820
Rio Pardo	Perseverando José Rodrigues Ferreira	Primeiras Letras	17.11.1820
Rio Pardo	Gaspar Francisco Gonçalves	Latim	04.11.1820
Piratinim	João Joze da Rocha	Primeiras Letras	02.04.1821
Cachoeira	Ignacio Custodio de Souza	Primeiras Letras	18.07.1821
Porto Alegre	João Fernandes Tavares	Latim	04.11.1820
Porto Alegre	Pe. João de Santa Bárbara	Filosofia	06.12.1820
Porto Alegre	Francisco Alves de Macedo Pereira	Filosofia	19.11.1824
Porto Alegre	Lourenço de Souza Ferreira	Filosofia	16.07.1824
Porto Alegre	Luiz Lourenço Anchois Delavalée	Francês	16.07.1824
Porto Alegre	Manuel Ferraz Pimenta	Primeiras Letras	16.07.1824

³⁵³ Esse quadro foi construído a partir dos dados colhidos em SCHNEIDER (1992, p.22-23) e ARRIADA (2007, p.42).

b. Quadro 2: Periódicos publicados em São Paulo – 1827 a 1835³⁵⁴

	TÍTULO DO PERIÓDICO	27	28	29	30	31	32	33	34	35
01	O Farol Paulistano	•	•	•	•	•	•	•		
02	O Observador Constitucional			•	•	•	•			
03	O Amigo das Letras (1830)				?					
04	Manual dos Brasileiros (1830)				?					
05	O Correio Paulistano					•	•			
06	O Paulista					•	•			
07	O Novo farol Paulistano					•	•	•	•	•
08	Voz Paulistana (1831)					?				
09	O Federalista						•			
10	Revista da Soc. Filomática							•		
11	O Justiceiro								•	•
12	O Paulista Official								•	•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO	01	01	02	02	05	06	03	03	03

c. Quadro 3: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1827 a 1835³⁵⁵

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1827		01								01	01
1828		01								01	01
1829	01	01	01			01				04	02
1830	01	01	01			01			02	04 + 02	02
1831	02	03	01	01	02	01			01	10 + 01	05
1832	02	03	01	02	02	01				11	06
1833		02			01			01		04	03
1834		01		01	01	01		01		05	03
1835		01	01	01		01		01		05	03
Circulação	06	14	05	05	06	06	-	03	03	45/48	09/12

d. Quadro 4: Estudantes na Academia de Direito – 1828 a 1835

Ano	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835
Estudantes matriculados ³⁵⁶	33	73	99	64	37	38	28	43
Estudantes cursaram ³⁵⁷	33	114	213	270	274	267	221	175

³⁵⁴ Para a compilação dos dados relativos aos periódicos de São Paulo foram consultadas as seguintes obras de referência: COLEÇÃO CECULT (2002); OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915).

³⁵⁵ Na compilação dos dados relativos a circulação dos periódicos em São Paulo foram consultadas as seguintes obras de referência: OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915).

* Esses números correspondem aos periódicos com *Periodicidade Indefinida*.

* Esses números correspondem aos periódicos de *Existência Indefinida*.

³⁵⁶ MILLER (1978 (1838), p.257). Segundo os dados do recenseamento realizado em 1836 e 1837 pelo marechal Daniel Pedro Müller.

³⁵⁷ KIDDER (1972 (1845), p.214). Dados colhidos pelo viajante norte-americano em passagem pela Província de São Paulo entre 1839 a 1843.

e. **Quadro 5: Periódicos, Tipografias e suas localizações em Porto Alegre – 1827 a 1835**³⁵⁸

	TÍTULO DO PERIÓDICO	TIPOGRAFIAS	ENDEREÇO
01	Diário de Porto Alegre	Tipografia Rio-Grandense	Rua da Igreja, 113
02	O Constitucional Rio-Grandense	Tipografia própria (ou Rio-Grandense) ³⁵⁹	Rua de Bragança, 05
03	O Amigo do Homem e da Pátria	Tipografia de Silveira & Dubreuil	Rua da Praia, 6
04	O Vigilante	Tipografia própria (ou Rio-Grandense) Tipografia Silveira & Dubreuil	Rua de Bragança, 05 Rua da Praia, 62
05	Sentinela da Liberdade na guarita do Rio Grande de S. Pedro	Tipografia Dubreuil & Cia.	Rua de Bragança, 22
06	O Continentino	Tipografia C. Dubreuil & Cia. Tipografia própria Tipografia de Fonseca & Cia.	Rua de Bragança, 22 Rua da Igreja, 67 Rua de Bragança, 62 e 58
07	O Compilador em Porto Alegre	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua de Bragança, 17
08	Correio da Liberdade	Tipografia própria (ou Rio-Grandense)	Rua de Bragança, 05
09	O Recopilador Liberal	Tipografia Vicente Ferreira Andrade	Rua da Igreja, 36
10	O Anunciante	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua de Bragança, 17
11	O Inflexível	Tipografia d'O Continentino Tipografia de Fonseca & Cia.	Rua de Bragança, 62 Rua de Bragança, 58
12	Idade de Pau	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
13	Idade de Ouro	Tipografia de Fonseca & Cia.	Rua de Bragança, 58
14	O Inexorável (1833)	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Igreja, 36
15	Correio Oficial da Província de São Pedro	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	R. da Praia e Pr. da Quitanda
16	O Echo Porto-Alegrense	Tipografia Rio-Grandense	Largo da Praça
17	O Pobre	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	R. da Praia e Pr. da Quitanda
18	O Republicano	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
19	O Quebra Anti-Evaristo	Tipografia Rio-Grandense	
20	O Mensageiro	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
21	O Continentista	Tip. Rio-Grandense de V. Ferreira Andrade	Rua da Ponte
22	Mestre Barbeiro	Tip. C. Dubreuil & Cia.	R. da Praia e Pr.da Quitanda
23	O Avisador	Tip. Rio-Grandense de V. Ferreira Andrade	Rua da Ponte

³⁵⁸ Quadro composto a partir das informações colhidas em: BARRETO, 1986; ERICSEN, 1977; MACEDO, 1994; SILVA *et al.*, 1986; MOTTIN *et al.*, 1985 e VIANNA, 1877.

³⁵⁹ Pode ser a Tipografia Rio-Grandense.

f. **Quadro 6: Periódicos, Tipografias e suas localizações em Porto Alegre – 1836 a 1845**³⁶⁰

	TÍTULO DO PERIÓDICO	TIPOGRAFIAS	ENDEREÇO
01	O Recopilador Liberal	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
02	O Quebra Anti-Evaristo	Tipografia Rio-Grandense	
03	O Mensageiro	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
04	O Continentista	Tip. Rio-Grandense de V. F. Andrade	Rua da Ponte
05	Gazeta Mercantil	Tipografia de José Girard	Rua de Bragança, 45
06	O Legalista Porto-Alegrense	Tipografia de José Girard	Rua de Bragança, 45
07	O Justiceiro	Tipografia de José Girard	Rua de Bragança, 45
08	O Colono Alemão	Tipografia de Vicente Ferreira Andrade	Rua da Ponte
09	Sentinela da Liberdade	Tipografia Dubreuil & Cia. Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua de Bragança, 22 Rua da Praia e Praça da Quitanda
10	O Campeão da Legalidade	Tipografia de José Girard	Rua de Bragança, 45
11	O Artilheiro	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia e Praça da Quitanda
12	O Correio Rio-Grandense	Tipografia Rio-Grandense	Rua de Bragança, 50
13	A Voz da Verdade	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
14	O Guayba	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
15	Semanário Oficial	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
16	O Imperialista	Tipografia própria	Rua de Bragança, 45
17	O Comércio	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
18	O Analista	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
19	O Echo Brasileiro	Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia
20	O Imparcial	Tipografia do Imparcial de Moreira & Cia. Tipografia C. Dubreuil & Cia.	Rua da Praia, 248 Rua da Praia
21	Argos	Tipografia J. C. Barreto	Rua da Praia, 67

³⁶⁰ Quadro composto a partir das informações colhidas em: BARRETO, 1986; ERICSEN, 1977; MACEDO, 1994; SILVA *et al.*, 1986; MOTTIN *et al.*, 1985 e VIANNA, 1877.

g. **Quadro 7: Periódicos publicados em São Paulo – 1836 a 1845**³⁶¹

	TÍTULO DO PERIÓDICO	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
01	O Novo farol Paulistano (cont.)	•	•								
02	O Paulista Official (cont.)	•	•	•							
03	O Nacional	•									
04	O Paulista Centralizador			•	•	•	•	•			
05	O Observador Paulistano			•	•	•	•	•			
06	A Phenix			•	•	•	•				
07	O Observador das Galerias ³⁶²			•							
08	O Pensador				•						
09	O Solitário					•					
10	O Público					•					
11	Ypiranga ³⁶³					•					
12	O Escandalizado					•					
13	O Guarda Nacional Paulista					•					
14	Regeneração (1840)					?					
15	Homem do Povo (1840)					?					
16	O Escorpião						•				
17	Voz do Povo ³⁶⁴						•				
18	A Sentinella da Monarchia (1841)						?				
19	O Governista							•	•	•	•
20	O Tebyreçá							•			
21	O Verdadeiro Paulista (1842)							?			
22	O Americano									•	•
23	Minerva Brasiliense (1844)									?	
24	Farol Constitucional (1844)									?	
25	O Futuro ³⁶⁵										•
26	O Censor										•
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO	03	02	05	04	08	05	04	01	02	04

³⁶¹ Para a compilação dos dados relativos aos periódicos paulistanos foram consultadas as seguintes obras de referência: COLEÇÃO CECULT (2002); OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915).

³⁶² *O Observador das Galerias* não consta nas listagens de FREITAS e OLIVEIRA, mas aparece na COLEÇÃO CECULT/AEL.

³⁶³ *O Ypiranga* publicava-se uma vez por semana em março/1840. FREITAS (1915, p.77) informa que existiram outros periódicos com o mesmo título em 1842, 1867, 1882 e 1905.

³⁶⁴ *A Voz do Povo*, publicação indeterminada (1841), em 1867 houve outro periódico de mesmo título. (FREITAS, 1915, p.80)

³⁶⁵ *O Futuro* publicava-se as terças e sextas-feiras de 1845 a 1847. Com o mesmo título apareceram outros periódicos em 1862, 1880, 1883 e 1889 em São Paulo. (FREITAS, 1915, p.89-90)

h. Quadro 8: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1836 a 1845³⁶⁶

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1836	01	02	02	01	01					07	03
1837	01	01	02	01	01					06	02
1838	02	01	01	02	01			04		11	05
1839	01			01			01	03		06	04
1840	01			01				08	02	10 + 02	08
1841	01			01				05	01	07 + 01	05
1842	01	01		02		01		03	01	08 + 01	04
1843		01		01		01				03	01
1844		01		01		01		01	02	04 + 02	02
1845		02		01	01	01		02		07	04
Circulação	08	09	05	12	04	04	01	26	06	69/75	20/26

i. Quadro 9: Estudantes na Academia de Direito – 1836 a 1843³⁶⁷

ANO	1836	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843
ESTUDANTES	178	94	63	60	53	59	61	65

j. Quadro 10: Circulação ano/semana dos periódicos em São Paulo – 1846 a 1855³⁶⁸

Periodicidade	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	P.I.*	E.I.*	Exempl/sem	Título/ano
1846								02		02	01
1847								03		03	02
1848	01							03		04	03
1849		01			01			04	06	06 + 06	05
1850		02			02			03		07	05
1851		02			01			11	01	14 + 01	10
1852		01	01		01	02		06		11	09
1853	01	02	02	01	02	01		10	02	19 + 02	11
1854	02	03	02	02	03			08		20	10
1855	01	01	01	01	01	01	01	06	02	13 + 02	07
Circulação	05	12	06	04	11	04	01	50	11	99/110	31/42

³⁶⁶ Na tabulação dos dados relativos a circulação dos periódicos em São Paulo foram consultadas as seguintes obras de referência: OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915).

* Esses números correspondem aos periódicos com *Periodicidade Indefinida*.

* Esses números correspondem aos periódicos de *Existência Indefinida*.

³⁶⁷ KIDDER (1972 (1845), p.214). Dados colhidos pelo viajante norte-americano em passagem pela Província de São Paulo entre 1839 a 1843.

³⁶⁸ Para a compilação dos dados relativos aos periódicos paulistanos foram consultadas as seguintes obras de referência: COLEÇÃO CECULT (2002); OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915). Para a tabulação dos dados relativos a circulação dos periódicos em São Paulo foram consultadas as seguintes obras de referência: OLIVEIRA (1978) e FREITAS (1915).

* Esses números correspondem aos periódicos com *Periodicidade Indefinida*.

* Esses números correspondem aos periódicos de *Existência Indefinida*.

k. **Quadro 11: Periódicos publicados em São Paulo – 1846 a 1855**

	TÍTULO DO PERIÓDICO	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55
01	O Governista (cont.)	•	•	•							
02	Ensaio Litterarios		•	•	•	•					
03	A Violeta			•							
04	O Ypiranga				•	•	•	•	•	•	
05	O Piratininga				•	•					
06	O Arrebol				•						
07	Iris (1849)				•						
08	Palestra Literária (1849)				?						
09	O Saquarema (1849)				?						
10	O Alvorada (1849)				?						
11	O Pernilongo (1849)				?						
12	O Precursor (1849)				?						
13	O Progresso (1849)				?						
14	O Meteoro					•	•	•			
15	O Conservador					•					
16	R. M. Ensaio Filosófico Paulistano						•	•	•	•	•
17	O Commercial						•	•	•	•	•
18	Aurora Paulistana						•	•	•		
19	O Progresso						•				
20	O Clarim Saquarema						•				
21	O Médico Popular						•				
22	Vinte e Nove de Setembro						•				
23	O Acadêmico do Sul						•	?	?	?	?
24	O Despertador Cristão (1851)						?				
25	Ensaio Litterarios Atheneu							•	•	•	•
26	O Acayaba							•	•		
27	O Compilador Paulistano							•	•		
28	O Crepúsculo							•			
29	O Independente								•		
30	A Honra								•	•	
31	O Constitucional								•	•	
32	Registro Geral da Câmara de SP								•	•	
33	Revista Mensal Paulistana (1853)								?		
34	Paranapiacaba (1853)								?		
35	Correio Paulistano									•	•
36	O Industrial Paulistano									•	•
37	O Guarda Nacional									•	
38	Cruzeiro do Sul										•
39	A Província										•
40	O Amigo da Religião										•
41	O Paulista (1855)										?
42	A união dos círculos (1855)										?
	TOTAIS EM CIRCULAÇÃO	01	02	03	05	05	10	09	11	10	07

i. Quadro 12: Quadro da população livre de Porto Alegre em 1846³⁶⁹

PORTO ALEGRE	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAIS
1º distrito da capital	3303	3449	6752
2º distrito da capital	2602	3001	5603
1º distrito da Freguezia d'Aldeia	397	410	807
2º distrito da Freguezia d'Aldeia	641	798	1439
3º distrito da Freguezia d'Aldeia	407	414	821
Districto do sul da Freguezia de Viamão	1886	2 372	4258
Districto do norte da Freguezia de Viamão	1475	1 618	3093
Freguezia de Belem	355	450	805
Freguezia das Pedras Brancas	257	246	503
Freguezia da Barra	189	205	394
Freguezia de S. João Baptista	699	589	1288
Freguezia de Nossa Senhora das Dores de Camaquam	1343	1224	2567
TOTAIS	13554	14776	28330

m. Quadro 13: Quadro da população livre de Porto Alegre em 1847³⁷⁰

Porto Alegre	Sexo masculino	Sexo feminino	Totais
1º distrito da capital	2541	2653	5194
2º distrito da capital	2001	2308	4309
1º distrito da Freguezia d'Aldeia	348	359	707
2º distrito da Freguezia d'Aldeia	561	699	1260
3º distrito da Freguezia d'Aldeia	356	362	718
Districto do sul da Freguezia de Viamão	599	753	1352
Districto do norte da Freguezia de Viamão	468	514	982
Freguezia de Belem	345	450	795
Freguezia das Pedras Brancas	232	227	459
Freguezia da Barra	189	197	386
Freguezia de S. João Baptista	665	612	1277
Freguezia de Nossa Senhora das Dores de Camaquam	360	301	661
Totais	8665	9435	18100

³⁶⁹ Quadro reproduzido a partir dos dados colhidos nas listas paroquiais e de delegados da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846. (FEE, 1981, p.60)

³⁷⁰ Quadro reproduzido a partir dos dados colhidos, pelas autoridades locais, referentes a população livre por distritos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1847. (FEE, 1981, p.61)

n. Quadro 14: Instrução Primária masculina em Porto Alegre – 1849

PORTO ALEGRE	PROFESSORES	Nº ALUNOS	DITOS APROVADOS
1º distrito da capital	Manoel Alves Ribeiro	119	07
1º distrito da capital	Manoel Luiz Corrêa	45	
2º distrito da capital	Joaquim A. Pereira Coruja	150	11
2º distrito da capital	Henrique da Silva Frôes	139	
Districto da Barra	Lucio José Gomes	13	
Freguezia de Belem	Luiz Belmiro da Silva Rosa	19	
Freguezia de Viamão	Sebastião Soares Vianna	24	
Freg. dos Anjos d'Aldeia 1º destr.	Joaquim Ferreira Pinheiro	50	
Freg. dos Anjos d'Aldeia 3º destr.	Henrique Lopes da F.	59	
Freguezia das Dores de Camaquam	Vicente Luiz Ferreira	56	
TOTAIS		674	18

o. Quadro 15: Instrução Primária feminina em Porto Alegre – 1849

PORTO ALEGRE	PROFESSORES	Nº ALUNOS	DITOS APROVADOS
1º distrito da capital	Florisbela de Oliveira Coelho	64	
1º distrito da capital	Maria Augusta de Campos	133	
2º distrito da capital	Mequelina de M. Ferragem	70	
2º distrito da capital	Balbina Maria Navier	98	
Districto da Barra			
Freguezia de Belem	Felisberta Joaquina da Silveira	16	
Freguezia de Viamão	Fausta Candida de Moraes Sarmiento	26	
Freg. dos Anjos d'Aldeia 1º destr.	Maria Rosaura Lopes Leão	20	
Freg. dos Anjos d'Aldeia 3º destr.			
Freguezia das Dores de Camaquam			
TOTAIS		427	

p. Quadro 16: Instrução Secundária em Porto Alegre - 1849

	CADEIRAS	PROFESSORES	Nº ALUNOS	DITOS APROVADOS
01	Latim	Pe. Francisco Aurelio Martins Pinheiro	40	
02	Francês e Geographia	Leopoldino Joaquim de Freitas	50	10
03	Filosofia moral e racional	Pe. João de Santa Bárbara	05	
04	Geometria	Belchior Corrêa da Camara	40	04
05	Tachigraphia	Amaro da Silva Velho	16	
	TOTAIS		151	14

q. **Quadro 17: Instrução/População em Porto Alegre – 1846 a 1855**

PORTO ALEGRE	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855
População Porto Alegre	28.330	18.100								
População masculina	13.554	8.665								
População feminina	14.776	9.435								
População até 10 anos – masculina		2.726								
Freq. Prim. Letras – masculina				674						
Meninos no Arsenal de Guerra	100									
População até 10 anos – feminina		2.494								
Freq. Prim. Letras – feminina				427						
População até 20 anos – masculina		1.738								
População até 20 anos – feminina		2.418								
Aulas de instrução secundária	04			05						
Alunos instrução secundária	68			151						
Freq. Aula de Latim			24							
Escolas particulares			01					02		
Freq. Alunos escolas particulares			156					184		
Cadeiras Lyceu D. Afonso						06	07	07	07	04
Freq. Alunos Lyceu D. Afonso ³⁷¹						61 (114 ?)	(149 ?)	(145 ?)	95 (69 – 92?)	121 (69 – 79 ?)
Escola Militar (1852)										

³⁷¹ Apurar o número de alunos matriculados em cada disciplina não equivale a apurar o total de alunos que frequentam o Lyceu, pois um aluno pode matricular-se em mais de uma disciplina assim, Schneider (1992, p.114) e Arriada (2007, p.183) divergem na apresentação desses números, mas os Relatórios dos Presidentes da Província (RPP) também apresentam dados divergentes sobre este aspecto.

r. **Quadro 18: Instrução secundária na Província - 1846**³⁷²

LOCALIDADES	AULAS	PROFESSORES	ALUNOS
PORTO ALEGRE	Filosofia	Pe. João de Santa Bárbara	02
	Gramática Latina	Izidoro Joze Lopes	07
	Francês	Leopoldino Joaquim de Freitas	30
	Geometria e Aritmética	Belchior Corrêa da Camara	29
			68
RIO GRANDE	Gramática Latina	Antonio José Domingues	05
	Francês, Geografia, Desenho	Thimoleon Zalloni	26
PELOTAS	Gramática Latina	José Maria de Andrade	08
			107

s. **Quadro 19: Instrução secundária na Província - 1849**³⁷³

LOCALIDADE	AULAS	PROFESSORES	ALUNOS	APROVADOS
PORTO ALEGRE	Latim	Pe. Francisco Aurelio Martins Pinheiro	40	
	Francês e Geografia	Leopoldino Joaquim de Freitas	50	10
	Filosofia Moral e Racional	Pe. João de Santa Barbara	5	
	Geometria	Belchior Corrêa da Camara	40	4
	Taquigrafia	Amaro da Silva Velho	16	
RIO GRANDE	Latim	Pe. Manoel José da Conceição Braga	8	
	Francês e Geografia	Dr. José de Pontes França	18	
	Geometria	Dr. Cyro José Pedrosa	16	
	Inglês	Manoel Coelho da Rocha Junior	10	
PELOTAS	Francês e Geografia	Telemaco Bouliech	22	
	Latim	Antonio José Domingues	8	
	Geometria	Vaga		
RIO PARDO	Latim	José Maria de Andrade	9	
TOTAIS			242	14

³⁷² Esse quadro foi construído a partir dos dados colhidos em SCHNEIDER (1992, p.76).

³⁷³ Esse quadro foi reproduzido de ARRIADA (2007, p.144). Fonte: Diretoria da Instrução Pública em Porto Alegre, 20 de Agosto de 1850. O Diretor, Dr. Luiz da Silva Flores. In: RPP, José Antônio Pimenta Bueno. 01.10.1850. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850.

t. Quadro 20: Alunos matriculados por Ano e por Disciplinas no Lyceu³⁷⁴

ANOS	LATIM	FRANCÊS	ALEMÃO	HISTÓRIA E GEOGRAFIA	INGLÊS	GEOMETRIA	RETÓRICA	DESENHO	LATINIDADE
1851	1º latim 22	36	2	-	7	19	3	-	-
	2º latim 25								
1852	53	42	6	8	10	26	4	-	-
1853	40	50	2	13	10	27	3	-	-
1854	23	38	3	4	6	17	1	-	-
1855	15	35	-	11	-	18	-	-	-
1856	16	23	-	9	-	10	-	-	-
1857	13	14	-	9	-	9	-	-	-
1858	13	12	-	6	6	10	-	-	-
1859	10	15	4	7	9	14	-	-	-
1860	13	6	6	-	6	11	-	-	-
1861	13	14	4	8	5	13	-	11	-
1862	28	29	7	24	19	27	-	30	7
1863	28	28	18	30	25	30	-	32	-
1865	1	5	3	5	3	3	-	10	-
1866	13	21	4	18	18	18	-	26	-
1867	13	21	4	18	18	18	-	26	-
1868	8	23	-	18	8	21	-	19	-
1869	5	16	-	17	6	15	-	14	-
1870	5	16	-	17	6	15	-	14	-
1872	13	18	8	12	4	13 (Mat.)	-	12	-
1873	31	31	10	18	18	26 (Mat.)	-	31	31 (Port.)

³⁷⁴ Esse quadro foi reproduzido de ARRIADA (2007, p.183). Fonte: 1851 (Manuscrito, AHRGS); 1852-1863 (Quadro 5. Anexo B. RIGIP, anexo ao RPP, 1864); 1865-1866(Fala de 03.11.1866); 1867 (Fala de 1867); 1868 (Anexo nº 2. RIGIP, anexo ao RPP, 1869); 1869 (Mapa, RDL, 1870, anexo ao RPP, 1870); 1872 (RPP, 1872); 1873 (RPP, 1873). Os dados relativos ao ano de 1852 que constam do Relatório de 1853 (QUADRO 15) são divergentes e são apresentados pelo mesmo autor.

u. **Quadro 21: Instrução secundária na Província - 1853**³⁷⁵

LOCALIDADES	AULAS	PROFESSORES	ALUNOS	
LYCEU	1ª Latim	José Maria de Andrade	18	
	2ª Latim	Padre Francisco Aurélio Martins Pinheiro	13	
	Francês	Leopoldino Joaquim de Freitas	28	
	Inglês	Julio Timotheo de Araujo	07	
	Alemão	Felippe de Normann	01	
	Geometria	Doutor Cyro José Pedroza	08	
	História	Francisco de Paula Soares	07	
	Retórica	João Candido da Silva de Lacerda Alvim	02	
	Filosofia	Vaga		
		SUBSTITUTOS		
Padre Manoel José da Conceição Braga				
RIO GRANDE	Francês	Doutor José de Pontes França	13	
	Inglês	Manoel Coelho da Rocha	12	
PELOTAS	Francês	Telemaco Bouliech	21	
	Latim	Antonio José Domingues	04	

³⁷⁵ Esse quadro foi reproduzido de ARRIADA (2007, p.145). Fonte: Cyro José Pedroza. *Relatório do Estado da Instrução da Província*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1853 (Mapa nº. 1. Anexo). As informações sobre os alunos matriculados são completamente divergentes do Quadro 20 mas estão conforme o autor as apresenta.

v. **Quadro 22: Instrução/População na Província – 1846-1855**³⁷⁶

PROVÍNCIA	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855
População	147.846	119.882								
População masculina	74.387	60.112								
População feminina	73.459	59.770								
Esc. Primeiras Letras – masculina	36		59			60		60		79
População até 10 anos – masculina		20.221								
Freq. Prim. Letras – masculina		1.860		2.289		2.316		3.812		3239
População até 10 anos – feminina		17.986								
Esc. Primeiras Letras – feminina	15		33			35		36		41
Freq. Prim. Letras – feminina		749	1.141	1.282		1.220		2.525		2525
População até 20 anos – masculina		10.766								
População até 20 anos – feminina		14.789								
Aulas de instrução secundária	07			14				11		92
Alunos instrução secundária	107			(242 ?)				(134 ?)		23
Cadeiras – Lyceu D Afonso						06	07	07	07	04
Freq. Lyceu D. Afonso						61 (114 ?)	(149 ?)	84 (145 ?)	147 (69 – 92?)	121 (69 – 79 ?)
Escolas particulares								24		24 (+25)
Freq. Alunos escolas particulares							3549	3481	3764	4.802
Freq. presumida de alunos escolas particulares										1.198

³⁷⁶ Esse quadro foi construído a partir dos dados populacionais colhidos nos censos realizados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846 e 1847, (FEE, 1981, p.61-62) e dos dados referentes a frequência escolar e aulas em SCHNEIDER (1992, p.89-91 e 135) e Arriada (2007, p.144-145 e183). Segundo o Regulamento de Instrução primária somente podem frequentar as aulas públicas os alunos entre 5 e 16 anos (SCHNEIDER, 1992, p.130). A fala do Presidente Oliveira Belo em 1855 traz várias indicações significativas sobre os números relativos aos alunos das escolas particulares (de 1852, 1853, 1854 e 1855), assim como sobre os alunos do Lyceu de (1854 e 1855), quanto a frequência das escolas de primeiras letras do ano de 1855, há “no primeiro semestre foram frequentadas por 3650 e no 2º por 5764” (para efeitos de proporção entre meninos e meninas manteve o mesmo número para a frequência feminina), conforme Moacyr (1940, p.443-446).

4.2. Apêndices do Capítulo 2:

a. Quadro 23: Temas publicados na revista O Guayba em 1856

1856			
Nr	Data	Título art. 1ª página	Outros Textos e Artigos
1	03/08/1856	O Guayba	A influência do amor
2	10/08/1856	A Religião	Lágrimas
3	17/08/1856	Instrução Pública	
4	24/08/1856	Instrução Pública (cont.)	Sorrisos
5	31/08/1856	A Imprensa	Pecados
6	07/09/1856	07 de setembro	Língua Alemã
7	14/09/1856	Os Pecados Mortais	
8	21/09/1856	A Religião (cont.)	Biogr. José Feliciano Fernandes Pinheiro
9	28/09/1856	O Racionalismo	Biogr. José Feliciano Fernandes Pinheiro
10	05/10/1856	O Cáucaso	
11	12/10/1856	Educação Feminina	Biogr. Gaspar Francisco Menna Barreto
12	19/10/1856	A Filosofia	Pecados Mortais
13	26/10/1856	O Sinai e o Gólgota	Pecados; Rosa
14	02/11/1856	Instrução Pública	Devoção doméstica
15	09/11/1856	A Polónia	Devoção doméstica
16	16/11/1856	Rio Taquari	Pecados; Polónia
17	24/11/1856	A Emigração europeia	O Mato; Pecados
18	30/11/1856	A Vida	Os amores
19	07/12/1856	Viamão	
20	14/12/1856	Apontamentos p Hist Pátria	
21	21/12/1856	O que é ser homem	O que é a vida
22	28/12/1856	A Astronomia e a Geologia	

b. Quadro 24: Temas publicados na revista O Guayba em 1857

1857			
Nr	Data	Título art. 1ª página	Outros Textos e Artigos
6	08/02/1857	Instrução Pública	O travesseiro da mulher
7	15/02/1857	História Pátria	Impressões de viagem
8	22/02/1857	Instrução Pública	
9	1º/03/1857	História Pátria	
10	8/03/1857	Amor da Pátria	
11	15/03/1857	O Guayba	
12	22/03/1857	Instrução Pública	
13	29/03/1857	História Pátria	
14	05/04/1857	A Igreja	
15	12/04/1857	Páginas Cristãs	
16	19/04/1857	Os Prejuízos	A mulher
17	26/04/1857	Literatura (Quintino Bocaiúva)	
18	03/05/1857	No Ermo	Literatura
19	10/05/1857	Poesia	
20	17/05/1857	Lutas	
21	24/05/1857	Visitas Noturnas: ROMA	Literatura
22	31/05/1857	Visitas Noturnas: VENEZA	Literatura; As invenções
23	07/05/1857	Os Ideais	Literatura
24	14/06/1857	Belas – Artes	
25	21/06/1857	A Morte	
26	28/06/1857	Belas-Artes (cont.)	Sobre a necessidade das Biografias
27	05/07/1857	A Igreja	
28	12/07/1857	A Força Militar	
29	19/07/1857	A Mulher	
30	26/07/1857	Santa Casa de Misericórdia	
31	03/08/1857	O Guayba	
32	09/08/1857	A Igreja	Instrução Pública
33	16/08/1857	Fund. dos princ. Estab. de PoA	O jogo
34	23/08/1857	Fund. dos princ. Estab. de PoA	
35	30/08/1857	A Navegação Interior	Coup-de-poetisage
36	07/09/1857	07 de setembro	
37	13/09/1857	Sobre o Cristianismo	
38	20/09/1857	Coup de Poetisage	
39	27/09/1857	Milton	
40	04/10/1857	O usurário	
41	11/10/1857	Coup de Poetisage	
42	18/10/1857	Coup de Poetisage	
43	25/10/1857	O assassino e os remorsos	
44	1º/11/1857	Virtudes Theologas: A Fé	
45	08/11/1857	Virt. Theologas: A Esperança	
46	15/11/1857	A Felicidade	
47	22/11/1857	Virt. Theologas: A Caridade	
48	29/11/1857	O Sacerdócio	
49	06/12/1857	A Classe Militar	Reflexões cosmográficas (história)
50	13/12/1857	A Glória	Reflexões cosmográficas (história)
51	20/12/1857	A Literatura	

c. Quadro 25: Temas publicados na revista O Guayba em 1858

1858			
Nr	Data	Título art. 1ª página	Outros textos e artigos
1	03/01/1858	O Guayba	Joana D'Arc;
2	10/01/1858	O Futuro	
3	17/01/1858	Pág. de uma carteira de cismas	
4	24/01/1858	Instrução Pública	
5	31/01/1858	Instrução Pública	
6	07/02/1858	Instrução Pública	
7	14/02/1858	A Igreja	
8	21/02/1858	Retratos Históricos	Correios
9	28/02/1858	Retratos Históricos: Napoleão	Erva Mate
10	07/03/1858	A Vaidade	Retratos Históricos: Napoleão
11	14/03/1858	O Amor Próprio (da mulher)	Retratos Históricos: Napoleão
12	21/03/1858	A Inveja	Retratos Históricos: Napoleão
13	28/03/1858	A Vida Real	
14	02/05/1858	O Guayba	(retorno após interrupção)
15	09/05/1858	A Calúnia	
16	16/05/1858	O Jornalismo	
17	23/05/1858	Retratos Hist.: Alexandre II	Nota de distribuição
18	30/05/1858	Retratos Hist.: Alexandre II	
19	06/06/1858	Retratos Hist.: Alexandre II	
20	13/06/1858	Os últimos instantes de homens célebres	Retr. Hist.: Alexandre II; O Judeu errante (poesia); Sociedade Musical; Circo
21	20/06/1858	Três Glórias brasileiras	Retr. Hist.: Alexandre II; O Judeu errante (poesia)
22	27/06/1858	Três Glórias brasileiras	Retr. Hist.: Alexandre II; O Judeu errante (poesia)
23	04/07/1858	O Fanatismo Religioso	Retratos Históricos: Alexandre II
24	11/07/1858	O Fanatismo Religioso	Retratos Históricos: Alexandre II
25	18/07/1858	O Fanatismo Religioso	Retratos Históricos: Alexandre II
26	25/07/1858	O Fanatismo Religioso	Retratos Históricos: Alexandre II
27	1º/08/1858	O Guayba	Retratos Históricos: Alexandre II
28	08/08/1858	O homem e os.... na vida	
29	15/08/1858	Paixões	Retratos Históricos: Alexandre II
30	22/08/1858	Ilusões Perdidas	Retratos Políticos: Alexandre II
31	29/08/1858	O Brasil	
32	07/09/1858	7 de setembro	
33	19/09/1858	O jornalismo e a atualidade	
34	26/09/1858	Reflexões da atualidade	
35	03/10/1858	A educação e a mulher	
36	10/10/1858	Carteira de cismas	
37	17/10/1858	Carteira de cismas	
38	24/10/1858	O Jornalismo	
39	31/10/1858	A Instrução Pública	
40	07/11/1858	O Cidadão	
41	14/11/1858	A Imprensa	
42	21/11/1858	O Suicídio	
43	28/11/1858	A Vida Humana	
44	05/12/1858	O Livro da Vida	
45	12/12/1858	Dever e Amor	
46	19/12/1858	O Futuro	
47	26/12/1858	A Beleza	

d. Quadro 26: Diretoria do IHGPSP e Membros das Comissões (1860-1861)						
	Sócios (1860-1861)	1ª reunião	2ª reunião	Diretoria	Relator de Comissão	Membro de Comissão
01	Manoel P. da Silva Ubatuba	X			Manuscritos e Docs.	Estatutos e Redação
02	José M. P. de Alencastre	X		Vice-Pres.		
03	Jeronimo da Cunha Galvão	X				
04	José A. Valle Caldre e Fião	X	X	Orador	Estatutos e Redação	
05	Cir. Mor Christovão José Vieira	X			Admissão de Sócios	
06	Ten. Cel. Manoel Lopes Teixeira Junior	X	X			Adm. de Sócios/Trab. Hist.
07	Francisco de Paula Soares	X	X	1º Secret		
08	José Maria d'Andrade	X				Estat. e Red./Admissão Sóc.
09	Carlos Hofer	X			Arqueologia	
10	João Miguel Spencer	X				Arqueologia
11	Gal. Barão de Porto Alegre		X	Presidente		
12	Ignacio Manoel Domingues		X	2º Secret	Rev Manuscritos	
13	Dr. João Pires Farinha		X			
14	Dr. Roberto Landell		X			
15	José Maria da Trindade		X		Fundos e orçamento	Rev Manuscritos
16	Bel Antonio A. P. Salgado		X			Trab. Geográficos
17	Bel Antonio A. de Arruda		X		Trab. Geográficos	
18	Ten-Cel José M. P. Campos		X			Trab. Geográficos
19	Pedro Maria X. de Oliveira Meirelles		X			
20	Antonio Vieira de Aguiar		X			Fundos e orçamento
21	João Damasceno Ferreira			Tesoureiro		
22	Angelo Francisco Ther					Manuscritos e Docs.
23	Fermiano Antonio de Araújo					Manuscritos e Docs.
24	Dr. José de Araújo Brusque					Rev Manuscritos
25	Vig. Luiz Manoel G. Brito					Arqueologia
26	Eduardo Pindahyba Mattos					Fundos e orçamento
27	Bel. José J. F. Pinheiro				Trab. Históricos	

e. Quadro 27: Diretoria do IHGPSP e Membros das Comissões (1862-1863)				
	Sócios (1862-1863)	Diretoria	Relator de Comissão	Membro de Comissão
01	Gal. Barão de Porto Alegre	Presidente		
02	Dr. Manoel José de Campos	Vice-Pres.		
03	Dr. João Luiz d' Andrade Vasconcelos	1º Secret		
04	Dr. Paulo José Pereira	2º Secret		
05	Tenente Coronel Felipe Betbezé d'Oliveira Neri	Orador		Estatutos e Redação/Manuscritos e Docs.
06	Fermiano Antonio de Araújo	Tesoureiro		
07	João Damasceno Ferreira		Fundos e orçamento	
08	João Cavalcanti de Mello Albuquerque			Fundos e orçamento Admissão de Sócios
09	Antonio Vieira d' Aguiar			Fundos e orçamento
10	Manoel P. da Silva Ubatuba		Estatutos e Redação	
11	Dr. Jacinto da Silva Lima			Estatutos e Redação
12	José A. Valle Caldre e Fião		Rev Manuscritos	
13	Bel. José J. F. Pinheiro		Manuscritos e Docs.	Rev Manuscritos
14	Ignacio Manoel Domingues			Rev Manuscritos
15	Francisco de Paula Soares		Trab. Históricos/Admissão de Sócios	
16	Carlos Hoefer			Trab. Históricos Arqueologia, etnografia e língua indígena
17	Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho Campos			Trab. Históricos
18	Bel Antonio Augusto de Arruda		Trab. Geográficos	
19	Dr. Paulo José Pereira			Trab. Geográficos
20	Dr. Antonio Dias da Costa			Trab. Geográficos
21	João Miguel Spencer		Arqueologia, etnografia e língua indígena	
22	Nathaniel Plant			Arqueologia, etnografia e língua indígena
23	José Maria d'Andrade			Admissão de Sócios
24	Pedro Maria X. de Oliveira Meirelles			Manuscritos e Docs.

4.3. Apêndices do Capítulo 3:

a. Quadro 28: Primeira geração de letrados e guerreiros								
	Primeira geração		O Guayba (1856-1858)	IHGPPSP (1860-1863)	Murmúrios do Guahyba (1870)	Parthenon Litterario (1869-1879)	Outros periódicos	Obras publicadas
01	David Canabarro (Gal.)	(1796-1867)		X				
02	Manoel Marques de Souza (Barão de PoA)	(1805-1875)		X				
03	Antonio Alvares Pereira Coruja	(1806-1889)		X			X	X
04	Antonio Vicente da Fontoura	(1807-1860)		X			X	
05	Francisco Sá Brito	(1808-1875)		X		X	X	
06	João Propicio Menna Barreto (Gal.)	(1808-1867)		X				
07	Manoel P. da Silva Ubatuba (Dr.)	(1822-1875)		X				
08	Luiz Manoel Gonçalves Brito (Vigário)	(1830-1863)		X				
09	José M. P. de Alencastre (Dr.)	(1831-1871)		X				
10	Jeronimo da Cunha Galvão	(? - 1862)		X				
11	José Pinheiro Ulhoa Cintra		X	X				
12	Angelo Francisco Ther			X				
13	Antonio A. de Arruda (Bel.)			X				
14	Antonio A. P. Salgado (Bel)			X				
15	Antonio Dias da Costa (Bel.)			X				
16	Antonio Vieira de Aguiar			X				
17	Christovão José Vieira (Cel.)			X				
18	Eduardo Pindahyba Mattos (Dr.)			X				
19	Fermiano Antonio de Araújo			X		X		
20	Ignacio Manoel Domingues (Cir. Mor de brig.)			X				
21	Jacinto da Silva Lima (Dr.)			X				

22	João Cavalcanti de Mello Albuquerque			X				
23	João Damasceno Ferreira			X				
24	João Luiz d'Andrade Vasconcelos (Dr.)			X				
25	João Miguel Spencer			X				
26	João Pires Farinha (Dr.)			X				
27	Joaquim Antão Fernandes Leão (Conselheiro)			X				
28	Joaquim Procopio de Oliveira Nunes (Padre)			X				
29	José de Araújo Brusque (Dr.)			X				
30	José J. Fernandes Pinheiro (Bel)			X				
31	José Maria Pereira Campos (Ten-Cel)			X				
32	José Maria da Trindade			X				
33	José Maria d'Andrade			X				
34	Luiz Affonso de Azambuja			X				
35	Manoel José de Campos (Dr.)			X				
36	Manoel Lopes Teixeira Junior (Ten. Cel.)			X				
37	Nathaniel Plant			X				
38	Paulo José Pereira			X				
39	Pedro Maria X. de Oliveira Meirelles (Major)			X				
40	Roberto Landell (Dr.)			X				
41	Thomaz Lourenço de Carvalho Campos (Dr.)			X				

b. Quadro 29: Segunda geração de letrados e guerreiros								
	Primeira geração		O Guayba (1856-1858)	IHGSP (1860-1863)	Murmúrios do Guahyba (1870)	Parthenon Litterario (1869-1879)	Outros periódicos	Obras publicadas
01	Catão Damasceno Ferreira	(? – 1869)	X				X	
02	Felipe Bethzébé d’Oliveira Nery (Ten.Cel.)	(1820-1869)		X			X	X
03	José Antônio do Valle Caldre e Fião	(1821-1876)		X		X	X	X
04	Carlos Hoeffler	(1822- ?)		X				X
05	José de Noronha Nápoles Massa (cônego)	(1824-1890)			X	X		X
06	Francisco de Paula Soares	(1825-1881)		X		X		X
07	Miguel Pereira de Oliveira Meyrelles	(1828-1872)	X	X		X		X
08	Carlos Jansen	(1829-1889)	X	X			X	X
09	João Vespúcio de Abreu e Silva	(1830-1861)	X	X		X		X
10	Carlos Eugenio Fontana	(1830- ?)				X	X	X
11	Manoel V. Paranhos Pederneiras	(1832-1907)				X	X	
12	Félix da Cunha	(1833-1865)	X				X	X
13	Carl Von Koseritz	(1834-1890)				X	X	X
14	Zeferino Vieira Rodrigues F.	(1834-1910)	X			X		X
15	Bernardo Taveira Jr.	(1835-1892)				X	X	X
16	Francisco Xavier da Cunha	(1835-1913)				X	X	X
17	Frederico E. Estrela de Villeroy	(1837-1897)	X			X		X
18	Serafim dos Santos Souza	(1837- ?)			X		X	X
19	Inácio Vasconcelos Ferreira	(1838-1888)	X		X	X	X	X
20	Manoel José Gonçalves Jr.	(1839-1899)				X	X	X
21	Joaquim José T. de Azevedo Jr.	(1840-1888)				X	X	X
22	Luís Kraemer Walter	(1840-1900)				X	X	X
23	Rita Barem de Melo	(1840-1868)	X					X

c. Quadro 30: Terceira geração de letrados								
	Primeira geração		O Guayba (1856-1858)	IHGSP (1860-1863)	Murmúrios do Guahyba (1870)	Parthenon Litterario (1869-1879)	Outros periódicos	Obras publicadas
01	Eudoro Berlink	(1842-1880)			X	X	X	X
02	Vasco de Araújo e Silva	(1842-1898)				X	X	X
03	Pedro Antonio de Miranda	(1843-1900)	X			X	X	X
04	Antonio Antunes Ribas	(1844-1904)				X	X	
05	Apolinário Porto Alegre	(1844-1904)			X	X	X	X
06	Carlos Augusto Ferreira	(1844-1913)				X	X	X
07	José de Sá Brito	(1844-1890)				X	X	X
08	Amália dos Passos Figueroa	(1845-1878)				X	X	X
09	Augusto Rodrigues Totta	(1845-1907)				X	X	X
10	José Teodoro de Sousa Lobo	(1846-1913)				X		X
11	Afonso Luís Marques	(1847-1872)				X		
12	Hilario Ribeiro	(1847-1886)			X	X	X	X
13	Luciana de Abreu	(1847-1880)				X		
14	Alfredo Luís de Melo	(1848- ?)				X	X	
15	José Bernardino dos Santos	(1848-1892)			X	X	X	X
16	Achylles Porto Alegre	(1848-1926)				X	X	X
17	Antonio Ferreira das Neves	(1848-1871)			X	X	X	X
18	Juvêncio A. Menezes Paredes	(1848-1882)				X	X	X
19	Aurelio V. de Bittencourt	(1849-1919)				X	X	X
20	Apeles Porto Alegre	(1850-1917)				X	X	X
21	João Damasceno V. Fernandes	(1850-1910)				X	X	X
22	João Gualberto Silvino Vidal	(1850-1937)				X	X	X
23	Miguel de Werna e Bilstein	(1850-1896)				X	X	
24	Francisco A. Ferreira da Luz	(1851-1894)				X		X
25	Luís Alves Leite de Oliveira Bello	(1851-1919)				X		X

26	Gustavo César Viana F.	(1852-1876)				X	X	
27	Alberto Coelho da Cunha	(1853-1939)				X		
28	Joaquim Alves Torres	(1853-1910)				X	X	X
29	Ernesto Sousa e Silva	(1855-1909)				X	X	
30	Joaquim Francisco de Assis Brasil	(1857-1938)				X		X
31	José Teodoro de Miranda	(1858-1879)				X	X	
32	Mucio Teixeira	(1858-1928)				X	X	X
33	Revocata de Melo	(1860-1945)				X	X	X
34	Candida Isolina de Abreu	(1862- ?)				X	X	X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a. BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, Márcia (orgs.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: Fapesp, 1999.
- _____, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: Fapesp, 2005.
- _____, Márcia. *Cultura Letrada: literatura e leitura*. São Paulo: EdUNESP, 2006.
- ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____, Hannah. *A dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi. n° 5: Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Santos: Martins, 1967.
- BANDEIRA, Manuel. *Noções de História das Literaturas*. Fundo de Cultura Brasil – Portugal: Rio de Janeiro. São Paulo. Lisboa, 1969.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: EdUNESP, 1994.
- _____, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1995.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010
- BAUMGARTEN, Carlos A.. & MOREIRA, Maria Eunice. *Literatura sul-rio-grandense: ensaios*. Rio Grande: Ed. FURG, 2000.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979.
- _____, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: ABL, 2004.
- BURGESS, Antony. *A Literatura Inglesa*. Ática: São Paulo, 1996.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaio Reunidos (1942-1978) vol.1 De A Cinza do Purgatório até Livros na Mesa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- _____, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- _____, Roger. *As utilizações do Objecto Impresso*. Lisboa: DIFEL, 1998.
- _____, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- CHATELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER, Evelyne. (orgs.) *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001: 2v.
- COUTO, A. M. *Dicionário da maior parte dos termos homônimos e equívocos da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1842. (Edição aumentada e enriquecida). (Essa obra também é encontrada em versão digital <http://purl.pt/13930>)
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; *Arquivo do Estado de São Paulo*; Imprensa Oficial SP, 2000.
- DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DARTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- _____, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- DAVIN, Félix e BALZAC, Honoré. *Estudos de costumes no século XIX*. Brasília: EdUNB, 2007.
- DILLEMBURG, Sergio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1987.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: EdUFRN, 2008.
- DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ERICKSEN, Nestor. *O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de Leitura e Biblioteca do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul. INEPE. MEC, 1973.
- _____, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX – Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1956.
- _____, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- _____, Athos Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no Séc. XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

- FRANCO, Sergio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GARMES, Hélder. *O romantismo paulista: os Ensaio Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1999.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas/SMC Prefeitura de Porto Alegre, 2009.
- GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de Andrade (orgs.). *E os preços eram commodos...: Anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. 2ª Edição. São Paulo: Edusp, 2005.
- HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERj, 1996.
- KOSSELLECK, Reinhart y GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1977.
- _____, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006.
- LAILOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.
- _____, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- _____, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- _____, Jacques. *História e Memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginário no ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____, Luiz Costa. *Mímesis e Modernidade: formas e sombras*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- _____, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Antologia e Índice. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: EDUNESP, 2006.
- _____, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdUFRGS/IEL, 1978.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MENDES JR. Antonio et alii. *Brasil História: Império* (Texto e Consulta). São Paulo: Brasiliense, 1977.
- MEYER, Marlyse. *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as Províncias* (subsídios para a história da educação no Brasil) – 1835-1889, 2º vol. São Paulo, 1939.
- MOISÉS, Massaud. Romantismo. *História da Literatura Brasileira vol. 1: das origens ao Romantismo* (1836-1881). São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2002.
- _____, Lucia Maria Bastos P., Morel, Marco e Ferreira, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator, o teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; DACANAL, José Hildebrando et alii (org). *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1997.
- _____, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.
- _____, Sandra Jatahy (org.) *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.
- _____, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: IFCH-UFRGS/Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.
- _____, Helga Iracema Landgraf (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (185-1889) vol.2*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 1998.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

- PORTO, Aurélio. *Notas ao Processo dos Farrapos*. Volume 3º. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, 1935.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. Murmúrios do Guaíba: índice e antologia. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL*. Porto Alegre, vol. 7, n.1, maio de 2001. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.
- REBELLO, Luiz Francisco. *O Teatro Romântico (1838-1869)*. Venda Nova, Amadora/Portugal: Livraria Bertrand, 1980.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais: 1850-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.
- _____, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984 (1969 1ª ed.).
- _____, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX*. Visão sócio-cultural e política de 1890-1901. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1987.
- RIoux, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUNICAMP, 2007.
- _____, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo III*. Campinas: Papyrus, 1997.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1993.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- SCHENEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: EdUFRGS/EST Edições, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- SILVA, Leonardo Dantas. *A imprensa e a abolição: Fac-símile de jornais e revistas abolicionistas editados em Pernambuco entre 1876 a 1891*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: FCRB, 1986.
- _____, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

VARELA, Alfredo. *Historia da Grande Revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. 1º Volume. Edição comemorativa do centenário. Estampada sob os auspícios do Instituto Historico-Geographico do Rio Grande do Sul e a expensas do governo do Estado. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

VAZ, Artur Emilio Alarcon, BAUMGARTEN, Carlos Alexandre e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: FURG, 2005.

VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

VIEIRA, Frei Domingos. *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chadron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. 5v.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lorenzo de Brindes, Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ZILBERMAN, Regina et al. *Um dia todas essas coisas hão de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: PUCRS, ERUS, 1985.

_____, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

b. Teses e Dissertações

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Campinas 1998.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS. Porto Alegre, 2007.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

KIELING, Camila Garcia. *Entre a lança e a prensa: conhecimento e realidade no discurso do jornal O Povo (1838-1840)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena patria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2004.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. *O Federalismo no Espaço Fronteiriço Platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPG em História, 1999.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e Imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Faculdade de Letras. Porto Alegre: 2000.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Faculdade de Letras. Porto Alegre: 2005

SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. *Da aurora ao crepúsculo: o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1996.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

c. ARTIGOS

ALVES, Francisco das Neves. *A imprensa literária no sul do Brasil no século XIX: um estudo de caso*. In: VAZ, Artur Emilio Alarcon, BAUMGARTEN, Carlos Alexandre e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: FURG, 2005.

ANGENOT, Marc. Para uma Teoria do Discurso Social: Problemática de uma pesquisa em andamento. (Tradução Zilá Bernd) In: *Cadernos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instituto de Letras. N.7: Porto Alegre, 1992.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e Revolução. In: BAUMGARTEN, Carlos A.. & MOREIRA, Maria Eunice. *Literatura sul-rio-grandense: ensaios*. Rio Grande: Ed. FURG, 2000.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Construindo a nação: o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar. In: *Produzindo História a partir de fontes primárias*. APERS: Porto Alegre, 2008, p.211.

BURKE, Peter. A República das Letras Europeia, 1500-2000. In: *Estudos Avançados*. vol.25, n.72, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000200021&script=sci_arttext

CARPEAUX, Otto Maria. As Cinzas do Purgatório (1942). In: *Ensaio Reunidos (1942-1978) vol.1* De A Cinza do Purgatório até Livros na Mesa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.199-204.

CARVALHO, Marcus F. M. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P., MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis: história&cultura*. Vol.2, n.3, jan./jun., 2003.

CHAVES, Vania Pinheiro. O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: matérias e poemas do Rio Grande do Sul. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL*. Porto Alegre, vol. 15, n.1, março de 2009. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.

COSTA, Renato. Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1982, n.123.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 13, 1995.

ENDERS, Armelle. Plutarco Brasileiro. A produção de vultos nacionais no segundo reinado. In: *Estudos Históricos*, n.25, v.14, 2000. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>

ERICKSEN, Nestor. A origem da imprensa no ^{Rio Grande do Sul}. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXI, 1º Trimestre, março de 1941, n.81.

FREITAS, Eliana Dutra de. Laços Fraternos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, n.117, jul./dez. 2005.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. A escolha da tradição: Augusto Meyer, história de uma interpretação. In: *VI Seminário Internacional de História da Literatura*, 2005, Porto Alegre. Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre : PUCRS-Virtual, 2005.

_____, Carla Renata A. S. Gendarme ou Gendelette? A escrita da história rio-grandense em periódicos literários do século XIX (1856-1879). In.: *Encontro Estadual de História* (9.: 2008: Porto Alegre, RS) Vestígios do passado: a história e suas fontes: anais eletrônicos. – Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Encontrado em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos> acesso em nov/2011.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Guerra do Paraguai: Estados nacionais e Regiões-Províncias no espaço platino. In: *Encontro de História Brasil Paraguai*. Salvador: Anais do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, 2001.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n.388, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et. al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

HAFKEMEYER¹, J. B. Manoel Marques de Souza. In: *Revista do IHRGS, III e IV Trimestre*, Anno III. Porto Alegre: Tipografia do centro, 1923.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOLLIER, Jean-Yves. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, Maria Eunice. Uma Literatura de Guerra. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria Eunice. *Literatura sul-rio-grandense: ensaios*. Rio Grande: EdFURG, 2000.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. das. Dos “avisos” de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808-1836). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e impressos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____, Lucia Maria Bastos P. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Marcia e SCHAPOCHNICK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escritad a história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(1839-1850). In: *História*, v.26, n.1, Franca, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200700100013

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu, ou a Travessura Literária de Nísia Floresta. In: *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PICCOLO, Helga Landgraf. A política rio-grandense no império. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e PESAVENTO, Sandra Jatahy *et. alii*. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____, Helga I. L. Revolução Farroupilha: significado regional e nacional 1. Texto transcrito da palestra proferida no *Seminário Internacional “170 Anos da Revolução Farroupilha – o Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita”* e revisado pela autora. Texto acessado em 12 de outubro de 2011, disponível em http://www.viapolitica.com.br/sonhos/07_revolucao_farroupilha.php

RENAUT, Alain. *Princípios do direito da natureza e das pessoas, 1758*. in: CHATELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER, Evelyne. (orgs.) *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

SCHAPOCHNICK, Nelson. A Leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNICK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: Fapesp, 2005.

SGARD, Jean. La multiplication des periodiques in MARTIN, H. J. e CHARTIER, R. (eds.) *Histoire de l'édition française*, 2 vols., Paris: Promodis, 1983-84.

SILVA, Maria da Conceição Santos. O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: matérias em prosa sobre o Rio Grande do Sul. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL*. Porto Alegre, vol. 15, n.1, março de 2009. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.

WEIGERT, Beatriz. A presença de Portugal em periódicos sul-rio-grandenses: a Revista Província de São Pedro do Rio Grande. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL*. Porto Alegre, vol. 15, n.1, março de 2009. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS.

XAVIER, Paulo. Retoque de Um Retrato. In: *Suplemento Rural*. Correio do Povo, 03 dez. de 1976.

FONTES

a. PERIÓDICOS: REVISTAS LITERÁRIAS, ALMANAQUES E JORNAIS

ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA 1889. Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, 1º ano, 1888.

ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1857. Lisboa: Typographia Universal, 1856.

ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1859. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1860 a 1870. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa, 1859 a 1869. (11 volumes)

ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1871. Lisboa: Lallemand Frères, Typographos, 1870 (3ª série).

NOVO ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO para 1872 a 1879. Lisboa: Lallemand Frères, Typographos, 1871 a 1878. (8 volumes)

ARCÁDIA, JORNAL ILUSTRADO, LITERÁRIO, HISTÓRICO E BIOGRÁFICO. Rio Grande, 1ª série, 1867; 2ª e 3ª séries, 1868 e 4ª série 1869 e 1870. (4 volumes)

ATAS DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO (1872). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924.

ATAS DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO (1873). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924.

O ESPELHO: REVISTA SEMANAL DE LITERATURA, MODAS, INDÚSTRIA E ARTES. Ed. Fac-similar (1859-1860). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano1, n.6, Bahia, 25 de setembro de 1866.

O GUAYBA, PERIÓDICO SEMANAL, LITERÁRIO E RECREATIVO. Porto Alegre, agosto a dezembro de 1856, Typographia brasileira-alemã. (22 exemplares)

O GUAYBA, PERIÓDICO SEMANAL, LITERÁRIO E RECREATIVO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1857, Typographia brasileira-alemã. (46 exemplares)

O GUAYBA, PERIÓDICO SEMANAL, LITERÁRIO E RECREATIVO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1858, Typographia brasileira-alemã. (47 exemplares)

KURY, Lorelai (org.) Iluminismo e império no Brasil: *O PATRIOTA (1813-1814)*. Edição Fac-símile em CD-ROM. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

KLAXON MENSÁRIO DE ARTE MODERNA. São Paulo: Livraria Martins, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, 1976. (Edição Fac-símile)

MURMÚRIOS DO GUAHYBA REVISTA MENSAL CONSAGRADA ÀS LETRAS E À HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE. Porto Alegre, 1ª série, janeiro a maio de 1870, Typ. do Rio Grandense. (5 exemplares)

NITHEROY, REVISTA BRASILIENSE SCIENCIAS, LETTRAS E ARTES. Tomo Primeiro Nº 1 e 2. Edição Fac-similada em CD-ROM. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.

OSTENSOR BRASILEIRO: JORNAL LITERÁRIO E PICTORIAL. Edição Fac-similar (1845-1846). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

O *POLICHINELLO*. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1981. (Reprodução fac-similar do original litografado de 38 fascículos, publicado em São Paulo de 16 de abril a 31 de dezembro de 1876)

Relatório lido na abertura d'Assembléa Legislativa de Goyaz pelo presidente da provincia, o exm.o Sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1.o de julho de 1862. Goyaz, Typ. Provincial, 1862.

REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Edição Fac-similar (1821-1822). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, março a dezembro de 1869, ano 1, Typ. do Jornal do Comércio. In. (reedição da 1ª série) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.113 a 116, 1949. (10 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, julho a dezembro de 1872, 2ª série, Typ. da Reforma. In. (reedição da 2ª série) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n. 117 a 120, 1950. (6 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1873, 2ª série, Typ. Do Constitucional. (12 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1874, 2ª série, 3º ano, Imprensa Litteraria. (12 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1875, 2ª série, 4º ano, Imprensa Litteraria. (12 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a maio de 1876, 2ª série, 5º ano, Imprensa Litteraria. (5 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, agosto a dezembro de 1877, 3ª série, ano 1, Imprensa Litteraria. (8 exemplares)

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, abril a setembro de 1879, 4ª série, ano 1, Imprensa Litteraria. (6 exemplares)

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, agosto de 1860, ano 1, n.1, v.1, Typographia do Conciliador. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.100, ano XXV, IV trimestre, 1945.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, dezembro de 1860, ano 1, n.2, v.1, Typographia do Conciliador. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.100, ano XXV, IV trimestre, 1945.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, março de 1861, ano 2, n.1, v.2, Typographia do Conciliador. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.101, ano XXV, IV trimestre, 1945 (ou I trimestre, 1946).³⁷⁷

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, outubro de 1861, ano 2, n.2, v.2, Typographia do Correio do Sul. In.: (reedição) *Revista do*

³⁷⁷ Este exemplar da Revista do IHGRS informa duas datas diferentes: I Trimestre de 1946 (capa) e IV Trimestre de 1945 na parte interna.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.101, ano XXV, IV trimestre, 1945 (ou I trimestre, 1946).³⁷⁸

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1862, ano 3, v.3, Typographia do Correio do Sul. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.102, ano XXVI, II trimestre, 1946.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1863, ano 3, v.3, n.2, Typographia do Correio do Sul. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, n.109 a 112, ano XXVIII, I e IV trimestres, 1948.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1863, ano 4, v.4, n.1, Typographia do Correio do Sul. In.: (reedição) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, n.123, 1982.

b. LITERATURA DE FICÇÃO: ROMANCES, CONTOS, TEATRO E POESIA

ALENCAR, José de. *O Gaúcho: romance brasileiro*. Prefácio e notas de Augusto Meyer. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954. (Primeira edição: 1870)

CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. *A Divina Pastora: novela rio-grandense*. Porto Alegre: RBS, 1992. (Primeira edição: 1847)

_____, Antonio José do Valle. *O Corsário: romance rio-grandense*. Porto Alegre: Movimento: IEL; Brasília: INL, 1979. (Primeira edição: 1851)

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Ed. Crítica com introdução, notas e glossário de Aurélio Buarque de Hollanda. Prefácio de Augusto Meyer. Posfácio de Carlos Reverbel. Porto Alegre, Col. Província: Globo, 1957. (Primeira edição: 1912)

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. *Os Farrapos*. Rio Grande: Movimento; Editora da FURG, 1985. (Primeira edição: 1877)

PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Vaqueano*. Introd. Carlos Jorge Appel. Apres. Maria Eunice Moreira. Porto Alegre, Movimento; Brasília, MinC/Pró-Memória, INL, 1987. (Col. Resgate, v.3) Col. Rio Grande, v.83. (Primeira edição: 1872)

_____, Apolinário. *Paisagens*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1987. (Primeira edição: 1875)

³⁷⁸ Idem ibidem.

c. LITERATURA DE VIAGEM E HISTORIOGRAFIA

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 1986. (Primeira edição: 1881)

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: ERUS/Cia. União de Seguros Gerais, 1981. (Primeira edição: 1881)

BERLINK, Eudoro. *Compêndio de Geografia do Rio Grande do Sul (1863) Publicação da cadeira de História do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Filosofia, 1963. (Primeira edição: 1863)

CORUJA FILHO, Sebastião Leão. *Datas rio-grandenses*. Porto Alegre: Globo, 1962.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Tradução e notas de Dante de Laytano. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KIDDER, Daniel Parrish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Províncias do Sul, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas Províncias. São Paulo: Martins, EdUSP, 1972. (Primeira edição: 1845)

LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul (1882)*. 3ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982. (Primeira edição: 1882)

LIMA, José Ignácio de Abreu e. *Sinopse ou dedução cronológica das fatos mais notáveis da história do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. (Primeira edição: 1845)

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1981.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande Do Sul*. Porto Alegre: ERUS/Cia. União de Seguros Gerais, 1985.

_____, Aquiles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

REFLEXÕES SOBRE O GENERALATO DO CONDE DE CAXIAS. Biblioteca Militar. Vol. V. Col. A. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. (Primeira edição: 1846, sem autor)

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

d. MEMÓRIAS. DICIONÁRIOS. COLETÂNEAS. CORRESPONDÊNCIAS. CATÁLOGOS E ESTATÍSTICAS

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Anais Vol.3. (Coleção Alfredo Varella; correspondência ativa e copiadore de Domingos José de Almeida)*. Porto Alegre: IEL, 1979.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, s/d.

ASSIS, Machado de. *A Semana 1º volume (1892-1893)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1942.

_____, Machado de. *A Semana 2º volume (1894-1895)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.

_____, Machado de. *A Semana 3º volume (1895-1900)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.

BARRETO, Abeilard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BLAKE, Augusto V. A. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v.V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Prefácio, introdução biográfica e notas de Paulino Jacques. (reprodução fac-similada da edição original) Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Souza, 1950. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

CATÁLOGO DE JORNAIS E REVISTAS DO RIO DE JANEIRO (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional. Edição Fac-similada. In: *Anais da Biblioteca Nacional Vol. 85*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1981.

CATÁLOGO DOS JORNAIS PUBLICADOS NOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO (SÉCULO XIX E XX) existentes na Seção de Periódicos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, 1984.

CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias Economo-Políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

COLEÇÃO CECULT: LISTA PARCIAL DOS PERIÓDICOS. In: *Cadernos AEL: literatura e Imprensa no século XIX*, v.9, n.16/17. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, 2002.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria (org.) *São Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana – 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1997.

FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Porto Alegre: Sulina, Martins; Caxias do Sul: EdUCS, 1984.

FREITAS, Affonso A. de. *A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915, p.23.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

MIRANDA, Marcia Eckert e LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais Raros do MUSECOM: 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

MOTTIN, Antonio J. S., BARBOSA, Eni e SILVA, Jandira M. M. da. *O ensino universitário e as fontes da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sub-comissão de Publicidade e concurso, Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3ª ed. Facsimilada, introdução de Honório de Sylos. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Primeira edição: 1838)

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Vol. IV Periódicos do Recife (1821-1850). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

_____, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Vol. V Periódicos do Recife (1851-1875). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

_____, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Vol. VI Periódicos do Recife (1876-1900). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1972.

OLIVEIRA, João Gualberto de. *Nascimento da Imprensa Paulista*. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1978.

SILVA, Jandira M. M., CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

1. BIBLIOTECA CENTRAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS: Setor de Obras Raras e Acervos Especiais: Coleção Júlio Petersen – Porto Alegre – RS.
2. BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS: Coleção Especial Laudelino Teixeira Mendes – Caxias do Sul - RS.
3. BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – UC – Coimbra – Portugal.
4. BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE LISBOA – UL – Lisboa – Portugal.
5. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – BNP – Lisboa – Portugal.
6. BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BPE – Porto Alegre – RS.
7. BIBLIOTECA SETORIAL DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS – Porto Alegre – RS.
8. CENTRO DE LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – CLEPUL – Lisboa – Portugal.
9. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRS – Porto Alegre – RS.
10. MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA – MUSECOM – Porto Alegre – RS.

Acabo de acabar o tema e vou indo ta mãe, a e você é a melhor mãe do wolrd.

(Recado deixado pelo Cadu após terminar a sua lição de casa, durante o ano de 2011, na tela do computador aberta na última página do texto produzido até então. Mais um vestígio que deixo dos meus bastidores...)